



VILENIA VENANCIO PORTO AGUIAR

SOMOS TODAS MARGARIDAS:

**Um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo
e da floresta como sujeito político**

**CAMPINAS
2015**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

VILENIA VENANCIO PORTO AGUIAR

SOMOS TODAS MARGARIDAS:

**Um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo
e da floresta como sujeito político**

Orientadora: Profa. Dra. Emília Pietrafesa de Godoi

Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, como requisito para a obtenção do título de doutora em Ciências Sociais.

Este exemplar corresponde à versão definitiva da tese defendida pela aluna Vilenia Venancio Porto Aguiar, orientada pela Profa. Dra. Emília Pietrafesa de Godoi.

**CAMPINAS
2015**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

Ag93s Aguiar, Vilenia Venancio Porto, 1963-
SOMOS TODAS MARGARIDAS : um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político / Vilenia Venancio Porto Aguiar. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Emília Pietrafesa de Godoi.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Marcha das Margaridas. 2. Mulheres. 3. Movimentos sociais rurais. 4. Ritual. I. Godoi, Emília Pietrafesa de, 1960-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: *WE ARE ALL DAISIES* : a study on the process of constitution of the women from the country and from the forest as political subject

Palavras-chave em inglês:

March of the Daisies

Women

Rural social movements

Ritual

Área de concentração: Ciências Sociais

Titulação: Doutora em Ciências Sociais

Banca examinadora:

Emília Pietrafesa de Godoi [Orientador]

Leonilde Sévolo de Medeiros

John Cunha Comerford

Fernando Antônio Lourenço

Nashieli Cecília rangel Loera

Data de defesa: 27-03-2015

Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, em sessão pública realizada em 27 de março de 2015, considerou a candidata VILENIA VENANCIO PORTO AGUIAR aprovada.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Profa. Dra. Emilia Pietrafesa De Godoi

Profa. Dra. Leonilde Sérvolo de Medeiros

Prof. Dr. John Cunha Comerford

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço

Profa. Dra. Nashieli Cecilia Rangel Loera

Profa. Dra. Adriana de Resende Barreto Vianna

Prof. Dr. Mauro William Barbosa de Almeida

Profa. Dra. Maria Ignez Paulilo

RESUMO

A tese problematiza, de um modo específico, a constituição do sujeito político. De modo específico, porque situado no espaço e no tempo: a análise parte de uma etnografia da Marcha das Margaridas 2011, aqui considerada um movimento que se expressa numa manifestação pública, assumindo a forma de uma marcha que ocorre a cada quatro anos na capital federal, Brasília. Ao mesmo tempo em que procura estabelecer processos de diálogo e negociação com o Estado, a Marcha busca dar visibilidade às *mulheres do campo e da floresta*, categoria negociada no processo de construção da Marcha que abarca uma pluralidade e uma diversidade de mulheres, agricultoras familiares, trabalhadoras rurais, assentadas, quebradeiras de coco, seringueiras, extrativistas, ribeirinhas, pescadoras, quilombolas, mulheres do campo, das águas e das florestas. A tese discute a constituição desse sujeito político em termos de pluralidade, diversidade e de busca de uma linguagem e de uma identificação que agregue os seus diversos interesses, sem, contudo, desconsiderar as diferenças e as subjetividades. Ou, mais especificamente, reflete sobre como, considerando a sua diversidade, elas ganham existência pública como *mulheres do campo e da floresta*, categoria que nomeia o sujeito político da Marcha. Esta tese analisa este processo e acompanha o encadeamento da construção da Marcha das Margaridas 2011 até a caminhada, passando pelos preparativos em Brasília e mobilização das mulheres nos municípios. Procura ainda mostrar, mediante uma etnografia, que o sujeito político se constrói no seu próprio fazer.

Palavras-chave: Marcha das Margaridas. Sujeito político. Mulheres. Mulheres do campo e da floresta. Experiência. Performance. Ritual.

ABSTRACT

On a specific basis, this paper sets forth the problem of establishing political subjects. Specifically, for it being space and time situated: this analysis starts from an ethnography of the Margaridas March 2011, hereby regarded as a movement of public manifestation, being characterized as a march occurring every four years in the federal capital city of Brasília. Concomitantly as it endeavors to establish dialog and negotiation processes with the State, the March seeks to give visibility to *countryside and forest women*, a category which is negotiated in the process of constructing this March that encompasses a plurality of women, family farmers, rural workers, settlement dwellers, cocoa nut breakers, rubber tappers, extraction workers, riverside dwellers, fisherwomen, *quilombolas*, countryside, river and forest women. This paper discusses the constitution of this sort of political subject in terms of plurality, diversity, and of a pursuit for a language and an identification, which adds up their variegated interests, yet without their differences and subjectivities being disregarded. Or more specifically, taking into account their diversity this paper ponders how they gain public existence as *countryside and forest women*, a category that names the political subject in the March. This paper scrutinizes this process and follows up the chain of events throughout the construction of the Margaridas March 2011 until the walking moment, going through the preparations in Brasília and the women's mobilization in the municipalities. Furthermore, by means of an ethnography it seeks to show that political subjects construct themselves while acting on their own.

Key-words: Margarida March. Political subject. Women, countryside and forest women. Experience. Performance. Ritual.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01	
O meu encontro com o tema	02	
Sujeito, experiência e subjetividades: a urdidura teorica	06	
Campo: o trajeto percorrido e o fazer das trajetórias	21	
PRIMEIRA PARTE		
1	<i>A marcha na história</i>	55
1.1	As CEBs, as pastorais e a participação das mulheres	57
1.2	As oposições sindicais e o novo sindicalismo	64
1.3	O diálogo com o feminismo	71
1.4	O sindicalismo rural e os movimentos autônomos de mulheres	81
1.5	A Marcha das Margaridas se anuncia	86
2	<i>E aí fizemos a Marcha</i>	91
3	<i>Explorando o campo político</i>	125
3.1	Marcha das Margaridas 2011	139
3.1.1	<i>Estrutura organizativa</i>	139
3.1.2	<i>Conteúdo: lema, caráter e temário</i>	144
3.1.3	<i>Momentos constitutivos</i>	145
3.1.4	<i>Organização do “campo” do movimento</i>	146
3.1.4.1	<i>A Secretaria de Mulheres e a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag</i>	147
3.1.4.2	<i>As parceiras</i>	151
3.1.4.3	<i>Os apoiadores e os patrocinadores</i>	177
3.1.4.4	<i>A coordenação da Marcha</i>	180
3.1.4.5	<i>As “reuniões da Marcha”</i>	189

4	<i>Articulação: similaridades e diferenças</i>	201
4.1	A pauta de reivindicações	207
4.2	A nomeação do sujeito político e seus dilemas	221
4.3	Os sentidos do feminismo	227
4.4	A articulação das diferenças	240

SEGUNDA PARTE

5	<i>O tempo da Marcha</i>	261
5.1	A mobilização nos municípios e comunidades	266
5.2	O cotidiano em tempo de Marcha	269
5.2.1	<i>Divulgação e preparação</i>	277
5.2.2	<i>Os recursos materiais</i>	280
5.2.3	<i>Reuniões</i>	289
5.3	O material de divulgação e de preparação política	291
5.4	Tempo de cantos e poesias	295
6	<i>Somos margaridas em marcha, somos margaridas em luta</i>	313
6.1	A viagem	316
6.2	A chegada	324
6.3	A Cidade das Margaridas	327
6.4	A programação	337
7	<i>São elas, as margaridas</i>	373
7.1	A caminhada	373
7.2	O ato público	399
7.3	O ato de encerramento	408
7.4	A Marcha como experiência: significados e sentidos	419

	CONSIDERAÇÕES FINAIS	453
--	-----------------------------	------------

	REFERÊNCIAS	467
--	--------------------	------------

A Valmir, pelo apoio sempre terno e generoso.

A Lucas, pela sensibilidade.

A Pedro, pela alegria.

*Às mulheres do campo e da floresta, pela
coragem e ousadia.*

AGRADECIMENTOS

Esta tese carrega em si uma memória, pessoas, fatos, acasos, encontros, tudo isso veio à tona nos momentos finais da escrita. Foram muitas conversas, muitas descobertas, muitos risos, choros, críticas, debates, momentos partilhados, situações vividas, paixões, mensagens, torcidas, e partidas, e então me dou conta de que esse trabalho, aparentemente individual, é resultado de uma experiência vivida coletivamente. A todos e todas que, de uma forma ou de outra fizeram parte dela, registro a minha mais profunda gratidão.

À Professora Emília, minha orientadora, sobretudo pela liberdade intelectual que me concedeu e a confiança que me transmitiu.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, em particular, à professora Ângela Carneiro, que tão ricas contribuições me deu durante o exame de qualificação, e a Fernando Lourenço, por quem tenho um carinho mais que especial, pela sua sensibilidade social, generosidade e acuidade teórica. A forma como conduzia as suas aulas permitiu a fluidez de debates que iluminaram a construção deste trabalho.

À professora Adriana Vianna do Museu Nacional, que carinhosamente me recebeu como aluna em um dos seus cursos, e que tão gentilmente aceitou o meu pedido para participar do exame de qualificação. Agradeço imensamente a oportunidade de convivência e a frutífera interlocução que ajudou a orientar o meu olhar para outras dimensões implicadas nos sujeitos da pesquisa.

A Sônia Alvarez, com quem compartilhei os achados iniciais do meu trabalho de campo, pela escuta, pelas dicas, pela disponibilidade e pelo atencioso diálogo, que entre um drink e outro me informavam sobre as teorias feministas e me faziam pensar sobre o feminismo no Brasil. Agradeço-lhe ainda por ter aceitado o convite para participar da banca de defesa do doutorado, embora, por uma contingência da vida, esse desejo não tenha se concretizado.

Às professoras Leonilde de Medeiros, de quem recebi os primeiros incentivos para seguir em frente com o tema e Beatriz Heredia, que leu o meu projeto e tão generosamente me recebeu em sua casa para conversarmos sobre ele, antes mesmo que eu o apresentasse à seleção do doutorado.

À professora Maria Ignez Paulilo, que acompanha minha trajetória acadêmica desde a minha chegada em Florianópolis, gratidão pelos ensinamentos, pela leitura do meu projeto inicial, pelo apoio, pela torcida e por me fazer sentir parte do Núcleo de Agricultura familiar mesmo estando ausente.

A Bibi, minha amiga irmã, e Johnny, que acompanharam esta tese desde quando ainda era um projeto e que, por tantas vezes, me acolheram em Santa Tereza. A Johnny, em particular, agradeço as ricas sugestões bibliográficas, a leitura dos escritos iniciais e os comentários iluminadores.

A Contag, pelo apoio que me foi concedido para a realização do trabalho de campo. Em particular, gostaria de agradecer a força que Mônica e o pessoal da mecanografia (Bolinha e Alexandres) me deram aos 45 minutos do segundo tempo para viabilizar as impressões da versão provisória desta tese, e a Anna Carolina, Facco e Ricardinho, com os quais compartilhei a apreensão dos momentos finais desse tempo. Grata a todos/as.

A Carmen Foro e Raimunda Mascena, pela confiança e pelos momentos de aprendizado. A elas o meu reconhecimento e a minha gratidão

Às protagonistas desta etnografia, minhas interlocutoras, especialmente Rosângela, Euci Ana e Adriana, que, carinhosamente me acolheram em suas terras e abriram as portas de suas casas, de sua militância e de suas vidas. A todas as outras mulheres, do campo e da floresta, pelo ensinamento.

Aos meus pais por tudo, tudo o mais e todo o resto e à minha família, em especial à minha mãe, Kátia; irmãos, irmãs, sobrinhos/as, cunhadas/os por me fazerem sentir em casa,

sempre. A Volma e Marquinho, que tão carinhosamente me acolheram em Brasília, e a João Pedro e Maria Luíza por não me deixarem esquecer que brincar é uma das dimensões da vida.

A Maíra, Fran e Joyce, minha família em Campinas. Em nossa vida juntas, dividimos anseios e alegrias, construímos laços e enraizamos uma amizade que persiste, apesar da distância e dos silêncios. A Maíra, particularmente, agradeço o colo, o cuidado, a sensibilidade e a poesia contida nas suas palavras, que sempre chegam na hora certa.

À minha turma de doutorado, especialmente, Bernard, Tiago Jacaúna, Henrique, Thiago Trindade e João Paulo, por compartilharem comigo momentos tão cheios de possibilidades. A Marcílio e Victor, pela parceria, pelas trocas deliciosas e pelos momentos incríveis que vivemos juntos.

A Hugo e Mateus, meus companheiros de república, pelos bons e inspiradores papos, e a Júnior e Murilo que, ao assumir os seus lugares nesta mesma república, deram-me um lar em Campinas.

A Anna Paula e William, por me lembrarem que às vezes é preciso parar pra uma prosa e uma cervejinha.

A Sara, admirável amiga, pela generosidade e disponibilidade. Pela interlocução e estímulo. Por estar sempre por perto, mesmo quando estamos longe.

A Éryka, Mundinha e Anna Carolina (grudinho), pela força e pela torcida. Carolzinha, a você, particularmente, obrigada pela ajuda prestada na busca de informações, e pela forma entusiasmada com que me ouvia falar da Marcha, por meio dos meus escritos. Valeu o incentivo!

À galera de Floripa, especialmente Ízide e Susi, por não deixarem o samba (nem o sonho) morrer nunca.

A Maria Rita e a Reginaldo da Secretaria de Pós-Graduação, pela atenção, paciência e solicitude com que sempre atenderam as minhas demandas, me orientando no que fosse preciso. Obrigada pela ajuda!

À CAPES e ao CNPq, pela oportunidade oferecida mediante a bolsa de doutorado. Da mesma forma, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unicamp, pelo respaldo institucional de todo momento e pelo suporte que me possibilitou realizar viagens necessárias ao desenvolvimento do trabalho de campo.

A Iolita, pelas leituras, revisão e formatação da versão final da tese.

E, por fim, a Valmir, pelo carinho, cuidado e apoio irrestrito em todos os instantes difíceis dessa minha trajetória. A ele, meu afetuoso e grandioso agradecimento. A Lucas e Pedro, nossos filhos, razões de minha alegria, por estarem no mundo e fazerem parte da minha vida.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Municípios visitados no trabalho de campo.....	37
Figura 2 – Cartaz da Marcha das Margaridas 2000.....	112
Figura 3 – Marcha das Margaridas 2000.....	113
Figura 4 – Marcha das Margaridas 2000, caminhada em Brasília. Ala da frente.....	113
Figura 5 – Marcha das Margaridas 2000, caminhada em Brasília. Ala das painéis.....	114
Figura 6 – Marcha das Margaridas 2000, caminhada em Brasília. Ala das flores	114
Figura 7 – Marcha das Margaridas 2000, caminhada em Brasília. Ala das cruzes	115
Figura 8 – Marcha das Margaridas 2000. Concentração em frente ao Congresso Nacional	115
Figura 9 – Cartaz da Marcha Mundial das Margaridas 2003.....	116
Figura 10 – Marcha das Margaridas 2003: caminhada.....	116
Figura 11 – Marchante com chapéu idealizado para a Marcha das Margaridas.....	117
Figura 12 – Marcha das Margaridas 2003: caminhada e o colorido das faixas e bandeiras.....	118
Figura 13 – Banner gigante e foto lembram os 20 anos da morte de Margarida Alves	118
Figura 14 – Bandeira da Marcha das Margaridas 2003	119
Figura 15 – Marcha das Margaridas 2003. Concentração em frente ao Congresso Nacional.....	119
Figura 16 – Cartaz da Marcha das Margaridas 2007.....	120
Figura 17 – Marcha das Margaridas 2007: mulheres marcham contra a violência	120
Figura 18 – Marcha das margaridas 2007: caminhada pela paz e contra a violência... ..	121
Figura 19 – Marcha das Margaridas 2007. Bandeira.....	121
Figura 20 – Marcha das Margaridas 2007: caminhada – faixas, bandeiras e boneca gigante.....	122
Figura 21 – Marcha das Margaridas 2007. Concentração na Esplanada dos Ministérios	123

Figura 22 – Cartaz da Marcha das Margaridas 2011	123
Figura 23 – Logo da Marcha Mundial das Mulheres	129
Figura 24 – Logo da Marcha das Margaridas 2000.....	129
Figura 25 – Símbolo da Marcha das Margaridas 2000.....	130
Figura 26 – Logo da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais	131
Figura 27 – Banner com os nomes dos patrocinadores da Marcha das Margaridas 2011.....	138
Figura 28 – Organograma Marcha das Margaridas 2011	142
Figura 29 – Croqui da localização dos alojamentos e das oficinas (1 a 7 – dia 16, pela manhã).....	332
Figura 30 – Marcha das Margaridas 2011. A viagem	355
Figura 31 – Marcha das Margaridas 2011. A viagem: organização das bagagens	355
Figura 32 – Marcha das Margaridas 2011. A viagem: Pausa para um descanso	356
Figura 33 – Marcha das Margaridas. A viagem. Acomodação nos ônibus.....	356
Figura 34 – A chegada ao Parque da Cidade – Brasília. Desembarque	357
Figura 35 – A chegada à Cidade. Pose para a foto com os chapéus	357
Figura 36 – A chegada ao Parque da Cidade. A caminho das acomodações	358
Figura 37 – Chegada à Cidade. A caminho das acomodações	358
Figura 38 – Chegada à Cidade das Margaridas.....	359
Figura 39 – Chegada à Cidade das Margaridas.....	359
Figura 40 – Cidade das Margaridas. Esperando o credenciamento	360
Figura 41 – Credenciamento das participantes	360
Figura 42 – Acomodação das participantes nos alojamentos	361
Figura 43 – Nas tendas, nos alojamentos.....	361
Figura 44 – Bloco Mamãe Tanguá de Brasília anima a Cidade das Margaridas	362
Figura 45 – Espaço de Mostra das Margaridas	363
Figura 46 – Oficina temática: Saúde pública e direitos reprodutivos	363
Figura 47 – Oficina temática: Autonomia econômica, trabalho emprego e renda	364
Figura 48 – Interior do Pavilhão do Parque da Cidade	364
Figura 49 – Interior do Pavilhão. Loucas de Pedra Lilás	365

Figura 50 – Intervenção artística da cultura popular. Carimbó	365
Figura 51 – Intervenção artística da cultura popular. Grupo Siriri e Rasqueado	366
Figura 52 – Intervenção artística da cultura popular. Grupo Ciranda de Coco de Roda Desencosta da Parede	366
Figura 53 – Intervenção artística da cultura popular. Tambor de Crioula.....	367
Figura 54 – Ato de abertura da Marcha das Margaridas 2011. Composição da Mesa..	367
Figura 55 – Ato de abertura da Marcha das Margaridas 2011. Meninas de Sinhá cantam	368
Figura 56 – Ato de abertura Marcha das Margaridas 2011	368
Figura 57 – Ato de abertura Marcha das Margaridas 2011.....	369
Figura 58 – Ato de abertura. Elizabeth Teixeira fala às Margaridas.....	369
Figura 59 – Ato da abertura das Margarida .Carmem Foro e Alberto Broch	370
Figura 60 – Ato de abertura da Marcha das Margaridas 2011.	370
Figura 61 – Lançamento do CD Canto das Margaridas.....	371
Figura 62 – Show de Margareth Menezes.....	371
Figura 63 – Marcha das Margaridas. Despertar na madrugada	426
Figura 64 – Marcha das Margaridas 2011. A fila do desjejum.....	427
Figura 65 – Marcha das Margaridas. Início da concentração.....	427
Figura 66 – Marcha das Margaridas 2011. Início da caminhada.....	428
Figura 67 – Marcha das Margaridas 2011. Vista aérea.....	429
Figura 68 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada. Faixa com o lema da Marcha	429
Figuras 69 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada com a bandeira das entidades participantes	430
Figura 70 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada com a faixa das mulheres do campo e da floresta	430
Figura 71 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada. Cartazes exigem direitos	431
Figura 72 – Marcha 2011. Faixa “Autonomia econômica, trabalho, emprego e renda”	431
Figura 73 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada. Faixa do Sindicato dos Sapateiros do Ceará	432
Figura 74 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada com uma margarida gigante	432

Figura 75 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada alegre ao som de instrumentos musicais.....	433
Figura 76 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada festiva ao som de instrumentos musicais.....	433
Figura 77 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada com faixas das mulheres da Amazônia	434
Figura 78 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada com a faixa “Terra, água e agroecologia”	434
Figura 79 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada com a bandeira de Pernambuco...	435
Figura 80 – Marcha das Margaridas 2011. Mulher da 3ª idade caminha com firmeza	435
Figura 81 – Marcha das Margaridas 2011. Mulheres exigem direitos sobre seus próprios corpos	436
Figura 82 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada. Imagens de Maria da Penha e Margarida Alves.....	437
Figura 83 – Marcha das Margaridas 2011 com foto de Elizabeth Teixeira	437
Figura 84 – Marcha das Margaridas 2011. Mulher negra concentrada na caminhada	438
Figura 85 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada	439
Figura 86 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada	439
Figura 87 – Marcha das Margaridas 2011. A beleza das bandeiras multicoloridas.....	440
Figura 88 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada	441
Figura 89 – Marcha das Margaridas 2011. Faixa da Marcha Mundial das Mulheres	441
Figura 90 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada. Mulheres transformando a economia.....	442
Figura 91 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada “É o querer das margaridas”	442
Figura 92 – Marcha das Margaridas 2011. Bonecas gigantes animam a caminhada	443
Figura 93 – Marcha das Margaridas 2011.	443
Figura 94 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada	444
Figura 95 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada	444
Figura 96 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada – Um pedido para a presidenta Dilma	445

Figura 97 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada. Painel com foto de Margarida Alves.....	446
Figura 98 – Marcha das Margaridas 2011. Concentração na Praça dos Três Poderes	447
Figura 99 – Marcha das Margaridas 2011. Concentração na Praça dos Três Poderes	448
Figura 100 – Marcha das Margaridas 2011. Concentração na Praça dos três Poderes	448
Figura 101 – Concentração na Praça dos três Poderes	449
Figura 102 – Concentração na Praça dos três Poderes	449
Figura 103 – Marcha das Margaridas 2011. Ato público com Carmem Foro	449
Figura 104 – Marcha das Margaridas 2011. Ato público com Carmem Foro e Letícia Sabatella	450
Figura 105 – Marcha das Margaridas 2011. Ato público com Elizabeth Teixeira	450
Figura 106 – Bandeiras, faixas e um painel gigante com a foto de Margarida Alves	451
Figura 107 – Marcha das Margaridas 2011. Somos todas Margaridas.....	452

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Pesquisa de campo – Tempos e espaços percorridos – Quadro sinóptico.....	38
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAT – Associação Agroecológica Tijupá

ACESA – Animação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura

ACR – Associação Cristã Rural

AIMTR – Articulação das Instâncias das Mulheres Trabalhadoras Rurais

AMB – Articulação das Mulheres Brasileiras

AMUTRES – Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia

ANMTR – Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais

APROSUR – Associação de Pequenos Produtores Rurais do Sul de Roraima

CAMUTRA – Centro de Associação de Mulheres Trabalhadoras do Acre

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CECOR – Centro de Educação Comunitária Rural

CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviços

CESIR – Centro de Estudo Sindical Rural

CF8 – Centro Feminista 8 de Março

CLI – Comitê de Ligação Internacional

CMN – Casa da Mulher do Nordeste

CNMTR – Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag

CNMTR – CUT – Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT

CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas

CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura

COOPROFAM – Confederação de Organizações de Produtores Familiares, Camponeses e Indígenas no Mercosul Ampliado

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DNTR – Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT

ENFOC – Escola Nacional de Formação da Contag

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FETAEMA – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Maranhão

FETAESC – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina

FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FETAGRI-PA – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará

FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco

FETRAECE – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará.

FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

FUNARTE – Fundação Nacional de Artes

GDF – Governo do Distrito Federal

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

INCA – Instituto Cajamar

MAB – Movimento de Atingidos por Barragens

MAMA – Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

MLT – Movimento de Luta pela Terra

MMA – Movimento de Mulheres Agricultoras

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

MMM – Marcha Mundial das Mulheres

MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

MMTR-SE – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sergipe

MMTR-NE – Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste

MMTR-RS – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do RS

MMTRSC – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central

MNQCB – Movimento Nacional de Mulheres Quebradeiras de Coco

MORIVA – Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba

MPMP – Movimento Popular de Mulheres do Paraná

MST – Movimento dos Sem-Terra

NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OXFAM – Oxford Committee for Famine Relief (Comitê de Oxford de Combate à Fome)

PADRSS – Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário

PPIGRE – Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia

PT – Partido dos Trabalhadores

REDELAC – Rede de Trabalhadoras Rurais da América Latina e do Caribe

SAAP – Serviço de Análise e Assessoria a Projetos

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SOF – Sempre Viva Organização Feminista

SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

STTR – Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

UBM – União Brasileira de Mulheres

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIFEM – Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Mulheres

INTRODUÇÃO

No dia 10 de agosto de 2000, com o lema *2000 Razões para Marchar Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista*, teve lugar, em Brasília, uma das maiores manifestações públicas de mulheres trabalhadoras ocorridas na capital do Brasil: a *Marcha das Margaridas*. Decorrente de um amplo processo de mobilização nacional, a Marcha envolveu 20 mil mulheres procedentes de várias regiões do País.

Reeditada no ano de 2003 e depois no de 2007, a *Marcha das Margaridas* mobilizou cerca de 40 e 50 mil mulheres, respectivamente. Ela representa uma pluralidade e uma diversidade de mulheres agricultoras familiares, assentadas, quebradeiras de coco, seringueiras, extrativistas, ribeirinhas, pescadoras, quilombolas, mulheres do campo, das águas e das florestas.

Em marcha, essas mulheres adentraram o espaço público e pleitearam sua visibilidade, sem abrir mão de reivindicações históricas dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais. Elas pautaram novas questões, demandaram a afirmação de outras identidades na sua construção como sujeito político, e ampliaram o campo de temas e problemas que adentra o universo da cultura, da economia, das relações sociais e políticas.

É sobre essa Marcha que irei falar...

Esta tese se propõe a problematizar, de modo específico, a constituição do sujeito político. De modo específico, porque situado no espaço e no tempo: a análise parte de uma etnografia da *Marcha das Margaridas*¹, aqui considerada, como argumentarei adiante, um

¹ Sempre que a palavra “Marcha” aparecer com “M” maiúsculo, estarei me referindo à *Marcha das Margaridas*.

movimento de mulheres do campo e da floresta, que se expressa numa manifestação pública, um ritual político que assume a forma de uma marcha, caminhada, expressão ativa desse movimento², que busca dar visibilidade às suas demandas e estabelecer processos de diálogo e negociação com o Estado. Fruto de uma articulação coordenada pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Marcha envolve várias organizações, dentre as quais as organizações feministas, vários movimentos de mulheres e centrais sindicais, mobilizando mulheres de vários segmentos sociais (agricultoras, camponesas, extrativistas, ribeirinhas, pescadoras e assentadas). Ocorrida pela primeira vez no ano 2000, ela realizou, em 2011, sua quarta ação e reuniu, em Brasília, cerca de 100.000 mulheres. É a partir do seu fazer que inicio o meu percurso investigativo.

Nesta introdução, procuro reconstituir o processo de definição do objeto e do desenho metodológico desta pesquisa, apontar os caminhos teóricos e refletir sobre o processo da pesquisa de campo. Ao final da introdução, apresento o modo como se estruturam os capítulos.

O meu encontro com o tema

A inspiração para esta pesquisa veio de experiências vividas com mulheres por meio da pesquisa acadêmica e de outras voltadas à intervenção social. Tendo concluído o meu mestrado em Sociologia, passei a desenvolver trabalhos relacionados à formação e à pesquisa que envolve populações rurais e, talvez, como resultado de um processo engendrado pelo entrelaçar de ações intencionais, mas não planejado ou desejado individualmente, para utilizar uma linguagem “norbertiana”, voltei a minha atenção para estudos que tinham como foco o desenvolvimento rural. Nessa perspectiva, particularmente, em três momentos, pude desenvolver trabalhos com mulheres. O primeiro ocorreu no início dos anos 2000, quando fui contratada pelo Projeto Microbacias 2 (Banco Mundial) em Santa Catarina, para realizar

² Até a Marcha de 2003, as “margaridas” eram identificadas como trabalhadoras rurais. Na Marcha de 2007, atendendo a uma reivindicação das mulheres extrativistas, as “margaridas” passam a ser identificadas como “mulheres do campo e da floresta”. Trata-se, portanto, de uma categoria identitária negociada.

um estudo sobre a participação das populações rurais nos grupos de animação e associações de desenvolvimento. O que pude perceber ali é que a divisão sexual do trabalho que se observava na unidade familiar se refletia na constituição dos espaços públicos. Quando eu perguntava a alguns técnicos/extensionistas sobre a pouca ou a não participação das mulheres nos espaços de decisão das associações, não era incomum ouvi-los dizer que esse era um problema cultural, de modo que “o cultural” quase sempre justificava o engessamento das relações de gênero, diante do qual pouco se pode fazer.

Em 2006, fui contratada pela Sempre Viva Organização Feminista (SOF), uma ONG feminista, por meio de um convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para fazer um diagnóstico da dinâmica de implementação das políticas públicas formuladas pelo Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE/MDA) nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a fim de identificar os limites e as potencialidades encontradas no seu processo de implementação, bem como desenvolver ações que pudessem dinamizá-las. Da mesma forma, observei que a participação das mulheres na elaboração de políticas públicas ou mesmo no acesso a essas políticas refletia a forma como as relações de gênero eram construídas no interior da família.

Em 2008, realizei uma pesquisa que objetivou identificar e analisar as principais questões de gênero e geração presentes nas relações sociais e produtivas que se estabeleciam entre os membros das famílias residentes nas comunidades rurais envolvidas no Projeto Microbacias 2, contratante do estudo.³ Aqui, novamente, observei uma certa ausência das/os jovens nos espaços de decisão, refletindo a sua posição de inferioridade na hierarquia social no interior das famílias agricultoras, cuja divisão do trabalho se sustenta não apenas numa relação de oposição complementar entre os sexos, mas também na hierarquia dos grupos de idade, nos quais a/o jovem, particularmente, a jovem mulher, ocupa os degraus mais baixos. Normalmente, o pai, chefe da família, concentra o poder de decidir sobre o futuro da

³ O resultado dessa pesquisa pode ser encontrado em SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide e MENEZES, Marilda (Orgs.). *Gênero e Geração em Contextos Rurais*. Florianópolis: Ed. Mullheres, 2010.

propriedade e de seus integrantes e representa a família nos espaços públicos e/ou espaços coletivos. As mulheres, especialmente as mais jovens, quase sempre encontram dificuldades de expressar suas opiniões, de fazer valer suas ideias, de bancar, ganhar e barganhar o apoio aos seus projetos.

Os três momentos apontados acima foram fundamentais na minha trajetória como pesquisadora, porque me despertou para a problemática de gênero e para a condição da mulher no meio rural. Mas foi em novembro de 2008, durante a 4ª Plenária Nacional de Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que ocorreu o meu primeiro contato com as mulheres trabalhadoras rurais propriamente dito, momento no qual fui convidada a participar da mesa de abertura com o tema *Conjuntura e cenários para construção de um desenvolvimento rural sustentável na perspectiva de gênero*. Como integrante da Rede de Colaboradores da Escola Nacional de Formação da Contag (Enfoc), já vinha trabalhando nos processos formativos com a temática do desenvolvimento rural, e a perspectiva de gênero apenas tangenciava minhas abordagens. Entretanto, o debate foi muito rico, não só porque eu tinha como debatedoras duas grandes ativistas feministas, Nalu Faria e Sílvia Camurça, mas, sobretudo, pela fala das mulheres ali presentes, pelos seus questionamentos, suas histórias, suas denúncias. Estavam presentes naquele encontro cerca de 700 mulheres de todos os cantos e recantos do país, e então percebi que ali havia força, havia movimento.

O Encontro ocorreu em Luziânia/GO, município próximo ao Distrito Federal, e eu retornaria apenas no dia seguinte, de modo que pude acompanhar e observar os trabalhos desenvolvidos durante o resto do dia. Pernoitei ali mesmo, no Centro de Treinamento Educacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), local do encontro e onde as mulheres estavam alojadas. Entabulei conversa com algumas delas e conheci grandes lideranças como Raimunda Mascena e Carmen Foro. A primeira teve papel decisivo na articulação da coordenação da primeira Marcha das Margaridas e participou da coordenação da segunda; Carmem Foro esteve à frente da terceira Marcha. Foi ouvindo seus relatos que percebi que a Marcha das Margaridas era muito mais do que uma ação coletiva protagonizada por mulheres. Havia ali, parecia-me, um emaranhado de sentidos e significados a serem desvelados. E o que

se revelava ainda mais intrigante: não era um movimento apenas de trabalhadoras rurais, envolvia outros segmentos sociais de mulheres do campo, o que me pareceu surpreendente, visto que o corporativismo ainda é uma marca muito forte da cultura política do movimento sindical “contaguiano”.

No ano seguinte, precisamente em março de 2009, fui convidada a participar, como observadora do 10º Congresso Nacional da Contag, e acompanhar as calorosas discussões e os acirrados debates na Comissão Nacional de Mulheres. Então percebi o quanto a Marcha se constituía num elemento unificador e articulador de mulheres com posicionamentos ideológicos tão díspares, ainda que pertencentes a uma mesma categoria: a de trabalhadoras rurais. De onde vem esse poder articulatório da Marcha? Quem é o seu sujeito político? Como ele se constrói em meio a tantas diferenças? Foram estas indagações que me conduziram à elaboração do projeto que apresentei ao Programa de Doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP.

A Marcha das Margaridas é hoje uma das maiores manifestações populares que ocorrem no país e que integram a agenda dos movimentos sociais do campo. Isso posto, considero que, do ponto de vista acadêmico, a temática proposta traz contribuições ao debate sobre a participação política das mulheres rurais, potencializa o avanço da reflexividade crítica rumo a novas práxis políticas, a novas formas de agir no mundo. Nesse sentido, busco, nas experiências da dimensão vivida da participação, inscritas na Marcha das Margaridas, o substrato para que tal reflexividade se realize.

Essas questões são, acima de tudo, desafios teóricos, pois colocam a necessidade de se produzir teorias que nos permitam pensar os sujeitos em termos de pluralidade e diversidade e não apenas de unidades e universais (SCOTT, 1999). É nessa perspectiva que, percorrendo a trajetória da Marcha das Margaridas, tomo-a como palco onde as relações se estabelecem e em meio às quais os sujeitos se constituem.

Sujeito, experiências e subjetividades: a urdidura teórica

Esta pesquisa está situada no campo da antropologia da política, em estreito diálogo com os estudos de gênero, e possui algumas delimitações teóricas que especifico a seguir, embora elas sejam retomadas mais adiante nos capítulos desta tese. Inicialmente, convém, então, explicitar a noção de sujeito político que orientará a minha análise.

A Marcha das Margaridas é uma ação dos movimentos de mulheres. Ser mulher, portanto, identifica de antemão o sujeito da ação, conquanto não revele tudo sobre ele. “Ser mulher” é apenas uma “marca” dentre outras, ponto de apoio temporário às posições de sujeitos e refere-se a uma condição historicamente construída. Assim, ao considerar a categoria ‘mulher’, não estou buscando um sentido elucidado a partir de uma característica específica, mas da “elaboração de uma complexa rede de características a serem desveladas, em um contexto específico” (NICHOLSON, 2000, p. 35-36). Nesse sentido, essa categoria aqui é considerada como “uma categoria histórica e heterogeneamente construída dentro de uma ampla gama de práticas e discursos, e sobre os quais o movimento das mulheres se fundamenta”, sendo “utilizada para articular as mulheres politicamente, reconhecendo-se, contudo, suas temporalidades e densidades divergentes” (COSTA, 2002, p. 71).

Não obstante eu faça uso da categoria mulher, faço-o incorporando todas as críticas propostas pelos “estudos de gênero” às abordagens da Antropologia da Mulher dos anos 1970, ao questionar o caráter universal e essencialista atribuído à essa categoria, que assim opera “sob rasura” (HALL, 2009)⁴. Faço igualmente uso de “gênero” como categoria analítica conforme sugerido por Scott (1995). Partilho com Brah (2006, p. 131) a ideia de que:

⁴ Segundo Hall (2009), colocar conceitos-chave “sob rasura” indica que “eles não servem mais” – não são mais “bons para pensar” – em sua forma original, não reconstruída. Mas, uma vez que eles não foram dialeticamente superados e que não existem outros conceitos inteiramente diferentes que possam substituí-los, não existe nada a fazer senão continuar a se pensar com eles – embora agora em suas formas destotalizadas e desconstruídas (HALL, 2009, p. 104).

Nuestro genero se constituye y se representa de distintas formas segun nuestra ubicacion diferencial dentro de las relaciones globales de poder. Nuestra insercion en estas relaciones globales de poder se realiza a traves de una multitud de procesos economicos, politicos e ideologicos. Dentro de estas estructuras de relaciones sociales no existimos simplemente como mujeres, sino como categorias diferenciadas, tales como «mujer de clase trabajadora», «mujer campesina» o «mujer migrante». Cada elemento hace referencia a una especificidad en la condition social. Las vidas reales se forjan mediante una compleja articulacion de estas dimensiones. Hoy es algo axiomatico en la teoria y la practica feminista que la «mujer» no es una categoria unitaria. Aun asi, esto no significa que la categoria en si misma carezca de sentido. El signo «mujer» tiene su propia especificidad constituida dentro de y a traves de configuraciones historicamente especificas de relaciones de genero.

Parto, assim, do pressuposto de que todo sujeito político é construído a partir de contextos específicos, e constituído por múltiplas posições plurais, contraditórias e contingentes (BUTLER, 2003; 1998; BRAH, 2011 [1996]).

Dessa forma, reconhecemos a contribuição que as chamadas teorias pós-estruturalistas têm dado para a formulação de uma crítica ao universalismo e ao essencialismo, ao questionar categorias unitárias e universais e tornar históricos conceitos que são normalmente tratados como naturais como, por exemplo, o conceito de ‘mulher’ (SCOTT, 1999a, p. 204). Além disso, a crítica pós-estruturalista inclui também certa concepção em torno da compreensão de como se constitui esse sujeito, reconhecendo que “o sujeito se constrói dentro de significados e de representações culturais, os quais, por sua vez, encontram-se mascarados por relações de poder” (COSTA, 2000, p. 57).

Tentando evitar uma unidade pré-estabelecida do lugar da “mulher”, estamos definindo-a como posicionalidade⁵, em que posição se refere a uma “identidade politicamente assumida, que está invariavelmente ligada à localização do sujeito (seja ela social, cultural, geográfica, econômica, sexual e assim por diante) e a partir da qual interpretamos o mundo e na qual nos fundamentamos” (COSTA, 2002, p.76).

Tomando a categoria mulher como posicionalidade, ressalto o seu aspecto relacional, de modo a possibilitar que as diferentes posições ocupadas pelas mulheres possam

⁵ Sobre o conceito de identidade como posicional, ver Hall (2009).

ser utilizadas como um lugar no qual elas se engajam na construção de significados. Nesse sentido, o lugar é marcado por tensões, conflitos e diferenças, de modo que os posicionamentos são múltiplos e algumas vezes contraditórios.

A Marcha como a expressão da agência coletiva das mulheres está, assim, profundamente marcada por diferentes posições de sujeito político, ainda que não, necessariamente, enquanto tal, encarne a perfeição de certas noções do “político”, em que a agência política assinale um certo tipo de “consciência” e um certo tipo de “ação”.⁶

Nesse sentido, a identidade aqui é considerada como “um lugar de posições múltiplas e variáveis dentro do campo social” (COSTA, 2002, p. 7). Ela é, portanto, sempre contingente e precária, “fixada temporariamente na intersecção das posições de sujeito”, e é impossível “falar do agente social como se estivéssemos lidando com uma entidade unificada, homogênea” (MOUFFE, 1999, p. 32-33).⁷

A noção de interseccionalidade me parece interessante para pensar essa questão. Ela parte do reconhecimento de que o campo social está intersectado por várias camadas de subordinação ou eixos da diferença, tais como gênero, raça, etnia, classe, idade etc., que se encontram mutuamente imbricados, em que cada categoria produz efeitos articulatórios sobre as outras em contextos históricos e geográficos específicos (COSTA, 2002). Como diz Butler (2003, p. 20): “Se alguém ‘é’ mulher, isso não é tudo que tal sujeito é”. Esse sujeito é intersectado por modalidades raciais, étnicas, sexuais, regionais, de classe etc., constitutivas de suas identidades. Segundo Nicholson (2000), se não levarmos em conta as formas de intersecção entre essas diferenças, gera-se “a tendência de se pensar o gênero como o representativo do que as mulheres têm em comum, e aspectos de raça e classe como indicativos do que elas têm de diferente” (NICHOLSON, 2000, p.3).

⁶ Estou seguindo a pista analítica fornecida por Brah (2011 [1996], p.164), ao analisar os dilemas vividos pelas mulheres muçulmanas em relação ao trabalho remunerado.

⁷ A noção de interseccionalidade e posicionalidade do sujeito me parece ir ao encontro do conceito de “indivíduo” de Strathern (2006), para quem as pessoas se constituem a cada momento, em cada relação e por meio dela, como parcialidades, e não como unidade primária implicada na ideia de indivíduo, o que possibilita pensar a “mulher” em sua multiplicidade, esta compreendida a partir das relações que a constituem.

Não aceitar a identidade como essência não implica negar a existência de sujeitos políticos e da prática política. Ou, como salienta Facchini (2009, p.77):

Não se trata de refutar a utilização de categorias que façam referência ao sujeito do movimento, visto que são necessárias à ação política: manifestações, esforços legislativos ou visando ao acesso a políticas públicas precisam fazer reivindicações em nome de sujeitos determinados. Trata-se apenas de manter um olhar atento às inclusões e às exclusões e também às possibilidades e aos limites que se colocam no processo cotidiano de trazer dado sujeito político e suas demandas para o espaço público. Tal olhar possibilita tomar os sujeitos enunciados pelo movimento como termos sempre abertos a inclusões, acolhendo novas e diferentes demandas e questionando arranjos hierárquicos.

Segundo Mouffe (1999, p. 46), “a ausência de uma identidade essencial e de uma unidade prévia não impede [...] a construção de múltiplas formas de unidade e de ação comum”, e pode, pois, ser estabelecidas formas precárias de identificação⁸ ao redor da categoria ‘mulheres’, resultantes da criação de pontos nodais⁹, a partir das quais se estabelecem fixações parciais.

Nesse sentido, a autora atribui uma importância decisiva ao aspecto da “articulação”. Segundo ela,

Negar a existência de um vínculo a priori, necessário, entre as posições de sujeito, não quer dizer que não existam constantes esforços para estabelecer entre elas vínculos históricos, contingentes e variáveis. Este tipo de vínculo estabelecido por uma relação contingente, não predeterminada, entre várias posições, é o que designamos como “articulação”. Embora não exista um vínculo necessário entre as diferentes posições de sujeito, no campo da política sempre há discursos que tratam de promover uma articulação entre elas, desde diferentes pontos de partida (MOUFFE (1999, p. 33-34).

Assim, compreendo as mulheres inseridas na Marcha como inscritas em uma multiplicidade de experiências ainda que articuladas em uma posição particular de sujeito, e tal articulação se dá a partir de identificações, que promovem uma certa forma de unidade discursiva, mesmo que parcial e contingente.

⁸ Segundo Hall (2009, p. 106) , a “abordagem discursiva vê a identificação como uma construção, como um processo nunca completado – como algo sempre “em processo”. Ela é “ao fim e ao cabo condicional; ela está, ao fim e ao cabo, alojada na contingência.”

⁹ O ponto nodal se refere ao discurso capaz de articular as mais diversas demandas, ou ainda, ao momento aglutinador do discurso (LACLAU & MOUFFE, 1987).

Interessa-me apreender e entender a Marcha como um espaço de disputa política, por meio do qual as categorias identitárias são criadas e recriadas, e a categoria *mulheres do campo e da floresta* como posição assumida, vinculada ao lugar onde essas mulheres se situam. Assim, busco compreender o processo de articulação entre as diferentes posições de sujeito. Nesse sentido, vale destacar que o uso da nomeação *Mulher do campo e da floresta* é algo recente. Até a Marcha de 2003, as mulheres eram nomeadas como mulheres trabalhadoras rurais. Assim, a partir da 3ª ação, a Marcha muda a categoria de referência ao seu sujeito político. A mudança foi uma reivindicação das mulheres extrativistas, que não se viam ali representadas, uma mudança acolhida sem maiores embates. Mesmo representando a Contag, a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, no âmbito da Marcha, não reivindica a legitimidade da categoria “trabalhadoras rurais”, nem investe na criação de meios e espaços para reproduzi-la. Mulher do Campo e da Floresta é, portanto, uma categoria que busca unificar as diferentes situações experienciadas pelas mulheres, apesar de ser comum a coexistência de diversas maneiras de denominação dos vários sujeitos políticos que se inserem na Marcha e constituem o seu sujeito político.

Como sublinha Laclau (1986, p. 43-44), para entender a dinâmica dos movimentos políticos contemporâneos, é sumamente importante entender os agentes sociais no interior de suas lutas como “uma pluralidade, dependente das diversas posições do sujeito por meio das quais é constituído dentro de diferentes formações discursivas. E entender que não há uma relação a priori, necessária, entre os discursos que constroem suas diferentes posições de sujeito”, embora isso não signifique que inexistem “esforços constantes para estabelecer entre elas conexões variáveis e historicamente contingentes”, conexões denominadas de “articulação”.¹⁰

Laclau & Mouffe (1987, p. 177) chamam de *discurso*, a totalidade estruturada que resulta da prática articulatória. Quando articuladas no discurso, as posições diferenciam

¹⁰ Para Laclau e Mouffe (1987, p. 113), o princípio da articulação está “en aceptar tanto la diversidad estructural de las diversas relaciones en que los agentes sociales están inmersos, como el hecho de que el grado de unificación que pueda existir entre las mismas no es la expresión de una esencia común subyacente, sino la resultante de una lucha y construcción políticas”.

são chamadas de *momentos*, e qualquer diferença que não esteja discursivamente articulada é chamada de *elemento*. Não se trata portanto de categorias fixas, dependendo do contexto, o *elemento* pode vir a ser *momento* e modificar a estrutura do *discurso*.

Seguindo essa linha analítica, compreendo a Marcha das Margaridas como uma prática articulatória que faz com que diferentes elementos, sejam diferentes grupos, diferentes movimentos, diferentes “bandeiras de luta” passem a agir de forma conjunta, articulada, configurando-se num *momento*, estruturando um discurso em torno de um sujeito político nomeado “mulheres do campo e da floresta”. Portanto, tal sujeito resulta de uma articulação entre algumas posições específicas de sujeitos, e essa categoria, que serve para nomeá-lo, e em nome do qual se fala é, portanto, criação do próprio movimento engendrado pela Marcha.

Entretanto, o sujeito político que resulta de tal prática articulatória é um sujeito-em-processo, em construção. Ele não pode ser definido como unidade, mas antes pela instabilidade (BUTLER, 2003; KRISTEVA, 1977)¹¹. Efeito de discursos, instituições e práticas, o sujeito-em-processo, segundo Brah (2011 [1996]), a qualquer momento experimenta a si mesmo como “unidade”, desempenha posições em que está situado e investido, e lhes dá significado. Nesse momento, ele parece ser marcado por um senso de coerência e continuidade.

Para essa autora,

Pensar la formación del sujeto como procesos significa reformular la cuestión de la «agencia». El «Yo» y el «nosotros» que actúan no desaparecen, pero lo que sí desaparece es la noción de que estas categorías son entidades ya existentes, unificadas y fijas, en lugar de modalidades de multi-posicionamiento marcadas de forma continua por las prácticas políticas y culturales del día a día (Brah, 2011 [1996], p.145).

¹¹ Para Kristeva (1977), o sujeito é essencialmente movimento. Revisitando a teoria psicanalítica, ela argumenta que, no lugar do sujeito “unitário”, se instala um sujeito-em-processo, no sentido mesmo de processo, de movimento, cuja representação é um espaço de mobilidade: “Le sujet unaire qu’a découvert la psychanalyse n’est qu’un moment, une phase d’arrêt, disons une stase, excédée par le mouvement et menacée par lui” (KRISTEVA, 1977, p. 56). O conceito é retomado por Butler (2003), quando propõe um sujeito-em-processo que é construído no discurso e pelos atos que performa.

O *momento*, apesar de contingente, acomoda, dá uma ideia de unidade, de estabilidade, mas o sujeito político que resulta de tal prática articulatória é um sujeito-em-processo, em construção. Ele é instável e contraditório, mas experimenta ou significa o *momento* como identidade, e esta entendida como “ese proceso a traves del cual la inestabilidad y la contradicción del sujeto-en-proceso se significa como poseedora de estabilidad y coherencia, como «nucleo» [...]” (BRAH, 2011 [1996], p. 180)¹²; no caso de agência coletiva, se anuncia como um “nós”, conquanto profundamente marcada por diferentes posições de sujeito político.

Se refletirmos sobre o sujeito político nos remete à ideia de um sujeito coletivo, de um “nós”, como compreender e interpretar as mulheres em suas singularidades? Afinal, ser uma “margarida” corresponde a situações muito heterogêneas, e cada uma dessas situações está relacionada a processos sociais diferentes, ainda que as “margaridas” se articulem em torno da categoria “mulher”.

Considerando, como Brah (2011 [1996], p. 152), a subjetividade¹³ como o modo em que a natureza precária e contraditória do sujeito-em-processo se significa ou se experimenta como identidade, tomo a Marcha das Margaridas também como um processo que concorre para a produção de subjetividades, ao mesmo tempo que é produzida objetiva e subjetivamente. Ressaltar a produção da subjetividade das “mulheres em marcha” não significa esquecer o modo em que sua condição está profundamente caracterizada por circunstâncias de privação material e simbólica, por processos de dominação e exploração, e por dinâmicas específicas de exclusão e estigmatização.

Oriento o meu olhar sobre a Marcha a partir de uma perspectiva que coloca em diálogo (e negociação) atores de dimensões culturais distintas, mediante os quais a

¹² Para Brah (2011, [1996]), p. 152), “as identidades estan marcadas por la multiplicidad de posiciones de sujeto que constituyen al sujeto. Por lo tanto, la identidad no es fija ni una; mas bien es una multiplicidad de relaciones en constante transformation. Pero en el curso de este flujo, las identidades asumen patrones espetificos, como en un caleidoscopio, al trasluz de conjuntos particulares de circunstancias personales, sociales e historicas”.

¹³ Subjetividade definida como “el espacio donde se desarrollan los procesos que dotan de sentido a nuestra relación con el mundo” (*ibidem*).

construção de categorias identitárias ocorre como “fruto das experiências sociais e processos de trocas e interações intersubjetivas entre atores ou grupos sociais” (SCHERER-WARREN, 1998, p. 3). Portanto, é necessário buscar o entendimento dos contextos intersticiais que constituem os campos identitários nas relações e nos processos interculturais que se desenvolvem no seu interior. Contextos que correspondem ao que Bhabha (2001, p. 20) designa como “entre-lugares”, ou seja, “momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais”. Ainda segundo esse mesmo autor, é na emergência dos interstícios que as experiências coletivas (e intersubjetivas), o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados. Assim, o espaço conformado pela Marcha das Margaridas pode ser percebido também como um “entre-lugar”: um espaço de negociação, contato, interação, diálogo e articulação onde diferentes grupos, de natureza político-cultural e social diversa, convivem e negociam a sua existência; um espaço fronteiro, situado entre as várias designações de identidades.

Nesse sentido, recorro analiticamente à noção de experiência, a fim de compreender o que é para as mulheres, sujeitos da pesquisa, estar na Marcha, fazer e ser parte dela; perceber como elas lidam com esse fazer em termos de experiências vividas, que é o que as constituem como sujeitos – afinal os sujeitos são constituídos pela experiência (SCOTT, 1999); compreender as múltiplas e heterogêneas formas em que elas expressam este ser, estar, transitar, significar; e a maneira como elas são afetadas por essa experiência.¹⁴Afinal, é essa trama de relações e experiências, menos visíveis, que tece a Marcha e a torna possível.

As mulheres, sujeitos da Marcha, a vivem como experiência social concreta. A experiência é o vivido, são os acontecimentos, as ações e, ao mesmo tempo, o sentido a elas atribuído (THOMPSON, 1981, p. 16). Como aponta De Lauretis (1984, p. 159),

I should say from the outset that, by experience, I do not mean the mere registering of sensory data, or a purely mental (psychological) relation to objects and events, or the acquisition of skills and competences by accumulation or repeated exposure. I use the term not in the individualistic, idiosyncratic sense of something belonging to one exclusively her own even though others might have "similar" experiences;

¹⁴ Sobre experiência na política, ver Quirós, 2010.

but rather in the general sense of a process by which, for all social beings, subjectivity is constructed. Through that process one places oneself or is placed in social reality, and so perceives and comprehends as subjective (referring to, even originating in, oneself) those relations – material, economic, and interpersonal – which are in fact social and, in a larger perspective, historical. The process is continuous, its achievement unending or daily renewed. For each person, therefore, subjectivity is an ongoing construction, not a fixed point of departure or arrival from which one then interacts with the world. On the contrary, it is the effect of that interaction – which I call experience; and thus it is produced not by external ideas, values, or material causes, but by one’s personal, subjective, engagement in the practices, discourses, and institutions that lend significance (value, meaning, and affect) to the events of the world.¹⁵

Explorar os sentidos da Marcha pelas mulheres implica restituir, na construção do dado, o seu caráter de experiência vivida, o seu fazer em experiência.

As noções e conceitos até aqui expostos me fornecem o referencial para lidar com os temas que envolvem a constituição do sujeito político e as subjetividades. Mas os sujeitos aos quais me refiro se encontram situados no espaço conformado pela Marcha das Margaridas que, embora não corresponda, necessariamente, às definições de movimentos sociais típicos na análise sociológica, é movimento, ou pelo menos, como uma forma de ação, é uma “forma movimento”, para tomar de empréstimo o termo cunhado por Marcelo Rosa.¹⁶ Mais do que a mera reunião de mulheres reivindicando direitos, a Marcha é uma forma específica de organização política, constituída por movimentos; compreende uma organização própria e aciona um determinado tipo de repertório de ação coletiva. Ela compreende regras, um vocabulário específico e elementos dotados de forte simbolismo como lenços, chapéus, bandeiras e outras simbologias específicas, tomados como seus marcos distintivos; configura

¹⁵ “Devo dizer desde já que, por ‘experiência’, eu não me refiro ao mero registro de dados sensoriais ou a uma relação mental (psicológica) de objetos e eventos, ou ainda à aquisição de habilidades e competências pela acumulação ou exposição repetida. Eu uso o termo não no sentido individualista, idiossincrático, de algo que pertence exclusivamente a si próprio, embora outros possam ter experiências ‘similares’, e sim no sentido geral, de um processo pelo qual para todos os seres sociais a subjetividade é construída. Mediante esse processo, alguém se coloca a si mesmo, ou é colocado, na realidade social, e assim compreende como subjetivas essas relações – materiais, econômicas e interpessoais – que são, de fato, sociais e, numa perspectiva mais ampla, históricas. O processo é contínuo, a sua realização é interminável e diariamente renovada. Para cada pessoa, portanto, a subjetividade é uma construção permanente, não um ponto fixo de partida ou de chegada a partir do qual, na sequência, interage com o mundo. Pelo contrário, é o efeito dessa interação – a qual eu chamo experiência; e, portanto, não é produzido por ideias externas, valores ou causas materiais, mas por algo pessoal, subjetivo, engajado nas práticas, discursos e instituições que emprestam significação (valor, significado e afeto) para os eventos do mundo” [tradução minha].

¹⁶ “Forma movimento” é a designação usada por Rosa (2009; 2011) para se referir às ocupações de terra como formas de ações utilizadas para iniciar processos específicos de conflitos de grupos rurais com o Estado.

uma *linguagem social*, uma forma diferente de reivindicar demandas sociais ao Estado (Sigaud, 2000). Essa combinação de aspectos constitui uma forma específica de organização política: a Marcha das Margaridas.

Para compreender a conexão entre eventos e sujeitos, os processos anteriores e os agentes que contribuíram para o surgimento da Marcha, me inspiro no conceito de “figuração” de Norbert Elias (1994), e busco, nas condições sociais que favoreceram tal figuração, o aporte para entender as mudanças que produziram essa forma movimento, entender, enfim, como a Marcha se tornou possível, como as relações sociais foram se tecendo de modo a favorecer o seu surgimento.

Para pensar o processo de constituição dos sujeitos políticos no espaço configurado pela Marcha das Margaridas, irei considerar o conceito de *campo* e de *arena*, tal como formulados por Swartz (1968). As duas noções, *campo* e *arena*, não se confundem com um espaço físico, são espaços relacionais, e assim leva em consideração os atores que os constituem e a dinâmica entre eles. O autor demarca esses dois conceitos¹⁷:

A field is defined by “the interest and involvement of the participants” in the process being studied and its contents include the values, meanings, resources, and relationships employed by these participants in that process. The contents and the organization, as well as the membership, of the field change over time as new participants become involved; former participants disengage; new resources, rules, meanings, or values are brought to bear or old ones are withdraw; and relations within the field change. Given the fluidity and the absence of any claim to being all inclusive, it seems to me that the value of the concept can be increased by defining a social and cultural area which is immediately adjacent to the field both in space and in time. [...] a social and cultural space around those who are directly involved with the field participants but are not themselves directly involved in the processes that that define the field. [...] The contents of this second space, which I will call – with some reluctance – the “arena”, depend upon relations with participants in the field, but it includes more than field. In addition to the actors who populate it, the arena also contains the repertory of values, meanings, and resources these actors possess, together with the relationships among them and with the member of the field. Values, meanings, and

¹⁷ O conceito de *campo* de Swartz (1968) guarda muita semelhança com o de Turner (2008[1974], p. 118), para quem *campo político* se define como “a totalidade de relações entre atores orientados para os mesmos prêmios ou valores”, incluindo nas “relações” os “valores, significados e recursos”. Entretanto, em relação à noção de *arena*, o próprio Turner admite fazer uma utilização dela que difere em muito da de Swartz, e faz uma crítica a este último. Para Turner, a maneira como Swartz insere a noção de *arena* sugere que “aqueles que são ativos em um campo são inativos ou passivos em sua arena” (TURNER, (2008[1974], p. 120).

resources possessed by the field participants but not employed by them in the process which constitute the field are also part of the arena¹⁸ (Swartz, 1968, p. 9, grifos do autor).

Arena e campo são conceitos interdependentes que, segundo Swartz (1966), permitem estudar ações políticas a partir de situações objetivas. A utilização de tais conceitos me parece ser útil por instrumentalizar a delimitação do espaço político de atuação da Marcha das Margaridas, sem desconsiderar a sua dinamicidade e processualidade, dada a flexibilidade do *campo* que pode se contrair ou se expandir para fora dos seus limites, de acordo com a entrada e saída de atores, ou com as mudanças nas atividades de interação, já que a sua delimitação é definida pelo interesse e envolvimento dos participantes do processo estudado, incluindo os valores, os significados, os recursos e as relações empregadas. A ênfase aqui recai sobre as relações interativas entre atores sociais em fluxo. E se a “arena” é o espaço social coberto pelo campo, é possível então ressaltar os valores, os significados e os recursos em jogo.

Essas relações no *campo* estão sempre em processo, elas fazem e se desfazem, se constroem, se mantêm, se enfraquecem, se reconstroem ou são rearticuladas. Entretanto, considerando que os sujeitos no *campo* estão imersos em relações de poder, essas são constitutivas das relações que ali se estabelecem. Ora, “o poder é uma característica estrutural das relações humanas – de todas as relações.” (ELIAS, 2005, p. 81). É sempre relacional, se bem que, como adverte Foucault (1999 [1979], p. 183), não deve ser tomado como um fenômeno de dominação de um grupo sobre outro, de um indivíduo sobre outro, mas como

¹⁸ Um campo é definido pelo “interesse e envolvimento dos participantes” no processo que está sendo estudado, e o seu conteúdo inclui os valores, significados, recursos e relações utilizadas por esses participantes nesse processo. Os conteúdos e a organização do campo se transformam, ao longo do tempo, pela adesão de novos membros, pelo envolvimento de novos participantes e o afastamento de outros mais antigos; novos recursos, regras, significados ou valores são introduzidos, outros retirados. E as relações no interior do campo mudam. Dada essa fluidez e a ausência de qualquer pretensão de ser totalmente inclusiva, parece-me que o valor do conceito pode ser aumentado através da definição de uma área social e cultural, que é imediatamente adjacente ao campo tanto no espaço quanto no tempo. [...] um espaço social e cultural que circunda aqueles que estão diretamente envolvidos com os participantes do campo, mas não estão eles mesmos diretamente envolvidos nos processos que definem o campo. [...] O conteúdo desse segundo espaço, que eu chamarei – com alguma relutância – “arena”, depende das relações com os participantes do campo, mas inclui mais do que o campo. Além dos atores que a povoam, a arena também contém o repertório de valores, significados e recursos que esses atores possuem, juntamente com os relacionamentos entre eles com os membros do campo. Também fazem parte da arena valores, significados e recursos possuídos pelos participantes, mas que não são empregados nos processos que constituem o campo [tradução minha].

“um conjunto de ações possíveis”, que funciona e se exerce em rede. Portanto, apesar de o poder em si não ser o objeto da minha análise, importa-me estar atenta às formas como ele opera no *campo*, as suas estratégias, as suas expressões e as redes de relações que ele engendra. Afinal, os sujeitos aos quais me refiro carregam a marca da diferenciação de gênero, e o gênero, como adverte Scott (1995, p. 86), “é uma forma primária de dar significado às relações de poder”.

A expressão política da Marcha das Margaridas, na sua forma simbólica, é consubstanciada na marcha propriamente dita, na caminhada, que contém uma dimensão simbólica, expressiva e de produção de subjetividade. Os símbolos da Marcha, a bandeira, as cores, os lenços, os adereços (chapéu de palha ou boné), tudo isso é motivo de discussões, negociações e acordos, revelando a dimensão política dos símbolos. Assim, o aspecto simbólico da Marcha e os seus efeitos políticos passaram a me chamar a atenção, de modo que passei a considerar que a ação ritual da Marcha é constitutiva do processo de construção do seu sujeito político.

Encontrei em Peirano (2002) o suporte teórico para dirigir um olhar sobre a Marcha como um ritual¹⁹. Recorrendo a Tambiah (1985), a autora afirma que os eventos que os antropólogos definem como rituais parecem partilhar de alguns traços, quais sejam: uma ordenação que os estruturam, um sentido de realização coletiva com propósito definido, e também uma percepção de que eles são diferentes dos do cotidiano. Em *Culture, Thought and Social Action*, Tambiah (1985) apresenta o ritual como tendo um efeito agregador, capaz de provocar o equilíbrio, a união coletiva entre indivíduos ou grupos envolvidos, e o define como:

Ritual is a culturally constructed system of symbolic communication. It is constituted of patterned and ordered sequences of words and acts, often expressed in multiple media, whose content and arrangement are characterized in varying degree by formality (conventionality), stereotypy (rigidity), condensation (fusion), and redundancy (repetition). Ritual action in its constitutive features is

¹⁹ Assim como Palmeira e Heredia (1995, p. 37) em relação aos comícios, eu também não me preocupo com a propriedade ou impropriedade de me referir à marcha como um ritual. Assim como eles, também acredito que o fundamental é pensar as relações que se estabelecem entre eventos vividos como excepcionais, como é a marcha e o cotidiano ao qual ela se refere.

performative in these three senses: in the austinian sense of performative, where in saying something is also doing something as a conventional act; in the different sense of a staged performance that uses multiple media by which the participants experience the event intensively; and in the sense of indexical values – I derive this concept from Peirce – being attached to and inferred by actors during the performance (TAMBIAH, 1985, p. 128)²⁰.

Assim, para esse autor, o ritual é uma ação performativa, que apresenta uma eficácia, e esta ocorre em três sentidos: primeiro, no sentido de que “dizer algo” é também “fazer algo”; segundo, no sentido dos participantes experimentarem uma performance que utiliza vários meios de comunicação; e, por último, no sentido de que valores durante a performance são incorporados pelos atores. Portanto, a ação ritual transmite significados e cria realidade social. Apresenta, pois, um aspecto performativo e criativo. Ainda para o mesmo autor, a eficácia e o caráter performativo da ação ritual se devem à combinação entre sua forma e o seu conteúdo: “[...] the ordering and the pattern of presentation of the ritual language, physical gestures, and manipulation of substances is the form of the ritual: form is the arrangement of contents” (TAMBIAH, 1985, p. 143).²¹

Quatro aspectos do pensamento de Tambiah (1985) podem ser úteis para analisar a Marcha: i) a ação ritual tem uma intencionalidade; ii) é construída para expressar e comunicar; iii) apresenta-se de forma ordenada e padronizada; iv) permite a integração e a continuidade de relações interpessoais. Contudo, a teoria de Victor Turner me permite a incorporação do conceito de experiência, algo que sempre me pareceu importante para captar os sentidos da Marcha para aquelas que a tecem.

²⁰Ritual é um sistema culturalmente construído de comunicação simbólica. Ele é constituído de sequências padronizadas e ordenadas de palavras e atos, frequentemente, expressos em múltiplas mídias, cujos conteúdo e arranjo são caracterizados em grau variável por formalidade (convencionalidade), estereótipo (rigidez), condensação (fusão) e redundância (repetição). A ação ritual nos seus traços constitutivos é performativa nestes três sentidos: no sentido austiniano de performativo, onde dizer é também fazer algo como um ato convencional; no sentido diferente de uma performance encenada que utiliza vários meios de comunicação através dos quais os participantes experimentam o evento intensamente, e no sentido dos valores indexicais. Eu derivo este conceito de Peirce – vinculados ou inferidos pelos atores durante a performance [tradução minha].

²¹[...] A ordem e o padrão de apresentação da linguagem ritual, gestos físicos, e a manipulação de substâncias é a forma do ritual: a forma é o arranjo de conteúdos"[tradução minha].

A noção de experiência²² como recurso analítico possibilita apreender, por exemplo, o que é para as mulheres ser uma Margarida, que sentido tem para elas estar em marcha. Essa dimensão da experiência vivida também as constitui como mulher, e explorar os sentidos e significados da Marcha para elas implica considerar o caráter dessa experiência vivida: como as mulheres vivem, percebem, significam e são afetadas pela Marcha?

Ao me deparar com o pensamento de Turner, vi a possibilidade de recuperar essa dimensão do vivido na dimensão simbólica da Marcha, recorrendo analiticamente à noção de experiência.

Turner (1986) considera que a experiência tem qualidades estruturais identificáveis; trata-se de uma estrutura processual complexa, que combina facetas interdependentes: cognitiva, afetiva e volitiva, e abrange, além dos sensoriais, os sentimentos e expectativas. Dawsey (2005), analisando a antropologia da experiência em Turner, apresenta cinco “momentos” descritos por ele em relação à estrutura processual de cada experiência vivida:

1) Algo acontece ao nível da percepção [...]; 2) imagens de experiências do passado são evocadas ou delineadas – de forma aguda; 3) emoções associadas aos eventos do passado são revividas; 4) o passado articula-se ao presente numa “relação musical” [...] tornando possível a descoberta e a construção de significados; 5) a experiência se completa através de uma forma de “expressão”. Performance – [...] – refere-se, justamente, ao momento da expressão. A performance completa uma experiência (*ibidem* p. 164, grifos do autor).

Depois de delinear tais momentos – o núcleo perceptivo, a evocação de imagens do passado, o reavivamento de sentimentos associados, a emergência de significado e valor e, finalmente, a expressão da experiência –, Turner (1982, p. 15) argumenta que só é realmente no quinto momento de “expressão” que a unidade estruturada de experiência “pode ser dita para se revelar”.

²²Essa dimensão da experiência vivida também está presente em Thompson (1987), para quem é pela experiência que os sujeitos se constituem.

Encontro em Turner elementos para compreender a Marcha das Margaridas como uma performance. Para ele, entretanto, trata-se de uma performance que se relaciona à estrutura social não como algo à parte, uma vez que é parte da experiência vivida, mas revelando essa estrutura ainda com mais intensidade. Dawsey (2005), respaldado em Turner, diz que são nos momentos de suspensão das relações cotidianas que é possível ter uma percepção mais profunda dos laços que unem as pessoas, de modo que elas voltam a sentir-se parte de um mesmo movimento, momento chamado por Turner (2008, [1974]) de *communitas*. A *communitas* pode ser desenvolvida dentro de um padrão ritual, e fica mais clara, ainda segundo Turner (2008 [1974], p. 43), na “liminaridade”, que se refere a “quaisquer condições fora das ou nas periferias da vida cotidiana”. Turner se interessa por momentos de suspensão de papéis, ou interrupção do “teatro da vida cotidiana”. Em instantes de “communitas”, as pessoas podem ver-se frente a frente como membros de um mesmo tecido social. A Marcha seria então um desses momentos de suspensão do tempo ordinário do cotidiano.

A ideia de *communitas* e a de liminaridade têm me fornecido pistas interessantes para compreender o momento ritual da Marcha como performance, que expressa a experiência vivida pelas mulheres que dela participam, experiência liminar, no sentido de Turner.

Procurou possibilitar um diálogo entre Tambiah e Turner, e estou certa de que seguir as pistas deixadas por esses dois pensadores pode se revelar frutífero para analisar a dimensão do pensado e do vivido na Marcha das Margaridas.

A partir das leituras mencionadas e outras leituras de referência, analisarei a marcha em si, sua *performance* e sua ação performativa, por intermédio da sua dimensão simbólica e da subjetividade produzida na sua execução.

O quadro conceitual e teórico aqui apresentado balizará a análise que empreenderei logo mais.

Campo: o trajeto percorrido e o fazer das trajetórias

Abordarei aqui o contexto da pesquisa. Para tal, descrevo, inicialmente, o modo como se deu a minha inserção no campo, para depois detalhar os momentos e os espaços em que circulei, e que o configurou. Por fim, teço algumas reflexões sobre o processo da pesquisa em seu fazer, como fui recebida nesses espaços e como aconteceu a construção da relação entre mim e as minha interlocutoras.

Minha inserção no espaço configurado pela Marcha das Margaridas começou, formalmente, com uma conversa que tive com Carmen Foro, secretária de mulheres da Contag, no início de 2010, precisamente, em abril, durante o curso de formação política para mulheres²³, promovido pela Escola de Formação da Contag, em conjunto com a Secretaria de Mulheres e Secretaria de Juventude dessa entidade, em Brasília. Como participante da Rede de Colaboradores da Escola, eu havia sido convidada para sistematizar a atividade. A primeira vez que vi (e ouvi) Carmen foi durante a II Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, promovida pela FAO, em 2006, momento no qual, representando a Contag, ela se pronunciava sobre a *Reforma agrária e integração dos povos*, temática de uma das mesas da Conferência. Dois anos depois, fomos apresentadas, convencionalmente, durante a 4ª Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, da qual participei como palestrante da mesa de abertura, como mencionei anteriormente. Nos encontramos novamente no ano seguinte, no 10º Congresso da Contag, momento no qual me fiz presente na qualidade de observadora.

²³ O curso, cujo eixo temático foi *Feminismo, Gênero e Ação Sindical*, foi pensado pela Secretaria de Mulheres como uma estratégia de ação da Marcha das Margaridas. Ele ocorreu em três módulos, entre os meses de março a julho de 2010 e teve como objetivo “proporcionar uma formação política, feminista e sindical, para mulheres trabalhadoras rurais, visando sua qualificação e empoderamento como mulheres, cidadãs e dirigentes sindicais” (relatório Enfoc), dirigido a mulheres dirigentes sindicais, coordenadoras das comissões estaduais de mulheres e coordenações estaduais de jovens e diretoras das federações dos trabalhadores e trabalhadoras da agricultura (Fetags).

Carmen recebeu de bom grado o meu projeto, a minha intenção de estudar a Marcha das Margaridas. Ela se dispôs a me ajudar e acolheu todas as minhas solicitações. A partir de então, tive acesso livre a toda a estrutura possibilitada pela Secretaria de Mulheres, a todo material produzido, a todo material arquivado e a todos os espaços de discussão da Marcha das Margaridas. Foi Carmen quem me apresentou à Comissão Nacional de Mulheres da Contag, pedindo às coordenadoras estaduais que me ajudassem no que fosse preciso; e foi por meio dela que eu tive acesso à Coordenação Ampliada da Marcha. Tudo isso foi decisivo para a viabilização da pesquisa, pois, a despeito de já conhecer a dinâmica do movimento sindical, eu sabia muito pouco da dinâmica da Marcha. Então ter a Carmen, num primeiro momento, como intermediadora, foi imprescindível para a investigação, principalmente, considerando a estrutura verticalizada da Contag. Ao tomar a Secretaria de Mulheres como ponto de partida, as portas das federações estaduais se abriram para mim, especialmente aquelas mais alinhadas a uma perspectiva “cutista”, visto que Carmen também é dirigente da Central Única dos Trabalhadores. Por intermédio das federações, pude chegar aos sindicatos, e daí, à chamada “base” do movimento.

A estratégia metodológica da pesquisa consistiu em seguir as etapas de preparação da Marcha das Margaridas, ocorrida em 2011. O meu objetivo era compreender como a Marcha se estruturava, captar o todo, para depois traçar os caminhos que pudessem me revelar mais das suas tramas e particularidades. Assim, o ponto de partida para as minhas observações foram as sedes das organizações e as práticas “visíveis e oficiais” – reuniões, encontros, cursos, oficinas, seminários, atos públicos etc.; e os meus interlocutores iniciais foram o que Quirós (2010, p. 16) se refere como “as caras oficiais das organizações” para então chegar às pessoas “menos visíveis e mais anônimas”.

Com o curso de formação política para as mulheres, foi dada a largada para a preparação da Marcha das Margaridas 2011. E foi, ainda, durante o 1º módulo, em uma reunião convocada por Carmen para discutir questões internas, que fui apresentada às coordenadoras estaduais de mulheres das federações ali presentes. Nessa reunião, expus o meu projeto de pesquisa, e elas apenas escutaram, nenhuma pergunta foi feita. Entretanto, a minha presença durante os três módulos do curso e em reuniões posteriores fizeram com que elas, aos poucos,

se aproximassem, perguntassem, falassem das suas experiências nos estados e relatassem as atividades que estavam realizando. E assim, umas mais, outras menos, mostraram-se estimuladas com a possibilidade de evidenciar e dar visibilidade ao trabalho que desenvolviam nos seus respectivos estados e aos desafios enfrentados para viabilizar a Marcha.

A realização dos módulos ocorreu nas dependências da Escola de Formação, e as mulheres ficavam hospedadas no Centro de Estudo Sindical Rural (CESIR), ambos situados em um mesmo espaço, em prédios independentes com administração própria, compondo a estrutura da Contag. A duração de cada módulo era de cinco dias, de modo que era possível encontrar os mesmos aspectos observados por Comerford (1999), ao etnografar reuniões longas em organizações de trabalhadores rurais, quais sejam: “solenes” (proferimento de discursos, explicações, místicas); “participativas” (discussões, trabalhos em grupos); “festivas”, alternando momentos de concentração e momentos de dispersão. Pude acompanhar todos esses momentos, mas a minha interação com o grupo ocorria mais durante a dispersão, ou seja, naqueles momentos situados “fora” dos limites da reunião propriamente dita”, porém “fundamentais no sentido de estabelecer, atualizar e consolidar laços que compõem a rede de sociabilidade que atravessam as organizações formalmente estabelecidas” (COMERFORD, 1999, p. 54). Aí predominava a dimensão “festiva” que, no meu caso, incluía as refeições, os intervalos para o lanche, os bailes, a festa junina, o forró, o sarau musical e poético, a yoga, as danças circulares, o cinema com pipoca e até os encontros informais em torno do Bar do Toinho, momentos nos quais imperavam “as formas mais ‘espontâneas’ de sociabilidade, com muitas conversas e brincadeiras” (COMERFORD, 1999, p. 58). Eram nesse momentos que eu me aproximava mais das mulheres, atualizava informações, escutava sempre que alguém vinha me falar “ao pé do ouvido”, estabelecia contatos (muitos dos quais me abriram portas importantes), partilhava “confidências”, conversava, acompanhava as “articulações” e agendava entrevistas.

E ainda havia os momentos de “descanso”, aqueles em que nos recolhíamos aos quartos, que ocorriam não somente ao final do dia após findar as atividades, mas quase sempre após o almoço. Eram quartos coletivos, de modo que, para além de dividir um espaço destinado ao descanso e refúgio, ali estava sendo dividido um local de intimidade, por isso, normalmente, as pessoas procuravam se agrupar por afinidade ou por interesses. Quase

sempre nos momentos que antecederiam a dormida, fazíamos uma espécie de “avaliação do dia”, comentávamos acontecimentos, posturas ou atitudes de pessoas; compartilhávamos histórias pessoais e fazíamos “confidências”, quase sempre em voz baixa para que as “companheiras” do quarto vizinho não escutassem. Nos quartos, realizei algumas das minhas entrevistas.

Todos esses aspectos e dimensões característicos dessa reunião de mulheres, que assumiu a forma de um curso de formação política, também foram vivenciados por mim, em outros encontros e reuniões, em suas mais variadas formas.

Enfim, a minha participação no curso me inseriu nessa trama, nessa teia de relações que conforma o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Aprendi a conhecer um pouco da sua dinâmica, do seu funcionamento, suas tensões, conflitos e suas personagens. Algo importante visto que o MMTR exerce um protagonismo fundamental na construção da Marcha das Margaridas.

A partir de então, passei a acompanhar, praticamente, todas as reuniões preparatórias, sejam as reuniões da Comissão de Mulheres, sejam as da Coordenação Ampliada. Ainda no 2º módulo, numa dessas reuniões convocadas por Carmen, com mulheres representantes das comissões estaduais, foi realizado um levantamento das expectativas para realização da 4ª Marcha e o agendamento das reuniões vindouras, o que me permitiu fazer um planejamento prévio e me possibilitou estar presente em todas elas.

Em julho de 2010, aconteceu a primeira reunião da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR) da Contag.²⁴, com o objetivo de planejar a 4ª Marcha, momento no qual foi realizado uma espécie de balanço que incluiu os principais avanços obtidos, as dificuldades enfrentadas; também uma discussão sobre a estrutura,

²⁴ Lembro-me de que no dia 13/07, último dia desta reunião, que teve início no dia 11/07, ocorreu na própria sede da Contag, um ato político para formalizar o apoio à candidatura de Dilma Rousseff à presidência da República. O ato contou com a presença de Dilma, que recebeu do presidente da instituição um documento contendo contribuições à sua plataforma eleitoral. Durante o ato, Carmen fez uso da palavra já anunciando a realização da 4ª Marcha em 2011.

organização, conteúdo político e estratégias de mobilização nos estados. E, em agosto, no interior da própria Contag, em Brasília, ocorreu a primeira reunião da Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas (Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais e organizações parceiras), onde foram acordados os objetivos da mobilização, os eixos de reivindicação, as metas, as parcerias, as redes de colaboradores e as estratégias políticas. Ainda nesse encontro, foi realizado um resgate histórico das três últimas Marchas das Margaridas para orientar o trabalho de construção da 4ª Marcha.

Em novembro de 2010, foi realizado, na própria Contag, o Seminário Nacional da Marcha das Margaridas. O seminário reuniu 160 lideranças femininas de diferentes estados para debater os temas que compunham a sua plataforma política. Após ter sido realizada uma análise da conjuntura nacional e de cenários, foram debatidos: os avanços e desafios das políticas públicas para as mulheres rurais; a participação política das mulheres, poder e democracia; a organização produtiva e estratégias de comercialização e assistência técnica; as mulheres e o assalariamento rural; a reforma agrária e acesso das mulheres à terra; gênero, saúde da mulher, controle social e a temas afins como aborto, violência, direitos sexuais e reprodutivos. Por fim, foram discutidas as estratégias políticas e organizativas da Marcha – ação 2011 e o seu processo de construção. A composição das mesas, no seminário, contou com a presença de várias Ongs e organizações feministas, tais como o SOS Corpo, a Rede Nacional Feminista, a Liga Brasileira de Lésbicas, a Sempre Viva Organização Feminista (SOF), a Católicas pelo Direito de Decidir, além da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e a Marcha Mundial das Mulheres (MMM). O encerramento do seminário ocorreu com um ato político, oficializando o lançamento nacional da Marcha das Margaridas 2011, no qual esteve presente toda a direção executiva da Contag, representantes das centrais sindicais, mais de 300 dirigentes sindicais e quatro ministros – o do Desenvolvimento Agrário (Guilherme Cassel); a ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres (Nilceia Freire); a ministra do Meio Ambiente (Izabella Teixeira) e o ministro-chefe da Secretaria Geral da presidência da República (Luiz Dulci). Participei do seminário como convidada da Secretaria de Mulheres e pude constatar, de um lado, a força institucional da Contag, pela qual revela um poder simbólico, no mesmo sentido dado por Bourdieu

(1989), reconhecido como capital político²⁵; e, por outro, a capacidade das mulheres de mobilizar esse capital para fazer a Marcha acontecer.

Em fevereiro de 2011, participei da primeira reunião do ano da Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas, na qual se esboçou as etapas de preparação, prazos e agendas que se seguiria até agosto, até a efetivação da caminhada em Brasília.

No mês de março de 2011, fui a Belém do Pará, numa visita pré-agendada à Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura desse estado para conversar com Euci Ana, quilombola, vice-presidente e secretária de Mulheres dessa Federação. Além de entrevistar Euci, esboçamos juntas um planejamento para minhas próximas idas a campo no estado do Pará. No mesmo período, em Belém, participei do 1º Seminário Nacional da Organização Produtiva das Mulheres²⁶, promovido pelo Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), uma das entidades parceiras da Marcha. Parte desse evento havia sido destinado à discussão da Marcha das Margaridas, considerado assunto de relevância para as mulheres extrativistas no então atual contexto político. O CNS faz parte da Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas, e a minha presença lá se deu por intermédio de Célia Regina, extrativista marinha, coordenadora da Secretaria Nacional da Mulher Extrativista no CNS. Nosso contato foi mediado por Euci Ana, secretária de mulheres da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Pará (Fetagri-PA), e se deu por e-mail, veículo pelo qual me apresentei e justifiquei o meu interesse em estar naquele encontro. Célia, assim como Euci, se tornaram interlocutoras importantes nessa pesquisa. Em um dos momentos de “descontração” no Seminário, Euci promoveu uma reunião entre eu e Dona Fátima, suplente da Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural e Extrativista do CNS e também dirigente da Fetagri-PA, para que confrontássemos as agendas desta federação e do Conselho, a fim de averiguar as ações planejadas para o acompanhamento da mobilização

²⁵ BOURDIEU (1989, p. 187) define capital político como “uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa - ou a um objeto- os próprios poderes que eles lhes reconhecem .”

²⁶ Nesse seminário, conheci Maria do Espírito Santo, liderança extrativista; dois meses depois, através das notícias dos jornais, tomei conhecimento que ela, juntamente com José Cláudio, seu marido, havia sido morta a tiros em uma “tocaia”.

das mulheres nas comunidades, a fim de que eu obtivesse subsídios para planejar o meu retorno ao campo no estado do Pará.

De Belém, tomei o rumo de Fortaleza, onde iria acontecer, na sede da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará (Fetraece), o Seminário Regional Nordeste da Marcha das Margaridas. Um encontro entre as secretárias/coordenadoras estaduais de mulheres, dirigentes das federações dos estados do Nordeste, mais as chamadas organizações “parceiras” (basicamente ONG’s e movimentos sociais que atuam na região Nordeste) para discutir o processo de organização e as estratégias de mobilização das mulheres do campo para participarem da Marcha das Margaridas 2011, incluindo aí o fortalecimento das relações de “parcerias”²⁷; e debater a plataforma política visando à composição da pauta da Marcha. Durante o Seminário, em uma conversa com Sílvia, Diretora de Política para as Mulheres da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape), obtive informações sobre as ações da Marcha em Pernambuco, manifestei a minha intenção de acompanhar essas ações em comunidades rurais daquele estado, e solicitei o acesso à agenda já formulada de modo que eu pudesse ter subsídios para planejar a minha ida a campo em Pernambuco.

A minha presença, em ambos os seminários, serviu como uma espécie de porta de entrada para os trabalhos de campo que realizei, posteriormente, nos estados do Pará e Pernambuco, estados que escolhi, inicialmente, para acompanhar as ações de mobilização da Marcha na “base”, ou seja, lá no município, nas comunidades. Ali eu pude entabular conversas com dirigentes e lideranças que têm uma atuação importante na articulação da Marcha das Margaridas nos seus respectivos estados, momento no qual eu tive a oportunidade de falar das minhas intenções em estudar a Marcha, do meu projeto, das minhas pretensões, e de obter o compromisso tácito de ter o apoio necessário. Além disso, esses espaços me oportunizaram, por fim, um momento ímpar para a realização de

²⁷ Percebi que a palavra “parceria” é bastante utilizada, no interior do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, para significar relações que pudessem promover algum tipo de ação com vistas à viabilização da Marcha. Assim, tanto poderia ser chamada de “parceira” a prefeitura que cedeu um ônibus para que as mulheres de um determinado município se locomovesse até Brasília, quanto uma ONG, cuja representante comparecesse às reuniões para debater a plataforma política da Marcha.

entrevistas. Tive, ainda, acesso à agenda das ações da Marcha de ambos os estados, informação necessária para que eu pudesse planejar a minha volta ao Pará e a Pernambuco, de modo a otimizar o meu trabalho de campo.

Tal planejamento foi feito e refeito várias vezes. Em Pernambuco, me deparei com problemas internos à Diretoria de Política para as Mulheres da Fetape. No Pará, as sucessivas mortes decorrentes de conflitos agrários e ambientais, principalmente, desde o assassinato do casal de lideranças extrativistas José Cláudio e Maria do Espírito Santo, quando o aumento de emboscadas resultou em mortes de lideranças e intensificou as ameaças de morte à trabalhadora rural e líder sindical Maria Joelma, na Região de Marabá. A ação dos movimentos sociais naquela região se acentuou e se espalhou por todo o estado, especialmente onde tais conflitos eram mais acirrados. Tudo isso dificultou a minha ida às comunidades, o clima de insegurança e medo tornou muito impreciso saber quando, como e onde as ações iam ser desenvolvidas. As agendas eram feitas e refeitas conforme um novo fato surgisse, mais um assassinato, mais uma emboscada, mais uma ameaça. Assim, fui buscando outros atalhos, novos caminhos para chegar próximo do que costumava se chamar “base” do movimento.

A escolha pelos estados do Pará e Pernambuco se deu pelo fato de esses dois estados estarem localizados em regiões diferentes e apresentarem uma presença significativa de organizações e movimentos sociais trabalhando de forma articulada na construção da Marcha. Também levei em consideração o envolvimento de um público de mulheres de segmentos sociais os mais diversificados, tais como agricultoras, extrativistas, ribeirinhas, pescadoras, assentadas, seringueiras etc., embora eu tenha percebido, posteriormente, que essas características eram, igualmente, encontradas em outros estados do Norte e do Nordeste, a exemplo do Ceará.

Ainda no mês de março, a Secretaria de Mulheres da Contag promoveu uma atividade de formação envolvendo a Comissão Nacional de Mulheres mais as chamadas “articuladoras da Marcha”, nome dado por Carmen às mulheres que participaram do curso de formação para mulheres, ocorrido em 2010. O encontro teve por objetivo promover uma

socialização das ações da Marcha nos estados, identificar os avanços e desafios e encaminhar questões organizativas. A partir desse encontro, obtive um mapeamento geral das ações que vinham acontecendo nos estados, de como aconteciam, e de quem as protagonizavam.

Maio e junho seriam destinados, de acordo com a agenda da Marcha, à discussão política a partir dos subsídios trazidos pelos cadernos temáticos – cadernos elaborados para este fim – com uma breve discussão sobre os eixos temáticos que deveriam nortear a discussão da pauta de reivindicações. Essa discussão, em tese, deveria ser feita na “base” do movimento e, por isso, a partir de maio, iniciei uma incursão pelos estados que terminou no dia 12 de julho de 2011.

Comecei por Pernambuco, participei da reunião de sistematização da pauta da Marcha da Região Nordeste; de lá fui pra o Ceará acompanhar duas ações relacionadas à Marcha: uma oficina regional de discussão do caderno temático, que ocorreu no Polo Regional de Sobral e o “Arraiá das Margaridas”, realizado em São Francisco do Canindé, Sertão Central do estado.

A minha ida para o Ceará devo ao acaso, não estava nos planos. Ao vir para Recife participar do seminário, intencionava ficar em Pernambuco para realizar a pesquisa de campo, conhecer o trabalho e as “mulheres da base”, entretanto, devido a alguns contratempos internos ao movimento, a sua agenda havia sido alterada. As oficinas para discussão do caderno de pautas, marcadas ainda para maio, haviam sido suspensas e ainda não havia sido apresentada uma nova agenda. Conversando com Elaine, assessora da Diretoria de Política para as Mulheres da Fetape, percebi que o melhor seria me concentrar numa região de Pernambuco e ir eu mesma conhecer as ações desenvolvidas, porque, àquela altura, não teria como acompanhar as ações em todo o estado como era minha intenção inicial. Pelo histórico de luta e organização das mulheres, decidi ir ao Sertão Central e pedi que a Fetape, por meio de sua assessoria, mediasse os contatos. Nesse ínterim, fui ao Ceará. Aceitei o convite que Rosângela, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Fetraece me fez, para acompanhar uma oficina que ocorreria na região de Sobral.

Passamos dois dias em Sobral, fiz algumas entrevistas, voltei pra Fortaleza e, no dia seguinte, fui, juntamente com Rosângela, ao “Arraiá das Margaridas”, uma grande festa junina que ocorreu em São Francisco do Canindé, com a finalidade de angariar recursos para viabilizar a ida das mulheres à Marcha. Creio que uma parte significativa dos habitantes do município estavam ali. O “arrasta-pé” aconteceu na sede do sindicato, entidade que promovia o evento. No exterior, eram vendidos os quitutes e bebidas. Do lado de fora da sede, muita gente esperava a hora do bingo. Visivelmente, eu era muito diferente daquele público e acho que o me sentir diferente me deixou um pouco sem graça. Fui até o salão onde os gaiteiros dariam, logo mais, o seu show: cadeiras em volta, nas paredes e, cobrindo uma mesa sobre o palco, havia bandeiras da Marcha das Margaridas e da Marcha Mundial das Mulheres; bandeirolas de São João enfeitavam o teto; pessoas de pé, conversando, outras sentadas. Também havia muita gente em volta da sede. Todos esperando o início do bingo. Na entrada, nos deparamos com uma boneca gigante de papel machê, uma artesã que depois me disse trabalhar com o sindicato (embora não associada) e ser agricultora familiar, vestia-se de Felisbela, cabeça de papel, bocão vermelho, vestido de chita. Ela depois me disse que iria à Marcha e que estava muito animada. Um microfone se revezava na mão de alguns dirigentes que anunciavam a festa, chamando as pessoas a participarem, comprarem suas cartelas, e assim ajudar as mulheres a irem à Marcha. Começou o bingo. Nossa, quanta gente! O prêmio principal era uma geladeira. Todos se puseram para fora do sindicato, na rua mesmo. Alguém gritava as pedras e o povo marcava. Tudo isso era arrecadação pra Marcha, cada cartela custava R\$ 3,00 (três reais). Comprei uma cartela. Bingo! Alguém gritou. A multidão começa a se dispersar e, aos poucos, se dirigem ao salão. Os sanfoneiros já estavam de prontidão: o forró iria começar. No meio da festa, pausa para a quadrilha. Tudo aquilo me parecia muito interessante. Durante o Arraiá, conheci duas grandes lideranças do movimento, conversamos por um bom tempo, uma delas se chama Iolanda, e já foi coordenadora regional Sertão Central da Fetraece; a outra, Antonieta, secretária de mulheres do Sindicato de São Francisco do Canindé. Boas conversas!

Participar de momentos como esse em São Francisco do Canindé, para mim, foi muito importante, porque me fez vivenciar um aspecto da Marcha que até então não havia

me dado conta: o de quanto ela mexe com a vida social local, como ela ativa repertórios já existentes, acionados em outros momentos, sejam eles festivos, religiosos ou mesmo políticos, como aqueles ativados em épocas de eleição (PALMEIRA & HEREDIA, 1995). O movimento por ela engendrado consegue suspender a rotina, invadir as atividades cotidianas. Um movimento que parece construir o “tempo de Marcha”, para fazer uma referência ao “tempo de política”, expressão cunhada por Palmeira e Heredia (1995), para se referir aos momentos de campanhas eleitorais em pequenas cidades e povoados do interior do Brasil, cuja marca do tempo é dada pelos comícios. A Marcha parece elaborar um outro cotidiano que modifica o jeito de o tempo operar.

Segui do Ceará para o Pará, onde acompanhei a reunião de sistematização da pauta da Marcha do estado. E de lá fui para Brasília, para acompanhar a oficina de sistematização da pauta da Marcha, a partir das reivindicações apresentadas pelos estados.

Ainda em junho, fui para Teresina-PI, para participar da Marcha das Margaridas, único estado que realizou um ato próprio e apresentou uma pauta de reivindicações ao governo do Estado. Fui meramente como observadora e registrei, em escritos e fotos, momentos e falas que me chamaram a atenção. De Teresina, segui para o Pará, fui até o município de Abaetetuba, na região do Baixo Tocantins, conhecer o Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (Moriva). Lá, na sede do Moriva, fui recepcionada por mulheres do movimento. Em Abaetetuba, o sindicato se encontrava desativado, as mulheres ouviram falar sobre a Marcha e se mostraram interessadas em participar. Foram a Belém buscar informações na sede da Fetagri-PA, conversaram com Euci, recolheram material e passaram a se envolver na mobilização da Marcha das Margaridas na região das Ilhas. Reunimo-nos numa pequena sala, onde havia em torno de 15 mulheres. Apresentei-me, expus o meu projeto e, a partir daí, incíamos uma conversa solta. Falamos sobre várias coisas, desde histórias pessoais à condição da mulher, o envolvimento com a comunidade, com o movimento; os conflitos com as associações, a luta pelo reconhecimento das resex marinhas, prostituição infantil, tráfico de drogas, tráfico de mulheres e exploração sexual de crianças e adolescentes, até a pirataria. Aliás, a nossa conversa findou justamente porque elas precisavam pegar os barcos para voltar para suas casas e não queriam deixar para

fazê-lo muito tarde por medo de serem vítimas de pirataria (assaltos às embarcações), prática comum na região. Saí de Abaetetuba impressionada com tudo que ouvi.

Voltei pra Belém, onde participei de um encontro com mulheres, representantes de todas as regionais da Fetagri-PA²⁸. O objetivo do encontro era realizar um mapeamento das ações nos estados, descrever a natureza das ações, as dificuldades encontradas, os avanços e os desafios. Havia, aproximadamente, 50 mulheres. Cada regional, mediante a fala de sua representante, e das representantes dos sindicatos que a compõem, se pronunciaram. Após esse levantamento, foram discutidas formas de superar alguns problemas. Outras questões também entraram na pauta desse encontro, mas para mim, particularmente, foi importante ter essa ideia de conjunto das ações da Marcha no estado do Pará. Aqui também me foi possível realizar algumas entrevistas.

Em julho fui para o Maranhão, na Região do Mearim, conversar com as quebradeiras de coco. Saí de São Luíz acompanhada por Ângela, secretária de jovens da Federação do Trabalhadores e Trabalhadoras do Estado do Maranhão (Fetaema), viagem longa! Percorremos um trecho de pouco mais de 300 km. A Região do Mearim é área de atuação do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), um dos movimentos que compõem a Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas, daí o interesse em visitar as comunidades daquela localidade. Fui acolhida pela mãe de Ângela, Dona Maria, quebradeira de coco e tesoureira do sindicato de Lago do Rodrigues. Durante o ensopado de galinha com arroz, escutei histórias sobre os conflitos de terra na região, as ocupações, o surgimento do movimento das quebradeiras de coco e as relações entre o MIQCB, o movimento sindical e o Movimento dos Sem-Terra (MST). Junto com Ângela, mapeamos para o dia seguinte nossa visita às comunidades do Lago do Junco, e assim foi feito. Visitamos algumas famílias. Dona Moça, uma liderança local que participou da Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas de 2007, representando o MIQCB, nos acolheu, uma acolhida muita

²⁸ As federações que compõem o sistema Contag são organizadas, geograficamente, por polos ou regionais. Cada polo ou regional é composto por sindicatos circunscritos à sua demarcação.

generosa. E, após o almoço na varanda da sua casa, realizei uma das entrevistas mais memoráveis.

Do Maranhão, rumei para Pernambuco. Meu destino: Serra Talhada, no Sertão do Pajeú, uma microrregião situada ao norte do estado, a 415 km da capital, Recife. Lá estive com as Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central. Encontramo-nos na sede do movimento. Realizei algumas entrevistas e tive acesso a alguns materiais por elas produzidos. De lá, fui para Brasília acompanhar a penúltima reunião da Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas, que teve como objetivo realizar ajustes finais na pauta de reivindicações²⁹ e acordar questões organizacionais e de infraestrutura referentes à Marcha das Margaridas

É importante ressaltar que o trabalho de campo foi marcado pela tensão entre a previsibilidade e o inesperado: encontros eram antecipadamente marcados (e desmarcados), outros ocorriam de uma semana para outra, de um dia para outro. Essa característica do próprio universo pesquisado limitou, por exemplo, que eu acompanhasse mais de perto as ações na chamada “base” do movimento, mas, por outro lado, possibilitou que eu compreendesse o próprio movimento da Marcha em seu fazer. Vale salientar que não existe em si uma “base”, como bem verificou Suaud (1984) em artigo intitulado *Le mythe de la base*, como um grupo real, reparável, dotado de “necessidades reais” e de uma capacidade autônoma de expressar tais necessidades. Assim, do ponto de vista da direção da Contag, incluindo aí as dirigentes da Comissão Nacional de Mulheres, a “base” tem um enquadramento institucional e de mobilização relacionado à ação do sindicato no município ao qual ele pertence. Para mim, particularmente, interessava-me, mediante essas ações, chegar às mulheres lá onde elas moravam, viviam e construíam o seu cotidiano, para saber o que realmente elas pensavam e faziam.

²⁹ Os ajustes na pauta foram realizados nos dois primeiros dias, 11 e 12/07, e, no dia 13/07, ela foi entregue ao Governo Federal, numa audiência com a presença de quatro ministros: Luiz Dulci (Secretaria-Geral da Presidência da República); Nilceia Freire (Política para as Mulheres); Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) e Izabela Teixeira (Meio Ambiente).

Em agosto, no dia 17, aconteceu a Marcha propriamente dita. Decidi fazer o percurso de ônibus até Brasília. Consegui lugar em um dos ônibus que sairia de Pernambuco. O ônibus partiu de Ribeirão, Zona da Mata Sul do estado. Um funcionário da Fetape me levou até a cidade que fica a 82 km da capital. Partimos de Ribeirão às 20h do dia 14 (com quatro horas de atraso) e chegamos a Brasília no dia 16/08 por volta das 11 horas. A viagem ocorreu de modo tranquilo. Curiosamente, havia um número representativo de homens naquela delegação, alguns acompanhando suas esposas. Os assuntos que dominavam as rodas de conversa que se formavam, quase sempre, envolviam temas cotidianos, discorriam sobre assuntos corriqueiros e pessoas conhecidas. A ansiedade em chegar e a curiosidade de conhecer Brasília parecia dominar os ânimos. Poucas referências foram feitas à Marcha durante a viagem e, nessas poucas, “estamos indo lutar pelos nossos direitos” era quase um jargão. Tratava-se de um grupo no qual predominava evangélicos e, assim sendo, a viagem foi marcada por orações que, além de anunciar o momento da partida e da chegada, anunciava também o momento do recolhimento e do despertar. Acompanhar o trajeto em um dos inúmeros ônibus que partiram de diferentes pontos desse país com destino a Brasília possibilitou-me entrar em contato com um fragmento que, possivelmente, não fosse a expressão de uma totalidade, mas que pode me revelar que o nível de intensidade da mobilização das mulheres e o grau de politização dos temas trazidos pela Marcha não eram uniformes. Havia variações significativas na forma de participação e diferentes significados em jogo quando se tratava de “estar em Marcha” ou “estar na Marcha”.

Em decorrência do atraso do ônibus, não participei do ato público que aconteceu no município de Barreiras-BA, cuja ocorrência havia sido prevista para as 16h do dia 15/08, concentrando toda a caravana que havia partido do NE. Também não consegui participar das oficinas que haviam sido previstas para a manhã de 16/08. Não deixei de me surpreender ao chegar ao Parque da Cidade: uma grande estrutura fora montada para receber as 70 mil mulheres que eram esperadas. A entrada do Parque era indicada com uma placa gigantesca na qual estava escrito em tons lilás: CIDADE DAS MARGARIDAS. De fato, parecia uma cidade, em todo parque foram montadas grandes tendas, sinalizadas por região, para alojar as pessoas que chegavam, ou pelo menos para garantir um lugar onde

elas pudessem acomodar sua malas, sacolas, objetos e estender seus colchões (cada participante deveria levar seu próprio colchão, ou esses deveriam ser garantidos pela organização à qual pertenciam). Espalhados pelo Parque havia ainda banheiros químicos e chuveiros coletivos. O pavilhão central concentrava todas as atividades: ato de abertura, os pronunciamentos, as oficinas, as atividades culturais, uma mostra (espécie de feira) de produtos produzidos por mulheres. No pavilhão também foram montados estandes institucionais dispostos em torno do palco principal, onde os diversos movimentos e Ongs apresentavam os seus trabalhos e produções. Ali também funcionava a sede da organização da Marcha, uma espécie de secretaria.

Apesar de levar minha própria barraca, aceitei o convite de Adriana, secretária de mulheres da Fetaema, e me alojei junto às mulheres do Maranhão, em uma das tendas armadas. Acompanhei toda a movimentação que ocorreu no pavilhão, bem como fora dele. Fui autorizada por Carmen a receber um crachá de identificação como organizadora, o que me permitiu circular por todos os espaços da “Cidade das Margaridas”, e também ter acesso aos carros de sons que conduziram a marcha no dia seguinte.

Nesse dia, acordei de madrugada junto com as mulheres que já se preparavam para encarar a fila do café da manhã. À noite e durante a madrugada, Brasília esfriou bastante, e foi sob o frio que as alas que compuseram a Marcha começaram a ser organizadas. Às 7h foi iniciada a caminhada. Capturei algumas imagens e fiquei atenta aos dizeres e falas que atravessavam aquele momento. A caminhada fez um percurso de aproximadamente 6 km. Chegamos em frente ao Congresso Nacional por volta das 11 horas, quando se deu início ao ato público, que se encerrou por volta das 12 horas. Às 16h, ficou acordado que a presidenta Dilma Rousseff daria uma resposta pública às demandas apresentadas pelas mulheres. A presidenta apareceu às 17h no pavilhão do Parque das Cidades. A espera foi tanta que algumas delegações desistiram e se retiraram. O ato de encerramento acabou por volta das 18 horas. Hora do retorno...

Em novembro, precisamente nos dias 21 e 23, ocorreu a avaliação da Marcha das Margaridas, na sede da Contag. Por e-mail, havia sido recomendado que todas as federações,

movimentos e organizações parceiras fizessem as suas próprias avaliações e levassem o resultado ao encontro, em novembro. No e-mail, seguia uma espécie de roteiro ou pontos importantes que deveriam ser contemplados no processo avaliativo. Sem condições de acompanhar tal processo no seu conjunto, solicitei, também por e-mail, que essas instituições me enviassem o relatório dessas reuniões de avaliação. Cheguei a falar pessoalmente (ou por telefone)³⁰ com algumas pessoas; desse modo, tive acesso a algumas das avaliações realizadas. Mas, em novembro, lá estava eu, novamente, em Brasília, escutando a avaliação que estava sendo feita.³¹

Essa foi a trajetória da minha pesquisa de campo, caracterizada pela observação etnográfica e complementada por entrevistas. Em todos esses espaços, procurei acompanhar, observar e registrar os dados por meio de diários de campo. Inicialmente, direcionei o meu foco de interesse para entender a constituição da Marcha das Margaridas: fui conhecendo as dirigentes, identificando as lideranças e as formas de organização, procurando mapear as relações entre o MSTTR, os outros movimentos que compõem a Marcha e as organizações não governamentais, até chegar às pessoas, mulheres de carne e osso que fazem a Marcha acontecer.

³⁰ Como resido em Florianópolis, terminei acompanhando a avaliação que fora realizada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc).

³¹ Na sequência do encontro, no dia 24/11, foi agendada uma audiência com o ministro Gilberto Carvalho para dialogar sobre a pauta. Na verdade, tratava-se de reivindicar o estabelecimento de um processo de execução (prazos e procedimentos) de pontos já anunciados pela presidenta Dilma Rousseff no ato de encerramento da Marcha das Margaridas.

Figura 1 – Municípios visitados no trabalho de campo

Municípios visitados no trabalho de campo



Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 1 – Pesquisa de campo – Tempos e espaços percorridos – Quadro sinóptico

Pesquisa de campo - Tempos e espaços percorridos - Quadro sinóptico				
Ano	Mês	Localidade	Evento/atividade	Ação/objetivo
2010	Abril	Brasília-DF	Curso de formação política para as mulheres	Inserção nas ações de preparação da Marcha
	Maio			Primeiro contato com a Comissão Nacional de Mulheres
	Junho			Primeiros contatos com as dirigentes das federações/coordenadoras estaduais de mulheres
				Observação/escuta
	Julho	Brasília-DF	Primeira reunião da CNMTR	Observação/Registro/Escuta/Conversas informais
	Agosto	Brasília-DR	Primeira Reunião com a Coordenação Ampliada da Marcha	Observação/Registro/Escuta/Conversas informais/Entrevistas
	Novembro	Brasília-DF	Seminário Nacional da Marcha das Margaridas	Observação/Registro/Escuta/Conversas informais/Entrevistas
	Dezembro	Brasília-DF	Lançamento Nacional da Marcha das Margaridas 2011	Observação/Registro/Escuta
2011	Fevereiro	Brasília-DF	Participação na reunião da Coordenação Ampliada	Observação/Registro/Entrevista
	Março	Belém-PA	Seminário Nacional de organização produtiva	Entrevistas/Construção de uma agenda de pesquisa na Região Norte
			Visita a sede da FETRAGRI-PA	
		Fortaleza-CE	Seminário Regional Nordeste da Marcha das Margaridas	Entrevistas/Construção de agenda uma de pesquisa na Região Norte
			Construção de uma agenda de pesquisa Região NE	
	Brasília-DF	Atividade de formação/Socialização das ações da Marcha nos estados	Entrevistas/Conversas informais Acesso as informações	
	Maio	Recife-PE	Reunião de sistematização da pauta da Marcha da Região NE	Observação/Registro/Escuta/Conversas informais/Entrevista Replanejamento da agenda de pesquisa
	Junho	Fortaleza-CE	Visita a sede da FETRAECE	Entrevista
		Sobral-CE	Discussão do Caderno de textos da Marcha	Observação/Registro/Escuta/Conversas informais/Entrevista
		São Francisco do Canidé - CE	"Arraiá das Margaridas"	Observação/Registro/Conversas informais
		Belém-PA	Reunião de sistematização da pauta da Marcha da Região Norte	Observação/Registro/Escuta/Conversas informais/Entrevista
		Terezina-PI	Marcha Estadual da Marcha das Margaridas	Observação/Registro
		Abaetetuba- PA	Encontro com grupo de mulheres do MORIVA	Entrevista com grupo de mulheres do MORIVA/Registro
		Belém-PA	Encontro de mulheres das regionais da FETAGRI-PA	Acompanhamento/Observação/Conversas informais/Entrevistas
	Julho	Lago do Rodrigues-MA	Encontro com as quebradeiras de côco (MICQCB)	Conversas informais/entrevistas/Registro
		Serra Talhada- PE	Encontro com as mulheres do Movimento de Mulheres do Sertão Central	Entrevista com grupo de mulheres/Registro
		Brasília-DF	Reunião da Coordenação Ampliada da Marcha	Acompanhamento/Observação/Registro
	Agosto	Brasília-DF	Marcha das Margaridas	Observação/Participação/Conversas informais/Registro
	Novembro	Brasília-DF	Avaliação da Marcha	Observação/Conversas informais/Registro

Fonte: Elaborado pela autora.

Penetrar nesses espaços destinados à “organização da Marcha” permitiu-me entrar em contato com diversas perspectivas, de modo que passei a compreender como se constroem as relações sociais nesses espaços, como ocorrem os processos de interação e troca, os confrontos, as tensões e conflitos inerentes a esse processo. Procurei, ainda, capturar como os sujeitos/interlocutores interpretam seu próprio mundo e os discursos produzidos em momentos de reuniões, encontros e nos espaços informais. Aliás, nesses dois últimos anos, frequentei diversas reuniões informais, encontros e oficinas promovidas pelas mulheres, presenciei a entrada de novas dirigentes e acompanhei algumas “crises” pessoais e coletivas do grupo.

No total, foram realizadas entrevistas envolvendo cerca de 30 mulheres, dirigentes e lideranças de mulheres, representantes de vários segmentos. A maioria delas foi efetuada individualmente, mas, em três momentos, foram com grupos. Elas aconteceram nas salas das próprias organizações (Contag, Federações, ONG’s, sede dos movimentos), nos quartos dos alojamentos onde ficávamos hospedadas, nos locais onde aconteciam os eventos, nas próprias casas, e até mesmo em mesa de bar. Além disso, visto que o foco da minha pesquisa é a constituição dos sujeitos, fui impulsionada a procurar algumas interlocutoras que fossem capazes de me fornecer narrativas pessoais mais detalhadas.

As entrevistas, semiestruturadas, foram guiadas por um roteiro previamente elaborado de caminhos a seguir, composto de questões abertas, sem pré-estabelecimento de ordem, conquanto que a primeira questão sempre fizesse referência à trajetória de vida, pessoal e militante da entrevistada. Eu sempre iniciava a conversa me apresentando e contando rapidamente o que estava fazendo, procurava tornar o diálogo o mais livre quanto fosse possível e, à medida que ela transcorria, caso houvesse necessidade, os questionamentos eram ampliados. Foram envolvidos nas entrevistas: representantes dos principais movimentos e organizações chamadas “parceiras” da Marcha – Marcha Mundial das Mulheres, Movimento de Mulheres da Amazônia, Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste, Secretaria de Mulheres do Conselho Nacional das Populações Extrativistas, Sempre Viva Organização Feminista, SOS Corpo e a Articulação de Mulheres do Brasil; as precursoras da primeira Marcha das Margaridas; a

atual secretária de mulheres da Contag; as coordenadoras regionais da Marcha; as coordenadoras estaduais dos estados de Pernambuco e Pará; algumas dirigentes e lideranças de “base”. A princípio, identifiquei algumas pessoas-chave para a realização das entrevistas, entretanto, com o desenrolar da pesquisa, muitas vezes, quando as conversas me pareciam relevantes, me levavam a entrevistar a mesma pessoa com quem eu havia conversado.

As conversas informais, aliás, foram adotadas como método de pesquisa, no sentido utilizado por Mignolo (2003, p. 12) quando diz: “quando falo de conversas, não me refiro a declarações que possam ser gravadas, transcritas e usadas como documentos”, mas a “comentários ocasionais feitos de passagens sobre um acontecimento, uma ideia, uma pessoa”. Trata-se de “documentos que não podem ser transcritos, conhecimento que vem e vai, mas permanece na mente e altera um determinado argumento”. De certa forma, deixei a pesquisa seguir o trajeto dessas conversas, bem no estilo “uma coisa leva a outra e tudo leva a tudo mais” (GEERTZ, 2001, p. 90)

O conteúdo das entrevistas versava, basicamente, sobre as trajetórias pessoais, familiares e militantes; definição da Marcha; o primeiro contato com a Marcha, como ela foi vivenciada pela primeira vez, impressões; quem são as Margaridas; o processo de construção da Marcha; o papel da Comissão Nacional (Contag); o papel das organizações parceiras; o processo de articulação entre a Comissão Nacional e as entidades/organizações parceiras; o processo de negociação da Marcha na Contag e os principais problemas ou limites desse processo; o processo de construção da pauta e principais entraves; o processo de organização e mobilização da Marcha na base; o significado da Marcha; os efeitos/consequências da Marcha do ponto de vista político.

Procurava me apresentar sempre de uma maneira mais informal, apesar de saber que o modo de me apresentar (expresso na fala, nos gestos, na roupa etc) e/ou quem me apresentava interferia no que seria dito, por isso ficava sempre muito atenta à condução do diálogo. Obviamente, o fato de ser uma mulher pesquisando mulheres estabelecia condições mais ou menos favoráveis para versar sobre determinados assuntos.

Por tratar-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, etnográfica, ela traz como implicações o lidar com um universo de significados, valores, crenças e com uma diversidade de variáveis cujas dimensões podem não ser mensuráveis (MINAYO, 1994). A minha ênfase foi nos sujeitos-mulheres, sem considerá-los como portadores de uma natureza essencialista, mas que se gestam nas relações, vivenciam práticas contingenciais que produzem saberes, poderes e novas subjetivações. Nesse sentido, busquei apreender os significados por elas construídos mediante suas falas, aqui compreendidas como uma das dimensões da constituição dos sujeitos e da produção de sentidos, por meio da qual é possível perceber os seus processos de identificação, argumentação, subjetivação e percepções da realidade. Além disso, é importante ressaltar que os gestos, as expressões faciais, o não dito, o silêncio são considerados como dimensões das práticas discursivas. Com Maingueneau (1989), compartilho a afirmação de que cada ato de fala não se separa das suas condições de produção; e afirmo junto a Bakhtin (2006, p. 126) que o ato de fala é produto da interação social e que “a comunicação verbal entrelaça-se inextricavelmente aos outros tipos de comunicação e cresce com eles sobre terreno comum da situação de produção [...]”, de modo que a comunicação verbal é sempre acompanhada por atos sociais de caráter não verbal, dentre os quais gestos, rituais, atos simbólicos, cerimônias etc.

Considerando que os atos de fala impressos constituem igualmente um elemento da comunicação verbal (BAKHTIN, 2006, p.127), pressupus como relevantes as informações obtidas via material produzido pelos movimentos específicos e pela própria Marcha. Portanto, compõe ainda a pesquisa de campo a análise de documentos, incluindo aí relatórios de reuniões, atas, correspondências enviadas e recebidas e publicações (cartilhas, fôlderes, boletins, cartazes, cadernos e livros.); a análise de imagens (vídeo e fotos); e o levantamento de informações jornalísticas. Por onde eu passava, ia recolhendo materiais, comunicados e informativos; muitos deles foram adquiridos via *internet*.

E assim a pesquisa se fez, impregnada pela processualidade, tecida em meio a tantas andanças, muitas viagens, muito voos, muitos deslocamentos (de barco, a pé, de carona, ou de ônibus), testemunhando cenas e cenários. Em meio a tantos e-mails trocados, muitos telefonemas dados, vários diálogos virtuais, andanças e mudanças, muitos lugares,

alguns atalhos, mudanças de rotas, muitas pessoas, muitas histórias... em meio a uma trama de relações que eu, como viajante, me esforçava por desvelar, por conhecer.

A minha intenção de estudar a Marcha das Margaridas pareceu algo bom aos olhos da Contag; afinal, uma pesquisa acadêmica versando sobre uma ação coletiva coordenada por essa instituição era sinal de reconhecimento e legitimidade. Mas a pesquisa vista sob os olhos da Secretaria de Mulheres, particularmente, parecia ter uma importância especial. Primeiro, porque pesquisar a Marcha repercutia na valorização de uma ação que era, antes de tudo, resultado do trabalho e do esforço das mulheres. Segundo, porque parecia ser a oportunidade de falar da Marcha a partir da perspectiva das mulheres dirigentes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e de suas lideranças. Falas nas quais elas revelavam a situação marginal de não reconhecimento político da sua atuação no movimento sindical e da limitada presença das mulheres nos cargos de direção e de decisão do movimento, cuja representação política se dá, majoritariamente, pelos homens; falas que manifestavam uma relação de poder desigual, no qual a representação do poder é atribuída ao gênero masculino que elas questionavam, inclusive, a partir da própria Marcha, ação pela qual elas impunham o reconhecimento de sua participação política.

Apesar de em algumas ocasiões (encontros, reuniões, audiências) eu ser apresentada como “pesquisadora”, fora dos espaços formais, eu era tratada como uma colega, uma feminista, uma “companheira”; não se tratava apenas de uma identificação de gênero (eu sou uma mulher), o que supostamente me tornava sensível a realizar uma pesquisa cujos sujeitos são mulheres, mas também, principalmente, entre as dirigentes cutistas, eu era identificada a um determinado campo ideológico, afinal trazia no meu currículo ter pertencido a uma das escolas de formação da CUT como formadora e pesquisadora. Essas identificações, em um sentido mais amplo, pareciam se apresentar como condição para a construção de um espaço de interlocução com a Secretaria de Mulheres da Contag.

Havia ali um jogo de poder. Algo estava implícito. O interesse acadêmico por uma ação promovida pelas mulheres valoriza essa ação, é algo que atesta a sua importância. Havia um certo “orgulho” de ser objeto de estudo de uma pesquisa acadêmica,

principalmente, porque isso significava um ganho político, aspecto, particularmente, importante quando se está num campo de disputa. Assim, ser apresentada como “pesquisadora”, em determinados espaços, parecia acrescentar algo mais a uma ação que era uma ação de mulheres, dando-lhe um outro status. A pesquisa parecia contribuir para gerar poder ao sujeito estudado.

Por outro lado, ao colocar um sujeito em estudo, o/a pesquisador/a o evidencia por intermédio de um discurso científico, dá-lhe existência como um problema para o conhecimento. Essas questões me levaram a refletir sobre a relação pesquisador/a/pesquisado/a a partir das minhas aproximações do campo e dos sujeitos da pesquisa.

Se é certo, numa perspectiva foucaultiana, que o saber científico exerce poder na constituição de sujeitos estudados, é certo também que os sujeitos estudados exercem poder sobre sua própria constituição. Para Foucault (1995, p. 243), o poder

[...] é um conjunto de ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita, ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite ele coage absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir.

E mais, ele

[...] nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão” (FOUCAULT, 1999 [1979], p.183).

Portanto, o campo pesquisado é sempre um espaço em que circulam relações de poder; relação de poder definida como “um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação” (FOUCAULT, 1995, p. 243). É ação sobre ação, ação que busca conduzir as ações do outro, limitar seu campo de possibilidades, a relação de poder supõe o outro como sujeito ativo e, portanto, um nexo de reações e de respostas no seu próprio exercício (RABELO, 2010).

Agindo sobre a ação do/a pesquisador/a, o pesquisado circunscreve o seu campo de possibilidades, ao exercer poder e um certo controle sobre o que (e como) será revelado ao pesquisador. Lembro-me de, em uma das entrevistas, uma interlocutora (dirigente sindical) pedir para que eu não gravasse um dos trechos da conversa. “Desliga aí”, e então continuou me relatando o fato. Nesses momentos, era quase como se tivesse me revelando um segredo.

A partir da leitura de Simmel (1964, p. 307), percebi que esses momentos de confidências (quase segredos) revelavam o jogo de trocas simbólicas efetuadas por pesquisadora-pesquisadas em interação. De acordo com este autor, para quem “todas as relações entre os homens se baseiam naquilo que eles sabem uns dos outros”, ser portador de um “segredo” é partilhar dos bens simbólicos do grupo. Ao proteger o segredo do outro, estreitam-se, não apenas os laços (inclusive afetivos), mas permite-se que o controle social se exerça. E, nessa perspectiva, é justamente sob uma possibilidade de traição que o controle parece se fazer ou se exercer. O que está em jogo nessa troca, entre outros bens, é a confiança, a lealdade.

Ao me revelar algo que não deveria ser revelado a outro, a minha interlocutora está, de uma certa forma, me inserindo na sua vida política ordinária, cotidiana. Saber-se confiável e poder confiar implica também a intensificação de laços afetivos. A confidência é um sinal de lealdade e dá uma certa segurança à relação, porque pressupõe uma espécie de troca: ao mostrar lealdade, espera-se receber lealdade em troca.

A presença de confiabilidade mostrava que eu era merecedora de crédito e, portanto, sujeito de confiança, de modo que, apesar de estranha ao grupo, eu lhe era familiar. E isso se manifestava em pequenos atos. Por exemplo, eu podia circular livremente por todo o espaço da Contag, tinha acesso a computadores, telefones, a todos os documentos, ao centro de documentação, à biblioteca e até mesmo aos documentos depositados em arquivo morto. Lembro-me de que fui buscar esses documentos em um depósito que ficava nos fundos da Contag.

Ao entrar nesse jogo, e aceitar, por exemplo, o pedido da minha interlocutora de desligar o gravador, eu estava aceitando compartilhar com ela a construção do trabalho que eu desenvolvia, o que evidenciava o seu poder de intermediar as relações entre outros e eu mesma. Uma visão compartilhada da realidade estava sendo negociada, o que implica uma disputa sobre a forma de se apropriar do discurso, como sugere Capranzano (1991, p. 79), ao afirmar: “Há que lembrar que qualquer que seja a resistência daqueles com quem conversamos, eles sempre são um pouco nossa criação, assim como nós somos a deles. Esse fato empírico talvez marque o limite de nosso empirismo”.

O fato é que eu passei a ser considerada como “alguém da casa”, e o que, a princípio, parecia ser algo bom, acabou por gerar em mim algumas inquietações, que tinha a ver com as relações de poder intrínsecas à situação de pesquisa etnográfica: o diálogo entre pesquisadora e pesquisadas (CAPRANZANO, 1991).

Ao me tornar “familiar” ao grupo, era solicitada a emitir opiniões, integrar a discussão e até participar da elaboração de atividades. Lembro-me de que, pelo menos em dois momentos, auxiliei a equipe de sistematização. O primeiro deles foi durante o Seminário Regional do Nordeste, momento no qual se discutia a construção da pauta de reivindicações para aquela região. O segundo foi durante o encontro de avaliação da Marcha das Margaridas, que ocorreu em novembro de 2011, quando fui solicitada a auxiliar na sistematização da avaliação, destacando os principais pontos a serem levados na audiência com o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, que ocorreu logo após o encontro.

As minhas interlocutoras pareciam sugerir que os interesses delas estavam envolvidos na pesquisa. Se como afirma Clifford (1998), a autoridade etnográfica exerce uma certa forma de poder sobre o campo e sobre os “nativos”, é certo também que, no caso das minhas interlocutoras, elas queriam influenciar a “produção da verdade” que emana desse poder, (poder da ciência de produzir verdade), e elas o faziam exercendo poder e controle sobre o que (e como) me seria revelado.

Pesquisadora e pesquisadas abriam sua privacidade conforme seus interesses e possibilidades. Havia algo sendo negociado. Portanto, o resultado dessa pesquisa certamente não será fruto da observação pura e simples, mas de um processo de diálogo e de negociações de pontos de vista. Como nos diz Clifford (1998, p. 43), as relações de poder são intrínsecas à situação de pesquisa etnográfica, e, nesse sentido, a etnografia é “uma negociação construtiva, envolvendo pelo menos dois, e muitas vezes mais, sujeitos conscientes e politicamente significativos”. As minhas interlocutoras são também sujeitos desta pesquisa, e estão, pois, implicadas no projeto de construção etnográfica.

Apesar de ter feito opção por uma abordagem etnográfica, a própria natureza do objeto não me permitiu empreender o modo clássico de pesquisa etnográfica. Além disso, como procurei enfatizar anteriormente, situo-a dentro de uma abordagem teórica que a compreende numa perspectiva dialógica, resultado de posições negociadas entre pesquisadora e sujeitos da pesquisa, configurando-se assim como “um encontro historicamente contingente, não controlado e dialógico, envolvendo, em alguma medida, tanto o conflito, quanto a colaboração na elaboração de textos” (CLIFFORD, 1998, p. 223)

Tive que realizar curtas estadias em campo, obedecendo aos tempos estabelecidos pela agenda da Marcha nos estados e sedes de municípios. O fato da pesquisa se construir sobre um problema que é, significativamente, translocal, me levou a empreender uma pesquisa que Marcus (2001) chamou de *multi-sited ethnography*³², uma etnografia móvel, itinerante e que permite captar relações entre diversos lugares e localidades, pelos quais o objeto de estudo é dado a conhecer. Aliás, esses lugares e localidades estão ligados uns com os outros de tal modo que as relações entre eles são tão importantes para a formulação do problema quanto as relações no seu interior. A técnica dessa modalidade de etnografia, compatível com a sua estratégia de seguir as conexões,

³² A etnografia chamada multilocal vem adquirindo relevância desde os anos 80. Um aporte relevante ao debate sobre este enfoque metodológico é dado por Marcus (2001) nas reflexões que faz sobre o problema da etnografia no sistema-mundo moderno, no texto *Etnografía en/del sistema mundo. El surgimiento de la etnografía multilocal* (2011). Ver também o artigo de Hannerz (2003) *Being there . . . and there . . . and there! Reflections on multi-site ethnograph.*

associações e reações imputáveis, consiste basicamente em acompanhar o movimento, de forma planejada ou espontânea, e observar a relação entre diversos aspectos de um fenômeno social (MARCUS, 2001).

A aproximação etnográfica multilocalizada me permitiu o reconhecimento das interlocutoras como sujeitos em conexão, apesar de situadas em espaços diferentes. Alguns desses locais foram incorporados à pesquisa, em certa medida por acaso, de uma forma gradual e cumulativa, à medida que a pesquisa ia se desenvolvendo, fazendo com que eu adquirisse novas percepções e visualizasse novas possibilidades.

Portanto, pareceu-me eficaz a aposta nesta modalidade da etnografia como possibilidade de vislumbrar, desde mediações teóricas apropriadas, a análise das conexões entre as dinâmicas sociais e políticas, nas quais os sujeitos estudados estavam envolvidos.

A tese está organizada em duas partes, acrescidas da introdução e das referências. Cada parte está dividida em capítulos que se mantêm na forma sequencial. Os capítulos de um a quatro correspondem à primeira parte, e os de cinco a sete à segunda. A divisão do texto em duas partes estrutura uma narrativa própria que procura dar cabo do movimento realizado por mim como pesquisadora. Uma movimentação que provocou tomadas de cenas, para adotar a linguagem usada no cinema, em vários ângulos. O meu olhar se deslocava durante a pesquisa, executando movimentos previstos ou aleatórios, ora seguindo um roteiro prévio, ora guiado pela contingência, fazendo com que eu passasse de um plano a outro, seguindo a trilha dos acontecimentos, de modo que o próprio objeto de pesquisa foi conduzindo o meu movimento, e provocando deslocamentos que me permitiram não apenas observar a Marcha das Margaridas de diferentes lugares, mas perceber como ela era olhada a partir daquele lugar. A divisão em partes procura dar conta do caminho traçado por esses deslocamentos.

Na primeira parte, tento mostrar a Marcha desde um plano geral. Sugerindo um afastamento do evento em si, procuro resgatar o processo histórico, contexto, conjuntura, ambiente social e relações que interferiram no seu surgimento. À medida que o meu olhar se aproxima, focalizo o interior da Marcha 2011, e tento mostrar a sua configuração, as relações

internas, as articulações que se estabelecem no seu interior, as relações entre o meio e as/os atrizes/atores, focando as próprias personagens em interação. Os sujeitos da ação vão surgindo cada vez mais próximos, de modo que podemos distingui-los nos cenários. A segunda parte trata dos sujeitos olhados em primeiro plano, a partir dos quais destaca-se como a Marcha se faz no seu cotidiano, sua expressão performática, seus efeitos políticos e os sentidos e significados que lhe são atribuídos desde a experiência vivida coletivamente e subjetivamente.

Seguindo os sujeitos dessa trama, desloco-me em vários planos e, à medida que o faço, variados personagens são introduzidos na cena. É como se eu conduzisse o meu olhar como quem conduz uma câmera, procurando estar atrás de quem age e executa a ação. A sua aproximação ou afastamento poderia se comparar a um *travelling*, muitas vezes em *ralenti* (câmera lenta) para algum detalhe que eu considerasse importante destacar, até parar em momentos considerados relevantes, procurando destacar as nossas interlocutoras, dando-lhes, algumas vezes, um *close*, para no momento seguinte provocar o afastamento. A Marcha das Margaridas é assim focalizada numa sequência de planos, em vários ângulos, buscando apreender as distintas visões, captar as variadas falas e desvelar os sujeitos do seu fazer. O meu olhar acompanha a sequência de fatos vividos, narrados e lembrados, que, transformados em capítulos, procura dar unidade e uma forma coerente à problemática abordada. A maneira que eu estruturei este trabalho é apenas uma forma de conduzir a leitura do texto, cuja composição pode ser pensada em termos de bricolagem teórica, uma vez que explora diversas possibilidades teóricas que dialogam entre si para responder a questão posta.

A organização dos capítulos, bem como as discussões neles inseridas e a linha argumentativa que pretende alinhavá-las, será apresentada, brevemente, a seguir:

Na Introdução, apresento a problemática da pesquisa e o seu contexto de elaboração, traçando um esboço das categorias teóricas centrais que tomo como referência e que percorrerão todo o texto. Nela, apresento, com detalhes, a pesquisa realizada durante a preparação da 4ª Marcha das Margaridas, sua característica e algumas reflexões sobre o seu fazer em campo, evidenciando os pressupostos teórico-metodológicos que tomo como referência.

No Capítulo 1, resgato o processo histórico de organização das mulheres trabalhadoras rurais, cuja emergência, como movimento, situa-se no contexto da abertura democrática da década de 1980, momento no qual os movimentos de mulheres ganharam força e significativa expressão nos processos de luta no campo, destacando aí a importância das CEBs e pastorais; a emergência do “novo sindicalismo” e das “oposições sindicais” e a atuação do movimento feminista, que terão importante repercussão no processo de consolidação dos movimentos de mulheres rurais e da cristalização da categoria “mulheres trabalhadoras rurais” no interior do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). Algo importante para compreender a emergência da Marcha das Margaridas no ano de 2000, haja vista a centralidade que as mulheres trabalhadoras rurais, organizadas no interior da Contag, têm na articulação da Marcha.

Sob uma perspectiva relacional, procuro mostrar, no Capítulo 2, a Marcha como parte de um processo sobre o qual incidiram as mais diferentes figurações sociais, ressaltando fatos que marcaram o seu surgimento. Considero aqui a rede de interdependências que liga os sujeitos, de modo a explicitar os vários elementos interdependentes que resultaram em uma figuração específica das relações sociais, num contexto no qual as mulheres reivindicavam um espaço de participação (inclusive nas tomadas de decisões) no interior do movimento sindical. Ainda que a narrativa seja centrada nas pessoas, procuro descrever o entrelaçar de organizações, eventos, situações sociais que deram sentido às ações das mulheres dirigentes e lideranças do movimento sindical, inclusive, e principalmente, à Marcha das Margaridas, na qual parecem ter encontrado uma forma eficaz de significação social.

No Capítulo 3, forneço alguns elementos descritivos sobre a Marcha, a sua estrutura organizativa, seu conteúdo e seus momentos constitutivos. Descrevo, ainda, a rede de movimentos e organizações que a constituem, as conexões que estabelecem entre si e com outros agentes, delimitando o “campo” e a “arena” na qual ela está inserida. Interessa-me assim compreender a configuração desse espaço, a articulação em rede, os papéis dos agentes no seu interior e as relações de poder que a constitui.

A compreensão da dinâmica interna da Marcha das Margaridas 2011 e a articulação que a configura é abordada no Capítulo 4. Considerando as similaridades e as diferenças como aspectos constitutivos importantes da prática articulatória, empreendo uma reflexão sobre constituição do sujeito político na Marcha das Margaridas, nomeado *mulheres do campo e da floresta*. Analiso ainda a forma como se dá a articulação discursiva cujos pontos nodais são estabelecidos em torno da sua Plataforma Política, da pauta de reivindicações e do feminismo.

O Capítulo 5 abre a segunda parte deste trabalho. Nele abordo todo o processo de mobilização e preparação da Marcha das Margaridas desde os municípios e comunidades, e como ele opera a suspensão do cotidiano na vida das mulheres que são, e estão envolvidas pela Marcha. Também analiso como isso repercute na vida local e os repertórios de ações coletivas e da vida social que são acionados, além das tensões, dos conflitos e das dificuldades que envolve todo o processo.

O Capítulo 6 inicia a descrição da Marcha propriamente dita, desde o momento em que grupos de pessoas saem de seus locais de moradia, do seu município, do seu povoado para a capital do Brasil. A partir das falas dessas “peregrinas”, procuro reconstituir os preparativos da viagem, o seu significado, os acontecimentos e as percepções do trajeto, bem como as impressões e sentimentos que são despertados ao chegar à Brasília. Perceber como as mulheres experienciam esse deslocamento, que significados lhe atribuem e as suas motivações são aspectos também explorados neste capítulo. Descrevo, ainda, a estrutura montada para receber as mulheres e as atividades que fizeram parte da programação da Marcha 2011, incluindo o ato de abertura.

No Capítulo 7, a minha análise recai sobre a Marcha propriamente dita. Procuro descrever a atmosfera que envolveu a caminhada, as referências simbólicas que ela evoca, os elementos que mobiliza para expressar (e “produzir”) o seu sujeito político; como ela dialoga com a sociedade, sua linguagem social e seus efeitos. Ainda neste capítulo, procuro resgatar, pelas narrativas de mulheres diferentemente posicionadas, a experiência vivida, a fim de compreender o significado que essas mulheres dão à Marcha.

Na conclusão, retomo as abordagens e análises desenvolvidas ao longo da tese em relação às questões postas nesta introdução e indico os achados analíticos da pesquisa, tecendo assim as considerações finais e apresentando possíveis reflexões para uma futura agenda de pesquisa.

Por fim, é importante ressaltar que utilizo no texto, de forma privilegiada, as vozes das mulheres que, a partir de diferentes lugares, protagonizaram a Marcha 2011, ainda que eu corra o risco já assinalado por Mintz (1984, p. 55) de deformá-las ou distorcê-las por meus próprios erros. Assim como Mintz (1984), estou cada vez mais certa de que é preciso quebrar-lhe a mudez e dar a conhecer a outras e a outros a sua história, a sua vida, o seu trabalho, as suas ideias e percepções; afinal, é delas que eu estou falando, quando trato do sujeito político da Marcha das Margaridas. Suas falas, muitas vezes ocultas ou desconsideradas, têm o *poder único* de dar acesso às suas experiências como sujeitos mulheres atuantes que fazem a Marcha acontecer e se fazem com ela (Thompson, 1992, p. 16). Nesse sentido, conduzimos a construção do texto a partir da composição de vários fragmentos de fala que expressam pontos de vistas que se somam ou se entrelaçam, compondo um painel narrativo vivo e cambiante tal qual um caleidoscópio. São várias vozes que, diferentemente posicionadas e situadas, falam sobre o mesmo evento desde suas próprias experiências, intencionalidades e perspectivas dando-lhe sentidos e significados. Sendo um texto perpassado por diferentes vozes, ele é essencialmente polifônico.

PRIMEIRA PARTE

Canção para Margarida

Não faz muito tempo, seu moço, nas terras da Paraíba

*Viveu uma mulher de **fibra**, MARGARIDA se chamou*

E o patrão com uma bala, tentou calar sua fala

*E o **SONHO** dela se espalhou.*

Já faz muito tempo, seu moço

Que em riba deste chão, em toda nossa Nação

O pobre é pra lá e pra cá, lavrador faz, mas não come

E a miséria é sobrenome, do povo deste lugar

*E quando na carne da gente urdia a **opressão***

*MARGARIDA **erguia a mão**, e o seu **grito** era o nosso clamor!*

Daqui a algum tempo, seu moço, se a gente não se cuidar

*Se o pobre não se ajudar, tubarão engole a **alegria***

Pois o jeito é treinar o braço, pra desatar esse laço

Que amarra o novo dia! E quando na roça da gente brilhar as espigas

Vai ter festa e nas cantigas

MARGARIDA vai viver! E quando na praça e na rua florir MARGARIDAS

Vai ser bonito de ver, vai ser bonito de ver, vai ser bonito de VIVER!

Autor: desconhecido

Capítulo 1

A Marcha na história...

A Marcha das Margaridas é parte do processo histórico de organização das mulheres trabalhadoras rurais, cuja emergência como movimento se situa no contexto da abertura democrática da década de 1980, período caracterizado por uma efervescência de mobilização social e pela consolidação do movimento feminista e de mulheres do Brasil (DEERE, 2004).

Nesse período, os movimentos de mulheres ganharam força e significativa expressão nos processos de luta no campo, apesar de a sua participação nessas lutas não ser um fato novo. Articulados a outros segmentos sociais, que reivindicavam, ainda no fim do regime militar, espaços de expressão política, esses movimentos se inseriam no que comumente passou a ser denominado de “novos movimentos sociais”³³ que

³³ Diversos autores, dentre os quais Scherer-Warren, Telles e De la Cruz (1987), reunidos no livro *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*, organizado por Scherer-Warren e Krischke (1987), qualificam como “novos” os movimentos sociais surgidos a partir da abertura democrática; o seu caráter inovador advém do reconhecimento de novos sujeitos políticos, da autonomia em relação ao Estado e aos partidos e da participação das bases nas decisões internas. Para Goldman (2007, p. 9), “por ‘novos movimentos sociais’”, costuma-se designar um conjunto algo heteróclito de lutas que, nas décadas de 1960 e 1970, pareciam estar substituindo o “velho” movimento operário (com seus sindicatos e associações) como processo característico da “sociedade civil” – ou seja, de tudo aquilo que não era o Estado [...]. No lugar da luta operária e dos interesses de classe pensados como pontos nodais por onde qualquer luta política deveria passar, assiste-se a uma proliferação de diferentes reivindicações, assentadas na identificação de formas de opressão que operam fora da esfera estritamente econômica ou literalmente política. Além disso, [...], esse deslocamento foi marcado por uma mudança no caráter das exigências apresentadas: em lugar da simples extensão de direitos supostamente universais em nome de uma “igualdade” algo abstrata, os novos movimentos (de mulheres, negros, índios, homossexuais, deficientes etc.) opuseram a reivindicação de direitos específicos e, por definição, não universalizáveis. A distinção entre “velhos” e “novos” movimentos sociais no século XX, muito reproduzida, é criticada no campo de estudo dos movimentos sociais por diferentes autores como Machado e Prado (2005), Alvarez e Escobar (2000), Maheirie (1997), Butler (2000), Fraser (1997), os quais enfatizam que a postura dualista é promotora de reducionismos na análise de ações coletivas, conduzindo a um empobrecimento teórico. Ademais, pesquisas

emergiram, canalizando a publicização dos interesses de segmentos da população.

No processo histórico e político de organização das mulheres rurais, destacam-se a agência da Igreja, por intermédio das CEBs e pastorais; a emergência do “novo sindicalismo” e das “oposições sindicais” e a atuação do movimento feminista. Aspectos importantes a serem considerados para se compreender as questões que conduziram ao surgimento da Marcha das Margaridas no ano de 2000, os elementos que a constituem, sua forma de organização desde a articulação de movimentos e organizações com histórias distintas – e concepções nem sempre convergentes –, suas metas, estratégias estabelecidas. Ainda, as características que a diferenciam da forma de *fazer política* do Movimento de Mulheres Camponesas, com o qual apresenta uma clivagem política importante.

Por conseguinte, farei uma breve digressão sobre o processo de organização das mulheres rurais e como o surgimento das CEBs, do movimento de “Oposição Sindical” e o movimento feminista repercutiram nesse processo, que vai desembocar, no ano 2000, no surgimento da Marcha das Margaridas. Realizar “breves digressões” sempre traz o risco de engessar momentos históricos ou situar as instituições como algo homogêneo e sem conflitos internos ou tensões. Entretanto, quero ressaltar que todos os movimentos aqui debatidos se inserem em processos sociais e políticos que se constituem como um feixe complexo de experiências, relações e atividades, com pressões e limites específicos e mutáveis, e que, manifestando formas de fazer política, existiram como elementos significativos da sociedade (WILLIAMS, 1979, p. 115).

realizadas no Brasil mostram não fazer sentido tal dicotomia, já que se percebem, ao longo do tempo, muito mais continuidades do que descontinuidades entre a forma de se fazer movimento e os padrões de mobilização adotados (MACEDO, 2005, p. 491).

1.1 As CEBs, as pastorais e a participação das mulheres

A Igreja Popular³⁴, representada pelas Comunidades Eclesiais de Base³⁵ e pelo trabalho pastoral³⁶, constituiu a base da mobilização das mulheres rurais na abertura política e na transição democrática. As CEBs e as pastorais ofereceram às mulheres a experiência formativa que as levou a questionar a sua condição social (DEERE, 2004), levando ao surgimento dos primeiros grupos organizados de mulheres.³⁷ Tal experiência formou a base para a posterior emergência de vários movimentos de mulheres rurais em todo o país.³⁸ Portanto, a mobilização das mulheres rurais não se forma na prática sindical, é anterior a ela (CAPPELLIN, 2009).

O surgimento das CEBs e também o desenvolvimento de grupos pastorais diversos, comprometidos com as causas políticas (MACHADO & MARIZ, 1997) foram

³⁴ De acordo com Wanderley (2007), “[...] a expressão Igreja Popular (‘Igreja dos pobres’, ‘Igreja que nasce do povo’, ‘Igreja do povo de Deus’) foi consagrada na literatura e prática dos grupos que a vivenciam. A opção pela terminologia nasceu da valorização comunitária”. Para Boff (1977, p. 18 apud WANDERLEY, 2007), a Igreja Popular, diferentemente da Igreja grande-instituição – embora ambas componham a Igreja Católica única – “se centra na rede de comunidades de base, no meio dos setores populares e nas maiorias pobres, à margem do poder e dos meios de comunicação, vivendo mais profundamente as relações horizontais da fraternidade e da corresponsabilidade”.

³⁵ Segundo Betto (1985, p. 16-17), “As comunidades eclesiais de base (CEBs) são pequenos grupos organizados em torno de uma paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos [...]. De natureza religiosa e caráter pastoral, as CEBs podem ter dez, vinte ou cinquenta membros. Nas paróquias de periferia, as comunidades podem estar distribuídas em pequenos grupos ou formar um único grupão a que se dá o nome de comunidade eclesial de base. É o caso da zona rural, onde cem ou duzentas pessoas se reúnem numa capela aos domingos para celebrar o culto. [...] São comunidades, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem a mesma Igreja e moram na mesma região; essas pessoas vivem uma comunhão em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São eclesiais, porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. São de base, porque são integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares)”.

³⁶ Com destaque para o trabalho da CPT Comissão Pastoral da Terra (CPT), que organizou grupos de mulheres em torno da luta pela terra, além de ter desempenhado um importante papel no surgimento do Movimento dos Sem-Terra (MST) (DEERE, 2004).

³⁷ Inclusive, a criação de Clubes de Mães foi impulsionado pelas CEBs, datando dessa época o surgimento de muitos deles em todo o país. Onde os Clubes de Mães já existiam, as CEBs incentivaram o engajamento das mulheres.

³⁸ Embora em número menor, havia, também, segundo Cappellin (2009, p. 646), grupos de matriz laica, formados a partir das mobilizações de resistência às expulsões dos moradores das fazendas, nos quais as mulheres, assim como nos grupos de matriz religiosa, tomavam a iniciativa de promover as reuniões, organizá-las e dirigi-las.

inspirados na Teologia da Libertação³⁹, que, buscando defender os interesses sociais e econômicos dos socialmente desprivilegiados e materialmente carentes, proclamou a "opção preferencial pelos pobres". Motivados por essa corrente teológica e sua base teórica, diversos grupos religiosos passaram a desenvolver trabalhos junto aos trabalhadores e trabalhadoras rurais. As CEBS, por sua vez, como espaço de organização, propiciaram a rápida difusão da ideologia da Igreja Popular entre os leigos, manifestada, justamente, pela Teologia da Libertação.

É a partir da reflexão bíblica que as primeiras comunidades de base emergem⁴⁰, ainda no final da década de 1960. Nelas instaura-se uma nova hermenêutica bíblica, uma interpretação dinamizada pela opção em favor dos pobres, conformando espaços nos quais a fé era ligada com a política (PERALÍAS, 2005, p. 69). Tratava-se de grupos de leigos pobres, em sua grande maioria mulheres, que se encontravam para “fazer celebrações, rezar, refletir sobre o evangelho e, à luz dessa reflexão, buscar sua realidade e partir para uma ação transformadora”. É “a mensagem cristã do Evangelho um instrumento de ‘conscientização’ que tenta ‘unir fé com a vida’ atribuindo um sentido religioso ao engajamento em uma luta política” (MACHADO & MARIZ 1997, p. 73-74, grifos das autoras).

³⁹ As CEBS foram incentivadas pela Teologia da Libertação após o Concílio Vaticano II, assim chamada uma série de conferências realizadas entre 1962 e 1965, que desenvolveu a noção de Igreja como “povo de Deus” e marcou a “conversão” da Igreja Católica à causa dos oprimidos. Com o objetivo de aplicar as decisões do Concílio Vaticano II à América Latina, ocorre a segunda e a terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada, respectivamente, em Medellín (1968) e Puebla (1979). O que ganha ênfase em Medellín, segundo Sader (1995), é, precisamente, a denúncia das estruturas sociais, das quais resultam profunda desigualdades, exploração e miséria. Assim, com o intuito de comprometer a Igreja na luta contra as causas sociais da miséria, o episcopado brasileiro consagra às CEBS sua opção como método pastoral por excelência, e elas se espalharam, principalmente, nos anos 70 e 80, no Brasil e na América Latina. De modo que, quando ocorre a Conferência de Puebla, as CEBS já haviam se multiplicado em todo o continente latino-americano, e a “opção pelos pobres” foi reafirmada com o comprometimento da Igreja com a prática social (SADER, 1995; PERALÍAS, 2005; SCHAAF, 2001).

⁴⁰ Frei Betto identifica, na trajetória das CEBS, três etapas interligadas. A primeira delas é propriamente a comunidade em si, centrada em sua motivação religiosa, buscando no Evangelho as pistas para a sua atividade social. A segunda é a dos movimentos populares, que emergem com a participação dos membros das comunidades. A terceira, por fim, é a do fortalecimento do movimento operário por intermédio das “oposições sindicais” e dos chamados “sindicatos autênticos”, da valorização do sindicato como verdadeiro órgão de classe e da atuação em greves e lutas de suas categorias. O autor ainda sinaliza uma quarta etapa, iniciada em meados dos anos oitenta: a da reformulação partidária, ou seja, “a busca de novos canais de expressão política para a sociedade civil brasileira” (BETTO, 1985, p. 8).

Na década de 1970, as Comunidades Eclesiais de Base apresentaram um grande crescimento, sobretudo nas zonas rurais, onde, segundo Frei Betto (1985), elas mais se proliferaram, chamando a atenção, já no início dos anos 1980, pelo seu envolvimento político (MACHADO e MARIZ, 1997), ao se tornarem “o centro de toda a efervescência da mobilização popular do campo, juntamente com as pastorais” (SCHAAF, 2001, p. 129).⁴¹

SADER (1995, p. 156) aponta como alguns dos motivos do seu êxito a forma “flexível de sua forma organizativa”, a “revivescência de relações primárias como espaço de reconhecimento pessoal para seus membros” e o “acolhimento das formas de religiosidade popular”. As CEBs podiam surgir

[...] a partir de um lugar popular, ou da dinamização de uma capela tradicional, ou de uma novena, ou de um mutirão, ou de um encontro para refletir sobre o evangelho, em suma, de qualquer atividade solidária de um pequeno grupo inspirado no Evangelho, uma vez que quase todas começaram por iniciativa de um agente pastoral – ou graças à sua presença – e em torno de motivações religiosas” (SADER, 1995, p. 157).

As Comunidades Eclesiais de Base reafirmavam-se, regularmente, por suas reuniões periódicas que, a depender do seu dinamismo, poderiam acontecer quinzenalmente, como geralmente acontecia, ou semanalmente, ou até mesmo mensalmente, num barraco de vila, na casa de algum camponês ou no salão paroquial. “O debate dos temas nas reuniões costumava pautar-se pelo método de ‘ver-julgar-agir’, através do qual pretendia-se efetuar uma reflexão crítica e voltada para a prática, de modo que as privações vividas deixem de ser consideradas como fatalidades” (SADER, 1995, p. 159, grifo do autor).

Além destas reuniões de “reflexão crítica”, as CEBs promoviam atos litúrgicos: novena, catequese infantil, preparação para os sacramentos. Ademais, elas atuavam no seu meio, em iniciativas coletivas como mutirões, abaixo-assinados, mobilizações para reclamar um direito, organização de movimentos populares (SADER, 1995). Enfim, de um modo geral, “a ação das comunidades eclesiais de base se dava de modo intraeclesial

⁴¹ De acordo com Betto (1985), a própria conjuntura política nacional ajudou a reforçar as comunidades eclesiais de base, pois, ao suprimir os canais de participação popular, o regime militar fez com que o “povo” buscasse um novo espaço para se organizar, espaço este encontrado na Igreja 144.

(celebração do culto, festas, liturgias, novenas, catequese, preparação aos sacramentos, estudos de documentos da Igreja) e de modo extraeclesial (vinculação às lutas populares)” (BETTO, 1985, p. 10).

Paralelamente às atividades organizadas pelas CEBs, havia os cursos pastorais, por meio dos quais eram oferecidos programas de ensino pelos leigos e eclesiais, nos quais as pessoas eram instruídas também com o método “ver, julgar, agir”⁴², usado nas CEBs. Após o curso, as lideranças precisavam optar por trabalhar um período em algum movimento – Movimento Sem Terra, Movimento Sindical, Movimento de Mulheres etc. (SCHAAF, 2001, p. 131).

Em entrevista concedida a Schaaf (2001), Dom Orlando Dotti, bispo referencial da Comissão Pastoral da Terra/RS, a qual presidiu no período de 1993 a 1997, diz que:

Com as CEBs, começaram se estruturando coisas que já existiam antes, existiam por exemplo as capelas, só não com uma dimensão social tão forte. Então eles foram reestruturando dentro do pensamento da Teologia da Libertação. Os que já estavam com as capelas organizadas só se preocupavam com duas coisas: a vida mais ligada à igreja e ao grupo, para festas, celebrações etc. Criaram muito grupos ligados à vida interna da Igreja com uma estrutura quase autossuficiente. Não houve uma linha social. Então a Teologia da libertação introduziu o elemento social para dentro das próprias comunidades, como no Rio Grande do Sul. Nem em todas, mas em grande parte. Agora, no Nordeste, não existiam capelas aqui. E foi um clima mais propício pra logo se partir para uma CEB, introduzindo todos os elementos da Teologia da Libertação.

Muitos estudos tratam da expressiva participação feminina nessas formas associativas católicas (BURDICK, 1990; DROGUS, 1999; ALVAREZ, 1990; MACHADO

⁴² De acordo com Barros & Mafra (2008, p. 19) “O método ‘Ver, Julgar, Agir’ é um instrumento de análise da realidade objetiva e contextual de onde se inserem os grupos de reflexão e aprofundamento da fé, à luz das escrituras e da prática cristãs. Visava despertar o senso crítico dos cristãos e animá-los a uma ação mais concreta e transformadora da sociedade”. Ainda segundo os autores citados, o método foi adotado pelo Concílio Vaticano II e visava à construção de planos de intervenção social. “O VER consistia em olhar para a realidade vivida pela comunidade ou grupo, dissecando um determinado problema em suas causas e consequências”, utilizando, para isso, metodologias participativas [...] cujos instrumentos “auxiliassem na visualização crítica da realidade e sua reflexão”. Depois de dissecado, o problema “era “Julgado” à luz de textos bíblicos e de outros que mostravam um outro caminho possível, uma outra realidade a ser desejada. A partir daí [...] eram construídas ações que permitiriam a conquista da nova utopia pelo AGIR” (BARROS & MAFRA, 2008, p 14).

e MARIZ, 1997; TEIXEIRA, 1988). Alguns deles justificam a presença majoritária de mulheres nesse espaço, por ser ele regulado por elementos ligados à religião, atividade que, com o advento da sociedade moderna, se tornou cada vez mais restrita à esfera privada, onde, tradicionalmente, é atribuído à mulher o cuidado prioritário da família, inclusive o cuidado espiritual (PINHEIRO, 2007).

Nesse sentido, as CEBs ocuparam um lugar estratégico na trajetória política de muitas mulheres, justamente, por estarem dispostas na transição entre a esfera privada (religião) – associada, numa perspectiva de gênero, à presença feminina – e a esfera pública (política), identificada, tradicionalmente, como um espaço masculino. Ao não colocar restrições sociais à participação das mulheres, mas, ao contrário, ao ser um espaço amplamente aberto à participação delas, as CEBs acabaram por se tornar peça-chave no incentivo ao engajamento feminino no espaço público. Ao despertar as mulheres para a política, ao incutir nelas o desejo de participar e a ideia de que possuem direitos a reivindicar, as CEBs aproximaram as mulheres, que estiveram quase sempre confinadas à esfera familiar e doméstica, do mundo público e do papel masculino, inserindo-as num espaço de discussão política e de problemas sociais.

Segundo Schaaf (2001, p. 133),

A participação possibilitava às mulheres aderirem ao espaço público, tradicionalmente masculino e, assim, colocarem interrogativas à estrita divisão entre a esfera pública e privada. As comunidades eclesiais e pastorais tiveram grande influência na organização das mulheres rurais visto que, **através** da ligação concreta entre religião e política, legitimaram políticas como uma área de discussão e conhecimento para elas (Drogus, 1997, p. 125). Sem dúvida, isso contribuiu para uma autoestima mais positiva das mulheres, que se converteram em agentes sociais, capazes de mudar suas vidas [...]. Os grupos religiosos estimularam “[...] as mudanças pessoais, relacionadas basicamente à descoberta de sua própria dignidade e à construção ou à crença na sua própria força” (Scherer-Warren, 1993, p. 41).

Se alguns estudos enfatizam as possibilidades de ação política abertas a mulheres pobres a partir de seu engajamento em CEBs, outros indicam os limites de superação da dominação masculina nesses espaços (MACHADO & MARIZ, 1997; BURDICK, 1990), apontando para um paradoxo da ação coletiva de mulheres de classes populares (ALVAREZ, 1990; DROGUS, 1999). Para Teixeira (1988, p. 133):

As mulheres nas comunidades realizavam um trabalho de base, um trabalho celular, de sustentação do ânimo comunitário, de estabelecer contatos entre as famílias, promoção local de encontro de conscientização permanente; bem como marcam sua presença nas ações mais amplas de reivindicação, resistência e organização popular. Atuam com dedicado empenho na catequese, nas celebrações, na preparação dos sacramentos, nos grupos de base, nos clubes de mães, na pastoral operária etc. Participam igualmente das decisões comunitárias, em certos lugares, nos organismos de planejamento e coordenação pastoral. É verdade que encontram ainda resistência por parte de uma tradição machista que ainda não se abriu devidamente à questão da participação ativa da mulher. Entretanto, o movimento mais forte veio no sentido de sua progressiva valorização. As mulheres vão assim impondo na prática e evidenciando sua condição de sujeitos na vida comunitária e eclesial, como igualmente explicitando que sua libertação não se realiza principalmente e a partir de considerações sobre igualdade de sexos, mas a partir de uma práxis comum de homens e mulheres por uma libertação integral.

Mesmo nos cursos pastorais, dos quais as mulheres participavam em maior número, não era necessariamente discutida a situação de opressão que elas enfrentavam, nem a necessidade de se organizarem, mas falava-se de “libertação”. Entretanto, segundo Schaaf (2001, p.132), “a atuação da Igreja na formação de lideranças garantiu uma conscientização geral da população rural” e, em especial, das mulheres, não só porque elas tinham uma maior participação, mas porque “sofriam maior desigualdade em sua vida cotidiana e se deparavam mais com a situação precária, especialmente, em relação à saúde e educação”, visto que eram responsáveis “pela criação dos filhos e filhas”. No entanto, a proposta dos grupos pastorais não incluía direitos e igualdades da mulher, especificamente.

Ou seja, em que pese à presença majoritária das mulheres nas CEBs, sua proposta não dava conta de incorporar problemáticas específicas das mulheres (ADRIANCE, 1995; DROGUS, 1992; SILVA, 1994). Evitava-se discutir os problemas mais ligados à vida e opressão da mulher (MACHADO & MARIZ, 1997). Segundo Rosado-Nunes (1995, p. 13): “Certos temas como sexualidade, a violência cotidiana sofrida pelas mulheres, o peso da maternidade não compartilhada, o alto índice de mortalidade provocada pelos abortos clandestinos, entre outros, não fazem parte da "realidade" a ser "refletida" nas comunidades.”⁴³

⁴³ Schaaf (2001, p. 133), ao pesquisar sobre o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais no RS (MMTR-

A mulher nas CEBs não era percebida como indivíduo, mas “como membro e elo crucial da família e da comunidade” (SCHAAF, 2001, p. 134). Como sujeitos, elas se diluíam na categoria “povo” ou “pobre” (CALDEIRA, 1990) e, como tal, ganhava importância as questões da vida privada relacionadas às questões materiais, afinal, o problema do pobre era fruto da opressão material e política, reflexo da situação econômica, cuja solução remeteria à luta política, que ocorre no espaço público (MACHADO & MARIZ, 1997). A Teologia da Libertação, orientadora da prática nas CEBs, afirma Gebara (1995, p. 137), estava mais voltada às “mudanças macrossociais e políticas” no continente latino americano “do que com as questões culturais de gênero e raça, por exemplo”. Como observou Macedo (1992), são as dificuldades cotidianas para a sobrevivência e a busca de uma melhor qualidade de vida para suas famílias que levam à participação das mulheres nas Comunidades Eclesiais de Base.

Assim, se as CEBs inovaram ao abrir o espaço público para as mulheres e motivá-las para a política, geralmente considerada *uma coisa dos homens*, elas não adotaram ideias ou valores libertários do movimento feminista, tampouco explicitaram alguma proposta de defesa de direitos e igualdade da mulher (MACHADO & MARIZ, 1997; MARIZ, 1994). Analisando grupos organizados pelas CEBs, as autoras citadas chegaram à conclusão de que, embora as mulheres sejam a maioria nesses grupos, ocupando cargos de liderança e desempenhando um papel central, nenhum desses grupos apresentava um discurso feminista de igualdade entre os gêneros.

Entretanto, a participação das mulheres nesses espaços ajudou, por um lado, a romper com a rotina do cotidiano, liberando-as de uma vida restrita às questões domésticas; por outro, inovou ao estimular as mulheres a participar das lutas sociais e das mobilizações por melhores condições de vida, transmitindo-lhes noções de direitos, que favoreceu o desenvolvimento da sua percepção como sujeito desses direitos. Para

RS) também chama a atenção para o fato de que, nas CEBs, os problemas de cunho emocional, as questões sexuais, os problemas familiares e a violência doméstica, enfim, as questões ligadas ao corpo e aos direitos individuais não faziam parte de sua proposta, sendo consideradas pertinentes apenas as questões de cunho material.

Machado & Mariz (1997, p. 8), “ao enfatizar a ideia de que cada um possui direitos que podem e devem ser reivindicados, as CEBs ajudaram as mulheres a desenvolver uma visão mais crítica como pobre e como mulher”. Ademais, ao oportunizar o desenvolvimento do trabalho de alguns setores feministas junto a lideranças femininas, segundo as autoras, as CEBs podem ter aberto caminho entre as mulheres para uma visão feminista do mundo.

Apesar de as CEBs não terem incorporado um discurso feminista de igualdade de gêneros, as mulheres que delas participaram tiveram a oportunidade de desempenhar outras funções para além daquelas que lhes foram reservadas na esfera privada e, ao desempenhá-las, começaram a redefinir sua visão de mundo. Como salienta Schaaf (2001, p. 134-135), “na vida pastoral, as mulheres aprenderam a enxergar a política como uma coisa que se estende também à sua vida cotidiana [...], e como um mecanismo de busca da cidadania”. Nesse sentido, a ênfase recaía sobre a emancipação econômica como elemento crucial para que a cidadania fosse alcançada e os sindicatos e os movimentos populares fossem os principais canais de reivindicação.

A maioria das lideranças que se envolveu no processo que originou os movimentos participantes da Marcha das Margaridas teve participação ativa nas CEBs ou na vida pastoral, uma experiência que formou a base para o surgimento desses movimentos⁴⁴. A partir da “causa” geral dos “pobres do campo”, as mulheres foram definindo sua própria “luta”, que desembocou numa organização própria, seja em movimentos autônomos, seja no interior de movimentos mistos como o movimento sindical.

1.2 As oposições sindicais e o novo sindicalismo

Foi com o apoio, principalmente, de agentes pastorais, padres e bispos ligados à Teologia da Libertação que se iniciou um molecular processo de organização

⁴⁴ Doimo (1995) em seu livro *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*, ao analisar o papel da Igreja Católica junto aos movimentos sociais, imputa a ela uma referência simbólica fundamental, que se manifesta nos discursos, músicas, ilustrações etc.

e formação de “oposições sindicais”, “portadoras de críticas não só à estrutura sindical vigente, mas também às práticas cotidianas dominantes no sindicalismo” (MEDEIROS (2001, p. 106). Articulando-se entre si e a novas redes, as “oposições”, que se constituíram no final dos anos 70 e início dos anos 80, alinham-se ao chamado “novo sindicalismo”, expressão que, conforme Favareto (2006, p. 29), serviu para nomear o “vigoroso movimento de retomada das lutas e da mobilização social em pleno contexto de ditadura, a emergência de lideranças fortes e de experiências inovadoras que questionaram a tradição sindical anterior e, ainda, a explosão no número de trabalhadores filiados”.

O “novo sindicalismo”, gestado nas áreas urbanas e com os temas centrais das lutas políticas nacionais (liberdade e autonomia sindical, redemocratização, eleições diretas etc), deu origem à Central Única dos Trabalhadores, em 1983⁴⁵. Desde então, as “oposições sindicais rurais” passaram a se articular na CUT, inicialmente, por uma secretaria e, no final da década de 80, pelo Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais.

Identificada com o chamado “movimento sindical combativo”, as “oposições sindicais rurais” disputavam as direções sindicais estabelecidas em nome de uma concepção de organização e trabalho político que se opunha às defendidas pela Contag.

A Contag, criada em 1963, foi fruto da luta dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, entretanto ela se estruturou nos anos de ditadura militar de uma forma “amplamente desfavorável a uma ação sindical de contestação e crítica” (FAVARETO, 2006, p. 30), de modo que nela se consolidou uma cultura sindical marcada pela prudência nas ações e respeito ao limite das leis, e os conflitos eram conduzidos por “via administrativa” – encaminhamento de demandas ao Estado.⁴⁶ A estrutura sindical

⁴⁵ Medeiros (2001, p. 106) ressalta que, no momento de criação da CUT, já era notável a presença das “oposições rurais”.

⁴⁶ Além disso, os sindicatos assumiram a função de assistência social, prestando serviços de atendimento médico e odontológico, pelo FUNRURAL, “um programa instituído pelo governo federal em 1971, para propiciar algumas facilidades que os trabalhadores urbanos estavam usufruindo há três décadas” (SCHAAF, 2001, p. 205-206). Disso resultou o fortalecimento do sindicalismo corporativista, tanto em termos de crescimento no número de associados, quanto do seu patrimônio (VERONESE, 1993).

tornou-se rígida e burocratizada (NOVAES, 1991; PALMEIRA, 1985), constituindo-se num espaço político de exercício e domínio masculino. Assim, no período de transição para a democracia, os sindicatos locais e as federações dos estados tornaram-se os principais focos de contestação pelas forças do novo sindicalismo, liderados pelo sindicato nacional oposicionista de esquerda, a Central Única dos Trabalhadores (DEERE, 2004), que adotou como estratégia política disputar as instâncias organizativas da Contag (sindicatos e federações), penetrar a sua estrutura sindical e modificá-la por dentro. Como resultado dessa estratégia, em meados da década de 1990, a Contag filia-se à CUT.

A Igreja Popular teve um papel importante no embate contra o sindicalismo corporativista, representado pelo “sistema Contag”⁴⁷, ao incentivar a criação de um novo sindicalismo, diante da premência de mudanças no campo e da necessidade de construção de um projeto democrático mais amplo.

Tais mudanças estavam relacionadas a um contexto vivenciado no campo brasileiro, no final dos anos 70 e início dos anos 80, de intensificação da expropriação do campesinato (PALMEIRA, 1985), em decorrência, segundo alguns estudiosos do processo, de modernização da agricultura levado a cabo pelo Estado por intermédio dos

⁴⁷ De acordo com Medeiros (2001, p. 104-105) “[...] no final dos anos 60 e durante os anos 70, [...] o principal investimento desta entidade foi no sentido de articular um conjunto de sindicatos, então dispersos e atomizados pelas concepções comuns, cuja matriz era a demanda por direitos trabalhistas e por reforma agrária, previstos através da legislação (Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 e Estatuto da Terra de 1964), mas não efetivados no cotidiano dos trabalhadores. A enorme diversidade de situações existentes, o fato de que muitos sindicatos surgiram a partir do estímulo de prefeituras e demais forças ligadas ao poder local, especialmente quando da criação do Funrural, acabaram por criar uma tensão permanente ao longo dos “nós” dessa rede (sindicatos e federações), entre o peso das forças políticas locais que tendiam a arrastar o sindicato para as malhas das diferentes formas de dominação consolidadas e a ação da Contag que procurava, através da busca de direitos reconhecidos, constituir uma outra rede de relações e contrabalançar o peso do poder local. Em o fazendo, falava em nome de uma categoria genérica, “trabalhadores rurais”, que recobria segmentos tão diferenciados como “assalariados”, “parceiros”, “arrendatários”, “pequenos proprietários”, “posseiros” etc., e que fora imposta à organização sindical por força de lei, contrariando a tendência organizativa que se delineava no período pré-golpe. Através do esforço de constituição e representação dessa “unidade de classe” (PALMEIRA, 1985), no final dos anos 70 e início dos 80, a Contag passou a se constituir em importante referência nacional [...]. Já em meados dos anos 70, começaram a se esboçar críticas à prática sindical “contaguiana” e à ação levada a efeito no cotidiano pelos sindicatos: a ação da Contag era apontada como ineficaz, por ser voltada, principalmente, para a denúncia de situações concretas aos poderes públicos, mas pouco efetiva no sentido de estimular a organização e mobilização dos trabalhadores para pressões [...]”

governos militares⁴⁸, cuja política agrícola provocou importantes processos de transformação no campo brasileiro, intensificando a diferenciação econômica dos chamados “pequenos produtores”, muitos dos quais se pauperizaram, se endividaram e/ou perderam o acesso à terra. Esses novos segmentos de expropriados, segundo Medeiros (2001), protagonizaram novos espaços de confronto. Nesse contexto, surge o Movimento dos Sem Terra (MST)⁴⁹ e outros dentre os quais o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), a organização do seringueiros a partir dos Empates⁵⁰ no Acre etc., dentre outros, que se formavam à margem da estrutura sindical oficial, o que evidenciava uma crise de representação sindical dos trabalhadores rurais do Brasil. Segundo Favareto (2006, p. 33):

O Estado ditatorial era identificado como opressor e, ao mesmo tempo, como indutor da modernização que causara a exclusão. Reforma agrária, direitos trabalhistas e fim da violência no campo eram, assim, as reivindicações básicas e traziam para o mesmo campo de oposições o latifúndio, o patronato, e os agentes da violência, como as empresas colonizadoras. Por fim, a crítica à estrutura sindical oficial, vista como instrumento de restrição e manipulação dos trabalhadores, completava o conjunto de temas fundamentais e bandeiras que guiaram a constituição e a consolidação do novo sindicalismo rural.

Os movimentos de mulheres rurais surgem, assim, no mesmo berço político das “oposições sindicais”, com quem tinham vínculos muito estreitos, encampando, por um lado, as lutas concretas por direitos no campo, e, por outro, fazendo uma crítica à prática e à estrutura sindical oficial capitaneada pela Contag. A impossibilidade de as mulheres se associarem aos sindicatos, inclusive, viria a ser uma das pautas colocadas, ainda que com alguma resistência, pela proposta política presente nas oposições sindicais (BORDALO, 2008, p. 3).

⁴⁸ Tal processo, levado a cabo ainda no final da década de 1960, apoiou-se numa tríade que envolveu, de acordo com Favareto (2006): a transformação na base técnica e produtiva e a articulação dos complexos agroindustriais; a mudança na arquitetura das classes sociais, com uma maior e intensa integração entre os capitais agrário, industrial e financeiro e uma transformação relativa ao papel do Estado e das políticas. Dera-se, assim, o pilar para as novas formas de acumulação na agricultura brasileira e para as novas formas de dominação sobre as populações rurais (SORJ, 1980; MUELLER, 1986 apud FAVARETO, 2006).

⁴⁹ A reforma agrária, bandeira que foi o cimento da construção da identidade “trabalhador rural” pela Contag (PALMEIRA, 1985), foi, aos poucos, socialmente identificada com o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem-Terra (MST), produtor de uma nova identidade política (“sem-terra”) e que, através de suas ações, passou a impulsionar desapropriações e assentamentos (CALDART, 2000; MEDEIROS, 2001).

⁵⁰ Ações de resistência feitas pelos/as seringueiros/as contra a derrubada da mata para o estabelecimento da atividade pecuária. Nos Empates, eram formadas correntes de pessoas de mãos entrelaçadas em torno das árvores, para impedir o seu desmatamento.

Assim, durante a década de 1980, ampliam-se as organizações políticas das mulheres, e, devido à grande extensão territorial brasileira, pode-se observar a formação de vários grupos de mulheres provenientes da área rural que atuaram de formas distintas, de acordo com necessidades específicas de cada região⁵¹. Para citar alguns, temos, só no RS, duas importantes organizações de mulheres: as “Margaridas” e as “Mulheres da Roça” (1986), que, posteriormente, darão origem ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR), movimento estadual autônomo criado em 1989. Em Santa Catarina surge, em 1983, o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), estimulado pela ação da Igreja progressista. Na PB, podemos destacar o Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano; em PE, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTRSC) que surge em 1982. Em âmbito regional, o surgimento, em 1988, da Articulação das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul, e o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), criado em 1986.

A principal demanda desses movimentos, nesse período, foi o seu reconhecimento político como trabalhadora rural, tanto pelo Estado quanto pelos sindicatos de trabalhadores rurais, uma vez que esses constituíam as principais estruturas organizacionais no meio rural. Tendo o reconhecimento do seu estatuto profissional, as mulheres rurais poderiam ter acesso a direitos trabalhistas e previdenciários, principalmente a extensão dos benefícios de seguridade social, incluindo licença-maternidade paga e aposentadoria (DEERE, 2004).

⁵¹ Vale salientar que muitas mulheres passaram a se organizar no interior dos sistema confederativo respresentado pela Contag, através das federações e sindicatos a ela vinculados. A ampliação dos direitos previdenciários motivava tal organização. O direito à aposentadoria apenas foi concedido aos trabalhadores rurais na primeira metade da década de 1970. O acesso das mulheres à previdência social só ocorria no caso de viuvez, através da pensão adquirida por falecimento do cônjuge. As mulheres reivindicavam o direito a ter acesso aos benefícios sociais. No II Congresso da Contag, em 1973, esse tema foi pautado na sua agenda, e contou com o apoio dos homens, por implicar uma melhoria na condição de vida de toda a família. Contudo, não se discutia a sindicalização das mulheres. Havia a preocupação com a participação e a organização das mulheres no interior dos sindicatos, mas como “esposas dos associados”. Para NAVARRO (1996), o sindicalismo oficial, diante do crescente debate público sobre a condição feminina e a emergência de movimentos de mulheres, percebeu a sua potencial contribuição para aumento da participação nos sindicatos. Entretanto, iniciativas nesse sentido mostraram-se bastante limitadas, uma vez que na estrutura oficial do sindicalismo rural poucas mulheres ocupavam posições de liderança.

Contudo, até então, a situação recorrente e mais comum era que a participação das mulheres nos sindicatos se desse na condição de dependentes dos seus maridos ou dos pais, e não como sócia do sindicato. Nos sindicatos filiados à Contag, era permitido apenas a uma pessoa por família se tornar membro de sindicato⁵², e, normalmente, quem o fazia era o homem chefe de família. Em alguns sindicatos, os homens chegavam a argumentar que a sindicalização de esposas fosse proibida por lei (DEERE, 2004, p.180).

Assim, a luta pelo direito à sindicalização e por direitos sociais, ao se constituírem como eixos de lutas centrais para a organização e mobilização iniciais das mulheres rurais, chamou a atenção para sua invisibilidade, denunciou a sua discriminação e a desvalorização do seu trabalho (SCHAAF, 2001, p. 208), reflexo da sua condição de gênero⁵³, expressa no relato singular de Luci Choinaski, uma das fundadoras do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) em Santa Catarina, hoje, deputada federal.

Com as primeiras reuniões e discussões de participação no sindicato, surgiu o questionamento: qual a condição em que nós, mulheres, vivíamos? Não tínhamos direito à sindicalização, os nossos documentos nos colocavam como domésticas, apesar de trabalharmos na roça; não éramos reconhecidas como trabalhadoras, não tínhamos direito a receber nada quando aconteciam acidentes de trabalho, nem as mulheres, nem as crianças até 12 anos de idade; não tínhamos direito à aposentadoria, só quando o marido morresse ou quando tivesse mais de 70 anos; não tínhamos direito a salário-maternidade; não tínhamos participação na política. Então, começamos a descobrir que éramos apenas pessoas que trabalhavam, que obedeciam, cumpriam ordens, cuidavam da casa, produziam, tinham tripla jornada de trabalho e nada de participação (CHOINASKI, 1998, p. 226).

Tal condição se expressa em uma divisão sexual do trabalho que se reproduziu na sociedade de forma naturalizada, obedecendo à lógica binária e hierárquica de gênero, profundamente relacionada às representações sociais vinculadas aos homens e as mulheres,

⁵²De acordo com Pimenta (2013, p. 157, grifo da autora), “Os anais do 2º e 3º congressos de trabalhadores rurais promovido pela Contag nos anos 1973 e 1979, respectivamente [...]” demonstram bem essa situação de exclusão ao não registrar qualquer referência à mulher trabalhadora rural, senão como ‘esposa do trabalhador’, e revelar cerca de apenas 1% de participação de mulheres delegadas. As referências se fazem ao “homem do campo” e ao trabalhador rural, e o 3º Congresso, ao tratar a mulher, o faz no tema aposentadoria, como um direito que lhe é devido como esposa do trabalhador “[...] desde que prove sua atividade rural junto à família” (CONTAG, 1973 apud PIMENTA, 2013, p. 157). Ou seja, a mulher não era reconhecida como trabalhadora rural, senão como dependente do esposo, e sua atividade naturalizada como “do lar” ou “doméstica.”

⁵³A condição de gênero se refere à construção de significados culturais para as diferenças de sexos, dando sentido a essas diferenças e, conseqüentemente, posicionando-as dentro de relações hierárquicas e/ou de poder.

que atribui valor ao trabalho masculino, enquanto que desprove dele o trabalho feminino, produzindo uma distribuição desigual de poder e prestígio.

Marcadamente, no meio rural, essa divisão sexual do trabalho atribuiu à mulher o trabalho reprodutivo, este identificado ao espaço privado. Por não ser expresso em valores monetários, o trabalho reprodutivo é considerado improdutivo e, conseqüentemente, o tempo e a energia que as mulheres do meio rural empregam para sua realização tornam-se invisíveis, esquecidos e desvalorizados pela sociedade. Embora as mulheres participem ativamente do trabalho na agricultura, propriamente dito, ele é um trabalho atribuído aos homens, que, por ser expresso em valores monetários, é considerado produtivo. O trabalho que as mulheres realizam no espaço produtivo é, no máximo, admitido como uma mera ajuda ou complemento ao trabalho masculino, e é comum elas serem consideradas “ajudantes” dos maridos ou “esposas” de agricultores (PAULILO, 1982). Por isso se diz que o seu trabalho é invisibilizado.

Tal situação contribuiu fortemente para reforçar o processo de não identificação da mulher rural como “trabalhadora” e o seu não reconhecimento social, excluindo-a de qualquer direito previdenciário e mesmo da filiação sindical (PIMENTA, 2012; BORDALO, 2011). Neste sentido, lutar para serem reconhecidas como “trabalhadoras”, associarem-se ao sindicato, era também “questionar o processo de reprodução da invisibilidade do trabalho realizado pelas mulheres, [...]” (BORDALO, 2011, p. 46) “[...] reforçando sua identidade como ‘trabalhadora rural’” (*ibidem*, p. 54). Ademais, evidenciava a condição particular e as características do trabalho por elas realizado no meio rural.

Quanto aos direitos sociais, mais particularmente, direito à aposentadoria e ao salário maternidade, que marcaram profundamente a trajetória política das mulheres trabalhadoras rurais, esses foram conquistados com a expressiva participação das mulheres no processo de construção da Constituição de 1988, mediante a qual as mulheres “rurais” obtiveram a expansão dos seus direitos. Elas conquistaram o direito a serem incluídas na reforma agrária, o direito formal à terra (titulação), e conseguiram o estabelecimento de direitos iguais para homens e mulheres rurais e urbanas em relação à legislação do trabalho e aos benefícios de previdência social. Benefícios esses

que incluem, além da aposentadoria⁵⁴, o direito ao seguro-desemprego e por invalidez, e 120 dias de licença-maternidade remunerada para as mulheres. Mulheres que eram trabalhadoras familiares não remuneradas na produção agrícola passaram a estar aptas aos benefícios de aposentadoria diretamente, e não mais somente como uma dependente do homem chefe de família.

O protagonismo exercido pela organização das mulheres rurais no panorama político da década de 1980 leva Siqueira & Bandeira (1998) a afirmar que:

Se as trabalhadoras urbanas estiveram presentes de forma destacada entre 1975 e 1982, a partir daí, o movimento de mulheres no Brasil mais significativo, em termos de participação e enquanto movimento social, não é urbano, mas se desenvolve fora dos grandes centros, com envolvimento de participantes pouco consideradas como força política: as trabalhadoras rurais (SIQUEIRA & BANDEIRA, 1998, p. 2).

A atuação das mulheres durante todo este período foi informado por setores do movimento feminista, principalmente, com o surgimento das oposições sindicais.

1.3 O diálogo com o feminismo

A aproximação das mulheres rurais com o feminismo começou na década de 1980. A “segunda onda do feminismo”, que surge na Europa e EUA em meados dos anos 60, começa a ganhar força no Brasil em meados da década de 1970 e se consolida no Brasil nos anos 80, por intermédio de mulheres de classe média, urbanas, informadas sobre os novos pensamentos feministas. Aliás, 1975⁵⁵ foi instituído, pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Ano Internacional da Mulher, e inaugurou a Década da Mulher, que se estendeu até 1985, período no qual, nos grandes centros urbanos, criam-se os grupos feministas que, ao mesmo tempo que denunciavam as discriminações sofridas pelas mulheres, realizavam análises das formas de opressão cultural e econômica por elas vivenciadas na sociedade brasileira (CAPPELLIN, 1990).

⁵⁴ A idade de aposentadoria para mulheres rurais foi estipulada em 55 anos ou após 30 anos de serviços. Para os homens rurais, em 60 anos ou após 35 anos de serviço, condições mais favoráveis do que para as/os trabalhadoras/es urbanas.

⁵⁵ Neste mesmo ano, foi criado o Centro da Mulher Brasileira, primeira instituição feminista do Brasil, tendo como objetivo “a formação de grupos de reflexão, a promoção de atividades para tornar visível a questão feminina e o combate ao papel subalterno da mulher na sociedade” (MELO & SCHUMACHER, 2000, p. 233).

No cenário político brasileiro, vivia-se o cerceamento das liberdades democráticas, de modo que o feminismo que aqui se estabeleceu foi caracterizado por uma forte politização, particularmente, a contestação do regime militar, ao mesmo tempo que se colocava contra a opressão de gênero, de modo que as ações do movimento se direcionaram pela luta em prol da redemocratização e por direitos de cidadania e igualdade (MELO & SCHUMACHER, 2000).

Todo esse processo potencializou a visibilidade da atuação do movimento feminista e, de acordo com Cappellin (1990, p. 18),

[...] além de possibilitar a institucionalização de grupos e coletivos, se expandiu, sobretudo, como concepção cultural, podendo seus objetivos serem assim sintetizados: substituir a visão biológica do homem e da mulher pela análise das relações de reciprocidade social entre os sexos; enfatizar o caráter histórico do processo que foi transformando as diferenças naturais em desigualdade social; denunciar a articulação entre relações capitalistas de exploração e as formas de dominação e subordinação patriarcal; difundir a preocupação com a construção de uma vida digna para todos os seres humanos, fundada na igualdade entre homens e mulheres.

Sob a consigna *Diferentes, mas não desiguais*, as feministas tinham como foco as questões da igualdade entre os sexos e o fim da sujeição e discriminação da mulher, a qual era explicada a partir da articulação de diferentes níveis de análise, especialmente, as dimensões econômicas (os mecanismos de exploração) e as dimensões culturais e políticas (a dominação patriarcal). Neste sentido, o feminismo incorporou a categoria “gênero” como unidade de análise para repensar a organização da sociedade por meio das relações entre os sexos (CAPPELLIN, 1990).

Ainda segundo a autora, os ideais feministas irradiaram-se na década de 1980 nos mais diferentes espaços sociais, de modo que foram apropriados por grupos e movimentos de mulheres de diferentes segmentos sociais, a partir dos quais passaram a “elaborar propostas para a construção de um projeto de mudança capaz de incluir a revisão das relações sociais, econômicas e políticas entre homens e mulheres” (*ibidem*, p. 18). Nessa perspectiva,

[...] registram-se diversas lutas relacionadas às condições de vida e reprodução social (creches, transporte, habitação, contra a carestia) e, no que tange ao mundo do trabalho, destaca-se uma “dupla angulação” com reivindicações voltadas para superar as discriminações por sexo nos

loais de trabalho – salário, segregação ocupacional, falta de assistência à gestante, e demandas voltadas para vencer as desigualdades no mundo sindical, de participação e exercício da política sindical (CAPPELLIN, 1994 apud PIMENTA, 2013, p. 157).

Vale salientar que a realização de Encontros Feministas Nacionais (primeiro anualmente e depois de dois em dois anos), a partir de 1979, e de Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe a partir de 1981 (inicialmente, de 2 em 2 anos e, depois, de 3 em 3), reunindo grupos, iniciativas e histórias de diversas localidades contribuiu para que as reflexões feministas e os movimentos de mulheres se potencializassem e se expandissem para instâncias políticas como sindicatos, partidos e movimentos comunitários.

Alguns trabalhos apontam a pouca influência das feministas no processo de organização das mulheres rurais (SCHAAF, 2001; PAULILO, 2010), enquanto que às (aos) agentes pastorais das Comunidades Eclesiais de Base é atribuído um papel central. Entretanto, estabeleceu-se, na década de 80, um diálogo entre feministas e religiosas que levou, a partir de 1985, à produção da Teologia Feminista, “uma elaboração teológica que investe singularmente na composição entre religião e alguns pressupostos feministas, referenciada a um movimento de mulheres organizadas dentro da Igreja Católica” (ROHDEN, 1996, p. 96).

Assim, parecia ser inconcebível, na década de 1970, a convivência entre feminismo e religião. A experiência nas CEBS impulsionou, na década seguinte, um conjunto de reflexões, inclusive por parte de teólogas que delas participavam como agentes de pastoral. Ao perceberem uma participação diferencial das mulheres nesses espaços, essas teólogas advogam que elas fossem valorizadas a partir de seu cotidiano e de sua experiência de vida de mulher pobre.⁵⁶ “O processo de mobilização das mulheres nas comunidades e a incorporação da Teologia da Libertação” propiciaram “a entrada efetiva da mulher como sujeito da reflexão teológica institucionalizada, uma

⁵⁶ Nesse período, surgem as primeiras publicações das mulheres teólogas, tais como “artigos editados em revistas pastorais ou coletâneas da Teologia da Libertação que se preocupam em dar visibilidade às mulheres na Igreja, dentro da perspectiva de uma nova hermenêutica que leve em consideração a ótica das mulheres” (ROHDEN, 1996, p. 97).

área tradicionalmente masculina” (ROHDEN, 1996, p. 97). Ainda de acordo com esta autora:

A participação expressiva das mulheres nas Comunidades Eclesiais de Base, as tentativas de releitura da Bíblia por parte de teólogas americanas e europeias e a própria expansão das ideias feministas de igualdade entre os sexos incentivam as teólogas brasileiras a elaborarem novas formas de representação da mulher e da sua relação com o transcendente. São mulheres, na sua maioria leigas, que, envolvidas no trabalho pastoral com as CEBs, passam a absorver estas propostas de libertação da mulher e questionar a misoginia que percebem na Igreja e na tradição cristã. No seu trabalho como porta-vozes das mulheres do povo, seja em textos de assessoria aos trabalhos comunitários, publicações mais acadêmicas, ou mesmo teses e dissertações em Teologia compõem um original arcabouço de ideias combinando religião e feminismo. Especialmente no caso das teólogas católicas, isso se expressa em uma aproximação com as correntes feministas que valorizam a singularidade do feminino (*ibidem*, p. 98).

Schaaf (2001), estudando o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais no Rio Grande do Sul, observa a penetração das ideias da Teologia Feminista da Libertação na direção do Movimento, pelo trabalho da pastoral das religiosas, que já vinham atuando junto às mulheres do campo desde a década de 60, quando se deu início à atuação pastoral feminina. Nesse momento, as religiosas trabalhavam com uma solidariedade assistencialista, e, posteriormente, a partir da experiência de convivência com as camadas populares, elas passaram a trabalhar balizadas pela releitura da Teologia da Libertação, doravante a teologia feminista.

Ou seja, o trabalho pastoral e as reflexões teológicas dele advindas ao incorporar as contribuições feministas contribuíram na elaboração da Teologia Feminista da Libertação, que teve como base a Teologia da Libertação e os documentos de Medellín e Puebla⁵⁷ (SCHAAF, 2001). Nela, a especificidade feminina é reafirmada, o feminino valorizado, e sua singularidade utilizada como forma de reivindicar a ocupação de novos

⁵⁷ Schaaf (2001, p. 126-128), revisando esses documentos para averiguar o que eles registravam sobre as mulheres, observou que o documento de Medellín faz escassa referência à problemática das mulheres. Utilizando uma linguagem “androcêntrica”, o documento não menciona as mulheres, sua referência é implícita quando se faz alusão aos pobres e marginalizados, à libertação dos pobres e oprimidos e ao compromisso com a justiça e a solidariedade. Já no documento de Puebla, encontram-se várias referências diretas às mulheres, tratando da sua marginalização, a sua ausência da vida política, econômica e cultural, a exploração do trabalho, a dupla jornada de trabalho, a insuficiente valorização na própria Igreja, a importância de elas se organizarem, mas sem mencionar as causas da situação das mulheres, nem questionar o modelo de família, referindo-se a elas como “mãe, defensora da vida e educadora do lar.”

espaços pela mulher. “Trata-se de uma busca da igualdade de condições socioeconômicas a partir da diferença do feminino” diz Rohden (1996, p. 100), que afirma tratar-se de uma teologia feminista da diferença.

Não é o caso de discutir, neste momento, as diferentes concepções em jogo quando se trata do feminismo ou suas diferentes correntes, mas apenas destacar que as ideias feministas penetraram os espaços conformados pela CEBs e alimentaram as reflexões feitas pelas mulheres rurais sobre a sua condição social, mesmo se o feminismo não fosse mencionado.

A interação das feministas com as camadas populares se deu posteriormente (SANTOS, 2006). De acordo com Pinto (2003, p. 62), por uma característica do feminismo brasileiro, que mantinha uma relação estreita com os movimentos políticos de esquerda, as feministas entraram em contato com as mulheres da periferia, com elas se solidarizam e aprenderam a compartilhar a condição de opressão, mesmo sem pertencer à classe operária. Dessa forma, as questões levantadas pelas feministas chegaram até aos “sindicatos combativos”. Segundo Delgado (1998, p. 210):

A aproximação das sindicalistas com o feminismo começou no mesmo período [década de 1980]. Ressalvando-se as diferenças e tensões entre cada setor que se organizava na sociedade brasileira, criou-se, na passagem das décadas de 1970 para 1980, um campo comum de luta. Os movimentos populares apoiavam as greves operárias e os sindicatos combativos (expressão utilizada para referir-se aos que se alinhavam com o novo sindicalismo) davam suporte às reivindicações de bairros. Militantes feministas se aproximavam dos sindicatos, buscando as mulheres trabalhadoras, e chegavam à periferia das grandes cidades para debater o cotidiano das donas de casa. Estas, sob orientação de setores da Igreja Católica, lutavam por água, creche e outros serviços. Nesse mosaico, começou a brotar o relacionamento entre parcela das militantes feministas e parcela das sindicalistas que se tornavam sensíveis às lutas das mulheres. Elas estavam em movimentos de naturezas diversas, mas se identificavam na busca de igualdade e direitos para as mulheres.

Apesar de o feminismo no Brasil ter uma marca urbana muito forte, a sua proximidade com as “oposições sindicais” favoreceu uma aproximação das mulheres rurais envolvidas nesses movimentos com os ideais feministas, principalmente, por conta das publicações que circulavam e dos cursos de formação dos quais participavam. A temática de gênero passou a se inserir no rol das temáticas da política nacional de formação da CUT.

Nesse sentido, a experiência formativa do Instituto Cajamar (INCA) desempenhou um papel importante. O INCA, desativado em 1996, funcionava como uma escola de formação sindical e política mantida pela contribuição dos sindicatos e, embora não pertencesse à CUT, mantinha uma programação sindical estreitamente vinculada à proposta da Central e atendia ao público desta entidade (DELGADO, 1998). Muitas mulheres rurais passaram por essa escola. De acordo com Delgado (1998, p. 216):

O INCA foi mais rapidamente sensível à insistência das sindicalistas e de mulheres de outros movimentos para se incluir a questão da mulher. Desde 1990, trabalhou o tema, num processo que teve formas e intensidade diferentes a cada período, mas que foi amadurecendo ao longo dos anos [...]. Contando com o apoio de um grupo de entidades que formavam o Instituto Coletivo de Gênero do Cajamar (INCA), Sempreviva Organização Feminista (SOF), CUT e mais recentemente Elisabeth Lobo Assessoria ELAS e Fé Menina), a experiência atingiu um número significativo de pessoas, inclusive alguns homens de todo o país e de diversos movimentos.

Nos anos de 1990, o ciclo de conferências promovido pelas Nações Unidas, iniciado em 1992, com a realização no Rio de Janeiro da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92), incidiu na ampliação da agenda do movimento feminista no Brasil⁵⁸. Na ECO 92, o movimento de mulheres brasileiras participou ativamente no Fórum composto pelas Organizações Não Governamentais (Fórum Global de ONGs), por intermédio do Planeta Fêmea, um espaço de debates organizado pelos movimentos de mulheres, que ocorreu paralelamente à reunião oficial da Conferência, e que promoveu a articulação e o encontro de feministas do mundo inteiro. As discussões aí travadas subsidiaram a elaboração da Agenda 21 de Ação para as Mulheres (MELO & SCHUMAHER, 2000). Várias representantes de movimentos de mulheres rurais participaram ativamente desse espaço, incluindo aí a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT.

⁵⁸ À Conferência do Rio, seguiram-se as conferências sobre Direitos Humanos (Viena, 1993) e sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994). Ambas trataram assuntos de interesses específicos da agenda feminista (MELO & SCHUMAHER, 2000).

Outro espaço que marcou mais diretamente o diálogo entre o movimento feminista e a organização das mulheres rurais foi a IV Conferência Mundial da Mulher, realizada em Beijing, em 1995. No período pré-Beijing, houve uma grande mobilização nacional para a participação das mulheres nesse evento. Encontros preparatórios foram organizados em todo o país e fóruns de mulheres foram criados na maioria das unidades da federação, resultado da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), criada em 1994. Esse processo culminou com a realização da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras Rumo a Beijing, em junho de 1995, com a participação de 651 delegadas de 24 estados brasileiro (FERREIRA & BONAN, 2005), dentre as quais, representantes de grupos e movimentos de mulheres rurais. Nessa Conferência, foi aprovado o “Documento das Mulheres Brasileiras”, contendo as suas principais reivindicações.

No Fórum Mundial de Organizações não Governamentais (ONGs), que ocorreu em Huairou (China), paralelo à Conferência, estiveram presentes cerca de 30 mil mulheres, discutindo as grandes linhas e orientações das mudanças desejadas, dentre as quais as “rurais da CUT”, além de várias ONGs feministas.

Os movimentos de mulheres não apenas influenciaram as propostas sugeridas pelo governo brasileiro à reunião internacional, como também os documentos oficiais. Além disso, uma representante da AMB foi integrada à delegação oficial brasileira pra Beijing, e ela assumiu a função de monitorar as políticas públicas, no sentido de pressionar o governo no cumprimento da Plataforma de Ação de Beijing (FERREIRA & BONAN, 2005; MELO & SCHUMACHER, 2000) que, no conjunto, objetivava remover os obstáculos à participação ativa da mulher em todas as esferas da vida pública e privada, por meio da participação igualitária e completa nos processos de tomada de decisões políticas, econômicas, sociais e culturais. A declaração política da Conferência de Beijing, que *institucionalizou o dia 15 de outubro como o Dia Mundial da Mulher Rural*, por sua vez, comprometia os governos a assegurar o “acesso igualitário a todas as mulheres, incluindo as da área rural, como agentes vitais do desenvolvimento, dos recursos produtivos, oportunidade e dos serviços públicos”. (DECLARAÇÃO DE PEQUIM, 1995).

A IV Conferência Mundial da Mulher também marcou o início da articulação da Marcha Mundial das Mulheres, cuja ideia de criação foi inspirada na *Marcha Pão e Rosas*, que ocorreu em 1995, no Canadá, reunindo 850 mulheres que marcharam durante 10 dias pelo interior do Quebec, pedindo e cantando *Du Pain et des Roses pour changer les choses*. A principal conquista dessa manifestação foi o aumento real do salário mínimo. Essa experiência, compartilhada com mulheres representantes de movimentos de diversos países, serviu de inspiração para que, durante o fórum paralelo à conferência de Beijing, fosse lançada a ideia de uma iniciativa mundial contra a pobreza.

Assim, em 1998, em Montreal, foi realizado o primeiro encontro internacional preparatório para a Marcha Mundial das Mulheres, com a presença de 140 delegadas de 65 países de todos os continentes, momento no qual foi constituído o Comitê de Ligação Internacional (CLI), composto por 40 mulheres de diferentes regiões do mundo, com a responsabilidade de dar continuidade à preparação das ações mundiais. Nesse encontro, são adotados os dois temas da Marcha: *eliminação da pobreza no mundo e eliminação da violência sobre as mulheres*. Temas que foram desdobrados em 17 reivindicações mundiais. O CLI voltou a se encontrar em 1999, no segundo encontro preparatório, mesmo ano em que a UNESCO declarava, publicamente, o seu apoio à Marcha, lançada oficialmente no dia 8 de março de 2000 – Dia Internacional da Mulher – com uma campanha visando recolher assinaturas em apoio às suas reivindicações. Sob o lema: *2000 boas razões para marchar*, foi dado início à Marcha por todo o mundo, com ações programadas pelas organizações que a ela aderiram. Foram constituídos comitês nacionais de coordenação em cada país, que redigiram plataformas de reivindicações e organizaram as ações e as marchas nacionais.

Em âmbito nacional, estadual, regional e/ou local, os grupos puderam elaborar seu próprio calendário de atividades, considerando as datas significativas para o movimento de mulheres. As atividades ligadas à Marcha foram organizadas nessas datas, a fim de suscitar a participação e mediar o acontecimento. Essa campanha se encerrou no dia 17 de outubro do mesmo ano – Dia Mundial para Erradicação da Pobreza –, com manifestações de encerramento que mobilizaram milhares de mulheres em todo mundo. Nessa ocasião, foi

entregue à ONU um abaixo-assinado com cerca de 5 milhões de assinaturas em apoio às reivindicações da Marcha, estando também incluída a *Carta das Mulheres Brasileiras* exigindo terra, trabalho, direitos sociais, autodeterminação das mulheres e soberania do país.

No Brasil, a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) se fortaleceu no 1º Fórum Social Mundial e aglutinou setores como o movimento autônomo de mulheres e o movimento popular e sindical, rural e urbano. Inicialmente, essa articulação se deu por intermédio da Secretaria de Mulheres da CUT (na época, Comissão de Mulheres) e da Sempre Viva Organização Feminista (SOF) que, atualmente, integra o Comitê Internacional da MMM. Foi a partir dessa articulação, que a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag (CNMTR) aderiu à Marcha Mundial das Mulheres, contribuiu na construção da plataforma nacional, participou ativamente no processo de mobilização, na construção da *Carta das Mulheres Brasileiras* e no recolhimento de assinaturas de apoio às suas reivindicações, passando a fazer parte, assim, do Comitê Nacional.

De um modo geral, no Brasil, os anos 1990 se caracterizaram, do ponto de vista do movimento feminista, pela introdução de novas temáticas no cenário público: as ações afirmativas, as cotas mínimas de mulheres nas direções dos sindicatos, partidos políticos e, por último, nas listas de candidaturas aos cargos legislativos, como medidas para superar a quase ausência das mulheres nesses ambientes. Isso vai ter grande repercussão no movimento sindical. A política de cotas⁵⁹, que previa a participação de, no mínimo, 30% de mulheres na diretoria executiva da Contag, foi aprovada no seu 7º Congresso. Uma conquista das mulheres, a política de cotas se torna um instrumento importante para garantir a participação do público feminino em cargos de direção no MSTTR.

Enfim, é possível perceber que o contato das mulheres rurais organizadas em grupos e movimentos com o feminismo se deu de maneiras diferentes, de modo que os ideais feministas acabaram por penetrar nos seus espaços de atuação, incidindo sobre decisões e ações. O fato é que, ao se organizar politicamente, das mais diferentes formas, e ocupar o

⁵⁹ Em 1991, a política de cotas já havia sido adotada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e, em 1993, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), garantindo o mínimo de 30% de mulheres nos cargos.

espaço público, as mulheres rurais formulam e apresentam, conforme Cappellin (1990, p. 19), “plataformas de reivindicações que buscam articular as lutas contra a expropriação da terra e a exploração do trabalho”, por meio das quais denunciam “as formas específicas de opressão, próprias à condição de gênero”, expressando, assim, por intermédio dos movimentos em que atuam, o que a autora chama de “aspirações feministas”.

O movimento feminista, assim como o novo sindicalismo, representado pelas oposições sindicais, e a Igreja Popular, por intermédio das CEBs e pastorais, se tornaram, no processo de organização das mulheres rurais, como centros de elaboração discursiva, ou matrizes discursivas⁶⁰, tomando de empréstimo o termo utilizado por Sader (1995), ao analisar a emergência dos movimentos sociais em São Paulo na década de 70.

A Marcha das Margaridas se constituiu recorrendo a tais matrizes, “entendidas como modos de abordagem da realidade, que implicam diversas atribuições de significado” (SADER, 1995, p. 143)⁶¹. Trilhando as pistas deixadas por Sader (1995), foi possível perceber que a Igreja Popular, refletida na Teologia da Libertação, o novo sindicalismo, expresso pelas oposições sindicais e o movimento feminista constituíram novas formas de agenciamento social, que acabaram por abrir “espaço para a elaboração de experiências até então silenciadas ou interpretadas de outro modo [...]” (SADER, 1995, p. 143).

Muitas das interlocutoras dessa pesquisa, pelas suas falas, se referiam a um ou outro momento, a um ou a outro desses agentes sociais (igreja, sindicalismo, feminismo) como tendo um significado importante nas suas trajetórias políticas. Recorrendo a essas

⁶⁰ A relação entre esses agentes sociais podem ser pensados em termos de “conexões ativas”, como sugere Doimo (1995), estabelecidas entre interlocutores comuns que recuperaram nas suas ações a ideia de “povo como sujeito de sua própria história”.

⁶¹ Para Sader (1995, p. 143), “os sujeitos não são livres para produzir seus discursos e nem podem inventar na hora seus sistemas de comunicação. Eles recorrem a matrizes discursivas constituídas e, em primeiro lugar, à matriz da própria cultura instituída, reproduzida através de uma pluralidade de agências sociais”. Entretanto, na sociedade é possível encontrar agências que, embora participando da cultura instituída, expressam práticas de resistência e projetos de ruptura. Assim, da Igreja, dos grupos de esquerda desarticulados e da estrutura sindical surgem, respectivamente, as Comunidades Eclesiais de Base, “novas formas de integração com os trabalhadores” e o “novo sindicalismo”, como expressão de tais práticas e projetos, constituindo-se como centros de elaboração discursiva. Através deles os sujeitos, a partir do seu cotidiano, fazem uma releitura do vivido, dando novos significados às suas condições de vida e atribuindo-lhes novos sentidos (SADER, 1995).

matrizes discursivas, elas dão sentido aos acontecimentos e a si mesmas e tecem, com suas próprias palavras, a trama de sua atuação política.

1.4 O sindicalismo rural e os movimentos autônomos de mulheres

Não obstante a mobilização das mulheres rurais não tenha se formado na prática sindical, a ampliação das suas organizações políticas, na década de 1980, estende-se, paulatinamente, à sua participação nos sindicatos de trabalhadores rurais (STRs). Simultaneamente, movimentos independentes passam a emergir por todo o país (PAULILO, 2004; DEERE, 2004). Nesse período, ocorrem encontros de fundação de associações autônomas de mulheres trabalhadoras rurais em vários estados⁶²: Santa Catarina, em 1984; Paraná, em 1985; Pernambuco e Espírito Santo, em 1987; Rio Grande do Sul, em 1989 (DEERE, 2004, p. 182), dando origem aos movimentos autônomos de mulheres trabalhadoras rurais: os MMTRs.

No âmbito do movimento sindical, a mobilização das mulheres culmina com a criação, em 1986, da Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora Rural junto ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT. E, em 1989, é criada a Comissão Nacional Provisória da Trabalhadora Rural, vinculada à presidência da Contag. Em 1995, a Contag, no seu 6º Congresso, aprova a sua filiação à CUT e cria a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR), que começa a figurar nos estatutos da Contag, e sua coordenadora passa a integrar a diretoria da Confederação com direito a voz e voto. Em 1997, o 7º Congresso da Contag já contava com a participação de 42% de mulheres e aprovou a instituição de, no mínimo, 30% de mulheres para a direção executiva da Confederação (ABRAMOVAY e SILVA, 2000). A Secretaria de Mulheres da Contag só viria a ser criada 12 anos depois, no 10º Congresso, em 2009. Ironicamente, no mesmo congresso, é aprovada a

⁶²De acordo com (DEERE, 2004, p. 182), esses “encontros eram, geralmente” antecedidos por “encontros municipais” e “regionais em um dado estado e, algumas vezes, eles aconteciam” ao longo de alguns anos, “começando no início da década de 1980”.

desfiliação da Contag à CUT. Cabe ressaltar que todas as mulheres que assumiram, sejam as comissões de mulheres, e mesmo a Secretaria de Mulheres, participaram das oposições sindicais nos seus respectivos estados, e são ligadas a sindicatos e federações filiados à CUT.⁶³

A década de 1990 marcou, assim, a constituição de formas organizativas próprias das mulheres, que passam a reivindicar participação nos cargos de direção, pressionando o surgimento, dentro das estruturas sindicais, de comissões e coordenações direcionadas especificamente às mulheres, em âmbito nacional, estaduais e municipais. Inaugura-se, assim, um novo período na trajetória de lutas por participação sindical das mulheres rurais (PIMENTA, 2013). Muitos movimentos que haviam sido criados em torno da questão feminina, mesmo tendo conquistado o direito à sindicalização, decidiram por manter-se autônomos em relação à estrutura sindical, por considerarem que nesses espaços mistos não havia a valorização da lutas das mulheres. De acordo com Deere (2004, p. 182):

Os MMTRs estaduais eram frequentemente formados por mulheres membros dos sindicatos filiados à Contag ou à CUT e que sentiram necessidade de criar seu próprio espaço para lidar com questões de gênero e com os interesses das mulheres. Embora algumas mulheres tenham chegado a posições de liderança dentro dos sindicatos rurais e em outros movimentos, como o MST, elas frequentemente se frustravam quando suas reivindicações específicas de gênero eram consideradas irrelevantes ou menos importantes do que as reivindicações de classe e econômicas que motivavam essas organizações.

Muitos desses movimentos, nos momentos iniciais de sua história, procuraram se articular no interior do sindicalismo, no entanto, aos poucos, se autonomizaram em relação ao movimento sindical, assim como em relação à Igreja, tornando-se independentes, embora mantendo alianças com alguns segmentos desses espaços, como é o caso do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Rio Grande do Sul (MMTR-RS) ou do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA) que, posteriormente, se juntaram na sigla do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Também foram constituídos “movimentos”

⁶³ Para Deere (2004, p. 181), alguns fatores explicam a abertura da Contag a mulheres membros foram o crescimento do novo sindicalismo e a competição entre a Contag e a então formada Central Única dos Trabalhadores (CUT) por novos membros. “Pela primeira vez, em muitos anos, eleições disputadas estavam acontecendo em níveis estaduais e municipais, e as mulheres estavam sendo vistas como uma força positiva potencial para a mudança dentro da estrutura sindical tradicional. Por volta de 1987, as mulheres representavam, aproximadamente, 29% dos membros dos sindicatos filiados à Contag”.

que se organizaram por caminhos próprios, por vezes mantendo laços com o sindicalismo, mas com autonomia em relação a ele. Entre eles podem ser citados o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE)⁶⁴, o Movimento de Mulheres do Sertão Central em Pernambuco⁶⁵ e o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu.

Segundo Bordalo (2006), a questão colocada por tais movimentos era a de que a estrutura sindical não comportaria as demandas específicas das mulheres, restringindo a sua participação, de modo que, juntamente à luta pela sindicalização, esses movimentos passaram a desenhar novas trajetórias de participação política. Nas palavras de Choinaski (1998, p. 225):

A realidade no campo, no início dos anos 80, era a seguinte: nós, camponesas, não tínhamos nenhuma participação, nem no sindicato, nem na cooperativa ou na política. Não éramos reconhecidas como trabalhadoras e cidadãs. Principalmente por meio da Igreja, começaram a discussão e a articulação de oposições aos sindicatos pelegos. Nesse mesmo período, também houve a necessidade de se fazer a sindicalização das mulheres. Porém, as mulheres ajudavam a ganhar os sindicatos e não tinham participação como associadas, e muito menos nas direções. Começou-se a discutir, então, a organização das mulheres, o Movimento de Mulheres Agricultoras.

Em 1986, com a finalidade de criar uma organização nacional das trabalhadoras rurais, foi realizado o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres em Barueri, São Paulo, apoiado pela CUT e MST. Contudo, ao final do encontro, a formação de uma articulação nacional de movimentos de mulheres rurais foi considerada prematura pelo conjunto de movimentos que lá estavam, limitando-se à resolução de que os movimentos deveriam concentrar esforços para a criação de redes regionais. De acordo com as considerações de Deere (2004), esse encontro impulsionou o surgimento do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), em 1986, que foi concebido a partir de uma articulação do MMTR do Sertão Central de Pernambuco com o Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano; e da Articulação das Instâncias das Mulheres

⁶⁴Inclusive, no encontro de criação do MMTR-NE, em 1987, um dos temas que dominaram a discussão, de acordo com Deere (2004), foi a necessidade de aumentar a participação de mulheres nos sindicatos, além da reivindicação pela reforma agrária.

⁶⁵Foram justamente as mulheres organizadas no MMTR do Sertão Central que levou para o 4º Congresso da Contag, em 1985, a reivindicação do direito de participar do movimento sindical na condição de trabalhadoras sindicalizadas.

Trabalhadoras Rurais – Sul (AIMTR – Sul)⁶⁶, em 1988, que envolveu os três estados da Região Sul mais os estados de São Paulo e Mato Grosso. Posteriormente, em 1995, é criada, em um encontro em São Paulo, com representantes de 17 estados, a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), organização que reunia em uma rede movimentos de todo o país.⁶⁷

Para Bordalo (2011), o processo de constituição de uma articulação nacional entre os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais foi marcado por profundas divergências entre as mulheres da região Sul e as do Nordeste. Analisando o documento resultante desse encontro, a autora afirma que ele se alinhava “às orientações apresentadas pelos movimentos da região Sul, frisando as articulações políticas já estabelecidas com outros movimentos sociais e entidades tais como, por exemplo, o MST e a CUT” (*ibidem*, p. 62), ambos colocados como interlocutores por excelência das mulheres rurais na discussão sobre a relação entre as lutas de classe e gênero, apesar de serem criticados no que se refere aos conflitos de gênero. A ANMTR representou, de fato, a convergência dos movimentos anteriormente integrados à AIMTR-Sul, que deixou de existir após a constituição da articulação nacional. Os demais movimentos

⁶⁶ Faziam parte da AIMTR as seguintes organizações: Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS), Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA-SC), Comissão Estadual da Questão da Mulher Trabalhadora Rural do DETR-Paraná, Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP), Movimento de Mulheres Agricultoras de Mato Grosso do Sul e o Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo (DEERE, 2004, p. 197).

⁶⁷ As organizações presentes no encontro que deu origem à ANMTR foram: Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA-SC), Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo (MMA-SP), Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS), Movimento de Mulheres Agricultoras de Mato Grosso do Sul, Comissão Estadual da Questão da Mulher Trabalhadora Rural do DETR-Paraná, todas estas integrantes da Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul (AIMTR-Sul), Comissão Estadual de Mulheres da Fetaagro-RO, Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste (MMTR-NE), Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo (AMUTRES), Centro de Associação de Mulheres Trabalhadoras do Acre (CAMUTRA), Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT (CNMTR-CUT), Associação de Pequenos Produtores Rurais do Sul de Roraima (APROSUR), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sergipe (MMTR-SE) (BORDALO, 2011, p. 62; DEERE, 2004, p. 197). Esse encontro visou à constituição de um espaço de discussão, elaboração, unificação e encaminhamento das lutas, e tirou como resolução a concentração de esforços em ações para assegurar, na prática, os direitos adquiridos na Constituição, tais como aposentadoria paga e assistência à saúde, e a execução de ações coordenadas em torno de um tema, no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, além de intensificar a Campanha Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (BORDALO, 2011, p. 63).

adotaram, nesse momento, a posição de estabelecer as lutas que são unificadoras, sem significar, entretanto, que houvesse afinidades políticas mais profundas, a exemplo do MMTR-NE.

No início dos anos 2000, por divergência na forma da condução política da luta das mulheres, a ANMTR se desfaz, e é criado o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em 2004, mais alinhado à Via Campesina⁶⁸, sem a presença do MMTR-NE que, posteriormente, se articulará à Marcha das Margaridas. Para Bordalo (2008; 2011), o fim da ANMTR, aponta para uma bifurcação nos caminhos tomados, grosso modo, pelos movimentos articulados regionalmente, de modo que em Pernambuco e nos demais estados do Nordeste, a campanha por uma maior e mais qualificada participação das mulheres na estrutura sindical permaneceu, ao longo dos anos, como uma questão fundamental; enquanto os movimentos da região Sul percorreram o caminho oposto, ao buscar fortalecer politicamente o próprio movimento como representante legítimo das mulheres do campo em relação ao Estado, do qual afirmam manterem-se autônomos. Referência à autonomia também é feita em relação às organizações mistas, como as instâncias do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), sindicatos, que é “ amplamente identificada como positiva, na medida em que teria contribuído para se aprofundar as questões e as especificidades das mulheres no meio rural”, mantendo, assim, relações estreitas com a perspectiva feminista (BORDALO, 2011, p. 61).

Em parte, isso explica porque, dos movimentos autônomos de mulheres de expressão nacional, o MMC talvez seja o único que não esteja articulado à Marcha das Margaridas, cuja coordenação geral é exercida pela Secretaria de Mulheres da Contag⁶⁹,

⁶⁸Originada em 1992, na Nicarágua, a Via Campesina se constitui numa articulação internacional composta por movimentos sociais e organizações camponesas de todo o mundo, visando articular os processos de mobilização social dos povos do campo.

⁶⁹Ressalta-se que, em algumas instâncias de representação estadual, o MMC tem participado da articulação da Marcha das Margaridas, a exemplo do estado do Tocantins. Nos municípios em que o MMC atua, essa articulação é ainda mais presente. Em entrevista a mim concedida, Sara Deolinda, assessora da Secretaria de Mulheres da Contag, relatou que, na Marcha das Margaridas, em 2007, Rosana Tenroller, liderança nacional do MMC, subiu ao palanque, fez uso da fala e entregou a Carmen Foro, secretária de Mulheres da Contag, uma bandeira do Movimento de Mulheres Camponesas como símbolo da união da luta das mulheres no campo.

identificada como sua principal organizadora e promotora. De um modo geral, é possível observar que, embora todos esses movimentos tenham surgido de mobilizações que envolviam homens e mulheres, seus contextos e histórias distintas resultaram em características organizacionais, metas e estratégias significativamente diferentes.

É inegável, entretanto, que as mulheres rurais inauguraram um novo tempo no sindicalismo rural. Como vimos, desde a década de 1980, a sua participação no movimento sindical não somente foi ampliada, como sua organização veio se fortalecendo, por meio das comissões e da realização de encontros, seminários e plenárias nacionais de mulheres. No entanto, “seguiram encontrando diversas barreiras no espaço sindical que passavam pela discriminação e desqualificação, pelo desempenho de tarefas auxiliares e falta de recursos para viabilizar o seu trabalho organizativo e de participação política” (PIMENTA, 2012, p. 31), e esse foi um dos fatores que motivaram a organização de uma grande marcha entre as mulheres, como veremos logo mais.

1.5 A Marcha das Margaridas se anuncia

Em que pese a grande expectativa depositada nos movimentos sociais na década de 1980, como protagonistas da transformação social, esses atores, segundo Lavalle; Castello e Bichir (2004), somem da pauta acadêmica na década de 1990. Fala-se, insistentemente, a linguagem da crise dos movimentos sociais, crise que adviria da perda do seu protagonismo, decorrendo daí a diminuição da visibilidade de sua atuação. Fala-se também no “refluxo dos movimentos sociais”, em decorrência do “processo de institucionalização e normalização de formas de ação coletiva altamente visíveis no contexto da transição democrática”. (LAVALLE; CASTELLO e BICHIR, 2004, p. 37).

Entretanto, contrariando a ideia de “morte”, “desarticulação”, “cooptação” ou “refluxo” dos movimentos sociais, que teriam assim perdido o seu poder articulatório, a Marcha das Margaridas surge nos anos 2000, propondo um formato organizativo e a

formulação de uma estratégia de ação coletiva própria, para dar reconhecimento e legitimidade à sua ação política, demonstrando, assim, uma grande força mobilizatória. E marchando, as mulheres do campo e da floresta, como se denominam, adentram o espaço público, reivindicam sua visibilidade e a afirmação de outras identidades na sua construção como sujeito político. Sem abrir mão de reivindicações históricas dos movimentos de mulheres rurais, elas pautam novas questões, e amplia, assim, o campo de temas e problemas que adentra o universo das relações sociais.

Anunciando continuidades no campo de ação política do movimento de mulheres rurais, a Marcha, em um sentido mais amplo, revela também transformações importantes. Ela tem algo a dizer sobre as formas que assume, hoje, a atuação dos movimentos sociais, ao propor um modo de atuação que, como veremos mais adiante, ainda que não prescindia da estrutura, resulta de um processo articulatório, tendo em vista seu aspecto organizacional e de ação movimentalista.⁷⁰ É possível pensar essas articulações em termos de rede, uma vez que elas se remetem a uma diversidade de atores, grupos, temas e discursos que interagem, se organizam formal ou informalmente, ou instituem novos campos discursivos (DAGNINO, 1999, p. 27), configurando, assim, um “tecido movimentista”, “heterogêneo e múltiplo” (CARVALHO, 1998), cuja finalidade é produzir visibilidade, impacto na esfera pública, e obter conquistas para a cidadania (SCHERER-WARREN, 2006).

Apresentando uma transformação na sua estrutura, bem como na sua dinâmica, o movimento de mulheres do campo e da floresta, atuando em rede, não mais limita as suas demandas ao âmbito local, nem às suas especificidades de mulheres trabalhadoras rurais. As suas questões específicas puderam ser traduzidas para novos significados ao serem conectadas a questões mais gerais dos movimentos em rede⁷¹. É assim que as três primeiras Marchas trazem como lema: *Contra a fome, a pobreza e a violência sexista*, enquanto a última apresenta a consigna: *2011 razões para marchar*

⁷⁰ No sentido utilizado por Doimo (1995), ao se referir ao movimento de uma ação, própria para gerar estado de mobilização e pressão.

⁷¹ Sobre o conceito de rede de movimentos sociais, ver Scherer-Warren (1993).

por desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade, em torno do qual apresentam as suas questões específicas.

A atuação da Marcha em rede permite-lhe extrapolar a delimitação do raio de ação de movimentos que atuam em espaços mais localizados como o Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA) ou o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Ao desenvolver estratégias políticas e propostas programáticas em torno de suas necessidades e de sua noção de direitos, a Marcha conecta os espaços locais com espaços regionais, nacionais e até internacionais. Além disso, a construção de estratégias consensuais entre os diversos movimentos, organizações e redes que a compõem fortalece sua posição na negociação frente ao Estado, e também frente ao movimento sindical, visto que a grande maioria das mulheres é vinculada aos STTRs, inseridos no sistema Contag.

Outro aspecto importante está relacionado ao fato de a Marcha das Margaridas propor, mediante suas reivindicações, mudanças que podem ser entendidas tanto como econômico-estruturais quanto simbólico-culturais (SCHERER-WARREN, 1993). Estas mudanças contribuem na formação de novos sistemas de valores e constituem-se como força de pressão ao sistema institucional e aos padrões dominantes, contrários aos princípios éticos que compartilham, como, por exemplo, o combate à fome, à miséria e à violência, ou ideais de justiça, autonomia, igualdade e liberdade. Nessa perspectiva, as demandas apresentadas pelas mulheres em marcha incluem tanto o reconhecimento cultural, o reconhecimento da diferença, quanto a redistribuição econômica e responde, de certa forma, aos dilemas postos por Fraser (2004), ao discutir a noção de justiça.

A luta por reconhecimento visa eliminar barreiras culturais e valorativas numa determinada sociedade para a constituição de sujeitos em suas singularidades, enquanto que a luta por redistribuição visa superar a exploração de classe requerendo uma reestruturação da economia política para alterar a distribuição de custos e benefícios sociais. A Marcha das Margaridas denuncia tanto a injustiça socioeconômica, enraizada na estrutura político-econômica da sociedade, quanto a injustiça cultural ou simbólica, arraigada a padrões sociais

de representação, interpretação e comunicação, e mostra que, no cotidiano daquelas mulheres, cultura, economia e política estão imbricados, de modo que, no clamor por justiça, estão implicadas demandas por redistribuição e reconhecimento (FRASER, 2004).

Nesse sentido, a Marcha das Margaridas vem mostrando, a cada ano em que ocorre, para a sociedade e para o próprio movimento sindical, uma extraordinária capacidade de ampliar as dimensões constitutivas da identidade das trabalhadoras rurais, ao se nomearem mulheres do campo e da floresta, de renovar antigas bandeiras de lutas e de reafirmar os seus direitos, ao propor a construção de políticas públicas que respondam às suas reivindicações.

Entretanto, é apenas quando penetramos no processo de feitura da Marcha, que desvelamos os sujeitos que se constituem no seu próprio fazer. E é isso que me proponho a fazer a partir de agora.

Capítulo 2

E aí, fizemos a Marcha!

Para compreender o processo pelo qual se deu o surgimento da Marcha das Margaridas, comecei me perguntando o que incitou, num determinado momento, diferentes pessoas, diferentes mulheres a se voltar à sua realização.

Foi centrando-me na noção de figuração⁷², cunhada por Nobeit Elias, que busquei **resgatar** a dimensão vivida da Marcha por algumas das mulheres que a conceberam, tomando-a como uma trama relacional, na qual os sujeitos sociais estão ligados por uma rede de interdependências. O autor entende figuração como uma formação social específica, constituída por dependências recíprocas, num “entrançado flexível de tensões” (ELIAS, 2005, p. 142), de modo que o fundamental é “saber de que modo e por que os indivíduos estão ligados entre si, constituindo, assim, figurações dinâmicas específicas. Só é possível a pista de uma resposta para tal questão, se determinarmos as interdependências entre indivíduos” (ELIAS, 2001, p. 213-214).

Como toda figuração, a Marcha das Margaridas foi favorecida por uma conjugação de condições sociais. Para identificá-las, foi necessário estranhar o seu surgimento e perguntar: como ela se tornou possível? Assim, procurei não uma causa que a tivesse determinado, mas entendê-la a partir de tais condições e do conjunto de relações que se estabeleceu a partir delas.

⁷² Chartier (2001, p. 13), no prefácio do livro *Sociedade de Corte*, de Nobeit Elias, explicita a significação do conceito de figuração em Elias enunciado em *Qu'est-ce que la sociologie?*: “uma figuração é uma formação social, cujas dimensões podem ser muito variáveis (os jogadores de um carteadado, a sociedade de um café, uma classe escolar, uma aldeia, uma cidade, uma nação), em que os indivíduos estão ligados uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas e cuja reprodução supõe um equilíbrio móvel de tensões.”

Ou seja, para entender o surgimento da Marcha, nos interessava precisar como em um determinado contexto se deram os arranjos, as teias de interdependências e como essas relações influenciam nos rumos dos acontecimentos, nas escolhas e vicissitudes da Marcha como um processo, sem sentido previamente definido.

Isso traz implícita a compreensão de que a Marcha, como processo social, não pode ser entendida apenas desde os atributos de determinados indivíduos, e tampouco a partir de atributos de um sistema ou de uma totalidade, mas a começar da explicitação de vários elementos interdependentes que resultaram em uma figuração específica das relações sociais naquele contexto. Procurei, então, realizar uma análise etnográfica; tentei reconstituir, pelas narrativas, o fazer dessa trama relacional e, ao mesmo tempo, busquei resgatar dimensões da ação e da experiência que desembocasse numa certa compreensão das motivações que estiveram na base do envolvimento com a Marcha.

O percurso que tracei me fez perceber que a Marcha não era o mero resultado causal do processo de organização política das mulheres trabalhadoras rurais, mas se configurava pelos laços múltiplos e heterogêneos que as próprias pessoas entreteciam. Nesse sentido, a Marcha apresentava uma natureza relacional: uma trama de vínculos de interconhecimento pela qual minhas interlocutoras transitavam. E assim, a noção de figuração de Elias (2005; 2001) pareceu a mim um conceito operativo para desenhar essa trama, e explorar esses vínculos de interconhecimento em termos de dependências recíprocas que ligavam minhas interlocutoras em múltiplas direções (QUIRÓS, 2010).

Iniciarei a reconstituição dessa trama a partir da fala de duas mulheres lideranças sindicais idealizadoras da Marcha: Margarida Ilda e Raimunda Mascena. Isso não significa, em absoluto, que elas foram as únicas importantes lideranças, mas apenas que elas ocupavam um lugar que nos ajuda a pensar a trama tecida. O protagonismo que exerceram determinadas mulheres na construção da primeira Marcha das Margaridas não pode ser entendido fora de outras dimensões relacionais de suas vidas, e procurarei ilustrar isso desde a fala dessas duas personalidades, ambas integrantes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag. Algo particularmente importante por que

considero que o processo de organização das mulheres trabalhadoras rurais no âmbito sindical, e a maneira como esse processo foi experienciado pelas próprias mulheres se apresentam como uma das condições que favoreceram a figuração específica assumida pela Marcha das Margaridas.

Conheci Margarida Pereira da Silva, Ilda, como é chamada, em uma das reuniões da Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas, embora já a conhecesse há alguns anos pelas referências feitas ao seu nome, por pessoas que atuavam junto aos movimentos de mulheres rurais. E com a alegria que lhe é peculiar, ela se dispôs a conversar comigo sobre a Marcha.

Ilda foi a primeira coordenadora nacional da mulher trabalhadora rural da Contag. A criação de uma coordenadoria de mulheres (com status de diretoria) ligada à Confederação Nacional da Agricultura, deu-se mediante aprovação no seu 6º Congresso ocorrido em 1995. Ao nos contar sobre o seu ingresso no movimento sindical, Ilda faz uma digressão no tempo. Falante, contadora de histórias, ela nos remete à sua infância. Nascida em 1948, na comunidade de “Diogo”, local onde vive hoje, no município de Surubim, Pernambuco, Ilda, a quarta dos quatorze filhos de um pequeno proprietário de terra e bodegueiro e de uma agricultora e “dona de casa”, nos conta em detalhes passagens de sua infância, das suas traquinagens de menina, do esforço dos seus pais para que os filhos estudassem, da sua pouca afeição aos estudos: “Eu não gostava de estudar. Mesmo assim, meus pais ficavam tentando fazer com que eu tomasse gosto pelos estudos”; da sua paixão pela roça: preferia trabalhar limpando mato, porque, no final do dia, percebia o que tinha feito”; do seu casamento, da violência e dos maus tratos sofridos pelo marido, da sua fuga do lar deixando os quatro filhos: “Se não tivesse tomado essa decisão, teria morrido”; do apoio da sua família e do seu retorno à comunidade para resgatar os filhos, após o marido tê-los deixados com a sua mãe e ido embora.

Tudo isso Ilda me contou para me dizer como ingressou no movimento sindical: “com a minha separação, associei-me ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Surubim, em 1973, para ser beneficiada pelo atendimento médico e odontológico que era oferecido”.

Segundo ela, o “despertar para a luta de classe” só ocorreu nos anos 80, por influência da mãe, que insistia para que ela a acompanhasse e participasse das assembleias mensais e das reuniões do sindicato. Além disso, ela estava particularmente sensibilizada com a leitura do livro de Moema Viezzer, *“Se me deixam falar... Testemunho de Domitila, uma mulher das minas da Bolívia”* que versava sobre a história de Domitila Barros de Chungara, uma mineira boliviana que nos anos 70 liderou uma greve de fome que findou por derrubar do poder o general Hugo Benzer. A partir de então, Ilda começou a participar das reuniões da comunidade, tornou-se delegada sindical de base a atuar nas comunidades vizinhas, e a participar das discussões nas reuniões deliberativas da Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura em Pernambuco (Fetape).

De delegada sindical, Ilda se tornou diretora do Sindicato de Surubim, primeiro como secretária do conselho fiscal e depois como secretária geral. Devido a sua atuação, foi escolhida para representar o Polo Sindical do Agreste Setentrional, que aglutinava dezesseis sindicatos, na Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco: “Com a participação nesta comissão, fui descobrindo a importância das mulheres no movimento sindical”. Comissão esta que, posteriormente, escolheu-a para fazer parte da Comissão Nacional Provisória de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag. Segundo Ilda, foi participando nessas comissões específicas com mulheres que ela descobriu o quanto as mulheres trabalhadoras rurais eram discriminadas e exploradas pelos próprios “companheiros dos sindicatos”. Em 1991, durante o 5º Congresso da Contag, ela é eleita suplente da direção, e então, no 6º Congresso, assume a coordenação da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag (1996 a 1998).

A fala que se segue dá uma noção do ambiente que se instaurou no movimento sindical “contaguiano” com a entrada das mulheres na sua direção, e como isso foi sentido por Margarida Ilda:

Eu fui eleita [...] aí disseram assim, você vai pra casa, só começa em janeiro [o Congresso ocorreu em maio de 1996]. Eu assumi a Coordenação, mas foi muito sofrimento, muito difícil. Primeiro, eu saí do sindicato de Surubim e vim direto pra cá; mesmo que eu já tivesse alguma discussão na Comissão Nacional, eu participava de algumas reuniões do Conselho da Contag, participava no estado,

mas é diferente de você entrar pra uma direção que já tinha começado o mandato, onde eram nove homens e só eu de mulher [...]. Me deu, assim, um bloqueio na minha mente, eu sei que eu participava das reuniões da direção e não falava nada, eu não fazia uma intervenção, as coisas vinham na minha cabeça, mas eu não conseguia jogar pra fora. Aí, eu, angustiada, porque assim a gente sabe que os homens já têm dificuldade, eles não aceitam as mulheres nessas discussões, já não gostam, e uma mulher ficar calada, aí é que eles não gostam mesmo, aí eu sabia que os comentários eram grandes. Aí, eu fui fazer terapia e um curso de oratória, eu sei que me ajudou muito. A partir daí, comecei a fazer as intervenções e a enfrentar, porque não era só a direção que eu tinha que enfrentar, eu tinha que enfrentar, enfrentar também alguns funcionários, e aí eu achava ainda mais grave, porque era uma discussão de diretoria, os assessores e assessoras participavam também da discussão, mas tinham coisas que, eu acho, eles eram pra contribuir, não pra criticar [...].

Uma das coisas que comecei defendendo foi de dar visibilidade às mulheres, porque a gente lia qualquer documento da Contag, tudo era no masculino, não dava visibilidade às mulheres, era como se não existissem mulheres associadas no sindicato, fazendo parte do movimento sindical. Aí eu comecei a exigir que colocassem nos documentos: elas e eles; as mulheres e os homens; os trabalhadores e as trabalhadoras. Aí teve, eu lembro que teve uma vez aí, um assessor muito poderoso, que ficou rindo de mim. Quando eu falei isso, ele deu uma risada. Por que você tá rindo? Você tá rindo, mas você não pode rir não, porque quem paga o seu salário aqui são as mulheres, se você for pro fichário dos sindicatos, quem mais tá em dia são as mulheres, então nós mulheres pagamos o seu salário [...].

[...] Foi muito enfrentamento, eu acredito que as meninas hoje... Tem também, mas assim, começar a discussão da cota, que foi no meu mandato, qualquer fala que se ia falar, fazer, com relação às mulheres... [...] Teve uma vez que um rapaz chegou e disse: as mulheres têm capacidade? As mulheres têm capacidade de ser diretora? Aí eu me inscrevi e disse: olha, primeiro eu gostaria de saber onde os homens medem, ou pesam a capacidade deles. Porque nós, mulheres, sabemos que temos capacidade, não precisamos medir pra dizer a vocês qual o tamanho ou peso da nossa capacidade, o tempo vai dizer isso, a gente vai participar, a gente tem direito porque nós somos associadas, nós pagamos o sindicato, e aí a gente vai participar, e o tempo vai dizer se a gente tem ou não capacidade. Porque ninguém mede a capacidade dos homens. Vocês escolhem um homem, o homem começa a participar, às vezes ele nem dá certo, mas vocês ficam bem caladinhos [...].

Hoje Ilda é uma das lideranças do MMTR-NE, movimento no qual começou a fazer parte ainda quando pertencia às instâncias de direção do movimento sindical, e que compõe a Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas.

Raimunda Celestina de Mascena, Raimundinha, como é conhecida, substituiu Margarida Ilda na Coordenação de Mulheres da Contag em 1998 e ali ficou até 2005, durante duas gestões, para, posteriormente, assumir a Secretaria de Formação e Organização Política da Confederação. Foi no período que estava nessa secretaria que a conheci, se bem que, assim

como no caso de Ilda, também já tivesse ouvido falar dela em outros espaços, nesses meus trânsitos entre os movimentos. Eu havia sido convidada pela Escola de Formação da Contag a dar um curso no Maranhão sobre *Matrizes do desenvolvimento rural no Brasil*, e lá nos encontramos. Depois disso, estivemos juntas em outros espaços e estabelecemos uma relação de proximidade.

A figura da Raimundinha é emblemática, porque foi na sua primeira gestão à frente da Coordenação de Mulheres da Contag que ocorreu a primeira da Marcha das Margaridas. Cearense, do Sertão dos Inhamuns, Raimundinha, 45 anos, é filha de um casal de camponeses, Dona Nenzinha e seu Antônio, este já falecido. Junto com os outros irmãos, começou cedo a militância política. “O que nos fez, o que transformou essa família em militantes? Porque não sou só eu, minha família é de militantes [...]. Mas o que me fez chegar até aqui foi a falta de terra, a falta de comida e o pagamento da renda, muito alta, ao patrão.”. Diferentemente de Ilda, que começou sua vida política no sindicato, Raimundinha vem das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), onde iniciou sua militância nos anos 80. “Eu não entrei pela porta do sindicato, eu entrei pelas CEBs, das CEBs eu fiz o caminho para as oposições cutistas⁷³. Na década de 90, eu dei passos para chegar à direção dos sindicatos e à chegada até aqui. Eu cheguei em Brasília no dia 21 de abril de 98”. Se Ilda entra no movimento sindical aportando um “capital familiar” (Bourdieu, 1980), posteriormente, reconvertido para que ela ocupasse o lugar de dirigente sindical, Raimundinha já adentra o movimento aportando um “capital político” (Bourdieu, 1980) adquirido em outros espaços. Disputar a estrutura sindical oficial fazia parte de

⁷³ Aqui, Raimundinha se refere às oposições sindicais. Surgido no final dos anos 70, o movimento de oposições sindicais, propondo um *Novo Sindicalismo*, criticava a estrutura sindical corporativista, implementada a partir da década de 1930, e questionava a atuação dos sindicatos oficiais e sua tutela pelo Ministério do Trabalho. No meio rural, as oposições surgem fazendo uma forte crítica à estrutura sindical oficial capitaneada pela Contag, considerando-a como instrumento de restrição e manipulação dos trabalhadores. Favareto (2006, p. 33) assinala quatro aspectos que estiveram na base do *Novo Sindicalismo*: crítica à estrutura sindical; perspectiva de uma sociedade de inspiração socialista; forte crítica social e de privilégio da mobilização como forma de encaminhamentos dos conflitos. Para Lazzaretti (2009, p. 11, grifos do autor), “os discursos que tentavam definir o ‘novo’, ressaltavam o lado ‘não assistencial’, ‘próximo das bases’, ‘democrático’, ‘reivindicativo’ e, por vezes, ‘revolucionário’”. A definição e a afirmação deste “novo” modelo foi dada em oposição ao sindicalismo do passado, caracterizado como “assistencial”, “populista”, “burocrático”, “pelego” ou, o que também se convencionou chamar, “atrelado”.

uma estratégia traçada no interior da CUT, de disputar as estruturas sindicais oficiais “por dentro”, em vez de criar novas estruturas sindicais “por fora” da estrutura oficial. Raimundinha tinha uma intencionalidade política clara quando assumiu a Coordenação de Mulheres da Contag:

[...] A década de 80 foi marcada pela luta das mulheres para se sindicalizar, porque direito à sindicalização nós não tínhamos, dependíamos dos pais ou dos maridos, isso levou um tempo. [...] A década de 80 é marcada pela associação das mulheres, de se associar no sindicato. Isso faz parte da história de muitas de nós [...]. Depois que as mulheres se associam, a década de 90 foi uma década marcada pras mulheres começarem a assumir as direções dos sindicatos. As mulheres já vêm pras assembleias, as mulheres já falam, timidamente, mas falam! As mulheres já começam a participar um pouco mais das coisas maiores né? As mulheres já começam a participar do congresso da Contag com mais fortaleza, como foi no 5º Congresso e no 6º, entendeu? É assim, *para nós, mulheres, que fizemos a opção de sermos mulheres sindicalizadas e ir pra dentro daquelas direções pra disputar espaço e pautar as questões das mulheres, o caminho trilhado foi esse.*

Além disso, ela revela, na sua fala, conhecer o funcionamento do campo político no qual ela está inserida, conhece as condições do jogo, e os mecanismos e estratégias que precisam ser acionados para se movimentar e se reposicionar no campo. Resolvi expor abaixo um trecho longo da entrevista que realizei a fim de ilustrar o que digo:

Chegar à Marcha é preciso saber primeiro o que aconteceu pra poder chegar, e aí, assim, mais precisamente de 90, 92, até 95, por aí assim, esses primeiros anos da década de 90 ainda se deu de uma forma tímida, mas as mulheres já começavam a formar, constituir comissões estaduais provisórias, já dá passos e sinais à Comissão Nacional de Mulheres, As mulheres participam com, se não me falha a memória, com 17% de participação no 6º Congresso. Foi um acumulado do 6º pra o 7º, o 7º Congresso é o congresso que elege uma nova diretoria da Contag e, dentro dessa nova diretoria, são eleitas três mulheres para sua direção executiva, que até então nunca tinha tido numa direção da Contag, e, casado com isso, já havia algumas mulheres nas direções das federações [...] Essas mulheres pautavam com bastante firmeza essa história do confronto com as ideias mais... As ideias masculinas repressoras, né? E esse época foi uma época bastante interessante, porque entrou em debate a política afirmativa de cotas, isso do 6º para o 7º Congresso, o 6º Congresso foi em 95, e o 7º Congresso em 98. E quando chegamos, em 98, na Contag [ano em que Raimunda assumiu a coordenação da CNMTR]... Tinha uma coisa interessante entre as mulheres: chegamos eu, Graça do Maranhão, Fátima do Piauí. Foram as três mulheres que entraram na diretoria executiva da Contag, pautada, assim, estrategicamente, pensada pelas mulheres, que assim foi uma das coisas que uniu muito as mulheres aqui no Brasil do campo sindical, seja das mulheres de uma concepção sindical mais arrojada, seja as mulheres de uma concepção sindical mais conservadora, seja as mulheres de uma concepção mais assim, nem lá e nem cá [...], e aí, assim, estrategicamente, era: nós precisamos de mulheres fortes, capazes de peitar as ideias dentro da Confederação, nós vamos pra dentro dela, vamos pra dentro dela pra imprimir mudanças estruturantes dentro

dela, assim, nós queremos uma organização dentro dessa organização grande, nós vamos criar uma organização de mulheres, nós não vamos por fora. Porque outros movimentos já tinham assim, já tinham o Movimento de Trabalhadoras Rurais do Brasil [ela está se referindo à ANMTR], que até então, agora já não é mais do Brasil, que é o MMC, já tinha as mulheres trabalhadoras rurais do Nordeste [MMTR-NE], e por aí vai, esse movimento todo virou aí em vários, dois, três e, se não me falha a memória, um liderado pelas mulheres do Nordeste [MMTR-NE], mais precisamente por Nazaré Gomes, que era do Ceará, já não tá mais viva; e no RS, liderado pela companheira chamada Justina [MMC]. E assim, quando as mulheres chegam à Contag, uma das primeiras coisas avaliadas internamente entre nós, muito internamente entre nós, sem deixar escapar pra fora, é que não eram suficiente três mulheres na direção da Contag [...]. Nós estávamos ali em três, mas nós não éramos três, nós éramos as porta-vozes de uma outra quantidade de mulheres que pensava, e que queria pautar as questões das mulheres de um forma... [...] Todas as três, duas vindas, nascedoras do departamento rural da CUT, Graça do Maranhão e eu; e Fátima, também do Piauí, vindo, assim, não sendo do departamento, mas sendo uma mulher que vinha acumulando também as discussões dentro da Região Nordeste. [...] Era bastante forte nos departamentos [se refere aos Departamento de Trabalhadores Rurais da CUT] a busca pela filiação da Contag à CUT, na época, com bastante força, era um tema que tinha bastante fortaleza na época. Então essas mulheres pautavam aqui dentro da Contag a questão das mulheres, eram mulheres cutistas que convocavam as outras mulheres não cutistas e acabavam criando uma força bastante grande dentro da Contag, como foi a política afirmativa de cotas. As cotas uniram as mulheres cutistas e não cutistas, de todos os campos, eu posso até dizer que foi um dos principais temas que convocaram todas as mulheres, que uniu todas as mulheres, que os homens não conseguiram dividir as mulheres, acho que foi muito bacana. [...] A cota foi um tema que não dividiu as mulheres, estávamos todas juntas na luta pelas cotas, isso aqui não divide nós não, o que divide nós são outras coisas.

Chegamos em 98, e nós avaliamos que a gente precisava... Quando a gente ia falar na Contag, não éramos escutadas. A Fátima chegou na Contag na Secretaria de Formação e Organização Sindical [...] A Graça chegou na Contag na Secretaria de Políticas Sociais. Essas secretarias por si, elas sempre tiveram um certo respeito na Contag, assim sendo, quem tava na frente dessas secretarias, querendo ou não, ganhava um certo respeito, porque a Formação trabalhava na época algumas capacitações importantes, e a Secretaria de Políticas Sociais vinha trabalhando essa história da previdência social e tal. Agora, as mulheres na Contag eram Coordenação de Mulheres, e, pela primeira vez, essa coordenação foi escolhida, eleita junto com a diretoria da Contag, que até então não era. A primeira coordenadora foi escolhida pelas mulheres sob *ad referendum* do Conselho Deliberativo, subordinado à Secretaria de Formação. Só que esse 7º Congresso fez parte do rebuliço que nós fizemos no 6º. Teve o protesto de mulheres no 6º Congresso, a história não conta, mas teve, porque nós trabalhávamos no 6º Congresso, a gente ia ter uma mulher, trabalhava o nome de uma mulher pra diretoria executiva da Contag, que era Santiago de Rondônia, que era um consenso universal no meio das mulheres, e acabou que os homens passaram uma bela rasteira em nós, e na direção eleita do 6º Congresso da Contag não ficou nenhuma mulher, e quando foi revelado o resultado dessa chapa, as mulheres fizeram protesto dentro do Congresso. Foi um dos Congressos da Contag que teve muito voto em branco, muito voto em branco, e foi o voto das mulheres, foi aí que alvoroçou a gente a trabalhar a política de cota. [...] Porque a gente fazia política naqueles cantinhos assim, a gente se juntava e começava a fazer o lobby nosso nos

cantinhos, aqui [se refere à Contag] a gente não tinha voz, não tinha voto no Conselho Deliberativo da Contag. Então a gente vinha pra reunião da Comissão de Mulheres, e eu vinha na época, porque eu era coordenadora da Comissão de Mulheres da Federação do Ceará, então a gente vinha e ficava articulando nos bastidores. Só tinha uma mulher conselheira que era a Rita do Pará na época [...]. Então, assim, quando chegamos a 98, nós começamos a discutir no final de 98, início de 99, que a gente tinha que fazer alguma coisa pra poder empoderar as mulheres que estavam na direção e tentar criar um fato político pra que elas fossem respeitadas dentro da Contag e é aí que nasce a ideia de fazermos uma ação pela qual as mulheres pudessem vir pra Brasília.

O clima hostil à participação e movimentação das mulheres no interior do movimento sindical também foi testemunhado por Sara Deolinda, assessora de mulheres da Contag, que, na época, assessorava a Federação de Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais (Fetaemg). Ela me disse:

Aqui na Contag o que eu posso destacar como importante, é o seguinte, primeiro, era um contexto ainda de afirmação das mulheres, embora já tivesse sido aprovada a cota. A cota foi aprovada em 98, de no mínimo 30% de mulheres na direção da Contag, e aí então era um clima bastante ostensivo. [...]

A primeira Marcha, vamos dizer assim, eu tenho um apreço, em especial, com ela porque, realmente, ela rompeu uma barreira enorme, aliás várias barreiras, mas essa fundamental aí de, realmente, vamos dizer assim, a barreira de imputar às mulheres uma condição de fragilidade, de falta de capacidade política e de condição. Então as mulheres realizaram a Marcha, e foi realmente numa condição de muita audácia, e de grande persistência, e coragem mesmo, entendeu? Porque o clima não era favorável. Ele, externamente era favorável. As mulheres [...] já tinham realizado sua 1ª Plenária de Mulheres, porque antes era encontro de mulheres. Pra você ter uma ideia, quando era Encontro da Mulher Trabalhadora, enquanto as mulheres estivessem tratando de suas questões, não tivesse incomodando o processo [...] eu me lembro claramente um dia, tava ocorrendo uma reunião de mulheres, e os homens discutindo o Congresso; e as mulheres quiseram colocar na pauta o Congresso, e aí, a assessora da Contag [...], ela traduziu o quê? – Não, esse assunto não é nosso! E as mulheres reivindicaram, nunca esqueço isso, eu achei isso extremamente marcante, que as mulheres falaram assim: – Não, nós vamos seguir reunidas se a gente discutir o Congresso, porque o Congresso é nosso, nós queremos botar na pauta o Congresso. Então o clima era esse, se as mulheres tivessem discutindo as suas questões, principalmente, aposentadoria, tinham o apoio dos homens, porque tinham o foco assim né, de que a família ganhava com isso se a mulher também se aposentasse, então era um foco isso, mas sempre mantendo aquela ideia de um lugar secundário das mulheres, não eram as mulheres que davam o tom político. Então isso foi muito interessante, parou a reunião, teve uma crise aqui, esse eu acho que foi para o 6º Congresso ainda, e as mulheres no 6º Congresso fizeram uma manifestação, empunharam a bandeira da CUT, porque foi no 6º congresso que a Contag filiou-se à CUT, e as mulheres saíram fazendo uma passeatinha dentro do Congresso empunhando a bandeira da CUT, e reivindicando e tal, e se posicionando pela filiação, então pra esse Congresso as mulheres reivindicam [na reunião] que elas queriam participar do Congresso. (Sara Deolinda assessora da Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, 2010).

Entanto, retomando a fala de Raimundinha, é possível perceber que ela revela também que já havia uma atmosfera favorável entre as mulheres dirigentes de fazer uma ação, um movimento, enfim, como ela mesma aponta, havia a necessidade de se criar um fato político que desse visibilidade à força organizativa das mulheres. Havia, portanto, uma intencionalidade:

A Marcha das Margaridas nasceu com esse ideal de construir. Primeiro, de fortalecer a organização das mulheres dentro da organização Contag. Então assim, a Marcha, ela nasce com essa intencionalidade muito clara. Pra isso a gente precisava fazer uma coisa, e aí, o que, que coisa é essa que a gente faz? Nós precisamos fazer uma coisa, uma ação que seja também uma ação que mostre a fortaleza, mas que mostre a proposta do mundo que as mulheres querem construir, e que mundo é que as mulheres querem construir? Que sociedade é essa que nós falamos? De que igualdade é esta de que nós estamos falando? (Raimunda Mascena, 2010).

E essa atmosfera encontrou eco na conjuntura mais ampla da época, a qual considero como outra condição para o estabelecimento da figuração específica delineada pela Marcha das Margaridas. Tal conjuntura marcada, desde os anos 1990, pela implementação de políticas econômicas neoliberais, favoreceu a abertura comercial e financeira, num processo que comprometeu a economia local e a oferta de serviços públicos, sob o peso de uma dívida externa (e interna) que justificou a onda de privatizações, resultando no aumento da pobreza e no acirramento das desigualdades sociais. O impacto dessas políticas no mundo, especialmente, nos chamados países de terceiro mundo, provocou o surgimento do movimento antiglobalização, do qual faz parte a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), cuja ação no Brasil teve um papel fundamental na idealização da Marcha das Margaridas.

Perguntei a Margarida Ilda como surgiu a ideia de fazer a Marcha das Margaridas. Ela então me contou que, em 1999, como suplente da direção na Contag, e já atuando junto ao MMTR-NE, participava das reuniões da Comissão Nacional de Mulheres. Por iniciativa da Comissão, ela foi convidada a participar de uma reunião em São Paulo para discutir a primeira ação da Marcha Mundial das Mulheres. E assim se sucedeu:

Aí as meninas da Contag me chamaram, me convidaram, e perguntaram se eu poderia ir. Eu disse: “Vou”. Quando eu cheguei lá, a Raimunda tava. E aí iam fazendo as discussões das ações que iam ter de mobilização, no período da Marcha Mundial das Mulheres [...]. Aí a gente, eu sentei com Raimunda: “Raimunda, o

movimento sindical poderia pensar em uma ação ligada à Marcha Mundial, e é junto com as mulheres, pra gente trazer bem muita mulher aqui pra Brasília”. E a gente disse: “Olhe, a gente pensou aqui, mas vai levar pra discussão na Contag, de fazer uma ação grande com mulheres, trazendo as mulheres pra Marcha Mundial”. Depois a gente levou a ideia pra Comissão Nacional. A Marcha (das Margaridas), eu acho que tem uma ligação muito forte com a discussão da Marcha Mundial [...]. A gente tinha esse pensamento de fazer alguma coisa, mas não tinha nada fechado, mas a gente fechou mesmo a ideia com a Marcha Mundial (Margarida Ilda, 2011).

Como mencionei páginas atrás, foi no contexto da organização da Marcha Mundial das Mulheres que se deu o surgimento da Marcha das Margaridas, como uma ação em sua adesão.

O convite para participar da organização das ações da Marcha Mundial das Mulheres não foi feito diretamente à Contag, embora, na época, esta estivesse filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), mas à Coordenação Nacional de Mulheres da Contag, cuja coordenadora compunha os quadros de dirigentes da CUT. Fato relevante, visto que as mulheres da CUT participaram da articulação da MMM desde seu primeiro encontro internacional em 1998, no Quebec, e elas eram as que tinham mais proximidade com a sua organização. Nas palavras de Nalu Faria, representante da Marcha Mundial das Mulheres, em entrevista às autoras Tornquist e Fleischer (2012, p. 295):

Foram elas [as mulheres da CUT] que, no ano de 1998, chamaram reuniões para definir as representantes brasileiras para o primeiro encontro internacional realizado no Quebec, em outubro de 1998. Após essa reunião, voltamos muito comprometidas com a realização dessa Marcha e passamos a articular, em conjunto com a CUT, as condições para organizar nacionalmente, e isso incluiu mobilização, captação de recursos etc.

Em outubro de 1999, foi realizada a primeira reunião nacional para a constituição da MMM no Brasil, e é a essa reunião que Margarida Ilda está se referindo acima. Raimundinha também faz referência ao convite feito por Maria Ednalva Bezerra de Lima, então secretária Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT:

[...] Quando nós começamos a pensar a Marcha das Margaridas ali em 99, Ednalva, que era na época a coordenadora da comissão da mulher trabalhadora da CUT nacional, veio, acho que lá pro mês de setembro já, de 99 [...] Veio à Contag pra conversar conosco sobre as mulheres no mundo, dizer que elas também estavam se movimentando com base na experiência da Marcha Pão e Rosa que as mulheres fizeram no Canadá, que as mulheres queriam fazer também uma marcha, que as mulheres no mundo iam marchar e o sentido que

organizava essa marcha era colher muitas assinaturas, muitas assinaturas de todas as mulheres e levar, entregar na ONU [...]

[...] E quando nasce a ideia de fazer um movimento de mulheres no mundo, a Marcha [se refere aqui à Marcha Mundial das Mulheres], aqui também já tinha um anunciado, um pensado de fazer uma atividade com mulheres para se fortalecer internamente e pra se fortalecer externamente, dizendo ao governo brasileiro o que pensam as mulheres trabalhadoras rurais do Brasil (Raimunda Mascena, 2010).

Mas por que essa “atividade com as mulheres” ganhou o nome de Marcha? Perguntei a Raimundinha. Então ela me respondeu que a ideia de uma marcha estava relacionada à forma como o evento deveria ser construído:

A gente queria uma coisa que fosse, que desse uma ideia de um passo primeiro, aí depois outro, depois outro, depois outro, depois outro: vamos fazer os encontros nas comunidades, depois os encontros daquelas comunidades em que as mulheres conversam nas cacimbas dos rios, no lavador de roupa, lá onde elas estão... Essa atividade a gente precisa construir com as mulheres, e é uma ideia de uma caminhada, então uma caminhada ela tem vários momentos, então ela é uma Marcha, ela vai ser uma Marcha, porque até chegar em Brasília, muitas outras coisas vão acontecer.

[...] É Marcha, porque era assim, começava, aí depois ia uma coisa, aí depois outra coisa, aí depois outra coisa, até o encontro final dessas mulheres em Brasília. Ela trazia uma ideia de amplitude, ela era grande, chegava em Brasília, é todo um momento de celebrar o que essas mulheres fizeram durante esse tempo todo se preparando pra chegar aqui, grande e diversificada (Raimunda Mascena, 2010).

E o nome “Margaridas”, que adjetiva a Marcha, é uma homenagem à líder sindical Margarida Maria Alves, assassinada na Paraíba, em 1982⁷⁴:

[...] haveria uma marcha e o nome da marcha seria Margarida, Marcha das Margaridas. A ideia é: morreu uma Margarida, mas nasceram tantas outras, nasce daí a ideia das margaridas. Vocês mataram uma, mas nasceram milhares de margaridas que já não é uma só, agora já são muitas, mostrando o que é que nós queremos, nós queremos lutar pelo que Margarida também lutava, Margarida lutava pela vida dos povos, principalmente da população daquelas pessoas pobres, desgraçadas, que viviam nas usinas, na cana, no corte da cana e por aí vai...

[...] e Margarida também era da Paraíba, onde a organização primeira começa tudo, e aí vem de longe, porque vem das Ligas Camponesas, vem de Elizabeth Teixeira, vem de outras mulheres que estiveram dentro dessas lutas. As mulheres lutaram muito, porque a história não conta, né? A luta que essas mulheres tiveram, assim, pelos seus maridos, elas enfrentaram muita coisa na época da ditadura militar, no

⁷⁴ Uma das reivindicações dessa Marcha foi colocar no banco dos réus Zito Buarque, o mandante do assassinato de Margarida Alves. Já fazia 18 anos desde a sua morte e ainda não havia tido julgamento. Embora tenha sido absolvido, Zito Buarque foi levado à julgamento.

Nordeste isso foi muito forte, e na Paraíba já tinha um movimento de mulheres, que era o Movimento da Mulher Trabalhadora, o MMT, que nasceu no Brejo paraibano, entendeu? E aí Margarida Alves é de Alagoa Grande na Paraíba [que fica no Brejo paraibano], então assim nasce com força também de lá pra cá, mais precisamente, Margarida vem daí [...]. Vamos chamar de Marcha das Margaridas. O lema da Marcha é: as mulheres estão marchando contra a fome, a pobreza e a violência, combatendo a violência contra as mulheres, e esse é o símbolo que nós vamos ter de violência contra as mulheres para expressar todas essas outras formas de violência (Raimunda Mascena, 2010).

Raimundinha, Ednalva e Nalu Faria já se conheciam de outros espaços de atuação política, as três eram vinculadas ao chamado “campo cutista” e ao Partido do Trabalhadores. Nalu, que vai exercer um papel de interlocutora fundamental entre a MMM e a Marcha das Margaridas, desenvolveu a sua militância no PT, no trabalho de mulheres nos sindicatos e na CUT. A partir de 1986, passa a atuar na Sempreviva Organização Feminista (SOF), ampliando assim sua presença no movimento popular:

Atuo na SOF desde 1986. Nesse período, atuava no trabalho com as mulheres dentro do movimento sindical na CUT. Depois que fui para a SOF, que tinha uma atuação nos bairros das zonas sul e leste de São Paulo, continuei acompanhando a Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora (CNMT) na CUT. No final de 1989, a SOF foi convidada pelo Instituto de Formação Cajamar a organizar cursos de formação para mulheres. O Instituto Cajamar era uma escola de formação destinada a militantes do PT, do movimento sindical e popular, que funcionou até 1996. Formamos um grupo do qual participavam representantes do Instituto Cajamar, da CNMT da CUT, da Cedi (uma ONG na época) e da SOF. Os cursos do Cajamar foram muito importantes, pois envolviam mulheres do Brasil inteiro. E, a partir daí, nós nos tornamos referência para formação feminista de vários grupos em vários estados (TORNQUIST & FLEISCHER, 2012, p. 293).

Muitas mulheres dirigentes e lideranças ligadas aos movimentos sociais, inclusive, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, participaram dos cursos de formação a que se refere Nalu. Recorrentemente, ela é solicitada a falar à Comissão Nacional de Mulheres da Contag e a participar dos cursos de formação promovidos pela Escola Nacional de Formação da Contag (Enfoc). A SOF, hoje, abriga a Secretaria Executiva da MMM, e Nalu faz parte da sua coordenação executiva, assim como Carmen Foro, atual secretária de mulheres da Contag. Ao se referir à primeira reunião para organização das ações da MMM, em 1999, Nalu destaca:

Nessa reunião, as mulheres da Contag apresentaram a proposta de realizar a Marcha das Margaridas em agosto, em adesão à MMM. Essa foi a atividade mais massiva naquele ano de 2000, com a presença de 20 mil mulheres. Entre 8 de março e 17 de outubro de 2000, foram realizadas inúmeras atividades em todos os estados, sendo a maior delas a Marcha das Margaridas, organizada pelas trabalhadoras rurais da Contag e outras entidades, em agosto daquele ano, como forma de adesão à MMM. Foi a partir do impacto desse amplo processo de articulação que várias brasileiras fizeram parte daquelas que propuseram a continuidade da Marcha como um movimento permanente em nosso país (Nalu Faria, 2013).

Sara Deolinda, assessora da Secretaria de Mulheres da Contag, reafirma o vínculo entre os dois movimentos:

A primeira Marcha surgiu, a proposta da Marcha, a partir de um diálogo que as mulheres rurais tinham com algumas interlocutoras importantes, que tiveram muita importância, importância grande na configuração do movimento, e na própria definição de se realizar a Marcha das Margaridas, então, principalmente aí, a interlocução com a SOF e com a Marcha Mundial das Mulheres, então a Marcha das Margaridas surgiu nesse diálogo, a partir da Marcha Mundial das Mulheres (Sara Deolinda, 2010).

É possível perceber a imbricação desses processos também em trechos da fala de Raimunda Celestina de Mascena – na época coordenadora da CNMTR – em entrevista concedida a Berenice Gomes da Silva em 21/03/2007:

A danada daquela Carta⁷⁵ tinha milhões de assinaturas, nós colhemos assinatura por tudo quanto foi lugar [...] foi assim que nós começamos a Marcha das Margaridas e a vinculação dela com a Marcha Mundial das Mulheres veio daí. E como achamos a ideia muito boa, resolvemos fazer uma Marcha e que ela deveria se chamar das Margaridas. [...] Nós começamos a fazer juntas a Marcha Mundial, somos todas Marcha Mundial, nós não aderimos a ela, somos parte dela. A gente usava a expressão assim *grãos de arroz* para dizer que éramos muito parecidas, por que sofremos as violências que as mulheres sofrem, a pobreza que as mulheres vivem e a fome que as mulheres passam (Silva, 2008, p. 88-89).

A Marcha das Margaridas e a Marcha Mundial das Mulheres estão assim vinculadas por laços de dependência recíproca e de cooperação tácita, o que as inscreve numa figuração específica, nos termos de Norbert Elias, na qual pessoas se vinculam a outras

⁷⁵ Raimundinha está se referindo à *Carta das Mulheres Brasileiras*, reivindicando terra, trabalho, direitos sociais, autodeterminação e soberania, que foi entregue à ONU, em Nova Iorque, durante o ato da MMM, juntamente com um abaixo-assinado, no qual constavam 17 itens da pauta de reivindicações do movimento, com cerca de 5 milhões de assinaturas.

organizações, a outros movimentos e também a outros atores, sendo assim complexas e tensas. Essas tensionalidades analisarei no próximo capítulo.

A terceira condição que gostaria de ressaltar tem a ver com a capacidade de articulação e interlocução desenvolvida pelas mulheres ao longo do seu processo organizativo e que, posteriormente, foi fundamental para a formatação da Marcha. Desde a sua origem, os movimentos de mulheres rurais procuraram o diálogo com outras organizações, com outros movimentos. Muitas ONGs feministas já desenvolviam trabalhos formativos e tinham uma relação consolidada com alguns movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, desde o seu surgimento, a exemplo do SOS Corpo e MMTR-Sertão Central, em Pernambuco. Mas podemos citar o Centro Feminista 8 de março (CF8), em Mossoró-RN; a Casa da Mulher do Nordeste (CMN) em PE; e mesmo a própria SOF, sede da Marcha Mundial das Mulheres. Todas essas organizações são parceiras da Marcha das Margaridas e, com exceção da CMN, todas as outras compõem a sua coordenação ampliada. A fala de Sara Deolinda, assessora da Secretaria de Mulheres da Contag, expressa um pouco isso:

As mulheres tiveram uma [...] até porque como elas surgiram nesse cenário, tem a ver com um momento de emergência de novos movimentos, de uma certa quebra de um padrão, de uma visão política muito centralizada em disputas de classe, com a emergência de novos sujeitos e num contexto de diálogo, com interlocução com outros segmentos, então isso sempre marcou a trajetória das mulheres. Então hoje, quando você vê uma marcha com uma ampla parceria, aí você pode perguntar: o que é que a Contag hoje realiza em parceria? A Contag, enquanto entidade, o que é que ela realiza em parceria com outros movimentos? As mulheres realizam. Então a 1ª Plenária das mulheres que houve aqui [1997] foi uma plenária muito interessante, muito bonita, porque as mulheres buscaram em outros segmentos a cooperação, a participação [...]. Que outras mulheres, inclusive do movimento feminista, viessem aqui trazer as questões políticas das mulheres, e um dos nomes importantes, e aí eu vou citar um nome importante nessa história, é da Nalu [refere-se a Nalu Faria, coordenadora geral da SOF e integrante da Secretaria Nacional da Marcha Mundial das Mulheres]. A Nalu vinha aqui, veio desde a primeira plenária. Mas tinha a Rede Mulher de Educação, que tinha a Moema Viezze, [...] mas eu tô querendo dizer com isso é que as mulheres traziam uma riqueza muito grande, promoviam debates com interlocuções ampliadas, confissões as mais diversas, e não tinha naquele momento uma força assim, uma orientação com tanta força, de tendências, de segmentos políticos, entende? O diálogo era plural.

[...] Importante esse aspecto que eu estou ressaltando, esse dessa pluralidade, um movimento que nasce bem plural, com uma interlocução na sociedade com outros movimentos, ele nasce e se desenvolve num clima extremamente propício, porque as mulheres estão se manifestando, se organizando, o movimento feminista tem as suas [...] E o movimento de mulheres, porque nem todos [...]. Eu falo feminista,

mas não tem aqui nenhum rigor pra estar caracterizando uma coisa ou outra, tanto que se falava assim, às vezes: “Não, esse não é um movimento feminista, é um movimento de mulheres”, mas, enfim, tava pipocando o movimento de mulheres em todos os lados. Então esse aspecto é muito importante, primeiro dessa coisa plural, dessa interlocução, então as mulheres sempre fizeram isso, e isso era muito bacana.

Essa capacidade de articulação e interlocução, acima mencionada, e de interconexões dentro do próprio movimento, mas também com outros movimentos de mulheres e redes de movimentos feministas favorecem a expressão do mal-estar com as assimetrias de gênero, como a possibilidade de melhorar as relações de gênero no interior do próprio movimento sindical. Trechos da fala de Raimunda ilustram isso:

Foi uma luta grande, porque, pra construir toda essa Marcha, ela tinha todas essas coisas, mas, parte dessas coisas, ela não podia ser revelada, porque, se a gente revelasse que era pra fortalecer as mulheres, que era pra que dentro dessa organização as mulheres fossem respeitadas [...]. Fortalecer as mulheres dentro do movimento sindical, esse era o principal, e as mulheres só se fortalecem dentro do movimento sindical se a gente tiver uma ação com muita participação de mulheres, com a participação de muitas mulheres, aí, sim, eles nos respeitarão, enquanto não a gente não vai ser respeitada, porque a gente vai dizer que as mulheres estão participando, eles vão dizer que não, vão continuar fazendo as mesmas coisas, vão continuar repetindo as mesmas coisas que eles sempre fizeram, isso os homens [...].

Nós mulheres que começamos a refletir [...]. A Comissão de Mulheres da Contag, anteriormente, ela era uma incubadora onde as mulheres falavam de tudo, era o lugar, tipo assim, era o lugar seguro, aqui a gente faz, aqui a gente diz e fica aqui entre nós, um segredo nosso que a gente não vai abrir muito agora, porque, se a gente abrir, a gente vai ficar muito vulnerável, porque se hoje é forte a reação masculina com relação à organização das mulheres, no começo foi o triplo, era pior, muito pior, a reação era uma reação, assim, de repressão mesmo, você precisava ter muito cuidado com o que falava e onde falava e pra quem falava, não podia falar assim [...]. Pra você falar, pegar o microfone na Contag e falar, primeiro você tinha que ter construído com as mulheres primeiro, pra poder se fortalecer, senão era capaz de não ficar nem no mandato mais, era forte, muito forte, porque os homens achavam que as mulheres iam chegar, iam tomar o lugar deles, e elas iam fazer com eles o que eles faziam com as mulheres, ou seja, construir um mundo ao reverso, e aí a gente disse: nós precisamos fazer essa atividade, essa marcha, e vamos articular, chamamos várias organizações [...].

[...] Quando a gente começou a pensar, a gente disse, a gente não faz ela só [a Marcha], a gente vai precisar das outras organizações junto conosco [...]. Nós queríamos que as outras viessem juntas, porque só a gente não tinha muita fortaleza [...]. É possível construir uma grande caminhada, uma grande marcha, uma grande pauta, em torno das mulheres, que não só são mulheres do A, mulheres B, nem mulheres C, é o colorido do que são essas mulheres. Eu costumo dizer desde o ano de 2000, que a Marcha das Margaridas é de todas as mulheres, que tem todo o cheiro, todo os cabelos, então assim, digo isso pra expressar a *tamanha diversidade*

em que, eu acho, tá *no ideário*, está embrenhado, enrolado na ideia inicial dessa Marcha, sabe, assim, ter grandes redes de mulheres em diferentes lugares, ou seja, é uma grande teia né, essa coisa, acho que é uma coisa muito [...]. São muitas aranhas tecendo aí, fazendo o que nós queremos construir: um mundo de igualdade (Raimunda Mascena, 2010).

Lembro, ainda, uma frase da Carmen Foro, secretária de mulheres da Contag:

Que bom que a gente conseguiu sair dos muros da Contag e ir pra rua [...], que bom que a gente conseguiu construir uma organização nacional que tem fragilidades aqui, ali, mas a discussão da Marcha é feita com as mulheres (Carmen Foro, secretária de mulheres da Contag, 2010).

O que está implícito nas falas é a possibilidade da organização de mulheres, dentro de um movimento “misto”, construir autonomia ainda que não se trate de um movimento autônomo de mulheres, compreendendo “autonomia” na perspectiva de Tatagiba (2009, p. 68) como

A capacidade de determinado ator de estabelecer relações com outros atores (aliados, apoiadores e antagonistas), a partir de uma liberdade ou independência moral que lhe permita co-definir as formas, as regras e os objetivos da interação, a partir dos seus interesses e valores. Por essa chave, a autonomia não pressupõe ausência de relação, mas a disposição e a capacidade de participar com o outro sem perder certa “distância crítica” que permite colocar a própria relação como objeto de reflexão. Para isso, é preciso ter poder e, no caso dos movimentos, esse poder, entendido aqui como capacidade de mobilização, advém da força dos vínculos mantidos com a sociedade civil.

A autora utiliza-se de Melucci (2001) para afirmar que o poder dos movimentos sociais vem da sua inserção nas redes da vida cotidiana, e é justamente isso o que lhes permite a experiência do distanciamento e a reflexividade. Com isso, ela aponta a necessidade de a autonomia dos movimentos ser analisada com o foco direcionado às suas bases sociais, mais propriamente, do que em relação ao sistema político, o que sugere, no caso da Marcha das Margaridas, refletir sobre a mobilização e engajamento das mulheres na “base”. Afinal, a Marcha não existiria sem o engajamento de milhares de mulheres. E esse aspecto tem a ver com uma dimensão fundamental para entender a figuração específica que assumiu a Marcha das Margaridas: a dimensão emocional.

Percebi nos relatos, durante as entrevistas, e mesmo depois acompanhando as reuniões e as atividades que diziam respeito à Marcha, que as falas das mulheres dirigentes

expressavam também uma linguagem emocional, que teciam vínculos de identificação entre aquelas que experimentam ser dirigentes, lideranças, mulheres num espaço eminentemente masculino, como o movimento sindical. Essa linguagem parecia criar laços entre elas, mesmo quando divergiam nos posicionamentos ideológicos. Elas pareciam compartilhar uma “verdade” produzida desde a experiência vivida como mulheres dirigentes sindicais. O uso dessa linguagem tinha um efeito tático, uma intencionalidade, havia uma certa destreza na manobra das emoções, utilizada como recurso no sentido abordado por Bailey (1983). Assim, lembrar as dificuldades que as mulheres enfrentavam no seu cotidiano para realizar o trabalho político com outras mulheres; a batalha travada para garantir um espaço de audiência dentro do movimento; a violência que diziam sofrer⁷⁶; o julgamento moral feito pelos homens, que acionavam vários recursos para mostrar que elas eram menos competentes por serem mulheres; a desqualificação de suas falas; o “boicote” por elas sofrido em determinados espaços de decisão; o sentimento de ter sua autoestima abalada e os traumas físicos e psicológicos daí advindos, o que as faziam constatar sua condição (imposta) de inferioridade subalterna, gerando um sentimento de indignação (“nós sofremos muito preconceito, muita discriminação aqui nesse espaço”) e de que “algo precisava ser feito” para “mostrar a força e o poder das mulheres”.

E a gente pensou o seguinte: enquanto a gente não mostrar pra esses homens todos o tamanho, quem são essas mulheres, fazer essas mulheres falarem, a gente não vai ganhar aqui dentro dessa instituição, trazer como lugar, garantir a fala dessas mulheres e também e a organização, foi aí que nasceu a ideia da Marcha de 2000. A Marcha não nasceu de uma grande euforia [...], a Marcha surgiu pra garantir essa ideia-força, essa âncora da organização das mulheres.

[...] A ideia era assim, a gente vai deixar faixa, vai deixar dependuradas coisas no caminho, dizendo porque que a gente tá indo pra Brasília, é tipo assim, vamos romper com o silêncio que nós vivemos a vida inteira, agora é hora de a gente romper com ele e sair de porta a fora dos quintais de nossas casa e ir pra rua, nós vamos pra rua dizer o que nós queremos, que sociedade nós queremos, que mundo nós queremos para nós e para os nossos filhos [...].

⁷⁶ Durante a 4ª Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, a Secretaria de Mulheres realizou uma pesquisa (survey) com 530 das 700 mulheres dirigentes sindicais, ali presentes, sobre violência contra a mulher. O resultado apontou que 49% das entrevistadas diziam ter conhecimento de casos de violência no movimento sindical; 22,7% afirmaram que já haviam ocorrido casos de violência no seu sindicato; e 33,3% afirmaram ter sofrido violência em eventos e atividades do movimento – cantadas, piadas, ofensas, humilhações e até violência sexual. Percebi que esses dados são recorrentemente utilizados para atestar a desigualdade das relações de gênero no movimento sindical.

Então a gente precisava construir uma pauta de reivindicação das mulheres, com sentimento, com coração, com as proposições das mulheres, e a gente precisava trabalhar pra fortalecer as mulheres olhando tanto pra fora, pro mundo ver, quanto pra dentro, pro mundo sindical ver as mulheres (Raimunda Mascena, 2010).

A utilização de uma linguagem emocional nos termos a que me referi acima, apresentou uma certa eficácia, porque fez com que dirigentes e lideranças sindicais representantes em vários níveis de atuação, quer seja nos estados ou municípios, se sentissem motivadas a trabalhar na mobilização e na organização da Marcha, o que implicou a busca de “parcerias”. Era como se o acionamento de determinados recursos emocionais se propagasse em ondas nos vários níveis e esferas de atuação dessas mulheres.

Aliás, acompanhando as ações da Marcha das Margaridas 2011, percebi que a utilização de uma “retórica emocional” era recorrentemente utilizada para motivar as mulheres dirigentes sindicais a se engajarem na sua realização. Transcrevo a seguir parte de uma fala feita pela própria Raimundinha⁷⁷, dirigida às coordenadoras estaduais durante o curso de formação política para as mulheres, em 2010, como preparação para a Marcha que ocorreria no ano seguinte

O que era tarefa nossa aqui, quando chegamos à Contag [1998] [...], por isso que eu quero dizer pra vocês que nós entramos pela porta do fundo. Duas coisas foram, para nós, muito importantes. Primeiro, construir para as mulheres camponesas o respeito aqui dentro da instituição, porque havia um ensaio, mas a fala das mulheres e o reconhecimento enquanto mulheres, sujeito mulheres era muito complexo, as mulheres falavam e os homens rodavam nas cadeiras [...]. Ou seja, qual era a tarefa nossa, forte? Construir o respeito, a fala e o poder das mulheres, porque se tu não me respeita quando eu estou me apresentando, provavelmente, tu não respeitará as outras coisas. Essa era uma primeira. A segunda coisa da experiência aqui, muito forte, foi construir essa história da fala das mulheres e garantir a organização, dar corpo orgânico às comissões estaduais e à Comissão Nacional, garantir para as mulheres um lugar seguro.

Não sei se isso é muito verdadeiro, mas assim, nessa experiência, foi uma experiência rica para mim, foi uma experiência que me fez aprender muito, foi uma experiência que me fez sofrer muito, foi uma experiência onde eu ri muito, mas eu chorei muito, inclusive, continuo ainda [...]. Por isso que eu acho que o meu corpo entra num estado de tensão muito grande, porque eu sempre tive dificuldade com a autoridade do meu pai, porque eu enfrentei o papai pra usar calça curta, pra cortar o cabelo, pra namorar e pra poder dizer pra ele que eu não ia trabalhar do tanto dele pra ganhar menos que ele, ou eu ia pra ganhar o

⁷⁷ Nesse momento, Raimundinha não mais pertencia aos quadros dirigentes da Contag.

mesmo tanto ou eu não ia. Então assim, eu sempre tive dificuldade com autoridade masculina, e aqui é um espaço onde autoridade, nesse momento, eu não sei agora, porque eu não estou vivendo aqui agora, mas nessa época de 98 até 2000 e lá vai pra frente, a autoridade masculina, nessa organização, ela era muito forte. A voz dos homens aqui, por menor que representasse o homem, ela ainda era maior do que a voz das mulheres, e os homens ainda, eles diziam construir a democracia, só que quem dizia quem ficava e quem saía era a voz masculina (Raimunda Mascena, 2010).

Compreendi que emoções são suscitadas pela experiência de ser dirigente e liderança mulher no espaço sindical, configurando uma determinada gramática das emoções⁷⁸ que, ao expressar esses sentimentos, não apenas ilumina aspectos da organização política (COELHO, 2010), tal como a vivência das relações de poder no interior do movimento sindical, como motiva o engajamento dessas mulheres, assim posicionadas, na realização de uma ação coletiva como a Marcha das Margaridas.

A evocação do sofrimento como expressão da “luta”⁷⁹, travada cotidianamente para conseguir realizar a Marcha, revela também a “coragem” para o enfrentamento, e o “prazer” e a “alegria” de vê-la realizada. As falas são repletas de referências às emoções, que se expressam não apenas nas palavras, mas na entonação da voz, nos gestos, nos choros.

O que é bom de tudo isso, dessa construção interna, é que não é só isso, não é uma mobilização para trazer gente, é uma puta oportunidade que a gente tem de conversar sobre coisas que parecem que não é da área sindical, macro, uma estratégia [...]. Então, assim, a oportunidade de a gente conversar sobre coisas [...] é como se as mulheres estivessem falando, imagine todas as mulheres falando de todos os lugares, estados, de todas as comunidades [...]. Elas querem contar a vida delas naquele lugar que elas moram, elas querem discutir que aqui na minha comunidade eu posso ter um atendimento à saúde, eu posso isso, eu posso aquilo, motiva elas, isso motiva, porque isso é a vida, é muito real [...]. Por isso que a Marcha transforma, tem transformado, é porque é um momento, é um tempo de olhar só pras mulheres, de olhar só pras mulheres tanto dentro de suas casas, no seu trabalho, mas olhar para as mulheres também dentro do movimento sindical (Carmen Foro, secretária de mulheres da Contag, 2010).

A Marcha é envolvida de afeto e emoção, e a presença dos afetos é parte da dinâmica da vida política, trazendo efeitos significativos para as interações. Ela se constitui

⁷⁸ Ao acompanhar as ações da Marcha em vários espaços, inclusive nos espaços “não sindicais”, percebi que outras gramáticas emocionais são acionadas para justificar o engajamento das mulheres na Marcha, porém elas encontram-se relacionadas. Esse aspecto será enfatizado em capítulo posterior deste trabalho.

⁷⁹ Sobre os múltiplos significados do termo *luta* no cotidiano dos trabalhadores rurais, ver Comerford (1999, capítulo 1).

numa situação política e social específica, em que emoções são expressas, assumindo uma forma coletiva (ABU-LUGHOD; LUTZ, 1990). Para que ela aconteça, não é suficiente invocar princípios de direitos da cidadania violada, mas convocar as emoções:

Estar na Marcha tem que ter o coração na mão, tem que ter coragem, criatividade, tem que ter muita alma, um jeito diferente que as mulheres têm de fazer as coisas [...] quando você sente e você fala, você toca em alguém, dali vai sair alguma coisa legal, [...] tem que tocar o coração, não tem como, essa discussão fria: precisa trazer tantos ônibus, isso não funciona, tem que ter um grau de envolvimento, tem que ter um grau de pertencimento, um grau de pertencimento das mulheres da base, e o que é mais bonito é assim, tem mulheres de outros movimentos, as mulheres perdem o controle do movimento em geral, perde o controle (Carmen Foro, secretária de mulheres da Contag, 2010).

Perceber a capacidade da Marcha em mobilizar uma carga de emoção profunda, fez-me ficar atenta a essa dinâmica emocional que me interpelava o tempo todo, e que será objeto de análise em capítulo posterior.

Em suma, a figuração que tracei para posicionar a Marcha das Margaridas incorpora, como procurei mostrar, um conjunto de relações que gravita em torno do movimento sindical, e adentra o universo da organização das mulheres, incorporando a experiência e o ponto de vista daquelas dirigentes que protagonizaram a construção da Marcha; além de incorporar os vínculos que essas mulheres estabeleceram com organizações e lideranças feministas. Tal figuração foi favorecida por uma conjugação de condições sociais, marcadas por uma conjuntura favorável, pela inflexão dos sindicalistas (homens) no interior do movimento sindical, pela capacidade de articulação desenvolvida pelas mulheres e pelo engendramento de uma dinâmica emocional que impulsionou o engajamento das mulheres.

E assim, a primeira Marcha aconteceu... E, ao término, as mulheres já sabiam que haveria outras, como relata Raimunda:

Então, assim, quando terminou a 1ª Marcha, o ato em si, seis horas da tarde terminou, a gente já sabia que haveria outra, porque as mulheres já gritavam: no próximo ano nós tamo aqui de novo, nós vamos voltar, a gente volta, porque foi uma energia muito bacana que rolou na Marcha assim, quando as mulheres foram se vendo, se encontrando, sabendo que todas eram de diferentes lugares, elas construíram, construímos juntas a caminhada pra chegar até aqui, não a caminhada,

a caminhada só de entrar nos ônibus, mas os passos que nós pensamos, assim, que nós conversamos, porque todas as mulheres sabiam falar o que era a Marcha, né, diferente a metodologia, completamente diferente das ações que a Contag vinha fazendo, e foi muito bacana, porque ninguém disse que a gente tinha que fazer outras marchas e, ao mesmo tempo, todo mundo disse que a gente agora ia fazer marcha [...] (Raimunda Mascena, 2010).

Desde então, a Marcha das Margaridas passou a acontecer a cada três anos. A partir do último Congresso da Contag, em 2009, ficou deliberado que ela passaria a ocorrer a cada quatro anos, coincidindo com o primeiro ano de governo do presidente eleito, de modo a permitir um acompanhamento e monitoramento dos pontos negociados durante a Marcha. Assim, ocorreram a Marcha de 2003, a Marcha de 2007 e, em 2011, a 4ª Marcha das Margaridas, cuja estrutura organizativa e conteúdo descrevo a seguir, no próximo capítulo.

Figura 2 – Cartaz da Marcha das Margaridas 2000



Fonte: Contag, 2000.

Figura 3 – Marcha das Margaridas 2000



1ª Marcha das Margaridas - contra a fome, a pobreza e a violência sexista.

Fonte: Contag, 2000. Foto de César Ramos.

Figura 4 – Marcha das Margaridas 2000, caminhada em Brasília. Ala da frente



Fonte: Ferreira & Bonan, 2005. Foto de Cláudia Ferreira.

Figura 5 – Marcha das Margaridas 2000, caminhada em Brasília. Ala das panelas



Fonte: Ferreira & Bonan, 2005. Foto de Cláudia Ferreira.

Figura 6 – Marcha das Margaridas 2000, caminhada em Brasília. Ala das flores



Fonte: Ferreira & Bonan, 2005. Foto de Cláudia Ferreira.

Figura 7 – Marcha das Margaridas 2000, caminhada em Brasília. Ala das cruzes.



Fonte: Ferreira & Bonan, 2005. Foto de Cláudia Ferreira.

Figura 8 – Marcha das Margaridas 2000. Concentração em frente ao Congresso Nacional



Fonte: Ferreira & Bonan, 2005. Foto de Cláudia Ferreira.

Figura 9 – Cartaz da Marcha das Margaridas 2003



Fonte: Contag, 2003.

Figura 10 – Marcha das Margaridas 2003: caminhada



Fonte: Contag, 2003. Foto de Augusto.

Figura 11 – Marchante usa chapéu idealizado para a Marcha das Margaridas



Fonte: Contag, 2003. Foto de Augusto.

Figura 12 – Marcha das Margaridas 2003: caminhada e o colorido das faixas e bandeiras



Fonte: Contag, 2003. Foto de Augusto.

Figura 13 – Banner gigante e foto lembram os 20 anos da morte de Margarida Alves



Fonte: Contag, 2003. Foto de Augusto.

Figura 14 – Bandeira da Marcha das Margaridas 2003



Fonte: Contag, 2003. Foto de César Ramos.

Figura 15 – Marcha das Margaridas 2003. Concentração em frente ao Congresso Nacional



Fonte: Contag, 2003. Foto de César Ramos.

Figura 16 – Cartaz da Marcha das Margaridas 2007



Fonte: Contag, 2007.

Figura 17 – Marcha das Margaridas 2007: mulheres marcham contra a violência



Fonte: Contag, 2007. Foto de Gustavo Stephan.

Figura 18 – Marcha das Margaridas 2007: caminhada pela paz e contra a violência



Fonte: Contag, 2007. Foto de Gustavo Stephan.

Figura 19 – Marcha das Margaridas 2007. Bandeira



Fonte: Contag, 2007. Foto de César Ramos.

Figura 20 – Marcha das Margaridas 2007: caminhada – faixas, bandeiras e boneca gigante



Fonte: Contag, 2007. Foto de César Ramos.

Figura 21 – Marcha das Margaridas 2007. Concentração na Esplanada dos Ministérios



Fonte: Contag, 2007. Foto de César Ramos.

Figura 22 – Cartaz da Marcha das Margaridas 2011



Fonte: Contag, 2011.

Capítulo 3

Explorando o campo político!

A Marcha das Margaridas configura um espaço relacional cuja delimitação é dada pela relação dos sujeitos que o constitui, tornando-o dinâmico e processual. Para entender a configuração desse espaço, utilizo como ferramenta teórica os conceitos de “campo político” e “arena” do antropólogo Marc Swartz (1994 [1966]). Com isso, estou levando em conta que a existência da Marcha, as suas escolhas e as suas trajetórias são marcadas não apenas pelo contexto em que ocorre, mas pela relação que ela estabelece com diversos atores sociais e políticos.

Ao tomar a Marcha como um *campo* político, estou considerando que ela engendra processos políticos, tal como definido pelo próprio Swartz (1994 [1966]), para quem tais processos se definem por serem públicos, orientados segundo metas definidas e que envolve um poder diferenciado dos indivíduos dos grupos envolvidos no processo. Assim, tomada como um *campo*, a Marcha é compreendida como um “campo de tensão”, que se movimenta num “continuum espaço-temporal” (SWARTZ, 1994 [1966]), p. 105), passível de contração ou expansão conforme a entrada e saída de atores, ou as mudanças nas atividades de interação, uma vez que a delimitação do *campo* é definida pelo interesse e envolvimento dos participantes no processo político estudado,

A Marcha das Margaridas tem seu surgimento associado ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, movimento este vinculado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Entretanto, ela é composta por um conjunto de movimentos de mulheres, movimentos feministas, associações, centrais sindicais e entidades, articuladas com o objetivo de reivindicar, propor e garantir às mulheres do campo e da floresta direitos sociais, econômicos, políticos, sexuais e reprodutivos, mobilizando e aglutinando em torno de sua pauta de reivindicações indivíduos que, de uma forma ou de outra, se reconheçam a partir da identidade de gênero que constitui o sujeito desse movimento.

O conjunto de movimentos e organizações que compõem hoje a Marcha das Margaridas é referido e se autorrefere como “entidades parceiras” em relação à Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag (CNMTR), que exerce, por meio da Secretaria de Mulheres dessa entidade, o papel de coordenação geral do movimento. Cada uma dessas entidades, de acordo com o seu caráter, apresenta formatos organizacionais e atividades próprias, e assim resguardam a sua especificidade e demarca o seu espaço, como “parceiras”⁸⁰. A CNMTR e as entidades parceiras compõem a Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas. Assim, embora surgida no interior do movimento sindical, a Marcha, como movimento específico, se constitui num campo misto, formado por atores com formatos e identidades institucionais variadas, que se encontram articulados numa rede de relações, mesmo apresentando uma forma organizacional, objetivando reunir e orientar a atuação de todos os grupos que dela fazem parte.

Assim como o faz Facchini (2005, p. 72), a utilização do conceito de *rede*, na forma como aparece neste trabalho, refere-se a um “instrumento aplicado à análise e descrição de processos sociais que envolvem conexões⁸¹ que transpassam os limites do movimento”. No caso do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, utilizado apenas para identificar os atores que compõem o campo, e não para captar os “conflitos e contradições” no interior do movimento que configura a Marcha. O conceito de *campo*, por outro lado, se apresenta com uma flexibilidade tal que permite a “percepção de processos de aliança e conflito entre atores e alterações na composição do campo, além de permitir a captação da diversidade existente em seu interior e não atribuir a ele nenhum valor ou missão estabelecidos *a priori*” (FACCHINI, 2005, p. 72).

⁸⁰Utilizarei, no decorrer desta tese, o termo “parceira” ou “entidade parceira”, como uma categoria interna ao “campo”, para me referir a esse grupos que estão diretamente envolvidos na Marcha, mas que não fazem parte do universo sindical, independente da sua estrutura ou formato institucional. .

⁸¹Facchini (2005) se utiliza do conceito de “conexões ativas”, cunhado por DOIMO (1995), para abordar as relações entre os diversos atores envolvidos no campo.

O termo *parceria* define a relação entre a Contag e os demais grupos/organizações e pressupõe interesse e compromisso de ambos os lados. Isto significa que a Marcha das Margaridas deve conter, na sua pauta de reivindicações, as políticas demandadas pelas entidades parceiras e estas devem se propor, adequadamente, a colaborar, e ambos devem honrar os compromissos assumidos.

O *campo* político configurado pela Marcha é um campo híbrido, misto, no qual existem atores com vários formatos institucionais, grupos, movimentos e organizações que conformam um “campo rico de tensões” entre diversas polaridades que “devem ser articuladas de alguma maneira”. Esses atores não são fixos. A cada Marcha, uns permanecem, outros saem, outros entram, outros retornam, o que a torna um campo flexível.

Segundo Swartz (1994 [1966]), ao caracterizar o campo, devemos considerar a dimensão histórica para que seu estado atual possa ser entendido na perspectiva dos seus antecedentes. Levando esse aspecto em consideração, procurei fazer uma incursão pelas Marchas das Margaridas anteriores, a partir dos materiais produzidos, impressos apenas, ou publicados, de circulação interna ou pública, utilizados para os mais diversos fins (divulgação, comunicação, formação política, mobilização).

Quando surgiu, no ano 2000, a Marcha das Margaridas se apresentava como uma ação em adesão à Marcha Mundial das Mulheres. Em alguns dos seus materiais de divulgação, os textos anunciam:

As trabalhadoras rurais de todo o Brasil estarão mobilizadas no dia 10 de agosto, para participarem da Marcha das Margaridas – A Marcha das Margaridas contra a fome, a pobreza e a violência. A manifestação será a maior ação nacional de massa da história das mulheres do MSTTR. A proposta é reunir 20 mil companheiras em Brasília. A Marcha das Margaridas fará parte das muitas mobilizações que ocorrerão em todo o mundo, neste ano, formando a *Marcha Mundial das Mulheres 2000 – contra a pobreza e a violência sexista* (Boletim informativo Marcha das Margaridas).

A Marcha será a maior mobilização de mulheres trabalhadoras rurais realizada no Brasil. Está prevista a participação de cerca de 20.000 pessoas. As trabalhadoras rurais sairão às ruas para protestar contra a fome, a pobreza e a violência sexista. *Esta ação de massa faz parte das atividades da Marcha*

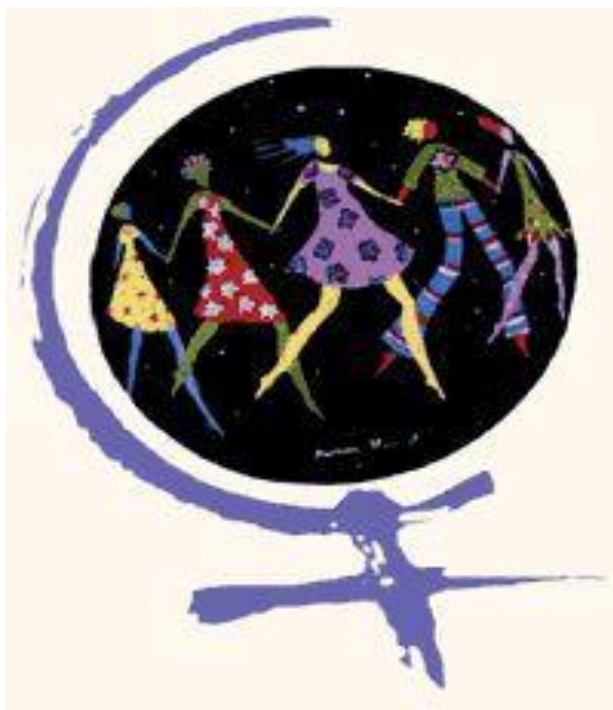
Mundial das Mulheres 2000 no Brasil (Informações sobre a Marcha das Margaridas – circulação interna).

A Marcha das Margaridas é uma mobilização de 20 mil trabalhadoras rurais em adesão à marcha Mundial das Mulheres 2000, que acontecerá no dia 10 de agosto, em Brasília. Esta iniciativa é da Contag, que reúne 25 federações estaduais e 3.640 sindicatos de trabalhadores rurais em todo o território nacional, por entender que a Marcha Mundial das Mulheres soma-se à luta das trabalhadoras rurais pela equidade de gênero e por uma sociedade mais justa, que respeite os direitos humanos (Documento que compõe a Pauta de reivindicações entregue ao Governo Federal).

Para protestar contra o atual modelo de desenvolvimento globalizado e neoliberal – que promove a exclusão social, a discriminação, a violência e a desigualdade de gênero – nós, *trabalhadoras rurais, aderimos à MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES*. Imbuídas do espírito de luta da ex-líder sindical Margarida Maria Alves – assassinada a mando de latifundiários e usineiros do “Grupo da Várzea”, em 1983, em Alagoa Grande/PB – saímos às ruas da capital federal, Brasília, neste dia 10 de agosto, para fazer a maior mobilização nacional de mulheres trabalhadoras rurais já registrada na história deste país – A MARCHA DAS MARGARIDAS (Documento que compõe a *Pauta de Reivindicações* entregue ao Governo Federal).

A Marcha, neste momento, era configurada como uma ação em adesão à Marcha Mundial das Mulheres. Raimunda de Mascena era a coordenadora da então Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadora Rurais, e vinculada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), que tinha, à época, a Contag como uma de suas entidades filiadas. A consigna adotada pela Marcha das Margaridas nesse ano foi praticamente a mesma da Marcha Mundial das Mulheres: *2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista*. No caso da Marcha das Margaridas, foi acrescentada a esta consigna a palavra “fome”. Ainda não havia um logo definido, em algumas publicações era utilizada a mesma logo da MMM, em outras era impressa a figura de uma margarida dentro de um círculo, e em outras a logo da MMM aparecia estampado no miolo de um margarida, cujo pêndulo, juntamente com a folha, era uma representação do símbolo do sexo feminino.

Figura 23 – Logo da Marcha Mundial das Mulheres



Fonte: Marcha Mundial das Mulheres, 2012.

Figura 24 – Logo da Marcha das Margaridas 2000



Fonte: Contag, 2000.

Figura 25 – Símbolo da Marcha das Margaridas 2000



Fonte: Contag, 2000.

A forma organizativa, na primeira Marcha das Margaridas, não era composta por coordenações. Dizia-se, em algumas publicações, que ela era organizada pela Contag, em conjunto com entidades parceiras. De fato, as poucas publicações que encontrei referentes à Marcha de 2000, a Contag, a CUT, o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), o Movimento de Luta pela Terra (MLT), a União Brasileira de Mulheres (UBM), o Conselho Nacional de Seringueiros⁸² (CNS) e o Movimento Nacional de Mulheres Quebradeiras de Coco⁸³ (MNMQC) apareciam como entidades promotoras; enquanto que a Sempre Viva organização Feminista (SOF), a Associação Agroecológica Tijupá, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e a OXFAM como entidades apoiadoras. Como entidades promotoras, apareciam os movimentos e as entidades de representação, e como apoiadoras as ONGs. Nesse momento, a Contag, por intermédio da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, não aparecia como coordenadora, e sim como organizadora de uma ação proposta por ela própria, e em nome da qual passa a realizar um trabalho de articulação envolvendo

⁸² Apesar de manter a mesma sigla, o CNS, hoje, se intitula Conselho Nacional de Populações Extrativistas.

⁸³ Atual MIQCB (Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco do Babaçu).

movimentos, entidades e Ongs com as quais já estabelecia uma relação, e que passam a se envolver nessa ação, também, como organizadores ou apoiadores. Nesse sentido, parece-me que esse trabalho de articulação se deu de uma forma mais horizontalizada.

Em 2003, ainda com Raimunda de Mascena à frente da Comissão Nacional de Mulheres da Contag, a Marcha das Margaridas já apresenta algumas modificações na sua definição, bem como na configuração. Na cartilha publicada para subsidiar a sua discussão na “base” do movimento, ela é definida como “um grande processo de animação e mobilização das trabalhadoras rurais em todos os estados brasileiros”, e não mais como uma ação em adesão à Marcha Mundial das Mulheres, ainda que tal adesão apareça nos relatórios de circulação interna como uma estratégia para sua construção. A sua consigna continua a mesma do ano 2000: *2003 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista*. Em atas de reuniões que a antecederam, já é mencionada a preocupação em unificar a sua logo, imprimindo-a em todos os espaços e materiais do MSTTR. Entretanto, é a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais quem adota uma logo própria. Guardando semelhança com a da MMM, a logo da CNMTR acaba sendo impressa em todo o material da Marcha das Margaridas, imprimindo-lhe a sua marca.

Figura 26 – Logo da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais



Fonte: Contag, 2003.

A forma organizativa, nesta Marcha (2003), já apresenta uma pequena modificação, mas não, ainda, uma estrutura definida. Alguns documentos de circulação interna fazem referência à formação de uma coordenação nacional, de coordenações regionais e de coordenações estaduais, como uma estratégia para a construção da Marcha. Os documentos não deixam clara a composição dessas coordenações. Efetivamente, tal estratégia só irá se consolidar na Marcha de 2007. No texto-base para subsidiar o debate político com as mulheres, a coordenação nacional da Marcha das Margaridas aparece dividida em entidades promotoras e entidades apoiadoras. Como promotoras, são nomeadas a Contag, as Federações dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGs), os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), a CUT, o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), o Movimento de Luta pela Terra (MLT), a Secretaria de Mulheres do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) e o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB); e como entidades apoiadoras são citadas a Casa Lilás⁸⁴, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o ESPLAR⁸⁵, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), o Fórum Carajás⁸⁶, as Loucas de Pedra Lilás⁸⁷, Marcha Mundial das Mulheres no Brasil, a Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe (REDE LAC)⁸⁸ e Sempre Viva Organização Feminista (SOF). No documento, contendo a pauta de reivindicações, acrescenta-se as entidades apoiadoras: a OXFAM, a CÁRITAS⁸⁹, a

⁸⁴ *A Casa Lilás é uma cooperativa interdisciplinar de capacitação e assessoria, fundada em 1999, a partir da experiência de profissionais e militantes do movimento de mulheres, atuando no Ceará, na capacitação e formação de mulheres.*

⁸⁵ O ESPLAR é um centro de pesquisa e assessoria, uma ONG que atua em municípios do semiárido cearense, desenvolvendo atividades voltadas para a agroecologia, direcionada à agricultura familiar

⁸⁶ O Fórum Carajás é um fórum composto por entidades do Maranhão, Pará e Tocantins, criado em 1992, com a finalidade de acompanhar as políticas de projetos para a Região do Carajás. Realiza atividades de sensibilização da opinião pública e formação de lideranças, visando ao fortalecimento do Movimento Popular para uma intervenção mais qualificada nas políticas públicas.

⁸⁷ Loucas de Pedras Lilás é um ONG formada por mulheres, fundada em 1996, com sede em Recife-PE, que promovem, por meio do teatro (e com humor), reflexões sobre as relações entre homens e mulheres, ou sobre questões urgentes como educação sexual e reprodutiva, prevenção e combate à violência contra a mulher, entre outras.

⁸⁸ Consolidada em 1996, a REDELAC, com sede em Recife, articula diferentes grupos, organizações e movimentos de mulheres rurais da América Latina e Caribe, e se propõe a atuar na defesa dos direitos dessas mulheres, contribuindo, assim, para a eliminação de todas as formas de violência e violação que as inflija.

⁸⁹ A Cáritas Brasileira é uma ONG que compõe a Rede Cáritas Internacional, e abrange 165 países e territórios. Ela é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), é reconhecida como entidade de utilidade pública federal. Fundada no Brasil em 1956, conta com 176 entidades-membro espalhadas por todo o país e atua em 12 regionais: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito

Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE)⁹⁰, o Fundo SAAP⁹¹, a Fundação BÖLL⁹², a Christian Aid⁹³, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o UNIFEM⁹⁴, o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Entretanto, na cartilha publicada para divulgar e informar a Marcha das Margaridas 2003 e orientar os passos para a sua construção, a Contag, as FETAGs, os STRs e a CUT aparecem como promotoras, com a participação do MMTR-NE, o MLT, o CNS, a CPT e o MIQCB, e como apoio aparecem a MMM, a SOF, a FASE e ESPLAR, o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural e o Projeto Crédito Fundiário, ambos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A flexibilidade do campo pôde ser percebida tanto no que se refere à saída e a entrada de novos atores, quanto aos papéis assumidos por esses atores dentro do campo, conforme o contexto ou a demanda, de modo que alguns deles aparecem, ora como entidades promotoras, ora como participantes. Outros aparecem como apoiadores em determinados contextos e, em outros, não. Em relação à Marcha de 2000, sai do campo a UBM e a Associação Tijupá, e entram as federações, os sindicatos, a CPT, a Casa Lilás, o Esplar, o Fórum Carajás, as Loucas de Pedra Lilás, a Rede LAC, a CÁRITAS, o CESE, a BÖLL, a

Santo, Norte II (Amapá e Pará), Maranhão, Piauí, Ceará, Nordeste II (Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte) e Nordeste III (Bahia e Sergipe).

⁹⁰ A CESE é uma entidade filantrópica criada em 1973, composta, institucionalmente, por igrejas cristãs, que atua no fortalecimento das lutas dos movimentos sociais, apoiando projetos de organizações populares. Ela tem como organizações prioritárias os movimentos sociais populares, associações, sindicatos, grupos de base, cooperativas, fóruns e articulações, organizações não-governamentais de apoio e assessoria ao movimento popular, organizações ecumênicas, setores da diaconia e ação social das igrejas. (<http://www.cese.org.br/site/conheca-a-cese/sobre-a-cese/>).

⁹¹ O SAAP é um Serviço de Análise e Assessoria a Projetos, por intermédio do qual são direcionados fundos de apoio a pequenos projetos. O SAAP é uma das atribuições da FASE.

⁹² A Fundação Heinrich Böll é uma ONG alemã, cujos princípios fundamentais estão assentados na ecologia, sustentabilidade, direitos humanos, autodeterminação, justiça social e democracia, com ênfase na democracia de gênero. Um dos objetivos centrais da Fundação Böll é o apoio e a promoção de processos de democratização. (<http://br.boell.org/>).

⁹³ Christian Aid é uma agência que representa 42 igrejas protestantes e ortodoxas do Reino Unido e da República da Irlanda. Ela atua em cerca de 50 países, entre eles, o Brasil, sendo sua ação voltada para as populações que sofrem as consequências da pobreza e da desigualdade. (<http://www.christianaid.org.uk/>).

⁹⁴ O UNIFEM é o Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Mulheres. Este fundo é direcionado ao apoio financeiro e técnico de programas e estratégias que visem a promover o empoderamento das mulheres e a igualdade de gênero.

Cristhian Aid, o IICA, o UNIFEM, a MMM e algumas instituições do Governo Federal, como a SPM, o NEAD e o Projeto Crédito Fundiário. A referência às federações e sindicatos como promotores da Marcha, assim como à Marcha Mundial das Mulheres como apoiadora já indica um processo de institucionalização da Marcha das Margaridas como uma ação da Contag e não mais como uma ação em adesão à MMM, mas independente dessa. Cresce o número de entidades apoiadoras, com a participação de agências de cooperação internacional ligadas à Igreja e com a incorporação de algumas agências estatais, algo relevante visto que indica uma mudança na relação com o Estado, fruto de uma conjuntura marcada pelo primeiro ano de um governo popular, o Governo Lula, saudado pelos movimentos sociais por significar a possibilidade de avanço das mobilizações populares, e a inauguração de uma espécie de era pós-neoliberal, em contraposição ao dito governo neoliberal do presidente anterior, Fernando Henrique Cardoso.

Grosso modo, é possível observar que às entidades promotoras cabe a função de mobilização, tanto do ponto de vista da mobilização dos recursos que viabilizem a ida das mulheres à Brasília, quanto à articulação e mobilização política dessas mulheres. O apoio pode se dar e ser entendido de diversas formas, assim, por exemplo, é possível considerar a composição da Marcha das Margaridas: “O Canto das Margaridas”, lançado em 2003, pelas Loucas de Pedras Lilás como um apoio. Entretanto, de um modo geral, ele consiste tanto na colaboração em relação à elaboração de materiais (cartilhas, texto-base para o debate político, pauta de reivindicações etc.), quanto no auxílio à formação política, principalmente de mulheres dirigentes e lideranças, subsidiando e introduzindo reflexões importantes, visando qualificar essas mulheres para o debate político nos seus mais diferentes níveis de atuação. Ou ainda, na assessoria à reflexão política que envolve a discussão dos eixos, objetivos, caráter, estratégias e propostas para a pauta de reivindicações. O apoio inclui também a captação de recursos financeiros para viabilizar a construção e a efetivação da ação.

Em 2007, com Carmen Foro à frente da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR), ocorreu a 3ª Marcha das Margaridas. Carmen Foro, na época era vice-presidente da CUT, cargo que volta a assumir em 2012. Num processo que já havia sido iniciado em 2003, a Marcha

das Margaridas se expressa mais nitidamente como uma ação do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, capitaneada pela Contag e envolvendo toda a sua estrutura sindical.

A Marcha das Margaridas já faz parte da agenda permanente do sindicalismo rural brasileiro e do movimento de mulheres. Realizada de três em três anos, esta ação é organizada pela Contag, Fetags, STTRs e CUT, em parceria com os Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR-NE, MIQCB, CNS, MAMA), movimentos e redes de mulheres de âmbito internacional (Marcha Mundial das Mulheres, REDE LAC, COOPROFAM) e outras organizações colaboradoras e apoiadoras” (CONTAG, 2007, p. 6).

A Marcha das Margaridas é uma ação estratégica das trabalhadoras rurais para garantir e ampliar as conquistas das mulheres do campo e da floresta. É um processo amplo de mobilização em todos os estados do país, promovido pelo Movimento Sindical das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais (MSTTR): Contag – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura; 27 FETAGs – Federações de Trabalhadores na Agricultura; 4.100 STTRs – Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e CUT – Central Única dos Trabalhadores, em parceria com movimentos de mulheres e movimentos feministas (Pauta de Marcha das Margaridas, 2007).

A forma organizativa da Marcha das Margaridas já apresenta a sua configuração atual. Ela apresenta uma coordenação geral, exercida pela representante da CNMTR junto à Contag, e uma coordenação ampliada. Esta última, além da coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, é composta por representações regionais escolhidas entre as coordenadoras das comissões estaduais de mulheres. A escolha é feita por região geográfica, pelas próprias coordenadoras que compõem a região. Além dessas, integram ainda tal coordenação as entidades parceiras e a direção da Contag. Os materiais publicados, entretanto, não são assinados pela Coordenação Ampliada. Alguns, como o *Caderno de textos para estudo e debates* é assinado apenas pela CNMTR; em outros, precisamente, as publicações como folders, cartazes, cartilhas etc., consta como promotoras da Marcha a Contag, as Fetags, os STRs e a CUT, como parcerias, o MMTR-NE, o MIQCB, o CNS, a MAMA⁹⁵, a REDELAC, a COOPROFAM⁹⁶ e o MMM. Como apoio, aparece impresso no folder⁹⁷, contendo a programação da Marcha, a OXFAM, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Banco do Nordeste, Petrobrás, Secretaria de Políticas para Promoção da Igualdade Racial,

⁹⁵ Movimento Articulado das Mulheres da Amazônia.

⁹⁶ Coordenadora de Organizaciones de Productores Familiares Del MERCOSUR.

⁹⁷ O fôlder é escrito em três línguas: português, inglês e espanhol

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Projeto Dom Hélder Câmara/MDA/FIDA⁹⁸, com a logo do governo federal.

O campo configurado pela Marcha das Margaridas assume uma formatação mais verticalizada à medida que é cada vez mais consolidada como uma ação da Contag, e incorporada à sua estrutura. A relação entre a CNMTR, as Ongs e movimentos que fazem parte desse campo fica cada vez mais definida como uma relação de parceria, não obstante elas sejam parte da composição da Coordenação Ampliada. Aliás, a participação das organizações não governamentais e das agências de cooperação se tornam menor, ao menos em âmbito nacional, enquanto que aumenta a participação de agências estatais, principalmente na qualidade de apoiadoras. O apoio é definido pelo aporte de recursos financeiros, físicos (infraestrutura), ou mesmo humanos, que essas agências canalizam para a realização da Marcha. Nesse ano, além da manifestação pública, propriamente, dita, a Marcha incluiu um conjunto de atividades como a feira solidária, conferências, debates, apresentações culturais, o que implicou num aporte de recursos ainda mais elevado. Houve uma chamada maior para a participação de categorias urbanas. A Coordenação Ampliada da Marcha, em resposta a um questionamento feito pela representante da CNS, com o apoio dos outros movimentos, passa a nomear o sujeito da marcha não mais como “trabalhadoras rurais”, mas como “mulheres do campo e da floresta”

Em 2011, ainda com Carmen Foro à frente da agora Secretaria de Mulheres da Contag⁹⁹, ocorreu a 4ª Marcha das Margaridas, numa conjuntura marcada pelo primeiro ano de mandato do governo Dilma, sucessora de Lula e primeira mulher presidente da República. É também o primeiro ano de mandato de Agnelo Queiroz como governador do Distrito Federal, que, assim como Dilma, também se elegera pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Esses elementos conjunturais são importantes para que se compreenda a relação da Marcha

⁹⁸ “O Projeto Dom Helder Câmara é uma ação operacional descentralizada do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no Nordeste, iniciado em 2001, a partir de um acordo de Empréstimo Internacional firmado entre a República Federativa do Brasil e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA, e de uma doação do Fundo Mundial para o Meio Ambiente – GEF. Fundo Internacional de Desenvolvimento agrícola” (<http://www.projeto domhelder.gov.br>).

⁹⁹ A transformação de Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais em Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais foi aprovada no 10º Congresso da Contag, em 2009.

das Margaridas com o Estado, também abrigado pela rede de relações que se estabelece no *campo*. Aspecto que focalizarei mais adiante.

Nas publicações lançadas, a Marcha das Margaridas passa então a ser definida como “Uma ação estratégica das mulheres do campo e da floresta que integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR e de movimentos feministas de mulheres” (Contag, 2011, p. 7) e “Uma ação estratégica das mulheres do campo e da floresta para conquistar visibilidade, reconhecimento social e político e cidadania plena” (*ibidem*).

A ênfase recai sobre a Marcha como uma ação das mulheres do campo e da floresta, nomeação reivindicada na Marcha de 2007, mas que ganha força e concretude em 2011. A forma organizativa da Marcha, como a de 2007, é delineada a partir do estabelecimento de coordenações: coordenação geral e coordenação ampliada, cuja formatação procura ser seguida nos estados e municípios, na medida do possível. As publicações apresentam a Contag, as FETAGs e os STTRs como entidades promotoras da Marcha das Margaridas. Até a Marcha de 2007, a CUT também era posta na condição de promotora, mas, com a desfiliação da Contag à CUT¹⁰⁰, essa passa à condição de parceira. Além da CUT, são parceiras a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), a Articulação das Mulheres Brasileiras (AMB), a União Brasileira de Mulheres (UBM), a Marcha Mundial das Mulheres, o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), a Secretaria de Mulheres do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) e o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB); o Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA), a Confederação de Organizações de Produtores Familiares, Campesinos e Indígenas no Mercosul Ampliado (COPROFAM) e a Rede de Trabalhadoras Rurais Latino-Americana e do Caribe (REDELAC). As parceiras, juntamente com as representações regionais das secretarias de mulheres das federações e mais a direção da Contag, compõem a Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas. A

¹⁰⁰ A Contag se filiou à CUT em 1995, durante o 6º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, tendo sua desfiliação aprovada em 2009, no seu 10º Congresso.

referência aos patrocinadores e apoiadores foi feita em um grande banner postado no palco principal do Pavilhão da Cidade, local onde ocorreram as atividades previstas para o evento. Como patrocinadores, eram mencionados o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a Itaipu Binacional e a Petrobrás, ficando o apoio por conta do Governo do Distrito Federal (GDF), Fundação Nacional de Artes (FUNARTE), Ministério da Cultura, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Correios e Petrobrás.

Figura 27 – Banner com os nomes dos patrocinadores da Marcha das Margaridas 2011



Fonte: Contag, 2011. Foto de César Ramos.

Se bem que meu olhar esteja focado na 4ª Marcha, considero-a como fruto de um processo que se iniciou no ano 2000, quando, pela primeira vez, as “ Margaridas” ocuparam as ruas de Brasília. Portanto, para mostrar que o campo é algo vivo, algo que se movimenta, foi necessário fazer essa incursão, trazendo esse conjunto de siglas que nomeiam os atores que fazem o campo expandir ou contrair, que o movimenta ao se posicionarem nele de diferentes formas, conforme as atribuições que lhes são impetradas no interior do próprio campo. Assim, é possível observar tanto a criação e utilização de termos que dizem do lugar e das atribuições desses atores (promotor, organizador, apoiador, participante, parceiro, apoiador, patrocinador), quanto mudanças nas definições desses termos, e mesmo o reposicionamento dos atores, conforme essas definições. Destarte, a Contag, ora é promotora, ora organizadora. As ongs, ora são parceiras, ora apoiadoras. Os movimentos, por sua vez, já transitaram como promotores, participantes e parceiros; e as agências, entidades ou esferas estatais são definidas seja como apoiadoras, seja como patrocinadoras.

A fluidez do campo também é influenciada pelo contexto e a conjuntura na qual as Marchas ocorreram, bem como com os interesses dos atores envolvidos, e mesmo com o perfil das pessoas que os representam. A relação entre esses aspectos serão abordados à medida que eu voltar a minha atenção, mais especificamente, sobre a última Marcha das Margaridas, que é o que passarei a fazer a partir de agora.

3.1 Marcha das Margaridas 2011

3.1.1 Estrutura organizativa

A Marcha das Margaridas possui uma coordenação geral que é exercida pela Secretaria de Mulheres da Contag¹⁰¹. A sua função é orientar e coordenar as ações da Marcha nos estados. Os estados, por sua vez, também têm as suas respectivas coordenações gerais, exercidas

¹⁰¹O sistema Contag apresenta uma estrutura verticalizada composta por 27 federações e 4.500 sindicatos associados. Recentemente, a Contag criou a figura do coordenador regional, que exerce a função de articular as demandas e as ações das federações situadas nas diferentes regiões do país. Cada região geográfica do país possui um coordenador regional, diretamente ligado à Contag.

pelas secretarias ou comissões estaduais de mulheres das federações, que exerce a mesma função que a Secretaria de Mulheres, mas em âmbito estadual. Já nos municípios, a mesma função deve ser exercida pelas secretarias ou comissões de mulheres dos sindicatos, onde houver.

A Marcha apresenta, ainda, coordenações regionais, que são exercidas por uma das secretárias estaduais de mulheres ligadas às federações, pertencentes a cada uma das regiões geográficas do país. As coordenadoras regionais são escolhidas nas próprias regiões, pelas secretarias estaduais das federações situadas em uma determinada região. E assim temos uma coordenadora regional da Marcha nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, e duas nas regiões Norte e Nordeste devido a extensão geográfica dessas regiões. Os estados, por sua vez, também apresentam coordenadoras regionais, escolhidas nos polos ou regionais das respectivas federações.¹⁰²

Além da coordenação geral, a Marcha apresenta ainda uma coordenação ampliada, que envolve a Secretaria de Mulheres da Contag, as coordenações regionais da Marcha das Margaridas, a direção da Contag mais as chamadas “parceiras”, que são as representantes de organizações e outros movimentos de mulheres. Entretanto, como vimos, a Secretaria de Mulheres da Contag, representando a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, exerce o papel de algo como uma “coordenação geral”. Assim, “ser coordenação” e “ser (ou estar) da coordenação ampliada” tem significados diferentes. Mesmo considerando a “coordenação ampliada”, observa-se uma presença significativa de mulheres vinculadas ao sistema Contag, pois as coordenadoras regionais da Marcha são secretárias estaduais de mulheres das federações dos seus respectivos estados.

Os estados e os municípios seguem essa mesma lógica organizativa. A coordenação da Marcha nos estados é papel da Secretaria (ou Coordenadoria) Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais ligadas às federações. A ela cabe articular as chamadas

¹⁰²Cada Federação estadual apresenta uma estrutura dividida em polos, regionais ou micros, que aglutinam vários sindicatos de municípios próximos identificados por uma determinada área geográfica, assim, temos, por exemplo, em Pernambuco, o Polo Regional do Sertão Central, ou a Microrregião Serrana em Santa Catarina, ou ainda, no Pará, a Regional Tocantina.

“parcerias” e formar uma espécie de Comitê Estadual da Marcha. Da mesma forma, nos municípios, é a representante das mulheres nos sindicatos a responsável pela coordenação das ações e pela articulação de parcerias municipais.

A preparação da Marcha é discutida em âmbito nacional, em dois espaços: na Comissão Nacional de Mulheres da Contag, composta pelas secretárias estaduais de mulheres das federações, sendo esta Comissão coordenada pela Secretaria de Mulheres da Contag; e na Coordenação Ampliada da Marcha. Nos estados e municípios, a preparação obedece a uma lógica semelhante.

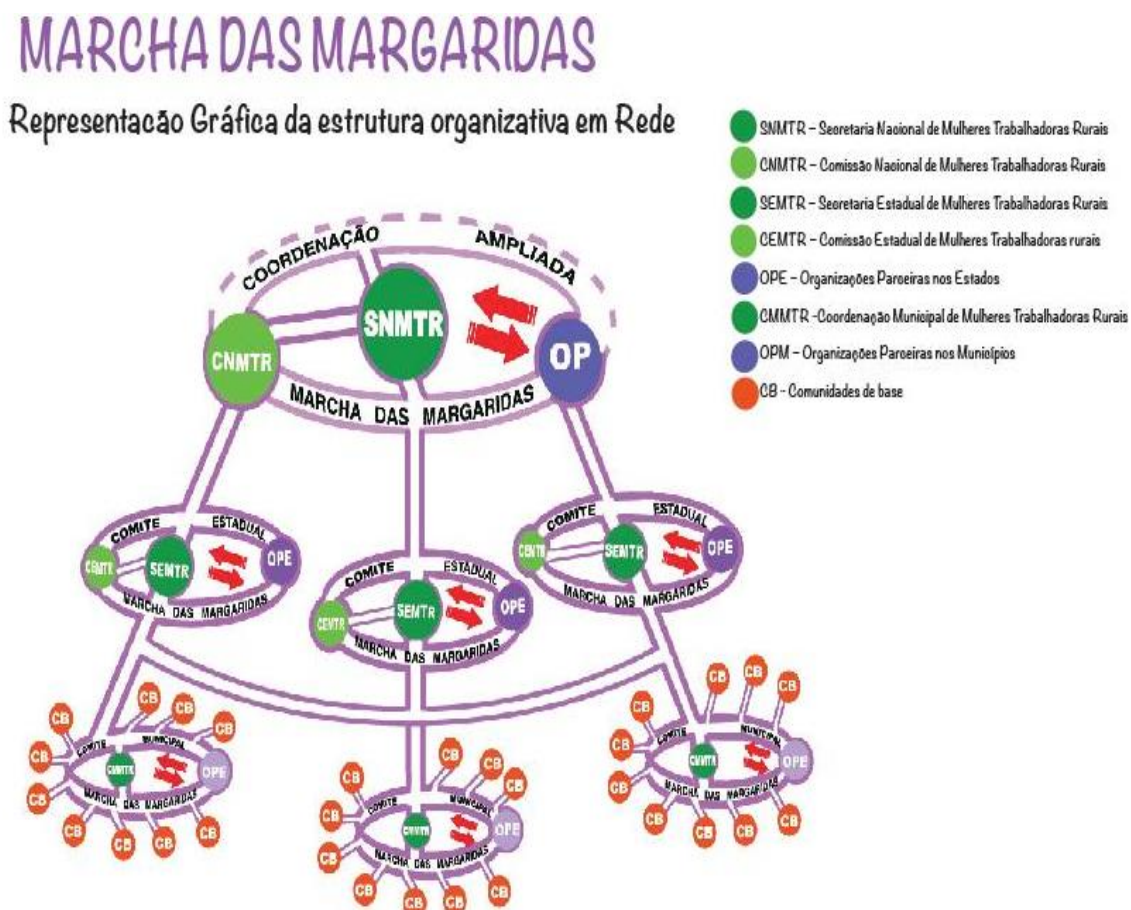
A Secretaria de Mulheres, por meio de sua representante Carmen Foro, exerce um papel, de certa forma, ambíguo, pois, ao mesmo tempo que ela representa a Contag na Coordenação Ampliada, faz a mediação entre esta Coordenação e a direção da Contag. Assim, quando o faz, ela assume e negocia as decisões tomadas na Coordenação Ampliada.

As chamadas “parceiras” são convidadas a integrarem a Coordenação Ampliada e, uma vez constituído este espaço, ele se torna o espaço de discussão, debate e decisões que incidirão sobre a construção da Marcha. Nestes espaços, são discutidos os objetivos, as metas, o caráter, o lema e os eixos temáticos da Marcha das Margaridas; aí são definidas as ações e construído o conteúdo dos cadernos de textos. A discussão e a sistematização da pauta da Marcha também são construídas nesse espaço. São parceiras da Marcha ação 2011: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Articulação das Mulheres Brasileiras (AMB), Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA), Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), Confederação de Organizações de Produtores Familiares, Camponos e Indígenas do Mercosul Ampliado (Coprofam), Rede de Trabalhadoras Rurais Latino-Americana e do Caribe (Rede LAC) e a União Brasileira de Mulheres (UBM).

Além das “parceiras”, têm, ainda, as chamadas colaboradoras: Cfêmea, Católicas pelo Direito de Decidir, Fase, GT de Mulheres da ANA, Loucas de Pedra Lilás, SOF, SOS Corpo. Algumas dessas colaboradoras também compõem os Comitês Estaduais, que exercem a mesma função da Coordenação Ampliada nos estados. Assim, a Fase, por exemplo, é “parceira” no estado do Pará. SOS Corpo é “parceira” no estado de Pernambuco, o que mostra que há um deslocamento das posições de “parceiras” ou “colaboradoras”, conforme as relações que essas várias organizações estabelecem nos estados.

A figura abaixo mostra a forma organizativa que a Marcha das Margaridas 2011 assumiu. Ela é apenas uma representação gráfica de como a Marcha se organiza para se fazer acontecer, e nos ajuda a perceber a organização interna do campo por ela configurado.

Figura 28 – Organograma Marcha das Margaridas 2011



Fonte: elaborado pela autora.

É bom ressaltar que, em que pese essa aparente rigidez organizativa, a condução da Marcha é feita de forma autônoma, cada localidade tem autonomia para realizar suas próprias ações e conduzir o processo da forma que puder ou que lhe aprouver. A busca, ou não, de “parcerias”, a natureza dessas “parcerias”, a produção de recursos, as formas de mobilização, tudo isso é realizado com uma certa autonomia.

A Coordenação Ampliada, como mostra a figura, ocupa um lugar de destaque. No espaço delimitado por sua atuação, são discutidos e definidos os objetivos da Marcha, o seu caráter, seus eixos, a pauta, o lema, o leiaute do cartaz, enfim, todas as definições políticas que envolvem a construção da Marcha são determinadas ali. São estas definições que vão orientar as ações nos estados. Os comitês estaduais¹⁰³, sob a coordenação geral da secretaria ou comissão estadual de mulheres das federações, executam suas ações a partir das deliberações acordadas na Coordenação Ampliada. Eles têm, portanto, uma dupla tarefa: divulgar e discutir, politicamente, nos estados, as definições políticas acordadas na Coordenação Ampliada; e, ao mesmo tempo, estimular o processo de mobilização nos municípios. As comissões de mulheres dos sindicatos, em parceria com outras entidades e organizações, ou não, são diretamente responsáveis pelo processo de mobilização das mulheres nas localidades onde moram.

É importante destacar que, em relação ao âmbito interno da Marcha, além de identificar a criação de estruturas formais de organização, foi possível observar a preocupação com outros aspectos igualmente importantes para sua realização e para o alcance dos seus objetivos, tais como, a maneira de expressá-los, a preocupação com a eficiência da comunicação e a necessidade de estruturas como sede, telefone, endereço eletrônico, computador; elaboração de projetos para captação de recursos que possibilite contribuir no seu financiamento; preocupação com a formação e preparação das dirigentes sindicais; preocupação com os resultados, com o alcance das metas; preocupação de que a Marcha seja amplamente divulgada pela mídia; preocupação com a construção de um

¹⁰³ Nem todos os estados constituem Comitês Estaduais. A Secretaria de Mulheres ou comissão de mulheres das federações assumem esta função.

discurso mais pragmático, que requeira resposta, reação e que vise a resultados, em que pese a carga de emoção que, geralmente, ele contém.

3.1.2 Conteúdo: lema, caráter, objetivo e temário

Diferentemente dos anos de 2000, 2003 e 2007, que adotaram como lema *Contra a fome, a pobreza e a violência sexista*, a Marcha das Margaridas 2011 inova com o tema: *2011 razões para marchar por desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, liberdade e igualdade*.

Nos documentos e materiais de divulgação, a Marcha é apresentada com o caráter de: **mobilização** (nas comunidades, municípios e estados); **organização** (nas comunidades, nos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e federações); **articulação** (com os diversos grupos de mulheres); **formação** (estudo, análise política de temas prioritários para a construção do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS¹⁰⁴ com igualdade para as mulheres); **denúncia** (das condições de vida no campo, pobreza, desigualdade, violência e exclusão das mulheres das políticas públicas); **proposição** (de ações, programas e políticas para as mulheres do campo e da floresta); **negociação** (da pauta da Marcha com as reivindicações e proposições de ações e políticas públicas); **visibilidade e empoderamento** das mulheres do campo e da floresta.

Os objetivos políticos da Marcha são: i) fortalecer e ampliar a organização, mobilização e formação sindical e feminista das mulheres trabalhadoras rurais; ii) contribuir para a democratização das relações no MSTTR, com a superação das desigualdades de gênero; iii) atuar para que as mulheres do campo e da floresta sejam protagonistas de um novo processo de desenvolvimento rural voltado para a sustentabilidade da vida humana e do meio ambiente; iv) dar visibilidade e reconhecimento à contribuição econômica, política, social das mulheres no processo de desenvolvimento rural; v) denunciar e protestar contra a fome, a pobreza e todas as formas de violência, exploração, discriminação e dominação e

¹⁰⁴O PADRSS é o projeto sobre o qual a Contag pauta as suas ações.

avançar na construção da igualdade para as mulheres; vi) propor e negociar políticas públicas para as mulheres do campo e da floresta.

Os eixos temáticos que compõem a plataforma política da Marcha, e sobre os quais foi estruturada a sua pauta de reivindicações são os seguintes: I – Biodiversidade e Democratização dos Recursos Ambientais; II – Terra, Água e Agroecologia; III – Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; IV – Autonomia Econômica, Trabalho e Renda; V – Educação Não Sexista, Sexualidade e Violência; VI – Saúde e Direitos Reprodutivos; VII – Democracia, Poder e Participação Política.

O lema, o caráter, o objetivo e o temário são discutidos, debatidos e decididos na Coordenação Ampliada.

3.1.3 Momentos constitutivos

Para fins de análise, identifiquei três momentos que constituem a Marcha. Primeiro, o momento de “preparação da Marcha”, que se inicia, normalmente, no ano anterior à realização do ato em Brasília, e envolve desde a formação política das mulheres dirigentes até questões relacionadas à viabilização de recursos e infraestrutura – não só para trazer as mulheres como também acomodá-las desde a sua chegada à Brasília –, passando por decisões e definições quanto à meta, objetivos, caráter, lema, temário, produção de documentos e materiais de divulgação, construção da pauta, mobilização da base e discussão política.

O segundo momento da Marcha diz respeito à manifestação em Brasília, propriamente dita, ao que chamaremos de “momento ritual”, e que se inicia com a saída dos ônibus dos municípios, passando pelo ato em si até o seu término, quando as mulheres se dispersam e se organizam para o retorno.

O terceiro momento é o que estamos chamando de “pós-Marcha”, e está relacionado à sua avaliação, à negociação com o poder público instituído, ao monitoramento dos pontos negociados, e às ações realizadas a partir de então. Desde a 3ª ação da Marcha,

foi deliberada a realização de um espaço de encontro denominado “Jornada das Margaridas”, no qual as mulheres representantes das secretarias/comissões de mulheres e as organizações parceiras avaliam o caminhar das negociações, a resposta do governo às reivindicações pautadas e traçam suas ações. A Jornada deve acontecer a cada ano, com exceção do ano em que ocorrer a Marcha propriamente dita.

Os momentos acima delineados não são algo rígido, mas devem ser compreendidos no bojo do processo que constitui a Marcha das Margaridas. Neste trabalho, me interessa, particularmente, focar o olhar sobre os dois primeiros momentos.

3.1.4 Organização do “campo” do movimento

Segundo Swartz (1968), o campo político é formado por um ou mais grupos e/ou indivíduos que estejam mais diretamente envolvidos no processo político em estudo, sendo, mais frequentemente, quem o define. No caso da Marcha, o grau de envolvimento se diferencia dependendo do lugar que esses atores ocupam nessa rede de relações que a constitui. Assim, por exemplo, os indivíduos, grupos ou organizações que compõem a Coordenação Ampliada têm um papel fundamental nas definições mais amplas e orientadoras do processo político, ainda que, no processo de mobilização em si, o seu envolvimento seja menor. Já os indivíduos, grupos e organizações como os sindicatos, que têm como base geográfica de atuação o município e as localidades rurais desse município, estão mais diretamente envolvidos no processo de mobilização em si, enquanto que, nas definições mais amplas que envolvem o processo político, o seu envolvimento seja menor. Conquanto, todos, de uma forma ou de outra, estejam mais diretamente envolvidos na construção da Marcha.

Devido ao lugar ocupado pela Coordenação Ampliada – espaço de debates, discussões e definições políticas que irão orientar toda ação da Marcha –, buscarei refletir sobre o campo a partir das relações que neste espaço se estabelecem, e que, de certa forma, espelham a maneira como as relações são estabelecidas nos estados e municípios, embora guarde suas peculiaridades. Além disso, dada a amplitude da Marcha, seria impossível, no intervalo de tempo destinado à investigação e à escrita da tese, abraçar todas as relações que ela abrange.

Vou falar agora sobre os atores – indivíduos e grupos – envolvidos no processo, aqueles que incidem diretamente sobre as decisões que orientam as ações, envolvendo o processo de construção da Marcha.

3.1.4.1 A Secretaria de Mulheres e a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag

A Marcha das Margaridas fica sob a coordenação geral da Secretaria de Mulheres da Contag. A Secretaria de Mulheres teve sua criação aprovada no 10º Congresso da Contag, em 2009, em substituição à Coordenadoria de Mulheres. Ela é parte integrante da estrutura organizativa dessa confederação, e sua representante eleita em Congresso, com mandato de quatro anos. À Secretaria de Mulheres cabe coordenar as ações da CNMTR e seus principais objetivos são:

Coordenar e implementar políticas e estratégias para a superação de todas as formas de discriminação e desigualdade de gênero existentes no meio rural, além de promover ações de capacitação das mulheres trabalhadoras rurais para qualificar sua participação no MSTTR e nos espaços de formulação e implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural. (<http://www.contag.org.br>).

A Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR), por sua vez, é composta por representantes das secretarias ou comissões estaduais das federações, prevista em estatuto e integrante da diretoria executiva da Contag, por meio da Secretaria de Mulheres. Criada provisoriamente em 1989, a Comissão era vinculada à vice-presidência da Contag, contudo, o 6º Congresso da Contag, realizado em 1995, deliberou pela sua regulamentação estatutária, pela garantia de sua representação no Conselho da Contag, e pela constituição de uma coordenadoria de mulheres, com a liberação¹⁰⁵ de uma coordenadora. Atualmente, a CNMTR tem representantes em todos os estados do Brasil, por intermédio das secretarias ou comissões estaduais de mulheres ligadas às federações.

¹⁰⁵ Liberar significa garantir a remuneração de gratificação para um/a dirigente sindical.

A Contag, fundada em 1964, é a entidade sindical representativa dos trabalhadores rurais. Atualmente, ela conta com 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e mais de 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) filiados, que, no seu conjunto, compõe o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). A sua estrutura organizativa é composta pela presidência, secretarias e conselho fiscal. A Secretaria de Mulheres é parte integrante do conjunto de secretarias que compõe a sua direção.

A Contag, as federações e os sindicatos que aparecem publicamente como promotores da Marcha das Margaridas, juntas, estas instâncias compõem a estrutura do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, e a Confederação é a entidade de representação máxima do movimento. Cada uma delas possui diferentes funções e, apesar de compor uma única estrutura, possuem certa autonomia para tomar suas próprias decisões. Assim, do ponto de vista da estrutura e do funcionamento organizacional, o MSTTR apresenta uma organicidade que, entretanto, não é capaz de fazer com que as suas orientações percorram todo o corpo do movimento e se articulem de forma permanente para garantir a unidade de ideias e ações. Ou seja, essas diferentes instâncias que o compõem nem sempre trabalham de forma combinada visando ao mesmo fim.

Assim, apesar de a Marcha ser uma ação pautada pela Secretaria de Mulheres no Conselho Deliberativo da Contag¹⁰⁶, segunda instância de decisão do MSTTR¹⁰⁷, que delibera sua realização, isso não significa que todas as federações e todos os sindicatos empreenderão os mesmos esforços para realizá-la, nem se comprometerão com a sua realização da mesma forma.

¹⁰⁶ A primeira instância de decisão do MSTTR é o Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Contag, que acontece a cada quatro anos.

¹⁰⁷ O Conselho Deliberativo é composto por diretores/as da Contag e das Federações de Trabalhadores/as na Agricultura. Nesse espaço de decisão, as pautas apresentadas pela diretoria da Contag são analisadas, avaliadas e deliberadas, incluindo a aprovação da prestação de contas, a previsão orçamentária e o plano de ação do MSTTR.

Promover significa impulsionar, motivar, suscitar, causar, o que implica a sensibilização e mobilização política para que a Marcha aconteça. Quanto mais sensibilizados e mobilizados estiverem os/as dirigentes, mais recursos serão alocados em direção à efetivação da ação. Considerando que a Contag e suas organizações associadas (federações e sindicatos) conformam um movimento misto, envolvendo homens e mulheres, não é uma tarefa fácil para as mulheres dirigentes mobilizarem os recursos necessários para a realização da Marcha.

A maioria das mulheres dirigentes que entrevistei, ao falar do trabalho de organização e mobilização para trazer as mulheres à Brasília, falam de como o trabalho é difícil, e se queixam das federações e dos sindicatos que não se comprometem, nem se envolvem na “promoção” da ação. Afinal “é preciso recurso pra fazer a Marcha”, e mobilizar esses recursos nas federações e sindicatos é uma tarefa árdua. Alguém qualificou o processo de negociação para a realização da Marcha dentro das federações como “uma queda de braço”. Ou seja, a “promoção” da Marcha não ocorre sem tensionamentos, expressos nas falas de algumas dirigentes:

Todos dizem: “A Marcha é da Federação”, então, se é assim, todo mundo ali tem que estar discutindo a Marcha, se integrando. Se a gente tiver um pequeno probleminha aqui, todo mundo tem que estar aqui pra resolver, aí o que deu certo também tem que ser pra todo mundo, mas não é assim. Se a Marcha der certo, se a gente trouxe um bom número de mulheres pra Brasília e, se for visível, for bom, então, nesse caso, “a Federação levou todos os ônibus”. Por exemplo, nós estamos dizendo que vamos levar trinta ônibus; se nós levarmos vinte e cinco, “foi porque a secretária de mulheres não fez a articulação direito”. A gente confecciona material da Marcha, camiseta, “bandana”, fôlder, cartaz, e coisas assim pra gente vender. Por exemplo, agora mesmo a gente está fazendo uma tiragem de setecentas camisas, e isso tem um custo, mas aí vem as perguntas: “Como é que essas camisas vão?”; “Quem que vai pagar o frete?”; “Como é que isso foi discutido?”. Então é assim, eles [refere-se aos dirigentes da Federação] querem saber dos cinquenta centavos que você gastou pra organizar a Marcha, não querem saber do retorno. Todo dia a gente tem que matar um leão pra poder sobreviver o dia de amanhã, porque, sem dinheiro, não se faz a Marcha (Adriana. secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Fetaema, 2011).

A Marcha é uma ação do movimento sindical e das mulheres, mas assim, a diferença é que a Marcha quem coordena o processo são as mulheres, as mulheres que estão envolvidas nessa mobilização. É claro que tem muitos homens envolvidos no processo de articulação e mobilização, no processo financeiro mesmo, aliás, tem homens em alguns municípios que estão muito mais envolvidos

do que as mulheres, mas têm outros que, se a gente fosse esperar para realizar esse movimento por ajuda desses homens, não realizaria; então, nós mulheres é quem temos que realmente se empoderar para fazer esse movimento (Elenira, dirigente sindical, coordenadora da Regional de Sobral/CE, 2011).

A principal dificuldade para a realização da Marcha é a questão financeira, porque os diretores dos sindicatos, mesmo na questão da mobilização dessas mulheres, dizem: “Ah! Eu não vou ajudar não, eu não vou ajudar esse processo das mulheres; é o movimento das mulheres, as mulheres é quem tem que se mobilizar pra ir, não sou eu que vai ajudar”. Mas se é um evento do movimento sindical – por que a Marcha não é só das mulheres, a Marcha é do movimento sindical – então, se a Marcha é do movimento sindical, os homens precisam também se inserir nesse processo, tanto de articulação, de mobilização, quanto formação [...] Mas em muito dos municípios aqui da região as mulheres é quem estão nesse processo, realmente, porque, se não fossem as mulheres nos municípios fazendo alguma coisa pra rifar, pedindo doações – por que tem municípios que recebem doações pra fazer rifa, pra fazer bingo – eu acho que o processo tava mais lento ainda, se não fosse o esforço dessas mulheres (Elenira, dirigente sindical, coordenadora da Regional de Sobral/CE, 2011)

Dentro do movimento sindical, a principal dificuldade é a conscientização dos companheiros dirigentes homens. Ainda, infelizmente, esse é o principal obstáculo. Dos nossos 19 sindicatos, sete são dirigidos por mulheres. E os demais por homens. Pra dentro do movimento, a maior dificuldade ainda é a autorização dos companheiros na liberação das companheiras. E pra vir pra Marcha tem custo, tem despesa, e nós, mulheres, somos despesas, ainda, em muitos sindicatos. Essa é a maior dificuldade (Ângela, dirigente sindical, coordenadora Regional de Bragançinha/PA, 2011).

Essas são falas de mulheres que se autoidentificam como trabalhadoras rurais e dirigentes sindicais. São falas enunciadas a partir de um lugar: o MSTTR, que se configura num espaço onde essas mulheres vivenciam uma situação marginal de não reconhecimento político da sua atuação no Movimento, refletido na sua limitada presença nos cargos de direção e decisão¹⁰⁸; que reflete um espaço tradicionalmente masculino, cuja representação política se dá majoritariamente pelos homens, em que pese à ampliação da participação sindical e o fortalecimento da organização das mulheres no seu interior, especialmente, nas duas últimas décadas. Tal aspecto revela o MSTTR como um campo de instabilidades e tensões no qual se reproduzem relações desiguais de poder que resistem em reconhecer as mulheres como sujeitos políticos, insistindo em silenciá-las e submetê-las, enquanto atribui a representação desse poder ao gênero masculino (PIMENTA, 2013).

¹⁰⁸ A despeito da aprovação no 7º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, em 1998, da política de cotas para participação das mulheres em cargos de direção no MSTTR.

Os tensionamentos revelados nas falas dizem respeito às dificuldades que as mulheres enfrentam no seu cotidiano para se organizarem e ocupar espaços dentro do MSTTR, e que se manifestam no momento de organização e mobilização da Marcha. Contudo, é em meio a esse paradoxo que o constitui, que o MSTTR se apresenta como promotor de uma ação protagonizada pelas mulheres trabalhadoras rurais.

Mas em que pese as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no interior do MSTTR para fazer acontecer a Marcha, ela acontece. Isto indica que essas mulheres conseguem acessar, de maneira eficaz, os recursos materiais, humanos e normativos¹⁰⁹ disponíveis no interior do movimento, transformando-os em suportes para seus fins políticos. Uma das estratégias que elas lançam mão para acessar os recursos políticos é o estabelecimento de “parcerias”, que expressa a sua forma de organização.

Eu olho as parceiras como um lugar de juntar força. Não é uma força material, mas uma força que a gente não descreve. É o fato de ter na Marcha das Margaridas, por exemplo, o MMTR-NE, que tem força local, no lugar que as mulheres do MMTR estão, elas têm força [...]. E isso, junto com as outras mulheres, tem um significado muito forte, e eu aposto muito na parceria da Marcha. Porque ela tem um caráter simbólico, forte [...]. Elas [as parceiras] podem não ter recursos, elas podem não ter a compreensão nacional, que eu tenho que ter. Mas elas têm coragem, elas têm uma organização que, independente do tamanho, tem um significado político e simbólico que faz com que nós sejamos muito mais fortes (Carmen Foro, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, 2013).

3.1.4.2 As parceiras

A definição das parcerias e apoios é discutida dentro da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, que é coordenada pela Secretaria de Mulheres da Contag. Também, na CNMTR, são definidas as coordenações regionais da Marcha¹¹⁰. As entidades,

¹⁰⁹ Os recursos normativos dizem respeito às normas que estabelecem obrigações, direitos e instrumentos de política sindical e formalizam planos de ação.

¹¹⁰ A coordenação regional da Marcha é exercida por uma das secretárias de mulheres de uma das federações, localizadas, geograficamente, em cada uma das regiões do país. Ela é escolhida em reunião da CNMTR e passa, então, a ser a coordenadora regional da Marcha, cuja função é representar a CNMTR na Coordenação Ampliada e articular as ações da Marcha na Região, exercendo assim o papel de mediadora entre a Coordenação Ampliada e o conjunto das federações da região a qual pertence. Cada região é representada por uma coordenadora

organizações, movimentos são convidadas a se tornarem parceiras da Marcha. Assim, designar uma organização ou movimento como “parceira” assume significados diferentes dentro do campo político, e envolve os diversos interesses em jogo.

Observei que as parcerias expressam laços políticos, construídos em momentos e de maneiras diferentes, que podem ser fortes ou fracos, eventuais, extensos, estratégicos, conjunturais, mais ou menos intensos.

O Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), a Secretaria de Mulheres do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) e o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) são consideradas parceiras por excelência. São movimentos que ajudaram a construir a Marcha desde o seu início, aparecendo, inclusive, em 2000, como promotoras junto com a CNMTR. Mas há algo que torna esse vínculo mais efetivo. Nos seus processos de luta e mesmo na sua trajetória de constituição como movimentos, os sindicatos foram uma de suas principais ferramentas de luta. As suas principais lideranças iniciaram sua trajetória política nos sindicatos, e assumiram, inclusive, cargos de direção. A maioria dessas mulheres faz parte dos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, portanto, o campo sindical não lhes é distante, o que faz com que se refiram a esses movimentos como “entidades parceiras do campo da Contag”. Ademais, são movimentos cuja categoria “mulher” é utilizada como representação de gênero, de forte identificação com o trabalho, é o espaço rural a unidade territorial onde esse trabalho se realiza, e onde se encontra a sua base social de atuação, fazendo com que as mulheres, ao se nomearem quebradeiras de coco, seringueiras, extrativistas, ribeirinhas, pescadoras, agricultoras, se identifiquem todas como trabalhadoras rurais. Esses movimentos constituem aquelas entidades parceiras que, segundo Raimundinha, “são parceiras na Marcha e na base”.

Surgido em 1986, o MMTR-NE se apresenta como “uma associação sem fins lucrativos que defende os direitos das mulheres inseridas nos espaços rurais, [...] trabalhando

regional, com exceção da Região Norte e Nordeste, que possuem duas coordenadoras regionais, devido a sua extensão geográfica.

temas como a valorização da autoestima; os direitos e cidadania da mulher; a produção, geração de trabalho e renda; políticas públicas, participação e representação das mulheres rurais; articulação e mobilização política e, ainda, saúde e meio ambiente”. Seus objetivos: “reforçar a participação consciente das mulheres trabalhadoras rurais para transformar a realidade de opressão nas relações existentes entre mulheres e homens; construir mecanismos para ampliar a participação das trabalhadoras rurais nos espaços públicos no âmbito estadual, regional, nacional e latino-americano; e trabalhar a organização produtiva, articulando-se com a problemática de gênero e as políticas de governo para o campo.”¹¹¹

Maria Verônica de Santana, secretária executiva do MMTR-NE utilizou as seguintes palavras ao se referir à participação do Movimento na Marcha das Margaridas:

Para nós, MMTR, o que é participar da Marcha e o que isso traz de ganho político e tudo mais? É uma grande mobilização, então, na medida em que você faz toda a mobilização pra Marcha, é uma oportunidade de tá conversando com as companheiras, levando a discussão da pauta [...]. É um momento grande de formação [...]. E a Marcha tem essa coisa, assim, de encantar todo mundo, né?

Para Verônica, a relação de parceria que se estabelece na Coordenação Ampliada não se reflete, ainda, em âmbito local, onde, segundo ela, muitas vezes não há uma compreensão do significado político dessa relação.

[...] Aqui, no diálogo com a Coordenação Ampliada, a gente vê muita parceria, sabe, muita construção [...] Muito diálogo [...]. Uma traz uma proposta, outro traz outra, outro traz outra, e a gente vai melhorando aquela proposta e a torna a proposta de todas, e é assim tem que ser, né? [...]

Agora, assim, não é uma constituição fácil [refere-se às relações de parceria em âmbito local]. Por quê? Porque essa relação, às vezes, não é uma relação muito tranquila e, muitas vezes, não é uma relação nem fraterna. Esse é um grande desafio, que a gente consiga, realmente, ser parceira da Marcha, mas não é só ser parceira da Marcha, ser parceira também das mulheres, das organizações, mas aí a gente vê que alguns companheiros, principalmente, do movimento sindical, têm uma dificuldade muito grande de entender o Movimento. Entender essa relação não é fácil, é uma relação que a gente precisa ainda construir e amadurecer.

O Conselho Nacional das Populações Extrativistas, antes nomeado Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), representado na Coordenação Ampliada da Marcha pela

¹¹¹ <http://www.mmtne.org.br/>

sua Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista, “é uma organização de âmbito nacional que representa trabalhadores agroextrativistas¹¹² organizados em associações, cooperativas e sindicatos”¹¹³. O Conselho, surgido em 1985¹¹⁴, durante o 1º Encontro Nacional dos Seringueiros, foi resultado “do trabalho de Chico Mendes à frente dos empates¹¹⁵ às derrubadas no Acre, da soma de iniciativas e esforços em defesa da floresta e da reforma agrária que estavam ocorrendo em diferentes cantos da Amazônia”¹¹⁶. Posteriormente, passou a articular e representar todos os trabalhadores agroextrativistas. Na sua estrutura organizativa, a CNS conta com uma Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista, que foi criada em 1995, então sob a coordenação de Raimunda Gomes, a Dona Raimunda dos Cocos, uma grande liderança, quebradeira de coco de babaçu. Hoje, a Secretaria é coordenada por Célia Regina das Neves. Célia atribui a construção da parceria entre a Marcha e o CNS ao trabalho realizado por Dona Raimunda:

A Dona Raimunda dos Cocos era secretária da mulher do CNS e foi a idealizadora e estruturou a Secretaria de Mulheres Extrativistas. Dona Raimunda tem uma história de vida maravilhosa. Ela tem uma grande capacidade de articulação, é uma pessoa muito extrovertida, muito dinâmica, muito ativa e persistente na sua luta, então ela sempre pautou e sempre esteve presente em todas as frentes de luta em defesa das mulheres, em especial as quebradeiras de coco; ela é quebradeira de coco, então ela sempre participou da Marcha.

Na Marcha de 2007, Célia substituiu Dona Raimunda na representação das mulheres organizadas no CNS e na coordenação da Marcha das Margaridas.

Na Marcha de 2007, Socorro, que era a secretária de mulheres, licenciou-se. Ela agora também está no MIQCB. E aí, como a Socorro tava licenciada, não tinha

¹¹² São diversos os segmentos que compõem essa categoria: seringueiras, coletoras de castanha, açaí, cupuaçu, quebradeiras de coco babaçu, balateiras, piaçabeiras, integrantes de projetos agroflorestais, extratores de óleo e plantas medicinais, entre outros.

¹¹³ Informação retirada da página do CNS (<http://cnsbelem.wordpress.com/>)

¹¹⁴ O CNS foi criado como forma de protesto por parte das seringueiras frente ao fato de elas não conseguirem participar das reuniões do Conselho Nacional da Borracha, grupo que representa o elo mais forte da cadeia de produção da borracha.

¹¹⁵ Os empates eram manifestações pacíficas de resistência, fruto da mobilização das seringueiras para impedir o desmatamento dos seringais. Sob a liderança do sindicato e, em mutirão, a comunidade organizada se dirigia à área que seria desmatada pelos pecuaristas e se colocavam diante dos peões e jagunços, protegendo as árvores com seus próprios corpos, na tentativa de impedir o desmatamento e provocar a sua retirada do local.

¹¹⁶ Informação retirada da página do CNS (<http://cnsbelem.wordpress.com/>)

uma suplente na época, uma suplente da Socorro na Secretaria, a gente reclamava muito isso, mas, como você sabe, as nossas instituições mistas, elas ainda são muito machistas, elas trazem isso culturalmente. [...] E a Dona Raimunda um dia me ligou, e, conversando comigo sobre isso, disse: “Olha, vai acontecer a Marcha, nós somos parceiras, já teve o contato comigo, querem que a gente vá pra lá, minha filha, você não gostaria de participar disso? Porque agora a Socorro não está, estamos sem secretária”. Eu disse: “Dona Raimunda, a gente tem que respeitar a Executiva [refere-se à direção executiva do CNS], então a gente tem que ver. O presidente já era o Manoel da Cunha”, e a Dona Raimunda: “Não, eu vou falar com ele”. Ligou, conversou com o Manoel da Cunha e, depois, teve a reunião da executiva e foi pautado isso, a reunião inclusive foi aqui em Brasília, aqui na Contag, até nós solicitamos esse espaço. E aí Dona Raimunda pautou isso e aí foi deliberado que eu viesse acompanhar a Marcha pra tá repassando pras companheiras, e foi importante, porque aí consolidou a nossa participação. Quando Dona Raimunda, realmente, passou isso pra gente, eu disse: “Dona Raimunda, eu nunca participei de um debate desses, como é isso?” E ela chamou muito a atenção pra essa questão da gente discutir no conjunto, rever essa questão do entendimento do que é parceria, ela dizia que não se pode fazer, lembro bem, não se pode fazer nada isolado, senão acaba sendo engolido. Ou fica isolado de vez ou não aparece em nada, então é melhor discutir no conjunto, debater, pautar as nossas diferenças, mas a gente tá sempre sendo parte, e foi muito bom isso, por que, realmente, consolidou o nosso reconhecimento como mulher do campo e da floresta; e essa questão da diferença do campo e da floresta foi percebida, aqui a gente conquistou isso com os movimentos, eles se sensibilizaram, e isso é uma conquista dos movimentos, é uma conquista das mulheres esse reconhecimento, e a gente vê isso dentro desse espaço da Marcha (Célia, representante da CNS na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011).

Célia recoloca na sua fala algo interessante para pensar as relações de parceria para além de relações institucionais, entre organizações, mas envolvendo também conexões entre pessoas, articulações entre indivíduos, entre instituições e entre indivíduos e instituições. Além disso, ela aponta a parceria estabelecida com a Marcha como um recurso importante pra o reconhecimento no seio dos movimentos, da diferença entre as chamadas “mulheres rurais”. Ao se identificarem como “mulheres do campo e da floresta” e buscarem tal reconhecimento perante “as outras”, essas mulheres estão formulando novas identidades e evidenciando mais um eixo de diferença que intersecta o campo social no qual elas estão inseridas: a dimensão territorial. Para além de serem “mulheres rurais”, elas estão afirmando o seu posicionamento como “mulheres do campo e da floresta”. Ao questionar a homogeneidade do “rural”, elas apontam não só para a diversidade do espaço, mas sugerem que as mulheres se constituem como sujeitos também nas diferentes formas de relação que estabelecem com o ambiente onde vivem, o que envolve a dimensão simbólica de pertencimento.

Para Célia, a relação de parceria é importante para ampliar e dar visibilidade ao movimento engendrado pela Marcha das Margaridas:

O parceiro, eu penso, é aquele que vem ampliar esse movimento, se considerando parte desse processo, coisa importante que começou aqui, e que a gente vai ampliando, vem trazer essa parceria pra construir junto, e é uma coisa grandiosa, talvez a gente nem saiba o tamanho disso.

O Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu também se constituiu como parceiro da Marcha desde o início. As quebradeiras de coco babaçu iniciam seu processo organizativo na segunda metade da década de 1980, para fazer frente às tensões e conflitos provenientes do cercamento a apropriação das áreas de ocorrência de babaçu, antes de acesso e uso comum por fazendeiros, pecuaristas e empresas agropecuárias beneficiados pelas políticas públicas federais e estaduais direcionadas às regiões Norte e Nordeste. Assim, durante o primeiro Encontro Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu em 1991, é criada a Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu e, posteriormente, em 1995, durante o III Encontro Interestadual, é instituído o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, com a missão de: “Organizar as quebradeiras de coco babaçu para conhecerem seus direitos, defenderem as palmeiras de babaçu, o meio ambiente e a melhoria das condições de vida nas regiões de extrativismo do babaçu”.¹¹⁷

As quebradeiras de coco babaçu se definem como “mulheres agroextrativistas, guerreiras forjadas na luta pela conservação das florestas de babaçu, pela terra, pela valorização do extrativismo e pela dignidade de ser mulher”¹¹⁸

O MIQCB atua em quatro estados: Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins, organizado em seis regionais: Regional Mearim, Regional Imperatriz, Regional Baixada (Maranhão) Regional Araguaia (Pará), Regional Cocais (Piauí) e Regional Bico do Papagaio (Tocantins).

¹¹⁷ <http://www.miqcb.org/>

¹¹⁸ <http://www.miqcb.org/>

Dona Moça, quebradeira de coco, representou o MIQCB na Marcha das Margaridas de 2007, e ela me falou um pouco da trajetória do Movimento, a partir da sua experiência.

Eu sou Sebastiana Ferreira Costa Silva, sou conhecida por Moça. A gente nasceu e se criou aqui no Maranhão e não tinha muito conhecimento dos movimentos. Mas, dos anos setenta pra cá, aí a gente entrou, mas foi por uma necessidade, não foi tanto por querer. Mas foi mais por uma necessidade, porque a gente tava vendo aquele babaçu todo se acabando, os fazendeiros derrubando, querendo enxotar a gente pra cidade. Então a gente pensou: “Não, eu não tenho condição de morar na cidade, porque eu tenho uma família grande, e tem um dizer que diz assim, ‘que quem não tem pra onde ir fica onde está’”. E foi isso que nós fizemos. Nós lutamos por terra, conquistamos, e hoje estamos aqui, tem o assentamento [...]. Mas dentro da luta, a gente tá dos anos setenta pra cá.

[...] A gente começou, na verdade, foi mais pela ACESA (Animação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura), na época. Era a ACESA, a Pastoral da Criança... Mas a igreja era o principal, era a matriz desses movimentos, que era a ACESA, a ACR (Associação Cristã Rural), a Pastoral da Criança. Na época, ainda não tinha o MIQCB, mas, paralelamente, já tavam começando as discussões, porque quando a gente começou a se organizar aqui na nossa região do Médio Mearim, aí começou a aparecer briga por terra em todos os outros estados. Aí a gente, enquanto quebradeira, tava vendo que a luta das outras, do Piauí, do Maranhão, do Pará e do Tocantins era a mesma luta nossa. Só que todo mundo começava a lutar por terra e nós aqui por coco, porque nas outras regiões, no Pará, no Tocantins, não tinha tanto babaçu, né. Mas elas também lutavam pelo mesmo objetivo, que era a terra. E então a gente começou a fazer um intercâmbio com esses outros estados. E é esses que eu falei: Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins. E foi aí que surgiu o Movimento, trocando essas ideias, de mulheres de lá, dos outros estados. Aí surgiu o movimento.

[...] Então aí foi com muita luta, pra tá conquistando essa terra aqui. Aqui! Eu falo daqui, da minha região (Médio Mearim), porque aqui foi aonde se concentrou a maior luta por terra, porque aqui nós temos... O quê? Nós temos de quinze a dezesseis assentamentos, aqui dentro do nosso município (Lago do Junco é o município). Município bem pequeno, mas nós temos essa quantidade de assentamento. E nós temos esses assentamentos por causa que eles começaram a derrubar o babaçu. Aí a gente não podia deixar, porque é da onde a gente tira a sobrevivência da gente. O complemento do arroz e do feijão, que na época dava pra tirar dum ano a outro, mas hoje não dá. Hoje não tem mais terra pra fazer roça, né. E aí o complemento é babaçu. Isso quando a mulher é casada. Quando ela é solteira, que tem a família, ela vive cem por cento do babaçu, porque ela não tem onde fazer a roça, não tem quem faça, mesmo que tivesse a terra, não tem quem faça, então, ela quebra o babaçu pra sustentar a família. Os filhos (Dona Moça, quebradeira de coco babaçu, representante do MIQCB na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas de 2007, 2011).

Na Marcha de 20011, foi Nezinha, uma das coordenadoras da Regional Mearim, que representou o MIQCB na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas.

Nezinha é uma jovem quebradeira de coco de 31 anos. Ela me disse que nunca havia participado antes da Marcha das Margaridas, e que a sua presença ali, como representante do MIQCB, se deu em virtude da impossibilidade de uma outra “companheira” se fazer presente

Não era eu a coordenadora pra vir *acompanhar* a Marcha. Aí a gente se reuniu para decidir quem iria, pra colocar na pauta os nossos pontos. Aí tem aquela coisa, vai fulana... Aí eu olhei para minha outra companheira e disse: “Tu não quer ir, tu tem mais facilidade pra falar, eu sou muito tímida e tal”. E ela me disse: “Não, não dá pra mim não, mas vai, que aí tu vai começar a falar, vai conhecer pessoas diferente, vai...”. “Tá bom, eu vou!” E aí foi muito... Nossa, foi muito dificultoso pra mim! Porque, quando eu cheguei, assim que eu vi todas aquelas mulheres ali, né, falando, assim, se expressando, colocando os seus sentimentos, e eu com esse problema de... De não falar muito, timidazinha ali pelo meu lado... Mas, mesmo assim, com a minha timidez, eu ainda consegui. Consegui falar qual era a nossa pauta, o que a gente queria colocar na pauta da Marcha, para que os nossos governantes consiga fazer a Lei do Babaçu acontecer, a lei federal, dentro do desenvolvimento, dentro do nosso contexto de vida (Nezinha, representante do MIQCB na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011, 2013).

Nezinha, na sua fala, menciona uma palavra que atribui um lugar à relação de parceria estabelecida: “acompanhar”. Dei-me conta, então, que não era incomum a utilização dessa palavra entre as representantes das chamadas “organizações parceiras”. Mesmo Dona Moça utilizou-a várias vezes para se referir às reuniões que havia em Brasília, assim como à dificuldade em fazê-lo.

Eu nunca tinha ido, mas eu aqui, a gente já tinha, já ouvia falar da Marcha. Já tinha ido companheiras pras outras marchas anteriores. Mas, assim, 'cê sabe, a gente que é leiga, que eu posso te dizer, eu não estudei nem o primário, a gente tem muita dificuldade de *acompanhar* a discussão. Porque já tá muito além dos meus conhecimentos, do meu estudo, porque diz assim, o estudo não é nada. Não! O estudo é muita coisa pra [...] Porque eu posso conhecer muito na prática, mas sobre estudo, eu não tenho tanto conhecimento, né. Aí eu achei muito difícil lá porque tem assim um linguajar bem distante dos meus conhecimentos, né? E aí eu achei difícil por isso aí, de participar na coordenação, por causa, assim, *do jeito que elas falavam*, que eu tinha dificuldade de entender, né? Aquilo que dava pra mim entender eu entrava bonitinho. [...] Eu sempre pedia lá nas discussões, que eu queria tudo escrito, porque eu tinha dificuldade de entender lá e também, quando eu não entendia muito bem lá, eu tinha dificuldade de passar aqui, na nossa coordenação, aqui, pra coordenação do interestadual, no geral, e pras coordenadoras da regional, né? Aí eu dizia, eu quero, sem falhar uma letra, escrito no papel, né? E sempre elas fizeram isso pra mim. Porque aí eu tinha a facilidade de tá olhando e tá falando do que tinha acontecido. Tive dificuldade de entender, mas o que deu pra mim

entender, eu acredito que eu passei com toda clareza pras minhas companheira aqui [...].Essas dificuldades eu não falava lá em Brasília não, falava aqui. E sabe por quê? Porque assim, eu me entendo muito bem com as minhas companheiras quebradeiras, por que a gente fala um linguajar perfeito uma pra outra. Agora quando... quando começa assim com aquela... aquelas coisas mais... aquelas falas mais... Mais técnica, eu não entendo, não... Não vou mentir, eu não entendo. E eu tinha dificuldade de entender, lá em Brasília, porque as meninas são mais... falam mais técnica, né? Eu não tinha dificuldade de explicar pra elas, as outras coordenadoras, agora lá eu tinha dificuldade de entender (Dona Moça, quebradeira de coco babaçu, representante do MIQCB na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2007, 2011).

Se, a princípio, o significado de “acompanhar” nos remete a uma situação de não agenciamento, indicando uma posição de alguém que mais observa ou presencia, a referência de Nezinha à fala, à sua timidez como um limite para estar naquele lugar, nos diz que, para “acompanhar”, é preciso participar, interagir pela fala. E, no seu caso, falar era necessário para garantir que a reivindicação das quebradeiras de coco constasse na pauta da Marcha, a quem atribuem uma força capaz de dar mais visibilidade às suas demandas. Dona Moça não faz referência à dificuldade de falar, mas à dificuldade de compreender o que era dito, pela linguagem utilizada, pelo jeito como o “dito” era dito. Para interagir pela fala, era antes preciso ver, ouvir e conhecer, porque a interação não se dava apenas ali na discussão estabelecida entre as parceiras, mas entre as próprias quebradeiras de coco, portanto, compreender o que estava sendo discutido era necessário, uma vez que conduziria a um contar e recontar da maneira de uma quebradeira de coco.

Ao expor suas dificuldades de compreender o que era dito, Dona Moça dá a conhecer também uma tensão no campo político conformado pela Marcha. Ali coexistem formas diferentes de comunicação, que expressam situações variadas de conhecer, sentir e viver, reveladas por domínios e apropriações diferenciadas de um repertório de linguagem, que é também um repertório de saberes e experiências. Se, por um lado, isso manifesta um diferencial de poder, por outro, denota o esforço de construção de um discurso que articule as várias formações discursivas presentes no campo. Um discurso que inclua as demandas das “organizações parceiras”

Ser parceiro da Marcha tem vantagens para o MIQCB, uma vez que, ao ver inserida a sua demanda na pauta de reivindicações, contribui na mobilização para a ação em Brasília.

A vantagem que nós temos é que se facilita mais pra gente discutir com o governo, através da Marcha, através da Contag, de discutir com o governo, falar pra eles o que nós necessitamos, o que nós, quebradeiras de coco, precisamos [...] O MIQCB contribui com a Marcha, assim, através dos grupos [refere-se aqui aos grupos de produção], porque a gente tá sempre falando, conversando com as mulheres, e é uma forma de tá apresentando e discutindo as políticas. Mobilizando. Essa é uma forma de contribuição (Nezinha, representante do MIQCB na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011, 2013).

E, para garantir e dar visibilidade à demanda do Movimento, é preciso “acompanhar” as discussões. Dona Moça nos falou um pouco sobre essa relação de Parceria entre a Marcha e o MIQCB:

Nós, o MIQCB está em quatro estado, então, quando a gente tá na coordenação, aí você tá ali disposto a fazer todo o trabalho. Como em 2007, eu tava na coordenação, eu *acompanhei*. Mas antes d'eu tá na coordenação, tinha outras coordenadoras que *acompanhavam* a Marcha como parceiro da Marcha das Margaridas. Então eu acho que desde o início do MIQCB, e da Marcha, eles vêm nessa parceria, porque eu acredito que as mulheres do MIQCB, as mulheres da Marcha, que são mais mulheres dos sindicatos, das federações, são mulheres que luta tudo por um mesmo objetivo, umas é por coco, outras é por terra, outra é... É quilombolas, outras é índias, outras é ribeirinhas. Todo mundo tem a mesma luta, né? Aí, nessa mesma luta, o MIQCB se tornou parceiro da Marcha, pra também estar buscando, pra esses quatro estado, aonde tem as suas coordenadoras, estarem dentro da discussão da Marcha.

A gente, a parceria do MIQCB é porque a gente considera a Marcha bem mais ampla do que o MIQCB. Aí a gente se torna parceiro nacional, porque, dentro dessa parceria, a gente tá colocando as necessidades do MIQCB dentro dessa coordenação, que a gente considera ela bem maior, né? E aí a gente tá levando as necessidades do MIQCB pra dentro dessa discussão, pra junto tá também cobrando, reivindicando, pra esses estados.

E eu acredito que, como o MIQCB se interessa pelas discussões da Marcha, a Marcha também se interessa pelas discussões do MIQCB, porque é um movimento que trabalha em quatro estados. [...]. Então eu acho que o MIQCB, o interesse maior do MIQCB é tá dentro da Marcha pra tá levando os seus problemas, as suas sugestões, e buscando a sugestão da Marcha pra tarem se ajudando. [...] Foi isso que a gente sempre colocou lá quando tava na coordenação, quando tava discutindo a Marcha, a gente sempre colocava as necessidades do MIQCB (Dona Moça, quebradeira de coco babaçu, representante do MIQCB na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2007, 2011).

O MMTR-NE, o CNS e o MICCB são movimentos cuja base social está situada, geograficamente, em territórios rurais. Mas a Marcha conta também com a parceria de movimentos, articulações e organizações feministas que ultrapassam esse escopo territorial,

quais sejam o Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA), a União Brasileira de Mulheres (UBM), a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), sendo este último, como já foi apontado, um parceiro histórico na própria construção da Marcha das Margaridas.

O MAMA¹¹⁹ surgiu em 1999 como resultado do I Encontro Internacional de Mulheres da Floresta Amazônica, que ocorrera em 1998. Ele está presente nos nove estados da Amazônia Legal Brasileira – Pará, Maranhão, Amazonas, Amapá, Tocantins, Roraima, Rondônia, Acre e Mato Grosso. O movimento possui uma Secretaria Executiva situada em Rio Branco/AC, nove comitês estaduais, estes subdivididos em três sub-regionais, e 147 instituições em sua rede. O MAMA foi criado pela necessidade que as mulheres da Amazônia apresentavam de tornarem visíveis e reconhecidas suas especificidades como mulheres amazônicas.

De acordo com Socorro Prado, representante do MAMA na Coordenação Ampliada da Marcha, o MAMA funciona mais como uma articulação que envolve movimentos e organizações de mulheres indígenas, ribeirinhas, extrativistas da Amazônia, e atribui à relação de parceria um papel de “solidariedade na luta”:

Estar na luta juntas, somar, porque aí a gente também se fortalece. Nós, do MAMA, estamos aqui para ajudar a organizar e tal, mas a gente se fortalece também, porque a gente também mobiliza, a gente também leva mulheres à Brasília (Socorro Prado, MAMA, 2011).

A União Brasileira de Mulheres, fundada em 1988, é representada pelas coordenações estaduais em 20 estados brasileiros e se define como:

Uma entidade sem fins lucrativos, de caráter nacional, que defende os direitos e reivindicações das mulheres em relação ao trabalho e à cidadania, buscando elevar o nível de consciência e atuação política das mulheres para que elas participem na defesa de seus direitos enquanto mulheres, cidadãs e trabalhadoras [...], [estando a sua atuação articulada] com a busca do fortalecimento da cidadania das mulheres e em defesa de seus direitos. Nesse sentido, são desenvolvidos programas de orientação para o trabalho, seguro desemprego e educação profissional, entendida como direitos de todas as cidadãs e cidadãos¹²⁰.

¹¹⁹ As mulheres da CNS e o MIQCB também participaram da criação do MAMA.

¹²⁰ <http://www.ubmulheres.org.br/>

Presente na primeira Marcha, a UBM reaparece como parceira na Marcha das Margaridas em 2011, tendo como representante a sua coordenadora nacional, Elza Maria Campos. Acompanhando as reuniões da Coordenação Ampliada, percebi alguma tensão na presença da UBM entre as parceiras. As intervenções feitas pela sua representante me pareciam de alguém que buscava se integrar naquele espaço, mas que, ao mesmo tempo, parecia desconhecer as especificidades das mulheres do campo e da floresta. Ao percorrer o site dessa organização, percebi que ela não apontava nenhum trabalho que houvesse sido desenvolvido com “mulheres rurais”. Os temas com os quais se ocupa aparece focado na formação e capacitação profissional de mulheres para o mercado de trabalho, bem como na educação do trabalhador, e envolve, além da formação profissional, a elevação da escolaridade e a educação sindical. Outro tema recorrente tem a ver com a saúde da mulher, tais como a humanização do atendimento à saúde, o controle social das políticas de saúde e do enfrentamento à violência contra a mulher. Embora esses temas dialoguem com a pauta de reivindicações das mulheres do campo e da floresta, a UBM não parecia trazer incorporadas, no seu discurso, as especificidades próprias desses sujeitos.

Percebemos então que a presença da UBM, assim como a da CTB, como veremos mais adiante, estava mais relacionada ao cenário político nacional e sindical, sendo, portanto, uma parceria conjuntural. A União Brasileira de Mulheres se diz uma entidade feminista emancipacionista, marcada pelo chamado feminismo marxista, originada nos grupos de mulheres formados a partir do Partido Comunista do Brasil, as chamadas “uniões de mulheres”; sendo assim, ela se caracteriza como uma articulação das militantes feministas do PC do B, para o qual a “UBM é o instrumento central de intervenção política de massas na luta das mulheres”¹²¹

¹²¹ARRUDA, Inácio. Emancipação de mulher: uma luta de todos. Senado Federal, 2008, Brasília-DF, p. 17. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/385451/Emancipacao%20da%20Mulher%20Uma%20Luta%20de%20Todos.pdf?sequence=1>. Esta é uma publicação do Senado Federal, que contém o texto da resolução sobre a criação do fórum permanente e de uma secretaria para a questão da mulher, no âmbito da direção nacional do PC do B.

Com isso, quero dizer que a presença da UBM como parceira da Marcha parece ter se dado muito mais pelo seu vínculo com o PC do B, do que, propriamente, originária de uma relação construída junto ao movimento de mulheres rurais, de um modo geral.

Sem querer adentrar nessa questão, detalhadamente, por não ser ela o foco do nosso trabalho, basta dizer que, desde 2009, quando, no seu 10º Congresso, a Contag aprovou a sua desfiliação à CUT, em nome da “unidade em torno de um sindicalismo classista”¹²², ela passou a ser dirigida por dirigentes sindicais ligados à CTB e também à CUT, resultado de uma composição negociada entre as duas centrais. As resoluções daquele Congresso apontavam essas duas centrais como principais parceiros do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Criada em 2007, a CTB, braço sindical do PC do B, foi concebida por uma das correntes políticas que fazia parte da CUT, a Corrente Sindical Classista. As divergências entre as diversas correntes políticas que se abrigava no interior da CUT, braço sindical do PT, principalmente, após o primeiro Governo Lula, resultou na criação não só da CTB como de outras organizações sindicais. No entanto, o fato é que essas movimentações repercutiram no interior da Contag que, filiada à CUT desde 1996, decide pela sua desfiliação em 2009, sugerindo não apenas a perda da hegemonia do projeto da CUT no interior da Confederação, mas o crescimento da CTB, que conseguiu aglutinar todas as forças contrárias ou insatisfeitas com os posicionamentos assumidos pela direção cutista contaguiana.

Hoje, CUT e CTB compõem a direção executiva da Contag, mas os seus princípios revelam que ambas as centrais se movimentam em direção oposta:

Entre os princípios defendidos pela CTB, dois deles são considerados fundamentais para a luta do movimento sindical rural do Brasil: a unicidade sindical¹²³ e a

¹²² Jornal da CONTAG, Ano VI, n. 56, Edição Especial, 2009.

¹²³ Presente no Brasil desde a Constituição Federal de 1937, o sistema sindical unitário, também chamado de Unicidade Sindical, é a forma prevista na legislação para a organização dos sindicatos. A unicidade como modelo sindical apresenta a categoria e a base territorial com os limites para atuar, ou seja, somente é possível uma entidade sindical por categoria para uma mesma base territorial, e é expressamente proibida por lei a

contribuição sindical¹²⁴. Ao contrário de outras centrais, a CTB vê nesses elementos a garantia para se exercer um tipo de sindicalismo classista, autônomo em relação a governo e entidades patronais e com total independência para defender os interesses da classe trabalhadora.¹²⁵

A CUT defende a liberdade e autonomia sindical¹²⁶ com o compromisso e o entendimento de que os trabalhadores têm o direito de decidir livremente sobre suas formas de organização, filiação e sustentação financeira, com total independência frente ao Estado, governos, patronato, partidos e agrupamentos políticos, credos e instituições religiosas e a quaisquer organismos de caráter programático ou institucional. Para a Central, as lutas da classe trabalhadora são sustentadas pela unidade a partir da vontade e da consciência política dos trabalhadores.¹²⁷

Uma vez que tais princípios devem nortear as ações das duas centrais, é de se supor que a convivência (e o diálogo) entre elas na direção da Contag é permeada por tensões e conflitos, que demarcam espaços de disputas político-ideológicas vivenciadas no mundo sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, e que reverbera no campo delimitado pela Marcha das Margaridas, uma vez que na Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais há

existência de mais de um sindicato na mesma base territorial de atuação. A base mínima é o município.

¹²⁴ A Contribuição Sindical é um tipo de contribuição social compulsória, recolhida anualmente e de uma única vez, devida por todos/as aqueles/as que participem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, independente de serem ou não associados a um sindicato, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão. Ela é regulamentada pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), e está prevista nos artigos 578 a 591. “Tal contribuição deve ser distribuída, na forma da lei, aos sindicatos, federações, confederações e à “Conta Especial Emprego e Salário”, administrada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. O objetivo da cobrança é o custeio das atividades sindicais e os valores destinados à “Conta Especial Emprego e Salário” integram os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)” (http://portal.mte.gov.br/cont_sindical/). No caso da CONTAG, os recursos arrecadados são assim distribuídos: 5% para a Contag, 15% para as federações, 20% para o Ministério do Trabalho e Emprego (FAT) e 60% para os sindicatos. (<http://www.contag.org.br/contribuicao/saibamais.html>)

¹²⁵ <http://portalctb.org.br>

¹²⁶ De acordo com Martins (2006, p. 682), liberdade sindical “é o direito de os trabalhadores e empregadores se organizarem e constituírem livremente as agremiações que desejarem, no número por eles idealizado, sem que sofram qualquer interferência ou intervenção do Estado, nem uns em relação aos outros, visando à promoção de seus interesses ou dos grupos que irão representar. Essa liberdade sindical também compreende o direito de ingressar e retirar-se dos sindicatos. A liberdade sindical significa, pois, o direito de os trabalhadores e os empregadores se associarem, livremente, a um sindicato [...]”. Segundo tal princípio, é garantido ao(à) trabalhador/a o direito de constituir sindicatos e ao sindicato o direito de autodeterminar-se, de governar-se. É garantida, ainda, a liberdade de filiação ou não a um órgão classista, e a liberdade de organizar mais de um sindicato da mesma categoria econômica ou profissional dentro da mesma base territorial (pluralidade sindical). A liberdade sindical implica na autonomia sindical, que diz respeito ao direito do sindicato de elaborar suas próprias normas, seus estatutos e regulamentos administrativos, sem interferência patronal ou do Estado, de eleger livremente seus representantes, de organizar sua gestão e sua atividade, e de formular seu programa de ação. É o princípio que garante a autogestão das organizações associativas e sindicais dos/as trabalhadores/as (BARROS, 2009, p. 1167 e 1231).

¹²⁷ <http://www.cut.org.br/institucional/38/historico>.

representação de mulheres ligadas a uma ou a outra central, conquanto ela seja encabeçada por uma dirigente assumidamente cutista.

Considerada como um dos principais parceiros do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, ao lado da CUT, a CTB é, “automaticamente”, feita parceira da Marcha das Margaridas. Nas reuniões da Coordenação Ampliada, essa Central era representada por Raimunda Gomes (Doquinha), secretária da mulher trabalhadora da CTB, e associada ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas. As falas e as intervenções feitas por Doquinha durante as reuniões da coordenação, apesar de bem articuladas, não escondiam o desconhecimento do conteúdo que informa sobre o “mundo do trabalho” e a vida das mulheres do campo e da floresta, ou seja, suas especificidades. Essa mesma sensação eu sentia em relação à representante da UBM. Aliás, foi por iniciativa da CTB que a UBM se fez parceira da Marcha. Ambas possuem um forte vínculo com o PC do B, o que as tornavam fortes aliadas.

A CUT que, de promotora da Marcha, passou à condição de parceira em 2011, era representada, na Coordenação Ampliada, pela secretária da mulher trabalhadora, Rosane da Silva, e sua assessora, Luizinha. Nas suas falas e intervenções, percebi que havia um acúmulo maior de conhecimento em temas que se relacionavam mais ao “mundo do trabalho” e à vida das “mulheres urbanas”, tais como saúde, creche, educação, violência, e que faziam interface com questões que interferem na vida das “mulheres rurais”, mas sem levantar considerações sobre as suas especificidades. Entretanto, no caso da Central Única dos Trabalhadores, a sua relação com a Marcha vai para além da sua participação como parceira na Coordenação Ampliada, porque ela esteve presente desde o surgimento da Marcha das Margaridas e fez parte de sua construção, de sua história. Basta ressaltar que as duas mulheres que estiveram à frente da CNMTR da Contag, Raimunda Celestina de Mascena, uma das idealizadoras da Marcha das Margaridas, e Carmen Helena Foro, que assumiu o lugar de Raimundinha à frente da Comissão, são dirigentes que surgiram do interior dos quadros formados na CUT, e esta última era, inclusive, vice-presidente da Central em 2011. Assim, a história da Marcha e a sua trajetória trazem a marca da presença da CUT, construída pela atuação

e liderança das dirigentes que a encabeçaram. Além disso, é bom lembrar que foi Maria Ednalva Bezerra de Lima, então secretária da mulher trabalhadora da CUT, que fez a mediação entre a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag e a Marcha Mundial das Mulheres, quando se deu as primeiras reuniões pra discutir a sua realização aqui no Brasil. Aliás, a CUT teve uma participação fundamental na articulação da Marcha Mundial, como já abordado no capítulo anterior.

A relação da Marcha Mundial das Mulheres com a Marcha das Margaridas vai muito além de uma relação de parceria, por que elas têm as suas histórias imbricadas.

Se você olhar os materiais da primeira Marcha das Margaridas, ela tem como consigna a mesma consigna da Marcha Mundial, que era *2000 razões para marchar*, tem o logo da Marcha e tem essa ideia de ser uma ação em adesão à Marcha Mundial das Mulheres [...]. A Marcha [das Margaridas] teve, naquela época, 20 mil mulheres, foi uma ação muito grande, e a gente já conseguiu levar uma delegação urbana, tanto que, nos dois dias seguintes da Marcha das Margaridas, a gente fez a 3ª reunião nacional da Marcha [Mundial das Mulheres] no Brasil, lá em Brasília mesmo. Depois, a Marcha das Margaridas, claro, chama a reunião de avaliação, tem o processo de continuidade, pensa como manter a ação delas no 8 de março...

A segunda Marcha das Margaridas, se você olhar também nos materiais de convocação, ainda tem uma relação muito explícita de ser parte da ação Mundial das Mulheres [...]. As companheiras da Marcha das Margaridas, na marcha de 2003, elas mantiveram a mesma consigna de 2000 que tá lá *2003 razões para marchar* [...], aí foi quando fez um logo específico da Marcha das Margaridas, que até então não tinha um logo específico [...]. O logo específico da Marcha das Margaridas partiu do logo da Marcha Mundial das Mulheres, que era o globinho com as mulheres caminhando, só que aí usou as margaridas [...], então é isso, a Marcha das Margaridas nasce, surge como uma adesão à Marcha Mundial.

Na marcha de 2007, já se diluiu um pouco isso, já não aparece a Marcha das Margaridas como uma adesão à Marcha Mundial das Mulheres, mas aparece a Marcha Mundial das Mulheres como mais uma parceira. Por outro lado, em todo esse processo, a Contag era parte, e continua sendo até hoje, da coordenação da Marcha Mundial das Mulheres, mas, do ponto de vista desse vínculo, realmente, a partir de 2007, elas alteram essa relação de que a Marcha das Margaridas já não é uma ação da Marcha Mundial das Mulheres, é uma ação para além da Marcha Mundial das Mulheres [...] (Nalu Faria, representante da MMM na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011, 2013).

Diferentemente das outras organizações, a MMM não foi convidada a ser parceira da Marcha das Margaridas, ela já estava lá desde sempre. Entretanto, ela foi ocupando o lugar de “parceira” à medida que a Marcha das Margaridas se assume e se

estabelece como uma ação específica, com características próprias. Por outro lado, a Contag, representada por sua Secretaria de Mulheres, é participante ativa da MMM; inclusive, faz parte da coordenação nacional.

A importância da relação entre a Marcha das Margaridas e a MMM é expressa por Nalu Faria da seguinte forma:

[...] na Marcha Mundial das Mulheres, quando a gente começou a construir ela aqui no Brasil, inclusive uma construção pós anos 90, num período onde o movimento de mulheres tinha ficado extremamente institucionalizado, com uma pauta, na nossa avaliação, super rebaixada. Nesse contexto de pós anos 90, que além desse aspecto da institucionalização, do rebaixamento da visão do feminismo a partir do setor, que a gente considera que, naquele momento, era hegemônico, era também um momento que tinha certa influência em alguns temas ou aspecto do pós-modernismo, de muita afirmação a partir das identidades. Então nós, da Marcha, começamos com a ideia muito assim: como que a gente constrói um movimento onde caibamos todas da classe trabalhadora, ou com uma posição política anticapitalista, uma coisa assim. E, pra nós, um grande desafio era conseguir construir um movimento de mulheres que incorporasse não só urbanas e rurais, mas jovens, negras. Então, nesse aspecto, a Marcha das Margaridas foi um ponto de partida muito importante pra essa relação dessa construção entre urbanas e rurais. No nosso ponto de vista, foi a nossa primeira experiência onde a gente construiu realmente espaços e mobilizações conjuntas entre urbanas e rurais, [...] das urbanas aderirem a uma atividade das rurais. E nós, na Marcha Mundial das Mulheres, continuamos fazendo isso, não só com a Contag, mas com outros setores também das mulheres rurais, como as mulheres da via campesina, e fomos organizando outros espaços onde a gente pudesse ter urbanas e rurais juntas, [...] então, eu acho que pra nós, da MMM, tinha muito esse desafio de ser capaz de articular um campo do movimento que tivesse mais essa capacidade de juntar, realmente, mulheres de diversos setores, e de ir rompendo com essas hierarquias. E uma das hierarquias que nós temos na nossa sociedade é a hierarquia entre campo e cidade, então nós temos muito esse objetivo [...]. Eu considero que hoje, em vários campos, a Marcha das Margaridas é, tô dizendo mais no campo popular, de esquerda, anticapitalista, a Marcha das Margaridas é uma referência, não só nacional, nacional de forma muito forte, mas também internacional. Tem muito lugar do mundo que, quando fala em movimento de mulheres no Brasil, pensa na Marcha das Margaridas, então pra nós da Marcha [Mundial], é extremamente importante reforçar isso (Nalu Faria, representante da MMM na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011, 2013).

Gostaria de chamar a atenção para algo que me pareceu interessante na fala de Nalu: o reconhecimento da Marcha das Margaridas como um espaço importante para a construção de ação conjunta entre as “urbanas” e as “rurais”, termos que observei ser, recorrentemente, utilizado no campo configurado pela Marcha das Margaridas para se referir às mulheres situadas em um ou em outro

espaço. A utilização desses termos apresenta, no discurso, o território, espaço de vida, como um marcador social, ou seja, revela que existe uma diferença territorial que se liga a diferenças e antagonismos organizados em torno de marcadores de gênero e espaços de vida. Portanto, o território (urbano/rural) é um marcador de diferença que deve ser considerado. Neste momento, gostaria apenas de pontuar este aspecto, para retomá-lo em um capítulo posterior deste trabalho, no qual buscarei abordar e aprofundar questões em torno da interseccionalidade e categorias de articulação na Marcha das Margaridas.

No que concerne à forma como a relação de parceria entre a MMM e a Marcha das Margaridas se efetiva e aos compromissos envolvidos, Nalu destaca o seguinte:

[...] Como Marcha Mundial das Mulheres, nós temos várias debilidades institucionais, porque nós somos um movimento sem recurso, a gente tem diferentes graus de articulação nos estados, [...] então, muitas vezes, a nossa institucionalidade é muito frágil, mas, mesmo com essa institucionalidade frágil, em todas as Marchas das Margaridas a gente fez esforços nos dois sentidos. No sentido de estar presente lá no cotidiano da organização da Marcha, de contribuir na elaboração da pauta, de acompanhar no processo de negociação. Inclusive, as primeiras marchas, tanto a primeira como a segunda, nós conseguimos mobilizar algum recurso de entidades que a SOF, principalmente a SOF, tinha relação com instituições da cooperação internacional, então a gente conseguiu apoio tipo da Böll; até da Christian Aid a gente conseguiu uma vez, então a gente sempre fez um esforço de apoiar nos dois níveis, tanto nesse nível, como no nível da mobilização, de garantir que tivessem não só as mulheres rurais que a Marcha [das Margaridas] articula, mas também mulheres urbanas. Então há esse compromisso com essa construção. Da mesma forma, a MMM dá visibilidade ao papel da Marcha das Margaridas, de incorporar temas da pauta e da agenda da Marcha das Margaridas, no cotidiano da MMM. Então a gente faz muito esse esforço por compreender o quanto é importante, para a construção de um feminismo popular, você ter um grande campo das mulheres rurais organizadas, em identidade com essa agenda (Nalu Faria, representante da MMM na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011, 2013).

A Articulação de Mulheres Brasileiras é outra das organizações parceiras da Marcha das Margaridas. Uma relação de parceria que se efetivou durante a última Marcha, proveniente de um convite feito pela Secretaria de Mulheres da Contag, a partir da demanda de algumas mulheres da CNMTR, especialmente, dos estados do Norte e Nordeste, regiões de maior atuação da AMB.¹²⁸

¹²⁸ A organização da AMB está em 8 regionais: Sul (PR, RS, SC); Sudeste (ES, MG, RJ, SP); Centro-Oeste (DF,

A AMB se constituiu, na década de 1990, como uma estratégia de estruturação e unificação das ações isoladas dos Fóruns Estaduais de Mulheres¹²⁹ visando a uma participação articulada na I Conferência Internacional da Mulher, em Beijing, 1995; vindo a se transformar, posteriormente, em uma articulação nacional, cujo objetivo principal é reunir os diversos fóruns de mulheres estaduais na organização de pautas comuns (ADRIÃO, 2008, p. 47). Hoje, sediada na cidade de Belém do Pará, a Articulação de Mulheres Brasileiras se define como uma organização política não partidária e feminista, que reúne “mulheres feministas que atuam em diferentes espaços de participação da AMB, em nome próprio ou através da representação de organizações e movimentos feministas, setoriais de mulheres de movimentos sociais e/ou setoriais de mulheres de partidos políticos”.¹³⁰

Segundo Adrião (2008), a Articulação de Mulheres Brasileiras e a Marcha Mundial das Mulheres se constituem nas duas maiores redes feministas agregadoras de grupos e ações de visibilidade nacional.

Sílvia Camurça, educadora do SOS Corpo¹³¹ e integrante da coordenação executiva nacional da AMB, representou essa organização junto à Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011. Ela nos falou um pouco sobre a construção dessa relação:

Acho que a relação com as mulheres rurais vem sendo construída na AMB desde antes da própria AMB. O campo de feministas que faz militância na AMB é o mesmo campo que coordenava os encontros nacionais de feministas. Em 1987, esse grupo de pessoas decidiu que abriria o encontro para o grupo das mulheres trabalhadoras rurais, por elas estarem vindo com uma força grande de organização, especialmente, aqui no Nordeste. Foi um marco o famoso encontro de Garanhuns¹³². Foi um marco para as trabalhadoras rurais e para as mulheres negras

GO, MT, MS); Nordeste 1 (AL, BA, SE); Nordeste 2 (PE, PB, RN); Nordeste 3 (CE, MA, PI); Norte 1 (AC, AM, RO, RR) e Norte 2 (AP, PA, TO). (<http://www.articulacaodemulheres.org.br/>).

¹²⁹ Os Fóruns de Mulheres são instâncias de articulação do movimento feminista, com participação de diversos grupos e coletivos feministas e de mulheres que se organizam nos estados brasileiros. “Cada estado brasileiro possui um fórum, o qual, por sua vez, agrega as diversas entidades e organizações que compõem os movimentos locais de mulheres e feminista”. (ADRIÃO, 2008, p. 57). Os fóruns têm ainda a característica de não serem instituições formalizadas, embora tenham cartas de princípios que orientem a entrada das participantes. Os diversos fóruns estaduais de mulheres, 22 no total, são articulados pela AMB (*ibidem*).

¹³⁰ <http://www.articulacaodemulheres.org.br/>

¹³¹ A SOS Corpo é uma ONG feminista, criada em 1980. Ela faz parte da AMB.

¹³² Sílvia se refere ao IX Encontro Nacional Feminista, que aconteceu em 1987, na cidade de Garanhuns-PE. As mulheres negras participantes desse encontro decidiram que já era o momento de realizarem um encontro nacional próprio e, no ano seguinte, foi realizado o I Encontro Nacional de Mulheres Negras.

também, que invadiram o encontro. No ano seguinte, ocorreu o primeiro encontro de mulheres negras, e muito da articulação das mulheres rurais do Sul com o Nordeste e outras regiões do país se fez nesse encontro. Até então, as comissões de mulheres não tinham a força que tem hoje, e a proposta de organização autônoma das mulheres também não tinha a força que tem hoje, uma linha feminista. Então, eu acho que ali se selou um pouco uma aliança entre a luta feminista e a luta das mulheres, especialmente no campo da luta por terra, porque a gente discutia o quanto a luta contra o latifúndio era uma luta antipatriarcal. Tivemos oficinas muito interessantes, onde se colocava aquela história de que, quando os homens cercaram a terra, cercaram as mulheres, essa coisa vieram sendo traduzidas muito fortemente a partir desse encontro, e virou assim material para a formação das rurais, foi algo assim muito interessante. Então, tem uma longa história. Nos anos recentes, soubemos da iniciativa da Marcha das Margaridas, através das companheiras dos movimentos rurais, ligadas aos fóruns da AMB no estado. Somos organizadas em 22 estados. Então antes mesmo de saber através da Contag, soubemos pelas companheiras dos estados, que já chegavam dizendo: “Olha, vai ter uma marcha, uma marcha específica das mulheres rurais, uma Marcha das Margaridas, e a gente quer apoio”. Então começou a nossa construção de parceria a partir do local. Daqui [Pernambuco], do Ceará, do Pará, do [...] Mas do âmbito local, a gente não era parceira no âmbito nacional, a gente ajudava a fazer as festas, a arrumar o dinheiro para as companheiras dos estados irem. Íamos muito às discussões, para discutir as pautas, a preparação... Principalmente, nos primeiros anos, que a metodologia da Marcha não tava tão consolidada como a de 2007 e a de 2011 No primeiro e no segundo ano, era tudo muito solto ainda, e muitas companheiras iam discutir pra poder se preparar e para a gente estar junto. Então o Fórum Cearense de Mulheres, o Fórum do RN, o Fórum de Mulheres de Pernambuco, o Fórum do Pará, a articulação do Amazonas [...]. Principalmente o Norte e o Nordeste, apoiamos muito nas primeiras marchas, no plano local. Ao mesmo tempo, éramos parceiras da Contag em outras iniciativas, e tem uma relação de confiança já de bastante tempo. Quando tem plenária de mulheres, elas sempre pediam assessoria às companheiras feministas que são da AMB; tem uma relação de confiança com a Enfoc. Creio que, por isso tudo, elas decidiram nos convidar para o campo da parceria nacional, constar, oficialmente, como parceira da Marcha. (Sílvia Camuça, representante da AMB na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas, 2011, 2012).

Essa interlocução de organizações feministas vinculadas à AMB com movimentos de mulheres rurais já havia sido mencionada por dirigentes, lideranças e assessoras, especialmente, do Nordeste, quando me falavam sobre o processo de organização das mulheres rurais, ressaltando o papel dessas organizações no trabalho de formação dessas mulheres, inclusive, na elaboração de materiais formativos sobre temas do seu interesse.

Mas, afinal, o que é ser parceira da Marcha das Margaridas? Sílvia faz algumas considerações interessantes a este respeito:

Há vários níveis de parceria. Eu acho que, primeiro, é ser parceira do esforço das mulheres trabalhadoras irem participar desse processo, o que implica tá

com elas na discussão preparatória, estar junto com elas ajudando a levantar dinheiro no Estado, estar com elas na despedida, porque é muito bacana fazer a saída da caravana, então faz aquele ato na saída, isso a gente sempre fez, desde a primeira vez. Eu acho que esse é um plano, que é no plano local: dar visibilidade. Então, a gente também tentava postar notícias locais da caravana local, nos rádios, nos jornais de Pernambuco, porque, como a gente tem mais contato na mídia, por que a sede dos movimentos muitas vezes tá no interior, então pra dar mais visibilidade às mulheres, então a gente acaba conseguindo cavar uma entrevista. Quando elas voltam da Marcha, faz uma entrevista local, no debate de rádio [...] Então, eu acho que esse é um trabalho de parceria no plano local, que é dar voz e visibilidade a esses sujeitos, mulheres trabalhadoras rurais. No plano nacional, a gente experimentou outra dimensão da parceira, que é a construção da própria pauta, porque há também um espaço de construção coletiva, então temas que, às vezes, não aparecem tão espontaneamente, as parceiras, eu acho, contribuem muito pra construir, coletivamente, com uma visão feminista de alguns problemas que nem sempre tá tão arraigado no movimento, a ponto de emergir mesmo do plano local. Então faz uma combinação boa, essa parceria local com esses encontros nacionais. E uma outra função que, especialmente, nós cumprimos muito, foi a de negociação com os ministérios, por que muitas de nós, na AMB, atuamos no espaço institucional e temos muita experiência de acúmulo, de fazer visitas e discussões com os ministérios. Nas reuniões de pauta, de negociação, nós, especificamente, da AMB, éramos muito acolhidas por elas, quando a gente ia. Havia uma expectativa da gente se colocar. Então facilita muitas vezes a presença de uma parceira, porque a gente pode cumprir funções numa mesa de negociação, porque uma mesa de negociação tem que ser dividida, então tem que ter alguns sujeitos mais críticos, mais ofensivos, outros mais negociadores, e a gente pôde cumprir um pouco esse papel. Outros setores das parcerias, às vezes, têm mais vínculo com a base do governo, a gente não tem, então ficava mais fácil pra gente cumprir esse papel, com a cobrança mais forte, e as companheiras do próprio movimento sindical irem fazendo o processo de negociação. Eu cumpri este papel, a Guacira, lá em Brasília, cumpriu este papel muito bem. Especificamente, é um dos momentos que elas telefonavam e diziam: “Olha, vocês não podem faltar”, porque a gente cumpria esse papel de ir com mais contundência, porque as mesas de negociação precisam das várias formas. Então eu acho que é um papel importante esse das parceiras nas negociações prévias e durante as jornadas de monitoramento¹³³, porque, nesse momento, é que você cobra mesmo se os compromissos estão ou não sendo cumpridos. As parceiras, como não estão no dia a dia, permite um acompanhamento mais distanciado. Muitas vezes, a gente ajuda lembrando de coisas que quem tá no dia a dia, às vezes, tá tão consumido que esquecem. Então eu acho que são duas funções, a própria construção da pauta, ou seja, enriquecê-la com quem tem experiência, que não é, necessariamente, a do movimento sindical rural, mas que tem vínculos com as companheiras do campo, da floresta, das áreas de pesca e das periferias urbanas também; e como contribuir nesse processo de interlocução com o poder público (Sílvia Camuça, representante da AMB na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011, 2012).

¹³³ Sílvia se refere aqui às Jornadas das Margaridas, encontros que acontecem, anualmente, entre uma Marcha e outra, para avaliar e acompanhar a resposta dada ao Governo às reivindicações pautadas.

Em relação ao significado que a Marcha das Margaridas tem para a Articulação de Mulheres Brasileiras, Sílvia faz as seguintes considerações:

Somos parceiras da Marcha. Então nós nos colocamos a serviço da construção da Marcha das Margaridas, e nossa única expectativa é manter essa relação política que nos parece importante. As nossas pautas... Nós discutimos as pautas na dinâmica da própria Marcha, a gente não instrumentaliza essa parceria em favor dos nossos objetivos. O feminismo ganha com isso tudo, de ter um movimento tão forte, com milhares de mulheres. A gente pode discutir, aprende muito pra dentro da AMB, elabora relatórios cada vez que a gente vai pra uma reunião e tal. Então, difunde, cria unidade no movimento. Então eu acho que pro conjunto da luta feminista é importante. Especificamente, para a AMB o ganho é esse: ser parceira da Marcha, e isso é um ganho político. A gente dialoga, por exemplo, o eixo sobre a questão do poder¹³⁴, a gente pode influenciar muito a partir do acúmulo que a gente tem, por que a gente tem uma frente de luta só de democratização do poder. Uma luta pra mudar na sociedade, então se a gente democratiza o poder dentro do movimento sindical é o objetivo da AMB sendo realizado também. Mas a gente atua dentro da construção da pauta, então é uma oportunidade de ampliar muito o raio de influência das nossas ideias, das nossas propostas, de ganhar adesão, basicamente isso [...]. Compreendemos e entendemos que há um espaço pra gente reforçar, apoiar, porque os nossos princípios são todos em cima do pluralismo, e achamos que, quanto mais organizações de mulheres existirem, melhor. Isso é importante para o processo de luta democrática. Não entendemos isso como fragmentação, como alguns setores, mas sim como capilaridade. Então, quanto mais organizações de mulheres e iniciativas tiverem, melhor. Não é necessário ter comando único, nem nada disso. Então é um espaço pra gente poder reforçar, e aí atende nossos objetivos, pois atuamos conforme carta de princípios, de modo a fortalecer as organizações de mulheres, nunca passar por cima, mas estar sempre juntas; ao mesmo tempo, é um espaço da gente compartilhar visões e construir juntas. Algumas coisas são incorporadas pela pauta a partir do processo todo de debate (Sílvia Camuça, representante da AMB na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011, 2012).

Sílvia ressalta algo interessante: ser parceira da Marcha das Margaridas não significa, necessariamente, ser parceira da Contag. Segundo ela, entre a AMB e a Contag, o único campo de aliança estabelecido é com a Marcha das Margaridas, e que isso não reverbera em outros campos de ação da Contag.

A gente não tem outras parcerias e alianças com o movimento sindical rural. Tentamos, mas... São meio distantes e têm uma estrutura hierarquizada e tal [...]. Entre a AMB e a Contag não temos outros campos de aliança a não ser, ser parceira da Marcha. Por exemplo, a gente atua no Conselho Nacional de Saúde, a Socorro da Contag preside, atualmente, o Conselho Nacional de Saúde. Eu sou da CISMU [Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher]. Eventualmente, nos encontramos,

¹³⁴ Refere-se a um dos eixos que estrutura a pauta de reivindicações. A pauta está estruturada em sete eixos, e o eixo VII é *Democracia, poder e participação*. É a este eixo que Sílvia faz referência.

mas, em decorrência de ser parceira da Marcha, isso não reverbera em nenhum tipo... É uma outra relação que tem que estabelecer da mesma maneira, não é uma política de aliança estratégica, permanente, em vários campos entre dois movimentos. A gente entende e compreende o limite de uma parceria, e faz diferença entre parceria e alianças. Então nós somos parceiras da Marcha, somos aliadas em algumas lutas gerais, mas não temos com a Marcha das Margaridas uma aliança estratégica permanente, constitutiva, intrínseca, que reverbere em outros tipos de luta que a gente faz. Cada ação é uma conquista e uma batalha (Silvia Camuça, representante da AMB na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011, 2012).

Além dos movimentos e organizações mencionados acima, a Marcha das Margaridas também estabelece relação de parceria com a REDE LAC e a COPROFAM. Entretanto, nenhuma das duas organizações se fez representar na Coordenação Ampliada da Marcha.

A Rede de Trabalhadoras Rurais Latino-Americana e do Caribe (REDE LAC), criada em 1996, fechou sua secretaria no Brasil, após o falecimento de sua idealizadora e coordenadora Vanete Almeida¹³⁵, em 2012. O objetivo da REDE, de acordo com informações obtidas por mim de pessoas que conheciam o trabalho por ela desenvolvido, era promover a articulação de mulheres trabalhadoras rurais reunidas em grupos, organizações e movimentos, a fim de dar visibilidade e fortalecer as trabalhadoras rurais e suas organizações para que elas pudessem participar e intervir nos espaços de decisão política em âmbito local, regional, nacional e internacional, de modo a se tornarem protagonistas de propostas de desenvolvimento rural sustentável com justiça social de gênero e étnica/racial. Impossibilitada de se fazer presente nas reuniões da Coordenação Ampliada por estar em tratamento de saúde, Vanete, que acompanhou as ações da Marcha em 2007, não o fez em 2011.

¹³⁵ Vanete Almeida era educadora popular, assessora do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTR-SC) – Pernambuco, dirigente do Centro de Educação Comunitária Rural (CECOR) e integrante da Coordenação Internacional e Executiva da Rede LAC. Chegamos a encontrá-la em Recife, agendamos uma conversa que acabou não se concretizando pelo agravamento do seu estado de saúde.

Criada em dezembro de 1994, no Brasil, a Confederação de Organizações de Produtores Familiares, Campesinos e Indígenas no Mercosul Ampliado (COPROFAM) surgiu como uma forma de intervir de forma mais organizada e qualificada no Mercosul, criado em 1991, no Paraguai. Desde 2002, a COPROFAM é presidida pela Contag, e hoje está em sete países: Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Peru, Bolívia e Paraguai, envolvendo 12 organizações desses países, que formam uma rede para pensar mudanças para o meio rural, com premissas na defesa da agricultura familiar. Presumo que o fato de essa organização ser presidida pela Contag, sendo esta uma de suas afiliadas, faz dela parceira da Marcha quase que automaticamente.

São estas então as parceiras que compõem a Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas hoje. Ser parceira ou mesmo “estar parceira” ganha significados diferentes, conforme evidenciado pelas falas, e tem a ver com o contexto e a conjuntura em que esta relação é estabelecida. Nessa relação, estão implicadas relações de poder, apropriação de recursos materiais e não materiais, disputas de ideias e de representação. Ela faz parte de um jogo político, envolvendo interesses diversos, que são constantemente negociados. Assim, por exemplo, entre as mulheres dirigentes, coordenadoras estaduais de mulheres que compõem a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais não há um entendimento consensuado sobre a importância política das parcerias. Neste caso, existem alguns tensionamentos que, embora não sejam explicitados, diretamente, durante as reuniões da Coordenação Ampliada da Marcha, eles se encontram latentes.

Não foi incomum escutar nos “corredores” conversas e comentários, por vezes irônicos, de algumas das coordenadoras estaduais, questionando a participação das parceiras. Os entendimentos são variados. Algumas entendem que a presença das parceiras amplia o escolpo de atuação da Marcha das Margaridas para além do Movimento sindical:

Eu acho que é muito importante as parceiras, porque é muito difícil você organizar uma marcha desse tamanho. Você tem que ter parceiras pra te ajudar na organização. Têm os parceiros financeiros, como a Caixa Econômica e o Banco do Brasil, o MDA... Mas tem essa parceria que você senta e conversa, e todo mundo ajuda você a organizar a Marcha. Além dela te ajudar na organização, elas ajudam

na divulgação, porque as parceiras divulgam nas entidades delas. Então não fica fechado no movimento sindical, só sindicato, na federação e na Contag. Ela abre, todo mundo fica sabendo, todas as entidades. Então as parceiras, por mais que elas não *possam* colaborar muito no financeiro, na divulgação é essencial. Nós precisamos das parceiras em tudo (Mercedes, Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Fetaepe¹³⁶, 2011).

Entretanto, há também entendimentos contrários dentro da própria CMMTR. Enquanto na fala acima há o reconhecimento de que seria difícil organizar a Marcha prescindindo das parceiras, na que se segue, a sua presença tende a descaracterizar a Marcha como uma ação do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais representado pela Contag, cuja construção se deu, efetivamente, pelo esforço das mulheres organizadas no movimento sindical.

Eu acho que nós temos que fazer essa avaliação, as mulheres da Contag têm que fazer essa avaliação: a Marcha, ela foi construída pela Contag, pelo sistema Contag, desde os sindicatos lá da base, passando pelas federações, com todas as dificuldades que nós tivemos. A Marcha, ela é da Contag e ela é das mulheres trabalhadoras rurais. Acontece que a terceira, e a quarta Marcha ela está descaracterizando isso, eu não sei se por força das parceiras, eu não sei se por uma tendência política dentro do sistema Contag, mas eu sinto que a terceira e a quarta Marcha, agora eu sinto que elas tiveram assim, parece assim que tá tendenciando a ser de todo mundo, e não é de todo mundo. Pode ser egoísmo meu falar isso, pode ser centralização, pode caracterizar não sei o quê, mas a Marcha das Margaridas ela é das mulheres trabalhadoras rurais do sistema Contag, e sem o sistema Contag a Marcha não acontece [...] Pode acontecer a Marcha Mundial, onde a Contag botou um monte de mulheres, a Marcha Mundial que aconteceu ano passado em São Paulo, aquela caminhada dos dez dias, além da Contag ter botado público, gente, botou também outras coisas dentro da estrutura. A gente tava visualizada lá dentro, então a Marcha Mundial ela é a Marcha Mundial, e quando aconteceu aqui no Brasil, a gente fez a nossa parte de estar lá. Quando houve o lançamento em São Paulo, também na outra Marcha, a gente também botou o nosso público lá dentro, agora a Marcha das Margaridas ela é das mulheres trabalhadoras rurais do sistema Contag, e isso eu acho que nós temos que fazer uma avaliação muito profunda, e nós temos que desmistificar algumas coisas, porque hoje todo mundo é dono da Marcha das Margaridas. A UBM é dona da Marcha das Margaridas, a CUT é dona da Marcha, CTB é dona da Marcha, o MMTR-NE é dona da Marcha, todo mundo é dono da Marcha, mas não é (Graça, coordenadora estadual da Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Fetaesc¹³⁷, 2011).

¹³⁶ Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná.

¹³⁷ Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina.

Outras, mesmo reconhecendo a importância das parceiras, principalmente na qualificação das discussões que irão subsidiar a pauta de reivindicações, critica aquelas que “só aparecem na hora da foto”:

Eu vejo assim, nós da Comissão Nacional temos um papel bem maior do que as parcerias, porque hoje as parcerias tem se consolidado a cada Marcha. Cada parceira quer ser visível e a Marcha às vezes ela não dá conta de colocar visibilidade em tudo, nas particularidades, então eu acho que esse papel das parcerias a gente precisa verificar melhor [...]. Tem parceiras, às vezes, que querem mandar em quem convida, ou querem aparecer mais, mas parceira não é aquela que chega no dia e diz “eu tô lá no cartaz, eu sou parceira, eu quero ir, eu vou exigir”, mas eu acho que é contribuir, e a gente tem vivenciado isso, muitas parceiras que a gente tem colocado na Marcha hoje eu acho que elas tem colocado muita disposição, se não tem dinheiro, mas tem produto de conteúdo, eu acho isso muito legal. A parceria também é pra construir o processo da pauta, de mobilização (Euci Ana, secretária de mulheres da Fetagri-PA, 2011).

Há também quem entenda a importância da parceria, mas reconhece que umas são mais parceiras que outras, e mostra que há um diferencial no grau de envolvimento e comprometimento entre elas. Novamente, aqui é enfatizada a importância de algumas parceiras na qualificação do debate que subsidia alguns temas presentes na plataforma política e na pauta de reivindicações da Marcha, principalmente, temas presentes na agenda feminista.

A gente tem umas parceiras que pegam junto mesmo e dizem assim: “Eu tô aqui, é ombro a ombro, estamos juntos”, e tem outras que você precisa muitas vezes levar, arrastar junto porque esse é o compromisso que a gente tem: não deixar o outro pra trás, se a gente conseguir. Então a gente tem esse papel. Agora, eu acho que tem uma coisa também legal, muitas vezes você está pensando que está fazendo uma boa discussão em qualquer tema, principalmente nessa questão hoje, a questão da violência, um dos temas muito presente, ou essa questão do aborto [...]. Principalmente, no meio rural, muitas mulheres não entendem essa questão, muitas por causa da igreja não querem nem ver falar e, quando você tem as parcerias, elas te ajudam a fazer essa discussão, e isso é muito bom (Adriana, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Fetaema, 2011).

Em que pese esses diferentes entendimentos, a Marcha das Margaridas apresenta uma inovação em relação ao movimento sindical ao propor, a partir de uma estratégia de alianças, a articulação de vários movimentos e organizações em torno de uma proposta de desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade. Nesse sentido, o papel que assume a coordenação geral da Marcha é de fundamental importância por fazer a mediação não apenas entre os movimentos e organizações envolvidas, mas também entre estas e a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, como mostrarei mais adiante.

3.1.4.3 Os apoiadores e os patrocinadores

Foram considerados patrocinadores da Marcha das Margaridas 2011 o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a Itaipu Binacional, Correios e a Petrobrás. Todas, empresas estatais. Entre os apoiadores, constam o Governo do Distrito Federal (GDF), FUNARTE, Ministério de Desenvolvimento Agrário, Ministério da Cultura, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Políticas para as Mulheres. Ou seja, órgãos públicos federais.

Foram designadas “patrocinadores” as empresas que contribuíram no financiamento da Marcha das Margaridas, por meio de projetos apresentados pela Contag, com a finalidade de captar recursos para a sua realização, a qual, como veremos, envolve uma megaestrutura. De uma maneira geral, trata-se de empresas que destinam parte dos seus recursos para custear projetos sociais e/ou culturais, incluindo aí a realização de ações ou eventos que tenham como foco a inclusão social, empoderamento, cidadania, erradicação da miséria e da fome etc. Portanto, a relação estabelecida com os “patrocinadores” é uma relação mais pontual. Os apoiadores, por sua vez, são aqueles órgãos públicos estatais com os quais a Contag, por meio da sua Secretaria de Mulheres, estabelece um diálogo mais permanente, mesmo durante os anos que se sucedem à realização da Marcha propriamente dita.

A presença dos apoiadores e patrocinadores nesses termos configura um campo em que as relações estabelecidas no seu interior abrigam também as relações com atores vinculados ao Estado, os quais desempenham papel fundamental.

Observei, anteriormente, que a presença de instituições estatais no campo configurado pela Marcha veio aumentando a cada vez que ela ocorria. É provável que este fato esteja relacionado à mudança que ocorreu no cenário político, em virtude da vitória eleitoral da candidatura do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República, em 2003, que possibilitou o ingresso no governo de atores historicamente vinculados aos movimentos e organizações. Ou seja, a transformação no cenário político no qual se dá a interação entre

movimentos sociais e atores político-institucionais implicou a abertura de canais de acesso para estes movimentos e organizações junto ao Governo Federal, facilitando a expressão e negociação de suas reivindicações.

As candidaturas do PT sempre foram apoiadas publicamente pela Contag, assim como por todas as organizações e movimentos pertencentes ao campo. Portanto, a forma como este campo se estrutura revela aspectos conjunturais relacionados a um contexto político específico que favoreceu – o que alguns estudiosos¹³⁸ chamam – uma expressiva *intersecção* entre Estado e movimentos sociais, favorecida pela *interpenetração*¹³⁹ partido-movimento, visto que as progressivas vitórias eleitorais do PT tiveram um forte enraizamento em sindicatos, associações e nos movimentos sociais, designados, em seu conjunto, como movimentos populares¹⁴⁰. Tal enraizamento constituiu um recurso importante do ponto de vista da legitimação e mesmo da viabilização eleitoral de suas candidaturas.

A interpenetração partido-movimento tende a caracterizar a relação Estado-Movimento “não apenas pela abertura ou pela maior permeabilidade¹⁴¹ das instituições às

¹³⁸ Sobre a relação entre Estado e Movimentos Sociais no contexto brasileiro, ver Silva & Oliveira, 2011; Müller; Silva; Schneider, 2012; Tatagiba, 2008. O tipo de análise que eles empreendem permite abordar tal relação não como exemplo de cooptação, instrumentalização ou colonização dos movimentos pelo Estado, como o fazem algumas análises simplistas, mas procurando mostrar que tal relação, no caso brasileiro, resulta de um complexo padrão de relações entre sociedade civil e Estado, mediadas por partidos políticos (e, particularmente, pelo Partido dos Trabalhadores – PT), que emerge e se consolida no Brasil ao longo dos últimos 25 anos.

¹³⁹ Para Silva & Oliveira (2011, p. 95) a interpenetração entre partidos e movimentos “ocorre quando as fronteiras entre partido e movimento apresentam uma relativa diluição (cujo grau pode ser bastante variável), com o compartilhamento de militantes, marcos interpretativos, orientações ideológicas e estruturas organizativas”.

¹⁴⁰ Doimo (1995, p. 68) define movimento popular como “uma categoria reconhecidamente latino-americana, cunhada em tempos de autoritarismo político pela confluência de outros tantos agenciamentos, para referir-se a uma vasta gama de movimentos reivindicativos referidos ao Estado do ‘mal-estar social’”.

¹⁴¹ Por “permeabilidade, entende-se que as esferas estatais e não-estatais não se constituem de maneira autorreferente, sem vínculos com atores, processos e elementos de outras esferas. Ao contrário, permeabilidade pressupõe que as ‘fronteiras’ entre estas esferas são, em maior ou menor grau, diluídas por vínculos entre atores com distintas inserções institucionais, gerando um processo recíproco e contínuo de influências e dependências” (Müller; Silva; Schneider, 2012, p. 145). Para Silva & Oliveira (2011, p. 98), no caso de governos de coalizão como os de Lula e Dilma, tal permeabilidade não se dá da mesma forma, variando conforme as forças políticas partidárias que controlam um ou outro setor do governo/Estado, de modo que alguns setores desses governos são considerados altamente permeáveis por certas organizações de movimentos sociais, enquanto outros são totalmente impermeáveis e, logo, adversários. Para exemplificar, ele menciona as relações muito diferenciadas de organizações como o Movimento dos Sem-Terra ou o Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais com o Ministério de Desenvolvimento Agrário, que se mostra altamente permeável aos seus interesses; e o Ministério da Agricultura, muito mais

demandas e propostas de organizações de movimentos sociais, mas também pela recorrência de um mecanismo central na conformação daquela permeabilidade no Brasil: o trânsito institucional” (SILVA & OLIVEIRA, 2011, p. 98). Ainda segundo os autores:

O trânsito institucional se caracteriza pelo deslocamento contínuo de militantes sociais-partidários por diferentes espaços de atuação (organizações sociais, partidos, fóruns institucionais e posições governamentais), o qual é, em grande medida, possibilitado pela interpenetração partido-movimento. Assim, vitórias e derrotas eleitorais tendem a produzir um trânsito significativo de militantes da sociedade civil para o governo e vice-versa, gerando mudanças rápidas e intensas nas oportunidades de acesso institucional (tanto em termos de grau quanto em termos de forma) (*ibidem*, p. 98).

Esse trânsito institucional, mediado pelo pertencimento partidário, possibilita aos movimentos sociais acessar espaços de diálogo e de negociação, e também de formulação e execução de políticas públicas. Essa possibilidade abriu espaço junto ao Estado, em um determinado momento, e contribuiu para que fosse criado o ambiente favorável que proporcionou a construção e realização da Marcha das Margaridas na maneira como se configurou, principalmente, na de 2011

Pois bem, os órgãos estatais mencionados como apoiadores da Marcha das Margaridas são setores do governo mais permeáveis à maioria das organizações que compõem a sua coordenação ampliada.

Os ministérios mencionados são conduzidos por pessoas filiadas ao Partido dos Trabalhadores. Mesmo o Governo do Distrito Federal (GDF) passa a ser governado, a partir de 2011, por um candidato eleito pelo Partido dos Trabalhadores. Por outro lado, a diretoria da Contag é composta, na sua maioria, por pessoas filiadas ou mais alinhadas a essa força partidária, incluindo Carmen Foro, sua secretária de mulheres. Portanto, no caso da Marcha, é possível perceber um certo grau de interpenetração partido-movimento, assim como trânsitos institucionais daí decorrentes, favorecendo-lhe maior permeabilidade a

permeável aos interesses dos denominados “ruralistas” ou do “agronegócio”.

determinados setores do governo, que se tornam assim seus apoiadores envolvidos em seus processos definidores, especialmente aqueles setores relacionados aos temas *desenvolvimento agrário e políticas para as mulheres*, que se encontram fortemente presentes no cotidiano do Movimento.

Vale ressaltar que esses trânsitos e múltiplos pertencimentos institucionais é algo que vem se tornando cada vez mais comum no período pós-redemocratização no Brasil¹⁴², com a ampliação da participação dos movimentos sociais na formulação e implementação de políticas públicas, provocando uma mudança no padrão de relação desenvolvido entre Estado e sociedade civil nos últimos anos. Aspecto que influencia na dinâmica do *campo* visto que, como ressalta Swartz (1966), este se redefine de acordo com a mudança nas atividades de interação entre os atores sociais.

O fato é que o modo como essa rede de relações, envolvendo parceiros, apoiadores e patrocinadores, se configura na Marcha das Margaridas 2011 lhe imprime um caráter específico como movimento, ao se configurar como um campo político de atuação híbrido, que congrega atores com formatos institucionais e ações bastante variadas.

3.1.4.4 A coordenação da Marcha

Coordena a Marcha das Margaridas a pessoa que se encontra à frente da Secretaria de Mulheres da Contag. Em 2000 e 2003, esse papel foi exercido por Raimunda de Mascena, e em 2007 e 2011, por Carmen Foro.

Ser coordenadora da Marcha implica, entre outras coisas, assumir o papel de porta-voz do movimento, e envolve um processo de aprendizado e utilização de distintos

¹⁴² Estudando o Movimento LGBT, Simões & Facchini (2009, p. 139) afirmam que “a partir da redemocratização, os partidos também se converteram em canais para tornar visíveis as demandas do movimento e articulá-las politicamente”.

recursos que dependem das características pessoais de quem assume a sua coordenação, de quem a lidera, e que acabam deixando a sua marca a cada Marcha.

Filha de lavradores, Carmen Helena Foro, 46 anos, é uma cabocla, como ela mesma diz, nascida no município de Moju, nordeste do Pará. Aos quinze anos, migrou para Igarapé-Mirim, onde iniciou a sua militância política nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Começou a trabalhar no Sindicato de Trabalhadores Rurais ainda muito nova, na condição de dependente da inscrição sindical de seu pai. Em 1990, conquistou o direito a sua própria filiação, compôs uma chapa de oposição sindical e tornou-se dirigente em 1991, para, em seguida, assumir a presidência do sindicato, de forma interina, por oito meses.

Eu fui a primeira mulher a assumir o sindicato dos trabalhadores rurais do meu município. Eu e mais duas companheiras. Até aquele momento, nunca tinha havido nenhuma mulher no sindicato. E a primeira tarefa que eles me deram foi fazer a ata, porque eu tinha uma letra muito bonita. Então eu ficava na reunião escrevendo toda a ata da reunião, porque a minha letra era bonita. Nessa época ainda, um pouco antes, eu só tinha a carteirinha amarela do papai, de dependente. Depois eu fui indo pro sindicato, mesmo antes de ser associada, por influência do meu pai. Eu participava das coisas junto com ele. Ele já era associado. Depois eu me filiei ao sindicato. Quando me filiei ao sindicato, na época, meu pai queria que eu passasse um período no sindicato, para treinar minha datilografia, porque eu tava estudando, tinha feito cursinho de datilografia e tal. Então o meu pai pediu ao presidente do sindicato pra eu ficar um período no sindicato. E eles, obviamente, me exploravam, né? Pra fazer a ata, pra escrever as coisas, e pra fazer o café e, às vezes, até o almoço, então eu fazia de tudo sem receber nada, e trabalhava um período. Depois, eles acharam que eu fazia bem o serviço e resolveram me encaixar numa creche. Eles tinham uma creche ao lado do sindicato, nessa época, aquelas creches LBV [Legião da Boa Vontade]. Então o sindicato me contratou por uns três anos, eu acho. Eu ajudava na escolinha e fazia os serviços do sindicato também, que era datilografia, era fazer os ofícios. Eu fazia isso, e no final de semana eu ia pra roça. Depois eles viram que eu tinha potencial, e acharam que era importante eu me filiar ao sindicato, e aí encerrou a história de ser contratada do sindicato. Eu me filiei ao sindicato e vim pra direção, pra direção do sindicato, como diretora. Mas eu era uma “menina verde”, assim diziam eles. Eu era uma espécie de segunda secretária, eu ajudava o secretário, então o cara era ele, eu era a diretora auxiliar (risos). Você acredita numa coisa dessas? Então tinha o presidente, o vice-presidente, o secretário, e uma segunda secretária, tesoureiro e uma segunda tesoureira. Eu era uma espécie de diretora auxiliar do chefe, diretor, secretário geral, né? E tinha consciência desses lugares, dessas coisas aí. Eu me filiei em noventa e um, e em noventa e dois tinha eleição municipal, o nosso presidente do sindicato, em noventa e dois, foi candidato a prefeito pelo PT. O vice foi candidato a vereador na região dele. E o secretário geral, numa outra região do município, também foi candidato a vereador, e eu virei presidenta. Sabe? Numa fase terrível do sindicato. Porque o sindicato, antes de nós tomarmos ele, em oitenta e oito, ele era um sindicato que

servia pra extrair dente, consulta médica, não fazia luta nenhuma, ele era um braço da prefeitura. Quando nós tomamos o sindicato, a história era outra. Então aquele sindicato, os trabalhadores que tomaram conta não tinham experiência administrativa. Os associados reclamavam porque não tinha mais dentista, a luz tava atrasada, não tinha dinheiro. Na outra direção, tinha dinheiro, porque era um braço da prefeitura, mas nós não tínhamos dinheiro nem pra fazer o talão. Então eu assumi o sindicato nessa condição horrível, do cara vim aqui cortar a luz e eu pedir pra ele segurar até de tarde, até eu emprestar um dinheiro pra pagar a luz do sindicato. Aí eu pensei: o que é que eu vou fazer? Eu vou pra base! Eu vou pedir ajuda à base. E eu fui. Fui pras delegacias sindicais conversar, falar que o sindicato tava numa situação difícil, e que a gente precisava resgatar aqueles associados, e como a gente podia fazer alguma coisa pra comprar o talão. Então os trabalhadores contribuíram muito. Eles levavam, vendiam açaí, eles vendiam produtos pra contribuir com o sindicato. E nós fizemos muitas festas. Eu ficava a noite inteira na porta, cobrando entrada, pra que a festa não desse problema no lucro, pra pegar o dinheiro, pagar as despesas da festa, e o que sobrasse levar pro sindicato, pra comprar o talão, pra pagar o telefone, pra pagar a luz, pra não cortarem, e pra pagar a funcionária que tava com salário atrasado. Eu fiquei substituindo o companheiro que foi candidato, e quando ele terminou a eleição, ele não voltou, porque ele teve uma pneumonia grave, e eu fiquei mais um tempo. E eu tive a oportunidade de conhecer todas as delegacias sindicais, todo o meu município, que eu conheço como a palma da minha mão. Entendeu? E aí, quando terminou tudo isso, passou mais um ano, eu ia pro município, pros interiores, e tal, e com mais um ano, nas delegacias sindicais, o povo disse: “Ela tem que ser a presidenta”. Aí os camaradas mais velhos e experientes do que eu, que era muito jovem, vinte e poucos anos, vinte e dois, vinte e três anos, aí eles viraram e disseram: “Ela é muito boa, deu conta direitinho, mas ela tá muito verde. Tem que ser alguém que tenha mais juízo, alguém com mais história”. E eu só fui presidente do meu sindicato essa época aí. Nesse período, eu encenquei que nós tínhamos que construir uma organização de mulheres no município. E briguei muito no sindicato pra botar o dinheiro do sindicato. E nós fizemos os encontros de mulheres no meu município. Era pra fazer formação, pra entender por que é que as mulheres eram discriminadas. Eu li uns livrinhos: *O que é o feminismo?* daquela Coleção Primeiros Passos. E pegava um material que chegava da CUT lá, que era um boletim escrito, uma campanha sobre igualdade e oportunidade na vida, no trabalho e no movimento sindical. Aquilo era minha bíblia [...]. Nós fizemos grandes encontros no meu município, com duzentas, trezentas mulheres. Chamava gente de fora pra vir falar sobre os assuntos. Pedia apoio da Cáritas, pedia apoio dessas organizações e consegui, conseguíamos fazer isso (Carmen Foro, Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, 2013).

Em 1996, Carmen assumiu a recém-criada Secretaria de Mulheres da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (Fetagri-PA) e, em 1997, compôs a direção da CUT estadual Pará. De 1996 a 2005, atuou na militância feminista estadual e nacional articulada com a comissão de mulheres da Contag e com a Secretaria Nacional de Mulheres Trabalhadoras da CUT.

Quando me disseram: todo mundo acha que você é a mulher pra assumir a Secretaria de Mulheres, eu pensei: eu vou assumir a Secretaria de Mulheres do meu estado, que

bicho é esse, meu Deus? Eu tinha uma ideia já, dessa coisa do município. Aí, minha filha, me meti nisso e nunca mais parei. Aí eu fui pro meu estado, cheguei lá, eu não sabia o que fazer. Tinham acabado de criar uma secretaria e tinham vários movimentos de mulheres lá em Belém, e todos os movimentos de mulheres queriam que eu fosse pra dentro do movimento de mulheres deles. E eu passei um tempão pensando: se foi criada a secretaria de mulheres pra cuidar das mulheres rurais aqui, por que é que eu tenho que ir pro MMC? O Movimento de Mulheres Camponesas, que tem lá no Pará. Eu tenho que organizar aqui. Bom, numa gestão, nós conseguimos organizar duas coisas, que pra mim foi fundamental: atividades nas regiões, com as mulheres, construindo coordenações nas regiões, e debatendo a política de cota [...]. No mandato seguinte, nós conseguimos aprovar a cota [...]. Três anos depois, eu saí da secretaria de mulheres e fui tocar políticas sociais na Federação em outro mandato, mas fizeram com que eu voltasse pra secretaria de mulheres. Aí eu voltei com muito mais bagagem e amadurecimento, e tal, aí *foi quando me meti em Marcha*. Daí eu falei: eu vou levar duas mil mulheres. Nós, que participamos da outra Marcha [a de 2000], assim, muito timidamente, com dois ônibus, três ônibus, desta vez fomos com vinte e cinco ônibus, e transformamos o ato de saída num ato do Estado, sabe? As mulheres fizeram de tudo, elas estavam convencidas da ideia de que só caminhando, só marchando a gente ia fazer mudanças. A imprensa corria atrás de nós, foi um momento muito histórico, então fez muita diferença pra esse processo, e todo ele foi muito importante, porque eu virei referência (*idem*, 2013).

E sendo uma referência, ela assume, em 2005, a Secretaria de Mulheres da Contag, cargo antes ocupado por Raimundinha, ficando à sua frente até 2013, quando finalizou o seu segundo mandato. Desde 2003, ela compõe a Executiva Nacional da CUT e hoje, a vice-presidência da Central.

Acompanhei o trabalho que Carmen desenvolveu na coordenação da Marcha das Margaridas 2011, papel que ela desempenhava habilmente e com uma dose precisa de sagacidade política. Para ela, para exercer uma liderança, era preciso, antes de tudo, ter convicção do que se quer, acreditar no que se está fazendo, e construir essa convicção junto a um coletivo maior, do contrário não há mobilização.

Para exercer o papel de liderança, é preciso ter convicção. É preciso acreditar e, acreditando, a liderança envolve os outros, e quando você envolve, as pessoas vão. Se a liderança não convence nem a si própria, se nem ela tá convencida daquilo, não vai, não puxa ninguém. Você só é líder, porque você ganha as pessoas pelas suas ideias, porque você lidera ideias, você lidera pensamentos, você lidera posição, e por isso você lidera [...]. Então eu acho que papel de liderança tem que ser um papel que ganha, ganha pela convicção numa ideia, num sentimento. É algo que ultrapassa as palavras, ultrapassa o escrito, sabe? A pessoa tem que se imbuir da convicção das coisas, e ser capaz de convencer os outros. Eu posso tá fazendo, até ta conceituando, erroneamente, o papel do que eu entendo como liderança, porque eu nunca me dediquei a perguntar o que é que é ser uma liderança, mas eu sinto que pra ser liderança tem que ter capacidade de ganhar mentes e corações pra uma proposta, e daí isso ser traduzido a outros [...]. Não acredito na ideia de

liderança sozinha, individualista, personalista. Eu acho que a Marcha das Margaridas, nós só somos sucesso porque nós somos muitas líderes convencidas de uma ideia. Quando eu convenço meia dúzia de mulheres, e elas convencem mais meia dúzia, eu acho que nós estamos exercendo liderança e nós estamos mobilizando, e pra mobilizar tem que ter liderança [...]. Liderar é você conseguir de fato convencer as pessoas com os teus argumentos, com teu coração. O sentimento, ele não é algo separado. Você é um líder que tem sentimento, por que só as palavras mortas não funcionam. Então assim, eu atribuo muito a isso o que a gente conseguiu: convencer o coletivo, o coletivo se investiu dessa ideia de que nós podíamos (*idem*, 2013).

Carmen destaca, na sua fala, atributos que ela, como liderança, considera importante no processo de construção da Marcha das Margaridas: a capacidade de influenciar, persuadir, motivar e envolver pessoas nesse projeto. Sem dúvida, esse é um recurso importante, mas, por si só, ele não garantiria a concretização de tamanho intento. Observei que a combinação, desse a outros recursos, era necessária para fazer a Marcha acontecer, recursos que Carmen sabia utilizar, habilidade aprendida na sua trajetória política. Ela tinha domínio sobre os trânsitos político-burocráticos no interior da própria Contag, o que lhe permitia, por exemplo, pensar, propor e lançar mão de estratégias para fazer passar as propostas discutidas junto à CNMTR no conselho deliberativo. Além disso, ela sabia como se comunicar com a CNMTR para obter dela o apoio às propostas por ela lançadas. Sabia, ainda, mediar o diálogo entre a Comissão e as organizações parceiras, e entre as próprias organizações. Uma vez perguntei pra ela se havia um consenso na Comissão de Mulheres, a qual ela representa, quanto à importância política da relação de parceria, e ela me respondeu:

[...] É o seguinte: como eu tenho convicção da importância da parceria, e eu sei que na Comissão de Mulheres tem gente que tem dificuldade de compreender isso, eu tenho que usar o argumento de liderança pra convencer as outras. Se eu fosse frouxa, não fosse uma mulher que tem posição, se eu não tivesse clareza de um universo mais amplo, era muito mais fácil me esconder atrás das coordenadoras que não têm compreensão e dizer: “Ah, a Comissão de Mulheres decidiu”. Entendeu? Seria muito mais fácil. Mas eu, realmente, acho que cada um contribui com o que pode. Se eu não tivesse certa disso, eu já tinha me escondido atrás da Comissão, porque é mais fácil, às vezes, a gente se esconder atrás das coisas mais fáceis, do que enfrentar o difícil. Enfrentar o difícil é dizer não, não é possível a gente não conseguir ler o mundo desse jeito. Mas eu, eu acredito muito numa parceria, e acredito que a Marcha só é o que é por esse valor simbólico das parcerias, por mais que elas não consigam mobilizar o tanto que nós conseguimos. Mas nós conseguimos construir e articular uma sinergia de forças políticas com as nossas parceiras (*idem*, 2013).

Ademais, Carmen sabe a quem recorrer para obter apoios institucionais diversos, necessários à realização da Marcha; em quais momentos, para que fins e de que forma recorrer. Tudo isso se aprende à medida que se faz.

Recorrendo à linguagem dramaturgica de Goffman (1975), para quem os indivíduos constroem personagens em cenas sociais, eu diria que Carmen sabe “entrar em cena”, ou seja, fazer-se notar e ser ouvida em diferentes situações (VIANNA, 2011), nas quais a forma como se apresenta revela-se na composição de olhares, nos gestos, nas afirmações verbais, na aparência, na entonação da voz. A entonação, aliás, era algo sempre enfatizado por Carmen em nossas conversas (“A entonação [...]. Tem que saber falar pra massa”).

Como secretária de mulheres da Contag, como mulher e dirigente sindical, Carmen tem legitimidade para falar em nome das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta e, nesta condição, é autorizada a falar em nome dessas mulheres, tomando-lhes a voz em momentos públicos e as representando. Os recursos utilizados e as habilidades aprendidas conferem força à fala de Carmen, ao acionar a condição de mulher, trabalhadora, mãe para dizer desse sujeito político nomeado “margaridas”, algo fundamental para a ação.

A maneira como Carmen constrói a sua apresentação pública revela a legitimidade que ela possui diante dos diferentes movimentos e organizações que compõem a Marcha, seja pelos anos de militância que marcam a sua trajetória política, seja por sua maestria em proferir fortes discursos em eventos públicos.¹⁴³ Tal legitimidade permite que ela, por exemplo, se sinta à vontade para se colocar na primeira pessoa do plural, falando em nome das mulheres, ora das mulheres trabalhadoras rurais, ora das mulheres do campo e da floresta, denunciando a condição de opressão, a violência vivenciada pelas mulheres, e reivindicando direitos. Entretanto, segundo ela própria, ela também está falando de si por “ter estado ou por estar” no lugar em que essas mulheres estão. Por experienciar esse lugar seja como dirigente, seja como mulher trabalhadora rural.

¹⁴³ Tais características foram observadas por Vianna (2011), ao se referir à liderança que determinadas mulheres, mães de vítimas de violência policial, exercem na luta por justiça.

[...] Eu tô falando delas e de mim, porque eu, quando me entendi enquanto gente, no meu sindicato, eu vivi essa experiência. Eu não tenho tempo de contar pra você cada detalhe, mas teve dia que os homens me expulsaram do sindicato. Teve vezes que eles criaram problemas pra me expor com a história dos encontros das mulheres. Era muito duro convencer eles, sabe? Alguns até que a gente convence, outros emperram. Quando eles não te convencem pela fala, eles te sacaneiam. Sabe? Eles te impedem. De um jeito ou de outro. Eles te sacaneiam, assim: “Ah, eu não convenci ela, eu perdi a proposta, portanto, eu vou cortar o dinheiro, vou deixar ela em maus lençóis”. Viver isso é muito importante pra poder olhar no olho das outras e dizer: *Irmã, eu sei o que tu sentes. A tua dor é a minha dor.* Entendeu? Das que estão passando agora por esse momento. Porque eu acho que a gente tem problemas enormes na Contag e na federação, mas eu tenho convicção que nós somos privilegiadas, que estamos num espaço de visibilidade, privilegiado, porque naquele espaço mais denso não tem como ter uma gratificação menor pra ti do que pro homem. Na Contag, eles não ousam fazer isso nunca mais com as mulheres, mas as que tão lá [nos sindicatos], de forma invisível, sofrem muito mais [...]. Tem casos em que presidentes do sindicato assediavam sexualmente as dirigentes mulheres. E isso não é um caso isolado, isso é fortíssimo, porque eu já passei por isso. A gente só tem dois caminhos: ou cede às investidas e sobrevive por alguns tempos, ou enfrenta eles. E o enfrentamento, não precisa se digladiar, é trabalhar muito, organizar as mulheres, entendeu? Então isso não é um caso isolado, amiga, isso acontece de forma horrorosa. Por isso que eu não aceito: “Ah não, vamos tirar, isso tá muito pesado”. “Muito pesado? Vai me convencer pra tirar do texto coisas que as mulheres denunciaram? Vou tirar não. Vou é dar visibilidade a denúncia que elas tão fazendo [...]”.

A outra dor, a dor das mulheres trabalhadoras rurais, é uma dor também vivida por mim, por minha mãe, pela minha [...]. Eu vir pro sindicato foi uma vivência pessoal, eu tinha vinte e poucos anos, mas antes disso é a vida no lote, é a família, o lugar que a gente ocupa, e que, mesmo sem consciência, ele é aquele lugar. Enquanto você não adquirir consciência, aquilo é normal. É normal os meninos serem mais importantes que as meninas. Eu vivi isso. O meu irmão uma vez me bateu que rachou aqui. A mamãe não gostou, mas também ninguém bateu nele, ela não gostou, ralhou, mas ninguém puniu ele por isso. Vivi também a ausência de condições materiais, quando a gente tava lá. Eu não falo disso como algo que naquela época poderia me fazer falta, eu falo isso como algo que só agora eu vejo. É incrível como a gente só vê coisas da nossa vida depois que o tempo passa. Provavelmente, o que eu tô vivendo aqui, agora, daqui a cinco anos eu vou fazer uma releitura, eu vou entender partes. Eu, quando vivia lá, que não tinha comida, eu achava que eu passava fome. Mas a gente tinha farinha, tinha açaí, tinha frutos do mato. Bebia mingau, porque tinha farinha. Depois que minha consciência se alterou, é que eu fui perceber que eu nunca passei fome, graças a Deus. Quem passa fome são os nordestinos, que não têm terra, que a terra seca, que enfrenta a seca. Lá tinha muita água, sempre teve muita terra. Sempre teve muita terra não, vivia em cima de uma terra que tudo o que se plantava dava. O meu pai era um excelente produtor, fazia a melhor farinha, entendeu? Ao redor da minha casa, tinha muita coisa. Eu achava que não tinha comida. Renato Maluf, do conselho de soberania alimentar, uma vez falou pra mim, que eu pensava assim porque a minha falta de comida era carne. Eu não tinha. Quando a gente dizia que não tinha comida, a gente não tinha era um pedaço de carne pra comer. Eu nunca tive um guarda-roupa, era

num balaio que a gente guardava as coisas. Mas pra mim isso não tinha importância, um guarda-roupa. Então, agora, eu sei que isso é falta de condições materiais pra viver dignamente. Mas quando você tá imbuída em determinadas coisas, você pensa com o estômago. Você não tem tempo pra pensar se você merecia ter mais ou menos que os outros. Você tá ali. Você tá, inclusive, feliz com aquilo que te toca, de ter comida e teto. Sabe? É tão pouco que o nosso povo precisa. Dignidade, uma casinha pra morar. Eu vejo o povo lá na minha área, lá no meu estado, o pessoal ganhou... tá ganhando dinheiro com açai agora. Antes derrubavam os palmitos, que a terra não era deles. Casa simples de madeira, toda limpinha, uma televisão, um transporte, não tem ninguém pensando em outras coisas. Dignidade e pobreza depende de como você vê. Tem a ver com cultura, tem a ver com uma série de coisas. Então eu hoje tenho clareza, eu sei que muitas mulheres que tão lá vivem em situação de violência, de opressão, e de necessidade de questões materiais. Por isso, eu tenho absoluta clareza do que poderia ser feito pra que aquelas mulheres não vivam as dificuldades que eu vivi, e que pra mim eram naturais. Eu vestia calça comprida, calçava sapato que me davam. Sabe? Eu só vestia roupa que levavam da cidade, doada. Eu, quando comecei a trabalhar, capinando um período na roça do meu pai e mais horas em outra roça pra ganhar um dinheiro, eu comprei as minhas primeiras roupas. Chita maravilhosa.

A gente tinha a nossa roça, era ao lado do vizinho, então um período a gente fazia aqui, outra lá. Teve um período que eu estudava num horário, e ia na roça no outro. A condição de estudar era aprender a nadar. Condição de ir pra escola era aprender a nadar. E aí eu me lembro que eu tinha uns doze, treze anos, então eu pedia pro papai: “Olha, esses dias agora eu preciso ir pra roça, capinar o pimental do vizinho”, que era pra mim poder ganhar o dinheiro pra comprar roupa pra festa de Santana, que tinha todo mês de julho, na minha cidade. E eu fui, comprei, recebi um dinheiro e comprei. Um vestidinho estampadinho de azul, o outro era de florzinha rosa, e minha madrinha fazia os vestidos. Então as meninas jovens sofrem muita necessidade no interior. Sofrem muita necessidade [...] (Carmen Foro, Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, 2013).

Para Carmen, essa identificação com as mulheres as quais representa lhe confere legitimidade para falar em seu nome. Uma legitimidade que se constrói na relação com essas mulheres e não apenas por ter sido a ela delegada a Secretaria de Mulheres da Confederação. Assim, quando ela diz: “Eu sei o que tu sentes” ou “A tua dor é a minha dor”, ela está manifestando o seu pertencimento àquele grupo e, portanto, à legitimidade de falar em seu nome. Não é incomum, em certas ocasiões, particularmente, situações em que dirige sua fala a mulheres da CNMTR, ou a mulheres da sua “base”, o seu discurso transitar, habilmente, entre o “eu” e o “nós” para falar da semelhança de casos e experiências vividas ou para enfatizar o lugar comum compartilhado por todas, ao mesmo tempo que construía perante o seu público a apresentação de si.

Eu entendi uma coisa na minha trajetória: se você não chegar no coração das pessoas, olha, eu tenho certeza que nós só conseguimos mobilizar muita gente porque as mulheres, quando viam a minha fala, elas viam firmeza” (Carmen Foro, Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, 2013).

Acompanhei a atuação de Carmen em vários espaços, na Coordenação Ampliada, na Comissão de Mulheres, em diversos eventos promovidos pelo movimento sindical, em atividades formativas, em audiências com o governo, em atos que contavam com a presença de autoridades do governo, enfim, em situações variadas em que ela se pronunciava seja em nome da Secretaria de Mulheres, da CNMTR; seja em nome da Marcha das Margaridas. O seu discurso apresentava elementos determinantes para que fosse atingido o objetivo pretendido (denúncia, reivindicação, protesto etc.), tais como a forma como ela se dirigia ao público, os aspectos que ela valorizava para construir a imagem de si, o acionamento de certos recursos discursivos para posicionar a sua fala, os momentos em que ela transitava do particular para o geral, a habilidade em "dosar" a explicitação da emoção, os recursos estéticos utilizados, a entonação da voz, a demonstração de conhecimento sobre informações e dados reveladores da condição de vida e de trabalho das mulheres do campo e da floresta.¹⁴⁴

Sua atuação revelava o acionamento de uma heterogeneidade de recursos políticos e simbólicos em contextos variados, nos quais ela demonstrava ter competências para exercer o papel de porta-voz da Marcha, e, ao exercê-lo, dava existência aos sujeitos políticos os quais representava, ao mesmo tempo que se construía a si mesma enquanto liderança.¹⁴⁵

A Marcha, na minha vida, me transformou numa referência política. Eu tenho clareza disso. *Eu acho que me consolidei como uma liderança com a Marcha das Margaridas*: uma liderança local, municipal, na minha região, depois do meu estado, depois nacional, mas a marcha foi a chave de uma visibilidade pessoal e coletiva. Pessoal, porque eu tenho muito reconhecimento dentro do movimento sindical da Contag, fora do movimento sindical da Contag, nas centrais sindicais e na sociedade. O governo brasileiro me conhece, conhece a nossa agenda, então a Marcha foi a chave, principalmente, a segunda Marcha que eu coordenei [refere-se

¹⁴⁴ Os elementos mencionados foram abordados por Adriana Vianna (2011), a partir da leitura de Luc Boltanski, 2000 [1990].

¹⁴⁵ Como ressalta Bourdieu (1984, p. 49): “Il est à peu près aussi vrai de dire que c'est le porte-parole qui fait le groupe. C'est parce que le représentant existe, parce qu'il représente (action symbolique), que le groupe représenté, symbolisé, existe et qu'il fait exister e retour son représentant comme représentant d'un groupe.

à Marcha de 2011]. A primeira [2007] eu tava chegando, foi o meu momento pessoal de me colocar. Aqui foi o meu passaporte, o meu teste pessoal da minha capacidade, condição política de conduzir (idem, 2013).

Observando o desempenho de Carmen como coordenadora da Marcha, passei a perceber que, tanto o lugar ocupado quanto quem o ocupa é parte importante do processo de produção das mulheres do campo e da floresta como sujeitos políticos, que merecem ser vistas e reconhecidas pela sociedade, e vistas e ouvidas pelo Estado.

De um modo geral, procurei apresentar aqui os grupos e/ou indivíduos mais diretamente envolvidos nas definições do campo conformado pela Marcha das Margaridas. Trata-se de atores sociais em fluxo que estabelecem relações interativas, conforme maior ou menor interesse e mobilização. Ao fazê-lo, evidenciei alguns aspectos que permitem compreender a dinâmica interna da Marcha, o que inclui a forma como essas relações são estabelecidas tanto entre aqueles atores que fazem parte da sua coordenação ampliada, e estão mais diretamente envolvidos nos seus processos decisórios (Contag, CNMTR e entidades parceiras); quanto entre esses atores e outros que, conquanto não sejam participantes da coordenação, desempenham um papel importante para as tomadas de decisão que ocorrem em seu interior (apoiadores e patrocinadores).

Os espaços de interação entre os atores membros da Coordenação Ampliada são as chamadas “reuniões da Marcha”, espaço privilegiado para ampliar a compreensão da sua dinâmica interna.

3.1.4.5 As “reuniões da Marcha”

“Reuniões da Marcha”, era assim que as pessoas, geralmente, se referiam às reuniões da Coordenação Ampliada, preparatórias da Marcha. Não que esse fosse o único espaço que se discutisse questões referentes à Marcha, mas talvez para distinguir das reuniões da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR), das quais só participavam mulheres representantes estaduais das secretarias de mulheres das Federações de Trabalhadores/as na Agricultura. As reuniões da CNMTR fazem parte da agenda da Secretaria de Mulheres Rurais da Contag, mas, desde o ano que antecedeu a Marcha, elas se

voltaram para questões relativas à sua preparação, particularmente, às questões político-organizativas no âmbito do movimento sindical. Muitas das questões levadas à reunião da Coordenação Ampliada já haviam sido previamente discutidas e acordadas nas reuniões da CNMTR, que geralmente antecediam as reuniões do Conselho Deliberativo da Contag¹⁴⁶.

Carmen dizia que era estratégico fazer as reuniões da Comissão nesses momentos, porque oportunizava a participação das mulheres nos espaços de decisão da Contag, uma vez que, ao intervir conjuntamente nesses espaços, elas fortaleciam suas propostas. Questões como o estabelecimento de metas em termos de público (quantidade de mulheres presentes em Brasília para participar da Marcha), quantidades de dias previstos para realização da Marcha (um ou dois dias?) e a previsão de recursos financeiros que uma ação como essa demandava, tudo isso precisava passar pela aprovação do Conselho Deliberativo. Em uma das reuniões da CNMTR, uma dessas que antecedeu a do Conselho Deliberativo, Carmen disse algo assim:

Eu sei que o nosso desafio é grande, mas sei também que, quando as mulheres querem, elas fazem, elas conseguem. Se vocês me disserem que nós vamos trazer cem mil mulheres pra Brasília, eu vou lá [na reunião do Conselho Deliberativo] e digo que nós vamos trazer cem mil mulheres, mas eu não vou bancar isso sozinha. É isso mesmo? A nossa meta é cem mil mulheres?

Diante da assertiva, a meta foi reiterada e Carmen a defendeu no Conselho.

Mas, voltando às “reuniões da Marcha”...

As decisões sobre como se dará a construção da Marcha são tomadas em reuniões que, de certa forma, são incorporadas como uma de suas ações. As reuniões consolidam um espaço de sociabilidade próprio da Marcha, que promove a consolidação de uma rede de relações entre as organizações que compõem a Coordenação Ampliada e que ultrapassam a estrutura formal da Contag. Todas as reuniões ocorreram no Centro de Estudos Sindicais

¹⁴⁶ O Conselho Deliberativo “é a segunda instância de decisão do MSTTR, composto por diretores/as da CONTAG e das Federações de Trabalhadores/as na Agricultura. Tem por finalidade apreciar e deliberar sobre as pautas apresentadas pela diretoria da CONTAG, dentre as quais a aprovação da prestação de contas, previsão orçamentária e plano de ação do MSTTR” (<http://www.contag.org.br/>)

(CESIR), um local anexo à sede da Contag, onde, normalmente, são sediadas as atividades de formação, seminários, plenárias, reuniões e, enfim, encontros promovidos pelo MSTTR.

As reuniões são sempre coordenadas pela secretária de mulheres rurais da Contag, que conta com uma equipe de assessoras composta de três pessoas responsáveis pela preparação das reuniões, que inclui a organização do espaço, a disponibilização de materiais que serão utilizados (datashow, preparação de slides, fotocópias de textos, relatórios, documentos etc.) e o registro da reunião. A preparação inclui também o estabelecimento de contato com as participantes convidadas. A maior parte da comunicação entre a coordenação ampliada se dá por e-mail e, complementarmente, por telefone. A alguns dias que antecedem as reuniões, é enviado por correio eletrônico uma circular que comunica a realização da reunião e convida as organizações a se fazerem presentes. O deslocamento para a participação nessas reuniões é financiado pela Contag, que também garante a estadia e a alimentação nos dias em que ocorrem as reuniões. Aliás, a Contag fornece a estrutura formal de organização interna da Marcha como sede, telefone, computador, gráfica etc., e também assessoria, que, inclusive, auxilia na elaboração de projetos em busca de financiamentos.

Ao todo, aconteceram sete reuniões, duas no ano de 2010 e as outras cinco em 2011; a última foi realizada após a Marcha, com o objetivo de avaliá-la. Normalmente, nessas reuniões, participavam, além da representante da Secretaria de Mulheres Rurais da Contag, as representantes das coordenações regionais da Contag (Regional Nordeste e Regional Sul), uma representante das federações de cada região do país (representantes regionais da CNMTR) e as “organizações parceiras”. Digo “normalmente” porque, em duas dessas reuniões, na primeira e na última¹⁴⁷, mais especificamente, houve a participação de toda a Comissão Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR). A participação das

¹⁴⁷ A primeira reunião foi o primeiro momento em que ocorreu o encontro formal entre a Comissão e as “organizações parceiras”. Esse aspecto foi ressaltado como importante para a construção da Marcha 2011. Nessa reunião, foi realizada uma reflexão sobre o que é ser parceira da Marcha das Margaridas e, às organizações parceiras presentes, foi demandado que expusessem as suas expectativas em relação à Marcha e aos compromissos que pretendiam assumir. Portanto, foi uma reunião em que se selou, formalmente, as relações de parceria. A última reunião com a participação de toda a CNMTR foi feita após a Marcha, com o objetivo de avaliá-la.

mulheres diretoras das demais secretarias da Confederação, quando ocorriam, era de forma pontual, em alguns momentos específicos.

Nessas reuniões, o arranjo espacial favorecia uma proximidade maior entre a coordenação e as demais participantes. Todas se acomodavam nas cadeiras dispostas em forma de círculo, sem demarcar, pois, um espaço hierarquizado. Entretanto, a maneira como as participantes se distribuíam nesse círculo resultava numa proximidade maior entre aquelas que tinham mais afinidades entre si, pelo que era possível verificar um movimento de identificação e de diferenciação.

Em cada reunião, era apresentada uma proposta de pauta pensada pela diretora da Secretaria de Mulheres, em conjunto com a sua assessoria, e submetida à apreciação das demais participantes, que poderiam propor algum outro ponto complementar ou pedir esclarecimento, de modo que a pauta da reunião fosse decidida coletivamente. Normalmente, isso era feito de forma muito tranquila e aberta, havendo sempre consenso em relação à pauta proposta.

Nesse espaço, as mulheres ligadas ao mundo sindical tornavam públicos os problemas enfrentados para organizar a Marcha nas localidades nas quais direta, ou indiretamente, atuavam. Elas também trazem para aquele espaço as demandas, as dificuldades e adversidades enfrentadas pelas companheiras as quais representam, caracterizando-se muitas vezes como falas de “desabafo”, quando elas publicizam um drama pessoal vivido localmente (COMERFORD, 1999).

As discussões em torno do lema, da pauta dos eixos e dos temas que envolvem a Marcha acabavam tornando aquele lugar também um lugar de aprendizado, de “formação”. Uma das dirigentes sindicais que compõem a Coordenação Ampliada me disse que as discussões que ocorriam nessas reuniões a ajudou a fazer “as discussões com as mulheres da base” e ressaltou, nesse sentido, a contribuição das “organizações parceiras” no subsídio a essas discussões, especialmente, no trato de temas como violência contra a mulher e a legalização do aborto, e concluiu : “Quando você tem as parcerias, elas te ajudam a fazer essa

discussão, e isso é muito bom”. Na continuação da conversa, percebi que “ajudar” tinha o significado de “fundamentar”, “conscientizar” acerca do problema. Os temas citados fazem parte da agenda feminista; no caso desses e de outros que também compõem tal agenda, a participação e as intervenções das organizações feministas, parceiras da Marcha, contribuem para embasar e construir argumentos em torno de temas polêmicos.

Como as discussões são o meio pelo qual se toma decisões, se debate, se confronta ideias e se aprende, a possibilidade de emitir opiniões, de defender proposições, de pedir esclarecimentos ou de contrapor ideias se dá pela fala. Nas reuniões, apesar do “direito à fala” ser garantido, o uso desse recurso se dá de forma diferenciada entre as participantes. Aliás, são sempre as mesmas pessoas as que mais falam. Entretanto, é um espaço de produção da fala.

Tudo isso torna esse espaço também um local de partilha. Não foi à toa que uma das companheiras de Nezinha, também quebradeira de coco, ao incentivá-la a participar dessas reuniões, lhe disse: “Vai, que aí tu vai começar a falar, vai conhecer pessoas diferentes.”

Em todas essas reuniões, há alguém que registra as discussões, a chamada “relatora”, que, posteriormente, envia o relatório de reunião para todas as participantes da coordenação ampliada e para as mulheres da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. O registro ajuda a orientar “a repassar as informações e discussões às demais companheiras que não participam dessas reuniões e que atuam nos estados, municípios, comunidades”, ou seja, permite que as discussões sejam “reapropriadas em outros contextos, de modo a dar origem a um processo de discussão mais amplo e contínuo” como salienta Comerford (1999, p. 49), ao analisar as reuniões realizadas no âmbito de organizações de trabalhadores rurais,¹⁴⁸ de modo a permitir uma certa extensão das discussões feitas para outras instâncias dos movimentos e/ou organizações. O registro ajuda também a manter um processo de reapropriação das decisões tomadas e dos pontos que ficaram pendentes entre uma reunião e outra.

¹⁴⁸ Comerford (1999) fez um excelente trabalho etnográfico sobre essas reuniões. A leitura do seu texto orientou o meu olhar no acompanhamento das reuniões da Marcha.

As reuniões, convocadas pela Secretaria de Mulheres da Contag, eram coordenadas por Carmen Foro, que abria os trabalhos dando as boas-vindas às participantes, agradecendo a presença de todas e explicando os objetivos e finalidade da reunião. Na sequência, era comum uma rodada de apresentação das participantes. Algumas vezes, mas nem sempre, era pensada pela assessoria ou por alguma outra integrante da Coordenação Ampliada, quase sempre as dirigentes sindicais, o que se chama “dinâmica de abertura”, uma forma lúdica de promover a integração do grupo, de fazer com que as participantes se conheçam, se descontraíam, muitas vezes utilizando cantos e brincadeiras de roda.

Não eram reuniões breves. Normalmente, tinham a duração de dois dias, e uma delas chegou a se estender por três dias. Essas reuniões eram marcadas por momentos, etapas que a estruturavam. Inicialmente, a coordenadora dava as boas-vindas às participantes. Em seguida, havia uma breve apresentação, principalmente, quando havia ali alguém ainda desconhecido da maioria do grupo. Na primeira reunião, essa apresentação foi realizada por meio de uma dinâmica de grupo que também buscava levantar os compromissos e as expectativas das participantes em relação à Marcha das Margaridas. Após este momento, a coordenadora resgatava os objetivos da reunião e apresentava a sua proposta de pauta, submetendo-a à apreciação das participantes, que poderiam propor a inclusão de outros pontos ou pedir esclarecimentos sobre pontos propostos.

Na pauta da reunião, era sempre previsto um primeiro momento para os “informes”, no qual a coordenadora informava a respeito de questões relacionadas à preparação da Marcha. Posteriormente, ela passava a palavra às participantes para que elas também informassem o andamento da preparação da Marcha nos seus estados e/ou no seu espaço de atuação, momento este em que elas descreviam as ações que estavam desenvolvendo, o que já haviam conquistado e as dificuldades que estavam enfrentando. Na sequência, passava-se à discussão em relação aos pontos/temas estabelecidos na pauta. Nesses momentos, abria-se o espaço para todas que quisessem fazer uso da palavra, seguindo a ordem de inscrição, que era observada pela coordenadora da reunião. Por intermédio das falas, as participantes opinavam, explicitavam seus pontos de vista, expressavam suas dúvidas, reiteravam ou não o que já havia sido dito, discordavam, de modo que, como bem

observou Comeford (1999, p. 52) se referindo a esses momentos da reunião: “[...] as decisões tomadas fossem representativas da opinião das participantes e/ou que as discussões feitas fossem bem compreendidas por todas em todas as suas implicações”.

À medida que cada ponto do tema da pauta era discutido, a coordenadora fazia anotações para, no final, propor uma síntese da discussão já com uma proposta de encaminhamento; a seguir, passava-se ao próximo ponto da pauta. No final da reunião, reapresentava-se um síntese do que fora discutido, as decisões tomadas, os pontos pendentes, o que caberia a cada uma fazer, “quem se responsabilizaria pelo quê”. E, para encerrar, Carmen agradecia sempre a presença de todas e proferia algumas palavras engrandecendo a coragem daquelas mulheres, reafirmando o compromisso assumido, incentivando a luta, a organização e o trabalho. E, em meio a abraços de despedida, as reuniões acabavam

Nessas reuniões, não havia um momento para avaliação propriamente dita, porque cada uma era a continuidade da outra, formando cadeias, de modo que uma reunião sempre apontava a pauta da próxima, ficando a cargo da coordenação e de sua assessoria a sua preparação. Um mesmo ponto de pauta permanecia por várias reuniões, até decisões em relação à questão colocada por ele fosse tomada. Nessas reuniões, foram tomadas decisões em relação ao lema da Marcha (consígnia), aos eixos temáticos que estruturaram sua plataforma política, e à construção da pauta de reivindicações, à elaboração de materiais escritos como panfletos ou folhetos e caderno de textos para subsidiar as discussões nas localidades. E outras questões relacionadas à caminhada propriamente dita como: tamanho das bandeiras, organização das alas, os acessórios, as cores das camisetas. Também nesse espaço foram discutidas a construção das ações no 8 de março de 2011 (Dia Internacional da Mulher), a construção do Seminário Nacional da Marcha das Margaridas (temas, convidadas/os, colaboradoras, organização e dinâmica interna), o lançamento nacional da Marcha; a Mostra da Organização Produtiva das Margaridas.

Acompanhando essas reuniões, observei que, ainda que haja pontos de tensão ou divergências ocasionais, estes, no entanto, não chegam a tomar as proporções de um conflito aberto. Aliás, dentro do *campo*, é possível perceber dinâmicas de identificação e

diferenciação, mas tais dinâmicas parecem não produzir rupturas, ainda que influenciem as redefinições no seu próprio interior.

O fato de a Marcha ser um espaço de atuação da Contag, ao mesmo tempo que é um movimento que ultrapassa as suas fronteiras, onde convivem outros movimentos, outras organizações, parece produzir uma dinâmica própria, na qual o respeito às regras de convivência e o desvio de confrontos abertos entre as organizações dão a tônica, o que Facchini (2005) chama de relações de “evitação.”¹⁴⁹ No processo que engendra essa dinâmica, a pessoa que assume a coordenação da Marcha exerce um papel fundamental.

Até aqui tentei apresentar a organização interna, as relações que conformam o *campo* político e configuram a Marcha das Margaridas; os vínculos entre os atores envolvidos e a natureza destas relações; as suas expectativas, as regras estabelecidas, os suportes¹⁵⁰ que elas apresentam para atingir seus objetivos políticos; o acesso e o controle dos recursos mobilizados e/ ou disponíveis e a utilização destes (recursos) como suporte, procurando mostrar, como assinalam Swartz, Turner & Tunder (1994 [1966], p. 105), que esse *campo* não opera mecanicamente: é antes um campo de tensão, com antagonistas inteligentes e determinados, sozinhos e agrupados, motivados pela ambição, altruísmo, interesse próprio e o desejo do bem público, e que, em situações sucessivas, estão ligados entre si pelo interesse pessoal ou idealismo, e separados ou opostos pelas mesmas razões. Nessa perspectiva, um *campo* é assim marcado por intencionalidades.

Mas o conceito de *campo*, em Swartz, é complementado pelo de *arena*¹⁵¹, um espaço sociocultural situado em torno daqueles diretamente envolvidos no *campo*, mas não

¹⁴⁹ Termo cunhado por Facchini (2005, p. 277), ao analisar o Movimento LGBT.

¹⁵⁰ Swartz, Turner & Tunder (1994 [1966], p. 106) definem suporte como “cualquier cosa que contribuya a la formulación y/o instrumentación de fines políticos”, sendo, por exemplo, a legitimidade um tipo de suporte “que deriva no de la fuerza o de su amenaza sino de los valores — formulados, influidos y afectados por fines políticos— que tienen los individuos”. Os recursos (materiais, humanos, normativos) possuem, a princípio, uma natureza não política, mas, ao serem utilizados para fins políticos, tornam-se suportes.

¹⁵¹ Para Swartz, a utilidade do conceito de *arena* dependeria do seu foco de atenção teórica sobre problemas importantes que poderiam não ter ficado tão claros para prosseguir apenas com o conceito de *campo* (Swartz, 1966, p. 9).

diretamente envolvidos nos seus processos definidores (Swartz, 1966, p. 9). É o caso, por exemplo, de todas aquelas mulheres as quais a Marcha representa e que, embora se beneficiem dos direitos conquistados no processo de luta pela reivindicação de direitos, não estão, necessariamente, envolvidas nos processos que definem as suas ações.

Considerando, de um lado, a flexibilidade do *campo*, que, como já mencionado anteriormente, pode se contrair ou se expandir para fora dos seus limites; e do outro lado, o espaço que lhe é imediatamente adjacente: a *arena*, poderia inferir que a Marcha, intencionalmente ou não, pode incorporar participantes da *arena* no processo político, expandindo o seu raio de ação, à medida que redefine os limites da *arena*.

Dessa forma, é possível compreender o aumento da participação na manifestação pública de “mulheres urbanas”, de diferentes categorias como domésticas, comerciárias, funcionárias públicas, professoras, estudantes, militantes feministas engajadas em vários movimentos e organizações sociais. Pessoas que poderiam se reconhecer ou serem reconhecidas como “margaridas” sem, no entanto, estarem diretamente envolvidas nos processos definidores da Marcha ou mesmo envolvidas no seu fazer cotidiano, seja por que essas pessoas estabelecem relações com os membros do *campo*, seja por que elas compartilham com os seus membros um repertório de valores, significados e recursos, ainda que eles nem todos sejam empregados nos processos que constituem o *campo* (SWARTZ, 1966, p. 9).

Elas viam... o vídeo¹⁵² que nós, que eu fiz pra chamar pra Marcha das Margaridas, ele não foi visto somente pelas mulheres rurais, mas ele foi visto por mulheres urbanas. E as mulheres urbanas, as mulheres da Confederação Nacional do Comércio me chamaram e falaram assim: eu assisti seu vídeo, chamando pra Marcha, e eu quero ir nessa marcha. Ela se convenceu. (Carmen Foro).

Outros atores ligados a Ongs, universidades, departamentos de pesquisas, movimentos, entidades sindicais, ou que mantêm alguma relação com as temáticas trazidas pela Marcha, desempenham papéis importantes em determinados momentos como

¹⁵² Refere-se ao vídeo institucional produzido pela Secretaria de Mulheres da Contag, fazendo o chamamento para que as mulheres participassem da Marcha. O vídeo, principalmente, nos municípios, era utilizado como instrumento de mobilização, e nesse sentido ele é considerado um dos suportes do *campo*.

seminários, atividades formativas, pesquisas, ou em outras atividades propostas pela Marcha, inclusive, na própria manifestação pública, e, na medida em que o fazem (aguardar a resposta dela), elas atuam como parte do campo. Normalmente, tratam-se de pessoas e organizações convidadas por serem conhecidas de outras experiências de militância, muitas delas, inclusive, reconhecidas como “colaboradoras” e que são mobilizadas no campo. A mídia também é um dos recursos mobilizados da arena. A Marcha é noticiada em vários jornais impressos, em noticiários televisivos e em diversos blogs e sites de organizações políticas (partidos políticos, centrais sindicais, movimentos, ongs, órgãos de representação como a UNE etc.), na mídia eletrônica em geral, ou na mídia segmentada, como blogs e/ou sites feministas.

O *campo* mantém com a *arena* uma relação íntima. O próprio Swartz (1966, p. 15) ressalta que:

The boundary between the field and the arena is not conceived as necessarily or “normally” offering a barrier to the movement of the processes being studied. It is simply an empirical reality, discovered in the course of investigation and it is at least as likely to be fluid as it is to be permanent. Similarly, the boundary between the arena and what lies outside it is a matter for empirical determination and it too will vary as the involvements of the members of the field change.¹⁵³

É a capacidade de mobilizar pessoas, recursos, valores, significados, enfim, presentes na *arena* (mídia, opinião pública, poder público, por exemplo) que provoca a expansão do *campo*. Por outro lado, os recursos e suportes aí utilizados podem estimular a mobilização na *arena*. Nesse sentido, a estrutura oferecida pela Contag (corpo de assessores, computadores telefones, jornal eletrônico, programa de rádio¹⁵⁴, recursos financeiros etc.), a sua legitimidade e reconhecimento político como organismo de representação dos

¹⁵³ "A fronteira entre o campo e a arena não é concebida como, necessariamente ou "normalmente", oferecendo uma barreira para o movimento dos processos que estão sendo estudados. É simplesmente uma realidade empírica, descoberta no curso da investigação e é, pelo menos, tão provável que seja fluida, quanto permanente. Da mesma forma, a fronteira entre a arena e o que está fora dela é uma questão para ser determinada empiricamente e isso também irá variar conforme os envolvimento dos membros na transformação do campo." [tradução minha]

¹⁵⁴ A Contag possui um programa de rádio chamado “ A voz da Contag”, que integra a programação radiofônica de aproximadamente 100 STTRs. O programa é transmitido semanalmente por centenas de emissoras do país e é dirigido para os trabalhadores e as trabalhadoras rurais.

trabalhadores e trabalhadoras rurais, bem como a sua capilaridade¹⁵⁵ são recursos utilizados na Marcha como suportes para atingir os seus objetivos políticos. A produção do cartaz da Marcha, do panfletão¹⁵⁶, do caderno de textos para estudos e debates, do vídeo de chamamento, do spot de rádio, do CD das Margaridas foram custeados pela Contag. Esses materiais foram utilizados, ora no processo de mobilização, ora na divulgação, ora ainda para subsidiar a discussão e o debate político em torno dos temas da Marcha.

A Marcha apresenta uma organização interna que diferencia os seus espaços de ação, ao mesmo tempo que os articula. Seu escopo territorial é amplo e envolve espaços situados em escalas distintas, intimamente vinculadas à ação (nacional, estadual, regional, municipal). As ações visando à construção da Marcha são estimuladas desde Brasília, onde as decisões são tomadas e de onde partem as orientações e se espraiam até contextos microlocais. Apesar de a nossa análise partir desse lugar, e considerando o escopo territorial abrangido pela Marcha, reconhecemos que outros atores, pessoas e/ou organizações se interessam e são envolvidas, ampliando as fronteiras do *campo* e influenciando o processo político. Do mesmo modo, a delimitação da *arena* se amplia ao incorporar arenas delimitadas a partir das relações que configuram o *campo* nos espaços locais (estado, município, comunidade).

Assim, por exemplo, percebi que, nos municípios, a relação que as pessoas envolvidas com a Marcha estabelecia com atores locais como o prefeito, os vereadores (referidos pelas minhas interlocutoras como poder público local), comerciantes, enfim, todos eles membros da *arena*, ganhava importância quando se tratava de viabilizar a presença de um maior ou menor número de mulheres em Brasília durante a manifestação, visto que, por meio do tipo de relação estabelecida – muitas vezes relações de proximidade que se estabelecia por afinidades pessoais e que extrapolavam as “questões coletivas” – era possível

¹⁵⁵ A Contag possui na sua estrutura mais de quatro mil sindicatos filiados em todo o país.

¹⁵⁶ Panfletão foi o nome que as próprias mulheres deram a um material produzido com a finalidade de divulgar a Marcha 2011. Ele tinha o formato de um panfleto, mas em um tamanho bastante ampliado, e continha várias informações sobre a Marcha, fazendo-o cumprir a função de uma cartilha.

garantir o financiamento para locação de ônibus, a doação de recursos financeiros, de objetos para serem sorteados em bingos, rifados etc.

Apesar de ser importante estar atenta à relação entre campo e arena, percebi que, do ponto de vista da construção do sujeito político, é no *campo* que se estabelece a produção de categorias que o define, sem que, necessariamente, se considere o que ocorre na *arena*. Por isso eu me debrucei mais sobre a compreensão da dinâmica interna da Marcha das Margaridas, na articulação que a configura, considerando as similaridades e as diferenças na constituição do sujeito político.

Capítulo 4

Articulação: similaridades e diferenças

Embora a Marcha esteja vinculada à Contag, uma instituição sindical, ela se configura como um lugar, um espaço próprio de organização das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta em articulação com outros movimentos de mulheres e movimentos feministas e, nesse sentido, extrapola as fronteiras institucionais, configurando um campo político que não se limita a elas, mas as ultrapassa.

A partir de 2007, aparece mais forte essa ideia de que a Marcha das Margaridas era organizada para além da Contag, vamos dizer assim, que quem respondia institucionalmente pela Marcha das Margaridas era o conjunto da Coordenação [ampliada], tanto que, nas negociações, nas idas aos ministérios, há sempre o esforço de que toda a Coordenação participe, não só a Contag, então não é só a Contag que vai negociar com os ministérios, há sempre todo um esforço que todo mundo vá participar também como Marcha das Margaridas e não como ação da Contag, mas como Marcha das Margaridas como ação para além da Contag, vamos dizer assim, mesmo que tenha um grande peso da Contag (Nalu Faria, representante da MMM na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011, 2013).

Eu acho que a Marcha já foi muito mais da Contag. E eu acho até por um esforço, assim pessoal, da Carmen, de tornar que a Marcha seja um movimento muito mais amplo e até um movimento, eu sinto assim, que tem uma autonomia também dentro da própria Contag. E esse é o conflito que a gente enfrenta nos estados, nos municípios: de quem é a Marcha, entendeu? Esse é o principal conflito, mas eu acho que a gente tá, realmente, na prática, começando a ter uma Marcha que tem uma autonomia dentro do próprio movimento sindical, e uma Marcha que tem parceiras que estão contribuindo nessa construção, a exemplo da pauta. Eu não consigo ver que a pauta foi da Contag. O processo, a metodologia, tudo que foi usado para a construção da pauta, não foi da Contag, mesmo nos estados, nas regiões, teve uma série de parcerias pra fazer essa pauta, então eu acho que não é. Agora, assim, ainda tem muito forte a liderança da Contag. Eu acho que isso tem a ver também com a questão financeira, sabe? Na nossa, digamos assim, cultura, não sei se isso também vai mudar, acaba que a Contag tem a sua estrutura em todos os municípios, e acaba sendo a organização que tem um maior poder aquisitivo também, tem maior número de recursos. E aí acaba colocando muito mais sua cara. É, mas eu acho que a gente tá numa construção forte de não ser. Acho que já foi mais, mas ainda tem uma forte predominância da Contag, principalmente, nos estados e municípios (Verônica, representante do MMTR-NE na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011, 2013).

A primeira Marcha das Margaridas foi concebida como uma ação, não havendo, naquele momento, a intencionalidade de que essa ação se repetisse no tempo. Mas ela se

repetiu! A vontade de que outras marchas ocorressem se deu em decorrência da experiência vivida pelas mulheres e suas organizações, ao participarem da primeira.

A primeira Marcha foi em agosto de 2000. Quando foi no 8 de março de 2001, elas já fizeram um panfleto com essa ideia de continuidade da Marcha das Margaridas, inclusive, parte da arte do panfleto tem a ver com a arte da Marcha Mundial em agosto, porque não foi um negócio tão discutido, foi um negócio que as pessoas... Porque assim como a Marcha em 2000 teve um impacto muito grande, tinha necessidade de continuar, entendeu? Não tava previsto que ia continuar, nem nós da Marcha Mundial tava previsto que a Marcha ia continuar, e decidimos continuar, então a Marcha das Margaridas não tava previsto que ia continuar, mas foi um negócio com tanto impacto, que aí eu não sei muito bem como é que foi a discussão interna na Contag, que aí é um pedaço mais da Contag, esse pedaço não inclui todo mundo. No 8 de março, já apareceu um panfleto, um chamado da mobilização em nome da Marcha das Margaridas, no 8 de março de 2011, com essa ideia de que estamos sempre marchando. E aí elas fizeram uma cartilha, ou era uma cartilha ou era um folheto de três páginas (Nalu Faria, representante da MMM na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011, 2013).

A partir daí, ela foi ganhando contornos de um espaço de organização de mulheres, apresentando uma certa autonomia de decisão em relação à CONTAG.

Eu acho que a Marcha das Margaridas expressa a conquista das mulheres por autonomia, mas a conquista não se deu por ela, a conquista se deu pelo processo de luta real que as mulheres rurais vêm travando há trinta anos dentro do movimento sindical. Domingo eu tava lá em Alagoa Grande, tava relembrando pro pessoal, não existia MST e as mulheres da Paraíba faziam ocupação e usava essa expressão, e fazia ocupação de sindicato e só saía se tivesse prometido o dia em que elas iam poder se filiar, de ficar trinta dias lá dentro com o marido ameaçando que, quando saísse, ia apanhar em casa, e elas lá dentro, então, quer dizer, foi uma coisa muito dura, durante trinta anos, e eu acho que a Marcha das Margaridas expressa a autonomia conquistada na luta real. Então eu acho que é isso, ela expressa essa autonomia, inclusive nos limites que essa autonomia tem hoje, porque a Marcha continua a estar sob direção geral da Contag, então uma autonomia relativa, mas ela expressa o tanto que avançou e até onde ela tem limites também. Eu não sei até onde a direção fecha pauta, não sei, mas suponho que haja algum tipo de discussão, porque a gente conhece a estrutura do movimento sindical, suas relações políticas, e os interesses das direções muitas vezes determinam a ousadia das pautas, o tamanho da ousadia, e é nesse sentido que eu digo que a Marcha não conquista autonomia para as mulheres não, mas é fruto da luta por autonomia, e foi a afirmação dessa autonomia que permitiu que acontecesse essa Marcha. É pela luta no cotidiano, na sua base, lá no seu sindicato que isso se torna real (Sílvia Camuça, representante da AMB na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011, 2012).

Embora a ação em Brasília ocorra a cada quatro anos, esse espaço se mantém vivo durante todo o tempo. As referências à Marcha são feitas como se ela apresentasse uma institucionalidade própria. Como me disse Raimundinha: “A Marcha é mais do que uma ação

de uma organização; ela é uma organização das mulheres. São tantas mulheres de outros movimentos que querem vir fazer parte da Marcha!”

Internamente ao movimento sindical, a Marcha acabou se tornando um espaço que acomoda as demandas e os desejos das mulheres trabalhadoras rurais que nela estão envolvidas, o lugar a partir do qual se fala, um lugar de referência. Ao dizer “nós da Marcha” ou “foi uma conquista da Marcha”, essas mulheres demarcam um espaço e reveste de força aquilo do que se fala ou de quem se fala, como se ali houvesse um valor, um peso político e simbólico maior do que teriam esses significantes se relacionados apenas ao movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

A Marcha das Margaridas é realmente esse leque aí de abertura, onde as mulheres vêm e pautam os seus pensamentos, as suas necessidades, com todos as suas diferenças, mas se sentindo uma parte da outra. Tem muito a questão que precisa ainda ser assim mais acentuada, mas a Marcha, esse espaço, ela está dando essa possibilidade (Célia, representante da CNS na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011, 2011).

Porque a coisa mais linda da Marcha é que qualquer mulher, nesse Brasil, se sente parte. Não quer nem saber se é a Contag quem coordena. Elas veem a Marcha como uma organização. Muitas delas nem conseguem ver o sindicato como Marcha. A Marcha é algo que tá em algum lugar e que é referência delas (Carmen Foro, Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, 2013).

Segundo Sílvia Camuça, representante da AMB na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas, essa questão deve ser compreendida

Do ponto de vista da luta interna, porque elas têm uma pauta interna [pauta de reivindicações interna do movimento sindical, que é apresentada à Contag durante a Marcha]. Então elas devem usar a força da ação pra se legitimar internamente, a disputa de poder interna é assim. Então, na medida em que uma Secretaria consegue juntar não sei quantas mil mulheres, isso dá poder pra essa Secretaria e então elas devem usar essa força (Sílvia Camuça, representante da AMB na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011, 2012).

Após a realização de cada Marcha, permanece uma espécie de *ethos* movimentalista, tomando de empréstimo o termo utilizado por Facchini (2005, p. 64), que se daria através de “contatos interpessoais e interorganizacionais e da agregação de indivíduos a outras iniciativas após o esgotamento de um ciclo reivindicativo”. Em nome da Marcha se organizam ações como mostras, feiras, seminários, jornadas etc., iniciativas que agregam os

indivíduos que estiveram presentes na manifestação pública e também outros. Ademais, em seu nome, se mantém uma atuação junto aos ministérios, secretarias e comissões que tratam das temáticas apresentadas na sua pauta de reivindicações.

Ainda segundo a autora:

Essa interação entre indivíduos e organizações e a circulação de militantes, simultaneamente ou não, entre várias iniciativas movimentistas ou organizações a elas relacionadas, conformariam redes fluidas e informais que, [...] influenciando nos padrões de convivência política, conformariam “campos ético-políticos” (FACCHINI, 2005, p. 64).

No caso da Marcha, o campo ético-político por ela conformado cria uma ligação, como visto anteriormente, entre várias organizações e movimentos, que se expressa na composição da sua Coordenação Ampliada, e repercute nas composições dos comitês estaduais. Vale lembrar que o estabelecimento de relações interorganizacionais e entre movimentos não é algo que se instaura a partir da Marcha, mas, como já visto anteriormente, é algo inerente ao processo de organização das mulheres do campo.

A AMB e a CONTAG não têm outras alianças a não ser com a Marcha [...]. Há parcerias e alianças. Há limites. Somos parceiras da Marcha e aliadas com algumas lutas gerais, mas não temos com a Marcha das Margaridas uma aliança estratégica permanente. Cada ação é uma conquista e uma batalha [...]. A Marcha é resultado de um movimento muito mais anterior, maior, mais largo e mais diversificado, e que nem tinha essas parceiras [ela se refere às parceiras que compõem a Coordenação Ampliada da Marcha]. Essas parceiras são uma formalização da direção da Contag, mas esse Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Campo e da Floresta tem um leque de parceiras muito maior, algumas parceiras que são nacionais nunca foram locais e nem estavam na história dos processos, então é meio artificial, em parte, mas é esse movimento que dá o lastro pra essa expressão de 100 mil mulheres como foi a última Marcha (Sílvia Camuça, representante da AMB na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011, 2012).

[...] As organizações que participam da Marcha das Margaridas têm diferentes níveis de articulação no movimento de mulheres, então vamos pegar, por exemplo: tanto a Contag como o MMTR-NE tem uma participação muito preponderante em vários espaços de luta e de debate das mulheres; as seringueiras, já em outro nível; as quebradeiras de coco, já em outro nível, mas, então, principalmente, no caso da Contag e do Movimento das Mulheres Trabalhadoras do Nordeste, a gente enxerga muito assim como a gente fazendo parte de um determinado campo do movimento de mulheres. Claro que as seringueiras e as quebradeiras de coco também são, mas com menos nível ativo ou menos debate em outros temas. Então a gente vê a Contag e o MMTR-NE como participantes ativos da Marcha Mundial das Mulheres, se envolvendo, inclusive, em comitês estaduais da Marcha das

Mulheres, participam e tal. No caso da Contag, ela é parte da coordenação da Marcha (Mundial), da coordenação executiva da Marcha (Mundial). No caso da MMTR-NE, além de muitas vezes elas virem representando alguns comitês estaduais nas nossas reuniões nacionais, a gente faz sempre questão que tenha alguém do MMTR- NE como uma entidade parceira, aliada, que componha a Marcha Mundial, então a gente vê muito isso, elas como parte da Marcha Mundial das Mulheres. Entretanto, a Marcha das Margaridas não está como um todo na Marcha Mundial das Mulheres porque a AMB não está na Marcha Mundial das Mulheres, e agora a AMB é parte da Marcha das Margaridas. Nós temos ótima relação com as seringueiras e com as quebradeiras de coco, mas o nível de presença delas na Marcha Mundial das Mulheres não é o mesmo da Contag e do MMTR-NE. Então, no caso da Contag e do MMTR-NE, além da gente considerar que elas são efetivamente parte da Marcha Mundial das Mulheres, elas são parte de um campo de movimento que nós estamos construindo (Nalu Faria, representante da MMM na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011, 2013).

Entretanto, esses vínculos estabelecidos não fazem da Marcha uma entidade unificada ou homogênea, mas implicam numa determinada forma de unidade e de ação comum, estabelecida a partir de formas precárias de identificação em torno da categoria “mulher do campo e da floresta”, e resultante da criação de um discurso (*momento*) que é capaz de articular diversas demandas (*elementos*) das diferentes organizações e movimentos que a compõe, constituindo o que Mouffe (1999) diria ser o ponto nodal que permite a construção de uma unificação simbólica, de uma relação de equivalência, de um “nós” capaz de dar uma unidade ao movimento ainda que de forma parcial e contingente. Tal discurso não é uma mera soma de palavras, mas resultante de articulações concretas que unem palavras e ações e produzem sentidos.

A plataforma política da Marcha de 2011 compõe tal unidade discursiva. Construída a partir do lema *Por um desenvolvimento sustentável com justiça, igualdade, autonomia e liberdade*, ela expressa “uma concepção de desenvolvimento que integra um conjunto de significados, a partir da crítica feminista, fundada numa análise e compreensão sobre a vida das mulheres rurais, trabalhadoras do campo e da floresta”, ao mesmo tempo que “denunciam [as mulheres] o capitalismo, que reproduz a lógica patriarcal, ao manter as trabalhadoras na invisibilidade, não reconhecer e desvalorizar a sua atuação econômica e política do país, reproduzir as desigualdades e as práticas que oprimem e discriminam as mulheres” (CONTAG, 2011, p. 9). Ao sair às ruas sob esse lema, as mulheres do campo e da floresta falam de um projeto político que se opõe ao modelo hegemônico de desenvolvimento

para o campo, articulado discursivamente em torno do agronegócio¹⁵⁷. A plataforma política da Marcha das Margaridas, expressa mediante o lema já citado, foi composta de sete eixos temáticos que agregam, dão suporte e justificam politicamente as demandas das mulheres, consubstanciadas na sua pauta de reivindicações, que acolhe as principais bandeiras de luta de cada um dos movimentos que a integra.

Assim, integradas à Marcha, as bandeiras de luta específicas desses movimentos e organizações deixam de ser algo específico a um ou a outro movimento, *um elemento* para compor um *momento* discursivo, ganhando uma amplitude e um significado maior, uma vez que essa discursiva, ao afirmar sua fundamental importância para a construção de um projeto que se opõe ao modelo de desenvolvimento capitalista e patriarcal, acaba por expressar uma luta que é anticapitalista e antipatriarcal como transversal na luta por mudança social, recebendo, nesse sentido, adesão de mulheres urbanas, que por fim se reconhecem, também, em torno das questões trazidas pelas mulheres do campo e da floresta, o que fez com que, segundo Nalu Faria, essa “última Marcha tenha tido uma participação muito grande das urbanas”, que veio crescendo a cada ano.

É diante da busca da construção de uma articulação entre diferentes movimentos e organizações que a Marcha das Margaridas vai afirmar a importância de estes reconhecerem que a luta política está para além das distinções das bandeiras de luta que lhes são próprias, sem negar, entretanto, as suas lutas específicas, nem as suas particularidades, mas antes, articulando-as discursivamente, possibilitando o estabelecimento de um “nós” na construção da luta pela existência das mulheres do campo e da floresta e pela conquista de direitos – terra, saúde, educação, crédito, direitos que se estendem também às mulheres das cidades (PRADO e COSTA, 2011).

¹⁵⁷ A palavra “agronegócio” nesse sentido tem um designação político-ideológica. Ela é utilizada pelos movimentos sociais do campo, de um modo geral, para nomear um modelo de desenvolvimento caracterizado pela presença da agricultura patronal, baseada na monocultura e voltada, exclusivamente, para o mercado, visando à obtenção de lucro. Ela referencia uma agricultura que pressupõe a utilização de grandes extensões de terras e de tecnologia de ponta, em que a alta produtividade é alcançada por meio do uso intensivo de agrotóxicos e de sementes geneticamente modificadas, com reduzida utilização de mão-de-obra, combinada a baixos salários. Nesse sentido, o projeto de desenvolvimento veiculado, no discurso relativo, ao agronegócio, se opõe ao projeto da agricultura familiar ou camponesa.

Nesse sentido, a pauta de reivindicações como expressão mais concreta da plataforma política assume um papel fundamental.

4.1 A pauta de reivindicações

Certa vez, proferindo uma fala pública, Carmen Foro, então secretária de mulheres trabalhadoras rurais da Contag, se referiu às parcerias como organizações e movimentos que convergiam em torno de uma agenda comum, dando destaque à pauta de reivindicações. Ao reconhecê-la como algo que possibilita a articulação entre movimentos, Carmen dava à pauta o mesmo sentido atribuído por Mouffe (1999) ao ponto nodal como articulador discursivo. Essa percepção também é compartilhada por Nalu Faria, representante da MMM na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas. Quando questionada sobre o que articulava as diversas organizações e movimentos em torno da Marcha, ela me respondeu:

Eu acho que uma primeira coisa [...]. Não vou falar em termos de hierarquia, mas eu acho que uma questão é essa possibilidade de criar uma grande mobilização, você tem uma agenda, um momento que é definido, você tem uma meta, um objetivo, que é levar tantas mulheres dos municípios, que é negociar, que é apresentar uma pauta de reivindicação que vai significar fortalecimento das mulheres. Então você tem uma relação muito forte com a ideia de mobilização, uma mobilização que começa lá no local e vai até o nível nacional. Eu acho que essa é uma questão. Eu acho que, de forma talvez mais fluida, mas também com grande peso, o tema de ter uma agenda comum... Por que que eu digo mais fluida, mas também com igual peso? Porque, na Marcha das Margaridas, de alguma forma conflui várias agendas, e aí eu acho que a Marcha das Margaridas, também nessa ideia de identidade e do sujeito se tornou um espaço capaz de sintetizar esse conjunto de ações. Então uma coisa que você vai perceber, se você olhar as várias agendas e as várias pautas da Marcha das Margaridas, é que ela foi se ampliando [...]. A primeira Marcha foi muito... Tava vinculada à agenda da Marcha Mundial das Mulheres, que era pobreza e violência [...]. Já na outra, complexificou mais, na outra um pouco mais, e depois na terceira já virou mulheres do campo e da floresta, e aí incorpora mais o tema da água, incorpora mais o tema da biodiversidade [...]. Na quarta mais ainda, então você tem uma capacidade de ampliar a agenda e de ir tentando constituir uma agenda que não é só um somatório de pontos, mas que vai tendo uma unidade, eixos estruturadores. E isso a Marcha das Margaridas teve bastante capacidade, ela manteve alguns pontos que eram originários da pauta das mulheres da Contag, do MMTR-NE, que tinha mais relação com a Contag, como saúde, violência, trabalho, mas foi ampliando as abordagens, por exemplo, a abordagem em relação ao “trabalho” já nas duas últimas marchas, principalmente

nessa última, esteve muito vinculado também ao debate da economia feminista. Traz uma visão mais geral sobre essa questão da produção e reprodução; também todo esse tema da sustentabilidade ambiental, essa articulação... Tá, é a reforma agrária, continua reforma agrária, soberania alimentar, mas a vinculação disso com água, território, biodiversidade, e aí entra o tema da floresta, e acho que cada vez mais dialogando muito com pontos tradicionais da pauta feminista como não só o tema da violência, o tema da saúde, mas incorporando elementos do direitos reprodutivos, sexualidade... Então eu acho que a Marcha das Margaridas também foi constituindo uma identidade na agenda, na política, você tem uma marca do que é. Não é algo assim: a cada Marcha vai lá e levanta quais os pontos principais da conjuntura. Ah, o que é que tá pegando na conjuntura agora? Não! Você tem um processo de elaboração, que vai conformando um programa político, então essa articulação também tá baseada num programa político. Tá baseada numa forma organizativa, numa ideia de mobilização, mas também num programa político, e é marcada por uma coisa própria da Contag: demarcar um espaço de negociação muito concreto com o governo, com os ministérios. Por exemplo, as companheiras da Contag, quando a gente vai a atividades estritamente da Marcha Mundial, elas nos criticam: “Mas como não vai entregar uma pauta! Mas como não vai estabelecer um processo de negociação? Então esse é também um elemento da identidade de alguns movimentos que compõem a Marcha das Margaridas, que faz parte hoje da Marcha das Margaridas, porque isso não é uma coisa só da Contag, é também do MMTR-NE e de outros. Então tem nessa identidade uma determinada forma de agir que combina essa coisa da mobilização, da formação, com a negociação de pontos concretos de uma pauta reivindicativa. Então eu acho que isso tudo faz parte dessa identidade (Nalu Faria, representante da MMM na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011, 2013).

Do ponto de vista dos movimentos mais localizados que integram a Marcha das Margaridas, como o MMTR-NE e o MIQCB, terem suas agendas contempladas na pauta da Marcha amplia a visibilidade das suas demandas, bem como a possibilidade de elas serem atendidas, reforçando, assim, o interesse em fazer parte dessa articulação.

O que é que mais assim que nós queremos, que é dificuldade pra nós, que ao mesmo tempo que já avançamos, ainda temos dificuldades, é a Lei Babaçu Livre. Nós já temos algumas lei nos município, Lei Babaçu, nos municípios, mas algumas dessas leis não funcionam como deveria ser. A gente queria conseguir a Lei Babaçu Livre do município, do Estado, a ampliar a do Estado e a federal, que é isso que a gente foca na Marcha das Margaridas. Toda Marcha a gente continua com esse ponto na pauta, da Lei Federal Babaçu Livre, pras mulheres poderem ter acesso ao babaçu, acesso à terra, poder trabalhar sem ter medo [...]. Mas temos outras preocupações: a questão da comercialização, a violência contra a mulher, que é muito forte entre as quebradeiras de coco. A gente, vez em quando, vê casos acontecerem, a violência doméstica, a violência em geral. É muito difícil. Também tem a questão da educação, educação qualificada ao nosso modo é uma necessidade pra gente, entre outras mais. Mas o que a gente quer colocar na pauta da Marcha é a Lei Federal Babaçu, pra que os nossos governantes conseguissem fazer com que fosse aprovada, pra fazer acontecer dentro do projeto de desenvolvimento, dentro do nosso contexto de vida (Nezinha, representante do MIQCB na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011, 2013).

A Lei do “babaçu livre”, à qual se refere Nezinha, visa à garantia de acesso aos babaçuais para uso em regime de economia familiar, mediante a proibição do seu corte e o livre acesso aos seus frutos pelos membros das comunidades tradicionais das quebradeiras, independentemente, da situação legal da terra, ou seja, mesmo que ela seja legalmente privatizada. As quebradeiras têm uma compreensão cultural dos babaçuais como recurso de livre acesso e uso comum. É em meio aos babaçuais que elas realizam as roças de corte-e-queima, e é interessante porque o pico da safra do babaçu coincide com a entressafra dos produtos cultivados na roça (VEIGA; PORRO; MOTA , 2011).

Nezinha, assim como outras quebradeiras, inclusive Dona Moça, vivem em lotes de assentamentos da chamada reforma agrária localizados no meio de babaçuais ou em suas proximidades, embora muitas quebradeiras vivam em comunidades tradicionais. Parte significativa da renda que elas obtêm para o seu sustento vem da coleta do babaçu e da quebra do fruto, de onde extraem as amêndoas para consumo doméstico, ou para venda – esta uma atividade realizada basicamente por mulheres.

Tradicionalmente, o uso dos babaçuais funcionava mais ou menos assim: “quem chega primeiro, usa primeiro”. Esperam-se os frutos caírem sozinhos para que possam ser coletados. Para as quebradeiras, as palmeiras (os babaçuais) não tem dono (ou pelo menos não deveria ter). Elas devem ser de livre acesso porque é um bem comum. Entretanto, em decorrência, principalmente, da privatização de terras públicas, da grilagem de terras e expansão da pecuária extensiva, da qual resultou o corte dos babaçuais e sua substituição por pastagens, na expropriação das comunidades tradicionais dos seus territórios – há muitas histórias contadas de pretensos proprietários que as expropriaram de suas terras e passaram a cobrar pelo acesso aos babaçuais. Sendo assim, as quebradeiras se viram impedidas de coletar babaçu, vindo daí a importância da Lei do Babaçu Livre como principal bandeira de luta do MIQCB (VEIGA; PORRO; MOTA , 2011).

Além da visibilidade dos movimentos e de suas demandas, a articulação entre eles, ao instaurar um espaço capaz de sintetizar o conjunto de ações que eles engendram,

como menciona Nalu, apresenta-se com uma grande força política e simbólica. De acordo com Verônica de Santana, representante do MMTR-NE na Coordenação Ampliada:

A Marcha é uma coisa que dá muita visibilidade ao Movimento, a gente tem muito ganho político e como nós somos um movimento regional é muito difícil bancar uma pauta nacional. A gente tem esse entendimento de que nós somos um movimento regional, mas um movimento com uma dimensão nacional. Quer dizer, a gente sabe que a nossa pauta tá ligada como nacional, que tá ligado com o todo, mas a gente tem essa dificuldade, de ter uma pauta específica, uma pauta nacional, por ser um movimento regional, e de bancar também grandes ações nacionais. E aí a Marcha acaba sendo esse nosso espaço, da gente também estar discutindo na construção da pauta, colocando também nossas pautas, de trazer a nossa pauta para uma esfera maior e vir aqui a Brasília nessa grande mobilização e dialogar com os diversos espaços do governo. Então, acaba sendo que essa é a nossa forma de nos incluir numa pauta nacional. Então, nesse caso, a Marcha é muito importante. Além de trazer essa grande mobilização, essa grande formação pras mulheres, a gente também tem esse nosso ganho político [...]. Sem essa articulação de parceiras, eu acho que a Contag não faria uma Marcha com essa grandeza [...], porque assim tem muitos lugares, por exemplo, que os outros movimentos não chegam, mas que a gente chega, ou chega de uma forma específica que é o nosso jeito também. Como tem outros lugares que a gente não chega e outros movimentos chegam. Então assim é uma dimensão muito grande esse nosso país e pra você chegar em cada mulher, na comunidade, em cada município, se você não tiver, acho que essa grande articulação... Eu acho que reforça a nossa pauta ter um grande número de movimentos articulados, mas também faz com que a gente chegue em lugares que outros não chegam. Então enquanto o movimento tá ali, o movimento sindical tá ali, a Marcha Mundial tá ali, a Rede LAC acolá... Enfim, quanto mais somos, mais mobilizamos. E não é só chegar e depois refletir num número de mulheres. Claro que isso é importante, mas assim, por exemplo, o número de mulheres que a gente consegue trazer é muito menor do que o número de mulheres que a gente consegue atingir com o nosso processo de mobilização, nosso processo de formação. E todas as vezes têm mulheres que não veio, mas que ficou com o menino da outra pra ela vir... A gente faz uma oficina pra discutir a pauta da Marcha tem vinte mulheres, mas dali vão vir duas, não significa que estaremos todas, mesmo porque pra trazer mulheres pra Brasília é muito caro (risos) e esse é um problema que nós enfrentamos fortemente pra Marcha. É todo um volume de recurso de energia, que todas nós, no período da Marcha, concentramos em torno da Marcha, e além da energia, também muito recurso, e essa questão de recurso é uma coisa que tá pegando muito pra gente nos últimos anos, mas a gente acredita que vale, que é importante! (Verônica de Santana, representante do MMTR-NE na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011, 2011).

Sílvia Camuça, por sua vez, levanta um aspecto importante relacionado ao processo de construção das pautas ao longo das Marchas das Margaridas. De acordo com ela, as discussões acerca da nomeação “mulheres do campo e da floresta” para designar o sujeito da Marcha foi fruto desse processo:

[...] desde as primeiras pautas... As pautas aqui no Nordeste, muitas vezes, ainda no começo, se dizia: “Essa pauta tá pensada [...]”. Parece que só tem assalariada rural [...]. Então, pela pauta, elas foram construindo, botando reivindicações próprias de que não é apenas das assalariadas rurais, nem apenas do pequeno

produtor rural nos moldes tradicionais, mas foram botando algumas outras pautas lá, até mesmo de demarcação de terra quilombola, tá entendendo? As reivindicações foram entrando e aumentando, e isso foi se construindo a partir da construção das pautas nos debates locais, e foi se tornando uma realidade, né? E foi sendo objeto de discussão, então acho que foi uma construção das mulheres mesmo, de querer ver suas prioridades lá [...], e eram coisas que também a Contag não prestava muita atenção. No caso da Marcha das Margaridas, as mulheres contribuíram muito com a Contag – a juventude também ajudou muito isso –, porque elas vieram com muita força, com a sua diversidade de quilombolas, de indígenas, de floresta, de seringueira, de extrativistas, elas foram trazendo. Diziam: “Essa pauta não cabe a gente”, e aí foi alargando a pauta desde a primeira pauta, e ficou essa megapauta (Sílvia Camuça, representante da AMB na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011, 2012).

A fala de Sílvia atribui algo importante ao processo de organização das mulheres: a sua contribuição na ampliação e enriquecimento da agenda sindical. No Maranhão, por exemplo, Adriana me falou que as questões trazidas pelas comunidades quilombolas não é uma pauta priorizada pela Federação, mesmo considerando que se trata de um dos estados de maior número de comunidades quilombolas – 527, espalhadas em 134 municípios –, segundo dados do Centro de Cultura Negra do Maranhão (2007). Entretanto, na discussão da pauta da Marcha das Margaridas, este tema tem sido pautado:

[...] a gente tem discutido junto com as parceiras e tem trazido pra dentro da discussão da pauta tanto a questão dos quilombolas, quanto dos ribeirinhos, porque nós temos uma área muito grande de ribeirinhos, então a gente tem discutido a questão quilombola e a questão dos ribeirinhos, até porque a gente tem uma demanda muito grande no INCRA de área pra autorreconhecimento das áreas quilombolas, em algumas já saiu o laudo de autorreconhecimento, mas a gente tem muitas áreas que não saiu, então é um ponto que a gente está trazendo pra dentro da pauta (Adriana, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Fetaema, 2011).

A ampliação da pauta da Marcha e/ou incorporação de temas que não fazem parte, ou não são prioridades da agenda sindical, está relacionada também às parcerias que se estabelecem localmente, à sua atuação e ao público com o qual estas entidades e organizações trabalham, o seu público de abrangência. No caso do Maranhão, as organizações que se articulam em torno da Marcha das Margaridas são a MMM, o MIQCB, o MMTR-NE, a CUT, mais as entidades que compõem a rede SISATER-MA¹⁵⁸. A

¹⁵⁸ O SISATER-MA é uma rede de Assistência Técnica e Extensão Rural, articulada pela Fetaema e constituída de 11 instituições da sociedade civil do estado do Maranhão. Sua coordenação executiva é composta da própria Fetaema, da Planeja Consultoria e Cooperativa de Serviços Técnicos (COORSERT), a COOSPAT,

Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ-MA), embora tenha um diálogo estabelecido com a FETAEMA, não tem uma relação de parceria consolidada com a Marcha das Margaridas:

[...] a nossa relação é melhor com a CUT, a MMM e o MMTR-NE do que com a própria ACONERUQ, eu não sei te dizer o porquê, talvez por que a Federação, até 2006, fosse muito fechada em si, era muito “eu, eu, a Federação”. De lá pra cá é que veio juntando mais, agregando mais as parceiras, faz lado com o MST e tal, mas antes era muito fechada, eu tenho esse sentimento [...]. A gente trabalha para trazer os pontos das regionais pra trabalhar a pauta. Por exemplo, nós do Maranhão, nessa questão da pauta, nós temos um polo sindical, que é o Mearim, que tem muito presente as Quebradeiras de Coco, que briga mesmo pelas questões das Quebradeiras de Coco, então sempre vem as questões pautadas pelas Quebradeiras de Coco, tem que vir! Por exemplo, nós temos o Baixo Parnaíba, que já é mais extrativista, é a questão das frutas: buriti, açaí, são essas coisas assim que chegam de lá. Tem o Cocais, que é mais a questão dos assentamentos mesmo. Então ali, na hora de negociar a pauta, a gente senta com os polos, primeiro a gente vai pra reunião de cada polo e vê os pontos apresentados, faz *tudinho* as discussões pra ver os pontos de pauta que vem de lá pra cá. Enquanto isso, a gente diz logo para as parceiras: “Vocês vão trabalhando o de vocês pra gente poder juntar”. Quando chega os pontos dos polos, a coordenação e a direção da Federação vai debater com a assessoria pra tentar juntar aqueles pontos pra poder formatar a pauta e, em toda aquela discussão, vamos dizendo: “Lembra que tem as quilombolas, a gente vai ter que incluir as quilombolas, a gente vai ter que incluir as ribeirinhas”. Aí começa a discussão. Como é que a Federação hoje, a Federação, que é a maior do Estado, vai montar uma pauta sem a pauta das Quebradeiras de Coco? Uns dizem: “Mas elas tem que representar elas”. Sim, mas a Federação é a maior. Se a Federação é a maior, ela tem que trazer dentro do guarda-chuva dela tudo isso, principalmente, a questão dos quilombolas, as áreas que estão em autor-reconhecimento não tem como ficar fora, aí dizem: “Mas, e a Aconerug está fazendo o quê?” Aí a gente vira e diz: “Mas os Sindicatos que são da Aconerug estão onde?” E começa toda essa discussão para poder ter um entendimento. Tudo isso é discutido na executiva da Federação, junto com os polos, porque, se não for, não passa. A discussão vem todinha da base, mas, se não fizer essa discussão aqui que eu tô te falando, na direção da Federação com os polos, é briga pra cem anos. A Federação do Maranhão, eu digo que ela é muito ciumenta, e não parte tanto pelas mulheres, mas pelos homens, essa questão de parceria. Por exemplo, a Aconerug aceita a Federação estar representando eles, na verdade não é que a Aconerug aceita, é que a Aconerug é feita dos sindicatos, os sindicatos estão lá, a turma que está representando os quilombolas, quem faz a Aconerug são eles, os sindicatos. E eles estão onde? Estão na Federação, são sindicatos associados à Federação. Então, não tem como a Federação ficar fora. Isso é tanto na pauta do Grito da Terra, no Grito estadual, isso é na pauta da Marcha, em todas as mobilizações. Então, negociar a pauta, a Coordenação de Mulheres com as parcerias eu não

Geo- Ambiental e a Associação Agroecológica Tujupá (SISATER-MA, 2011).

acho nem tanto difícil, porque, quando a gente está lá, as mulheres que estão lá naquele bolo, a gente acaba se entendendo melhor do que trazendo pra direção da Federação (Adriana, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Fetaema, 2011).

Adriana, na sua fala, indica que a construção da pauta nos estados, ampliando e incorporando novos temas à agenda sindical, não é algo feito de uma forma tranquila, sem tensionamentos. Aspecto também ressaltado por Euci Ana, secretária de mulheres da Fetagri-PA :

[...] O movimento sindical tem uma hierarquia, tem uma estrutura. As mulheres não estão em todas essas estruturas, até estão em alguns lugares, mas em números menores, e o movimento sindical ainda tem uma visão de que algumas coisas tem que passar por umas definições bem mais crivadas. Eu acho que tem vários pontos de tensionamentos, por exemplo, o tamanho da Marcha, da nossa pauta. Por que a Contag tem o Grito da Terra¹⁵⁹ e às vezes aparece questionamento: “tem necessidade de fazer uma pauta das mulheres na Marcha das Margaridas?” A Marcha não tem volta hoje, não tem volta mais, mas já teve muitos pontos de tensionamentos, já foi proposto, inclusive, transformar o Grito da Terra em uma participação maior das mulheres. Na verdade, a Marcha acabou tomando essa dimensão, porque as outras ações do movimento sindical não davam visibilidade às demandas das mulheres, não respondiam, não só em relação à pauta, como a essa grande articulação das mulheres na base. E a Marcha não é uma cúpula, são as mulheres na base, de ponta a ponta [...] É uma Comissão¹⁶⁰ que pensa, que voa, que fala a partir também do lugar de onde está, do seu Estado, do tamanho dos conflitos que tem lá e do que se pode criar lá. Quando a gente vê a fala das mulheres da Comissão defendendo que a Marcha seja só de um dia e não de dois, ela está falando não por ela, ela está falando pelo reflexo da discussão que já teve no Estado onde ela está, onde ela atua, e porque ela já sabe como vão ser os tensionamentos. Definir o número de participação das mulheres. A meta: cem mil mulheres! Não é fácil isso. Algumas não falam lá na reunião da Comissão, mas elas já respiram conflito e tensões, porque na hora que ela for dar a notícia no seu Estado, na Federação, as cadeiras vão balançar, porque aí vem muito o financeiro: como financiar a ida dessas mulheres? Então não é fácil! Essa Marcha que nós estamos vivenciando, ela não foi fácil! Não foi fácil a gente anunciar o tamanho da Marcha que a gente queria, não o tamanho em número, mas em qualidade de participação da pauta, das ações, desse trajeto até agosto e como é que vai ser feito. Eu acho que o movimento sindical tem uma estrutura que a Marcha tem quebrado aos poucos com a participação das mulheres, com a participação de grandes companheiros, mas ainda não é o que a gente quer, ainda não é o ponto. O bom é que a autonomia das mulheres é tanta na base que, quando elas querem, acontece (Euci Ana, secretária de mulheres da Fetagri-PA, 2011).

O relato acima dá um certa dimensão dos conflitos e tensionamentos vivenciados no interior do movimento sindical em relação ao processo de construção da Marcha, que é também um processo de construção da autonomia das mulheres trabalhadoras rurais dentro

¹⁵⁹ Promovido pela Contag, o Grito da Terra Brasil é realizado anualmente e é considerado, pela Contag, a principal ação de massa do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

¹⁶⁰ Euci está se referindo à Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR).

de um “movimento misto”, como já mencionado anteriormente. As decisões tomadas na CNMTR e na Coordenação Ampliada são levadas para as instâncias de decisão da Contag e das federações. Nestes espaços, onde se expressa com maior nitidez o poder simbólico do “masculino”, a organização e a participação das mulheres são discutidas e problematizadas, e os efeitos e consequências das suas ações são analisadas, para serem “autorizadas”. É nesse sentido que Euci sugere que a autonomia das mulheres na base é maior do que a das mulheres que se encontram nas direções das federações, porque ali elas vivenciam uma maior liberdade para co-definir as formas, as regras e os objetivos das relações que se estabelecem visando à construção da Marcha. Por outro lado, a capacidade de as “mulheres na base” exercitarem uma certa autonomia para “fazer acontecer” é utilizado como um dispositivo de poder nas relações que se estabelecem nas instâncias mencionadas.

Nesses espaços onde o exercício e a prática do poder se tornam mais evidentes¹⁶¹, as relações de gênero como relações de poder são mais nitidamente explicitadas como relações de força, de enfrentamento. Neles, os conflitos e tensões se expressam e se revelam nas objeções e questionamentos feitos em relação às decisões tomadas pelas mulheres, como mencionou Euci. Questionamentos que vão desde a necessidade de realizar ou não a Marcha, passando pela meta estabelecida, até o tamanho e conteúdo da pauta, ou mesmo o tempo de duração da estadia em Brasília (um ou dois dias). Tratam-se de espaços onde dirigentes, homens e mulheres, se articulam, negociam, contestam e se enfrentam de acordo com os interesses em jogo, utilizando-se de mecanismos, táticas e estratégias como alianças, oratória, argumentos, autoridade do cargo que ocupa na direção, entre outros dispositivos de poder empregados, nos quais o gênero é um deles. Não me proponho aqui a analisar as relações de poder, mas ressaltar que o espaço configurado pela Marcha das Margaridas é permeado por tais relações, aspecto evidenciado pelo conjunto das falas utilizadas nesta tese.

¹⁶¹Utilizo aqui a noção de poder no sentido relacional tal como empregado por Foucault (1999 [1979]), compreendendo-o como uma estratégia, cujo efeitos de dominação são atribuídos a disposições, manobras, táticas e técnicas.

Em relação ao processo de construção da pauta de reivindicações, observei dois movimentos que ocorrem concomitantemente. Um que considera as proposições das chamadas “mulheres da base” a partir da discussão da plataforma política nos estados. E um outro que, articulado pela Secretaria de Mulheres, busca envolver as demais secretarias da Contag, especialmente, a sua equipe de assessores. Trata-se de um momento em que se procede a uma espécie de balanço das proposições trazidas nas marchas anteriores, observando-se os pontos nos quais o Governo ofereceu algum tipo de resposta ou não. A expectativa sempre é a de que as repostas anunciadas venham em forma de proposições de políticas públicas efetivas. Normalmente, os pontos não respondidos nas pautas das marchas anteriores e que ainda se justificam no contexto político em vigor voltam a compor as reivindicações da Marcha subsequente, de modo que se trata de um processo que permite a atualização da discussão política que justificou, nas marchas precedentes, a apresentação de reivindicações das quais não se obteve resposta. Tentarei descrever a seguir as etapas desse processo.

Foi em abril de 2011 que ocorreu a reunião da Coordenação Ampliada e colaboradores, com objetivo de debater politicamente os temas para a composição da pauta, tomando como subsídio o documento temático (caderno de textos) já elaborado anteriormente, sendo estabelecido que dois meses após (junho) seria o prazo limite para que os estados e regiões enviassem para a Secretaria de Mulheres as suas contribuições para a composição da pauta.

Enquanto nos estados a pauta era debatida, na Contag, a Secretaria de Mulheres dava prosseguimento a outros processos visando à construção da pauta 2011 a ser entregue ao Executivo. Nesse sentido, foi realizado o trabalho de resgatar e estabelecer a correspondência dos pontos da pauta da Marcha 2007, da pauta da Jornada das Margaridas 2008 e a do Grito da Terra Brasil 2011 com os desafios apresentados no caderno de textos da Marcha, em cada Eixo Temático. Para cada ponto de pauta, foram resgatadas as respostas do governo, o desenvolvimento e situação atual. O objetivo era construir uma base de informações que desse subsídios para a elaboração e proposição dos pontos de pauta de forma atualizada e qualificada. Este trabalho contou com a colaboração de alguns assessores/as de

outras secretarias da Contag, que compunham a “equipe de pauta”¹⁶². Os sete Eixos Temáticos que estruturavam a Plataforma Política foram distribuídos entre eles, cabendo-lhes estabelecer o diálogo com os/as demais assessores/as da Contag cuja secretaria estabelecesse alguma relação com o tema, considerando que a Secretaria de Juventude e de Terceira Idade estabelecia uma relação transversal com o conjunto dos temas propostos. Objetivava-se, com isso, receber contribuições que ajudassem na atualização dos pontos de pauta. Posteriormente, a assessoria da Secretaria de Mulheres reuniu os Eixos em uma só planilha.

Como mencionado acima, para construir a base de informações, foram tomados como referência os desafios apresentados na Plataforma Política da Marcha. Organizada por eixos temáticos, a Plataforma, ao apresentá-los, problematizava o tema em questão, expondo, na sequência, os desafios que se colocam diante da problemática apresentada. A assessoria da Secretaria de Mulheres da Contag elaborou uma planilha em que apresentava os desafios postos para cada eixo temático. Cada desafio fazia correspondência à reivindicação apresentada pela Marcha das Margaridas 2007 e também pela Jornada das Margaridas 2008 ou pelo GTB 2011, caso essas ações apresentassem reivindicações concernentes àquele desafio. Para cada desafio, era observado também se havia sido obtida alguma resposta do Governo e ou do Congresso Nacional, tanto no que se refere ao retorno dado, quanto aos desdobramentos das respostas oferecidas. Além disso, o levantamento agregava outras questões que dialogavam com o lema da Marcha e que não haviam sido abordadas.

Em reunião da Coordenação Ampliada, a assessoria da Secretaria de Mulheres apresentou a todos/as os/as participantes da reunião as informações contidas na planilha, para

¹⁶²Durante a preparação da Marcha das Margaridas, são compostas equipes de trabalho para responder as demandas postas. As equipes contam com a participação da direção da Contag, que exercem mais a função de coordenação política, e o corpo de assessores. Na Marcha de 2011, houve sete equipes, a saber: “Finanças e Infraestrutura”, “Comunicação e Divulgação”, “Mobilização e Pauta”, “Saúde”, “Feira”(Mostra das Margaridas), “Mística” e “Cerimonial”. Embora todas as equipes se planejem com antecedência, algumas, como as três últimas citadas, têm uma atuação mais definida durante a Marcha propriamente dita. A “equipe de pauta” inicia os seus trabalhos com alguns meses de antecedência. Coordenada pela Secretaria de Mulheres, é ela quem apresenta as propostas quanto ao caráter da pauta, a composição dos pontos e o desenho do caderno de pautas.

que fossem atualizadas, momento no qual se produziu um intenso debate que levou as definições das proposições que deveriam compor a pauta de reivindicações, complementadas e ou reafirmadas pelas propostas vindas, posteriormente, dos estados e regiões. Nos arquivos da Marcha 2011, consta que dezenove estados apresentaram propostas para composição da pauta. Porém os estados da Região Nordeste sistematizaram as suas reivindicações e as organizaram em uma pauta única. As organizações parceiras que participavam da Coordenação Ampliada também entregaram suas proposições (por eixo). Posteriormente, os pontos semelhantes foram agrupados e procedeu-se a uma única formulação.

Os Pontos da Marcha 2007 já atualizados e as proposições encaminhadas pelos estados foram reunidos por Eixo Temático, em um único documento. Feito isso, a “equipe de pauta” apontou os Pontos considerados Estruturantes e Estratégicos (PE), enquanto outros foram identificados como Pontos para a Pauta Descentralizada (PD), ou seja, aquelas proposições que diziam respeito às negociações nos estados e municípios.

No mês de junho a própria Secretaria de Mulheres organizou uma oficina para debater e definir a formatação final das pautas de reivindicações tanto para o Executivo, quanto para o Congresso Nacional. Participaram da oficina algumas diretoras da Contag (em alguns momentos), a “equipe de pauta” e a Coordenação Ampliada. Nesta oficina, foi debatido e definido o caráter e o desenho da Pauta, bem como foram apresentados os pontos de pauta já organizados na planilha, seguindo-se de um debate quanto às sugestões de alteração ou de acréscimo de novos pontos. Nessa oficina, ainda foram definidos, para cada eixo, os Pontos Centrais (PC) para serem enviados ao governo, destacando-se neles aqueles pontos que se referiam ao apoio e articulação do governo com o Congresso Nacional e pactuação com os estados. Ao todo foram selecionados 25 pontos centrais.

Em relação ao caráter, ficou acordado que a pauta de reivindicações a ser entregue ao Executivo deveria expressar a dimensão política da Marcha das Margaridas traduzida no seu lema, na sua plataforma política e na construção em parceria. Havia uma preocupação de que a pauta da Marcha não fosse uma extensão da pauta do Grito da Terra Brasil (GTB), embora houvesse o entendimento de que ela deveria apresentar questões por

ele pautadas e para as quais não houve resposta concreta do Governo, ou a resposta foi insuficiente para dar conta da questão. Acordou-se, ainda, que a pauta deveria ser ampla, combinando pontos estruturantes e estratégicos – inclusive pontos recorrentes que demonstrassem o posicionamento político, como, por exemplo, as questões relacionadas à reforma agrária – com pontos específicos da agenda política das mulheres, e conjunturais, que pudessem apontar para uma resposta positiva do governo durante a Marcha.

No pós-oficina, a “equipe de pauta” foi orientada a fazer o exercício de estabelecer correspondência dos pontos de pauta com os Programas do Plano Plurianual (PPA) e respectivas ações orçamentárias, para efeito de negociação.

Em julho, em uma reunião da CNMTR, a pauta foi socializada e debatida, e o documento final concluído. O caderno contendo os pontos foi organizado da seguinte forma: uma apresentação, seguida de uma breve parte introdutória na qual apresentava-se o posicionamento político trazido pelo lema da Marcha, fazendo referência à realidade das mulheres do campo e da floresta, explicitando o seu caráter de denúncia, proposição e reivindicação. Na sequência, exibiam-se a pauta geral com proposições/reivindicações, estruturada de acordo com os sete Eixos Temáticos que compõem a plataforma política, apresentados no Caderno de Textos: I – Biodiversidade e Democratização dos Recursos Ambientais; II – Terra, Água e Agroecologia; III – Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; IV – Autonomia Econômica, Trabalho e Renda; V – Educação não Sexista, Sexualidade e Violência; VI – Saúde e Direitos Reprodutivos e VII – Democracia, Poder e Participação Política. Organizados por Eixos, os pontos foram apresentados em subtemas e eram precedidos de uma pequena introdução que tratava da relação do eixo temático a que se referia, com o lema da Marcha, enfocando sempre o caráter feminista do posicionamento expresso.

Após impresso, o caderno contendo os pontos da pauta de reivindicações foi entregue ao Executivo e, no decorrer do mês de julho, procedeu-se à sua negociação junto ao governo, por meio do agendamento de audiências com segmentos governamentais (ministérios/secretarias) sobre temas estratégicos e articuladores. Há também uma pauta específica dirigida ao Congresso Nacional. Nela, em cada eixo da pauta, foram apresentados

Projetos de Lei (PL) que correspondiam a cada um dos eixos, reivindicando-se a aprovação ou rejeição dos PLs de acordo com as demandas apresentadas.

Além da pauta entregue ao Executivo e ao Legislativo, foi também elaborada uma outra interna ao próprio movimento sindical, entregue à direção da CONTAG, prática recorrente desde a primeira Marcha das Margaridas, em 2000. Apesar de, a cada Marcha, as mulheres vinculadas ao MSTTR renovarem a pauta a ele dirigida, a reedição contínua da maioria dos seus itens demonstra a dificuldade em promover mudanças nas relações, numa estrutura que, além de ser hierarquizada, é construída sobre padrões patriarcais e machistas (PIMENTA, 2013). As demandas apresentadas diziam respeito apenas à categoria de mulheres trabalhadoras rurais vinculadas às organizações que compõem este movimento. No seu conjunto, as reivindicações apontam para a necessidade de uma transformação na própria prática política dentro da organização, implicando na democratização dos espaços de decisão e na ampliação dos espaços de participação das mulheres trabalhadoras rurais, dando-lhes condições e garantindo-lhes o exercício do seu trabalho político-sindical.

É recorrente a afirmação de que a pauta da Marcha das Margaridas apresenta uma discussão política qualificada, e este é um dos aspectos que a diferenciaria da pauta apresentada pelo movimento sindical.

De fato, os pontos que compõem demandas das mulheres, no seu conjunto, como já observado por Cappellin (1990, p. 19) combinam “a crítica aos mecanismos de subordinação econômica, [...] com a crítica dos mecanismos que as discrimina não só economicamente, enquanto trabalhadoras, mas também socialmente, enquanto mães, esposas, filhas, moradoras, usuárias de serviços e bens coletivos”, apresentam uma interseccionalidade evidente entre as categorias de classe e gênero, de maneira a favorecer a discussão da sua condição de gênero nos diversos planos: econômico, social e político, propiciando uma abordagem multidimensional. Desse modo, tanto o espaço social na esfera da produção, quanto o da esfera da reprodução “se constituem como terrenos de mobilização política” (CAPPELLIN, 1990, p. 19), algo ilustrado na fala de Célia, representante do CNS na Coordenação Ampliada:

A nossa pauta é bastante contemplada na Marcha. Por que, geralmente, o que é que nós pautamos na Marcha? Nós pautamos questões voltadas, em primeiro lugar, pra territorialidade, porque a Margarida foi assassinada por conta do direito, da luta pela terra, da nossa luta. O primeiro eixo de luta pra nós é o direito ao acesso ao território, à terra, nós queremos a terra, de um modo diferente, sim, porque a gente quer a terra com a floresta viva; e depois, então isso contempla na Marcha, a Marcha tá sempre dizendo: olha, as mulheres tem que ter acesso à terra, [...] a terra era sempre dada ao homem, então a gente já vem trabalhando, e isso contempla a regularização fundiária em todos esses processos que tem, isso também a pauta contempla; o que é mais que a gente pode dizer? A questão de todas essas políticas transversais, educação, tudo contempla, o que é a Marcha hoje? Nós que viemos sempre com essa questão que a gente luta pela terra com a floresta viva, a organização comunitária, a Marcha contempla isso. Nós vamos lutar aqui pela questão da produção, do crédito, da eco-habitação, pro fomento, pra isso e aquilo, e a Marcha contempla isso; e, principalmente, o zelo pelos recursos naturais, a água, as mudanças climáticas que a gente sempre pautou esse tempo todo, a biodiversidade, e mais do que nunca o desenvolvimento sustentável, porque esse é o princípio do CNS. O CNS surgiu exatamente com a luta do Movimento no Juruá/Acre, que é o berço do CNS no Acre, e se expande pra toda a Amazônia e pra outras regiões do país com essa questão já da sustentabilidade, porque ainda é possível viver sem destruir, é possível viver. Começou com os companheiros lá de Brasileia e o Chico depois assumiu. Depois do assassinato do Wilson Mendes que foi o primeiro a ser assassinado nessa trajetória aí dos crimes da floresta, e ele foi mesmo, praticamente, fuzilado dentro do próprio sindicato, e eu tava outro dia conversando com o diretor lá do Acre, com o Boca, e ele dizendo, ele lembrando, ele resgatava um pouco dessa história lá, ele dizendo assim: “Olha, o idealizador mesmo do empate foi o Wilson. Com o assassinato do Wilson, o Chico assume essa liderança e leva pra frente”. Então o empate é a grande ferramenta que nós construímos nesse período todo, que era uma luta assim pacífica, e no empate participa as mulheres, o Chico chama as mulheres pro movimento porque vão os homens, vão as mulheres, as crianças, e todos de mãos dadas ali enfrentavam todo o aparato policial que vinha pra impor o grileiro da terra ali, e cantando o hino nacional, então era uma luta assim, isso aqui é nosso, esse espaço é nosso, então a gente discute toda essa questão; nós discutimos creche, a Marcha discute, todas as questões assim a gente tá discutindo [...]. A gente tem, sim, coisas comuns, muito comuns e acredito que as mulheres foram muito mais sensíveis, muito mais, elas tiveram a percepção mesmo disso, de dizer: “Olha, nós somos diferentes na forma de fazer, mas a nossa causa é a mesma”. Nós fazemos corte raso pra plantar feijão, milho, porque isso é pro nosso consumo e vocês pescam, vocês tiram o caranguejo, vocês coletam o açaí, vocês fazem o palmito e a gente faz essa troca, faz o escambo, isso acontece, faz a farinha, hoje eu troco com caranguejo, hoje eu troco com goma, eu vendo e compro, existe isso, e as mulheres perceberam isso, então vamos unir nossas forças pra enfrentar. Por que é que tão dando mais terra pra monocultura e sufocando a agricultura familiar também ali? E o extrativismo? Foi aquela atividade dos primórdios, a primeira ação do homem. Eu acredito na terra, é isso. Claro que depois foi ficando à margem em função do desenvolvimento das técnicas e das ferramentas. A gente não vai perder isso de vista jamais, pois nós queremos a tecnologia, nós queremos ter acesso às políticas, porque nós temos essa compreensão que é com o acesso às políticas que a gente vai sair do isolamento, principalmente, nós da floresta, que estamos ali há milhares de distância [...], a gente não quer é que a tecnologia seja utilizada só pros fins do neoliberalismo, do lucro, do grande capital, mas que tenha acesso para essa famílias de produtores, especialmente pras mulheres, por que nós precisamos disso, é importante. Eu penso que as pautas são concomitantes, não se sobrepõem (Célia, representante da CNS na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011, 2011).

Ainda que alguns temas se repitam ao longo das marchas, a cada uma delas esses temas são re-apropriados de maneiras diferentes, de acordo com a conjuntura política, ao mesmo tempo em que novos outros temas são apresentados. Mas o que diferencia as reivindicações gerais das mulheres das reivindicações apresentada pelo conjunto do movimento sindical é que elas as “detalham e as especificam à luz da perspectiva de gênero” (CAPPELLIN, 1990, p. 19).

Como prática articulatória, a pauta cria uma identificação entre diferentes posições de sujeito, que se constitui em um “nós”, que é nomeado “mulheres do campo e da floresta”. Afinal, de quem nos fala a pauta?

4.2 A nomeação do sujeito político e seus dilemas

Para algumas de nossas interlocutoras, passar a se referir às “margaridas” como “mulheres do campo e da floresta” foi algo negociado que não implicou em tensões ou conflitos no interior do próprio Movimento. Outras, entretanto, reconhecem que não é algo tranquilo, principalmente, entre as mulheres vinculadas ao movimento sindical de trabalhadores rurais. Muitas delas quando afirmam “as ‘margaridas’ são as trabalhadoras rurais”, para além de uma categoria de identificação e classificação, o que está em jogo é o pertencimento da Marcha, é a afirmação do poder de representação do movimento sindical. Mais de uma vez tive a oportunidade de escutar pronunciamentos públicos do presidente da Contag afirmando categoricamente: “A Marcha das Margaridas é do movimento sindical”, discurso este reproduzido por muitas mulheres dirigentes sindicais, inclusive da própria Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, afinal, a maior parte das mulheres são mobilizadas pelos sindicatos e o maior aporte de recursos vem por meio do movimento sindical representado pela Contag. Controvérsias à parte, o fato é que a maior dificuldade na construção dessa estratégia de articulação é abrir mão de identidades já estabelecidas como a de mulheres trabalhadoras rurais, por exemplo, categoria que definiu as “margaridas” até a Marcha de 2003.

A gente tem a questão das mulheres que se identificam como trabalhadoras rurais, mas nós temos as mulheres que se identificam com a floresta, são as extrativistas. Há uma diversidade de mulheres dentro do Movimento, então, pra ficar só

trabalhadoras rurais, ela não ia abranger a Marcha toda, as mulheres todas. De início, “Ah, vão mudar o nome da Marcha, vão mudar a Marcha”. Isso teve de início, como também teve a resistência de dizer que a Marcha não é mais só da Contag. Diziam assim: “Ah, por que abrir pra outros parceiros?”, porque tinha essa coisa assim: “A Marcha é da Contag!”, e não é mais assim, a coisa cresceu. Mas teve, sim, diziam: “Se abrir, quem é que vai ser o dono da Marcha?”. O movimento cresceu, não tem mais dono, não! A gente pensa, a gente convida as pessoas ali pra fazer o grupo, tem o articulador, tem essa coisa toda, mas um dono não tem mais não. Foram muitas conversas, muitas reuniões, muitas perguntas, muito entendimentos, desentendimentos, mas a gente conseguiu. Também com a condução da Carmem, a condução da Raimundinha ajudou pra que isso tivesse um entendimento melhor pra ficar a Marcha das trabalhadoras rurais do campo e da floresta, como também dizer que a Marcha não é mais só da Contag. Isso foi muito da condução de quem estava conduzindo aquilo dali (Adriana, secretária de mulheres trabalhadoras rurais da Fetaema, 2011).

De acordo com Sílvia Camuça, a nomeação do sujeito político da Marcha como “mulheres do campo e da floresta”, embora tenha se efetivado na negociação selada numa reunião da coordenação ampliada, foi resultado de um “processo construído desde a ação local”, na qual havia a presença de outros atores como o MIQCB, as seringueiras – por intermédio do CNS – e o próprio MAMA. Organizações que, ao compor a Coordenação Ampliada, trouxeram para o plano nacional algo que já vinha sendo pautado no plano local. Um processo que, segundo ela, por ser participativo, apresentou uma permeabilidade maior daquilo que parecia periférico ou que não estava no centro da preocupação da coordenação nacional, transbordando para dentro da pauta, e fazendo a com que a coordenação tivesse que lidar com isso.

Célia, representante do CNS na Coordenação Ampliada, fala assim desse processo:

Fomos nós que pautamos essa discussão na Marcha das Margaridas. Mas ela surge mesmo com o CNS, porque o CNS, quando ele surge, o movimento da floresta, ele tenta ver onde vai se colocar, mas percebe que não cabe. Tentaram se organizar nos sindicatos e não foi possível, não foi possível porque era uma coisa bem diferente, não tinha legislação que amparasse aquela atividade, os extrativistas não podiam se aposentar porque não se enquadravam [*refere-se ao enquadramento sindical*], e aí vem fazendo essa luta, vem fazendo essa discussão, vem fazendo esse debate. Quando a gente começa já a ocupar os assentos das políticas públicas, da governança mesmo, a questão do controle social, a gente veio trazendo esse debate [...]: “Nós somos da floresta!” E essa discussão teve uma grande força no Acre, porque lá eles, inclusive, construíram a terminologia da florestania, então isso já vem desde lá [...] O Acre é o berço dessa luta dos extrativistas e se expandiu na Amazônia inteira, na Zona Costeira, e tá chegando aí na Mata Atlântica, no Rio de

Janeiro; na Bahia já tem reservas extrativistas, Santa Catarina, enfim, vários outros estados que já têm reservas criadas. Veio esse debate e a gente foi levando, foi afirmando: “Olha, se não tiver esse outro olhar, nós não vamos nos sentir incluídos, e aí a gente levou esse debate pro 1º Encontro Nacional de Saúde das Populações do Campo, e ali se construiu o 1º Encontro das Populações do Campo e da Floresta. Nesse mesmo momento, vem a Marcha e a gente já vem discutindo isso, e aí ganha força na Secretaria de Políticas pras Mulheres, ganha força na Marcha, e aqui, na Marcha das Margaridas, todos os movimentos se sensibilizam com essa questão, isso fica claro pra todo mundo e as companheiras compreenderam que tem essa especificidade no rural, tem o campo e a floresta [...]. Foi ótimo, foi muito bem aceito, nunca ninguém contestou, ao contrário, foi plenamente acolhido. Foi muito bonito mesmo! Porque é preciso entender que o povo nosso acompanha o ritmo do rio, o rio sobe e eles vão subindo com o rio, elas vão, vão, vão levando, aí vão levando porco, cachorro, búfalo, galinha, pato e tudo o que tem, eles vão indo embora, vão construindo as marombas, vão botando lá. Onde tem terra firme, eles ficam; quando o rio baixa, eles vêm voltando, a água é fundamental. São pessoas que moram com o rio.

E, principalmente, quando eu vim pra cá, pra Marcha, já era com a Carmen, a Carmen ela tem essa característica ali da Amazônia, ela conhece a sua região, então ela vê, ela sabe como é a dificuldade e os caminhos que são desafiadores pra nós na Amazônia legal, dos rios, da floresta como um todo, do campo, e de toda diversidade que se tem. Em qualquer espaço que você vá, as mulheres estão, seja na cidade, seja no campo, na floresta, nas águas, nas estradas, embaixo das lonas, enfim, as mulheres estão ali e fazem essa diferença muito grande (Célia, extrativista, representante da CNS na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011, 2011).

Certa vez, no meio de uma conversa, Carmen soltou as seguintes palavras: “Eu sei que muitas das nossas mulheres não aceitam as “parceiras” e as “parceiras” veem a Marcha como sendo da Contag”. De fato, a maneira como as “parceiras” se posicionam expressa o entendimento que elas têm de qual é o seu lugar na relação com a Contag. Para elas, a Marcha é uma ação do movimento sindical, e o sujeito da Marcha, para além da categoria “trabalhadora rural”, são as mulheres trabalhadoras rurais, embora aquelas representadas pela Contag ganhem mais visibilidade.

Entendemos que a Marcha é uma ação do movimento sindical, da Contag. Entendemos assim, e elas fazem questão de marcar isso. Nós somos as parceiras, a palavra final sobre as coisas é delas, não nossa [...]; o que a gente acha que é o interesse das mulheres a gente diz na reunião das parceiras: “Ah, mas isso é muito importante para as mulheres, vocês têm que considerar [...]. O sujeito da Marcha são as mulheres rurais, as mulheres trabalhadoras rurais. A Marcha é uma ação do movimento sindical, da Contag, a ação é organizada por eles, financiada por eles, bancada por eles, mas o sujeito político que faz aquilo acontecer são as mulheres rurais, a força que vai pra rua não é a da Contag, porque, quando aparece na mídia, o sujeito que é visto, inclusive, pelos outros são as mulheres rurais. Para a mídia, são elas e para a gente são elas [...], porque os sujeitos que fazem a Marcha ser

possível é o Movimento da Trabalhadora Rural do Nordeste, é o Movimento de Mulheres do Sertão Central, é a Articulação de Mulheres Pescadoras do Litoral Cearense, esses é que são os sujeitos reais, que existiam antes dela e vão existir se um dia a Contag desistir. E estes sujeitos não obedecem a ninguém, nem à direção de movimento sindical nenhum; eles têm, nessa ação, um espaço de confluência. Mas eles têm que continuar a sua vida até pra Marcha ter vida, senão ela vai virar burocrática mesmo, que nem a estrutura sindical a que pertence [...]. A Marcha é uma ação, uma ação coletiva que junta periodicamente mulheres de diferentes movimentos. Ela é uma ação com data, com pauta, ela é uma ação de massa desse movimento, de um campo do movimento, porque o Movimento de Mulher Camponesa é um movimento importantíssimo e não é da Marcha, então ela é uma ação do amplo campo do movimento de mulheres rurais, uma ação capitaneada pela Contag, feita com parceiras feministas (Sílvia Camuça, representante da AMB na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011, 2012).

Eu acho que quem aparece publicamente muito fortemente é a Contag, são as mulheres trabalhadoras rurais e, vamos dizer, lideradas pela Contag. Mesmo que tenha MMTR-NE, que tenham as seringueiras, e que a Marcha das Margaridas, efetivamente, incorpore a agenda desse conjunto de setores, é claro que quem aparece mais nesse processo é a Contag, por várias questões, pelo tamanho da Contag, pelo peso institucional da Contag, pelos recursos da Contag, por ser ela que lidera o processo de negociação, tanto da pauta, como dos recursos [...]. Claro que tem um reforço mútuo, as mulheres do MMTR-NE também são reforçadas pela Marcha das Margaridas, mas, para fora, aparece mais a Contag do que a as mulheres do MMTR-NE. Agora eu entendo que, por exemplo, as mulheres do MMTR-NE são fortalecidas pela Contag, pela Marcha das Margaridas, assim como as quebradeiras de coco e as seringueiras, por exemplo (Nalu Faria, representante da MMM na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011, 2013).

Ocorre que, para garantir a articulação com outros movimentos e organizações, foi necessário abrir mão da categoria de identificação “trabalhadora rural” e nomear o sujeito de modo a acolher a diversidade de mulheres trabalhadoras rurais que vivem no campo, incluindo as que vivem na floresta, e assim garantir a força simbólica que a Marcha carrega consigo.

Acho que a Marcha acaba já extrapolando, eu acho que ela é as trabalhadoras rurais, é a luta das mulheres do campo e da floresta, mas ela cria uma dimensão tão grande que a Marcha, acho, é a vida das mulheres, é a luta das mulheres, e as mulheres conseguem se identificar às vezes assim: “A Marcha das Margaridas é a Marcha das mulheres que lutam”. Eu não quero nunca perder de vista essa grande marca das marchas das mulheres trabalhadoras rurais, porque eu acho que isso pra nós é muito legal pelo fato de que a gente ficou muito tempo invisível, e ainda continua tendo algumas invisibilidades das mulheres rurais, mas eu acho que a Marcha é a luta das mulheres, é essa a grande guerra das mulheres [...]. Por que eu digo que a Marcha é uma marca da luta das mulheres, independente de quem fala? Porque ela traduz esse sentimento de negociar, de articular as mulheres rurais ou urbanas, e eu falo do lugar de onde eu estou, que é de ser trabalhadora rural. Acho que a Marcha, ela inaugura um novo tempo, nunca queremos perder de vista que a Marcha das

Margaridas era uma Marcha da Contag, das mulheres trabalhadoras rurais ligadas à Contag, porém, ao longo do tempo, a Marcha tem trazido ensinamento pra gente, do tipo assim, que as mulheres trabalhadoras rurais, elas precisam se articular com outros segmentos do campo que não estão na Contag, e outros segmentos de mulheres que não estão no campo, mas que faz um debate que se articula com as mulheres do campo. O tema da violência, por exemplo, não é um tema mais sobre as mulheres urbanas, que historicamente foi quem debateu. Eu acho que a Marcha, como diz Carmem, ela não pode ser a mesma desde 2000, ela tem inovação, é claro que nós não queremos perder a nossa marca de vista, que é um marca das trabalhadoras rurais, porém as rurais têm dado um exemplo dessa articulação pra fora. A Marcha têm várias organizações, porque nós não damos conta de representar todas as mulheres. Até consta nos anais dos congressos da Contag, por exemplo, que nós representamos os negros e não sei mais quem, mas a gente não consegue representar, e aí outros segmentos, outras organizações, outros movimentos vão representando, mas representam mulheres da base da agricultura familiar, que são as mulheres que estão no meio rural, são trabalhadoras rurais, mesmo que estejam em atividades produtivas diferentes como as extrativistas. Elas se ocupam do extrativismo, estão lá na população tradicional, é diferente das mulheres que estão em área de assentamento ou de acampamento, ou que estão em outros locais de trabalho da agricultura familiar [...]. É verdade que a Contag tem um peso maior, porque é quem coordena as mulheres, a maior ação das trabalhadoras rurais é organizada na Contag, mas a Marcha tem inovado nessa articulação com outros segmentos de mulheres que também são trabalhadoras rurais, porque não somos só nós da Contag que somos trabalhadoras rurais, tem outras mulheres que estão em outros segmentos, estão no CNS, no MIQCB, que até são base do movimento sindical, que são filiadas ao sindicato das trabalhadoras rurais, mas tem uma especificidade que nós, do movimento sindical, não damos conta de trabalhar, que o movimento sindical não dá conta, não trabalha, não dá visibilidade. (Euci Ana, secretária de mulheres da Fetagri-PA, 2011).

No âmbito local, essas tensões são mais diluídas. Muitos movimentos desenvolvem ações conjuntas com os sindicatos locais. Algumas mulheres, inclusive, fazem parte de mais de um movimento. Por exemplo, a presidente do Sindicato do município de Lago dos Rodrigues, o qual visitei, faz parte também do Movimento de Quebradeiras de Coco Babaçu. Casos como este não são incomuns. Ademais, a grande maioria das mulheres representadas por movimentos como o MMTR-NE, o CNS, e mesmo o MIQCB é associado aos sindicatos dos seus respectivos municípios. Contudo, mesmo estando filiadas a sindicatos que representam a categoria “trabalhadoras rurais”, na ocupação do espaço público, ao irem às ruas, elas querem ser vistas como “mulheres do campo e da floresta”, porque, sob essa nomeação, suas especificidades de extrativista, seringueiras, quebradeiras de coco, etc. não são sobrepostas pela categoria “trabalhadora rural”, mas são acolhidas, podendo ser expressas mediante suas próprias nomeações.

A nomeação do sujeito, isto é, a tensão que existe dentro do movimento sindical rural tradicional, os pequenos agricultores, os/as extrativistas, mesmo o pessoal como as quebradeiras de coco não se sentem representadas pelo sindicato rural, então eu acho que tem uma coisa de mão dupla aí. De um lado, é uma vitória de afirmação das mulheres, porque aí elas disseram como querem ser definidas por aquele movimento sindical e impuseram isso! Mas também isso é vantagem para a Contag, porque acaba passando a ser o sujeito que acolhe os outros, porque não acolhia antes com o discurso tradicional da direção sindical, não acolhia! Então, na hora em que elas impõem uma coisa dessas pra eles, que dizem a forma como querem ser nomeadas, elas estão também renovando a própria visão da direção do movimento sindical. Mas, até isso acontecer, ocorreram muitas discussões, desde as primeiras pautas. As pautas aqui no Nordeste, muitas vezes no começo já se dizia, se questionava: “Essa pauta tá pesada, parece que só tem assalariada rural, parece que não tem isso, parece que falta aquilo”, então elas foram construindo essa nomeação pela pauta, botando reivindicações próprias de quem não é assalariada rural ou não é pequeno produtor rural nos moldes tradicionais, botando algumas pautas lá, até de demarcação de terra quilombola, tá entendendo? Elas foram entrando através da pauta, a partir da construção das pautas nos debates locais, e isso foi se tornando uma realidade e foi sendo objeto de discussão, então acho que foi uma construção das mulheres mesmo, de querer ver suas prioridades lá. A Contag não prestava muita atenção nas questões das mulheres, mas as mulheres ajudaram muito, porque elas vieram com muita força, com a sua diversidade de quilombolas, de indígenas, de floresta, de seringueira, de extrativistas, elas foram trazendo e mostrando: “Essa pauta não cabe a gente!”, e aí a pauta foi se alargando desde a primeira Marcha (Sílvia Camuça, representante da AMB na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011, 2012).

Em que pese os dilemas vividos em torno da nomeação do sujeito da Marcha, é das “mulheres do campo e da floresta” de quem ela fala quando se comunica no espaço público, seja por meio impresso, seja nos discursos pronunciados, ainda que com algumas variações como “trabalhadoras rurais do campo e da floresta” ou “mulheres trabalhadoras rurais do campo e da floresta” ou “trabalhadoras do campo e da floresta”. Trata-se de uma nomeação discursivamente articulada e negociada. Porém a Marcha, além de se anunciar como parte do movimento de mulheres, ela também se anuncia como parte do movimento “feminista”. Assim sendo, vale a pergunta: como os feminismos nela presentes, nela se articulam?

4.3 Os sentidos do feminismo

*Sou feminista, não abro mão, nosso lugar não é no fogo e no fogão.
Sou feminista, arregação as mangas, nosso lugar não é na sala e na varanda.
Sou feminista, presta atenção, iremos lutar pra acabar a submissão.
Sou feminista com muito orgulho, são as rurais fazendo muito barulho.*¹⁶³
(Celma – Assessora Fetagri/GO, 2011)

Como já visto anteriormente, o surgimento da Marcha das Margaridas se deu como uma ação em adesão à Marcha Mundial das Mulheres, uma organização feminista que se articula em rede juntando “setores como movimento autônomo de mulheres, movimento popular e sindical, rural e urbano e outras organizações feministas” (Adrião, 2008, p. 58). Portanto, a Marcha das Margaridas já surge posicionada no campo feminista,¹⁶⁴ uma marca impressa pelas mulheres que estiveram à frente da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais: Ilda Margarida, Raimunda Mascena e Carmen Foro, mulheres que na sua trajetória política tiveram contato e foram sujeitos da formação feminista

Não é algo fácil se revelar feminista num movimento misto como o MSTTR. Muitos relatos atestam a resistência que se tem, inclusive, em utilizar o termo, tal qual expressou uma dirigente sindical durante um encontro de mulheres:

Pra nós é complicado dizer que nós somos feministas, e eu digo isso já faz tempo, e eu sou uma feminista, porque eu entendo que feminista é aquela que luta pelo direito das mulheres [...], então eu me sinto uma feminista, mas nós temos essa dificuldade dentro do movimento sindical, até na própria Comissão de Mulheres, de nós falar essa palavra: feminista [...]. (Dirigente sindical – RS, 2010).

Raimundinha sempre conta a repercussão que teve na Contag o fato de ela se posicionar como “feminista”, quando ela era ainda coordenadora nacional de mulheres trabalhadoras rurais. A utilização do termo “feminismo” sugerido por ela num artigo a ser publicado no Jornal da Contag foi motivo de discussão dentro da direção. Falando sobre isso,

¹⁶³ Versos criados e proferidos por Celma, então assessora da Fetagri/GO durante o 1º Curso de Formação Política para as Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, realizado em 2010.

¹⁶⁴ “Campo feminista” se refere aqui a um campo discursivo de atuação/ação como sugere Alvarez (1998).

Carmen Foro me disse: “A palavra feminismo ou feminista dentro do movimento sindical é tratada com muito preconceito, portanto falar ‘eu sou uma feminista’ custa caro [...]”.

Diante disso, a Marcha se tornou também um espaço de fazer avançar a organização das mulheres rurais na perspectiva da crítica feminista. Em 2010, como estratégia para a construção da Marcha 2011, a Secretaria de Mulheres em conjunto com a Secretaria de Formação, promoveu o 1º Curso de Formação Política para as Mulheres como uma atividade da Escola Nacional de Formação da Contag (Enfoc). O curso cujo eixo temático era “Feminismo, Gênero e Ação Sindical” se desenvolveu em três etapas (módulos)¹⁶⁵ durante os meses de abril a outubro de 2010, e teve como objetivo “proporcionar uma formação política, feminista e sindical para mulheres, cidadãs e dirigentes sindicais”.¹⁶⁶ Na abertura do evento, Carmen Foro fez um discurso do qual retiramos alguns trechos:

[...] Estamos a um ano da realização da Marcha das Margaridas e empoderar mais essas mulheres tem que ser uma tarefa cotidiana dessa Confederação, e esse curso vai fazer parte da estratégia do próximo momento nosso, que é a construção da Marcha das Margaridas... Aliás, tudo o que nós fizemos daqui para frente vai estar conectado, vai estar ligado com a construção da Marcha das Margaridas [...]. Quando eu cheguei aqui na Contag, havia uma negação total, posso exprimir dessa forma uma negação total do que significava as mulheres falarem em feminismo. Raimundinha abria a boca e dizia “eu sou uma mulher feminista” e isto causava um mal-estar completo na Contag. Mas se nós pensarmos bem, a principal essência do feminismo é o que nós estamos fazendo, pelo menos nos últimos 10 ou 15 anos, de questionar uma sociedade desigual com as mulheres. Se nós pensarmos que ser feminista significa fazer todas as lutas que nós já fizemos, questionando o Estado brasileiro, questionando a postura dos nossos companheiros e companheiras do movimento sindical que, envolvidos por uma cultura machista, muitas vezes acabam cometendo, diria, muitas injustiças com as mulheres que estão no movimento sindical; e se nós compreendermos que ser feminista significa ser capaz de construir três Marchas das Margaridas; que questionam por que as mulheres não estão em lugares devidos; que questionam por que as políticas públicas não consideram as mulheres, eu diria que nós estamos dentro de uma entidade que mais tem construído feminismo nesse país que é a Contag, com todo a luta que as mulheres têm feito [...] Nós não podemos considerar que é natural que as mulheres não estejam nos espaços de poder, que é natural que as mulheres sofram violência [...]. Não é natural isso! E nós temos que nos perguntar o porquê. Portanto, eu acho que essa Escola Nacional de Formação, essa atividade deverá trazer pra nós e para o movimento sindical um conjunto de inquietações, produção de conhecimento,

¹⁶⁵ O Curso foi estruturado em três unidades temáticas, sendo elas: Módulo I – Sociedade, Patriarcado e Feminismo; Módulo II – Relações de Gênero e Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário; Módulo III – Mulheres no MSTTR: conquistas, perspectivas e desafios.

¹⁶⁶ Obtido a partir do relatório do curso. Documento interno à Secretaria de Mulheres e Secretaria de Formação da Contag.

construção de estratégia e perguntas para a gente se responder cotidianamente, todas nós [...], porque as mulheres, desde que nascem, desde que tenham algumas horas de vida até quando morrem, elas não deixam de sofrer as discriminações de estarem sujeitas à violência ou viverem num país desigual como nós vivemos [...]. A luta de classe nós vamos estar todas envolvidas, estamos em toda luta geral da classe trabalhadora, mas nós precisamos não perder de vista que se nós transformarmos a vida do conjunto da classe e não transformar a vida das mulheres teremos um problema muito grave. Então, companheiras, seguiremos caminhando e em marcha até que todas sejamos livres (Carmen Foro, Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, 2010).

Durante o curso, as participantes abordaram alguns aspectos que foram recorrentes em suas falas como a dificuldade de ser mulher, principalmente, em cargos de direção do MSTTR, a pressão a que eram submetidas cotidianamente para exercerem o seu papel como dirigentes e o preconceito que havia contra o feminismo e contra aquelas que ousavam dizer ser feminista. Ao final do curso, era até comovente escutar os depoimentos das participantes reconhecendo-se feministas ou identificando o trabalho que desenvolviam como uma luta feminista:

Eu me acho feminista quando eu tô lá no meu estado defendendo a reforma agrária, eu me acho feminista quando eu tô lá defendendo as trabalhadoras rurais assalariadas, e me acho feminista também quando tamos defendendo as mulheres trabalhadoras que estão sendo vítimas de violência [...]. Acredito que o feminismo somos nós quando estamos lutando por direito, igualdade e oportunidade [...] (Luziete, Secretaria de Mulheres da Federação do estado de Sergipe, 2010).

Muitas delas diziam: “Aqui eu descobri que eu sou ‘feminista’”; outras ainda: “Aqui eu me descobri feminista”. O feminismo era significado como uma forma de ver o mundo, como uma forma de se ver no mundo. Selecionei a fala de Dona Eunice, Secretária de Mulheres da Federação do Amapá, para ilustrar essa “descoberta”:

Bom, eu queria contar uma historinha pra vocês. Eu vim para o sindicato em 2004 e ocupei a Secretaria de Mulheres no Sindicato, mas fiquei na invisibilidade. A gente não conseguia fazer nada, a gente não conseguia conversar com as mulheres, não conseguia reunir as mulheres nas bases e [...]. Eu não tinha formação sindical, embora eu já tivesse passado por um sindicato, já tivesse sido parte do corpo de um sindicato, mas eu não tinha compreensão do que era sindicalismo, o que era capitalismo, o que era feminismo, eu não sabia, eu não tinha essa compreensão. Em 2007, eu vim pra Federação e, quando cheguei na Federação, peguei a construção da Marcha das Margaridas já na sua quase realização aqui em Brasília. Eu assumi a Secretaria de Mulheres da Federação em março, em agosto realizou-se a Marcha das Margaridas 2007 e, naquele espaço, foi que eu comecei a me ver como mulher, foi que eu comecei a me ver como pessoa; e logo depois da Marcha

eu passei pela primeira Enfoc¹⁶⁷ Regional do Norte, e eu aprendi muita coisa, eu aprendi a ser pessoa, parecia que até ali alguém tinha me direcionado e dali pra cá eu comecei a me libertar. E compreendendo o conceito de feminismo hoje, e de gênero eu aprendi mais ainda. Eu sei que eu faltei muito com as mulheres, faltei muito até com a minha família. Muitas vezes, sem ter conhecimento, reproduzi o patriarcado com minhas próprias filhas, com meus próprios filhos. E, depois de participar disso aqui, eu acho que eu tenho que voltar pra casa e pedir desculpas às minhas filhas de algumas coisas que eu disse pra elas achando que, como mãe, eu tinha que fazer aquilo; achando que, como mulher, elas tinham que se comportar de determinada forma e não como elas achavam que deviam se comportar, e eu acho que eu devo voltar pra casa e pedir desculpas às minhas filhas por isso, e também pedir desculpas a todas as mulheres que, junto no Sindicato – hoje eu sou presidente do meu sindicato – chamar aquelas mulheres que muitas vezes me dirigi num discurso de patriarcado, porque eu não compreendia o que era ser feminista, eu só sabia que era mulher e sabia que tinha que ocupar um espaço político, porque eu já sabia que eu era um sujeito político, mas eu não sabia como me comportar como mulher, como é que eu deveria ocupar aquele espaço, e agora eu sei [...]. No Amapá, consegui colocar, pela primeira vez, dois ônibus de mulheres, aqui, em 2007, na Marcha das Margaridas e, se Deus quiser, em 2011, a gente vai tá com isso muito mais afinado e agora com um discurso mais pra mulheres, pras feministas, pras mulheres do movimento sindical, trazer aquelas mulheres rurais que têm tanto medo, que são tão presas à questão do patriarcado, que ouvem: “Não, você é mulher, eu vou pra roça e você vai fazer a comida”; ou: “Se eu for pra roça, quem vai fazer a comida?”; e: “A criança vai pra escola e como é que vai ficar a casa? Jogada às traças?”. Pois eu agora não tô nem mais aí, entendeu? Eu agora não tô nem mais aí, que fique a casa, que fique os filhos, mas o meu espaço eu vou ocupar, vou brigar com ele mais quem for preciso eu brigar – claro, brigar no sentido de construção, né? – Mas vou brigar, vou incentivar todas as mulheres que venham também ocupar os espaços que são delas, não de outro (Dona Eunice, secretária de Mulheres da Fetagri-AP, 2010).

É certo que cada uma dessas mulheres, as “margaridas” da Marcha, vive o feminismo de diferentes maneiras, outras nem mesmo se reconhecem enquanto tal. Mas havia um esforço de Carmen no sentido não só de dar à Marcha uma cara feminista, mas de abri-la a uma maior penetração do feminismo. A promoção do curso foi uma dessas investidas. A viabilização, em 2010, da participação de aproximadamente 700¹⁶⁸ mulheres trabalhadoras rurais na 3ª Ação da Marcha Mundial das Mulheres¹⁶⁹ foi outra. Ademais, era possível

¹⁶⁷ Escola Nacional de Formação da Contag.

¹⁶⁸ A própria Carmen nos informou esse número. Segundo ela, aproximadamente 1/3 das mulheres que participaram daquela ação eram “mulheres rurais”.

¹⁶⁹ A 3ª ação internacional da Marcha Mundial das Mulheres ocorreu nos períodos de 8 a 18 de março, e de 7 a 17 de outubro, com mobilizações em vários países do mundo. O primeiro período marcou o centenário do Dia Internacional das Mulheres com diversas marchas. No Brasil, durante esse período, foi realizada uma marcha que percorreu o trajeto entre as cidades de Campinas e São Paulo, reunindo, aproximadamente, 3 mil mulheres. Foram dez dias de caminhada, com marchas pela manhã e atividades de formação durante à tarde (Cf. <http://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>).

perceber que tantos nos discursos proferidos, quanto nos textos produzidos, a alusão ao feminismo ou à perspectiva feminista era algo constante. Mesmo a cor lilás, símbolo do feminismo, predominou sobre o verde da Contag, na Marcha 2011, imprimindo-lhe uma marca feminista.

Tudo isso me parecia intrigante: se, de um lado, a Marcha era anunciada como um movimento feminista, por outro ela era promovida por um movimento misto, que, embora comportasse a organização das mulheres no seu interior, esta não se movimentava de forma autônoma e independente da estrutura sindical, que, por sua vez, era caracterizado pelas próprias mulheres como um espaço masculinizado, conservador e “machista”. Então, baseado em que, a Marcha poderia se nomear um movimento “feminista”?

Carmen era categórica ao afirmar: “A Marcha tem uma linha feminista!”
Reproduzo aqui algumas palavras pronunciadas por ela:

Quando alguém me pergunta se a pauta da Marcha das Margaridas é uma pauta feminista, eu não tenho nenhuma dúvida, claro que é. Nós estamos questionando pra dentro e pra fora, mas é diferente de um feminismo que só questiona, porque a Marcha questiona e propõe, questiona e pressiona. Essa coisa da pressão, eu acho que é muito importante, e é o que nós estamos fazendo (Carmen Foro, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, 2013).

E mesmo as organizações feministas parceiras da Marcha a posicionam como um movimento ou ação feminista:

Na nossa concepção, sim, a Marcha das Margaridas é um movimento feminista, por mais que não necessariamente todos os temas feministas estejam posicionados 100%. Mas ela traz vários elementos de questionamento das bases da subordinação patriarcal das mulheres, em relação à divisão sexual do trabalho, em relação ao controle sobre o corpo e a sexualidade, sobre o tema da participação política das mulheres; mostra como é importante ter uma identidade coletiva das mulheres, a importância da auto-organização das mulheres, tudo isso como parte de uma identidade feminista (Nalu Faria, representante da MMM na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011, 2013).

Eu considero que a Marcha é uma ação cuja linha política é feminista. Isso não quer dizer que as milhares de mulheres o são, ou se considerem ou se identifiquem como tal. Mas pelo tipo de discurso, pela acolhida do que as parceiras propõem, elas são. Elas falam de autonomia das mulheres, econômica, de direitos reprodutivos e sobre legalização do aborto. Acompanhei esse debate na última pauta [...]. Elas vão assumindo, é um processo de construção, a linha feminista vai se consolidando a cada ano, como resultado desse processo de debate nacional entre as rurais e suas aliadas no movimento feminista, nos espaços locais e suas parceiras nacionais. Sim, a Marcha das Margaridas tem uma linha política feminista, porque ela foca o enfrentamento da desigualdade própria vivida pelas mulheres, portanto tem uma linha feminista, ela não tá fazendo a luta por terra no geral, por exemplo, então tá fazendo a defesa de um monte de interesses e direitos das mulheres e tem uma compreensão de temas cruciais pra autonomia das mulheres. Então elas têm uma linha feminista, e, em relação ao conjunto das parceiras, têm essa diversidade mesmo, somos todas feministas (Sílvia Camuça, representante da AMB na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011, 2012).

Carmen, Nalu e Sílvia utilizam-se do próprio feminismo como chave de leitura da Marcha das Margaridas e assim a afirmam como um espaço “feminista” pelo posicionamento crítico que ela assume ao questionar as bases da subordinação patriarcal das mulheres, a divisão sexual do trabalho, o controle sobre o corpo e a sexualidade, e, enfim, as desigualdades de gênero, nas quais se orientam as ideias feministas que circulam no interior da Marcha. A referência a estas desigualdades criam um ponto de ligação comum, uma identificação entre os gêneros que se veem como mulheres do campo e da floresta. Este questionamento crítico ganha concretude ao se articular a aspectos importantes da vida destas mulheres, expressos nos temas que compõem a sua plataforma política, dando sentido à própria Marcha. Os feminismos que, de alguma forma, através dela se expressam, estão representados pela diversidade de parceiras que compõe a sua Coordenação Ampliada, dentre as quais as duas maiores redes feministas de atuação no país: a Articulação das Mulheres Brasileiras (AMB) e a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), as quais, por sua vez, carregam diferentes perspectivas de feminismo que, segundo GALVÃO (2008, p. 113), se caracteriza, no caso da AMB, pela sobredeterminação do gênero, enquanto que, para a Marcha Mundial, pela hierarquização englobante do gênero: “enquanto que a primeira toma o gênero como central em suas ações e as outras desigualdades sendo pontuadas na relação com este, para a segunda, a questão de classe é anterior senão tão importante quanto a questão de gênero.”

Para Nalu Faria, a Marcha das Margaridas compartilha, em parte, a visão de feminismo da Marcha Mundial das Mulheres:

Eu acho que em parte, sim, que é possível supor que a Marcha das Margaridas compartilhe a visão de feminismo da Marcha Mundial [...]. A gente poderia pensar assim que é uma concepção de feminismo, primeiro, que busca articular muito a luta contra a opressão patriarcal e a luta de classes, que muitas vezes a gente chama da relação gênero e classe né? E eu acho que foi incorporando a essas dimensões aí, outras especificidades como a questão quilombola, a questão territorial, a questão da juventude [...]. Então nesse aspecto eu acho que tem muita semelhança com a Marcha Mundial das Mulheres, tem muita sintonia com a Marcha Mundial das Mulheres, e claro que tem temas que são mais frágeis, mais polêmicos, que eu acho que a gente tem avançado na Marcha das Margaridas, mas ele tem uma certa resistência, como é o tema do aborto, por exemplo. Na última Marcha [2011], o tema do aborto foi melhor colocado [...]. Então eu acho que tem essa concepção que é muito de pensar a relação de gênero e classe, de pensar também um movimento calcado na ação política de massas, de mobilização. Porque tem setores do feminismo que tá mais vinculado a uma ideia culturalista, tanto mais de propaganda, mais de lobby, e a Marcha das Margaridas não! Ela tá calcada numa concepção de feminismo muito baseada numa ação massiva, de uma organização permanente, tendo a mobilização como aquilo que determina a força, e eu acho que incorporando elementos aí dentro dessa visão, mesmo que a Marcha não tenha assim uma fala totalmente anticapitalista [...]. Até acho que a Marcha se coloca como anticapitalista, mas a Marcha não tem essa preocupação de dizer somos anticapitalistas e tal, mas toda a formulação da Marcha nessa discussão de gênero e classe também tem essa relação com esse movimento de crítica sistêmica, portanto, de crítica ao modelo capitalista, e de uma crítica bastante ampla, que inclui elementos como a agroecologia e outros, acho que isso também faz parte da concepção (Nalu Faria, representante da MMM na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011, 2013).

Sílvia, por sua vez, reconhece que a Marcha é um espaço que acolhe feminismos distintos¹⁷⁰ sem se configurar como um espaço de disputa entre eles, destacando que, embora

¹⁷⁰ Segundo Brah (2011 [1996], p. 132), não é algo fácil estabelecer fronteiras claras entre os feminismos. Contudo, para destacar algumas diferenças principais, ela utiliza o que chama de “tipologia de manual”, segundo a qual “los feminismos más «radicales» tienden a identificar la subordinación justificada por la biología de las mujeres como la base fundamental de la desigualdad de género”. Nesta perspectiva, “las relaciones de poder entre hombres y mujeres son vistas como la dinámica primaria de la opresión de las mujeres, llegando a excluir, a veces, otros determinantes tales como la clase o el racism”. Por sua vez, o feminismo “socialista” apresenta a premissa central de que a natureza humana não é inata, mas socialmente produzida, se distanciando da suposta ênfase feminista “radical” ao considerar as “relaciones de poder entre los sexos como casi el único determinante de la subordinación de las mujeres”. Tendo a concordar com Sílvia, no sentido de que ambas as perspectivas são acolhidas na Marcha.

elas apresentem “diferenças de orientação política-organizativa”, todas apresentam uma perspectiva anticapitalista.

Eu acho que todas se rendem à palavra final, que é delas [*se refere à Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag e ao público que ela representa*], então ninguém disputa ali. A UBM tenta passar a sua linha de todas as maneiras, a UBM e o PCdoB, sem entrar no enfrentamento, porque eles tem a disputa ali – PT, PCdoB, no interior da própria CONTAG – e apresentam visões distintas também de feminismo, então isso já tá presente, já tá dado e eles já sabem como lidar com isso por dentro das instâncias. Em relação às outras parceiras feministas como a Marcha Mundial, a AMB e o MAMA, que também tem uma orientação feminista, eu não percebo antagonismo entre os feminismos, não existem campos antagonicos. Por exemplo, não tem feministas liberais ali, porque nem estariam apoiando a luta das trabalhadoras rurais. Agora, se fossem outros tipos de coalizão, poderia ter antagonismos, mas todo mundo ali tem uma perspectiva anticapitalista; então, embora tenha diferenças de orientação política-organizativa, não tem antagonismo de posição no feminismo entre as parceiras, então acho que isso facilita a convivência, quer dizer, não tem um total desacordo da maneira da UBM atuar e se organizar, por exemplo. Eu, particularmente, não tenho nada contra o feminismo socialista delas, entendeu? Eu só acho restrito, mas não tenho nada, então não há um antagonismo entre as outras, então acho que isso facilita (Sílvia Camuça, representante da AMB na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011, 2012).

Na opinião de Carmen, a Marcha anuncia um feminismo próprio, convergente, em algum sentido, com o feminismo da MMM e da AMB, mas que apresenta diferenças.

A Marcha se relaciona com as duas maiores redes feministas do Brasil, que é a Marcha Mundial e a AMB. Elas têm entre si concepções diferentes, mas eu acho que nós estamos construindo um feminismo diferente, das duas, inclusive. E eu espero que alguém analise isso algum dia. Eu acho que o que as mulheres trabalhadoras rurais, inconscientemente, têm construído é uma crítica feminista, a partir do campo. Um dia eu preciso olhar mais profundamente pra isso, porque é algo ainda a ser estudado. Eu percebo um pouco isso, que a gente constrói uma pauta crítica ao Estado, às políticas públicas, e nós nos mobilizamos em torno dessa pauta, e nós fazemos críticas desde o sindicato, o município, o estado [...]. E isso não é a agenda nem da AMB e nem da Marcha Mundial. Isso é a nossa agenda! Elas vêm, se incorporam e contribuem, mas não são elas que dão a direção. Portanto eu acho que nós estamos vivendo algo que precisa ser estudado, que é a construção do feminismo rural. Inconsciente, ainda, mas que, paulatinamente, vai ganhando o nível de consciência das próprias mulheres, da sua importância crítica ao atual modelo, a um monte de coisas. Então, se relacionar com essas duas organizações, pra mim tem dois viés. Um que elas têm importantes contribuições e atuam na nossa base, as duas. E eu não vejo que nós temos que ter relação de exclusividade com ninguém. Eu acredito que é possível ter unidade em questões comuns, porque o patriarcado e o machismo é muito mais feroz do que as diferenças das visões feministas entre elas, eu entendo que elas contribuem com a nossa luta: as duas organizações! Mas nós não somos seguidoras de nenhuma das duas, nós trilhamos outro caminho, mas nós não somos seguidoras nem de uma e nem de outra (Carmen Foro, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, 2013).

Para Carmen, o caráter propositivo de denúncia, diálogo e negociação com o Estado brasileiro assinala, na Marcha, uma determinada concepção de feminismo, que ela arrisca chamar de “rural”, e que a distingue daquelas que se abrigam no seu interior.

Eu acho que esse feminismo rural que eu vejo, ele tem uma característica de questionar o Estado. Claro, isso pode ser identidade dos outros feminismos também! Mas a gente questiona com algo concreto. É muito diferente a Marcha das Margaridas, da Marcha Mundial e da AMB. A gente questiona, a gente propõe e a gente vai pra cima com algo concreto que transforma a vida das mulheres. Porque só questionar o Estado em encontros e seminários resulta em quê? Quem é o movimento que tem uma agenda aberta de diálogo e de pressão com o Estado brasileiro nesse país? A Marcha das Margaridas! Acho que essa é uma primeira característica nossa. Seja ela porque as mulheres vivem em condições materiais e humanas muito complexas ainda no meio rural, e mudar essas condições é necessário pra que elas mudem a vida delas – as outras talvez não estejam nesse patamar, estão mais na ideologia do que na prática. Seja porque tem resquícios de um movimento misto e de uma característica “sindicaleira”, como se diz, de negociação. Eu acho que nós herdamos isso do nosso espaço, que nós temos essa coisa de negociar, de apresentar pauta, isso é da cultura sindical, entendeu? Eu acho que isso tem o lado bom, mas tem alguns lados que a gente tem que de vez em quando descolar, porque senão as pessoas querem transformar já a Marcha num negócio igual ao Grito da Terra Brasil, e a Marcha é diferente! Nós temos diferença! Dito, inclusive, pelo Gilberto Carvalho [Ministro da Casa Civil]. A nossa pauta, ela é uma pauta estratégica, ampla, de questões novas. Já a do Grito da Terra Brasil [a principal ação do MSTTR] é uma pauta viciada. Então a gente tem coisas boas e coisas ruins. A do Grito é uma pauta viciada, planilha, tudo certinho, nominal, já as mulheres vão lá e diz: nós queremos um Programa de Agroecologia! A gente não leva o Programa pronto, a gente quer discutir com o Estado brasileiro, a gente quer se abrir. Então a gente apresenta diferença nessa pauta. Então eu acho que essa é uma característica de um feminismo que eu diria mais rural, que precisa ser mais desvendado, mais analisado. Um outro aspecto nosso, é que a gente tem uma característica de articulação nacional, de rede. Eu sei que os outros têm, mas não têm a mesma densidade que nós temos. Tem uma característica também muito a partir da entidade mãe, que é a Contag. Por exemplo, a pauta da Marcha é crítica e tal, ela é construída com todo mundo, mas o tom dado é a partir de quem dirige na Contag. Por isso que eu acho que não há uma grande consciência se é uma pauta feminista, não há! Porque ela é muito direcionada aqui de cima e pelas comissões estaduais, que as vezes não conseguem traduzir que essa é uma ação feminista. Às vezes não conseguem traduzir que essa é uma ação pensada e planejada para ser uma ação feminista. Porque, como nós temos um lastro muito grande, uma rede muito grande, acho que nós não conseguimos chegar até a ponta afirmando esta ação como feminista e consolidando na prática essa coisa mais falada, mais dita, mas a linha política da Marcha é feminista. É... Então eu diria que essas são umas características nossas, de combinar o falado com o praticado, sabe? De ter linha... De ter uma linha estratégica nossa (Carmen Foro, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, 2013).

Uma conversa aqui e outra acolá afirmaram algo que já pulsava nos meus pensamentos: o feminismo era um dos elementos que se articulava discursivamente e

produzia efeito no contexto de ação da Marcha das Margaridas. Entretanto, o que me pareceu interessante é que não se trata de um feminismo que possa ser definido em termos de organizações formais, ou que anteceda à própria ação, preexistindo à ação a partir de um marco conceitual¹⁷¹, é um feminismo que, à medida que acolhe outros, se constrói no próprio fazer da Marcha, no seu movimento. E esse processo proporciona encontros entre mulheres que já trazem uma percepção de feminismo e se identificam como “feministas”, e outras que se percebem, se descobrem e se reconhecem como tal no acontecer desses encontros. Pareceu-me interessante compreender como as mulheres, representantes de organizações parceiras da Marcha como o MMTR-NE e o MIQCB, movimentos autônomos de mulheres, percebiam o feminismo e se percebiam como feministas. Pelas suas falas, o feminismo ganhava sentido como forma de ver, pensar e compreender o mundo, reconhecendo-se nas desigualdades vividas como mulher. Verônica, representante do MMTR-NE na Coordenação Ampliada, me falou um pouco dessa experiência:

Quando eu comecei a participar da direção do movimento [refere-se ao MMTR-NE], eu dizia assim: “Eu sou uma aprendiz de feminista [...]”, porque a imagem que a gente tinha do feminismo é dessas feministas muito acadêmicas que, pra você ser feminista, você tem que dominar esses conceitos, saber isso e aquilo, essa era a impressão que nos dava [...]. Depois a gente vai entendendo que não é isso. Eu acho que você ser feminista – e eu me descobri assim – é quando você entende que não basta só você estar no espaço, não basta só você ocupar um espaço, ou você conseguir. É quando você acredita que, dentro de você, você já se libertou de uma série de questões, mas entendendo que enquanto você tiver ao seu redor uma mulher sendo submissa, reprimida, violentada, a gente realmente não tem, não alcançou a igualdade, não alcançou essa liberdade. Então eu acho que pra mim a questão do feminismo é um projeto muito mais coletivo. Enquanto tiver uma mulher sendo explorada de alguma forma, nós precisamos ainda lutar. Então, assim, embora eu fosse uma mulher que acreditasse – pela criação que eu tive, cristã – que tivesse muito claro qual era o papel da mulher e qual era o papel do homem, qual era o papel dos meus irmãos e qual era o papel das minhas irmãs nessa construção de sociedade, o que a gente podia e o que a gente não podia, simplesmente, por ser mulher, eu tive que dizer: “Não!” E aí a gente dizer não, falo de mim e de minhas irmãs, que também são militantes, é reconhecer que mesmo

¹⁷¹ Embora o glossário que acompanha o caderno de textos, contendo a plataforma política da Marcha, traga uma definição de feminismo que parece não incorporar essas tantas outras formas de experienciá-lo. No glossário o “feminismo” é assim definido: “Em seu significado mais amplo, o feminismo é um movimento político. Contrapõe-se radicalmente ao poder patriarcal. Questiona as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre outras. Propõe uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade, que promova a igualdade de oportunidades para as mulheres. O feminismo é uma filosofia universal que considera a existência de uma opressão específica a todas as mulheres, que assume formas diversas conforme as classes e camadas sociais, nos diferentes grupos étnicos e culturas” (CONTAG, 2011).

eu sendo mulher, eu tenho direitos, eu posso escolher, eu posso ser mais, eu não tenho que obedecer a ninguém, eu posso pensar, eu posso tomar minhas decisões. Então, isso pra gente que é do meio rural, e pra gente que tem uma formação, principalmente, cristã, não é fácil dentro da nossa cabeça. E depois também, pra gente viver isso dentro da nossa casa com nossos filhos, não é fácil. Quando a gente tem meninos, meninas e você não só ter o discurso, mas você também dentro de sua relação, dentro de sua casa começar a implantar essas mudanças. Mas isso não basta, não basta! Porque se eu consigo dentro da minha casa, dentro da minha relação viver alguma coisa que eu acredito, quando eu saio fora, isso não é verdade. Eu sofro também com toda a discriminação, a discriminação de gênero, a discriminação de classe, porque a gente sofria discriminação porque era sem terra, depois porque era assentada, porque é agricultora, então a gente vê que a gente tem muitas mudanças ainda a fazer. E é na militância, e na militância feminista, que a gente vai entender também a grande diversidade que a gente tem, das mulheres com sua diversidade de raça, com sua diversidade sexual, e isso é muito difícil também de ser rompido no espaço rural, é como se no espaço rural não existisse outra orientação sexual. E não é só entender, mas é ter solidariedade com as companheiras e tentar discutir com os companheiros e com o restante das companheiras: a liberdade, o direito das pessoas serem diferentes, e as pessoas não entenderem e tudo isso faz parte também, fez parte na minha vida, dessa construção do feminismo [...]. Falar em nome do feminismo foi somente no movimento de mulheres, porque eu já participei do movimento de igreja, já participei do Movimento Sem-Terra, que a gente discute as questões de gênero, mas muito mais numa perspectiva assim, digamos, assim, técnica: gênero é isso! São relações e tal, mas na prática, como é que a gente realmente vive isso? [...] Participo também do Partido dos Trabalhadores, onde a gente tem toda uma construção das mulheres, mas, realmente, isso tudo só vim descobrir dentro do movimento de mulheres. Por isso que eu acho que é muito importante, e algumas pessoas não entendem, principalmente, outros movimentos mistos não entendem por quê que as mulheres precisam se organizar no movimento de mulheres [...], só que a gente tá se fortalecendo dentro do movimento pra enfrentar o mundo lá fora, a gente não vive num mundo que só tem mulheres, a gente vive os conflitos dentro de casa, na comunidade, nos outros espaços, porque todas as mulheres participam de outros espaços, as mulheres participam do sindicato, as mulheres estão nas associações, nos partidos políticos, nas igrejas, as mulheres estão em todos os espaços, nós estamos na sociedade, e a gente enfrenta também isso na sociedade. Qual é a importância, então, da gente participar de um movimento só de mulheres? É essa oportunidade da gente se fortalecer enquanto mulheres, pra gente ir muito mais preparada e muito mais fortalecida pra esses espaços. Porque nesses espaços é muito difícil da gente se fortalecer, porque a gente, ao mesmo tempo que a gente tem que se fortalecer, a gente tá na disputa do dia a dia. Então eu acho muito importante aí ver os testemunhos das várias mulheres que tão no movimento e que, assim como eu, renasceu pra vida, que vivia aquela vida, sabe, oprimida, achando que a missão das mulheres é essa mesmo, casar, parir, trabalhar [...]. Quando surgiu, digamos assim, a proposta e a discussão inicial de que eu poderia ser a candidata a secretária executiva do MMTR-NE, eu pensava: como é que pode? Eu ter uma casa, um marido, filhos e assumir a secretaria do movimento que tem uma sede num outro estado? Sim, por que tá previsto que a gente tem que ir por conta da sede, tem que ir pra esse lugar. Então eu ter que deixar família... Quer dizer, eu também tinha dentro de mim que eu não teria mais essa, digamos assim, não sei nem se é oportunidade, mas eu não teria mais essa chance de fazer isso, de decidir uma coisa assim que, de repente, só dizia respeito a mim mesma. Quer dizer, é um projeto que não tava envolvida a família, que não tava envolvida a terra, a casa, os bichos, não sei o quê. Era um projeto, do ponto de vista da minha família, muito

mais individual, apesar de ser uma coisa coletiva. Então, eu pensava, assim, que por já ser casada, ter filho, ter terra, ter não sei o quê, não sei o quê, bicho, galinha, não sei o quê, eu não poderia mais fazer isso. Isso foi uma coisa também que a gente inaugurou no movimento, porque todas as outras secretárias executivas do movimento meio que já tinha passado por essa fase da sua família, os filhos já estavam crescidos, não tinham mais companheiros, os companheiros já tinham morrido ou separado, ou não sei o quê, e aí a gente inaugura uma nova fase no Movimento. Uma mulher que tem filhos, que tem crianças... Não foi uma decisão fácil! (Verônica de Santana, representante do MMTR-NE na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011, 2013).

Quando eu perguntei se as mulheres do MIQCB se declaravam feministas, Nezinha me respondeu que sim. Então eu perguntei: “E você, você é uma feminista?” Então ela me respondeu de forma muito categórica: “Eu sou feminista!” E continuou:

A partir do momento que eu comecei a participar do movimento, eu comecei a observar, até dentro da minha família, porque tem um pouco daquela coisa: você só quer tá saindo, e aí começa aquela acusação: “Vai pra reunião? Não, vai é pra namorar e tal.” E isso é difícil, então você percebe que você pensa diferente, que não é aquilo ali o seu lugar, pelo menos que não é só ali. Percebe que você tem que gritar pro mundo, que você tem que dizer o seu desejo, o que você quer, que não é só pra si, que é pra uma sociedade. Então eu acho que é isso um pouco ser feminista, pelos menos da forma que eu penso, mostrar pra sociedade que eu tô nesse mundo e que não é por acaso, é pra fazer alguma coisa. Mas eu só vim compreender que eu era feminista mesmo não faz muito tempo, foi em uma reunião da Coordenação Ampliada da Marcha, aqui em Brasília, quando eu vi uma das meninas feministas falando, a forma e tal, então eu disse: “Eu sou uma feminista.” Eu sou uma feminista, porque assim, pra muita gente, feminista é mulher que gosta de mulher, e pra mim não é isso em si. Tem muitas outras coisas que envolvem a sua forma de pensar, o seu jeito de ser. Aí eu, a partir desse momento, percebi que eu era feminista [...] No movimento, eu acredito que as outras mulheres do movimento, elas se consideram feministas, a gente não conversa especificamente sobre isso, nós conversamos de tudo, quando a gente tá em reunião, quando a gente tá no monte de coco quebrando, aí uma começa a falar, outra começa, e aí a gente começa a descobrir como que a gente é e como que as outras pessoas são, e o que tem em comum com a forma de pensar, a forma de lutar, tudo isso (Nezinha, representante do MIQCB na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011, 2013).

Foi interessante perceber, por meio da fala de Nezinha, como a sua participação nos espaços de construção da Marcha a fez perceber-se como feminista. Isso, mais que a descoberta de uma identidade, expressava o senso de participação em um movimento mais amplo, no qual se percebia como sujeito político. Por outro lado, estes espaços revelaram-se para ela como espaços de formação política que somavam-se à sua experiência no interior do próprio MIQCB, lugar onde ela, de fato, vivenciava o feminismo. Como discorre Celi Pinto (1992), os movimentos sociais são realmente espaços privilegiados para as mulheres se

perceberem como sujeitos políticos, e digo mais, de se identificarem com o feminismo, daí se comprometendo com a organização de mulheres para participar da luta política mais geral. As desigualdades sentidas no seu cotidiano encontram nesses espaços terreno propício para serem refletidas. Como observa Oliveira (2002, p. 93), a trajetória e rede de relações em que estão inseridas as mulheres contribuem na sua percepção e identificação com o feminismo. O relato de Lúcia, diretora do MMTR-NE, logo abaixo, endossa esta afirmação:

[...] Em 85 foi criado o MMTR-NE, no qual a gente começou, o movimento da Paraíba começou a fazer parte, porque o movimento do Nordeste foi criado entre Paraíba e Pernambuco, e eu mesma comecei a participar do Movimento de Mulheres Trabalhadora Rurais do Nordeste já nos anos 90. E como diretora, comecei agora em 2010. E dentro do movimento a gente trabalhava várias questões, tinha a questão, por exemplo, do feminismo, que a gente não discutia no movimento da Paraíba naquela época. Eu lembro que uma vez que cheguei lá tinha um boletim do Cfêmea, e eu fiquei louca, não era nem do Cfêmea, era das Católicas pelo Direito de Decidir. Isso mais ou menos entre 88 e 90, e eu fiquei ansiosa querendo ver aquele boletim, mas como era reunião, eu não podia. No final da reunião, fui procurar o boletim, esse boletim sumiu até hoje (risos). Alguém pegou ele e escondeu. Eu era uma das mais jovens dentro do movimento da Paraíba, e as assessoras esconderam esse boletim. Hoje, não, hoje a gente já discute o feminismo, muitas trabalhadoras rurais já se dizem feministas. Assim, só depois que a gente conta, explica, discute gênero e tudo mais, que ela: “Ah, eu sou feminista!” [...]. Enquanto a gente não sabia o que era feminismo, o que era ser feminista, a gente tinha até medo de dizer que era, principalmente no mundo machista que a gente vivia. Quando entrei no movimento, foi no movimento sindical da CUT, e tinha o Dé, que foi um presidente da CUT, que até hoje mora aqui, que dizia assim: “Ah, você é feminista!”. E a gente dizia assim: “Não, não sou feminista, sou feminina”, porque falavam que feministas eram mulheres da vida, que botavam chifre no marido, e a gente não queria isso. Mas quando a gente começou a estudar o feminismo, eu descobri que desde criança sou feminista, quando eu brincava de cavalo de pau que papai não deixava, e eu me juntava com meus sobrinhos e outras crianças e ia brincar de cavalo de pau. Quando a mãe mandava fazer um trabalho de casa, eu não queria, eu queria trabalhar na roça. Assim eu fui descobrindo que sou feminista, mas na época eu não sabia o que era. Quando eu fui estudar na quinta-série, papai não deixava usar calça comprida, e eu cheguei mentindo: “Olha, papai, o colégio só aceita se usar calça comprida”, porque eu queria usar calça comprida. Teve momentos assim que, desde aquela época, eu já era feminista. Desde criança, adolescência eu já era feminista, só que não sabia. Dentro do Movimento de Mulheres da Paraíba, entre 1995 e 2000, eu descobri que era feminista. Foi nas oficinas que a gente fez, de gênero. Tanto oficinas como na escola feminista, que o Movimento de Mulheres Rurais do Nordeste tem oferecido pra gente junto com a Casa da Mulher do Nordeste e a Casa da Mulher do Cabo, e alguns livros que sempre leio. Mas foi em 95 que eu disse: “Eu sou feminista!”. Agora, com as mulheres do Movimento, esse trabalho vem sendo feito de 2000 pra cá. Nas oficinas de agroecologia, a gente coloca questões de gênero, e ali a gente entra nas questões do feminismo, e vamos descobrindo que somos feministas. Tiveram algumas ONGs que contribuíram para isso: teve a Cunha, de João Pessoa e o Centro da Mulher 8 de Março, que as oficinas que a gente ia fazer chamava elas; tinha a comissão de mulheres da CUT, com a Edinalva,

que já era feminista. No Nordeste, tem ONGs mais em Recife, tem a Casa da Mulher do Cabo, tem a Escola de Formação Feminista em Recife, e devem ter outras também, estamos sempre procurando (Lúcia, MMTR-NE, 2013).

É nesse encontro de feminismos, de mulheres feministas (ou não) que a Marcha se tece, fazendo-se reconhecer como locus de acolhimento de formas diversas de compreensão das desigualdades e das lutas das mulheres, ao mesmo tempo que busca construir uma forma de unidade e de ação comum, estabelecida a partir de formas precárias de identificação em torno da categoria “mulher do campo e da floresta”. Esta, por sua vez, resulta da construção de um discurso capaz de articular diversos *elementos*, dentre os quais o feminismo, em torno de uma plataforma política, de uma pauta de reivindicações e de toda uma simbologia que se expressa na caminhada caracterizada como marcha. Mas como as diferenças no interior da Marcha se articulam?

4.4 A articulação das diferenças

Os diversos sujeitos, representados na Marcha das Margaridas, querem ser vistos nas suas especificidades e, mais que isto, querem ver suas agendas próprias de lutas a ela incorporadas, de modo que quando me indaguei sobre o processo que constituía todas essas mulheres em um sujeito político nomeado “mulheres do campo e da floresta”, deparei-me com as muitas possibilidades que as especificidades identitárias demarcavam, e com elas a marca da diferença. Tal nomeação assume a forma de uma categoria unificadora, mas não unitária (BRAH, 2011 [1996]), resultado da construção de alianças entre mulheres, a qual permite-lhes dar a conhecer suas diferenças.

Em torno dessa categoria se reúnem integrantes de vários movimentos e organizações. O significante “mulheres do campo e da floresta” não está sujeito a questionamentos, discussões ou segmentações, ainda que grupos específicos como extrativistas, quebradeiras de coco, ribeirinhas, trabalhadoras rurais, assalariadas, etc. sejam afirmados e busquem expressar a sua diversidade. Não à toa, a Marcha se coloca como desafio, na introdução da sua Plataforma Política: “Qualificar e ampliar a agenda das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta em toda a sua diversidade cultural, étnica,

racial e geracional” (CONTAG, 2011, p. 8). Incorporada ao discurso político, a diversidade evidencia a diferença, afinal trata-se de mulheres diferentes entre si e com especificidades dentro da Marcha.

No contexto da Marcha 2011, o gênero, a classe e o pertencimento territorial¹⁷² se expressam no significante que nomeia o seu sujeito político e demarca categorias como tema de mobilização política, havendo uma primazia desses marcadores de diferenciação sobre outros como raça, grupos de idade e sexualidade. Esta identidade contingente construída em torno do que se nomeava “mulheres do campo e da floresta” me instigou a empreender esforços no sentido de compreender e refletir não apenas os aspectos comuns daquilo que as unifica, mas a heterogeneidade de experiências envolvidas, o que implica lançar olhares sobre a diferença, como sugere Avtar Brah em “Cartografias de la Diaspora” (2011 [1996]).

Considerada como uma “articulação”, no sentido atribuído por Laclau e Mouffe (1987), a Marcha das Margaridas é aqui compreendida a partir de relações de conexão entre elementos, como já abordado anteriormente. Mas é importante ressaltar que a articulação é uma prática “y no el nombre de un complejo relacional dado” e, nesse sentido, ela “implica alguna forma de presencia separada de los elementos que la práctica articula o recompone” (LACLAU e MOUFFE, 1987, p. 157). Ou como diz Brah (2011 [1996]), em diálogo com estes teóricos, a articulação “es un movimiento transformador de configuraciones relacionales” (*ibidem*, p. 139), e como tal envolve relações estabelecidas tanto pelas diferenças, quanto pelas similitudes. Trilhando por essas ideias, pus-me a refletir sobre o lugar da diferença na Marcha das Margaridas. Brah (2011 [1996]), ao trabalhar com a diferença como categoria analítica, me fornecia uma chave de leitura que me parecia

¹⁷²Utilizo aqui a expressão “pertencimento territorial” para me afastar da significação de “rural” apenas como espaço geográfico. Quando as mulheres se identificam como “rurais”, sejam elas do campo ou da floresta, para além da dimensão geográfica, elas estão se referindo às dimensões imateriais, culturais e simbólicas que as identifica com aquele espaço, refletindo configurações sociais específicas. Nesse sentido, o “rural” como território, para além de delimitar um espaço físico, é uma referência cultural, lócus da criação de códigos e normas, onde se comunga valores e sentimentos de pertencimento a ele.

interessante para abordá-la nesse contexto, e passei a me questionar: como as múltiplas diferenças e desigualdades se articulavam na Marcha?

Mulheres do campo e da floresta demarcam uma “diferença” que é construída de maneira diferente dentro dos discursos, e pode ser usada quando se refere à trabalhadora rural, à agricultora, à extrativista, à quebradeira de coco, à assentada, à pescadora/marisqueira, à ribeirinha, enfim, trata-se de um significante que mobiliza diferentes conjuntos de identidades culturais ou políticas, e, ao fazê-lo, estabelece limites à nomeação como algo homogêneo. Estas mulheres não existem apenas como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como “mulheres da classe trabalhadora”, “mulheres rurais”, “mulheres da floresta”, “mulheres do campo”, “mulheres indígenas”, “mulheres quilombolas”, “mulheres assentadas”, “mulheres ribeirinhas”, “mulheres quebradeiras de coco”.

Cada uma dessas descrições refere-se a uma condição social específica. Quero dizer que o significante “mulheres do campo e da floresta”, embora seja uma expressão unificadora, tem “sua própria especificidade constituída dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero”, de modo que ele assume “significados específicos nos discursos das diferentes experiências de ser mulher do campo e da floresta”, que simbolizam “trajetórias, circunstâncias materiais e experiências culturais históricas particulares”, através das quais essas mulheres se constituem como sujeitos (BRAH, (2011 [1996]), p. 131). Nesse sentido, é uma expressão que, se unifica, também expressa distinções que se referem à diferença de condições sociais, o que me remete a situar essas diferentes categorias de mulheres como construção social

O gênero referenciado no significante que nomeia o sujeito político da Marcha se liga a desigualdades e antagonismos articulados em torno de outros dois marcadores: *classe* (são mulheres da classe trabalhadora) e *território* (são mulheres rurais que vivem no campo ou na floresta). Contudo, a interconexão entre classe, gênero e território não negligencia outros marcadores de “diferença” como raça, geração e sexualidade. Ou seja, ainda que estes marcadores não se revelem diretamente no significante “Mulheres do Campo

e da Floresta”, eles são reconhecidos como marcadores de diferença social. Os trechos abaixo, retirados da Plataforma Política¹⁷³, dão indícios de tal reconhecimento:

[...] Na arena política, está, por um lado, a sociedade representada pela cultura tradicional com toda sua carga de discriminação e preconceito contra as mulheres, o que se agrava ao tratar-se das mulheres negras e mais pobres. Por outro, o Estado, que compreende os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário que reproduzem cada qual, segundo suas atribuições, a exclusão e discriminação às mulheres (CONTAG, 2011, p. 8).

[...] Para que o desenvolvimento se faça de forma sustentável, com justiça, autonomia, igualdade e liberdade para as mulheres, é preciso vencer as desigualdades econômicas e políticas e garantir a cidadania íntegra. Significa vencer a pobreza, maior entre as mulheres, e maior ainda entre as mulheres negras, bem como assegurar a liberdade, a participação política e o acesso aos bens materiais e simbólicos, como a diversidade identitária, a formação política, a desconstrução de padrões patriarcais e sexistas e o acesso a políticas públicas (*ibidem*, p. 11).

[...] A garantia da igualdade e da liberdade requer a autonomia econômica e pessoal das mulheres, o que significa reconhecer que as mulheres são donas da própria vida, que seu corpo não pode ser apropriado, nem tampouco ser objeto de mercantilização. Liberdade implica poder decidir sobre o corpo e a sexualidade e a extinção de todas as formas de preconceito e discriminação, como as práticas machistas e lesbofóbicas (*ibidem*, p. 11).

A heterossexualidade é o padrão de sexualidade considerado normal pela sociedade, justificado, principalmente pela função reprodutora. Porém, a realidade é complexa, demonstrando que há uma diversidade de expressões da sexualidade nas relações interpessoais. O direito à livre orientação afetivo-sexual tem sido reivindicado na sociedade brasileira, e são muitas as denúncias de intolerância. As práticas de homofobia e lesbofobia se manifestam a partir de atitudes e práticas discriminatórias, de repressão e violência aos que fogem ao padrão heterossexual. A intolerância à livre orientação afetivo-sexual se agrava, quando são as mulheres que transgridem o padrão, como no caso das mulheres lésbicas (*ibidem*, p. 37).

[...] Trata-se de democratizar o Estado brasileiro, tarefa para a qual as mulheres têm muito a contribuir, a partir dos horizontes utópicos do feminismo e da política. E para que se faça realmente democrático, há que romper com as desigualdades e discriminações vivenciadas pelas mulheres, em particular pelas mulheres negras, indígenas, do campo e da floresta, trabalhadoras domésticas, lésbicas, com deficiência, jovens e idosas (*ibidem*, p. 50).

Entretanto, embora marcadores de diferença como raça, geração e sexualidade assumam algum significado no discurso apresentado pela Plataforma Política, eles não são

¹⁷³ A Plataforma Política está contida na publicação intitulada: *Caderno de textos para estudo e debates – Marcha das Margaridas 2011*.

materializados em pontos de pauta específicos, o que me fez perceber que a “diferença” na Marcha não é tratada da mesma forma, mas é caracterizada e significada de distintas maneiras. Tomo aqui o conceito de Brah, segundo a qual, diferença “se refere a las diversas maneras en las que los discursos específicos de la diferencia se constituyen, discuten, reproducen o adquieren nuevos significados (BRAH, (2011 [1996]), p. 154).

No caso de marcadores como raça, geração e sexualidade, o discurso revelado pela Plataforma caracteriza a diferença como relação social, significando o sujeito a partir da sua posição nas relações socioeconômicas e culturais.

Acompanhando as reuniões da Coordenação Ampliada, eu percebia, nas discussões, a ausência de temáticas envolvendo as questões étnico-raciais. E, embora se reconhecesse que determinadas questões tinham especificidades quando referidas às mulheres negras, poucas vezes elas eram utilizadas numa perspectiva interseccional.

Contudo as mulheres negras não estavam ausentes do discurso. Como procurei mostrar nos trechos acima, a Plataforma Política reconhece e afirma que a carga de discriminação e preconceito contra as mulheres, reproduzida pelo Estado, atinge de modo diferenciado as mulheres negras e pobres. Com base nos dados da PNAD 2009, o texto afirma o predomínio de mulheres negras na composição populacional do meio rural brasileiro, (60,03%), lócus de uma pobreza comprovadamente maior que no meio urbano, que atinge principalmente as mulheres. Segundo o documento,

O elemento raça, que carrega toda a carga de discriminação e preconceito, está diretamente associado à pobreza, e requer a visibilidade necessária para que resulte em políticas específicas que possam garantir dignidade e cidadania integral a esse segmento significativo do meio rural brasileiro” (CONTAG, 2011 p. 10).

Reconhece, ainda, que as desigualdades atingem de modo diferencial as mulheres negras:

Não há justiça sem igualdade e liberdade para as mulheres, assim como não pode haver igualdade e liberdade sem que se faça justiça. É preciso vencer as desigualdades no mundo do trabalho, na vida familiar e na política. Isso implica reconhecer e vencer as diversas faces da desigualdade, que têm no preconceito e na discriminação instrumentos perversos, que atingem de modo diferenciado as mulheres negras e as mulheres jovens [...]. (*ibidem*, p. 11).

Os eixos temáticos da Plataforma Política relacionados a “Educação não sexista, sexualidade e violência” e “Saúde e Direito Sexuais e Reprodutivos” são os que mais fazem menção a questões étnico-raciais e mesmo às mulheres negras. Nos eixos restantes, tais referências são quase inexistentes. O documento, embora reconheça que a educação possua um grande potencial de transformação e que possa se realizar de forma não sexista, acusa a educação formal e a escola de reforçar as desigualdades, os padrões sexistas, os preconceitos, sobretudo, o de natureza étnico-racial, e enfim, de reproduzir a ideologia e os valores da classe dominante, além de “mostrar-se omissa e despreparada para debater temas do cotidiano como afetividade, sexualidade, saúde reprodutiva, violência sexual, violência social, etc. (*ibidem*, p. 36).”

A educação compreendida como um amplo processo de socialização se dá em vários âmbitos da sociedade como a família, escola, igreja, trabalho, sindicato, associação e tantos outros. Enquanto tal, consiste basicamente na transmissão de valores, crenças e normas que compõem a cultura, moldam comportamentos, atitudes e hábitos, e definem o modo de ser e agir na sociedade. Portanto, a socialização é transmissora da cultura e se dá por meio da educação, repassada de pessoa a pessoa, de geração a geração. No processo de socialização, se desenvolve o aprendizado sobre o que é ser mulher e ser homem na sociedade, ou seja, o padrão diferenciado, e mesmo antagônico de ser e de se comportar de homens e mulheres. Esses valores e padrões de comportamento são difundidos como se fossem definidos pelas diferenças entre os sexos, portanto baseados na natureza de cada sexo. Assim, os padrões definidos pela sociedade do que é ser mulher e do que é ser homem são naturalizados, ou seja, considerados naturais a cada sexo. Desse modo, passa despercebida a imposição dos padrões de gênero – masculino e feminino – e se reproduz as desigualdades entre os sexos, apoiadas nas diferenças biológicas. Assim, as mulheres são consideradas naturalmente responsáveis pela reprodução e pelo espaço privado [...]. Aos homens, em contraposição, têm sido atribuídas as atividades produtivas e o espaço público, de poder e decisão política. A história tem mostrado que este modo de pensar o mundo, as pessoas e a natureza gera desigualdade, cria hierarquias, privilegia os homens, submete, desvaloriza e oprime as mulheres. Em contraposição, os movimentos feministas e de mulheres têm se empenhando em denunciar, resistir e buscar transformar esta situação de desigualdade e opressão das mulheres, agravada pelas discriminações fundadas na raça e etnia. Isso significa dizer que as mulheres trabalhadoras, pobres e negras sofrem uma tripla discriminação e opressão na sociedade capitalista: de classe, de gênero e de raça e etnia (CONTAG, 2011, p. 36).

O documento reconhece, ainda, que as mulheres negras tem acesso diferenciado à política de direitos sexuais e reprodutivos, aos serviços de saúde, e que “a criminalização do aborto tem impactos graves na saúde da mulher, especialmente

entre mulheres negras, pobres, do campo e da floresta, porque não têm condições financeiras para pagar por um abortamento melhor assistido” (*ibidem*, p. 44).

Em que pese o recorrente reconhecimento de que fatores étnico-raciais são uma marca da diferença entre as mulheres, tal reconhecimento não se reverte em demandas específicas na pauta de reivindicações da Marcha, na qual nenhum dos pontos faz referência ou é dirigido a este público, especificamente. Não presenciei nenhum questionamento feito nesse sentido, apesar da Coordenação Ampliada contar com a participação de mulheres negras, duas das quais oriundas de quilombos.

Certa vez questionei Euci Ana sobre isso, e ela me respondeu que, embora fosse uma quilombola, ela não estava ali representando uma organização específica de quilombola, e que isso fazia a diferença: falar a partir do espaço que se vive. E continua:

Às vezes eu até tenho dificuldade de dizer que sou uma mulher trabalhadora rural de uma área quilombola, porque o movimento sindical possui tanta gente da agricultura familiar! E, além disso, é muito nova essa questão da organização das mulheres quilombolas. Então eu falo de um lugar onde eu estou, onde a agricultura é familiar, onde nós temos dificuldade de dar essa cara mais da luta dos quilombolas, dos negros enquanto viés político sindical mesmo, isso que é desafiador. E a fala acaba saindo de onde você está, de onde você mais fica, que é mais forte, e no meu caso é o movimento sindical (Euci Ana, secretária de Mulheres da Fetagri-PA, 2011).

A fala de Euci me fez supor que o fato de não haver convergência ou aproximação de lutas com redes como a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), nem nenhum outro movimento negro ou remanescente quilombola, as diferenças reconhecidas no plano “estrutural” não se revelam em propostas concretas na pauta de reivindicações.

A temática geracional se apresenta na Plataforma com mais força do que a étnico-racial, porém mais para marcar as especificidades das jovens mulheres no interior de uma estrutura social desigual, como é possível observar nos trechos abaixo:

No que se refere ao perfil juvenil das mulheres do campo e da floresta, 25,41% da população rural é composta de mulheres entre 18 e 34 anos (PNAD/2009), o que demonstra a representatividade da participação das mulheres jovens nas

dinâmicas sociais do meio rural. Cabe ressaltar, entretanto, que as jovens do campo e da floresta vivenciam experiências de desvalorização do seu trabalho, seja no espaço agrícola ou doméstico, de não reconhecimento da sua participação política e de limitado acesso às políticas públicas e aos direitos sociais. Os dados da PNAD 2009 sobre a população jovem, rural e urbana (de 18 a 34 anos) revelam que a porcentagem de mulheres jovens do campo (48,25%) é inferior ao de mulheres jovens das cidades (51,25%). Esta inversão é explicada, em grande medida, pela migração das jovens rurais para os perímetros urbanos, processo motivado, principalmente, por relações patriarcais reproduzidas pela família e comunidade, fundadas na desvalorização das mulheres e na invisibilidade da condição juvenil. As jovens tendem a enxergar na cidade uma oportunidade de edificar suas trajetórias pessoais longe do jugo paterno. Entretanto, a vida nas cidades também reforça padrões discriminatórios e desigualdades, na medida em que inserem estas jovens em condições precárias de trabalho, moradia e acesso às políticas [...] (CONTAG, 2011, p. 10).

A inserção das mulheres no trabalho agrícola, extrativista e não agrícola está marcada pela estrutura patriarcal da família, definida a partir do poder do homem e pela divisão sexual do trabalho. Significa dizer que prevalece a visão padronizada de família, em que o homem representa os interesses do conjunto, ou seja, da mulher e filhos, deixando transparecer que os interesses são comuns e que se complementam de forma harmônica. A família assim estruturada possui uma hierarquia de gênero e geração, colocando as mulheres e jovens na condição de subordinação. Nesse contexto, as mulheres jovens ocupam o menor lugar na hierarquia familiar, submetidas à lógica patriarcal e aos padrões de sucessão rural que privilegia os jovens homens. Toda esta estrutura e dinâmica relacional resultam em desvalorização das mulheres e invisibilidade do seu trabalho. Faz-se necessário, portanto, consolidar ações de valorização do trabalho feminino e da participação das jovens mulheres na construção de relações produtivas e sociais sustentáveis. Vale destacar que, para além das análises sobre a inserção da juventude no mundo do trabalho, é preciso refletir quais as condições de ocupação vivenciadas pelos diferentes sujeitos que integram este grupo. Nesse sentido, as jovens mulheres compatibilizam vida profissional e trabalho doméstico, e essa realidade limita as possibilidades de continuidade dos estudos e a própria vivência da condição juvenil (*ibidem*, p. 29).

Dos 158 itens que compõem a pauta de reivindicações, oito se referem às jovens mulheres, e foram apresentados pela Secretaria de Jovens Trabalhadores(as) Rurais da Contag. Ainda assim, tratam-se de propostas genéricas, relacionadas principalmente à temática produtiva e educacional, as quais, embora se dirijam às mulheres jovens, não evidenciam a sua especificidade dentro das questões mais gerais postas pela juventude.

Já em relação à discussão sobre sexualidade, a Plataforma traz temas como o aborto, as doenças sexualmente transmissíveis (incluindo a AIDS) e o posicionamento de combate à lesbofobia e homofobia. Conquanto se tratem de assuntos fundamentais que emergem com força em toda a sociedade, não me pareceram temas prioritários. E assim como

em relação às mulheres negras, a pauta não apresenta nenhuma ocorrência às mulheres lésbicas, embora dois pontos da pauta façam referência a propostas de combate a toda e qualquer forma e prática de sexismo, homofobia e lesbofobia. Conversando sobre esta questão com uma trabalhadora rural, ela me disse:

Do ponto de vista político, em alguns cantos eu me identifico como lésbica, em outros não. Identifico-me em reuniões de mulheres feministas, mas, se for lá na base, só trabalhadoras rurais, eu não me identifico. Se for um grupo misto, homens e mulheres, eu também não me identifico, só se eu conheço a posição do homem, aí eu me identifico [...]. Eu acho que do ponto de vista de conquistas, nesse sentido, não tem ganho nenhum para as lésbicas participarem da Marcha, porque a gente não aborda tanto esse assunto. Mas essa história do casamento homossexual vem dessa história da Marcha. Eu tenho certeza de que essa questão do casamento surgiu com a Marcha, então a Marcha tem algum significado, porque é bom a gente saber que tem outras como nós ali, de todos os níveis, então tem um significado legal para nós lésbicas (trabalhadora rural, 2013).

Nem as negras, nem as lésbicas e, de certa forma, nem as jovens, só para citar algumas diferenças, constituem-se como segmentos com pauta própria em seus sentidos e discursos. Ainda que suas necessidades e especificidades não sejam omitidas, pelo contrário, reveladas e reconhecidas, as suas diferenças ainda são encobertas no conjunto daquilo que as identificam como “mulheres do campo e da floresta”.

Lendo a Plataforma, fica evidente que a ideia de diferença como relação social é mobilizada na Marcha, enfatizando a estrutura como algo determinante da formação social. Porém, em outros momentos, a percepção da diferença como relação social evidencia a articulação dos diferentes elementos ao se remeter à experiência vivida pelas mulheres no seu cotidiano, afirmando, assim, a diversidade existente (BRAH, (2011 [1996])).

Partindo da premissa de que as mulheres experimentam seu gênero através da classe, do território, da sexualidade, da raça, etnia e outros marcadores de diferença, é de se supor que são diversas as formas como a diferença é percebida e compreendida na experiência, esta entendida como uma prática de atribuir sentido, tanto simbólica quanto narrativamente, ao lugar da formação do sujeito (BRAH, (2011 [1996]), p. 144).

É certo que a diferença marca o que há de distintivo nas “histórias” coletivas, mas ela também se revela na experiência pessoal, e embora se articulem constantemente, essas diferenças, experienciadas em diferentes dimensões, não podem ser “lidas” uma a partir da outra. Se, por um lado, o sujeito é significado a partir das relações socioeconômicas e culturais, ele também atribui significado a essas relações na vida cotidiana. Trata-se de processos simultâneos! Nesse sentido, a diferença como experiência pode ser percebida tanto na relação social, quanto na vivência subjetiva, não como âmbitos diferentes de experiências, circunscritos a espaços mutuamente exclusivos, mas como algo intrinsecamente interligado. Como assevera Brah (2011 [1996]), “o “eu” e o “nós” que agem não desaparecem, mas o que desaparece é a noção de que essas categorias são entidades unificadas, fixas e já existentes” (*ibidem*, p. 145)

Na Marcha, a concepção de diferença como relação social é mobilizada por se referir a um experiência coletiva construída historicamente, de modo que assinala as diferenciações de gênero, classe e território em termos de formações estruturadas e estruturantes da formação social. A referência à situação de subordinação das mulheres dentro de estruturas socioeconômicas e políticas de poder evidencia todo um sistema de significação e representação que as constroem como classe. Assim, quando anuncia o seu sujeito como “mulheres trabalhadoras” ela está destacando o posicionamento desse grupo marcado, nestas estruturas, pelo gênero.

Porém as relações sociais que situam os sujeitos na estrutura social se expressam, ganham sentido e se materializam no cotidiano da experiência vivida. Assim, quando se utilizam da nomeação “mulheres do campo e da floresta”, as mulheres em questão estão se referindo tanto às relações sociais de gênero, como à sua experiência cotidiana, embora não se possa especificar, de antemão, a particularidade das suas vidas pessoais ou como elas “interpretam e definem essa experiência” (BRAH, (2011 [1996]), p. 148).

Mas a diferença é também uma produção subjetiva. Os imperativos das instituições sociais não são suficientes para justificá-la ou compreendê-la (BRAH, (2011 [1996])). Pode parecer paradoxal, mas a Marcha, como experiência coletiva, onde se

compartilha um lugar comum de ser “margarida”, é também um espaço favorável à percepção subjetiva da diferença. Dois relatos me fizeram perceber que a própria Marcha oportunizava a descoberta da diferença no encontro com o Outro.

A primeira Marcha foi um desafio, uma grande expectativa, foi a realização de um sonho, onde eu vi que não era só eu que tinha o mesmo problema, vi que tinham várias mulheres com os mesmos problemas, pensamentos, objetivos, sofrimentos e com a mesma busca. A Marcha foi uma conquista muito grande de espaço, porque foi aí que eu acordei pra questão de sexo, de cor, de raça, que eu fui ver que nós não era igual, que até aí eu tava no movimento e pra mim era todo mundo igual [...]. Eu sabia que era a Marcha, era um movimento grande, isso eu sabia, só não sabia que era um movimento de luta de espaço pra mulher, eu só não sabia que a gente ainda tinha tanta discriminação, daquele tanto, que, quando a gente chegou lá, a gente viu, a gente começa a ver que há uma necessidade muito maior do que a gente pensa, de lutar (Maria de Nazaré da Silva Souza (Paula), tesoureira do STTR do município Tomé-Açu/Pará, 2011).

Quando eu vi tudo, aquelas mulheres... Vixe Maria! Eu achei muito emocionante, muito bonito ver assim todo mundo, a união, né? Principalmente nos ônibus, a união que é das pessoas, a preocupação, a sensibilidade, a gente vê muito o lado humano das pessoas, a solidariedade. Vê que o problema meu é o problema de todo mundo. Todo mundo se preocupa com todo mundo. E assim, lá mesmo em si é muito lindo, a gente vê todo mundo brigando, tudo por uma causa só, todo mundo junto, unido [...]. O que eu achava mais bonito era aquele povo do Estado do RS, aquele povo branco, grande, que eu nunca tinha visto, eu ficava encantada. O jeito deles falar, eu ficava bestinha quando eu via. Quando eu vim, eu contava tanto ao povo sobre o gaúcho, aquele povão grande, branco. A gente tá acostumado aqui nós, tudo preto, pequeno, né? (Maria Pereira, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central, 2011).

Muito pode ser explorado dos trechos retirados das narrativas de Paula e Maria, mas, neste momento, eu gostaria de ressaltar apenas dois aspectos. O primeiro deles é que as suas falas sugerem algo que encontra ressonância no pensamento de Brahm (2011 [1996]): o sujeito é constituído em e através da experiência “interior” e “exterior”. Estas mulheres, ao viverem a Marcha como experiência, estão provocando transformações, não apenas social ou política, mas também uma mudança pessoal, afinal “los procesos de formación de la subjetividad son a la vez *sociales y subjetivos*” (BRAHM, 2011 [1996]), p. 152). O outro aspecto está relacionado às falas fazerem menção, de alguma forma, a estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade de maneira mais ou menos articuladas e não como “variáveis independentes”, revelando que “la opresión de cada una está inscrita dentro de la otra — es constituida por y constitutiva de las otras” (*ibidem*, p. 138).

A categoria “mulheres do campo e da floresta” assinala algo comum à experiência de uma multiplicidade de mulheres que vivem no meio rural. Trata-se de um termo que, ao ser mobilizado através do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, criou um tipo de sujeito político. O termo (descritivo) se refere a mulheres que ocupam uma posição estrutural semelhante como trabalhadoras rurais. Entretanto, elas experimentam a generificação de sua posição de classe no espaço geográfico onde habitam, o qual é identificado como “não urbano”. Esta é uma marca da diferenciação que no discurso é utilizado pelas designações “rurais” e “urbanas”. Logo, no início da Plataforma Política, essa marca é evidenciada:

Para abordar o lema da Marcha das Margaridas 2011, partimos do meio rural como o espaço onde vivem e trabalham as mulheres do campo e da floresta e de uma breve reflexão crítica sobre a concepção tradicional do que é o rural no Brasil. Tradicionalmente, o meio rural é concebido como um espaço que se opõe ao espaço urbano. É comum associá-lo a carências e atrasos de ordem econômica, política e cultural. Em contraposição, o urbano tem sido difundido como o lugar das conquistas democráticas, da educação, da organização política e social, da evolução e das oportunidades de trabalho e de acesso a bens e serviços. A realidade brasileira, entretanto, é muito mais complexa quando se trata da relação entre urbano e rural, de modo que se faz necessário superar a visão que os coloca em oposição e proceder a uma reflexão mais ampliada sobre o território brasileiro [...]. De fato, o rural não pode mais ser reduzido à agricultura e pecuária, mas deve ser considerado em sua característica pluriativa, como uma combinação diversificada, que engloba atividades não agrícolas, agroextrativistas, artesanais, de serviços, etc. Rural e urbano, dessa perspectiva, estão muito mais integrados e compõem uma realidade complexa que exige superar as tradicionais categorias de espaço e ocupação. A visão distorcida e preconceituosa do meio rural é reproduzida pelo modelo de desenvolvimento que predomina no Brasil, que se sustenta na aliança do latifúndio com o agronegócio, na concentração da terra e da renda, na devastação das florestas e bens comuns, na privatização e controle pelo mercado da água, da biodiversidade, na exploração dos trabalhadores e trabalhadoras e na opressão e subordinação das mulheres. Um dos grandes desafios políticos da MARCHA DAS MARGARIDAS 2011 é dar visibilidade ao rural em toda a sua diversidade e aos sujeitos políticos que protagonizam a sua dinâmica social, econômica, política e cultural, especialmente as trabalhadoras do campo e da floresta. A visibilidade que se quer dar deve resultar em políticas públicas que assegurem saúde, educação, saneamento, habitação, apoio à produção e comercialização. As trabalhadoras do campo e da floresta querem vencer a pobreza e conquistar desenvolvimento com justiça, autonomia, igualdade e liberdade (CONTAG, 2011, p. 9-10).

O texto afirma o “rural” como lugar onde vivem e trabalham as mulheres do campo e da floresta, ao mesmo tempo que se contrapõe a representação do rural como lugar do atraso em relação ao urbano como locus da modernidade, e a oposição entre estes dois

espaços daí advinda. A representação social construída em torno desses dois espaços dá suporte à construção de discursos da diferença que imprime uma valoração negativa ao “rural”, influenciando a forma diferenciada com que as políticas públicas são direcionadas para um público ou outro, reforçando as desigualdades já existentes e reproduzindo outras.

Entretanto, o binarismo rurais/urbanas constituinte do discurso ajuda a construir a equivalência e similaridade de experiência, na medida em que elas se reconhecem no enfrentamento às práticas de estigmatização, inferiorização, exclusão e/ou discriminação em arenas como trabalho, educação, moradia, saúde, infraestrutura básica (como acesso à energia elétrica, habitação, etc.).

Para Sílvia Camuça, da AMB, independentes de serem “rurais” ou “urbanas”, o que cria identificação entre as mulheres representadas pelos diversos movimentos e organizações que compõem a Marcha é o “patriarcado”; este é o antagonista comum.

Somos todas mulheres oprimidas e exploradas pelo patriarcado”. Mesmo que elas não digam essa frase, mas elas sabem, já vivenciaram isso em processos educativos e de reflexão nas suas bases, já participaram de encontros feministas, já têm diálogo com feministas em tudo quanto é canto, já têm bastante consciência de que tem uma desigualdade que desfavorece as mulheres, que o trabalho delas vale menos e elas têm menos direito, não tem liberdade, não sei o quê, sofre violência, isso é o que eu acho que unifica (Sílvia Camuça, representante da AMB na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011, 2012).

Quando ocorreu pela primeira vez, em 2000, a Marcha já contava com a participação das “urbanas” que, desde então, vêm num crescente.

[...] Nós, da Marcha Mundial, começamos com a ideia muito assim de como construir um movimento ondeoubéssemos todas da classe trabalhadora [...], e era pra nós um grande desafio conseguir construir um movimento de mulheres que incorporasse não só “urbanas” e “rurais”, mas jovens, negras; então, nesse aspecto, a Marcha das Margaridas foi um ponto de partida muito importante pra essa relação dessa construção entre “urbanas” e “rurais”. Dentro do nosso ponto de vista, foi a nossa primeira experiência onde a gente construiu realmente espaços de mobilizações conjuntas entre “urbanas e “rurais” [...]. E eu acho que uma coisa que foi acontecendo nesses anos foi o crescimento da participação das “urbanas”. E, nessa última Marcha das Margaridas [2011], a gente tem uma participação muito grande das “urbanas”, (Nalu Faria, representante da MMM na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011, 2013).

A presença das “urbanas” é mobilizada por intermédio das organizações que já desenvolvem um trabalho junto a esse público como a Marcha Mundial, o Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia, a Articulação de Mulheres Brasileiras e as centrais sindicais como a CUT e CTB. Sílvia me disse que a participação de “mulheres rurais” e “urbanas” na AMB varia conforme o Estado.

Por exemplo, a AMB aqui em Pernambuco. No Fórum de Mulheres de Pernambuco, a região menos organizada é a metropolitana. Somos mais organizadas no Sertão e na Zona da Mata, e 90% delas são rurais. Mas a capital ganha visibilidade pelos jornais, pelas instituições como o SOS Corpo, porque há feministas que falam na mídia... Pernambuco é um exemplo disso. Agora, veja o Rio de Janeiro. AMB Rio pega o Rio e as Regiões dos Lagos, mas muito pessoal urbano. Já no Norte, é mais o povo de floresta. No Ceará, temos muitas pescadoras. Varia, mas, na média, eu diria que estamos mais na capital que no interior, embora haja estados com muita organização no interior, onde prevalece ainda as questões das mulheres rurais. Parece que o feminismo tem um atrativo para as mulheres que estão mais isoladas, não tem esfera pública em cidade pequena, é muito restrito. Acaba que as mulheres da sede do município são muito caretas. E as mulheres que ficam soltas parecem mais revoltadas, pois têm menos acesso a tudo e sem controle da esfera pública. Algumas pessoas tiveram problemas com ações muito ousadas, sem perceber a ousadia. Eram, na maioria, mulheres rurais, sobre a questão do aborto. Até hoje sofrem (risos). O padre nem deixa mais entrar na igreja. Isso o povo do sítio, porque o povo da sede é mais controlado (Sílvia Camuça, representante da AMB na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011, 2012).

Carmen Foro também percebe o crescente interesse das “urbanas” em participar da Marcha. Ela conta que a Contag, por meio da Secretaria de Mulheres, produziu um vídeo visando à mobilização das mulheres. O vídeo trazia uma fala sua convidando as mulheres a participar da Marcha. Segundo ela,

As imagens apresentadas não foram vistas somente pelas mulheres rurais, mas foram vistas também por mulheres urbanas. E as mulheres urbanas, as mulheres da Confederação Nacional do Comércio (CNC) me chamaram e falaram assim: “Eu assisti seu vídeo chamando pra Marcha, e eu quero ir nessa Marcha.” Ela se convenceu! (Carmen Foro, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, 2013).

Não é incomum as próprias mulheres dirigentes sindicais, ou das federações, falarem do interesse demonstrado por mulheres urbanas, vinculadas às mais diferentes categorias e/ou organizações, em participar da Marcha.

Embora os modos precisos como *mulheres rurais* e *mulheres urbanas* vivem o seu gênero não sejam idênticos, as relações de equivalência estabelecidas ajudam a criar as condições para tornar possível a ação conjunta e, sob a designação de “margaridas”, as “urbanas” aderem a esta ação.

O termo “margaridas” como um termo especificamente político, envolvendo mulheres rurais e urbanas, acabou se tornando uma expressão confiante de uma identidade afirmativa do conjunto das mulheres que participam da Marcha. Associado a significados políticos e culturais distintos em contextos diferentes, “margarida” é um termo mobilizado como parte de um conjunto de princípios e ideias constitutivas para promover a ação coletiva.

Hoje não é mais só as trabalhadoras rurais. Pra mim não, porque hoje as trabalhadoras rurais trabalham a Marcha, mas elas têm uma parceria hoje muito grande, então eu acho legal que não sejam só as trabalhadoras rurais que querem ser as “margaridas”, já que é esse leque fazer parte das Margaridas hoje. Todas que fazem parte da Marcha são “margaridas” (Adriana, secretária de mulheres da Fetaema, 2011).

Ser uma “margarida”, eu acho que é uma opção de luta pelos direitos das mulheres. Eu acho assim, olhando para Margarida Alves, é uma questão de opção de luta mesmo (Socorro Prado, MAMA, 2011).

Margaridas somos todas nós, que ainda não fazemos parte do que se chama de cidadania. Margarida é desabrochar pra alguma coisa. Você já prestou atenção numa margarida? Viu ela desabrochando? Então acho que todas nós somos margaridas quando estamos buscando os solos férteis, a cidadania (Ângela, coordenadora sindical regional Salgado/Pará, 2011)

As margaridas somos nós, mulheres desse Brasil afora, que luta por um objetivo comum, que é a sua liberdade, autonomia, como uma cidadã brasileira, que tem direitos, independente de ser branca ou preta, grande ou pequena, gorda ou magra, estudada ou não, de não saber ler nem escrever, independente de qualquer coisa, as margaridas são mulheres que acreditam nessa luta (Graça, coordenadora estadual da Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Fetaesc, 2011).

As margaridas são todas as mulheres lutadoras, e assim eu consigo me ver na Marcha, porque a Marcha é para todas as mulheres que lutam, que defendem a terra, que defendem a vida das mulheres. A Marcha das Margaridas é a marcha das mulheres que lutam. (Euci Ana, coordenadora estadual da Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Fetagri-PA, 2011).

As “margaridas” são as mulheres lutadoras que, em nome de Margarida Maria Alves, que foi uma das mulheres sacrificadas pelo movimento, pela luta do movimento, lutam! Então, por isso tornou-se o nome Margarida, então as “margaridas” são a reprodução de inúmeras margaridas que estão aí na luta, na

batalha dos espaços, dos poderes que têm aí [...] (Bena, coordenadora sindical da regional de Tocantina/Pará, 2011).

As “margaridas”, para mim, são mulheres que lutam, mulheres que têm um ideal super diferente no mundo, que buscam por justiça, por igualdade social, por direito na sociedade, por espaço para viver. São mulheres sofridas, mas destemidas, corajosas. Essas são as verdadeiras margaridas (Maria de Nazaré da Silva Souza (Paula), tesoureira do STTR do município Tomé-Açu, Pará, 2011)

De um modo geral, o termo “Margarida” pode ser atribuído a toda mulher que se identifique com a luta das mulheres, seja a luta por direitos, por cidadania, seja a luta por espaços de poder. A designação passa a assumir novos significados ao começar a ser apropriado pelo discurso de governo. Na sua fala, no ato de encerramento da Marcha das Margaridas 2011, a presidenta Dilma Rousseff se dirigiu assim às mulheres:

Queridas margaridas, quero dizer a vocês que eu estarei sempre junta, sempre aberta ao diálogo, a ouvir, a escutar. E podem ter certeza que vocês têm em mim uma presidenta que também se considera, vocês me permitam, uma presidenta margarida, como vocês (presidenta Dilma Rousseff, 2011).

Quando utilizado em relação às “urbanas”, o termo é esvaziado daqueles significados culturais específicos associados a mulheres que habitam no campo e na floresta. Ele incorpora as urbanas apenas no sentido político, sem negar, entretanto, as diferenças culturais existentes entre elas e “as rurais”. Aliás, Carmen reitera a importância de afirmar essa marca que caracteriza as mulheres rurais:

Hoje eu tenho clareza de que eu sei que sou uma referência das mulheres trabalhadoras rurais e de muitas urbanas [...]. A Marcha ganhou uma característica rural e, cada vez mais, vêm outras mulheres, eu acho isso bem legal, porque tem a conexão mulher urbana e mulher rural, mas eu acho que não pode perder o que significa o conteúdo da Marcha para as trabalhadoras rurais desse país (Carmen Foro, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, 2013).

As designações “rurais” e “urbanas” revelam uma marca de diferenciação entre o conjunto das mulheres que expressa também diferenças culturais reconhecidas entre elas. As necessidades culturais não são definidas em termos amplos como independentes de outras experiências sociais centradas em classe, gênero ou território. Assim, embora o binarismo entre “rurais” e “urbanas” possa supor, a princípio, que um ou outro grupo é internamente homogêneo, este não é o caso. As mulheres extrativistas, por exemplo, embora de uma forma

ampla se identifiquem como “rural”, procuram sempre marcar a diferença que existe entre alguém que vive no campo e outra que mora na floresta, ou em evidenciar a existência da heterogeneidade das “rurais” que, por sua vez, apresentam aspirações e interesses sociais diversos, chamando a atenção do Estado para a pluralidade de necessidades entre as habitantes das florestas.

A Marcha pode ser compreendida como uma luta por significado, mas também por “diferentes modos de ser”, onde se imbricam questões relacionadas à experiência, à subjetividade e às relações sociais. Através dela são visibilizadas “mulheres do campo e da floresta”, sujeito-em-processo, de natureza precária e contraditória, que ganha significado mediante a subjetividade experimentada na Marcha como identidade. Esta, por sua vez, é marcada por uma multiplicidade de posições de sujeito, mas é significada como tendo coerência e estabilidade, enunciada em algum momento como “nós”, embora em constante mudança, uma vez envolvida em circunstâncias pessoais, sociais e históricas (BRAH, (2011 [1996], p. 152).

Vivida como experiência coletiva, a Marcha não se reduz à soma das experiências de vida de cada uma das mulheres nela envolvida, mas também não reflete o conjunto dessas experiências na sua totalidade. Como afirma Brah (2011 [1996]), p. 152), “La identidad colectiva es el proceso de significación por el cual lo común de la experiencia en torno a un eje específico de diferenciación, [...] se inviste de un significado particular”. Isto quer dizer que a identidade coletiva¹⁷⁴, embora precária e contingente, no momento em que é assumida como tal, carrega apenas parcialmente os traço de outras “identidades”, ainda que estas não deixem de existir; também não desaparecem as relações de poder que são parte da heterogeneidade interna do conjunto do que se designa “mulheres do campo e da floresta”.

¹⁷⁴ “Identidade coletiva” é aqui utilizada no sentido atribuído por Brah (2011 [1996], p. 153) para se referir ao processo político de construção da base de identificação de um grupo social, num dado contexto econômico, cultural e político, a partir da circulação de discursos, matrizes de significado e memórias históricas, anunciando um sujeito político que ao ser nomeado espelhe tal identidade.

No processo de mobilização política, apela-se à experiência coletiva, tentando nela re-inscrever as subjetividades (Brah, (2011 [1996])). Nesse processo, é evocado aquilo que as “mulheres rurais” têm em comum, mas, paradoxalmente, o que é comum apenas se torna significativo quando articulado a um discurso de diferença, que é construído a partir de alguma leitura da história coletiva, tomada como experiência, experiência de ser mulher rural, trabalhadora, destituída de direitos, com uma história particular de opressão, discriminação, exploração e submissão, estruturada em torno do gênero como significante de inferioridade, produzida e reproduzida por meio de mecanismos específicos, dentre os quais a utilização da violência e da violação dos seus corpos. Há na Marcha um apelo aos laços construídos do reconhecimento dessa experiência partilhada a fim de mobilizar as mulheres às quais se refere e, ao fazê-lo, afirmam uma diferença que pode ser lida como “essencialismo estratégico”, na acepção de Spivak (2010)¹⁷⁵, experimentando, assim, a diferença como identidade.

Enfim, compreender a dinâmica interna da Marcha das Margaridas, a partir da articulação que a configura, implica considerar as similaridades e diferenças na constituição do seu sujeito político, a partir dos elos estabelecidos entre a multiplicidades de posição de sujeitos envovia. Ao propor trabalhar com a “diferença” como categoria analítica, Avatar Brah (2011 [1996]) me forneceu uma chave para pensá-la, no contexto específico da Marcha, a partir da produção de significados capaz de criar uma identidade em torno de um sujeito nomeado “mulheres do campo e da floresta”. Feito isso e para ampliar a compreensão do campo, aproximarei o meu olhar da dinâmica da Marcha a partir dos estados e municípios por onde andei, buscando descrever o “tempo da Marcha”.

¹⁷⁵ Gaytri Spivak (2010) utiliza o termo para se referir ao uso estratégico do essencialismo positivista (ontológico) para efeitos de ação política. O *essencialismo estratégico*, no sentido cunhado por Spivak, leva em conta o caráter provisório das identificações, único modo de pôr limites aos perigos da adoção de um discurso representativo, *vertretung* (“falar por”) e *darstellun* (“re-apresentação” considerando as dimensões estéticas e de encenação).

SEGUNDA PARTE

Na luta por direitos, nos transformamos em guerreiras, que se expressam nas nossas bandeiras, faixas, nas falas, nos sonhos de milhares de mulheres, jovens, indígenas, negras, quilombolas, extrativistas, ribeirinhas, lésbicas, mulheres feministas do campo da floresta e das águas.

Somos de diversos lugares, sem fronteiras, de garra, de várias etnias. Dentro da nossa diversidade, nos unificamos na luta por cidadania e igualdade. Nessa caminhada de avanços, retrocessos, quedas e vitórias nos fortalecemos.

Lembremos Margarida Alves, sindicalista, lutadora, mulher forjada na luta pelos direitos das trabalhadoras e trabalhadores rurais, que se mantém presente em nossas mentes e corações.

Na Marcha das Margaridas de 2011, 100 mil mulheres em Brasília irão florir, rompendo a invisibilidade e ocupando os espaços de poder, quebrando o silêncio diante da opressão.

As mulheres são a somatória das vivências das parteiras, benzedeiras, curandeiras; a alegria das canções das quebradeiras de coco, as melodias das serenatas sertanejas; o chão firme do cerrado as ondas do mar; o convívio das rodas de chimarrão, os bailes das cirandas, a criatividade do povo brasileiro, o encantador som dos sábias amazonenses, as riquezas das culturas regionais. No girar da roda da vida, nos descobrimos enquanto criadoras da agricultura e donas da própria vida. [...]

Somos Mulheres, somos gente, somos a força, somos feministas, somos Margaridas em ação, estamos em Marcha [Texto lido no Lançamento Nacional da Marcha das Margaridas, 2011].

Capítulo 5

O tempo da Marcha!

Como já visto anteriormente, a plataforma política da Marcha, os seus eixos, lema, enfim, as suas diretrizes são definidas a partir da Coordenação Ampliada. As reuniões em Brasília assumem um pouco esse papel de planejar as ações da Marcha, embora não seja falado explicitamente tratar-se de um “planejamento”, mesmo porque o provisionamento de recursos não é algo discutido nesses espaços. Pensam-se as ações e depois se corre atrás dos recursos para viabilizá-las. E, nas ações de âmbito nacional, esse papel é da Secretaria de Mulheres da Contag. Ainda nas primeiras reuniões, faz-se um espécie de avaliação da Marcha anterior, e retoma-se alguns pontos já avaliados. São considerados, ainda, os acontecimentos políticos relevantes esperados para trabalhar de acordo com a conjuntura, mantendo-se, ao mesmo tempo, a flexibilidade necessária. Todos esses aspectos são considerados para se pensar o “desenho” que a marcha irá ter (formato, estrutura, lema, ações, meta de participantes etc.). Na continuidade das reuniões, é feito um levantamento das atividades realizadas entre uma reunião e outra, e nos estados são identificados os eventos em que as mulheres participaram em nome da Marcha. Após esse levantamento, é feita uma avaliação abordando as dificuldades, os pontos relevantes e os motivos da não realização de algumas atividades. Feito isso, é traçado o planejamento das ações para o próximo período. Procedimentos, planos e estratégias são traçados, desenhados, refeitos e avaliados continuamente. Quando da discussão da plataforma política e dos eixos que a orientam e que servirão para estruturar a discussão da pauta de reivindicações, são destinados, nessas reuniões, momentos para a reflexão dos temas envolvidos.

Esse “pensar a Marcha” do ponto de vista estratégico, definir seus objetivos e ações de uma forma mais ampla acontece primeiro nas “reuniões da Marcha” em Brasília que conta com a presença de representantes das organizações e movimentos que compõem a Coordenação Ampliada. Essas definições são levadas aos estados que, também, por meio de

reuniões, definem suas ações de acordo com as orientações dadas nacionalmente, além de divulgarem as informações necessárias. A partir da coordenação estadual, essas informações e orientações são levadas até os municípios, que, por intermédio das lideranças locais, representantes das delegacias sindicais ou associações comunitárias, fazem chegar esses assuntos à “base”, para serem repassados e discutidos. Acontece que os espaços de reflexão e encaminhamento das ações são gestados de acordo com a forma de organização da Marcha, cujo desenho organizacional foi se consolidando aos poucos, como visto no capítulo três, com alguns ajustes, mas poucas alterações. Esses espaços são basicamente as reuniões (dos grupos, nas comunidades ou povoados, da coordenação municipal, da coordenação estadual e nas comissões estaduais quando criadas) e os encontros e/ou seminários que ocorrem nas regionais, microrregionais ou polos sindicais.

Nos estados, a coordenação da Marcha é exercida pelas secretárias/coordenadoras de mulheres das federações¹⁷⁶. Como elas mesmas afirmam, seu papel é preparar e mobilizar a Marcha nos seus respectivos estados. Percebi que, nas falas, “mobilizar” adquire mais de um sentido, podendo estar relacionada à mobilização de recursos financeiros, à mobilização de mulheres para ir à Brasília, ao engajamento de pessoas numa ação pró-Marcha e à sua divulgação. Tudo isso envolve muitas ações e várias tarefas.

Geralmente, é difícil encontrar uma secretária/coordenadora estadual de mulheres no interior das federações em tempo de Marcha. Elas atuam na divulgação da Marcha nos estados, dentro do próprio movimento sindical e fora dele, o que implica, para além de anunciar a sua realização, afirmar o seu objetivo, falar e convencer da sua importância, dar a conhecer, levar informações. Quase sempre são solicitadas a se fazerem presentes nos eventos promovidos pelas mulheres nos municípios, nos polos, nas regionais, nas microrregionais, desde uma reunião até comemorações festivas. Promovem encontros, oficinas, reuniões com objetivos diversos, desde aqueles envolvendo a

¹⁷⁶ Vale salientar que o grau de envolvimento das secretárias/coordenadoras de mulheres das federações, e da própria federação, difere de estado para estado. O empenho para “construir a Marcha” nos estados não ocorre da mesma forma, nem com a mesma intensidade, nem com a mesma dedicação. A análise feita aqui se baseia em entrevistas e visitas a municípios dos estados do Pará, Maranhão, Ceará e Pernambuco.

preparação da Marcha propriamente dita, até a discussão da plataforma política e dos seus eixos. Além disso, elas atuam como uma espécie de “animadoras” do processo, empenhando-se em incentivar as mulheres dirigentes/lideranças municipais a se envolverem na organização da Marcha.

Eu tenho certeza de que, se não tivesse a Coordenação de Mulheres nas Federações e nos municípios, seria muito pouco trabalhada essa questão da mobilização. Fazer essa conversa chegar lá na ponta, na base, seria feito muito pouco, então a gente tem um papel muito grande de estar ali dizendo o dia a dia. A gente tá ali empurrando. E não é só em relação à Marcha, mas tudo que se trata de mulheres, tudo ali, se a gente não tiver empurrando, não é tratado em espaço nenhum (Adriana, secretária estadual de mulheres – MA, 2011).

Embora a importância atribuída por Adriana ao papel exercido pela secretaria/coordenação de mulheres seja procedente, há pelo menos um caso do qual tive conhecimento, em que o trabalho de mobilização não foi realizado a partir desse espaço. No estado da Paraíba, por exemplo, diante da omissão da Federação, as mulheres organizadas no Polo Sindical da Borborema¹⁷⁷, incentivadas pelo Coletivo Estadual de Mulheres do Campo e da Cidade¹⁷⁸, decidiram se mexer. O Coletivo realizou um seminário estadual preparatório à Marcha 2011 na cidade de Campina Grande, com o objetivo de iniciar, no Estado, a discussão em torno dos temas trabalhados na Marcha e formular propostas para integrar a sua pauta de reivindicações. Participaram desse evento cerca de 50 mulheres, representantes de organizações rurais e urbanas de todas as partes do Estado. Nesse caso, a secretária de mulheres da Federação é que foi convidada a participar. A articulação feita pelo Coletivo de Mulheres garantiu a participação de mulheres da Paraíba na 4ª Marcha. É justamente essa dinâmica de rede revelada pela Marcha que permite com que ela vá além das fronteiras da estrutura sindical, fazendo

¹⁷⁷ Na Paraíba, a Federação está organizada em Polos Sindicais. O Polo Sindical da Borborema é um deles.

¹⁷⁸ O Coletivo Estadual de Mulheres do Campo e Cidade é formado pelas organizações: Articulação do Semi-Árido Paraibano (ASA/PB), Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande, Centro de Ação Cultural (CENTRAC), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Centro da Mulher 8 de Março (CM8M), CEOP, Cunha Coletivo Feminista, Consulta Popular, Flor e Flor, Grupo de Estudos de Gênero Flor e Flor da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Grupo de Mulheres Maria Quitéria, Marcha Mundial das mulheres (MMM), Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE) e Polo Sindical da Borborema, composto por 14 municípios.

com que o movimento aconteça mesmo onde tal estrutura não lhe dá o suporte.

Mas, voltando às atribuições da coordenação estadual, cabe a ela, ainda, subsidiar as mulheres nos municípios com materiais informativos, de divulgação e de aprofundamento político. Alguns desses materiais são produzidos pelas próprias secretarias de mulheres das federações, outros são produzidos pela Secretaria de Mulheres da Contag e repassados ou reproduzidos, quando chegam às federações em número insuficiente.

A gente tem muitas mulheres que participaram da primeira, da segunda, da terceira, então elas mesmas começam a perguntar: “E a Marcha, quando é que vai ser? Não tem a Marcha esse ano? Por que não vai ter?”. Tem muito essas perguntas na base, e, quando chega a discussão “que o próximo ano é o ano da Marcha, já vou começar a me arrumar”. As mulheres começam assim: “Como é que vai ser, vai ter rifa, vai ter bingo? A Federação vai bancar os ônibus pra gente?”. Começam a perguntar logo assim. Quando chega nas comunidades mesmo, o pessoal pergunta: “O sindicato, o que está fazendo pra levar a gente pra Marcha? Como é que vai ser a Marcha? Vai ter documento, vai ter camisa?”. Quando chega mesmo o momento de dizer “Próximo ano vai ser a Marcha”, a gente começa a anunciar no Conselho da Federação, muitas vezes nos ofícios que a gente encaminha mobilizando pra reunião, para seminário, a gente coloca um lembrete: “Olha a Marcha!”, “Não se esqueça da Marcha!”, “Próximo ano tem a Marcha!”, “Vamos discutir recursos pra Marcha!”. A gente começa também com as entrevistas, a gente faz muitas entrevistas em rádio, em televisão, a gente já começa a divulgar a Marcha, e daí pra frente começa, o pessoal começa a ligar, começa mandar ofício dizendo que quer ir pra Marcha, que quer participar, o que vão fazer.

Quando os materiais começam a chegar, a gente começa a mandar pros sindicatos. A gente conhece muitas pessoas de Delegacia Sindical, tem muitos eventos com delegado sindical, e cada evento desse com delegado sindical a gente vai mandando material e dizendo pra eles: “Olha, toda reunião que tiver na delegacia você tem que falar da Marcha”, aí você vai mandando os folhetos, vai mandando algumas coisas pra eles ir lendo e para ler lá, na hora da reunião. Aí o delegado sindical se encaminha pra fazer uma discussão, daqui pra frente é a Marcha. O delegado sindical é a peça-chave. O fazer no dia a dia, a maioria hoje é o delegado sindical e as coordenações de mulheres nos sindicatos que vai pra “base” fazer essa discussão, essa mobilização. Tem reunião nos sindicatos e os delegados são chamados, e lá se diz: “Vai ter a Marcha e precisa disso, disso e disso. Mas, primeiro, a gente precisa mobilizar. Primeiro, a gente não tem como levar as meninas se elas nunca ouviram falar na Marcha, elas vão dizer que não têm como sair [...]”. Então a gente começa daí: “Você tem que dizer pra ela o que é a Marcha” [...] (Adriana, secretária Estadual de Mulheres da Fetaema, 2011).

Além disso, elas se empenham na obtenção de recursos materiais e financeiros. Algumas demandam e negociam com o poder público local, governadores e deputados, o

financiamento de ônibus ou alguma ajuda financeira para a sua aquisição; outras encaminham projetos a agências de cooperação ou agências públicas. Ou estabelecem parcerias locais com a finalidade de obter apoio financeiro para a confecção de camisetas, bolsas, chapéus, alimentação etc. Ademais, elas negociam a liberação de recursos no interior da própria federação, ou mesmo intervém para que isso ocorra dentro dos próprios sindicatos.

Cabe também às coordenadoras estaduais buscar “parceiros”, articular e estabelecer o diálogo com as entidades parceiras, constituir as comissões estaduais ampliadas, a exemplo da Coordenação Nacional Ampliada, embora nem todas tenham se empenhado a constituí-las. Trata-se de um trabalho de mediação. Mediação entre o movimento sindical e entidades, organizações e outros movimentos, como também dentro do próprio movimento sindical, buscando envolver os/as demais dirigentes das federações no processo de preparação da Marcha, ou intercedendo em conflitos locais envolvendo questões relativas à organização da Marcha.

Aliás, nesses momentos de “preparação da Marcha”, observa-se uma maior presença de conflitos, de negociações e de alianças, assim como o estabelecimento de pactos. Os conflitos abrangem desde relações interinstitucionais até as relações entre os/as participantes da própria Marcha (dirigentes, trabalhadoras rurais e mesmo assessoria).

A maioria das nossas interlocutoras que exercem o cargo de secretárias ou coordenadoras de mulheres afirmam que é preciso “negociar a Marcha” dentro das federações. Isto implica a negociação dos recursos financeiros que irão ser destinados para sua realização, o esforço e empenho de cada pessoa que compõe a direção, e mesmo a composição das parcerias, visto no capítulo anterior. E quase sempre esses são os motivos das tensões.

As coordenadoras estaduais se queixam do não envolvimento do conjunto da direção das federações nas atividades que visam à construção da Marcha nos seus respectivos estados. Sendo uma ação das mulheres, subjaz o entendimento que cabe à

secretária ou coordenadora de mulheres viabilizá-la, ademais, “as questões das mulheres”, quase sempre, não são questões priorizadas no interior do movimento sindical. Há sempre questões mais importantes e mais urgentes que necessitam de um envolvimento maior. Não sendo priorizadas politicamente, “as questões das mulheres” também não o são quando se trata da destinação de recursos financeiros, residindo aí o principal descontentamento das dirigentes, inclusive as dirigentes sindicais que atuam nos municípios, como será visto mais adiante. Aliás, é sobre esta mobilização nos municípios que eu gostaria de me deter agora, porque é ali que se expressa mais visivelmente todo esse processo.

5.1 A mobilização nos municípios e comunidades

Ocorrida a cada quatro anos, a Marcha tem afirmado sua importância não apenas como uma prática política, mas também social. Quando se aproxima o ano da sua realização, as mulheres já começam a perguntar: “Ano que vem é ano de Marcha, né?” e já começam a se preparar. Ela acaba definindo um momento importante no calendário das mulheres. Se há o *tempo de política*, como fala Palmeira e Heredia (1995), fazendo um alusão ao “tempo de festas”, “tempo de Quaresma” próprio do ciclo de festas religiosas, há o *tempo da Marcha*.

Nesse tempo, nos municípios, ficam mais visíveis vínculos que identifiquei com o que Melucci (2001, p. 60) denomina de redes submersas para se referir “à rede de relações informais que conectam núcleos de indivíduos e grupos a uma área de participantes mais ampla”, e que, estando imersos na vida cotidiana, “requerem um envolvimento pessoal na experimentação” (*ibidem*, p. 61). Trata-se de redes sociais baseadas em códigos culturais e solidariedades construídas no cotidiano e que dão sustentação aos “movimentos sociais ao longo de fluxos e refluxos de mobilização” (ALVAREZ e ESCOBAR, 2000, p. 34). Na maior parte das vezes submersas na vida cotidiana, elas se fazem visíveis nos processos de mobilizações. Os vínculos que sustentam essas redes, no caso da Marcha, se estendem dos

municípios às comunidades, passando por sítios e povoados. Um deles são os laços familiares e comunitários.

No processo de mobilização, a depender do contexto, amigos/as, parentes, vizinhas, filho (as), etc. podem ser acionados na preparação de festas ou qualquer outro evento, que tenha como finalidade angariar recursos, como vender rifas ou preparar quitutes para serem vendidos ou rifados. As pessoas próximas, sejam amigos ou parentes, que detêm uma melhor condição financeira também são solicitados a fazer doações de alimentos e objetos para serem rifados ou outros tipos de apoio. Aliás, nos municípios se percebe a força que esses laços de proximidade têm nas atividades de mobilização, principalmente aquelas destinadas a obter recursos financeiros.

Quando se referia a alguma atividade realizada, não era incomum que as minhas interlocutoras mencionassem nomes de pessoas se referindo a elas como assessoras, ou colaboradoras ou apoiadora, mas não à organização/entidades as quais elas pertenciam, dando visibilidade a um dos intricados feixes de relações que se estabelecem entre as mulheres organizadas nos sindicatos e as organizações locais, para os quais Doimo (1995) cunhou o termo de “redes sociais movimentalistas”, justamente para se referir a essas relações interpessoais que “ligam indivíduos a outros indivíduos, envolvendo conexões que vão além de grupos específicos e atravessam transversalmente instituições sociais particulares” (DOIMO, 1995, p. 44), unindo pessoas inclinadas à participação continuada e simultânea em sucessivos movimentos ou grupos, movidas por valores éticos-políticos compartilhados.

A fala de Maria Pereira, dirigente do sindicato de Mirandiba, Pernambuco, e integrante do MMTR-SC, expressa a imbricação entre as relações pessoas e institucionais, ao se referir às parcerias que são acionadas localmente quando do processo de mobilização da Marcha:

As organizações de mulheres daqui trabalham em parceria. Nós temos parceria com outras organizações como, por exemplo, o Centro de Educação Comunitária Rural (CECOR), que trabalha com a convivência no semiárido, com a questão da água, que aborda a cisterna, com o aproveitamento da produção como a feira

agroecológica, com produtos que não é usado nada de químicos, e agora a questão da casa, do “Minha casa, Minha vida”, e tem outras bandeiras de luta lá também. A gente tem O MMTR-NE... Porque nós temos MMTR Sertão Central e tem o MMTR-NE, que é o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste [...].

Tem mulheres daqui que é da Casa da Mulher do NE. Por exemplo, Vanete sempre foi da Casa da Mulher do NE, acho que desde a fundação talvez, não sei. Tem Núbia Rafaela, que também... Cleonice, Maria. Tem umas mulheres daqui que era, que participava dessa organização e trabalham junto aqui na organização da Marcha, por que a Vanete trabalha. Então nós temos a casa da Mulher do NE, tem a REDELAC, tem o MMTR-NE, tem o CECOR também, tem as Loucas de Pedra Lilás também, que a gente tem uma parceria muito boa, elas trabalham muito com a gente questão de formação. Tem o CURUMIM também, o SOS Corpo, que são entidades do Recife, não são daqui do Sertão, mas que a gente consegue ter uma parceria boa, mas mais na formação. Na mobilização é o MMTR-NE, o CECOR e, eu acho, a Casa da Mulher do Nordeste [...].

O Polo¹⁷⁹ aqui é composto por 3 mulheres de cada município, essa é a coordenação¹⁸⁰. Aí nós temos a Tatá que é um apoio do movimento, que faz a contabilidade de recursos. Ela é voluntária, trabalha no CECOR, trabalhou muito anos aqui, e aí ela dá o suporte pras mulheres. Ela faz a contabilidade. Vanete e ela são responsáveis pelos projetos, aqueles projetinhos para conseguir ônibus, para gente atingir. E aí, assim, cada município é responsável pelo recurso que é arrecadado no seu município. Tem Antônio Filho que é o animador, grande parceiro nosso, que é assessor da Fetape, que assessora a gente também nesse processo [...].

Quem faz com que isso aconteça é Vanete Almeida, a nossa assessora, nossa colaboradora, ela que faz com que tudo aconteça, por exemplo, tudo isso, discussão de Marcha e tudo, a gente discute com ela aqui no Polo (Maria Pereira, dirigente sindical, STTR de Mirandiba-PE, integrante do MMTR-SC, 2011).

Esse emaranhado de vínculos que se estabelecem entre pessoas e organizações “expandem o alcance cultural e político dos movimentos para muito além das comunidades locais” (ALVAREZ e ESCOBAR, 2000, p. 35) e, ao se propagar, desenham novos lugares e alimentam, simultaneamente, ações locais e globais, abrangendo

[...] mais do que suas organizações e seus membros ativos, mas incluindo participantes ocasionais nos eventos e ações do movimento, simpatizantes e colaboradores de ONGs, partidos políticos, universidades, outras instituições culturais e convencionalmente políticas, a Igreja e até o Estado que (ao menos parcialmente) apoia um determinado objetivo do movimento e ajuda a difundir seus discursos e demandas dentro e contra as instituições e culturas políticas dominantes

¹⁷⁹ Refere-se ao Polo Sertão Central, um dos dez polos que compõe a divisão territorial feita pela Fetape (Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco com base na articulação político-sindical. O Polo Sertão Central é constituído por 14 municípios.

¹⁸⁰ Ela está se referindo à coordenação do MMTR-SC.

(*ibidem*, p. 37).

5.2 O cotidiano em tempo de Marcha

A Marcha pressupõe um intenso trabalho de mobilização que, no conjunto, envolve todas as ações visando à sua “construção”, afinal, “ir para a Marcha” requer uma “preparação” que inclui atividades conjuntas de divulgação, sensibilização, “formação política” e de arrecadação de recursos, em suma, as chamadas “atividades da Marcha.” Esse conjunto de atividades nos municípios se assemelha a uma espécie de “campanha”. Embora o termo não seja utilizado, é como se as mulheres envolvidas estivessem em campanha pró-Marcha.

Lá em Ibiapina, quando se fala da Marcha, a gente pensa logo na questão financeira. Porque a gente quer levar as mulheres com segurança. Mas o essencial pra nós é a divulgação da Marcha no município. Tanto é que basta a gente passar com a blusa da Marcha que sempre tem uma pessoa que pergunta : “Ah! Você vai também na Marcha?” Porque nós não estamos querendo só levar as mulheres por levar. Se a gente não fizer a divulgação, não falar nas comunidades, dentro dos sindicatos, nos programas de rádio etc., seja aonde for, as pessoas acham, simplesmente, que é como se fosse um passeio. Então a nossa preocupação, em Ibiapina, é de transformar, não fazer da Marcha uma viagem de mulheres. Nós estamos lá centralizadas em divulgar a Marcha, a pauta da Marcha, os eixos da Marcha [...]. Nós já temos comunidades marcadas pra fazer o estudo do caderno¹⁸¹ nas comunidades para que as trabalhadoras saibam por que a gente tá indo lá, a gente diz: “A gente tá indo representar vocês em Brasília. Mas se a gente não discutir a Marcha, é como se a gente dissesse assim: “Eu vou representar você porque você não pode ir.”, e nós não queremos isso, porque nós divulgamos pra elas as conquistas que nós já tivemos, e como é feito esse trabalho [...], mostrar a Marcha como um movimento que realmente busca o que é melhor para nossas trabalhadoras rurais, por isso a gente faz toda essa mobilização, não só a campanha financeira (Lucilene, secretária de Mulheres, STTR Ibiapina-CE, 2011).

¹⁸¹ Refere-se ao caderno de textos que apresenta a plataforma política da Marcha.

Todo ano que tem a Marcha os municípios já ficam nesse negócio de trabalhar só a Marcha (Benedita, dirigente sindical, STTR de Serra Talhada-PE, integrante do MMTR-SC, 2011).

Tem muita discussão, discussão na própria comunidade, discussão no município, toda assembleia do sindicato é pautada na Marcha, todo programa de rádio que nós também fazemos a apresentação, uma vez por semana, nós bota a pauta da Marcha, nem que seja só um pouquinho, mas a gente debate a Marcha” (Maria Pereira, dirigente sindical, STTR de Mirandiba-PE, integrante do MMTR-SC, 2011).

Não há algo que sinalize o início do *tempo da Marcha*. Finaliza-se uma e logo se começa a falar na próxima. Alguns grupos de mulheres criam uma espécie de fundo, no qual depositam, mensalmente, um valor, já pensando na próxima ida a Brasília. Eu tive informações de que muitas vezes esse fundo se inicia com os recursos que sobraram da Marcha anterior. Algumas mulheres fazem uma espécie de poupança, reservando ou “juntado um dinheirinho”. Mas, pelo que notei, é no ano que antecede a Marcha que os trabalhos começam a se intensificar. O seu lançamento é feito, em muitos municípios, no Dia Internacional da Mulher do ano em que ela ocorre, de modo que a comemoração do “8 de março” é efetuada com o lançamento da Marcha das Margaridas, momento no qual se anuncia a sua realização. A partir daí, as “atividades da Marcha” se iniciam ou se intensificam, visto que, em muitos casos, elas são iniciadas antes mesmo do lançamento oficial.

Durante o período de preparação, a Marcha invade as mais díspares atividades cotidianas de mulheres, lideranças e dirigentes, bem como de suas famílias e das localidades onde elas atuam. É possível perceber, pelas falas, que a Marcha subverte o cotidiano das mulheres que nela se envolvem. Isso porque as “atividades da Marcha” acrescentam às suas atividades habituais outras tantas, que envolve desde a organização e participação em reuniões, em rodas de conversa, e em eventos diversos, passando pela distribuição de material impresso e pela participação em programas de rádio local até visitas às comunidades, ida às casas de comércio e à prefeitura em busca de doações, contatos com políticos locais, participação nas atividades promovidas pela Igreja, enfim, um mundo de outras coisas afins. Atividades estas que, no seu conjunto, são desenvolvidas numa sequência temporal, intensificando-se e ocupando uma parcela maior do tempo dessas mulheres, à medida que se

aproxima da reta final, do “dia da Marcha”, o qual opera uma ruptura no seu cotidiano.

Porque pra você fazer uma Marcha, quando ela chega lá em cima, ela chega muito bonita, muito participativa, mas pr’aquilo ali custou muito suor nosso, de nós, lideranças de base, lideranças do município, para que o Estado esteja bonito, também a nível nacional, pra que esteja tudo lindo e maravilhoso. Quantas indas e vindas nós não damos nas comunidades rurais? Que pra chegar lá é 80 km para gente ter acesso. Quantas reuniões de base a gente já não tem realizado pra gente mobilizar mesmo o pessoal pra participar da Marcha? Então chega lindo lá em cima, mas, pra isso acontecer, a gente sua muito a camisa, porque a gente tem o trabalho de mobilizar as mulheres na base, a gente vai na base mesmo, nas associações, nas comunidades, a gente mobiliza todo mundo [...]. Os sábados e domingos são os dias mais lotados que a gente tem pra fazer as reuniões na base, por que é o dia que elas têm disponível para que a gente possa ir lá, então sábado e domingo, pra nós, é o dia que nós mais temos trabalho [...]. De segunda a sábado é na roça, né? Aí o dia que elas têm é sábado e domingo. E durante a semana a gente tá participando das reuniões, das coisas do Sindicato, dia de expediente no Sindicato [...]. Tem que deixar, esquecer família, esquecer tudo... (Maria Pereira, dirigente sindical, STTR de Mirandiba-PE, integrante do MMTR-SC, 2011).

[...] A gente, enquanto diretora sindical, enquanto mobilizadora de mulheres, nós não temos dia nem hora. Tem comunidade que marca reunião na semana à tarde, mas tem comunidade que as mulheres dizem: “Eu só posso ir no domingo, depois que eu fizer o almoço.” Não tem sábado, domingo, e nem feriado [...]. A gente tem que criar perna, não é centopeia não, a gente tem que ter mais de 100 pernas pra poder dar conta, se você realmente quiser fazer um trabalho bonito, agora, se quiser relaxar e deixar aí as coisas acontecerem por si, não. Mas a gente tem a realidade de todos os municípios aqui, de todas as diretoras dos sindicatos. A gente vai mesmo pra base sábado, domingo, principalmente, no domingo. Tem domingo que a gente articula as comunidades mais próximas que dá tempo chegar, então eu vou de manhã pra uma e marco na outra à tarde (Josivânia, dirigente sindical, STTR de Belmonte-PE, integrante do MMTR-SC, 2011).

Mesmo as famílias, enquanto unidades sociais, são atingidas nesses momentos. Além das suas tarefas rotineiras e do papel que assume no cotidiano, as mulheres, quando se envolvem nas atividades da Marcha, incorporam outros afazeres, o que as forçam a se ausentar do lar frequentemente. Este também pode ser um momento de crise. Algumas, se não conseguem obter o apoio dos seus membros, especialmente dos maridos, ou não conseguem fazê-los compreender a importância da “causa”, a ameaça de separação torna-se real. Não é incomum associar a participação das mulheres nos movimentos sociais à divisão da família. As falas abaixo ilustram, por diferentes ângulos, essa situação:

A Marcha modifica até a rotina da casa, elas já vão desde o começo falando um

pouco da Marcha, é reunião da Marcha, a Marcha vai ser tal dia. Na verdade, eu acho que a mulher vai fazendo o desafio, preparando uma saída pra ela participar desse evento. E assim, como a Marcha tá sendo bastante discutida, bastante falada, todo mundo conhece, então é mais fácil pra elas, porque ela não vai ter que convencer o marido sozinha, que ela tem que ir pra essa Marcha, porque ele tá vendo, todo mundo tá vendo todo o movimento, ouvindo o programa de rádio também de qualquer forma, então tem toda uma preparação pra ela, se a Marcha tá sendo discutida, ela vai ver que tem um objetivo de ir, então muda na vida dela até o fato dela tomar a decisão de ir. Quando ela participa da construção do movimento, ela já tem argumento pra defender porque ela vai, se torna mais fácil [...]. “Eu vou porque é um movimento do Sindicato, das trabalhadoras rurais e tal”, por isso é bom que, quem vai, conheça a história, principalmente quem vai, pra poder dizer porque é que vai [...]. Na Marcha de 2007, eu tava pra ir pra essa Marcha, eu trabalhava no Sindicato como conselho fiscal, aí tava meu nome pra ir pra Marcha, aí, quando chegou perto, eu disse: “Ah, eu não vou não, passar uma semana longe de casa, e as minhas filhas? E o meu marido? Ai, eu não tenho coragem não!” Passei pro meu suplente. Agora, como coordenadora de mulheres, fazendo a mobilização, fazendo tudo, pra mim é supernatural ir pra Marcha, então é por isso que eu digo que muda. Eu agora tô indo pra Marcha, mas não é só por causa do cargo de secretária não, é pela história, é pelo envolvimento político, é pela luta e, principalmente, porque eu desejo assim no meu coração que a gente continue marchando, não pra ser lembrada por um assassinato, mas pelas conquistas das mulheres (Lucilene, secretária de Mulheres STTR Ibiapina-CE, 2011).

Muitas mulheres dizem: “Ah, eu vou pra Marcha!” Mas muitas vezes elas dizem: “O marido disse que eu não posso participar desse movimento, porque, de repente, eu vou me envolver nesse negócio” (risos). Essa questão envolve muito a família, porque assim, quando elas passam a se envolver no processo de mobilização da Marcha, aí os maridos começam a ver que elas tão saindo mais de casa, que elas tão indo pras reuniões, aí começa uma discussão. Eu já ouvi de algumas que em casa a convivência tava meio ruim por conta disso, e elas falam com uma segurança de que elas não vão mudar em casa, não vão deixar de participar desse processo por conta da família, do esposo, mas a maioria não pensa assim, a maioria acha: “Ah, eu não vou participar porque meu marido não deixa, não vou participar porque fulano não deixa”, tem muitas ainda. Nós temos mulheres aqui na Região que ela trabalha, que ela diz que vai fazer um trabalho do Sindicato, que, na verdade, é o trabalho da Marcha, que ela se envolve, ela vai, fala com algumas lideranças do município, e que, muitas vezes, se ela for falar pro marido, o marido não vai aceitar porque é ciumento, e aí não deixa, muitas das mulheres são assim, elas chegam em casa não vão dizer que falou com fulano e que falou com sicrano porque o troço dentro de casa fica meio difícil [...]. Nós mulheres trabalhamos muito, muito, muito mais do que os homens, porque, quando a gente vai sair de casa, principalmente quem tem filho, precisa arrumar o filho, precisa deixar na escola, e o homem não faz isso, então, quando a mulher começa a se envolver com esse movimento, com esse processo, principalmente o processo da Marcha, que a gente tem que sair de casa e ir buscar mesmo recurso e fazer formação, fazer mobilização de outras mulheres, a gente aumenta as nossas atividades, e aí alguma coisa em casa vai deixar de ser feita (Elenira, dirigente sindical, coordenadora da regional de Sobral/CE, 2011).

A mulher, pra ir, tem que negociar com o marido, tem que negociar com os filhos, com a mãe, com o pai, com os irmãos... [...]. Ainda tem o desafio da comunidade, né? Por pessoas da comunidade que pensam que a gente vai passear, vai caçar

homem [...]. Muitas das mulheres, umas o marido não aceita, outras o marido aceita. Aquelas que o marido não aceita ele responsabiliza nós, diz que a gente tá “levando as mulheres dele pra perdição”, desviando a mulher dele (Maria Pereira, dirigente sindical, STTR de Mirandiba/PE, integrante do MMTR-SC, 2011).

Muitas vezes tem que deixar o feijão cozinhado. Fácil não é, de jeito nenhum! Tem que deixar os potes cheios pra eles botarem menos água, tem que deixar roupa lavada. Os maridos dizem: “E a galinha, o bode? Como é que vai ficar o lixo? A casa como é que vai ficar? Como é que vai ficar as crianças, as plantas...?” Tem muitas que deixam de ir por conta disso, mas tem as que brigam com o marido, tem as que desafia os pais. Todas as que vão elas vão com um desafio muito grande, outras tem que se desafiar, sai pensando nos filhos. É muito desafiador! (Josivânia, dirigente sindical, STTR de Belmonte-PE, integrante do MMTR-SC, 2011).

Nós tamos construindo essa Marcha, assim, a quatro mãos mesmo, muitas de nós tá, assim, fazendo as caixinhas há três anos pra não ter desculpa, não dizer que está mexendo no orçamento familiar. É uma dificuldade por conta disso, o econômico ainda pesa muito nessa hora, entende? [...] Tem companheiras que vão levar os companheiros, os maridos, os namorados, pra que eles percebam que não é um passeio, que não é um oba-oba, é uma luta. [...] Tem algumas que nem dizem nada pro marido. Nós temos um caso assim, ela tá juntando dinheiro, mas diz: “Na hora, eu digo que vou fazer uma viagem e vou”. Mas eu não acho isso legal, aí eu me comprometi com ela que eu vou lá no município dela fazer uma conversa com ele e dizer que ela foi a escolhida pelo movimento pra ir. Tem poucas que peitam o marido pra ir; se o marido não deixa de jeito nenhum, elas não vão, se bem que eu, dentro da nossa regional, eu não conheço nenhuma que chegou a esse extremo, mas sei que tem isso em outros municípios, fora da minha regional, eu sei que tem, tem umas que já até separou, diz que vai e vai! Tem uma agora que ficou viúva e disse: “Ah, agora eu vou!” Entendeu? Ela esperou o marido morrer, porque agora ela vai. Então é interessante. Mas na nossa regional ainda tem muito essa questão: “Ah, o meu marido não vai me deixar ir!” A maior dificuldade para as mulheres participarem ainda é a permissão, não é nem o econômico, é a permissão mesmo. Aí por conta da permissão vem a desculpa da casa, do filho, da mãe, do pai, da galinha, do porco... Claro que tem aquelas que já conquistaram os seus espaços (Ângela, dirigente sindical, coordenadora Regional Bragantina/PA, 2011).

Algumas mulheres tá tendo muita dificuldade de ir pra Marcha, de sair, de vir pras plenárias, isso impacta lá na família, porque o companheiro não tem esse conhecimento, essa convivência, mas elas querem ir pra Marcha, elas tão na luta de vencer essa etapa antes da Marcha, da participação, porque agora o critério é o seguinte: quem vai pra Marcha, vai participar dos estudos pra não ir pra lá sem saber o quê, então esse é um impacto que nós tamos sentindo, por sinal algumas plenárias que a gente tem feito, tem sido meio vazias, por conta desse medo de enfrentamento lá na própria família, de deixar que é mais de oito dias, que vai a viagem e tudo, deixar aqui pra poder ir pra lá (Bena, dirigente sindical, coordenadora da Regional Tocantina/PA, 2011).

“Botar a Marcha nas ruas” é algo necessário para mostrar o seu vigor e assim obter o apoio da população local para a sua realização, estimulada que é para participar das atividades realizadas em seu nome. Algumas dessas atividades e eventos por elas implicados

podem ser traduzidos como uma espécie de comunicação política própria das mulheres. Elas são planejadas e preparadas, podendo acontecer tanto na sede do município, quanto nos sítios, “linhas”, comunidades e povoados. São eventos vividos como excepcionais, tanto da perspectiva do cotidiano sindical, quanto das mulheres envolvidas.

Já é a quarta Marcha, então já tem uma certa expectativa: vai ter Marcha das Margaridas! E todo mundo quer ir pra Marcha. A gente da Região Tocantina, para se mobilizar e articular a Marcha, nós fizemos plenárias na região, e deliberamos a nossa meta de quantas mulheres a gente iria tá levando, então cada município, cada sindicato, dirigente sindical saiu com uma meta de articular mulheres. Nós vamos estar articulando, mais ou menos, umas 250 mulheres. Não sei se vai ser possível levar 250 mulheres, mas nós estamos articulando, e cada município, cada sindicato, através da coordenadora da secretaria da mulher, tá articulando os outros movimentos aos seus redores. Não tá sendo fácil atingir todas, mas a gente tá fazendo agora o estudo da cartilha nos distritos, como a gente chama, nas regiões do município, e estamos fazendo vários eventos para mobilização de recursos: festas, bingos, sorteios, inúmeras coisas nós estamos fazendo, que atinge direta ou indiretamente a população dos municípios [...]. Nós estamos fazendo o estudo do caderno pra poder entender o que é a Marcha e quem vai pra Marcha saber pra onde vai e o que vai acontecer no decorrer da Marcha. Isso se dá através das nossas mobilizações, então uma grande parte dos moradores do município fica sabendo. Nós estamos fazendo o seguinte: já que vai tá se articulando pra ir pra Marcha, então nós vamos fazer uma concentração num só município onde a gente vai tá articulando com os poderes públicos dos outros municípios pra que eles tomem conhecimento que nós vamos pra Marcha e saber o que é Marcha, inclusive algumas pautas dos municípios, que são pautas municipais, que a gente tá negociando (Bena, dirigente sindical, coordenadora da Regional Tocantina-PA, 2011).

Na Região de Sobral, nós estamos num processo tanto de divulgação mesmo, indo nos municípios, fazendo conversas com as mulheres trabalhadoras rurais, visitando os sindicatos, participando dos lançamentos da Marcha em vários municípios da Região. Nós coordenamos 38 municípios e, desses, 15 municípios a gente não visitou, o restante a gente já visitou todo [...]. A gente visita os municípios, neles a gente faz atividades de mobilização falando do processo da Marcha, do que é a Marcha, pra que essa Marcha serve, então esse é um processo de articulação e mobilização que a gente começou a trabalhar no início do ano passado, em 2010, aí no 1º maio de 2010, a gente fez o lançamento da Marcha, mesmo sem ter o lema, sem ter material, lá no município de Ibiapina, onde reuniu 3.000 trabalhadoras e trabalhadores rurais, e ali a gente falou do processo da Marcha e pediu ajuda das pessoas que estavam lá, tanto para ajudar a mobilizar as trabalhadoras rurais, não só as mulheres trabalhadoras rurais, mas as mulheres que estavam lá presentes, e também para ajudar na questão financeira, nas rifas, nos bingos... (Elenira, dirigente sindical, coordenadora da regional de Sobral/ CE, 2011).

Posta na rua, a mobilização pró-Marcha transforma o cotidiano dessas localidades. Os cartazes da Marcha e as cores que identificam a luta das mulheres, o lilás

e/ou as entidades que participam da sua mobilização tomam conta das paredes dos sindicatos, ou das sedes das entidades parceiras. Nas festas públicas ou promovidas para arrecadação de recursos, faixas e bandeiras ocupam sempre algum lugar visível. As mulheres do campo ganham uma visibilidade que não se vê em outros momentos. Os sindicatos ganham destaque, tornando-se uma espécie de QG (quartel general) da mobilização, apresentando um poder de atração que, talvez, em outros momentos não conseguem ter. Em alguns momentos, ficam abertos dia e noite, potencializando-se como espaço de sociabilidade. Nesse período, torna-se um espaço ocupado pelas mulheres.

Também lugares públicos como praças e ruas são ocupados em épocas comemorativas como carnaval e São João. Nesses espaços, se propicia o encontro e a confraternização. Blocos carnavalescos, os blocos das margaridas (às vezes dos “cravos também) tomam as ruas de vários pequenos municípios, com versões de marchinhas que fazem alusão aos temas da Marcha.

Hoje eu estou na frente do meu Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, e a gente tá mobilizando 16 mulheres com formação, com rifa, com muitas coisas pra que a gente possa tá levando essas mulheres e também para que as pessoas que ficam no nosso município fiquem sabendo o que a gente vai fazer em Brasília. A proposta é de 100 mil mulheres, a gente vai deixar Brasília florida nesse dia, mas a gente já fez florir no nosso município que foi no dia 8 de março, homenagem do dia da mulher, que a gente fez no dia 06, a gente já deixou Tianguá bem florida, quem tava lá viu, e a gente fez bem bonito, foi maravilhoso. A gente dividiu em 5 blocos que foi “desenvolvimento sustentável com justiça e autonomia”. A gente fez a divisão e, em cada divisão, a gente colocou uma flor diferente: lá tinha amarela, azul, branca, vermelha e preta. Por que preta? Porque preta era uma homenagem às mulheres negras, que lutaram por liberdade e por um mundo melhor [...] (Gláucia, dirigente sindical, STTR de Tianguá, 2011).

Durante os festejos juninos, são organizados arraiais das margaridas, com direito a discursos, quadrilhas, bingos, bebidas e quitutes. A rua é enfeitada com faixas e bandeirolas. Esses momentos são sempre muito festivos, a população se aglutina e se movimentam em torno da sede do evento, as músicas animam os festejos, e a Marcha é sempre anunciada. Esses eventos promovidos com a finalidade de angariar recursos para viabilizar a ida das mulheres à Brasília dão realmente um ar de festa a essas localidades, “festa de interior”, que aglutina os moradores locais.

Como mencionei anteriormente, em 2011, participei de uma festa junina em São Francisco do Canindé, no Ceará, onde foi possível observar tudo isso. Chamou-me a atenção o fato de existir uma espécie de apresentador do festejo. Ele, um dirigente sindical, assumia um papel importante. A festa ocorreu na sede do sindicato. Alto-falantes foram colocados na parte externa da edificação. A festa era constantemente anunciada, convocando a população local a participar, mesmo durante a sua realização. Ele anunciava o motivo da festa, o que ela iria oferecer, quem estaria presente, quem animaria a dança, as atrações culturais, a quadrilha, a venda de bebidas e quitutes, procurando criar um clima realmente festivo. Afinal, a animação é que garante a atração. Ao mesmo tempo que apresentava, ele anunciava o evento, e assim, pessoas iam se aproximando. O microfone algumas vezes passava à mão de outra dirigente, que fazia papel semelhante. Ambos apresentavam habilidade na enunciação, uma maneira adequada de se portar e utilizavam o tom certo para a ocasião, mostravam também conhecer as pessoas do local que transitavam naquele espaço.

A festa se estendeu por várias horas, iniciou-se à tarde e adentrou a noite. Entre discursos, músicas, danças e brincadeiras, o ambiente era tomado de grande entusiasmo e animação. O bingo foi a grande atração, ele era sempre anunciado e os participantes solicitados a comprarem as suas cartelas. Entre um anúncio e outro, avisos eram dados, desde aqueles que lembram que bebidas e quitutes estavam sendo vendidos, até outros de natureza prática, como os que pediam para as pessoas não se aglomerarem nos locais de passagem, ou que fulano estava procurando sicrano, ou sobre objetos perdidos, etc.

Interessante perceber que, mesmo se tratando de uma festividade, houve um momento que demandou a realização de discursos formais: a abertura do evento, onde foi composta uma mesa com a participação de representantes do movimento sindical, da Marcha Mundial das Mulheres e do Movimento Sem Terra. Decorava a mesa as bandeiras da Comissão Nacional de Mulheres da Contag, da MMM, e do MST.

Durante o *tempo da Marcha*, as mulheres rurais que, normalmente, participam de várias redes de relações pessoais e sociais, ganham visibilidade aos olhos de uma localidade. Há uma afirmação da importância e do peso dessas mulheres, algo

significativo para o re-ordenamento das relações sociais de gênero. Do ponto de vista dos movimentos mistos, como o movimento sindical, isso permite o estabelecimento de compromissos para com esse grupo social.

5.2.1 Divulgação e preparação

Qualquer lugar é um lugar em potencial para divulgar a Marcha e obter o apoio local para viabilizar a ida das mulheres a Brasília, desde as festas de Igreja até enterros, seja de pessoas importantes ligadas às comunidades, seja de pessoas comuns. Nenhuma oportunidade é perdida, conquanto ajude a reforçar ligações sociais que poderão se traduzir em ajuda.

Até igreja a gente usa pra fazer um canal de comunicação, pra convidar, pra participar, pra ver que a luta não é só das trabalhadoras rurais, mas é de uma categoria de gente. É gente lutando pra melhoria de gente (Ângela, dirigente sindical, coordenadora Regional Bragantina/PA, 2011).

O ano todo, em todas as comunidades que a gente vai, em todas as assembleias dos sindicatos que todo mês tem, a gente trabalha a Marcha [...] e assim é em todo lugar, a gente vai pro velório que é na comunidade rural, chega lá, você pensa que nós que somos liderança, nós somos respeitadas a privacidade? Não! Já vem um fulano: “Tal processo isso, o processo de fulano de tal, aquele negócio da terra lá, do crédito fundiário, aquele negócio do dinheiro, do empréstimo” e aí já vem a discussão: “Oh, fulano, a Marcha das Margaridas, quem é que vai? Tu deixa eu ir? Tu me dá a vaga pra eu ir?” A gente vai pro velório, muita das vezes tá ali, abatida, que é um conhecido que possa ter morrido, mas o povo vem. A gente não pode nem sofrer! (Maria Pereira, dirigente sindical, STTR de Mirandiba/PE, integrante do MMTR-SC, 2011).

Em todos os casamentos que nós somos convidadas, dos parentes, nos velórios... Muitos dizem: “Meus pêsames” e a gente: “Muito obrigada!” Aí: “Eu ouvi tu na rádio falando da Marcha das Margaridas, como é que eu faço pra tá comprando camiseta? Tu ainda tem camiseta lá? Tu ainda tem rifa?” A gente vai pro casamento, tá tudo animado lá, a gente chega, né? Aí daqui um pouco chega um: “Ei, vem aqui na minha mesa. Eu ouvi tu falando (ou fulana ouviu tu falar) assim, assim, assado”. Ou: “Fulano ouviu tu dizendo isso. Como é isso? Como é que eu faço?” Aí a gente tá ali e leva a informação (Josivânia, dirigente sindical, STTR de Belmonte/PE, integrante do MMTR-SC, 2011).

Mesmo as assembleias dos sindicatos e reuniões da diretoria se transformam em espaços de divulgação da Marcha e da obtenção do apoio necessário para garantir a

participação das mulheres. Além disso, as mulheres que estão à frente da organização da Marcha aproveitam a participação em eventos para divulgar, criar vínculos e obter o comprometimento para sua realização.

As próprias lideranças locais ou as mulheres dirigentes sindicais, autoridades¹⁸² institucionais, envolvidas no processo de mobilização das mulheres, percorrem as localidades falando a respeito da Marcha, convidando as mulheres a participarem das atividades de preparação e da própria Marcha. Nesse caso, não se trata de um convite genérico, e sim pessoal. Esse contato direto, muitos feitos por meio de visitas, torna-se fundamental à mobilização das mulheres.

Eu sabia por alto disso da Marcha, eu não me entrosei no grupo logo no começo por que eu não sabia o que era, aí as meninas me convidavam para entrar, aí eu ficava naquela dúvida, né? Mas como eu participo do grupo da Pastoral, eu saio, a gente se movimenta muito, eu e umas colegas lá na vila, aí as meninas me convidavam e eu ficava pensando: será que eu vou, será que eu não vou? Aí marcaram essa reunião ali, aí eu disse: “Eu vou lá”. Chegando lá, eu vi todo o grupo delas lá, aí eu disse: “Eu cheguei de penetra nessa reunião, mas eu vou escutar.” Aí eu escutei elas falando lá e aquilo lá me deu uma força assim, aí eu disse eu vou participar do grupo delas, eu vou continuar, vou ajudar pra essa viagem, quem sabe a gente não consegue coisas melhores pra nós mulheres, então eu vou continuar, se eu não for pra marcha, e eu não vou, eu vou ficar, vou ajudar (Maria, moradora de uma das Ilhas de Abaetetuba/PA, integrante do MORIVA, 2011).

Sáimos um dia, de ilha em ilha, no caso, nas ilhas polos¹⁸³ que tem, e fomos pras reuniões pra avisar que ia ter a Marcha em agosto, e estamos nessa luta, tentando ver se a gente consegue arrecadar os fundos (Natália, ribeirinha, moradora da comunidade de Camponema, Abaetetuba/PA, integrante do MORIVA, 2011).

A gente tem lideranças nas comunidades, nós somos lideranças no município, e a gente tem as lideranças lá na base mesmo, nas comunidades, que são as direções das Associações Comunitárias. Elas articulam as pessoas das comunidades, porque, digamos, a gente mora numa comunidade diferente, é lógico que é diferente de quem tá lá todos os dias, com aquele povo lá, é lógico que a gente é conhecida por ser diretora do sindicato, a gente é conhecida, mas é necessário que haja uma mobilização e articulação pelas próprias pessoas das comunidades [...]. Então a gente pede pra que a direção da associação articule os trabalhadores, então a gente vai lá e faz a divulgação da Marcha, qual é o trabalho, o que é que nós queremos, o que é que nós vamos adquirir com a Marcha, e também fazemos o levantamento das necessidades na comunidade. É tipo as oficinas que acontecem, então de acordo com aquilo, com aquelas informações que a gente colhe lá, a gente traz pra cá pro polo, que é onde se organiza todos os sindicatos da região. Então, depois da

¹⁸² As dirigentes sindicais são reconhecidas como autoridades, principalmente, nas pequenas localidades.

¹⁸³ Abaetetuba é um município do Estado do Pará, que conta com 72 ilhas.

discussão aqui no polo, algumas coisas são tiradas, outras são acrescentadas, a gente leva pro Estado e lá faz a discussão novamente, é votado, passa por uma aprovação do plenário e aí segue pra nacional (Maria Pereira, dirigente sindical, STTR de Mirandiba/PE, integrante do MMTR-SC, 2011).

As ações preparatórias à Marcha assumem, muitas vezes, um caráter festivo. Pessoas se deslocam das comunidades e povoados para deles participar. Nesses eventos, lideranças, dirigentes e participantes se confundem. Encontros, reencontros, abraços, risos, apertos de mãos, pedidos, conversas de canto, dança, canto, tudo isso pode ser observado. O número de participantes é que atesta o sucesso do evento.

A divulgação dessas atividades, além de material impresso, envolve a transmissão de avisos pela rádio comunitária, além do eficiente trabalho “boca a boca”, que não deixa que as pessoas esqueçam a hora e o local do evento. Tudo isso cria um ambiente social onde se combinam elementos políticos e festivos.

Durante as festas promovidas, é sempre lembrado o motivo pelo qual se está festejando, pequenos discursos (formais) de lideranças e dirigentes locais são proferidos, enfatizando a luta das mulheres por direitos e a importância da Marcha das Margaridas. Altofalantes são colocados na parte externa do local onde está sendo realizado o evento, convidando a população a participar e lembrando que isso ajudará as mulheres a irem a Brasília.

Não há como afirmar que esse processo de mobilização ocorra sempre da mesma forma em todas as marchas, e nem mesmo em outros lugares. Apenas utilizamos esses casos como exemplos para mostrar os diferentes arranjos envolvidos nesses processos, que sempre abarcam articulações pessoais e institucionais.

Os acontecimentos do *tempo da Marcha* não são vividos por todas as mulheres com a mesma intensidade. Durante esse “tempo”, laços e relações e vínculos são criados e/ou fortalecidos ou rompidos. Diferentes articulações e trocas entre as mulheres e entre diferentes atores sociais são estabelecidos, resultando numa multiplicidade de práticas e ações. Em todas as esferas de organização da Marcha, as mulheres conquistam e mapeam novos espaços

e lugares. Em âmbito nacional e estadual, é fundamental que articulações sejam construídas no interior do próprio movimento sindical, envolvendo as secretarias e as coordenações dos sindicatos, as federações e a própria confederação.

5.2.2 Os recursos materiais

Além da preparação política, “ir para a Marcha” implica uma preparação material. A preocupação das lideranças, das dirigentes e de outras mulheres envolvidas na organização da Marcha em relação à obtenção de recursos é significativa. A principal dificuldade encontrada para organizá-la, segundo as interlocutoras dessa pesquisa, é de ordem financeira. É muito comum ouvi-las dizer: “Nossa maior dificuldade é financeira”, “nos faltam recursos”, “o nosso principal desafio é conseguir recursos”. A utilização de expressões como essas é quase uma unanimidade quando indagamos sobre as dificuldades encontradas durante o processo de preparação da Marcha. A falta de recursos financeiros é sempre mencionada quando o assunto é dificuldade “para mobilizar para a marcha”.

Uma das dirigentes que entrevistei revelou que, apesar de serem necessárias dedicação e motivação para se envolver na organização da Marcha, esse trabalho tem um custo financeiro para o movimento. Afinal, mobilizar implica gastos. E, nesse sentido, o gasto com locomoção é sempre apontado como o maior. Não apenas quando se refere à viagem para Brasília, mas também às viagens feitas às regiões e municípios para “articular e mobilizar as mulheres da base”. Mesmo as visitas às comunidades/povoados demandam gastos com passagem terrestre ou combustível.

As dificuldades para organizar a locomoção para zona rural, questão de transporte, né? Dificulta a questão financeira também, porque eu tenho que ter recursos para mobilizar na base, pra gente ir pra base, pra botar combustível e isso, quem não tem transporte, no lugar que não tem transporte, a gente tem que pagar, né? Isso é uma das coisas difícil também é outro desafio, é muito desafiador. É um desafio que a gente tá impondo pras mulheres, a responsabilidade geral é da gente (Maria Pereira, dirigente sindical, STTR de Mirandiba/PE, integrante do MMTR/SC, 2011).

O próprio trabalho de divulgação e as “atividades da Marcha” demandam recursos e envolvem gastos. Dependendo da atividade a ser desenvolvida, como por exemplo, atividades públicas como a promoção de uma festa junina, a preparação implica a escolha e a organização do local, a sua decoração¹⁸⁴, a contratação do som ou do grupo de músicos e cantores, a garantia da infraestrutura, a preparação de quitutes para serem vendidos, a elaboração do material de divulgação, a busca de autorização, idas ao comércio para buscar apoio, etc. E tudo isso envolve gastos, um intenso trabalho e muitas pessoas.

Em relação à viagem para Brasília, além do aluguel do ônibus que irá transportar as “margaridas”, é preciso assegurar o dinheiro para a alimentação, principalmente, durante o percurso. Sem falar na preocupação em garantir, para cada delegação, uma espécie de kit de medicamentos básicos, caso alguém necessite.

De mobilização e articulação ninguém tá com problema. O problema que nós temos é financeiro. O sapato só aperta quando chega do lado das finanças, porque nós temos que ter recursos pra alimentar essas mulheres no percurso da viagem (Maria Pereira, dirigente sindical, STTR de Mirandiba/PE, integrante do MMTR-SC, 2011)

Tem a questão da alimentação, a gente se articula bastante aqui no polo, que é que a gente acha que sai muito caro. O nosso público é comedor, ele gosta de comer muito e comer bem. Comer pinguinho não dá pra nós não. Nós gosta de comer alface não. É feijão, arroz e carne e aí a gente se articula muito na ida pra Brasília, é muito bom porque tem uma solidariedade das mulheres, e aí elas torram galinha, levam queijo, fruta não... Na ida a gente compra menos alimento, a gente leva mais das mulheres. As que não vão faz a doação de bolo, galinha, o que mais a gente leva é galinha de capoeira torrada pra comer com farinha no caminho. As que não vão também ajudam, elas fazem doação. Elas colaboram com as que vão fazendo bolo, fazendo galinha: “Fulana, eu vou dar uma galinha, eu vou dar um bolo. Aí dá já prontinho, do jeito que a gente vai levar [...]. Eu, pra eu trazer uma trabalhadora rural para participar da Marcha, eu preciso dar condições, a gente tá tirando ela da casa dela nessa condição, muitas vezes eu preciso pagar o transporte pra ela vir da comunidade pra cidade, da cidade para onde vai ser o ponto de ônibus e eu preciso alimentar essa mulher, então são muitos e todos os eventos que a gente realiza é sempre assim, a gente não pega trabalhadora (e nem trabalhador) de qualquer jeito na comunidade, e traz ele a pão e água não, porque se a gente quer respeito e vida digna pros trabalhadores, isso é o mínimo que a gente pode oferecer a eles: manter uma viagem se alimentando

¹⁸⁴ Flores, bandeirolas, bandeiras e cartazes da Marcha são bastante utilizados nessas ocasiões.

decentemente, tomando água e trazer ele, pagar o transporte dele, da comunidade, porque os trabalhadores rurais, muitas dessas mulheres, tem a bolsa-família, aí eu vou [...] Uma mulher que vem da Serra do Catolé, para ela participar, ela tem que pagar 12 reais de passagem? Então vai diminuir a renda, é o dinheiro dela pra comprar a sandália pra dois filhos. Então, quando a gente articula, a gente tem também que ter essa preocupação, de que eu vou precisar pagar a passagem dessa mulher pra trazer. Se essa mulher chegar ali com condição de ir. Se não tem transporte, eu tenho que pagar uma moto, que pra Serra do Catolé custa em torno de 35 reais, eu preciso trazer ela da casa dela, mas eu também preciso voltar com ela, entregar à família, nas condições mínimas que a gente pode manter. Então é essa a nossa preocupação (Josivânia, dirigente sindical, STTR de Belmonte/PE, integrante do MMTR-SC, 2011).

Esse trabalho de preparação recebe o apoio logístico do sindicato, mas as próprias mulheres ajudam com dinheiro e/ou alimentação. No dia da viagem, elas se organizam para levar algum tipo de alimentação. Não é incomum a realização de rifas ou o desenvolvimento de alguma atividade econômica conjunta para viabilizar a arrecadação de recursos, como a promoção de jantares, festas, “caixinhas”, bingos, pequenos leilões, torneios de futebol, e mesmo a busca de ajuda na prefeitura do município.

A dificuldade é a questão financeira, as pessoas perguntam, como é que eu vou, o que é que a gente vai comer no caminho. A gente mata uma galinha, vai no mercado e pede uma ajuda. Da outra vez a gente pediu ao prefeito a nossa alimentação e ele deu. Agora tão fazendo uma rifa pra vender (Maria Jucá, integrante do MMTR-SC, 2011)

[...] Esse ano estamos nos mobilizando com bingos, rifas, sorteios para que a gente possa arrecadar recursos pra ta levando essas mulheres. E a expectativa é muito grande da gente chegar lá nesse ano de 2011, por que quem não luta não vence, não conquista. Então nossa expectativa é de realmente chegar lá e reivindicar nossas propostas e termos um bom resultado. Nós queremos a resposta do congresso e essa é nossa expectativa [...] a gente continua na luta que é uma luta muito importante por que são muitas propostas e a gente precisa realmente reivindicar os nossos direitos” (Coordenadora de jovens do STTR de Camocim/CE, 2011)

A gente tá no sindicato e estamos nos mobilizando para levar 10 pessoas, 8 mulheres e dois homens, e a gente tá com bazar, fazendo rifa e procurando fazer o melhor. Hoje mesmo o governador esteve lá em Ubajara e foi um grupo de pessoas diretamente falar com ele, saber o que ele poderia fazer pela gente, e vamos atrás do prefeito também, e vamos mobilizar (Luzinete, vice-presidenta do STTR Ubajara/CE, 2011).

[...] já fui falar até com prefeito, já conversei com dois prefeitos e eles se prontificaram a ajudar (Elenira, dirigente sindical, coordenadora da regional de Sobral/CE, 2011).

A gente tá indo nas comunidades, promovendo bingos... No sindicato, a gente tem a barraquinha de merenda, é assim, desse jeito, o movimento em Santana” (Socorrinho, dirigente sindical, STTR de Santana/CE, 2011).

A gente decidiu lá no nosso grupo que não dava pra ir todas, que a gente ia mandar uma, mas que ninguém ia ficar de fora, ou seja, todas iam trabalhar para que aquela fosse, representando a nossa Ilha pra ir buscar e pra trazer para as outras já que não tem condições de irem todas. A gente tá se organizando pra gente fazer um torneio de futebol agora no mês de junho, já pra fazer a blusa, o chapéu e um dinheiro a mais pra pessoa levar pra despesa pessoal, lá no grupo a gente decidiu assim, e é assim que a gente tá fazendo. Também a gente foi na festa, participamos, então é isso, pra mim é uma mudança e eu espero que a gente consiga, sim, que a gente chegue lá (mulher ribeirinha, integrante do MORIVA, 2011).

No município, eu acho que a gente mobiliza uns 97%, porque assim, é necessário também, porque a gente precisa arrecadar fundos para levar nossa delegação. Então a gente vende as rifinhas, né? Que é a rifa da galinha, rifa de bode, rifa de tudo que aparece, de bolo de macaxeira, bolo não sei do quê, bolo do que aparece a gente faz as rifinhas. A gente também tem as rifas da Contag¹⁸⁵ que a gente vende, e tem outras rifas que a gente faz, então, todo município, praticamente, fica mobilizado, porque a gente pede pra comprar e diz qual é o nosso objetivo, e às vezes a gente pede também doações, e aí chega todo mundo, acho que praticamente todo mundo fica sabendo da Marcha. E onde a gente tem perna pra gente ir mobilizar a comunidade, a gente vai [...]. Além dos bilhetes (rifas), a gente vende camisetas e essas galinhas, bode e essas coisas que eu citei. Elas não são dos bilhetes, é a gente mesmo, os grupos, as comissões municipais que fazem como forma de angariar recursos (Maria Pereira, dirigente sindical, STTR de Mirandiba/PE, integrante do MMTR-SC, 2011).

Os estabelecimentos comerciais, nesses tempos de Marcha, são mais procurados, não por sua finalidade comercial, mas para deles obter apoio, que pode se dar na compra de bilhetes de rifas, na doação financeira ou de objetos para serem rifados, “bingados” ou leiloados.

[...] E desde então, o município de Ibiapina vem trabalhando. Lá elas já têm até um shopping, não é nem mais um bazar, é um Shopping das Margaridas, então o povo tudo o que pega doa pro shopping (risos), e esse dinheiro é pra contribuir nas passagens, na alimentação das mulheres pra ir a Brasília (Elenira, dirigente sindical, coordenadora da regional de Sobral/CE, 2011).

¹⁸⁵ A “rifa da Contag” é uma Ação entre Amigos (rifa) realizada pela Contag, em âmbito nacional, através da Secretaria de Mulheres, com a finalidade de angariar fundos para a realização da Marcha das Margaridas. O sorteio da rifa foi realizado na última reunião do Conselho Deliberativo, que antecedeu a Marcha, momento no qual foi sorteado uma TV (LCD, 32”) por Estado e um carro para todo o território nacional. As rifas são distribuídas para as organizações parceiras da Marcha e para as federações, que as repassa para os sindicatos. O seu valor (R\$4,00, em 2011) é discutido na Coordenação Ampliada. Do total do dinheiro arrecadado com a venda dos bilhetes, 2/4 fica no município, e o restante é dividido entre a federação estadual e a Contag, o que se configura para alguns como o maior exemplo de democracia distributiva praticado no interior do MSTTR.

Nas comunidades, as mulheres se unem para desenvolver pequenas iniciativas de âmbito local, juntando saberes, recursos e trabalho em prol da Marcha.

Por isso que a gente diz que 97 % da base fica mobilizada porque tem todo esse trabalho. Além das compras de bilhete de rifa, doação, que elas dão de galinha pra rifa mesmo, os bolos que elas é quem doam, os refrigerantes pra fazer as rifas, são elas que doam. Assim, a gente não fez aqui (festas), mas tem as mulheres mesmo que faz, de aproveitar as festas. O sertão não fez esse ano, porque, na Marcha passada, a gente fez forró, o arraial. Na Marcha passada, foram festas e... Todo tipo de criatividade a gente faz (Maria Pereira, dirigente sindical, STTR de Mirandiba/PE, integrante do MMTR-SC, 2011).

Eu não vou pra Marcha, em parte. Eu não vou pra Brasília, mas eu tô na Marcha já, tô ajudando as colegas que vão, e vou ficar aqui rezando pra que dê tudo certo (mulher ribeirinha, integrante do MORIVA, Abaetetuba/PA, 2011).

Lá no sindicato de Massapê até a gente fazer os bazares, fazer as rifas, fazer bingos, fazer algumas promoções, nós temos uma caixinha no sindicato, aí quando o agricultor vai pagar a sua mensalidade, a gente fala da Marcha e pede uma contribuição. E ele: “Já que eu não vou, eu vou ajudar vocês na campanha”, e assim é nas delegacias sindicais, o delegado sindical lá tem a caixinha dele e as pessoas botam lá aquela moedinha pra nos ajudar [...]. Mas assim, sempre tem uma pessoa que tá na frente, por exemplo, eu que faço a chamada, eu que faço a rifa, eu que faço o bingo, o bazar, eu que vou na comunidade, porque eu que tô viajando pra repassar às mulheres, mas a diretoria toda tá engajada” (Tonilda, dirigente sindical, STTR de Massapê/CE, 2011).

Francisca Franci de Oliveira, coordenadora do Coletivo Regional de Mulheres da Fetraece-Cariri/Ceará, escreveu-me relatando um pouco dos esforços para conseguir recursos a fim de levar as mulheres para Brasília. Transcrevo aqui uma parte do seu relato:

Trabalhamos na Marcha das Margaridas de 2011 para levar até Brasília 180 Margaridas, eram quatro ônibus lotados. Vocês nem sabem o sufoco! Os STRs sem querer assumir as passagens das mulheres para levar até Brasília... Fizemos rifas de relógios, bingos nas comunidades, com as associações comunitárias; vendemos mensagens escritas de R\$ 2,00; festas dançantes... Onde estivesse acontecendo algum movimento na rua, a gente estava lá divulgando e vendendo os objetos. Realizamos cantorias, são tocadores de violas que cantam versos, poemas com o nome das pessoas, cantado canções apaixonadas. Cada canção era comprada por R\$ 20,00. Realizamos cantorias para ajudar uma das coordenadoras de mulheres, de um dos sindicatos da regional. Ela estava desesperada de não atingir o seu objetivo: levar 14 mulheres do seu sindicato para Brasília, ainda faltava dinheiro para completar as passagens de duas companheira, e por isso foi realizado essas cantorias e, graças a Deus, a gente atingiu o objetivo, completamos o dinheiro e ainda sobrou para elas ir se alimentando no caminho. Eu, como coordenadora de

mulheres, realizei um caritó¹⁸⁶ na Feira da Agricultura Familiar de 2011, foi um sucesso! Houve uma divulgação grande da Marcha das Margaridas em rádio e TV. Nós montamos, na Feira, uma casa da Fetraece. Lotou de gente pra ver e comprar esse caritó que custava R\$ 5,00. Era um coração feito de cartolina e dentro havia uma mensagem com o nome do casal, ou nome individual. Meu nome foi comprado mais de 10 vezes (Franci, coordenadora do Coletivo Regional de Mulheres da Fetraece-Cariri/Ceará, 2014).

Assim como Franci, percebemos nas nossas interlocutoras uma preocupação em cumprir a meta estabelecida para o seu sindicato em relação ao número de mulheres que deveriam “ser levadas” para Brasília. Esta meta é definida a partir da meta estabelecida nacionalmente. Como mencionado anteriormente, a meta nacional é definida a partir de discussões estabelecidas na CNMTR e na Coordenação Ampliada da Marcha, com base na análise do contexto em que a Marcha ocorrerá. O ano de 2011 foi o primeiro ano de governo da primeira mulher presidenta do país, e ter 100 mil mulheres em Marcha seria uma demonstração simbólica e política da força da organização das mulheres. Esse foi um dos principais argumentos utilizados para justificar tal número. Pois bem, a partir dessa meta, foram estabelecidas as metas estaduais, de acordo com o número de sindicatos filiados, e metas por sindicato. Percebemos que a inquietação que se gerou nas dirigentes e lideranças locais para alcançar a meta estabelecida fez com a sua principal preocupação recaísse sobre a viabilização dos recursos necessários para o deslocamento das mulheres até Brasília. Uma das nossas interlocutoras ponderou que “as dificuldades financeiras são mais evidenciadas, principalmente, porque recai sobre os sindicatos o cumprimento da meta estabelecida nacionalmente”. Então eu percebi que ali havia um ponto de tensão.

Uma situação foi nós ter botado 40.000 mulheres na última Marcha, e agora nós ter que botar 100 mil, então isso gera um impacto muito grande para nós das bases, porque assim a gente já vê dificuldade da gente articular, não a dificuldade de mobilização humana, mas a dificuldade financeira da gente articular, digamos 50 mil mulheres. A gente já teve dificuldade nisso, imagina a gente articular 100 mil? [Maria interpela: a meta foi imposta, a gente acha que foi imposição, mas a gente tá trabalhando para isso] [...]. É o seguinte: a gente questionou a seguinte realidade. Em 2007 foi proposto 50.000, a meta era 50 mil mulheres, nós alcançamos o número de 30, a gente sabe que houve uma defasagem de 20. Então nossa meta

¹⁸⁶O Caritó é uma brincadeira típica de comunidades rurais. Escreve-se nomes de várias pessoas em papel com formato de coração e prega-se num mural (caritó). Outras pessoas pagam para escrever seu nome naquele coração, ou para retirar do mural o coração com o nome da pessoa do seu interesse. A pessoa cujo nome não tiver sido retirado, fica no caritó. “Ficar no caritó” é uma expressão popular utilizada para a moça que não casa, que fica solteira.

para 2011 seria de 60.000 mulheres, por que aí a gente botaria entre 45, 50 mil, por que a gente sabe que meta dificilmente se cumpre [...]. A gente tem uma ideia de que não deveria, em 4 anos, se dobrar uma meta que já não foi atingida antes. Então a gente achou que foi uma meta muito desafiadora. Pela questão de articulação, não, que o movimento sindical no país tem articulação pra bem mais do que isso, agora pela questão financeira. Pensando em articulação, a gente articula 200 mil mulheres fácil, fácil. Agora bancar essas mulheres é que a gente não tem ainda condição. O porquê dos 100 mil? Eu sei que é um governo novo, Dilma mulher, mas a gente tem que ver também as nossas possibilidades. Até Brasília fica só nas costas dos municípios que organiza a Marcha, que fique bem claro isso, que o recurso da Marcha é a gente, cada município, junto com o estado. O estado se mobilizando conseguiu alguns ônibus, e o restante dessa despesa que tem... [...]. A gente tava calculando, e aí a gente tem tanto o pé no chão que, quando foi dito a meta, a gente foi pra ponta do lápis calcular, e aí calculamos quanto de ônibus? Pernambuco tinha que levar quanto de ônibus? Noventa ônibus! Cada sindicato teria que tirar do cofre para alimentação 8 mil reais! Você imagina no mês? Isso que o sindicato se mantém com a contribuição do trabalhador rural, agricultura familiar de sequeiro, né? Que você seis meses tem, seis meses não tem. Oito mil só de alimentação, sem contar as passagens, pra levar essas 26 pessoas. Tem muitos sindicatos que a arrecadação é isso, a maioria não tem condições. E aí a gente vai correr atrás pra conseguir o máximo. Tem noite que a gente não dorme, a gente rola na cama pr'um lado, rola na cama pro outro, e não consegue um lugar que você consiga descansar, preocupada (Josivânia, dirigente sindical, STTR de Belmonte/PE, integrante do MMTR-SC, 2011).

Apesar de não se fazer confronto com os homens, especialmente, em movimentos mistos, onde há o entendimento de que eles devem ser procurados como aliados para que se crie uma sociedade com relações de gênero igualitárias, é recorrente a queixa de que, de um modo geral, não se pode contar muito com eles quando o assunto é mobilizar as mulheres para participarem da Marcha. Essa queixa é acentuada, principalmente, pelo fato de se ter que cumprir uma “meta desafiadora”, o que significa ter recursos financeiros para fazê-lo, e nesse caso toda ajuda é bem-vinda.

Os homens também participam na Marcha, digamos, 10 mulheres e 3 homens. Eles vão com recurso que nós mulher trabalha. Não é uma coisa só feminista, não é uma coisa feminista pra gente excluir os homens do processo, porque, assim, quando a gente discute, homens e mulheres juntos, é mais fácil da gente construir a política que a gente espera, da igualdade. Então a gente leva os homens na questão do propósito de gênero, e eles participam da discussão (Maria Pereira, dirigente sindical, STTR de Mirandiba/PE, integrante do MMTR-SC, 2011).

O interesse é nosso. Na verdade, a gente tem interesse em trabalhar a questão de gênero, de levar esses homens pra que eles vejam a nossa luta, que eles se juntem a nós pra que a gente possa fortalecer a luta, então dizer: a Marcha das Margaridas não é uma luta só das mulheres (Josivânia, dirigente sindical, STTR de Belmonte/PE, integrante do MMTR-SC, 2011)

Escutamos de coordenadoras regionais que há sindicatos que não deixam as mulheres (também dirigentes) participarem das reuniões da Marcha. Eu estava conversando com Ângela, coordenadora da Regional Salgado, no Pará, durante uma reunião na Fetagri-PA, e ela me explicava que a Região Bragantina, onde se situa Salgado, era uma região, tradicionalmente, dominada por caciques políticos, e que isso demandava muita energia para trazer as mulheres para os movimentos. Tratava-se de uma reunião para sistematizar a pauta da Marcha do Estado do Pará. Ângela me interpela:

'Cê vê que hoje é um evento que nós estamos aqui construindo, a Marcha, e setenta por cento das mulheres da nossa regional não estão aqui. Tô ligando para os presidentes dos sindicatos pra mandar que eles liberem as mulheres. A principal dificuldade pra dentro do movimento sindical é a conscientização dos companheiros dirigentes homens. Ainda! Infelizmente, é o principal obstáculo. Você viu, eu tava ligando, e a maioria dos nossos dezenove sindicatos são dirigidos por homens, sete são dirigidos por mulheres. Eu já liguei, e eles dizem: “Ah, minha companheira, eu não encontrei a companheira que vai. Pra dentro do movimento, a maior dificuldade ainda é a autorização dos companheiros na liberação das companheiras. E pra vir tem custo, despesa. Nós somos despesas, ainda, em muitos sindicatos. Essa é a maior dificuldade. Talvez na próxima Marcha a gente tenha só lucros (Ângela, dirigente sindical, coordenadora Regional Bragantina/PA, 2011).

A principal dificuldade que a gente encontra pra ir à Marcha é financeira, porque é um custo alto levar o ônibus, por exemplo, três municípios da nossa região vai levar, cada um, um ônibus, então custa R\$15.500 e, pra arrumar R\$15.500, não é fácil, então é muito bingo, muito sorteio, muita venda, muita festa que a gente vai ter que fazer, e tem muitos sindicatos que não tão incorporando isso, porque o sindicato também tem que dar essa contrapartida, porque faz parte da luta do movimento sindical, então essa é uma das maiores dificuldades, a financeira. Nós estamos encontrando dificuldade também de entendimento dos dirigentes sindicais homens, nós temos sindicatos que têm homens que não tão envolvidos, que não querem se envolver e acham que isso é das mulheres, então essa é a principal dificuldade da articulação da Marcha pra nós na nossa região, é o incorporamento disso com os dirigentes sindicais. Eles entenderem que isso não é um movimento das mulheres, é um movimento das mulheres e homens trabalhadores rurais do movimento sindical, do conjunto (Bena, coordenadora regional Tocantina/PA, 2011).

A principal dificuldade é a questão financeira, porque assim, os diretores dos sindicatos, eles dizem: “Ah! Eu não ajudar vou não, eu não vou ajudar esse processo das mulheres; é o movimento das mulheres, as mulheres é quem têm que se mobilizar pra ir, não sou eu quem vai ajudar. Se é um evento do movimento sindical, por que a Marcha não é só das mulheres, a Marcha é do movimento sindical, então, se a Marcha é do movimento sindical, os homens precisam também se inserir nesse processo, tanto de articulação, de mobilização, de formação... Mas a maioria não se envolve, e isso é uma dificuldade, porque as mulheres acabam ficando sozinhas nessa tarefa de mobilizar e arrecadar recursos. E muito dos municípios aqui da região as mulheres é quem estão nesse processo, realmente, porque, se não fossem as

mulheres estar fazendo alguma coisa pra rifar, pedindo doações, que tem municípios que recebem doações pra fazer rifa, pra fazer bingo nos municípios eu acho que o processo tava mais lento ainda, se não fosse o esforço dessas mulheres... Nós temos sindicatos aqui na região que diz: “Eu não vou atrás de nenhum recurso. As 16 mulheres vão e vai sair do sindicato todo o recurso”. Nós temos vários sindicatos que têm dinheiro pra mandar as 16 sem nenhum trabalho, sem movimento de rifa, de arrecadação, e diz: “T’ aqui o dinheiro do sindicato pras 16”. Mas eu acho que isso é mais ruim do que bom, porque, nesses casos, muitas vezes, não é chamada nenhuma reunião sobre a Marcha, sobre o que é realmente a Marcha, porque, se essas mulheres vão pra Brasília, o que é que elas vão fazer lá? Elas precisam entender que elas não vão só pra conhecer Brasília, pra conhecer outras mulheres, mas vão por conta de todo um processo, de um movimento que é a Marcha, nós temos que nos empoderar disso e saber que a Marcha não é só nós ir pra Brasília, voltar e pronto [...]. Temos sindicatos como o sindicato de Sobral, que ganhou um ônibus da prefeitura, o prefeito doou um ônibus, um ônibus para 45 pessoas, são muitas mulheres para um só município e eu acho que eles não vão levar, não vão levar as 45, vão distribuir vagas para outros municípios. Porque ganhar o ônibus não vai garantir a ida dessas mulheres, não vai, porque também precisa do dinheiro para a alimentação, que é um gasto também muito grande, que dá em torno de 350 reais a 400 por mulher, e isso é muita coisa pra tirar assim, de uma vez só do sindicato, é muito dinheiro. E temos sindicatos que se esforçaram para a venda do material da Marcha, como as blusas, bonés. Temos sindicatos aqui na região, só um sindicato pegou 200 blusas para vender e já vendeu, vendeu quase todas, então é um processo bem divulgado aí na Marcha, por que elas estão se esforçado pra fazer isso. Nós temos sindicatos de todos os graus de comprometimento, temos uns que, como eu falei, as próprias mulheres são presidentas, as diretoras e sabem desse processo e não trabalham, não se mobilizam, então [...]. Tem mulher que é presidente do sindicato e diz que não vai mandar mulher porque não vai encontrar essas mulheres pra participar (Elenira, dirigente sindical, coordenadora da regional de Sobral/CE, 2011).

É assim, a gente trabalha na base, mas o que falta é o sindicato quem arca, por conta do número de mulheres sócias dos sindicatos ser maior do que o dos homens. A gente tem o quê? Mais de 80% das mulheres são sócias dos sindicatos, então, no caso, a gente joga isso se for, digamos, uma pessoa que não tem a mesma compreensão, que não fala a língua da gente, a gente diz que 80% são as mulheres que contribui, então por que não colaborar com as ações das mulheres? [...] Na maioria dos casos dos municípios, ainda existem alguns diretores sindicais homens que não se envolvem tanto com a Marcha, porque eles acham que é uma ação das mulheres, eles se envolvem menos do que quando é uma coisa dos sindicatos no geral, no município. Sempre fica mais a cargo das mulheres se envolver mesmo, ir pra base, ir pras reuniões, participar das programações. Eles se envolvem menos, eles nunca tem tempo pr’aquilo. E quando é uma ação do sindicato, como por exemplo, um Grito da Terra, eles se envolvem mais, eles priorizam mais. Como, por exemplo, nós vamos ter a Marcha, que é um evento de peso, que a gente chama do movimento sindical, aí digamos, eles não podiam retirar o Grito da Terra que vai ser um evento menor, tem que manter, tem que gastar, mesmo sabendo que vai ter uma despesa grande que é a despesa da Marcha, eles não recuam. Agora, quando é das mulheres, eles sempre dizem que geram despesas, que não sabem como fazer (Maria Pereira, dirigente sindical, STTR de Mirandiba/PE, integrante do MMTR-SC, 2011).

5.2.3 Reuniões

As reuniões são espaços essenciais para planejar e organizar as atividades que serão realizadas visando à “construção da Marcha”, bem como pensar estratégias de arrecadação de recursos. Trata-se de espaços de diálogo, de consulta, de fala, de escuta. Nelas são realizadas discussões que buscam sensibilizar as pessoas sobre a sua importância (o que é a Marcha, qual o seu objetivo, qual a relevância política para a luta das mulheres, etc.), e envolvê-las nas suas ações, compreendendo a ida a Brasília como uma delas. As reuniões, incluindo aí os encontros, também são espaços de discussões e debates sobre os temas da Marcha visando subsidiar e preparar as mulheres para uma atuação política mais qualificada.

Tianguá, que é outro município próximo, vem trabalhando também desde 2010, mobilizando, fazendo formação... A gente lá já trabalhou alguns temas como saúde da mulher, [...] porque tem muitas mulheres que não conhecem o próprio corpo, e a gente trabalha esse processo de conhecimento, de mudança, porque as mulheres, a partir do momento que elas começam a conhecer ela própria, o seu próprio corpo, ela vai mudando, vai tendo, com certeza, uma mudança e essa mudança é pra melhor. O processo da Marcha não é só tá levando essas mulheres pra Brasília pra participar da Marcha, é um processo também de formação, de divulgação, de conhecimento, realmente, dos temas que a Marcha vem trabalhando [...]. Nós temos que ter poder, conhecimento e estudar, realmente, alguns textos, algumas coisas que a gente precisa ter conhecimento pra levar pra outras mulheres, pra essas mulheres tá podendo fazer reivindicações de melhorias na sociedade onde elas vivem, e isso eu acho, a partir do momento que vem sendo trabalhado na Marcha das Margaridas, vem sendo trabalhado esses temas que a gente trabalha na plataforma política como a biodiversidade, a questão da saúde [...], muitas das mulheres vêm por que muitas vezes, em outros momentos, a gente não teve oportunidade de trabalhar isso, e, depois do processo da Marcha, a gente vem trabalhando isso, e as mulheres ficam mais capacitadas [...] A gente vem trabalhando em alguns municípios, em algumas atividades com as mulheres, a questão da violência, da lei Maria da Penha, e muitas delas tiveram a sua opinião mudada por causa disso, e isso é um processo que vem da Marcha, porque a gente vê mulheres que não sabiam que existia uma Lei pra elas, não tinha o conhecimento dessa Lei, e que hoje realmente mudou, inclusive no processo de convivência familiar, mudaram muito... (Elenira, dirigente sindical, coordenadora da regional de Sobral/CE, 2011).

A plataforma política da Marcha tem sete eixos. Lá em Ibiapina, cada eixo vai ser estudado numa comunidade, sendo que o último vai ser na sede do sindicato, e de cada comunidade a gente vai trazer pelo menos dois representantes pra fazer um apanhado do que eles estudaram lá [...]. Fora a gente divulgar na comunidade todo o trabalho, a gente faz reuniões também com o grupo que vai pra Brasília, pra ele

está se preparando, a gente faz reuniões pra gente discutir a campanha financeira, o que é que pode fazer para ajudar mais (Lucilene, Secretária de Mulheres STTR Ibiapina/CE, 2011).

Normalmente, as reuniões, principalmente, aquelas que têm como finalidade a sensibilização e a preparação política das mulheres, começam e terminam com um momento chamado de mística, no qual se procura sempre enfatizar a condição da mulher rural e a importância da participação ativa de todas elas, que se dá através de encenações, performances, cantos, ou através da leitura de, por exemplo, um poema, um conto, ou um outro texto qualquer condizente com o objetivo da reunião. Na sequência, solicita-se às participantes que expressem os seus sentimentos, falem de si e de suas expectativas. Esses momentos, preparados por pessoas que já possuem uma maior habilidade em fazê-los, buscam estimular a construção de um sentimento de igualdade entre as participantes, levando-as a se identificarem como iguais nas suas experiências, abrandando as diferenças.

Nas comunidades ou povoados, são realizadas reuniões de um período do dia, manhã ou tarde. Os convites e mesmo essas reuniões são feitas em nome do sindicato e/ou de algum movimento que tenha atuação no local. As reuniões que acontecem nas regionais ou nos polos sindicais duram mais de um dia. Nesse caso, as participantes, normalmente, dirigentes ou lideranças dos municípios que compõem aquela regional, são acolhidas na sede regional do sindicato que, em sua maioria, possui espaços disponíveis para acomodá-las.

Hoje mesmo, esse ano de 2011, nós estamos trabalhando no sindicato, estamos com uma cota de 16 mulheres pra levar pra Marcha. Estamos fazendo bingo, rifa, bazar e fazemos palestras na comunidade onde tem delegacia sindical. Lá a gente faz reunião com o grupo de mulheres, e a gente motiva as mulheres, por que a Marcha das Margaridas tem esse nome, mas não é só para as mulheres, o objetivo é o geral: homens e mulheres. Então, assim, tanto homens quanto mulheres, a gente procura engajar com o objetivo de trabalhar a Marcha das Margaridas. Dentro do sindicato, como é que a gente faz o trabalho? Todo primeiro domingo do mês tem reunião e aí, dentro das reuniões, a gente repassa o que é a Marcha. Reuniões só com mulheres a gente faz nas comunidades. No dia 8 de março, que é o Dia Internacional da Mulher, a gente fez um seminário para as mulheres e lá a gente repassa toda a história da Marcha, a história das mulheres e aí a gente vai continuando o trabalho da Marcha (Tonilda, secretária de mulheres, STTR Massapê/CE, 2011).

Além das reuniões, são realizadas “rodas de conversa”, espaços de encontros constituídos para promover a reflexão e o debate coletivo em torno das questões que

envolvem a Marcha e de como elas afetam o cotidiano das mulheres, possibilitando assim a construção e a partilha de saberes que estão a ela relacionados. As cadeiras posicionadas de forma circular garante que todos/as se vejam na roda. Normalmente, os debates são moderados por alguém do grupo que atua como uma espécie de facilitador do diálogo, através dos quais as participantes têm a oportunidade de expressar seus pensamentos de maneira informal.

Também são realizadas visitas às comunidades e povoados, mais especificamente, às casas de trabalhadoras para convidá-las a participar da Marcha. Muitas falas fazem referência às visitas, o que atestam a sua importância nesse trabalho. Essas visitas já é uma prática comum à vida sindical, e são feitas por dirigentes, assessores, militantes para conversar sobre assuntos que dizem respeito ao sindicato, associações e à própria comunidade.¹⁸⁷ Como a visita supõe alguma retribuição, responder ao convite que motivou a visita pode significar uma retribuição ao convite feito e o fortalecimento de laços sociais (PALMEIRA & HEREDIA, 1995, p. 41).

5.3 O material de divulgação e de preparação política

O material escrito é muito importante no processo de mobilização. São produzidos, desde Brasília, cartazes, folhetos e panfletos contendo informações sobre a Marcha: o que é, quando e como surgiu, quem é Margarida Alves, as principais conquistas, os eixos que orientam a plataforma política etc. Além disso, também são produzidos cadernos de textos visando subsidiar a discussão política em torno de cada um desses eixos.

A produção textual dos panfletos é feita pela assessoria da Secretaria de Mulheres da Contag em diálogo com a coordenadora geral da Marcha. Já o caderno de textos é elaborado com a colaboração das entidades parceiras participantes da

¹⁸⁷ Comerford (1999, p. 48) menciona “as visitas” como uma das formas de ação sindical.

Coordenação Ampliada, contando com o suporte da assessoria da Contag¹⁸⁸. Os textos que compõem o caderno estão relacionados aos sete eixos da Marcha, que, por sua vez, corresponde a um tema específico. Para sua elaboração, os temas foram divididos entre as organizações que compõem a Coordenação Ampliada de acordo com o seu domínio sobre um ou outro tema. Os textos foram reunidos pela assessora da Secretaria de Mulheres, que elaborou, então, a primeira versão, submetendo-a a apreciação da coordenação para ajustes, comentários e/ou sugestões. Feito isso, o texto foi então encaminhado para uma versão definitiva.

Nas comunidades chega mais o panfleto, porque aquele caderno, quando ele vem, chega numa quantidade bem pequena, limitada. Aí, digamos, vem um pro município, aí é o que a gente, os sindicatos, as mulheres pegam pra estudar pra ver o que é que tá ali dentro que a gente tá contemplado; já os panfletos, eles chegam mais na base, mas também ainda é pouco. É com a cara e a coragem, porque assim, o panfleto [...]. Dessa vez foi que veio mais, porque veio 100 pro município, mas nunca tinha vindo, vinha só no gogó. Nas marchas anteriores, a gente fazia a articulação, mobilização só no gogó mesmo, porque não tinha, não tinha esse material assim disponível. Vinha o quê? Um cartaz grande [Benedita, que está do lado, arremata: “Que a gente prega na parede do sindicato”], nem os panfletos chegavam, não tenho conhecimento que chegou não; então, dessa vez, veio 100 para cada município, aí a gente distribuiu lá com os presidentes de associações, porque ele leva e tem como ele falar lá na base, mas só um pra cada presidente, não é pra todo pessoal lá na base não, que tá lá na reunião – 30, 40 pessoas (Maria Pereira, dirigente sindical, STTR de Mirandiba/PE, integrante do MMTR-SC, 2011).

Os primeiros cartazes foram construídos pela Contag, depois a gente recebeu mais que a Fetape reproduziu, porque o número foi mínimo. A gente tem comunidades que você vai pra uma reunião tem 68, 70 trabalhadores, então, se eu levar 100, só dá pra essa comunidade” (Josivânia, dirigente sindical, STTR de Belmonte/PE, integrante do MMTR-SC, 2011).

O caderno de textos é mais utilizado em encontros estaduais, encontros regionais ou de polos sindicais. Algumas dirigentes revelaram que, embora ele contenha um material rico e importante, apresenta um vocabulário não muito acessível às trabalhadoras rurais, algumas se referiram à linguagem utilizada como “mais acadêmica”, em contraposição ao

¹⁸⁸ Além da Presidência e da Vice-Presidência, a Contag é composta por onze secretarias que representam as suas frentes de luta. No processo de construção da Plataforma Política, os/as assessores/as das secretarias cuja frentes de luta dialogam mais com a Secretaria de Mulheres são demandados/as a contribuir na sua elaboração, mais especificamente, na elaboração dos eixos que dizem respeito às respectivas frentes de luta. Assim, a Plataforma Política também recebeu contribuições das assessorias ligadas à Secretaria de Política Agrária, Secretaria de Política Agrícola, Secretaria de Meio Ambiente e Secretaria de Políticas Sociais.

panfleto cujo vocabulário é mais acessível e de mais fácil compreensão. Por se tratar de um texto curto, de um linguajar mais simples e direto, e por sua reprodução ser mais viável, do ponto de vista financeiro, os panfletos são mais utilizados. Com esse material em mãos, as lideranças municipais e/ou comunitárias promovem reuniões em seus sindicatos, suas comunidades ou povoados para apresentarem e discutirem os temas nele abordados. A sua utilização facilita a transmissão de informações básicas sobre a Marcha, levadas pelas lideranças a essas localidades, com o objetivo de chamar as mulheres a se organizarem e dela participar. Aliás, uma motivação importante para a participação das mulheres é obter maior conhecimento sobre esses temas, uma vez que elas se ressentem de falta de informações.

Os cadernos de textos, a discussão que ele traz, o caderno chega na “base”, mas já é menos, não é como essa mobilização pra conseguir recursos, essa é mais forte. Quando esse caderno chegou, por exemplo, a gente já tinha feito a maioria dos lançamentos da Marcha, que aqui foi feito um lançamento por regional. Mas, a partir do momento que ele chega nos eventos que estão acontecendo, nos eventos, nas reuniões, a gente já vai com um monte de cadernos de textos, e ali, quando vai discutir a programação, a gente diz logo: “Eu quero duas horas, duas horas é minha”. “Mas por que você quer duas horas?”. “Porque eu tenho o caderno de textos e é preciso discutir”, e esse caderno de textos não volta de lá sem fazer uma discussão dos eixos da plataforma política. Então como ele é muito grande e não dá pra gente fazer tudo, a gente apresenta os eixos. Isso nos eventos dos sindicatos, da federação. Agora, lá na base mesmo, chega pouco. Até porque o caderno de textos mesmo, ele chega muito tarde, já foram feitos muitos eventos, e as discussões foram feitas sem eles (Adriana, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Fetaema, 2011).

Embora a confecção desses materiais seja financiada pela Contag, as federações, os sindicatos e mesmo entidades parceiras podem confeccionar seus próprios materiais em complemento àqueles.

Além dos materiais escritos, outros, como lenços (bandanas) e camisetas com o lema da Marcha também são produzidos a partir da Contag e distribuídos para os estados, por intermédio das federações e sindicatos. Contudo, as federações, os sindicatos, os movimentos e organizações parceiras podem, e normalmente o fazem, confeccionar suas próprias camisetas, utilizando a cor lilás, fazendo referência à luta feminista, ou as cores de suas respectivas organizações. As camisetas são formas de expressão política dos movimentos, servindo-lhes de código e de comunicação. Por meio

delas, é possível identificá-los pelas cores dos símbolos, das frases e das insígnias que carregam. Elas são utilizadas com inscrições as mais diversificadas e geram, principalmente, quando as “margaridas” se põem em marcha, um efeito discursivo que poderíamos qualificar de polifônico.

O mesmo efeito que pode ser observado na diversidade das bandeiras. Nas “atividades da Marcha”, sejam elas públicas ou não, a bandeira está presente. Quando se trata de uma atividade apenas interna ao movimento sindical, lá está a bandeira da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Se é uma atividade pública e que envolve outros movimentos, outras bandeiras se juntam àquela, compondo um mosaico de tamanhos variados conforme o evento, o envolvimento e participação de quem o promove.

Para auxiliar no trabalho de divulgação, foi produzido, também pela Contag, um vídeo de oito minutos (Marcha das Margaridas 2011 – chamada geral) falando sobre a Marcha, a sua importância e o seu significado, as vezes que ocorreu, as suas reivindicações, a sua música, imagens de marchas anteriores, imagens de mulheres trabalhadoras rurais nos seus afazeres cotidianos, a origem do nome que a adjetiva (“Margaridas”), seguidas das falas do presidente da Contag, Alberto Bloch, e da secretária de mulheres, Carmen Foro, abordando o significado político da Marcha e convidando as mulheres para dela participarem. Carmen finaliza:

Convido cada uma de vocês para que nós possamos transformar essa Marcha em uma Marcha revolucionária, para transformar a nossa vida, a vida de mulheres trabalhadoras rurais do campo e da floresta, e para transformar o país num país de nossos sonhos, um país com igualdade, com autonomia, com liberdade, justiça, e com desenvolvimento sustentável para todos (Carmen Foro, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, 2011).

Além do vídeo, foi produzido e enviado aos STTRs spots para serem utilizados na rádio do município e em carros de som. O material produzido, ao ser posto em circulação muitas vezes, serve de referência para novos contatos e articulações, a partir das quais são estabelecidas novas interlocuções. Esse é o caso das mulheres ribeirinhas de Abaetetuba, no Pará, cujas falas foram apresentadas páginas atrás.

5.4 Tempo de cantos e poesias

De um modo geral, a religiosidade, os rituais e o uso dos símbolos são parte importante na vida política das mulheres do campo e da floresta. Nesse tempo de Marcha, as salas dos sindicatos estão sempre decoradas com os seus símbolos, as flores, os chapéus, os lenços e os cartazes sempre em destaque, evidenciando o lema da Marcha. As bandeiras ocupam um lugar central em todos os eventos. Mas um traço marcante da atuação das mulheres é o uso dos poemas rimados e da música. E isso foi algo que mobilizou minha atenção.

Nas chamadas reunião de base, que acontecem nos sindicatos ou nas comunidades, é comum se deparar com formas discursivas como músicas, cordéis e outras manifestações poéticas, produzidas e praticadas na militância, sugerindo, mediante uma linguagem própria em que se combinam sons, ritmos e significados, emoções que, habitualmente, expressam força, coragem, luta e sofrimento. Os seus dizeres manifestam o desafio da superação da condição de exploração como trabalhadoras, e da condição de subordinação como mulheres.

A Marcha potencializa movimentos que permitem às mulheres do campo e da floresta se fazerem visíveis no espaço público desde as suas localidades. Visibilidade que lhes é tão cara, e que na fala de muitas dão significado à própria Marcha “que possibilita às mulheres sair de casa e ir à luta, de serem ouvidas”. Serem ouvidas é, portanto, uma dimensão dessa almejada “visibilidade” e, para tal, elas se utilizam de diferentes formas discursivas, desde aquelas que se aproximam mais propriamente da retórica política, os discursos proferidos em espaços públicos, até expressões de cantos e poesias.

Ao acompanhar as ações da Marcha em vários espaços, inclusive nos espaços “não sindicais”, e mais propriamente naqueles de atuação de movimentos autônomos de mulheres como reuniões, oficinas, encontros, percebi que as mulheres utilizavam como forma de expressão poemas rimados feitos por elas mesmas, ou reproduzidos a partir de

leituras. No Nordeste, muito deles são criações inspiradas nos cordéis. Mais que os poemas, os cantos estavam sempre presentes, e muitos deles apresentavam versos que haviam sido compostos por mulheres trabalhadoras rurais, poetisas populares e integrantes de movimentos de mulheres. Poemas que, ao serem transformados em música, se tornaram parte do repertório cantado nesses eventos.

A utilização dessas formas de expressão é uma prática bastante comum nos diferentes movimentos de mulheres do campo e da floresta, e utilizada por elas em momentos específicos de sua militância.¹⁸⁹ Por meio de versos cantados ou não, elas fazem referência, fundamentalmente, às suas experiências cotidianas: o trabalho na roça e em casa, a discriminação, o machismo, a condição da mulher, o desejo de liberdade e de transformação, a organização e a luta do movimento.

Numa manifestação pública, durante as ações de mobilização das mulheres do Sertão do São Francisco, realizada em Petrolina-PE, dona Maria de Lourdes, uma senhora de aproximadamente 60 anos, da comunidade do Roçado, pediu para entoar um aboio. O aboio é mais conhecido como o canto do *vaqueiro* nordestino na sua lida com o gado. No caso de dona Maria, ela apresentou um aboio em versos, que é uma espécie de “repente”, uma poesia cantada de improviso. Em qualquer um dos casos, aboiar é “coisa de homem”, as mulheres que cantam aboio geralmente o fazem em casa, ou quando são chamadas para alguma apresentação, mas isso raramente acontece. Por isso, o feito de dona Maria foi algo ousado. Em plena praça pública, ela pede o microfone e profere os seguintes versos, os quais ela chamou de

Aboio das mulheres da roça

Ô, ô, ô, ô, ô, ô, ô...

Eu cozinho e lavo roupa

Vou pra roça trabalhar

Sábado, domingo e segunda

¹⁸⁹ Mota (2008), em um trabalho intitulado *Fala de mulheres: narrativas de trabalhadoras rurais em músicas e poesias* faz uma abordagem bastante interessante sobre essa temática.

*Vou para feira lutar
Vou vender os meus legumes que é pra fome não matar.
Ôôôôôôôô...
Nós, mulher trabalhadora, também somos sofredoras
É rua casa dos incertos
Mas também somos cantora
De noite tamo na reza
E de dia na lavoura
Vamos todos, minha gente, se fixar com a corrente
Com a mais dura perfeição
Pois mulheres unidas e forte nunca mais se calarão.*

O canto tem uma presença marcante. Em alguns encontros são distribuídos folhetos ou os chamados “caderno de cantos” ou “de músicas”, confeccionados por ocasião da sua preparação. As músicas são, comumente, cantadas nas aberturas dos eventos para anunciar o início e a finalização das atividades, para anunciar o fim de um intervalo concedido, para dar as boas-vindas, ou para “animar”¹⁹⁰ o grupo quando este se encontra, visivelmente, cansado das discussões, ou disperso — “[...] canta-se para restaurar a atenção e a disposição” (MOTA, 2008, p. 208).

Ao serem cantadas, as músicas são acompanhadas por palmas e, em alguns casos, por instrumentos de percussão. Embaladas pelo seu ritmo, as mulheres se põem de pé, movimentam os seus corpos, dão risadas e até se comovem, dependendo do contexto. A música possui atribuições que motivam a ação política. Ela anima, dá leveza, descontraí, celebra, incute valores e esperança, “[...] estimula e justifica a luta por meio de ordens rimadas”, e “[...] instaura o lúdico na política” (MOTA 2008, p. 208).

¹⁹⁰ Nos movimentos sociais rurais, de uma maneira geral, é comum delegar a um grupo de participantes a função de “animar”, são as chamadas comissões ou grupo de animação. Há uma significativa presença de mulheres nesses grupos, mesmo quando se trata de um evento misto.

A maioria das músicas que circulam nos movimentos de mulheres rurais é composta por mulheres que estão ou que já passaram pelo próprio movimento.¹⁹¹ A circulação musical é livre. Em muitas dessas composições, a autoria não é identificada. Mas ser de autoria feminina não é o critério para a música ser cantada ou não. Composições que façam referência à condição da mulher da roça e à sua luta também entram neste rol, mesmo sendo de autoria masculina. Este é o caso de algumas composições como *Olé Mariê*, de Luis Vila Nova ou *Baião da Nova Mulher*, de Zé Vicente.¹⁹²

A música e a poesia são formas discursivas utilizadas para dar mais vivacidade e dinamismo às atividades políticas. Ao utilizar-se de uma linguagem emocional, elas tecem diferentes vínculos de identificação entre as mulheres que participam dos vários movimentos que integram a Marcha. Trata-se de práticas discursivas pelas quais mulheres de “carne e osso” expressam o que é ser uma “margarida”, se representam, designando-se; e ao dizer, elas dão forma àquilo sobre o qual dizem, sobre o qual falam – tão ao gosto de Foucault (LUTZ e ABU-LUGHOD, 1990, p. 9) –, elas se fazem, se revelam e se constroem como sujeitos políticos, se produzem política e socialmente, encarnando a própria inscrição nesse mundo.

¹⁹¹ Eu não poderia deixar de mencionar também as adaptações das marchinhas de carnaval feitas por mulheres no município de Ibiapina/CE, por ocasião do lançamento da Marcha das Margaridas. O seu lançamento foi realizado no dia 8 de março e fez parte das comemorações do Dia Internacional da Mulher. Como em 2010, esse dia coincidiu com a terça-feira de carnaval, as mulheres resolveram botar na rua o Bloco das Margaridas e dos Cravos. Com muita criatividade, elas tematizaram por meio de adaptações feitas, questões postas pelo movimento feminista e de mulheres. Eis algumas delas: *Taí* (adaptação da composição de Noel Rosa, cantada por Carmem Miranda): Taí, eu bem que disse pra você denunciar/Que essa história de que ele vai mudar! /É trapaça, de machista, pra poder lhe controlar! /A violência contra a mulher /Pra muita gente é coisa natural/E se a gente não mete a colher/É sempre a nossa vida que acaba mal! /Toda mulher precisa entender/Que a liberdade é um direito seu/E que ninguém é mesmo de ninguém/E que nem Julieta ficou com o Romeu! *A filha de Chiquita Bacana* (adaptação da composição de Caetano Veloso): Eu sou mulher e me orgulho de ser/Tô de cabeça erguida/E não dou, meu braço a torcer/Sou mulher Feminista/E quero igualdade/Justiça e muita paz pra toda a humanidade! /Eu vivo a vida/Yeh yeh yeh/Com liberdade Yeh yeh yeh/Se eu quiser, ninguém vai me impedir/E a galera toda grita/Yeh yeh yeh /Você pode decidir /Yeh yeh yeh/Ser na sua vida o que bem quiser!!! *Vai com jeito* (adaptação da composição de Braguinha, cantada por Emilinha Borba): Menina não, se esqueça não/Que o racismo/É crime e dá prisão! /Se alguém te humilhar/E por racismo te discriminar/Lembre da Lei 7716/Denunciando/A pena é no xadrez!

¹⁹² Nos cadernos de cânticos, além dessas constam também canções políticas e/ou de cunho social, como as do próprio Zé Vicente, Gonzaguinha, Luiz Gonzaga, Renato Teixeira e Almir Sater.

O processo de construção da Marcha permite que as mulheres que nele se envolvam adentrem o mundo público transportando seus atributos e signos de mulheres rurais, expressos em vivências corpóreas e simbólicas, no movimento do corpo, nos versos declamados, contados, cantados e performados na militância como rituais, a partir dos quais elas se enunciam (MOTA, 2008).

As letras dos cantos e dos poemas produzidos e/ou cantados por essas mulheres se traduzem em narrativas que falam para si, ao mesmo tempo em que dizem de si, e que, ao serem expressas, acabam sendo convertidas em maneiras “próprias” de “fazer política”. Trata-se de formas discursivas que, originalmente, de natureza “não política”, foi apropriada pela prática política dos movimentos populares, especialmente o movimento de mulheres rurais (MOTA, 2008, p.201).

Lila Abu-Lughod, em seu livro *Veiled Sentiments* (1986), observou como as mulheres beduínas utilizavam-se de poemas para expressar sentimentos especiais, e tratou esse modo de expressão como um discurso considerado não simplesmente como uma forma linguística, como na distinção entre atos de fala formalizados e cotidianos, mas também no sentido utilizado por Foucault (1987), ou seja, para significar um conjunto de enunciados verbais e não verbais, vinculados a regras e caracterizado por regularidades, que tanto constroem, quanto são modeladas pela realidade social e pessoal (ABU-LUGHOD, 1986, p. 186). Nesse sentido, a emoção é utilizada como um discurso, e sua análise inserida nas preocupações com a “micropolítica”, ou seja, com o trabalho realizado pelas emoções na vida pública. Um pouco dessa perspectiva tem orientado o meu olhar para os versos produzidos pelas mulheres.

Em tempos de Marcha, as mulheres envolvidas com a sua causa encontram aí um ambiente particularmente estimulante para expressar seus pensamentos e sentimentos pelos poemas. O próprio envolvimento no cotidiano da Marcha favorece o aflorar dos versos. Ora, se ao se expressarem por versos, elas se dizem, e ao dizer, elas se fazem. Certa vez, num desses eventos para tratar de assuntos relativos à Marcha, no intervalo para o almoço, estava eu a prostrar com uma das participantes sobre o que era ser uma “margarida”. Ela então pediu que eu a esperasse, e foi até o seu dormitório; na

volta, me apresentou um caderno de poesias, publicado pelo MMTR-NE, cujos poemas haviam sido elaborados pelas próprias mulheres do movimento. O poema intitulava-se *Canção pra Margarida*, de autoria desconhecida. (Cf. p. 53). Os versos seus se referem à líder sindical Margarida Maria Alves, paraibana, assassinada na porta da sua casa em 1983. Eu perguntei à minha interlocutora, então, o que nesses versos falava sobre ser uma “margarida”, e ela me disse que “margaridas” são todas as mulheres que lutam; que têm coragem pra lutar; que sofrem, são oprimidas, mas que são movidas pelo sonho de construir uma sociedade menos desigual.

O nome Margarida tem um significado simbólico fundamental, que é capitalizado no campo político, e remete à ideia de força, coragem, luta e sofrimento. Essas ideias, que irão justificar na arena política a reivindicação das mulheres do campo e da floresta por direitos, estão presentes tanto nos “discursos políticos” propriamente ditos, quanto nos cantos e nas poesias, evocando emoções cujas expressões são utilizadas como forma de denúncia, mas também para encorajar e animar o movimento (GOULD, 2001, p. 135).

O poema abaixo pode ilustrar o que digo. De autoria de uma jovem dirigente sindical do município de Bodocó/PE, Lourisvanda de Sousa, ele é dirigido às “margaridas” e busca, através dos seus versos, incentivá-las, motivá-las e estimulá-las a permanecerem na luta ou a vir fazer parte dela, ao mesmo tempo em que expressa o sentido de nela estar.

Às Margaridas

*Margaridas lutadoras
Nunca pense em desistir
Nossos sonhos, força e garra
Vai bastante usufruir
Pra mudar a nossa vida
Nessa luta tão sofrida
Que nós vamos conseguir.*

*Precisamos lutar juntas
Pelos direitos demais
Autoestima e trabalho
Economia e paz, capacidade
Nós temos sempre nos fortalecendo
Com instrumentos reais.
A nossa sociedade que se diz
Tudo saber, é machista e moralista
Só enxergam o poder
Não respeitam as mulheres
Batem, ferem e se referem
à tradição do saber.
Sabemos que nossa força
É bastante coerente,
Temos que mostrar pro mundo
Que somos inteligentes
Organizar nossos planos
Pisar firme/Sem engano
Fazendo um Brasil decente.
Margaridas, Margaridas!
Temos que valorizar
Tudo que nós conquistamos
Não vamos se acomodar
Vamos buscar muito mais
Nossos direitos quem traz
Pra fazer de nós capazes
É nosso grito de paz*

Circulando em diferentes espaços destinados à construção da Marcha, percebi que, embora poesias e cantos não sejam formas discursivas tradicionais da

política, fazem parte da vida política das mulheres que militam em diversos movimentos de trabalhadoras rurais, estabelecendo significações individuais e coletivas pelas quais as diferenças são reveladas e as identificações construídas. A seguir, vou apresentar algumas das composições¹⁹³ que eu selecionei durante as minhas andanças.

A primeira, *Sou lavradora, mulher da roça*, de autoria desconhecida, relata o cotidiano das mulheres da roça e a centralidade que o trabalho nele ocupa.

Sou lavradora, mulher da roça

*Levantando cedo, pego minha enxada
Sem café, sem nada vou pra minha roça (bis).
Quando é meio- dia, que dá doze horas
Deixe eu ir em casa ver se alguém almoça.
Sou lavradora, mulher da roça
Vivo cansada, meu Deus,/com as mãos grossas (bis).
Planto abóbora, planto melancia
Planto abacaxi e também batatinha.
Planto feijão, planto mandioca./Faço tapioca e também farinha.
Quando é de noite, que deito na cama
Se alguém me ama, não estou aí.
É meia- noite, já deu doze horas/Já é madrugada,/ainda não dormi.
Já trabalhei para preto e branco, para rico e pobre, até para vagabundo
Já trabalhei em cima desse chão, para toda a nação e para todo mundo.*

¹⁹³ Essas composições podem ser encontradas nos cadernos de música da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste, do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTR-SC), e talvez em outros tantos os quais não tive acesso. Mulheres que participam do MMTR-SC chegaram, inclusive, a gravar um CD intitulado “Vozes Roceiras”, contendo essas músicas.

Esta luta não é fácil está entre as músicas mais cantadas nas reuniões de mulheres. Os versos foram compostos pela já falecida Nazaré Flor, agricultora, assentada do Assentamento Maceió, município de Itapipoca/CE, liderança do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Ceará, poetisa popular. Eles evocam sentimentos identificados como sendo “próprios” das mulheres, tais como alegria, amor, paz e força, para, enfim, conclamar as mulheres a se unirem para uma luta que não é fácil — mas que é possível ser vencida se mantiverem-se unidas, e assim conquistar o poder. Considerando o seu conteúdo, é possível encontrar palavras que motivam, justificam e estimulam as mulheres para a ação política:

Essa luta não é fácil

*Esta luta não é fácil, mas tem que acontecer
A mulher organizada, tem que chegar ao poder.
Vamos juntas companheiras, vamos botar pra valer/
Vamos quebrar as correntes, do machismo e do poder.
Sem a mulher neste mundo, seria triste demais,
Não nascia gente nova, e o mundo não tinha paz
A mulher nasceu pra ser pelo homem bem amada
Ser amiga e companheira, não pra ser discriminada.
Somos gente, somos força,
Temos que ter igualdade ao lado dos homens fortes
Transformando a sociedade.
Vamos conquistar o espaço, que tem no mundo pra nós
Chefiar os sindicatos e na política ter voz.*

Pra mudar a Sociedade é outro poema musicalizado, também composto por Maria de Nazaré¹⁹⁴. São versos que afirmam e valorizam a especificidade feminina e ressaltam a importância da participação da mulher na mudança da sociedade.

¹⁹⁴ Em alguns cadernos de música essa composição é atribuída a Zê Pinto.

Pra mudar a sociedade

Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer

/Participando sem medo de ser mulher.

Porque a luta não é só dos companheiros,

Participando sem medo de ser mulher.

Pisando firme sem pedir nenhum segredo

/Participando sem medo de ser mulher.

Pois sem mulher a luta vai pela metade,

Participando sem medo de ser mulher.

Fortalecendo os movimentos populares,

Participando sem medo de ser mulher.

Na aliança operário-camponesa,

Participando sem medo de ser mulher.

Pois a vitória vai ser nossa, com certeza,

Participando sem medo de ser mulher.

Deixa-me ser gente é o título de uma das músicas mais cantadas nos eventos. Tanto a letra quanto a melodia é de Maria Abelha, uma agricultora da Comunidade Gualdrapas, em Trairi, no Ceará. Os seus versos falam do desejo de ser livre e expressam sentimentos de aprisionamento, discriminação e esgotamento:

Deixa-me ser gente

Deixa-me ser gente

Não me impeça de lutar

Pois a vida me convida

Uma missão realização

Deixa eu ser mulher

Ser livre pra sonhar

Não reprima, Não reprove

*Meu jeito de amar.
Vamos fazer a história
De nós todas, mulherada
Preservar nossos valores/E não ser escravizada
[...] Eu me sinto revoltada,
Ninguém quer explicar
De tanto ser explorada, eu me pus a protestar*

*Não nasci pra servir
Como peça de engrenagem
Nem ser coisa que se venda
Ou se compra por vantagem*

*Quero ser considerada, como um ser, filha de Deus
Realizar os meus anseios, cada vez mais sendo eu.*

Doraci Zebina, quebradeira de coco do município de Santa Rita no Maranhão, por meio da música *Eu Sou Mulher*, interpela o leitor:

Eu Sou Mulher

*Eu sou mulher, seu doutor
o que é que é? Eu sou mulher do Maranhão,
Eu sou mulher! Lá na cozinha eu sou mulher/
Pra fazer comida eu sou mulher
Pra lavar roupa eu sou mulher
E na política, por que que é que não sou mulher?
Pra ir pra roça, eu sou mulher
Pra fazer farinha, eu sou mulher
e na Prefeitura, por que é que eu não sou mulher/*

ra ir pescar eu sou mulher/ Pra quebrar coco, eu sou mulher
Pra vigiar galinha, eu sou mulher/ E lá na câmara, por que é que não sou mulher?
Pra cuidar do marido, eu sou mulher
Pra cuidar dos meninos, eu sou mulher
Pra ser machucada, eu sou mulher
E na sociedade, por que é que eu não sou mulher?
Pra varrer casa, eu sou mulher
Sem o salário, eu sou mulher
Pra ficar calada, eu sou mulher
E nos movimentos, por que é que eu não sou mulher?
Pra vir votar, eu sou mulher
Pra não ter voz, eu sou mulher/
Pra ter vez, eu sou mulher/ no Sindicato, por que é que eu não sou mulher?

No seu conjunto, os cantos parecem guardar uma intencionalidade. Pretende-se que os sentimentos expressos através dos seus versos se traduzam em práticas políticas que transformem a condição das mulheres, das mulheres do campo, da mulher-povo, da mulher oprimida, escravizada, da mulher que trabalha, que sofre, para que elas se libertem e ocupem os espaços públicos. As palavras que mais são usadas para exprimir estes contextos são: escravidão, cativo, sofrimento, preconceito, sufoco, peso, opressão, pobreza. Ser ouvida, ter direito à voz, romper com o silêncio são outros temas recorrentes nas canções.

Assim como Gould (2001), ao estudar a emergência do *militant AIDS activism*, é possível perceber nos poemas e canções apresentados acima uma ambivalência experienciada no cotidiano da vida política e social, e os esforços para navegar nela. Para esta autora, tal ambivalência pode ser pensada como algo vivido por grupos sociais inferiorizados na sociedade como negros, mulheres, homossexuais, que surge e é reforçada por relações sociais de marginalização, mudando em composição e extensão de acordo com as diferentes posições dos indivíduos na hierarquia de raça, classe e gênero, e de acordo com as diferentes experiências pessoais (GOULD, 2001, p.137). Assim como no caso das lésbicas e homens

gays, o status marginalizado dessas mulheres em uma sociedade machista estrutura uma constelação de sentimentos contraditórios que é difícil de evitar.

Ao trazer ideias de direito e liberdade por meio de cantos e poesias, as mulheres criam uma narrativa na qual dominam sentimentos de força e coragem, expressões que, repetidas, supõem o desfazer da sua condição de subordinação e medo. Está aí a ambivalência!

Gould (2001, p. 139), citando William Reddy (1997), sugere que expressar emoções ajuda a navegar nessa intensa ambivalência, ao afirmar que expressões emocionais, efetivamente, altera os sentimentos aos quais se refere, e que a inabilidade da linguagem para representar, adequadamente, os sentimentos internalizados deixam fora da esfera verbal componentes desses sentimentos, cuja nomeação nunca é precisa, é sempre uma nomeação imperfeita, de modo que o sentimento nomeado (como medo, por exemplo) pode ser sentido tal como definido pelo sistema de significados socialmente construídos no qual ele está inserido, ou, ao ser verbalizado, pode não significar precisamente o que está se sentindo. Assim, o verbo que expressa um determinado sentimento é um instrumento de transformação, construção, ocultação e intensificação de emoções.

Gould (2001) segue ainda o argumento de Reddy, quando este afirma que regras e convenções de comunidades emocionais produzem normativas emotivas que, repetidas ao longo do tempo, podem, de um lado, afetar uma generalizada e intensa ambivalência por ampliar um lado dos sentimentos contraditórios e submergir o outro. Tais convenções “apontam” o equilíbrio da ambivalência em uma direção mais que na outra, promovendo a “resolução”, de modo a opor sentimentos e assim moldar como as pessoas se sentem. A autora acrescenta às ideias de Reddy que o processo é interativo e contínuo; que qualquer resolução temporária a uma intensa ambivalência, por sua vez, afeta os sentimentos predominantes e as convenções do grupo social sobre as emoções e suas expressões. E, por último, que a cultura emocional de comunidades gay e lésbica ajuda a gerir a ambivalência generalizada da qual deriva, em parte estabelecendo regras e normas sobre sentimentos e emoções, e em parte por afetar a forma como lésbicas e homens gays se sentem.

Nesse processo de gestão da ambivalência, sentimentos de amor próprio podem atenuar sentimentos de ódio próprio; a atração pela sociedade pode suplantar a repulsão pela sociedade. Nem um nem outro lado pode ser facilmente dominado, uma vez que a oposição está sempre presente, mesmo se submersa. Uma grande instabilidade e incerteza de qualquer dada resolução em relação à ambivalência requer vigilância, através, por exemplo, da consistente repetição das emoções que apoiam sentimentos sobre um lado da ambivalência e reprime sentimentos sobre o outro.

A discussão trazida por Gould (2001) acerca da ambivalência e da sua gestão me pareceu, particularmente, importante para refletir sobre os sentimentos expressos nas poesias/músicas utilizadas e/ou produzidas pelas mulheres em questão. No seu conjunto, emoções que se apoiam em sentimento de liberdade, coragem e força são repetidamente cantados, intencionando reprimir sentimentos de submissão, medo e fraqueza.

Assim como as lésbicas e os gays, antes de fazer demandas políticas, as mulheres têm que acreditar que merecem ser mais bem tratadas. A “culpa”, que recorrentemente aparece na fala das mulheres, corrói qualquer convicção, mesmo quando a indignação sobre o lugar que lhes é reservado a reforça. Ambivalência sobre a sociedade dominante também introduz incerteza em qualquer curso de ação política; as mulheres querem se acomodar, mas também querem confrontar as normas, valores e instituições da sociedade (GOULD, 2001, p. 141), como pode ser lido nos versos a seguir, da canção *Apelo de Mulher*, da paraibana Gilvanisa Maia, muito cantada pelas mulheres trabalhadoras rurais do Polo da Borborema, na Paraíba.

Apelo de mulher

*Não sou escrava, nem sou objeto
Para fazer de mim o que bem quer
Não tenho dono, não sou propriedade
Eu quero liberdade, me deixa ser mulher.*

*Eu quero ser, me deixa ser/
O que eu mereço/ Eu quero ser quem sou, eu tenho meu valor/E esse não tem preço
Eu quero ser amiga e companheira
Quero sentir a força do amor
Quero viver como tenho direito/
Não quero preconceito/ Me deixa ser quem sou
Eu quero ter uma vida decente
Quero ser gente, foi Deus quem assim me quis/
Quero viver buscando os meus direitos Fazendo diferente, me deixa ser feliz.*

Nos dizeres de Mota (2008, p. 200), “a existência de uma fala própria é também fala apropriada para cada momento”. Citando Bourdieu (1994, p.158), a autora afirma que o falar remete a estratégias por ele qualificadas como um “falar adequadamente”, e que envolve a produção do “discurso adequado numa situação determinada”, trazendo questões como: quando é preciso falar, calar, falar essa linguagem ou aquela. Assim sendo, o uso da linguagem assume várias formas e produz efeitos diversos conforme a intencionalidade, o contexto e o espaço onde ela é proferida.

Poemas e cantos são formas discursivas que podem ser acionadas como recursos. É certo que a competência e criatividade de certas mulheres, militantes, trabalhadoras rurais para compô-los é inquestionável, mas importa também a habilidade em saber o momento apropriado para acioná-los e, ao mesmo tempo, através deles, transitar do “eu” para o “nós”, do “particular” para o “geral”. O acionamento da condição de mulher trabalhadora do campo e da floresta, por meio dos poemas cantados ou não, tem um efeito sobre a sensibilização e a mobilização da Marcha. Versos declamados e cantados, tanto quanto os discursos proferidos, são recursos que se inscrevem na construção do sujeito político da Marcha das Margaridas.

Não à toa, a Contag, através da Secretaria de Mulheres, gravou um CD intitulado “Canto das Margaridas” com composições de “margaridas” de todo o país. Foi solicitado a cada federação e a cada entidade parceira que identificasse entre elas alguém que quisesse e pudesse criar uma composição para a Marcha das Margaridas 2011. As músicas foram

selecionadas nos próprios estados. Posteriormente, a Contag financiou a vinda das intérpretes (sendo a grande maioria, as próprias autoras) a Brasília para gravação em estúdio, dando origem ao CD que foi distribuído para todos os estados. No encarte, a apresentação:

Um canto que faz um passeio pela nossa memória, desejos, lutas, sonhos e esperanças. Um canto que expressa a vida e a alma das mulheres do campo e da floresta. É a união da diversidade, das culturas e da beleza, reunidas nas vozes de mulheres decididas, que evocam e honram a luta de Margarida Alves. São vozes que se espalham pelas ruas e tomam conta do nosso imenso Brasil, na luta pela igualdade, liberdade, justiça e autonomia das mulheres. São as margaridas em marcha em todas as frentes e em todos os cantos.

Afinal, *Canto das Margaridas* não são apenas músicas, são registros da batalha de mulheres de todo o Brasil, de todas as raças, credos, crenças, que usam a sua voz e a sua garra de punhos fortes, de guerreiras, para serem protagonistas de sua história, a nossa história e, juntas, pelo mesmo ideal, constroem a força de uma nação.

A música de abertura do CD é o canto oficial da Marcha das Margaridas. Composta pelas Loucas de Pedra Lilás, para a Marcha de 2003, a canção, cujo ritmo se assemelha a uma marchinha de carnaval, passou a ser identificada com a “música da marcha”, sendo cantada e utilizada em todas as que ocorreram posteriormente.

Marcha das Margaridas

Olha, Brasília está florida

Estão chegando as decididas

/Olha, Brasília está florida/

É o querer, é o querer das Margaridas (refrão)

Somos de todos os novelos

De todo tipo de cabelo/Grandes, miúdas, bem erguidas

Somos nós as Margaridas.

Nós que vem sempre suando

Este país alimentando

Tamos aqui para lembrar/

Este país tem que mudar!

*Água limpa sem privar
Sede de todos acalmar
Casa justa pra crescer
Casa justa pra crescer
Saúde antes de adoecer
Terra sadia pra lucrar
Canja na mesa no jantar
Um mínimo para se ter
Um mínimo para se ter.*

*Direito à paz e ao prazer.
E dentro e fora punição
Pra quem abusa do bastão
Do ser patrão, do ser machão
Não pode não, não pode não
Não pode não, não pode não!*

Expressar sentimentos, emoções através do canto e da poesia é interpretado e legitimado como algo “próprio” ou “característico” dos movimentos de mulheres do campo e da floresta, tomado como formas de um dizer singular, constituindo uma linguagem específica mesclada às condições de vida, das lutas, emoções, religiosidade, enfim, temas não institucionalizados na tradição estritamente política, embora trate-se, também, de uma linguagem política bastante recorrente entre as mulheres, assim como os discursos políticos o é entre os homens. Certamente, há mulheres que proferem tais discursos, assim como há homens que cantam versos e declamam. Trata-se de práticas discursivas que não se opõem, mas não deixam de trazer uma marca de gênero, em que poesias, cantos, cordéis estão relacionados com a emoção e associado ao feminino; e os discursos políticos, mais relacionados ao pensamento/distanciamento e associado ao masculino, embora tais discursos, quando proferidos por mulheres e para mulheres

apresentem uma carga emocional significativa. A feitura de versos, cantados ou não, tem no seu uso uma intencionalidade, produz efeitos políticos, tanto quanto a utilização da linguagem emocional nos discursos políticos. E nessa tessitura vai se fazendo e se cantando o tempo da Marcha.

Capítulo 6

Somos Margaridas em Marcha, somos Margaridas em luta

No capítulo anterior, abordei o período de preparação da Marcha nos municípios como *o tempo da Marcha*. A saída dos ônibus dos municípios em direção a Brasília dá início ao que denominei alhures como “momento ritual”. Tentarei explicar o porquê.

A Marcha como movimento ganha visibilidade pública, e com ela expressão política, através das ações coletivas que realiza a cada quatro anos, por meio das quais ela conforma a sua própria existência. É por estas ações, geralmente de forte impacto simbólico, que a Marcha se constitui. É por intermédio dela também que se expressa e realiza uma identificação em torno do seu sujeito político. Nesse sentido, estas ações no espaço público são condição de sua constituição e existência social. Elas são criadoras. Talvez, por isso, a caminhada em Brasília é revestida de um significado, algo como um momento de consagração.

Aliás, a palavra *consagrar* me parece bastante adequada. De acordo com o Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, o termo vem do latim e tem origem no verbo *consacrare*, derivação de *consecrare*, que quer dizer “dedicar a Deus, aos deuses ou ao serviço divino; tornar sagrado”. O seu uso remete a vários significados, que mantém, de certa forma, nexos entre si, como “consagrar a lembrança” de algo é tornar durável, “consagrar o tempo” é dedicar, o que leva a outros significados como reconhecimento e conclamação.

Mas o termo, como salientou Mauss & Hubert (2005), sugere a ideia de sacrifício. Este, sim, um termo que aparece em diferentes variações no vocabulário de algumas das minhas interlocutoras. Interessante perceber como adjetivar a vida como “sacrificosa” é algo recorrente na fala de algumas “mulheres rurais” para se referir à vida como algo que exige

sacrifício, renúncia ou mesmo resignação diante de algumas situações. Utilizada como um adjetivo explicativo, a designação “sacrificosa” exprime um atributo que lhes parece próprio da vida. Outras mulheres, entretanto, utilizam outras derivações do termo ao mencionar que elas se sacrificam pelo movimento, ou para se referir às mulheres que, como Margarida Alves, foram “sacrificadas pelo movimento”. Nesse caso, a derivação verbal significa o sacrifício como um ato voluntário, no sentido de oferecer-se, doar-se, sofrer perdas em favor do movimento, assemelhando-se à dádiva, uma “obrigação espontânea” em prol de um projeto coletivo.

Ao ler o ensaio *Sobre o sacrifício* de Mauss & Hubert (2005), identifiquei ali uma certa relação com a fala das mulheres. No ensaio, os autores, tomando como exemplo os modelos dos sacrifícios hindu e hebraico, concluíram que neles os sacrifícios constituíam uma forma de dádiva do fiel para com o seu Deus, conferindo ao primeiro algum direito sobre o segundo, sendo o sacrifício uma forma de consagração, uma passagem do domínio comum ao domínio sagrado. Isto me pareceu muito apropriado para pensar os sentidos que as mulheres dão à uma “vida sacrificosa” ou ao “sacrifício pelo movimento”. Se, como assegura Mauss & Hubert (2005, p. 106), a conduta religiosa adequada requer uma oferta de si, me parece que a conduta política, no caso das referidas mulheres, também. Em ambos parece haver um ato de abnegação, em que aquele que se sacrifica, doa. Uma abnegação muitas vezes imposta como um dever, uma vez que “o sacrifício nem sempre é facultativo”. Os deuses (assim como o movimento) exigem.

Se, por um lado, as falas parecem remeter a um fardo, a uma ideia de sofrimento, por outro, é algo investido de valor, parecendo resguardar uma conotação moral que legitima aquela mulher a ocupar determinados domínios, como o político. Ademais, tratam-se de falas que, ao serem verbalizadas, sempre procuram apresentar as recompensas advindas de tal ato. Pois a abnegação e submissão própria daquele/a que se sacrifica não é algo dado sem a espera de um retorno. “Se ele dá, é em parte para receber”, de modo que “o desprendimento mistura-se ao interesse”.

O sacrifício está implicado na consagração e, através dele, ela “irradia-se para além da coisa consagrada” (Mauss & Hubert, 2005 p.15). A Marcha como um momento de consagração faz todo “sacrifício valer a pena” –, como ouvi alguém dizer após o seu término – fazendo-se “irradiar para além da coisa consagrada”, sugerindo assim a sua eficácia.

Não é minha intenção, nem objeto deste trabalho compreender exaustivamente as apropriações feitas da palavra “sacrifício” e suas derivações no campo político. Também não se trata de uma mera digressão pelo fato de eu ter encontrado no substantivo “consagração” o termo justo para definir o momento da caminhada realizada pelas mulheres em Brasília. Contudo, a utilização de vocabulários de um mesmo campo semântico sugere algum vínculo entre política e religião, ou, ao menos, que se trata de campos cujas fronteiras não são estanques, nem impermeáveis.¹⁹⁵

Mas a caminhada em Brasília é também revestida de outros significados que não remete apenas a um momento de consagração, como procurarei mostrar ao longo da escrita. E nem foi por significar desta forma este momento que chamei de “ritual” a um outro, que antecede a caminhada e que se inicia com a viagem dos estados rumo a Brasília. Ao adjetivar, destarte, este momento, quis mostrar que o foco do meu olhar havia se desviado e, com isso, provocar o desvio de outros olhares. E, se assim o fiz, é que logo percebi que ali havia algo de específico que se diferenciava de outros momentos aqui analisados. A maneira como falavam da Marcha *stricto sensu*, a expectativa que pairava em cada fala, em cada ação, o esforço que faziam para realizá-la me fez sentir que fazer a Marcha acontecer em Brasília se revestia de algo importante e especial para aquelas mulheres. E então acendeu em mim a centelha: utilizar-me do instrumental analítico utilizado para os rituais.

À medida que fui me adentrando por esse universo que é a Marcha, fui percebendo que ela apresentava outras características que revelavam traços, segundo

¹⁹⁵ Christine Chaves (2000), a partir de uma análise etnográfica apurada da Marcha Nacional dos Sem-Terra, mostra de uma forma bastante perspicaz como ali a “fronteira entre o religioso e o político perdeu nitidez” como bem expressou Peirano (2003, p. 47).

Peirano (2001), partilhados pelos antropólogos ao definir rituais. Além de ser um tipo de evento especial para as pessoas que nela se envolvem, ela apresenta uma forma específica, uma certa estabilidade e um caráter não rotineiro, por ser percebida como algo diferente dos acontecimentos cotidianos. Há nela uma ordenação que a estrutura, e é realizada coletivamente, por meio de uma performance, com propósito definido (PEIRANO, 2001). E assim sendo, ela se presta também ao tipo de análise que venho aqui propor.

6.1 A viagem...

O dia da viagem é aguardado com muita ansiedade, um misto de medo, insegurança e expectativa, principalmente para as pessoas que nunca tinham vivido aquela experiência. Acompanhadas de seus familiares, as pessoas chegam até o local combinado para a saída dos ônibus. Depositam suas bagagens no chão e não são poucas – enquanto aguardam a liberação dos ônibus, encostados, de portas fechadas, no acostamento à beira do asfalto. Pequenos grupos se formam, tabulam conversas. Uns/umas perguntam pelos outros/as: “Fulana não vem? Desistiu? Cadê Sicrana?” Crianças correm. Ouvem-se risadas, reclamações, recomendações, amenidades e a busca de informações: “É quanto tempo de viagem? Vai parar onde?” Eu apenas observo. Sinto-me um pouco fora do lugar. Circulo de um lado a outro, tentando registrar tudo por meio de fotos. Em torno do motorista, outro grupo, são as coordenadoras dos ônibus. É preciso conferir a documentação de cada um/a com a listagem enviada à empresa contratada para o transporte: “O RG não bate!; “Chama fulana que o RG não bate; “Não trouxe o RG? Mas então não pode embarcar.”; “Não, se fulana não veio, você não vai poder ir no seu lugar.” E lá se ia o tempo que se ia, afastando-se do horário inicialmente marcado para a saída dos ônibus (eram dois). O sol, ainda alto quando cheguei, já começa a desaparecer no horizonte. Enfim, os ônibus foram liberados! Foi dado início ao embarque. Já no ônibus, escuta-se um tumulto: um homem havia sido atropelado ao atravessar a rua. As pessoas correm para socorrê-lo. Aguarda-se a ambulância. Finda a tarde, cai a noite e nós dentro do ônibus esperando. Algumas pessoas já demonstram impaciência com a demora, e eu me incluo entre elas. Acho que também estou ansiosa! (Diário de Campo, 2011).

O trecho acima foi resgatado das minhas anotações do Diário de Campo. Sim, eu estava ansiosa. Havia depositado uma certa expectativa nesta viagem, não só na viagem como na marcha em si. Seguir de ônibus, junto com as mulheres, foi uma opção minha. Poderia ter ido direto para Brasília, acompanhar os últimos preparativos para recepcioná-las e aguardar de lá a chegada das caravanas. Confesso que esta foi uma decisão difícil! Mas a expectativa das mulheres, captada através das narrativas, entrevistas, conversas pulsava em mim, e eu queria viver junto com elas cada pedaço

daquela experiência, que havia de tal forma me afetado, e olhar “de perto e de dentro”, buscando captar as suas próprias expectativas e perspectivas ao olhar a Marcha ou “o ponto de vista da nativa” para me apropriar da expressão malinowskiana. Eu havia sido atingida e estava disposta a mergulhar nessa empreitada.

A forma como as mulheres se referiam ao percurso, desde a hora que saíam dos seus municípios, me impulsionou a fazer a viagem por terra. Franck Michel (2004, p. 19), na introdução do livro *Désirs d'Ailleurs - Essai d'Anthropologie des Voyages* diz algo interessante: “Le voyage commence là où s’arrêtent nos certitudes. Le voyage, c’est réapprendre à douter, à penser, à contester. En abolissant les frontières de l’inconnu, le voyage, c’est oser défier la banalité du quotidien”.

Desafiar o cotidiano e experimentar as incertezas são aspectos dos quais se reveste a fala de algumas das minha interlocutoras quando, durante as entrevistas, eu fazia menção ou perguntava algo em relação à viagem até Brasília.

[...] O pessoal pensa que a gente vai pra Brasília, é um passeio, mas não é! A gente vai arriscar a vida no caminho [...]. Realmente, a gente vai muito feliz por que a gente tá atrás dos nossos objetivos, dos objetivos das nossas companheiras, mas arriscamos a vida, deixamos nossa família em casa, nossos filhos, nossos maridos e vai atrás daquele objetivo, mas sabendo que está entregando a vida da gente na mão de Deus, não sabe nem se a gente volta com os pés da gente, que é um risco muito grande (Tonilda, STTR Massapê/CE, 2011).

A decisão de ir a Brasília implica preparar a viagem e, quando este é o assunto, logo vem a preocupação com a alimentação e a saúde, muito recorrente nas falas:

E aí elas correm atrás pra trazer alguma coisa dentro do ônibus, de alimentação, vão na prefeitura, nos mercados, nas padarias, pra trazer alguma coisa de alimentação, refrigerante, pão, alimentação pra se alimentar dentro do ônibus, porque são quase 30 horas de viagem (Mercedes, Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais – FETAEP, 2011).

Nós temos que ter recursos pra alimentar essas mulheres no percurso da viagem (Maria Pereira, dirigente sindical, STTR de Mirandiba/PE, integrante do MMTR-SC, 2011).

Pra nós é importante manter uma viagem, se alimentando decentemente (Josivânia, dirigente sindical, STTR de Belmonte/PE, integrante do MMTR-SC, 2011).

A dificuldade é a questão financeira, as pessoas perguntam como é que eu vou, o que é que a gente vai comer no caminho. A gente mata uma galinha, vai no mercado pede uma ajuda. Da outra vez a gente pediu ao prefeito a nossa alimentação e ele deu. (Maria Jucá, integrante do MMTR-SC, 2011).

Tudo elas vendem para ter o recurso da alimentação pra vir. A gente já vai conversando as questões do gasto: “Olha, a gente tem a viagem de ida, que você vai passar três dias de viagem e, em todas essas viagens, você paga até pra entrar no banheiro, então você tem que ter um trocadinho. Você não pode ir daqui só contando que vai levar cem reais, porque cem reais pra ida e pra vinda não dá, você tem que levar um dinheirinho a mais”. “Às vezes você está lá e a fila está muito grande e você não tem como esperar pra almoçar e você precisa comprar uma coisa pra merendar, às vezes você adocece, o remédio seu não está, você precisa comprar algum outro”, a gente vai conversando tudo isso na mobilização (Adriana, Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais-Fetaema, 2011).

Viajar implica também deixar o lugar de segurança, do conhecido, do familiar e ir a um outro, que, para muitas, é um lugar desconhecido e de descoberta. A viagem, o deslocamento físico, além de cansativo, as afasta do lugar íntimo de proximidade, e a possibilidade de não voltar é, muitas vezes, tomada pelo medo:

As mulheres vivem o medo de enfrentamento lá na própria família, de deixar, que é mais de oito dias de viagem, então elas pensam ter que deixar tudo aqui pra poder ir pra lá pra Brasília (Bena, dirigente sindical, coordenadora da Regional Tocantina/PA, 2011).

A questão do medo da viagem, são dois dias com duas noites viajando, elas pensam logo isso, deixar os filhos, porque muitas vezes não tem nem quem fique, né? Vontade mesmo elas tem, mas assim elas pensam em todas essas coisas (Lucilene, Secretaria de Mulheres STTR Ibiapina/CE, 2011).

Crio meus três filhos sozinha. Não é sozinha, porque tenho a ajuda do meu pai e da minha mãe que moram próximo de mim. Por exemplo, pra mim fazer uma viagem dessa, tem a minha mãe que cuida deles enquanto eu saio (Nezinha, representante do MICQB na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas, 2013).

Eu tinha medo de viajar de ônibus, era muito distante, e não quis ir (Lúcia, MMTR-NE, 2013).

Em 2007 aconteceu um acidente com o pessoal do Piauí, que morreu Santinha e o motorista. Foi muito triste! A gente aqui foi em paz e voltou, mas o que a gente viu foi muito triste... (Maria Jucá, integrante do MMTR-SC, 2011).

O fato de, na Marcha de 2007, ter ocorrido um acidente envolvendo dois ônibus dos estados do Piauí e Ceará, com vítimas fatais, aumentou o sentimento de insegurança, de que, ao viajar, corre-se o risco de ir e não voltar. Esse fato é sempre mencionado!

Há também o “medo” de ficar pelo caminho, de se perder, de ser deixada em algum ponto de parada, principalmente, entre as mulheres idosas que estão saindo pela primeira vez do seu local de moradia. Lembro de relatos de mulheres que só saíam do ônibus se fossem acompanhadas, normalmente, e de preferência com a coordenadora do grupo¹⁹⁶. Sim, porque cada ônibus tinha uma coordenadora, alguém já designada enquanto tal desde a preparação da viagem. São as coordenadoras que, na saída do ônibus, conferem a documentação, faz a mediação do diálogo entre o grupo e o motorista, mantém o grupo informado, são acionadas quando ocorre algum problema, seja ele de conflitos entre o próprio grupo ou mesmo casos de doença. Enfim, ela é a pessoa a quem se deve recorrer em qualquer situação inusitada que possa ocorrer.

“Viver é arriscoso” diz Riobaldo, personagem de Guimarães Rosa. Viajar também! Diriam essas mulheres viajantes. Ainda assim, muitas delas repetem a viagem na Marcha seguinte, sempre que podem. A rotina durante o caminho só é quebrada quando o ônibus para. Percebi, nesses momentos, uma certa sensação de euforia. Não era algo fácil reunir todas/os novamente.

No caminho, quando a gente vinha [...]. Porque o Maranhão, a gente vem por duas rotas, ele vem por Imperatriz e vem por Barra do Corda, e a gente se junta em Estreito, que é a última cidade do Maranhão, já saindo por Tocantins. Lá é que você vê o tanto de gente que vem, o tanto de ônibus que chega, porque se juntam os dois lados do Maranhão. Uma turma chegou cedo, outra chegou mais atrás, porque o ônibus quebrou, tem todas essas coisas, uma turma ficou esperando, e aquela confusão... Um liga: “Vamos embora, a gente não vai ficar mais esperando, a gente está muito tempo parado”, uma confusão! A gente tem que estar ali, paciente, ajudando, tem que ter calma. A gente trouxe 23 ônibus e três micro-ônibus e, quando chegou, não tinha mais onde ônibus estacionar, e a gente fica olhando, criança chora, um diz que está com fome, outro quer ir tomar banho, um voltou pro ônibus, aí você vê o tamanho da coisa que você está dentro daquilo dali, e tem que ter resposta pra tudo, até quando a gente caminha, uma turma *vai na* frente, uma turma que eu digo é assim: uma turma da direção vai no ônibus da frente, outra vai no ônibus do meio, outras vão nos últimos ônibus, pra gente poder acompanhar tudo; e fica falando de um para os outros no telefone, uma confusão, telefone funciona, telefone não funciona, mas, enfim, é muito bom! (Adriana, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Fetaema, 2011).

¹⁹⁶ Foi enviado para cada Federação e organização parceira um Manual de Orientações com todas as orientações necessárias e mapas de localização.

As falas, de um modo geral, relacionavam a viagem a uma decisão que envolvia riscos, separação e um propósito. Elas mencionavam também as dificuldades objetivas que, possivelmente, poderiam se deparar no trajeto: acidentes, fome, doenças. Tudo isso, de certa forma, engrandecia aquelas que decidiam embarcar, pois havia nelas uma disposição para enfrentar as adversidades que ora se apresentassem. O perigo era algo inerente à viagem, imprimindo-lhe características de algo “heroico”.

Tudo isso a mim me pareceu se assemelhar a uma certa ideia de peregrinação, uma jornada que, motivada pela devoção, implica em deixar a casa rumo a um lugar de chegada (um lugar sagrado) e os hábitos cotidianos para cumprir um desígnio maior, estando relacionada, ainda, ao sofrimento e à sensação de estranheza. A viagem, assim como uma peregrinação, designa “um caminho a percorrer” e se caracteriza por ser uma ação não habitual, contrastiva com a vida cotidiana e, portanto, extraordinária. Ambas apresentam qualidades de um estado transitório, um “estado de passagem”. Assim, passei a olhar o deslocamento das viajantes como uma espécie de rito de separação, fase inicial dos ritos de passagem (TURNER, 2008 [1974]).

Constituídos por três fases: *separação*, *marginem ou limen* e *reagregação*, os ritos de passagem consoante modelo definido por Arnold Van Gennep (1960) e mais tarde desenvolvido por Victor Turner (1974) se referem a "ritos que acompanham toda mudança de lugar, estado, posição social de idade" (TURNER, 1974, p. 116). Na fase *inicial* dos ritos de passagem, conforme modelo, se dá a *separação* do indivíduo da sociedade de pertença. Já a fase *liminar* corresponde a um período intermediário onde o sujeito ritual adentra uma dimensão desconhecida, vive a ambiguidade de experimentar um “domínio cultural que tem pouco, ou quase nenhum, dos atributos do passado ou do estado¹⁹⁷ futuro”. E, por fim, na terceira fase, *reagregação*, consuma-se a passagem, e o “sujeito ritual, seja ele individual ou

¹⁹⁷ TURNER (1974, p. 116) chama de “estado” uma “condição estável ou recorrente, culturalmente reconhecida”.

coletivo, permanece num estado de relativa estabilidade mais uma vez” (TURNER 1974, p. 117), voltando à realidade cotidiana nutrido da força ritualística. Estas fases não sugerem algo estanque, que possa ser analisado numa perspectiva cíclica evolutiva, mas um processo.

A perspectiva processual de Turner (1974) para análise dos rituais me oferecia a possibilidade de olhar para a Marcha como uma experiência ritual, da qual a viagem é uma parte. Experiência pela qual é possível resgatar a dimensão do vivido.

No artigo *Dewey, Dilthey, and drama: an essay in the Anthropology of Experience*, Turner (1986, p. 36) menciona o fato de no seu livro *From Ritual of Theatre* (1982) ter buscado uma etimologia para a palavra inglesa “experience”, derivando-a da base indo-europeia *per-, que significa “tentar”, “aventurar”, “arriscar”. Identifica, ainda, no cognato germânico de *per* a relação de *experiência* com “passagem”, “medo” e “transporte” e, no grego *peraō*, com “passar através”, e lembra que, tanto no grego quanto no latim, *experiência* está relacionada a “perigo”. Um conjunto de noções, segundo Turner, com implicações nos ritos de passagem, objeto de suas preocupações como etnólogo. Noções que a mim também parecem implicadas na Marcha como experiência ritual.

Enfrentar os riscos, viver os medos, a ansiedade, as inseguranças, aventurar-se e compartilhar essa passagem – a viagem para participar da Marcha – cria entre as/os viajantes um sentimento que elas identificam como “solidariedade”.

O percurso da ida daqui pra lá é muito animado, a gente conta piada, a gente reza... [...]. Principalmente nos ônibus, a união, que é das pessoas, a preocupação, a sensibilidade, a gente vê muito o lado humano das pessoas, a solidariedade. Vê que o problema meu é o problema de todo mundo. Todo mundo se preocupa com todo mundo (Maria Pereira, dirigente sindical, STTR de Mirandiba/PE, integrante do MMTR-SC, 2011).

Porque assim, a gente vai no ônibus, é todo mundo conhecido cantando, é todo mundo dos municípios daqui, é uma solidariedade enorme que você não tem palavras para descrever, porque, assim, num mundo tão cruel que a gente vive, e ainda existe tanta solidariedade. Não sei se é por que somos todas trabalhadoras rurais, conhecemos a realidade. No ônibus, a gente comemora aniversário e aí a gente faz festa dentro dos ônibus, compra bolinho daqueles pequeninhos pra ser o bolo de aniversário (Josivânia, dirigente sindical, STTR de Belmonte/PE, integrante do MMTR-SC, 2011).

A viagem de dois dias acaba tornando o grupo como uma família, com lazer, dando risada, pra sair pro mundo, sair um pouco de casa da vida que fica lá todo dia (Lúcia, MMTR-NE, 2013).

Como mencionei no início desta escrita, ao realizar a travessia por terra com um grupo de pessoas para participar da Marcha, eu percebi que os significados atribuídos a ela eram diversos, e essa percepção veio através da forma como aquele grupo vivia aquela travessia e os diferentes sentidos que lhe imprimiam. Cada percurso, cada trajeto realizado por diferentes grupos saídos dos mais diferentes cantos e recantos do País eram imbuídos de características diferentes de acordo com a perspectiva em que a viajante se insere. Assim, a forma como se deve empreender uma viagem com fins políticos, ou o que é considerado um comportamento adequado ou não, é diferente para cada viajante conforme a perspectiva partilhada.

Havia em mim uma expectativa, e a perspectiva que predominava naquele grupo não era partilhada por mim. Por tratar-se de um grupo no qual predominavam evangélicos, o trajeto, como eu já havia mencionado anteriormente, foi marcado por orações. Eu tinha uma expectativa de ouvir “cantos de luta” ao invés de gospel, de escutar mais sobre a Marcha e os seus significados; de assistir, durante o trajeto, a filmes políticos e sociais¹⁹⁸, o que me parecia, naquele momento, um comportamento político mais adequado.

Contudo, não se poderia concluir daí que havia uma indiferença em relação à vida política. É certo que o pentecostalismo, independente da denominação, de uma maneira geral, “faz de cada ‘crente’ um evangelizador, um militante que deve propagar sua fé” (NOVAES, 2001, p. 70), porém não era a fé que justificava o investimento numa viagem como aquela, com um propósito definido, mas “lutar por direitos”, expressão que vez ou

¹⁹⁸ Lembro-me de que um dos filmes assistidos se intitulava *O Peregrino, ou a viagem do cristão à cidade celestial*. Depois descobri tratar-se de uma versão baseada no livro homônimo, publicado na Inglaterra, em 1678, pelo pastor batista John Bunyan. O filme era uma espécie de alegoria na qual ensinamentos bíblicos eram tirados dos eventos narrados, como se fosse uma parábola. Contava a história de um jovem peregrino, chamado Cristão, que, após ler um livro apocalíptico, inicia uma peregrinação na terra, carregando um fardo pesado nas costas, em busca da Cidade Celestial, o lugar da salvação. Curiosamente, o filme descreve toda a peregrinação a as adversidades encontradas durante a jornada, algo que poderia encontrar correspondência com a Marcha no imaginário dos pentecostais.

outra escapava de algumas falas. Nesse sentido, me sinto respaldada pela conclusão de Novaes (2001), ao estudar a relação entre trabalhadores rurais, pentecostais e cidadania a partir de um estudo de caso realizado em Pernambuco, no município de Santa Maria (1985):

[...] “ser crente” significava também incluir a possibilidade de transferir as certezas e determinações adquiridas no espaço religioso, sobretudo através de determinadas passagens bíblicas para a “busca de direitos” no Sindicato de Trabalhadores Rurais que, naquela ocasião – ali naquele município –, apresentava-se como canal de reivindicação dos agricultores¹⁹⁹ (NOVAES, 2001, p. 71).

A viagem me apresentou mais um marcador de diferença entre as “mulheres do campo e da floresta”: a filiação religiosa. Também fez-me sentir a complexidade da qual se investe a relação entre política e religião.

A opção em fazer a viagem por terra até Brasília e os imprevistos ocorridos, como o atraso na saída dos ônibus e outros que o sucederam, frustrou a minha expectativa de acompanhar o encontro das caravanas de alguns estados do NE, no município de Barreiras /BA, para realização de um ato público. Barreiras foi escolhido por ser um local por onde, necessariamente, passariam todos os ônibus vindos da região. Esta parada foi proveniente de um acordo feito durante as reuniões de preparação da Marcha em Brasília, quando havia sido decidido que, um dia antes da entrada dos ônibus na capital do Distrito Federal, seriam realizados atos no decorrer do trajeto, para demarcar a passagem da Marcha, como uma forma de anunciá-la e falar para a sociedade o que aquelas mulheres iriam fazer em Brasília²⁰⁰. A ideia era de que fosse realizado pelo menos um ato político por região. O local e a hora de realização dos atos havia sido acordado anteriormente, de modo que os horários de saída dos ônibus dos estados foram programados considerando o encontro das caravanas no local previamente acordado. Foram realizados atos na Região Centro-Oeste, Nordeste e Norte-Nordeste. Embora, como eu mencionei, o nosso ônibus

¹⁹⁹ A presença da Igreja Evangélica na vida política das populações rurais não é algo recente. De acordo com Regina Novaes (2001), vários estudos produzidos nos anos 70 apontavam a presença, nos anos 60, de vários crentes como dirigentes das Ligas Camponesas. A autora ainda discorre sobre os efeitos políticos decorrentes da participação das camadas populares em Igrejas Evangélicas. Segundo ela, “enquanto as CEBs *politicavam categorias religiosas*, no mesmo período e muito mais localizadamente, pentecostais *religiogizavam categorias políticas* e entravam em lutas sociais “em nome de Jesus” (NOVAES, 2001, p. 71).

²⁰⁰ Estes atos públicos durante o trajeto já aconteciam desde a primeira Marcha, em 2000.

não tenha chegado a tempo, posteriormente, eu colhi algumas informações sobre como haviam sido as ações.

Na Região Centro-Oeste, o ato ocorreu no dia 16 de agosto, no município de Anápolis, reunindo cerca de 2000 mulheres dos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia, para denunciar a exclusão e a violência contra as mulheres do campo e da floresta. Já no município de Estreito, no Maranhão, no dia 15 de agosto, cerca de 3 mil mulheres vindas com caravanas provenientes dos estados do Maranhão e do Pará fecharam a BR 110 para denunciar os impactos negativos dos grandes projetos na região, a violência da qual são vítimas, os conflitos nas áreas quilombolas e os frequentes assassinatos de lideranças sindicais, especialmente, na Região Norte. E, por fim, em Barreiras, às margens do Rio Grande, 10 mil mulheres provenientes dos estados da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Alagoas, Piauí e Sergipe se encontraram, também no dia 15 de agosto, para denunciar a invasão do agronegócio e os impactos sociais e ambientais por ele gerado na região.

Ocorreram, ainda, atos nos municípios de Cristalândia/PI e Cristinópolis/SE (NE); Palmas/TO, com mulheres de municípios de Tocantins e Acre (NO); Gurupi/TO, e Vilhena/RO, com as mulheres de municípios de Rondônia e do Acre (NO); Barra do Graça/MS (CO). Algumas cidades realizaram atos na saída dos ônibus, como Fortaleza/CE, Rio Branco/AC, Manaus/AM (ato no aeroporto), Belém/PA, Castanhal/PA, Marabá/PA e Boa Vista (caminhada da Praça das Águas até o aeroporto).²⁰¹ Com ou sem atos públicos, os ônibus começaram a entrar em Brasília desde a madrugada do dia 16 de julho. Já passava do meio-dia quando nós, por fim, aportamos no Parque da Cidade, e de longe pude ver o portal de entrada da Cidade das Margaridas.

²⁰¹ As mulheres que chegaram à capital federal por via aérea realizaram um pequeno ato no aeroposto de Brasília.

6.2 A chegada...

Eu não fiquei junto à delegação de pessoas com quem havia feito o trajeto de Pernambuco a Brasília. Fui uma das primeiras a descer do ônibus! Logo peguei minha mochila e me dirigi ao portal. Havia frotas colossais de ônibus estacionados e um movimento incrível de pessoas, a imensa maioria mulheres. Muitas delas, assim como eu, se dirigiam ao portal de entrada com colchões, colchonetes, cobertores, malas, sacos, sacolas, bandeiras enroladas, chapéus enfeitados... Sozinhas ou em grupo, inclusive com crianças, elas se dirigiam em busca de acomodação, ou iam ao encontro dos seus pares. Senti ali tanta vida, tanto movimento, tanta riqueza, tanta diversidade! Em meio àquele burburinho, a memória disparou um *flashback*: pessoas, falas, relatos, lugares, expectativas, sonhos revelados, intrigas, esforços, conflitos, tensionamentos, lágrimas e risos. Eu fui transportada no tempo para outros espaços ou, talvez, tenha sido o tempo que foi transportado até aquele lugar através das minhas memórias... Uma forte emoção me tomou e, por mais que eu me esforçasse, não contive as lágrimas. Eu estava completamente envolvida naquilo tudo! Eu conseguia compreender o quão custoso era chegar até ali e o quão custoso foi construir aquela cidade!

“É uma emoção que toma a gente”, assim alguém me definiu a chegada em Brasília, em Marchas anteriores, quando, pela primeira vez, se deparou com “aquele tanto de mulheres”. A emoção à qual se refere a enunciadora desta fala, certamente, não é a mesma expressa por mim. Vivemos experiências diferentes, em Marchas diferentes, em tempos diferentes. Certamente o contexto da chegada, a trajetória pessoal até chegar ali, as expectativas depositadas não são as mesmas, mas compartilhamos o fato de que a chegada, o encontro em Brasília com milhares de mulheres parece provocar alguma emoção.

Ai, é uma emoção assim muito grande! Quando nós chegamos em Brasília a primeira vez, todo mundo do Estado ficava juntinho, de medo de se perder. Nossa, Brasília era... Foi a primeira vez que eu vim a Brasília, e eu pensava: “Meu Deus, aonde tá Brasília? O que que é Brasília?” Então, quando nós chegamos aqui, aquele monte de mulher, aquela quantia de ônibus, “um absurdo”, tudo estacionado ali na frente. Meu Deus, era aquela coisa assim, fora do normal! Aquele caminhão de audição ali aguardando, então as falas. Olha, foi assim, muito emocionante

(Mercedes, coordenadora estadual da Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Fetaep, 2011).

Lá em Brasília, a gente já chegou à noite e assim, quando eu cheguei lá e botei os pés no chão... Quando eu desci, eu lembro como se fosse hoje, eu desci com uma senhora que tinha ido comigo e que também nunca tinha ido e ela disse assim: “Não vou soltar seu braço”, mas aí, quando eu desci, assim, a ficha caiu com tanta gente, com tanto ônibus estacionados. Eu olhava prum canto e pro outro, era tanto ônibus e eu pensava: “Meu Deus! O que vai ser de nós aqui?” E você não conhece as outras pessoas, só vê os gaúchos e os outros falando de um jeito diferente, e aí eles olham pra gente, por que nosso jeito é diferente e é aquela diferença que, quando chega na caminhada, é que você consegue entender (Josivânia, dirigente sindical, STTR de Belmonte/PE, integrante do MMTR-SC, 2011).

O dia que a gente chegou na primeira Marcha, eu vou te dizer que, para mim, foi a glória [...], ver a gente conseguir ter colocado aquele tanto de mulheres em Brasília, isso me impressionou, para mim, assim, a primeira Marcha, se eu falar muito da primeira Marcha eu vou acabar chorando. A pouca experiência que nós tínhamos e a gente ter conseguido mobilizar aquele tanto de mulheres... E, chegando em Brasília, a concentração foi lá no CESIR da CONTAG e aquilo ali não tinha onde a gente descer, não tinha onde a gente botar o ônibus, não tinha [...], e aquela mulherada, mulheres, mulheres, mulheres... E aquelas mulheres de todos os jeitos de todas as maneiras [...] (Graça, coordenadora estadual da Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Fetaesc, 2011).

Perceber o esforço e o resultado do trabalho empreendido, a experiência de se deparar com o desconhecido, de sofrer um estranhamento em relação ao que lhe é familiar (TURNER, 1986), de se perceber muitas, ao mesmo tempo que experimenta a alteridade, tudo isso produz sentimentos variados, produz emoções. Percebo-as como experiências, no sentido atribuído por Turner (1986) àquelas suscitadas em momentos liminares, que

irrompem ou interrompem comportamentos repetitivos e rotinizados, sendo iniciadas com choques de dor ou prazer, choques que são evocativos por invocar precedentes ou semelhanças com o passado consciente ou inconsciente – pois, assim como o usual, o inusitado também tem as suas tradições, de modo que as emoções de experiências passadas dão cor às imagens e aos esboços revividos pelo choque do presente²⁰² (TURNER, 1986, p. 35, tradução minha).

²⁰²“These experiences that erupt from or disrupt routinized, repetitive behavior begin with shocks of pain or pleasure. Such shocks are evocative: they summon up precedents and likenesses from the conscious or unconscious past – for the unusual has its traditions as well as the usual. Then the emotions of past experiences color the images and outlines revived by present shock” (TURNER, 1986, p. 35, tradução nossa).

As emoções são acionadas como um efeito imediato de se ver as muitas mulheres ali reunidas. Através da Marcha, as mulheres tornam-se visíveis, não apenas para a sociedade, mas sobretudo para elas mesmas. Isso me remeteu a um artigo de Joan Scott (1998) intitulado *A invisibilidade da experiência*, no qual ela discute a historicização da ideia de experiência. Nele, a autora faz referência a um fragmento do livro *The motion of light in water*, de Samuel Delany, no qual ele, *escritor, homosexual e negro* relata a sua reação quando esteve pela primeira vez na sauna St. Marks. Ao observar “uma massa ondulante de corpos masculinos, nus, espalhados por toda a sala” o seu sentimento foi de “espanto, próximo do medo”. A “apreensão de uma massa de corpos” deu-lhe, como daria a qualquer pessoa: “homem, mulher, operário ou membro da classe média”, uma “consciência de poder político” (DELANY, 1988, p. 174 apud SCOTT, 1998, p. 298) Essa experiência mostrou para Delany que havia uma população de milhões de homossexuais. Segundo Scott (1998, p. 298), “Delany enfatiza não a descoberta de uma identidade, mas a consciência de participação em um movimento [...]” e que, “tornar esse movimento visível quebra o silêncio sobre ele e abre novas possibilidades”. Delany, continua a autora, “atribui o impacto da cena na sauna à sua visibilidade”. Uma visão que o capacitou a compreender a relação entre suas atividades pessoais e a política (*ibidem*, p. 299): “a primeira consciência direta de poder político vem da apreensão dos corpos em massa” (DELANY, 1988, p. 174 apud SCOTT, 1998, p. 299)²⁰³.

Ao observar “aquele monte de mulheres”, as falas expressam surpresa, espanto diante da quantidade, que não deixam de despertar uma espécie de “consciência política” que junto com outras percepções, acionam todos os sentidos e se expressa também através da emoção. As mulheres tomam consciência da grandeza do movimento, o qual participam e do qual são parte. A Marcha torna esta grandeza visível não só para a sociedade, mas para as próprias mulheres, abrindo potencialmente novas possibilidades. Milhares de mulheres compartilhando um mesmo espaço, impacta! E talvez para muitas delas seja “a *primeira consciência direta de poder político*”.

²⁰³ Para separar as citações diretas da autora e as de Delany por ela utilizadas, utilizei itálico para a fala de Delany.

6.3 A Cidade das Margaridas...

A Cidade das Margaridas foi construída ao lado do Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade, no coração de Brasília, este também incorporado à Cidade, que havia sido projetada para responder toda as demandas de infraestrutura, tanto aquelas diretamente relacionadas ao acolhimento das mulheres: área para acomodação de colchões em tendas, espaço alimentação, banheiros químicos, duchas coletivas, luz elétrica, serviços de saúde, de limpeza, segurança etc.; quanto aquelas que davam suporte à realização das várias atividades previstas na programação da Marcha das Margaridas.

O Portal de entrada era sustentado em quatro colunas de estrutura metálica, envolvidas com um tipo de material semelhante à lona sintética. Nas duas colunas do meio, este material apresentava a impressão digital, em alta resolução, da arte apresentada no cartaz da Marcha e a logo da Contag. Nas duas colunas da extremidade, no lugar da logo, podia-se ver a relação dos patrocinadores e apoiadores. A parte superior do Portal trazia fotos de mulheres em outras Marchas e, na parte central, uma grande placa lilás, em forma de nuvem, anunciava a “Cidade das Margaridas”.

Passando pelo Portal em direção ao Pavilhão de Exposição, havia uma espécie de quiosque de informações, onde pessoas (mulheres) orientavam “as chegantes” quanto à localização espacial, informando o local de credenciamento, a direção dos alojamentos, o espaço onde ocorriam as refeições, banheiros, e informando também quanto aos locais de realização das atividades previstas na programação. Além deste quiosque, havia mais quatro ainda na área externa, e dois pontos de informações: um junto ao credenciamento e outro dentro do pavilhão. Toda a cidade era sinalizada com placas indicativas.

O local do credenciamento localizava-se próximo ao Pavilhão de Exposição. Ao nos credenciarmos, recebíamos um kit contendo materiais informativos e uma

pulseira plástica em cor lilás personalizada²⁰⁴ que dava acesso ao serviço de alimentação, à entrada no show de Margareth Menezes, que ocorreria na noite do dia 16, e acesso aos locais para dormir.

Nos estacionamentos²⁰⁵, foram construídos os alojamentos, dispostos por região geográfica e identificados por cores. Assim, as mulheres procedentes dos estados da Região Norte (cor roxa) e da Região Centro-Oeste (cor creme) ficaram alojadas no estacionamento um. Do outro lado, no estacionamento dois, foram alojadas as mulheres procedentes dos estados da Região Nordeste (cor azul), Sudeste e Sul (cor vermelha). Havia ainda um terceiro espaço para alojamento masculino, localizado no estacionamento três, onde ficavam todos os homens, independente da região. Nos locais onde as tendas estavam montadas, havia placas apontando os locais em que deveriam ser depositados os colchões (local de dormida) e os locais destinados a deixar as malas.

Para a Região Sul, foi reservado um pequeno espaço apenas, visto que todas as delegações provenientes dos estados desta região ficaram alojados em hotéis pagos pelas suas respectivas federações. Lembro que uma vez Graça, Coordenadora das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Federação de Santa Catarina (Fetaesc), me disse que, se fosse para dormir em alojamento, as mulheres (público da Fetaesc) não iriam. Independente de qualquer julgamento que se possa fazer em relação a este fato, ele nos aponta um outro marcador de diferença entre as “margaridas”: a sua condição social, e sugere, em maior ou menor grau, uma regionalização da desigualdade social.

Para cada região, as tendas de lona retangulares eram dispostas paralelamente umas às outras, e, sob elas, as mulheres depositavam os seus colchões, posicionando-os lado a lado ao longo de toda a tenda, sobre um plástico que cobria o piso de lona. Havia colchões enfileirados em ambos os lados da tenda, de modo que ao meio era deixado um espaço de passagem.

²⁰⁴ As pulseiras, além de trazerem impressa “Marcha das Margaridas 2011”, vinham também com o telefone da Contag, como medida de segurança.

²⁰⁵ Chegaram à cidade 1600 ônibus, aproximadamente, que ficaram distribuídos em cinco locais de estacionamentos: 400 ônibus no Teatro Nacional, 250 na Feira Popular, 400 no Ginásio de Esportes Nilson Nelson, 390 no Parque da Cidade e 160 nos retornos entre as pistas S1 e N1.

Também nos estacionamentos foram instalados os banheiros químicos e as duchas coletivas. Ao todo eram 600 chuveiros para banhos e 700 banheiros químicos. Abro aqui um espaço para fazer uma breve digressão sobre o banho coletivo, recorrentemente mencionado pelas mulheres.

Conversando com Lúcia (MMTR-NE) após a Marcha, ela me dizia que, no retorno, as mulheres do seu município se reuniram para conversar sobre a Marcha e avaliar como tinha sido a experiência. Todas voltaram muito empolgadas e felizes, segundo ela, mas que *a única coisa de que não gostaram foi a questão dos banheiros*, reclamavam da sujeira, e continuou: *algumas reclamavam de tomar banho uma na frente da outra e, às vezes, elas fechavam pra alguém que queria*, e concluiu: mas era muito divertido; olhavam pra cima e viam o helicóptero passando... e diziam que o chuveiro era bom.

Os banhos coletivos eram frequentemente mencionados de uma forma ou de outra. Se era motivo de diversão e brincadeiras para umas, era tão dificultoso para outras que não era incomum elas tomarem banho apenas na estrada, nas paradas dos ônibus, quando retornavam. *A gente só se banha*, me disse alguém, *entra de calcinha, lava as partes de baixo e sai rapidinho*.

Lá é o colchão tudo empareiado [...], é muito doloroso, é muito cansativo, você fica ao dispor, não tem banheiro próprio, é 50 mulheres tomando banho; tomando banho, não! Só se molhando. Sem dizer que na viagem, nas paradas de ônibus você tem as filas pra ir no banheiro, que são filas enormes, voce chega no banheiro passa até a vontade [...] (Tonilda, STTR Massapê/CE, 2011).

Aos poucos, à medida que eu realizava as escutas, fui percebendo que a dificuldade que o banho coletivo lhes imprimia estava relacionado ao fato de elas terem que compartilhar com um público maior algo que elas percebiam ser de natureza privada: a exposição do seu corpo. Apresento, abaixo, um diálogo entre duas mulheres sobre aspectos vivenciados durante a Marcha:

– Uma dificuldade muito grande também da organização é o banho coletivo, porque muitas trabalhadoras, elas tem... Tem mulheres que não tomam banho, tomam não! (Interlocutora 1).

– No banho coletivo, não toma. Tem delas que tomam na volta, nos banheiros, nos postos, nas paradas, agora lá não tomam. Eu mesma eu não fico sem tomar banho, mas eu tomo de calcinha, eu não tomo banho pelada (Interlocutora 2).

– E você não toma banho direito, porque você não consegue ficar em pé normal com aquele povo passando, você toma de costas, com aqueles portonas grandes, abertas – que deveriam ser mais fechadas –, e toda encolhida (Interlocutora 1).

– Um dos maiores obstáculos que eu já encontrei na Marcha não foi nada mais do que o negócio do banho coletivo, ter que ficar pelada, né? As condições de higiene lá também pra você utilizar o banheiro, aquele banheiro que é uma cozinha de quente, aquele banheiro de plástico, quente, sujo e fedorento, isso aí pra nós não existe coisa pior [...]. O banheiro, pelo amor de Deus, é um momento de privacidade, é muito um momento meu, né? (Interlocutora 2).

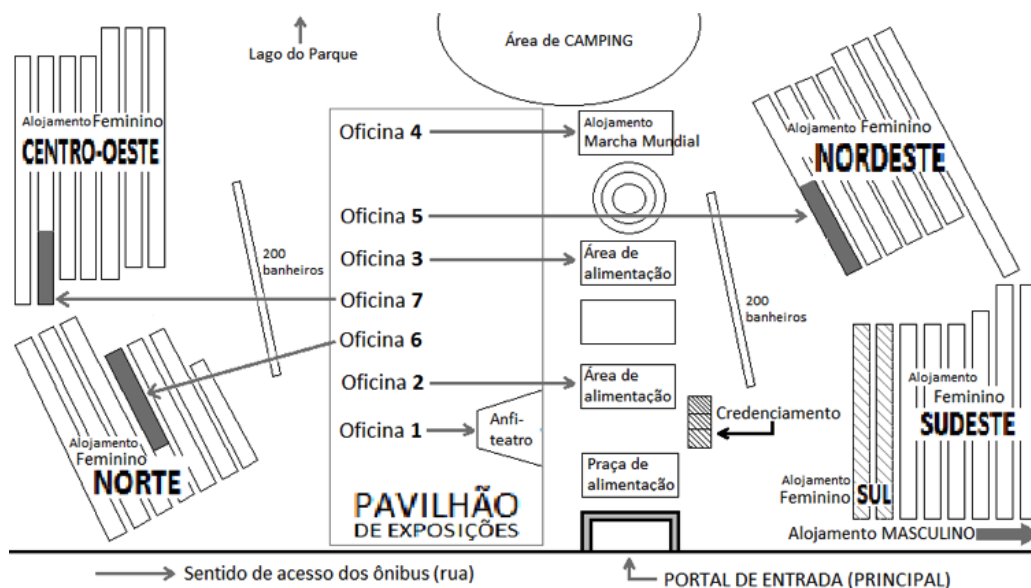
– E também um momento de descansar, né? Porque tem mulheres que viajam três dias como a gente aqui do Sertão. Então o banho seria um motivo para você descansar e é um motivo de aflição, e aí muitas não conseguem, vai com uma roupinha, e a gente sai do ônibus, né? Dobra a roupa, a toalha, tudo bonitinho, quando chega lá que vê...Primeiro, a gente tem vergonha de olhar as outras tudo tomando banho [...], você olha pro lado, quando acha um chuveiro desocupado é aquela bagaceira de água, a água dando aqui na canela, e muita sujeira, aí você olha assim e diz: “Meu Deus!” Aí bota a roupa no braço de novo e volta pra trás e fica sem banho. Se fosse pelo menos um cano só num espaçozinho, botasse pelo menos uma lona, alguma coisa cobrindo a porta, mas muitas mulheres que tem que tomar banho no mesmo box, um cano só saindo em várias torneiras. A água gelada, gelada. As mulheres, além da vergonha, ficam tudo encolhida por causa do frio, e toda hora tem gente tomando banho, até de madrugada (Interlocutora 1).

Estas falas revelam a vergonha da exposição do corpo pelo constrangimento da exposição da nudez, mas também a vergonha do outro, do olhar do outro. Ao destacarem esta situação, essas interlocutoras apontam questões importantes para a reflexão, passíveis de serem explorados na análise, tais como o corpo como domínio do privado, como território moral, a associação entre corpo e sexo, o sexo como tabu. Entretanto, eu gostaria de destacar que elas também trazem uma dimensão importante para se pensar a constituição do sujeito político: o corpo, e o como a experiência coletiva é vivenciada subjetivamente e se expressa através dos corpos, na forma como esse corpos são vistos e percebidos, e através dos quais se experimenta a alteridade. A materialidade do corpo permite a localização do sujeito em relação ao outro. Embora sejam todos “corpos de mulheres”, eles trazem a marca da diferença impressa subjetivamente nos seus corpos individuais, marcam fronteiras.

Mas voltando à incursão pela Cidade das Margaridas, nos espaços para alimentação, eram servidas as refeições. Ali foi montada uma estrutura coberta (área de

alimentação) – sob a qual foram dispostas várias mesas com cadeiras –, aumentando assim a área antes circunscrita à Praça da Alimentação do Pavilhão. Formavam-se filas imensas nos horários próximos às refeições. Alambrados ajudavam as pessoas a manter-se enfileiradas, evitando assim tumultos. As pessoas eram servidas, uma a uma, por integrantes da equipe responsável pela cozinha. Havia mais de uma equipe. Mesmo assim, não era incomum ouvir algumas pessoas se queixarem que não conseguiram comer em virtude das filas formadas.

Figura 29 – Croqui da localização dos alojamentos por região e localização das oficinas (1 a 7 – dia 16, pela manhã)



Fonte: Contag, 2011.

Havia um local destinado ao acolhimento de crianças, algo como um espaço recreativo, que funcionava das 7h às 18h30. Nele as mães poderiam deixar as suas crianças, bastando apenas preencher um formulário, no próprio local, através do qual passavam informações orientadoras sobre a saúde a alimentação de seus/suas filhos/as. As crianças eram deixadas munidas de seus pertences básicos como mamadeiras, fraldas e outros, mas as principais refeições eram administradas pelas mães.

Um Hospital de Campanha também foi montado na área interna do Pavilhão para atendimento de urgência e emergência, funcionando durante 24 horas. A estrutura consistia em duas tendas de 10 m x 10 m cada, uma para atendimento e outra destinada a repouso, o espaço era refrigerado e com 16 camas. Na área externa, havia mais duas tendas de 10 m x 10 m. Uma destinada à triagem, aferição de glicemia e pressão arterial, e a outra, com o nome de “Espaço de Educação em Saúde”, era destinada a atividades educativas e informativas. Em negociação com o governo do Distrito Federal (GDF), foram disponibilizadas quatro ambulâncias, cinco motolâncias do Corpo de Bombeiros e mais duas da Secretaria de Saúde para atender às demandas no local. Além disso, foram treinados 40 estudantes de medicina da Universidade Católica de Brasília para auxiliar nas demandas apresentadas.

Eram 80.000 metros quadrados de estrutura montada na área externa do Parque para: alojamento, área de alimentação, coleta de resíduos, posto de saúde, ambulatórios e quiosques de informações. De acordo com a Power Projetos²⁰⁶, empresa responsável pela montagem e desmontagem de toda a estrutura, foram mais de 65.000m² de cobertura do tipo tenda, galpão e túnel; mais de 3.000 metros lineares de alambrados e grades, o que foi, de acordo com a empresa, “uma das maiores montagens de cobertura na capital em um único evento”.

Na extremidade lateral do Parque da Cidade, na margem que dá acesso ao Tribunal de Justiça, foi autorizada a montagem de 150 barracas de ambulantes. A estes somaram-se outros não autorizados, de modo que as proximidades do Pavilhão foi tomada por ambulantes, vendo-se ali uma verdadeira feira, na qual eram oferecidas as mais variadas mercadorias, desde lingerie até produtos eletrônicos, passando por comida, bebida, cigarros, artesanato, bijouterias, calçados, roupas, entre outros produtos.

Para auxiliar na limpeza, foi solicitado os serviços de 150 catadoras de materiais recicláveis, integrantes de sete cooperativas²⁰⁷, para trabalhar na Marcha dos dias 15 a 16 de agosto. A ideia veio em uma reunião da Coordenação Ampliada. Dias antes do início da

²⁰⁶ <http://www.powerprojetos.com.br/portifolio>

²⁰⁷ As cooperativas: Acobraz; CRV; Nadebins; Cataguar; Apcorb; Recicla Brasília e Acapas

Marcha, Carmen agendou um encontro com as catadoras, no prédio do Serviço de Limpeza Urbana (SLU) do DF, a quem apresentou a pauta de reivindicações da Marcha. Durante a conversa, Carmen orientou-as a interagir com as “margaridas”, dialogando sobre a importância da separação do lixo: “Vocês não estarão lá apenas para trabalhar, convidamos vocês e queremos que vocês se sintam parte da Marcha, porque a nossa luta por melhores condições de vida é uma só. Só juntas podemos fazer alguma coisa para mudar,”²⁰⁸

A utilização de áreas públicas do Parque da Cidade para montagem da Cidade resultou de uma concessão feita pelo GDF à Contag, visando dar suporte à realização da Marcha das Margaridas. No dia 10 de agosto de 2011, uma semana antes da Marcha, a Secretaria de Estado de Relações Institucionais e Sociais publica no Portal GDF²⁰⁹, uma matéria intitulada “GDF prepara Brasília para receber Marcha das Margaridas”. Nela podia-se ler:

Nos dias 16 e 17 de agosto de 2011, Brasília receberá a 4ª Marcha das Margaridas. Evento do terceiro setor que pretende reunir 70.000 mulheres do campo e floresta oriundas de diversos estados brasileiros, com o objetivo de propor ações, programas e políticas para o exercício pleno da cidadania das trabalhadoras rurais.

Como capital federal, Brasília tem por vocação ser o palco de atos populares e proporcionar a recepção da comunidade de todos os estados brasileiros. Pensando no bem-estar dos moradores, frequentadores do Parque da Cidade e dos visitantes, o GDF mobilizou secretarias e demais órgãos para viabilizar a segurança, infraestrutura e espaços físicos necessários para abrigar os marchantes que se deslocarão entre o Parque da Cidade e a Esplanada dos Ministérios.

Buscando criar um ambiente com menor impacto e transtorno na rotina dos brasilienses, o Secretário de Governo, Paulo Tadeu, coordena a integração das ações de segurança, infraestrutura, serviços de saúde, limpeza, logística, além de informar aos moradores sobre as rotas de trânsito que serão alteradas nos dias da Marcha.

O GDF é um governo popular e democrático e apoia a Marcha das Margaridas pela importância histórica e social que esse movimento representa.

Na continuação, a matéria publicada informa em que consiste o apoio do Governo do Distrito Federal à Marcha das Margaridas, de acordo com a competência de cada secretaria de estado e empresas públicas gestoras:

²⁰⁸ Tomei esta fala do bloco de notas de uma das assessoras.

²⁰⁹<http://www.governo.df.gov.br/noticias/item/2039-gdf-prepara-bras%C3%ADlia-para-receber-marcha-das-margaridas.html>

Administração de Brasília: liberação de áreas públicas do Parque da Cidade no período de 05 a 18 de agosto, no total de 354.274 metros quadrados, incluindo os estacionamentos 1, 2 e 3.

Secretaria de Turismo: disponibilizará os pavilhões A e B nos dois dias de concentração no Parque da cidade.

Secretaria de Saúde: enviará equipes médicas, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e motoristas, medicamentos, materiais e equipamentos para primeiros socorros e ambulâncias.

Secretaria de Segurança Pública: providenciará policiamento ostensivo geral para as imediações do Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade durante o percurso da Marcha, que envolve a Estação da Rodoviária, Ministérios e Congresso Nacional. A Secretaria de Segurança Pública disponibilizará um efetivo de aproximadamente 1.200 Policiais Civis, Militares e Bombeiros.

Polícia Militar do DF: Reforçar o policiamento ostensivo. Acompanhar a Marcha com policiamento especializado BPTRAN com 80 policiais.

Corpo de Bombeiros: caberá manter equipes para socorro de emergências e resgates com motos e helicóptero. Realizar vistorias de sua competência.

Polícia Civil: reforço das Delegacias Circunstanciais no acampamento da Marcha.

DETRAN/DF: fiscalização de trânsito para as imediações do Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade, assim como no percurso da Marcha das Margaridas e locais com alterações no trânsito.

Coordenadoria das Cidades/Secretaria de Governo: demarcará área e credenciará 150 ambulantes para atuarem nas proximidades do local do acampamento. Área externa do Parque ao lado do Setor de Indústrias Gráficas.

AGEFIS²¹⁰: fiscalização e apoio junto aos ambulantes que ficarão postados no Setor de Indústrias Gráficas ao lado do Parque da Cidade.

CEB.²¹¹: instalação de energia elétrica necessária para iluminação do acampamento provisório no do Parque da Cidade.

CAESB²¹²: montagem da estrutura hidráulica (banheiros e chuveiros químicos) para a Cidade das Margaridas.

NOVACAP²¹³: executará poda de árvores no período pré-evento.

²¹⁰ Agência de Fiscalização do Distrito Federal

²¹¹ Companhia Energética de Brasília

²¹² Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal

²¹³ Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

SLU²¹⁴: disponibilização 90 tonéis para coleta de lixo e 150 mulheres – todas catadoras de lixo de cooperativas do DF.

De fato, o GDF deu todo o suporte necessário para receber as 100 mil mulheres anunciadas. Lembro-me que, uma semana antes, a Marcha já era apregoada à população de Brasília pelas rádios, meios televisivos, jornais e mídia virtual, alertando-a para as modificações que iriam acontecer na cidade durante aqueles dois dias de Marcha, principalmente, em relação ao trânsito que teve toda sua rota habitual alterada. No dia 17 de agosto, dia da caminhada, o “Bom Dia DF”, programa de TV matinal, afiliada à Rede Globo, desde as primeiras horas da manhã, noticiava a Marcha, dando informações sobre a situação do trânsito nos trechos por onde ela iria. Ainda assim havia queixas de moradores locais em relação a essas modificações, mas não se pode dizer que as informações foram negligenciadas. De modo algum! Todos/as sabiam que as “margaridas” estavam chegando mais uma vez e, nesse sentido, Brasília foi cuidadosamente preparada para recebê-las de modo a garantir que o impacto causado pela sua chegada não imprimisse um mudança brusca no cotidiano da população local, embora isso fosse inevitável! A Marcha não só alterava a vida social como modificava a paisagem urbana de Brasília.

A área interna do Pavilhão, de 51.000 m², 4.000 dos quais ocupados por estandes, abrigou a Mostra Nacional das Margaridas, as atividades políticas, bem como a grande parte das atividades culturais. Além do palco principal nomeado “Margarida Alves”, ali foram criados vários outros espaços com diversas finalidades: exposições, mostra, publicações, manifestações culturais, pesquisa, local direcionado à organização do eventos, sala de imprensa etc. Cada espaço criado levava o nome de uma mulher militante política e/ou feminista (Margarida Alves, Simone de Beauvoir, Rosa de Luxemburgo, Ednalva Bezerra²¹⁵, Eliana Batista²¹⁶). Assim como na área externa, a área interna do pavilhão era completamente sinalizada com placas indicativas e cores. Ali tudo acontecia.

²¹⁴ Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal

²¹⁵ Ednalva Bezerra foi Secretária Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT de 2003 a 2007, quando faleceu, vítima de uma infecção avançada em decorrência de um quadro de meningite.

²¹⁶ Eliana Batista, ex-Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Rondônia, morreu em um acidente de carro em 2010, durante as atividades de preparação da Marcha das Margaridas 2011.

Por tudo isso, a Marcha era considerada por alguns um megaevento, o que de certa forma contrastava com que eu havia vivenciado nas minhas caminhadas durante a pesquisa de campo. De fato, parecia algo muito grandioso quando contraposto à simplicidade com a qual as mulheres, com quem eu tive contato, vivia o seu cotidiano, e que vinha com força durante a caminhada. Afinal, como elas mesmas diziam, era para isso que estavam ali, para marchar. Por outro lado, um evento assim organizado era uma forma de imprimir valor, de mostrar para a sociedade e para as próprias mulheres que ali chegavam a sua grandeza e importância: dava *visibilidade*, palavra tão cara a essas mulheres! E, nesse sentido, a Marcha mostrou a sua eficácia. Ademais, àquelas mulheres era oferecida a oportunidade de vivenciarem coisas que dificilmente a maioria delas vivenciaria no seu local de morada. A Cidade das Margaridas favorecia os encontros, as trocas, o diálogo. Cada um dos espaços planejados e construídos para fins diversos imprimia-lhe uma personalidade própria, sem, no entanto, perder traços de uma estética que lhe assegurava uma certa identidade visual. Fotos, imagens, árvores cenográficas, flores em tons rosa, branco, amarelo e roxo se mesclavam em meio ao predomínio do lilás. A Cidade havia sido pintada de lilás. Nas camisetas, nas bandeiras, nos chapéus...

6.4 A programação...

A Marcha foi programada para acontecer em dois dias. O primeiro tomava a forma de uma grande Encontro de mulheres que, antecedendo o dia da marcha propriamente dita, mesclava atividades políticas, formativas e artísticas em formas variadas e ocupando espaços especialmente preparados para tal.

Baseando-me em relatos, nos registros da Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, em *clippings* realizado pela equipe de comunicação e mesmo por meio de clipagem realizada em redes sociais, blogs, webjornais, tentarei esboçar aqui em que consistiram estas atividades, no intuito de apresentar como a

Marcha se expressou nos mais variados momentos²¹⁷.

Na manhã do dia 16 de agosto, na área interna do Pavilhão, com uma calorosa saudação às delegações, foi dado início às atividades previstas para iniciarem às 9h. Na ocasião, foi anunciada a Programação da Marcha na qual constava, para a manhã daquele dia, a inauguração da Mostra Nacional da Produção das Margaridas, o início da pesquisa IPEA/CONTAG, o lançamento da Campanha contra os Agrotóxicos, lançamento do Projeto de Lei de Iniciativa Popular para Reforma Política, a realização de painéis e oficinas temáticas e o ato de inauguração da Mostra Fotográfica *As mulheres trabalhadoras rurais na Marcha das Margaridas – trajetória de lutas*, no Congresso Nacional.

Baseada nos princípios da economia feminista e solidária, a Mostra Nacional da Produção das Margaridas foi um espaço organizado na área interna do Pavilhão, em formato de feira, na qual eram expostos produtos da agricultura familiar, originários das organizações produtivas das Mulheres do Campo e da Floresta vinculadas ao MSTTR e às organizações parceiras da Marcha. A distribuição física dos expositores (45 estandes de 4,0 m x 4,0m) obedecia ao critério regional, de modo que os produtos eram identificados por região geográfica de procedência. Participaram da Mostra 124 grupos produtivos de mulheres, mobilizados pelas federações e sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, e pelas organizações parceiras da Marcha.

Pensada com a finalidade de dar visibilidade à organização produtiva das mulheres trabalhadoras rurais e sua participação econômica na agricultura familiar, a Mostra foi organizada de modo a propiciar um espaço de intercâmbio entre estas mulheres, procedentes das diversas regiões do país. Além disso, tinha-se a intenção de que ela promovesse a temática da economia feminista e solidária no contexto rural, através da mostra de produções agroecológicas e artesanais. A sua abertura foi celada com a apresentação musical das Loucas de Pedra Lilás e das mulheres do CD *Canto das Margaridas*, que saíram em cortejo musical entre os estandes

²¹⁷ A maior parte dessas atividades foram realizadas durante a manhã. Por eu ter chegado à Cidade apenas no início da tarde, vi-me impedida de acompanhá-las.

A Mostra foi decorada de modo a apresentar uma identidade visual própria. Ela apresentava uma arte própria e oferecia um catálogo com as informações gerais dos grupos produtivos participantes da Feira. Contava ainda com espaços para lançamento de publicações (nomeado Espaço Feminista Simone de Beauvoir); exposição fotográfica; estandes institucionais (foram 29 estandes para apoiadores, organizações parceiras e delegações estaduais); Alimentação Alternativa (nomeado Espaço Eliana Batista da Silva) e o “Espaço Mulheres e Agroecologia”, destinado à apresentação de experiências agroecológicas a partir da vivência das mulheres. Nos seus estandes, encontrava-se de tudo: artesanato, gêneros alimentícios, cosméticos, fitoterápicos, compotas, utensílios artesanais, bijuterias, artigos de cama, mesa e banho, roupas, bonecos, calçados, bordados, bolsas, rendas, redes, cestos, pinturas, adereços, perfumes, enfim, uma variedade de produtos.

Dentro do Pavilhão havia ainda um espaço chamado “Espaço Pesquisa CONTAG/IPEA”²¹⁸. Um espaço relativamente grande, que garantia toda infraestrutura e privacidade necessárias à aplicação de questionários (com 46 perguntas). A pesquisa objetivava traçar o perfil socioeconômico e condições de vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta, participantes da Marcha; durante todo o dia 16 de agosto (das 7h30 às 20h), uma equipe de 30 pesquisadoras contratadas e capacitadas pelo IPEA se dedicou a aplicar os questionários, que totalizou 611 questionários completos e válidos.

Também na manhã do dia 16 de agosto, aconteceu o lançamento da “Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida”. As falas de alguns dirigentes da Contag e a de Rosângela Piovizani, da Coordenação Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas, representando a Via Campesina, selaram aquele momento, durante o qual foi apresentado o curta metragem “O veneno está na mesa”, do cineasta Sílvio Tendler.

A manhã do dia 16 foi marcada ainda pela realização de painéis e oficinas temáticas. Ocorreram dois painéis e sete oficinas, simultaneamente. Os dois painéis estavam relacionados ao lema da Marcha e as oficinas aos eixos temáticos, como mostro abaixo. Tanto

²¹⁸A pesquisa resultou num relatório publicado pelo IPEA em meio digital: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/121220_relatorio_perfil_socioeconomico.pdf.

nos painéis quanto nas oficinas, a moderação ficou por conta das organizações parceiras e/ou entidades apoiadoras, contando com a colaboração de professores, intelectuais, ativistas, movimentos sociais, ONGs e universidades de todo o país. À Contag cabia a coordenação, que se dava por alguma mulher do seu quadro de dirigentes ou de alguma secretária ou coordenadora de mulheres das federações a ela filiadas.

Os dois painéis trataram do mesmo tema (lema da Marcha) *Desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade*, abordando, entretanto, diferentes aspectos que o compõe. Assim, um painel trouxe para o debate elementos relacionados à temática: *Terra, territórios, biodiversidade, produção agroecológica e soberania e segurança alimentar*, com os painelistas Sérgio Sauer, da UnB; Maria Emília, da FASE²¹⁹; e Roselita Victor, da Coordenação do Polo da Borborema e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Remígio. O outro painel abordou questões relacionadas a *Autonomia econômica, saúde, violência e participação política*, com as painelistas Mirian Nobre, da MMM; Eline Jonas, da UBM; e Sílvia Camurça, da AMB;

Paralelamente aos painéis, ocorriam as oficinas, nomeadas segundo os eixos temáticos da Plataforma Política da Marcha das Margaridas: Oficina 1 – *Biodiversidade e democratização dos recursos naturais: um olhar a partir das populações tradicionais, extrativistas e quebradeiras de coco-babaçu*; Oficina 2 – *Terra, água e agroecologia: acesso a terra, disponibilidade e uso da água, práticas agroecológicas*; Oficina 3 – *Soberania e segurança alimentar e nutricional: participação da sociedade civil e políticas públicas*; Oficina 4 – *Autonomia econômica, trabalho e renda: organização produtiva, autonomia e igualdade no trabalho*; Oficina 5 – *Saúde e direitos reprodutivos: políticas de saúde e autonomia sobre o corpo da mulher*; Oficina 6 – *Educação não sexista, sexualidade e violência: liberdade de orientação sexual e enfrentamento à discriminação e violência contra as mulheres*. Oficina 7 – *Democracia, poder e participação política: organização e participação social; política das mulheres e reforma política*. A moderação das oficinas ficou

²¹⁹ No ano seguinte, em 2012, Maria Emília Pacheco foi nomeada presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar.

a cargo de mulheres vinculadas às diferentes organizações parceiras e apoiadoras da Marcha, de acordo com a proximidade do tema com o trabalho por elas desenvolvido nas suas respectivas instituições. Participaram deste trabalho o CNS, o MIQCB, o MAMA, o Centro de Pesquisa e Assessoria ESPLAR, o GT MULHERES da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a FASE, a COPROFAM, o MMTR-NE, a CUT, o Centro Feminista 8 de Março, a Sempre Viva Organização Feminista (SOF), o Centro Feminista de Estudos e Assessoria CFêmea, a UBM, o SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia e a União Internacional de Trabalhadores da Alimentação e Agricultura (UITA).

Enquanto ocorriam os painéis e as oficinas, no Congresso Nacional acontecia uma Sessão Solene em homenagem à Marcha das Margaridas, com um ato contra a violência no campo e a abertura da Mostra Fotográfica, mencionada anteriormente. Quinze mulheres por Estado foram indicadas para participar do ato. A indicação foi feita através das secretárias/coordenadoras de mulheres de cada uma das FETAGs.

Um cenário lilás, onde antes imperavam os tons escuros de ternos tradicionais, os políticos brasileiros viveram pra ver o dia em que uma mulher trabalhadora rural falou no plenário da Câmara dos Deputados, representando as mulheres do campo e da floresta de todo o país. Assim começava o artigo publicado no *Jornal Especial da Contag* (2011) referindo-se à Sessão Solene, proposta pela deputada catarinense Luci Choinack (PT), agricultora familiar que a presidiu, sucedendo o deputado Eduardo Gomes (PT) que após ter realizado a abertura da sessão, concedeu-lhe a presidência. Além destes dois parlamentares, a mesa contou com a presença de Alberto Ercílio Broch, presidente da Contag, Carmen Foro, e a deputada Janete Pietá (PT), deputada e coordenadora da Bancada Feminina da Câmara dos Deputados e a assessora Aparecida Gonçalves, representando Iriny Lopes, ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República.

Na ocasião, foi entregue a Pauta de Reivindicações, consubstanciada em 27 itens, dirigida ao Congresso Nacional, a qual apresentava um conjunto de proposições que ora tramitavam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. No decorrer da sessão, duas

reivindicações foram feitas: a primeira, em relação à aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 438²²⁰, que prevê confisco de propriedades em que a prática de trabalho análoga ao escravo for encontrada, e sua destinação à reforma agrária ou a programas de habitação urbanos. A segunda dizia respeito à instalação de uma Comissão Especial para analisar e aprovar o PL 231/2007, que dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará, Goiás e Mato Grosso e dá outras providências.

Discursaram na tribuna as deputadas Erika Kokay (PT-DF), Íris de Araújo (PMDB-GO), Janete Pietá (PT-SP), Benedita da Silva (PT-RJ), Liliam Sá (PR-RJ), Ana Arraes (PSB-PE), Antônia Lúcia (PSC-AC), Jô Moraes (PCdoB-MG), Rosane Ferreira (PV-PR), Zé Silva (PDT-MG), Dalva Figueiredo (PT-AP), Janete Capiberibe (PSB-AP) Deputado Afonso Hamm (PP-RS) e, como aparteantes, Darcísio Perondi (PMDB-RS), Bohn Gass (PT-RS) e José Stédile (PSB-RS), além da própria Luci Choinack. Alberto Broch e Carmen Foro também fizeram uso da palavra. Reunimos, abaixo, alguns trechos da fala de Carmen Foro na Sessão Solene, os quais, no seu conjunto, dão uma noção da estrutura do seu discurso:

A realização deste Ato neste espaço marca a conquista democrática das mulheres, que se concretizará no país com uma reforma política, que reconheça e assegure o lugar das mulheres nas instâncias de poder e representação política.

A agenda política tem de colocar no centro do debate a igualdade de oportunidades. As mulheres têm de participar dos espaços de poder de decisão, como esta Casa aqui.

Não é possível pensar em desenvolvimento sustentável se as mulheres não tiverem autonomia financeira para se expressar politicamente; para decidir sobre suas próprias vidas. Ou seja, autonomia plena!

A Marcha das Margaridas acaba de entregar a pauta ao Congresso Nacional. Nela reunimos um conjunto de pontos relacionados aos projetos de nosso interesse, mas também aqueles que rejeitamos por comprometer o projeto de desenvolvimento que defendemos para o nosso país.

²²⁰ A aprovação da PEC 438 aconteceu em maio de 2014.

Queremos dialogar com a sociedade, com o Congresso Nacional e com o Governo sobre o modelo de desenvolvimento que queremos para o Brasil. O modelo tem de ter perspectiva social e também ambiental.

Pretendemos avançar na instituição de leis que contribuam para solucionar problemas que desafiam as organizações de mulheres, pois não há desenvolvimento sustentável sem igualdade, autonomia plena para as mulheres e Justiça.

Queremos justiça! São muitos crimes na impunidade, muitas companheiras e companheiros que vivem sob constante ameaça de morte.

Não podemos falar de democracia neste país enquanto existirem vítimas da violência do latifúndio e do agronegócio; enquanto tivermos lista de marcadas e marcados para morrer.

Nós, mulheres trabalhadoras do campo e da floresta, denunciemos a violência, o desrespeito aos direitos humanos e seguiremos em Marcha por Desenvolvimento Sustentável, com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade. (Carmen Foro, Sessão Solene da Câmara dos Deputados, 2011)

Nas galerias, mulheres gritavam, aplaudiam e com seus chapéus de palha entoavam: “Olha, Brasília está florida, estão chegando as Margaridas”.

Após a Sessão Solene, por volta das 12h30, no Espaço Taquigráfico da Câmara dos Deputados, foi realizado um ato contra a violência no campo, e contou com a presença das parlamentares Janete Pietá (PT/SP), Benedita da Silva (PT/RJ), Luci Choinack (PT/SC) e também da cineasta Júlia Barreto, do Movimento Humanos Direitos. O ato se iniciou com uma *mística*, que consistia na leitura de um texto, fazendo uma chamada simbólica dos “companheiro/as” assassinados, entremeado com o coro da música *Funeral de um lavrador*, entoado pelas mulheres, que se colocaram no lugar do coro. Durante a *mística*, foram mencionados dez nomes de lideranças assassinadas desde o ano 2000 até 2011, e mais dez que se encontravam sob ameaça de morte. Ao final, todas juntas bradavam a palavra Justiça.

Após esse momento, diversas dirigentes sindicais relataram casos de violência e de ameaças das quais elas e seus companheiros haviam sido vítimas em suas respectivas regiões, destacando que somente leis mais rígidas poderiam combater a impunidade. Em

seguida, Carmen fez um breve discurso e, categoricamente, finalizou: *Enquanto houver uma mulher violentada, marcharemos; enquanto houver uma mulher na pobreza, marcharemos; enquanto houver uma mulher que não tenha documentos nem acesso à terra, marcharemos!*

Assim foi aberta a Mostra Fotográfica intitulada: *As mulheres trabalhadoras rurais na Marcha das Margaridas – trajetória de lutas*. A exposição, montada no dia 15 de agosto, era composta de 30 fotos de 30 x 45 cm e 5 painéis de 180 x 120 cm, e permaneceu no Hall da Taquigrafia até o dia 19 de agosto. Numa divisão temática, ela apresentava dois blocos que eram, ao mesmo tempo, distintos, mas que se entrelaçavam. O primeiro bloco apresentava, através das imagens, as mulheres antes da primeira Marcha das Margaridas, e era assim dividido:

1. Sindicato é lugar de mulher, sim: principais lutas nos anos 60/70 (reforma agrária, direito de organização sindical, formação de lideranças sindicais);
2. Na luta pela igualdade e por direitos: principais lutas nos anos 80/95 (campanha de sindicalização das mulheres trabalhadoras rurais; criação das comissões de mulheres nas Fetags e Contag; reconhecimento da profissão trabalhadora rural; direito aos benefícios da Previdência Social)
3. Ocupando espaço e exercendo poder: final dos anos 90/início dos anos 2000 – aprovação da cota de mulheres no MSTTR; participação política na construção do PADRSS; negociação e implementação de programas e políticas públicas específicas para as mulheres trabalhadora rurais.

No segundo bloco, as fotos mostravam as mulheres em cada uma das Marchas das Margaridas, procurando representar o contexto e as conquistas de cada uma delas.

A Abertura Política da Marcha das Margaridas havia sido marcada para as 14 horas da tarde do dia 16 de Agosto. Antes porém estava previsto o lançamento de publicações, dentre as quais a *Cartilha Lei Maria da Penha – uma conquista de todas as mulheres*, elaborada pela Contag, em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres. A Cartilha, resultado de oficinas, encontros, seminários, vivências e diálogos pautados na

discussão sobre a violência doméstica, continha informações sobre o que é a Lei Maria da Penha, porque as mulheres têm uma lei especial, quais os direitos reconhecidos e, entres outros temas, o que as mulheres do campo e da floresta podem fazer para cobrar o cumprimento da Lei. Além da cartilha, foram lançadas mais duas publicações: *Igualdade de remuneração entre homens e mulheres – experiências e desafios*, elaborada pela Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT com o apoio da Fundação Friedrich Ebert Stiftung e o Manual do biodigestor sertanejo, do Projeto Dom Hélder.

“Abertura política” é o que comumente, no movimento sindical, faz referência ao ato inicial que inaugura eventos importantes promovido pelo movimento. No caso de eventos públicos fechados, pressupõe-se um “cerimonial de abertura”, porque envolve uma formalidade, um protocolo, regras a serem seguidas, ou seja, um conjunto de procedimentos que devem ser observados, embora a sua importância é dada, sobretudo, por ser um momento que significa um ato político.

O ato político de abertura da Marcha das Margaridas, marcada para as 14 horas do dia 16 de agosto, começou com quase duas horas de atraso. Devido ao atraso, as mulheres se espalharam pelos vários espaços do pavilhão, embora algumas ainda continuassem sentadas esperando. No Palco Margarida Alves, ainda vazio, via-se um fundo de palco enorme, com o nome Marcha das Margaridas em lilás, estampado sobre um fundo branco, realçado pelas cores verde, roxa e vermelha, que se dispunha no seu entorno. Na parte inferior da extremidade direita, podia-se observar a arte do cartaz da Marcha impressa na lona sintética; na parte superior da extremidade direita, o nome dos patrocinadores sob o qual se colocava a imagem de mulheres sorrindo em meio a uma vegetação arbórea.

Nas laterais do palco, haviam sido postadas várias cadeiras enfileiradas, diametralmente voltadas para o público e, ao centro, uma grande mesa cuja dianteira estava completamente coberta por uma faixa rosa-escuro que trazia o lema da Marcha impresso em branco e, nas extremidades, a arte que caracterizava a Marcha 2011. A parte inferior do palco foi completamente envolta num tecido lilás, cor predominante em meio ao colorido com o qual o cenário se pintou e, em cada um dos seus lados externos, dois enormes telões foram instalados.

Centenas de cadeiras ocupavam o piso interno do Pavilhão do Parque da cidade para acomodar a plateia presente, as primeiras fileiras contendo 100 cadeiras foram cercadas por alambrados, criando assim uma espécie de área vip, na frente do palco, destinada a convidados especiais²²¹, lideranças políticas de outros movimentos, parlamentares, delegações internacionais, jornalistas, gestores públicos. Estava tudo pronto para aquele ato!

O cerimonial foi conduzido por duas dirigentes: Lérica Pivoto, Coordenadora Estadual de Mulheres da Fetag-RS e Adriana Nascimento, Diretora de Política para a Juventude da Fetape. Antes da composição da mesa, duas violeiras repentistas da Paraíba, Maria Soledade e Minervinha, com seus improvisos, prestaram uma homenagem à Margarida Alves e Maria Ednalva Bezerra por sua luta. Na sequência, foi chamada ao palco toda a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, representada pelas coordenadoras estaduais das federações, nominalmente chamadas uma a uma, para se colocarem nas cadeiras laterais do palco.

Em seguida, foram chamados a compor a mesa: Carmen Foro, o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz e a sua esposa; o presidente da Contag, Alberto Broch; a ministra Iriny Lopes, da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM); o ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Afonso Florence; a Secretária de Políticas de Promoção da Igualdade, Luíza Bairros; o teólogo, escritor e professor Leonardo Boff; a cineasta Júlia Barreto, do Movimento Humanos Direitos; a deputada federal Janete Pietá, em nome das parlamentares, além de representantes de todas as organizações parceiras da Marcha.

E com o grito de ordem “Somos margaridas em Marcha, somos margaridas em luta”, foi dado início à abertura política da 4ª Marcha das Margaridas. Sobem no palco 13 mulheres negras com saias de chita rodada e florida e turbante na cabeça. Era o grupo

²²¹ Foram impressos e enviados convites nominais para parlamentares, ministros (as), secretários (as), diretores(as) de empresas públicas, presidentes de conselhos e lideranças de movimentos sociais do campo. O convite não apenas se referia ao ato de abertura, como ao ato de encerramento da caminhada, na Esplanada dos Ministérios.

Meninas de Sinhá²²²! Suas integrantes se posicionaram lado a lado, logo à frente do fundo do palco. O público é convidado a se pôr de pé para a execução do Hino Nacional. As pessoas que se encontravam sentadas à mesa se levantam, colocando-se nas laterais do palco com o corpo inclinado para o grupo, que, conduzido pela viola que trouxe consigo, entoia o hino acompanhado pela plateia. Todos retomam seus assentos e Alberto Broch é convidado a fazer o seu pronunciamento.

O presidente da Contag iniciou o seu discurso fazendo uma saudação a todas as delegações e demonstrando o seu reconhecimento pela luta das mulheres:

São mulheres sofridas, humildes, simples e guerreiras, a elas nosso grande abraço e reconhecimento por essa luta. A Marcha traz um legado de luta por igualdade e para tratar de questões sérias relacionadas à violência, reforma agrária, educação e saúde para as mulheres do campo e da cidade. (Alberto Broch, presidente da Contag, 2011).

Alberto exaltou a grandeza da Marcha, que teve início no ano 2000, denunciando os impactos do modelo neoliberal promovido pelo governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, e se incorporou à agenda das mulheres no país, sendo considerada hoje a maior mobilização de mulheres da América Latina. Ressaltou que muitas das políticas que ainda estão florescendo no campo brasileiro são frutos das Marchas passadas que deixaram um legado de luta por igualdade e justiça no campo. “São mulheres guerreiras que, de forma autônoma, cobram do governo melhores condições de vida e renda”. Na sua fala, Alberto defendeu a reforma agrária, o acesso à terra e o fortalecimento da agricultura familiar por meio de políticas públicas como forma de dinamizar a “economia do interior”. Por fim, expressou a expectativa do anúncio de “medidas fortes” como resposta da presidenta Dilma Roussef à pauta da Marcha.

Em seguida, é a vez do governador Agnelo Queiroz. Ao dar as boas-vindas às *margaridas*, afirmou Brasília como a capital de todos os brasileiros. Reconheceu o poder

²²²Um grupo mineiro formado por 34 senhoras negras, de uma comunidade da periferia de Belo Horizonte, que realizam apresentações musicais que incluem cantigas de roda, versos e composições próprias.

de mobilização demonstrado pela Marcha, que “chama a atenção não só do Brasil, mas do mundo”, acrescentando que todas as bandeiras de luta das trabalhadoras rurais foram fortalecidas com a mobilização, “[...] e o mais importante é que a pauta de reivindicações não se limitou às bandeiras exclusivas da mulher, mas de uma sociedade justa e igualitária com oportunidade para todos.” Por fim, Agnelo se referiu à presidenta Dilma Rousseff como mais uma das *Margaridas* que faz história no Brasil, e que tê-la como presidenta é uma grande conquista das mulheres e do povo brasileiro. “Que isso sirva de estímulo para a luta de todos os trabalhadores do Brasil”, disse ao encerrar sua fala e desejar a todas um bom evento.

Com gritos e aplausos entusiasmados, foi assim que as mulheres reagiram quando Carmen Foro foi convidada a proferir seu discurso. Numa alusão ao livro *A águia e a galinha* de Leonardo Boff, ela fez referência à 1ª Marcha, quando desde então as mulheres descobriram que poderiam ser águias.

Muitas mulheres aqui presentes vêm de uma realidade bem difícil. Muitas aqui eram invisíveis e, desde a primeira Marcha, em 2000, conseguimos quebrar essa invisibilidade política. A quarta marcha tem muita importância para todas as mulheres, porque é a primeira vez em que marcharemos tendo uma mulher como presidenta da República (Carmen Foro, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, 2011).

Em seguida, ela fala do público ali presente, dizendo tartar-se de “mulheres de diferentes comunidades rurais do país que trazem para Brasília, na Marcha das Margaridas, uma bagagem de luta e militância política para transformar o Brasil”. Afirmando-se como uma “cabocla da Amazônia”, ela dirige a sua saudação a cada uma das regiões do Brasil, a começar pela Região Norte, para em seguida lembrar a trajetória daquelas mulheres para estarem ali, mulheres que haviam deixado suas casas há dois ou três dias, tomando barco e ônibus para chegar até Brasília e apresentar uma Plataforma Política.

Foram muitos pastéis vendidos, muitos panos bordados, muitas rifas vendidas, muitas festas que nós fizemos para chegar até aqui e garantir que nós pudéssimos trazer uma plataforma política que não diz respeito só ao nosso umbigo de trabalhadoras do campo e da floresta, mas diz respeito a uma plataforma de desenvolvimento para o nosso país (Carmen Foro, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, 2011).

A partir daí, Carmen apresenta os principais pontos levantados pela plataforma para garantir um desenvolvimento sustentável para o Brasil, que só pode ser alavancado, segundo ela, se considerado os princípios de justiça, autonomia, igualdade e liberdade. Com essa perspectiva, expressa a sua certeza em relação ao diálogo com a presidenta Dilma, o qual espera que renda “frutos históricos” capazes de transformar a vida, a partir da construção de uma agenda longa, com políticas públicas que propiciem um salto de qualidade no cotidiano das mulheres. Por fim, agradeceu à Contag, a toda a sua diretoria, assessoria e funcionários que não mediram esforços e tempo para se dedicarem a essa construção. Agradeceu também às Fetags e STTRs, às coordenadoras estaduais de mulheres, às centrais sindicais e às organizações parceiras – movimentos feministas, de mulheres e de trabalhadoras ali presentes.

O discurso de Carmen foi estruturado de modo a permitir o diálogo com a dimensão subjetiva da vida das mulheres e com a dimensão política e simbólica da Marcha das Margaridas, valorizando o processo de construção da Marcha nos estados e municípios. Buscou, além disso, reforçar o caráter da Marcha, bem como os seus objetivos, antes de focar na plataforma política, a partir da qual fez uma abordagem geral, trouxe alguns aspectos sobre a construção da pauta e as suas principais reivindicações. Os pontos abaixo, retirados do texto que guiou o seu discurso, dá uma ideia da sua estrutura:

Cada mulher que aqui está, de cada estado deste país, de todas as regiões: mulheres negras, brancas, indígenas, quilombolas, jovens, idosas, mulheres trabalhadoras do campo e da floresta – agricultoras familiares, assalariadas, ribeirinhas, pescadoras, agricultoras familiares, assentadas, acampadas. Cada mulher traz aqui a marca de sua trajetória de lutas, de suas utopias, mas, sobretudo, a prova da sua capacidade de fazer política e história neste país. Cada uma das companheiras demonstra toda ousadia, coragem e determinação ao romper com os padrões tradicionais que historicamente colocaram as mulheres na invisibilidade, que reproduzem a discriminação, comprometem a autonomia, a igualdade e liberdade para as mulheres. Somos 47,9% da população do campo e respondemos por cerca de 70% da produção de alimentos neste país. Não podemos passar despercebidas – por isso essa grandiosa Marcha, por isso estamos aqui para afirmar e defender o desenvolvimento para o nosso país, com sustentabilidade, justiça, autonomia, igualdade e liberdade. Nossa Marcha é uma demonstração de força política, e o que nos move são 2011 razões para marchar, mas uma grande e profunda motivação que vem do legado e da homenagem que renovamos com esta

Marcha da Margarida Maria Alves. Margarida vive em cada uma de nós, seu compromisso e sua luta não apenas se reproduz nesta Marcha, mas se amplia e fortalece a cada Marcha, com o empenho e compromisso de cada uma de vocês. Esta Marcha acontece, porque cada uma de vocês foi capaz de mobilizar os recursos necessários, subjetivos e materiais. Mobilizaram a energia necessária para estarem aqui, mas mobilizaram, principalmente, os recursos financeiros para se transportarem até aqui. Nossa plataforma política está qualificada com a participação de todas vocês e de milhares de companheiras que não chegaram até aqui, mas deixaram marcadas sua participação no processo de estudo, formação, debate político e composição da nossa pauta de reivindicações traduzida em três documentos – uma ao Governo Federal, uma ao Congresso Nacional e outra ao Poder Executivo. Organizamos nossa plataforma em sete eixos: *Biodiversidade e democratização dos recursos naturais; Terra, água e agroecologia; Soberania e segurança alimentar e nutricional; Autonomia econômica, trabalho e renda; Educação não sexista, sexualidade e violência; Saúde e direitos reprodutivos, participação, poder e democracia*. Todos estes eixos são essenciais na composição do nosso projeto de desenvolvimento – combinamos questões estruturais com questões específicas na vida das mulheres, pois de outra forma não podemos avançar. Acreditamos no que propomos, no que queremos construir, pois assumimos nossa condição de protagonistas desse projeto, juntamente com os diversos segmentos da sociedade brasileira. Venceremos a pobreza de recursos, de educação, de saúde, de condições dignas para viver e produzir de modo saudável com o meio ambiente preservado para nós e nossos descendentes (Carmen Foro, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, 2011).

No final da fala de Carmen, as coordenadoras das comissões estaduais de mulheres trabalhadoras rurais foram convidadas a se posicionarem à frente, no palco, e se apresentarem, dizendo o nome e o Estado de onde vieram.

Durante o ato, uma homenagem foi feita à Elizabeth Teixeira, grande liderança camponesa, que passou a se assumir enquanto tal após o assassinato do seu marido João Pedro Teixeira, um dos fundadores das Ligas Camponesas, morto em 2 de abril de 1962. Elizabeth, se dirigiu ao microfone. Emocionada, lembrou que quando João Pedro morreu deixou-lhe 11 filhos pequenos e o legado de luta:

Quando vi o corpo de João Pedro sem vida, lembrei que ele sempre me dizia que iriam tirar sua vida, mas que a luta deveria continuar e que ela devia continuar até enquanto existir um operário ou um camponês explorado. “Quando eu morrer, você continua a minha luta?” Então, mesmo com ele já morto, eu peguei na sua mão e disse: “João Pedro, vou dar continuidade à nossa luta para o que der e vier”.

Nesse momento os aplausos ecoaram pelo pavilhão.

Em Sapé, Elizabeth Teixeira deu continuidade à luta das Ligas, investindo no trabalho de organização dos camponeses. Ela nos falou das ameaças e das perseguições sofridas “pelo latifúndio”, das inúmeras vezes que foi presa pela polícia, do assassinato de dois filhos pequenos, do suicídio da filha mais velha, do golpe militar, dos oito meses que ficou encarcerada pelo exército e da fuga para São Rafael, no Rio Grande do Norte, onde viveu por 20 anos até o fim da ditadura como professora alfabetizadora, apesar de ter estudado apenas até a 4ª série. Ela revelou a dor de ter “deixado os filhos para trás”, e sobre o encontro com o filho mais velho, Abrahão, que a procurou depois da anistia. Finalmente, Elisabeth lembrou da amiga, Margarida Alves, fazendo referência à importância da sua luta.

Muito aplaudida, Elizabeth Teixeira foi cumprimentada por cada uma das pessoas que se encontravam à mesa, a elas se juntando ao final da homenagem.

Na sequência, o nome de Leonardo Boff foi anunciado, e novamente o pavilhão era só aplausos. Em seu discurso, Boff refletiu sobre o significado da Marcha, lembrando que mulheres, antes invisíveis, embora nunca ausentes – mas apenas à margem, cuidando dos filhos, do marido, da casa –, revelaram-se, através da Marcha, protagonistas de sua história. Destacou atributos do que para ele seriam próprios das mulheres, ressaltou a importância do Brasil ser governando por uma delas, uma vez que as mulheres podem ter um cuidado maior, um olhar generoso com a política brasileira, e isso porque, além de serem mais da metade da população do Brasil e da humanidade, são mães e irmãs da outra metade, afirmando, enfim, que a vida se deve às mulheres.

Iriny Lopes, ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, foi a única representante do governo a falar. Ela reconheceu que o Estado cumpre um papel importante na superação da desigualdade de gênero, e enfatizou a importância da eleição da primeira mulher presidenta do Brasil:

Todas vocês sabem da importância desse feito, e mais do que isso, sabem o que isso significa, e por isso estão aqui cobrando a igualdade entre homens e mulheres [...]. Uma mulher na Presidência da República está fazendo tudo aquilo que muitos

acharam que uma mulher não era capaz de fazer, e essa vitória também é de cada uma de vocês (Iriy Lopes, 2011).

Na sequência, as representantes das duas centrais sindicais, das outras organizações parceiras da Marcha, com exceção da Marcha Mundial e da Articulação de Mulheres Brasileiras, também fizeram uso da palavra, enfatizando a importância política da Marcha e o seu significado para as mulheres de um modo geral, em específico para aquelas que habitam o campo e a floresta.

Foi possível perceber uma convergência nas falas no sentido de reconhecer o poder de diálogo com o Estado e com a sociedade conquistado pelas mulheres do campo e da floresta, a partir da Marcha das Margaridas, e uma expectativa de que este diálogo pudesse ser ampliado com uma mulher na Presidência da República. Apesar de não ser a última a se pronunciar, a fala de Carmen deu o tom²²³. Também via no novo governo a possibilidade de ampliação do diálogo, mas a sua fala posicionou politicamente a Marcha diante do governo e da sociedade, acentuando a capacidade de transformação que ela carregava, a partir da mobilização das mulheres do campo e da floresta, portadoras de transformação. Trouxe o lema da Marcha, recorreu à ideia de justiça, evocou a força do legado deixado por Margarida Alves e a capacidade de mobilização potencializada por essa força. Falou como uma cabloca da Amazônia, e, legitimando-se como portadora da fala com capacidade performática (Tambiah, 1985; 1997), anunciava a largada da Marcha que se realizaria no dia seguinte.

Após o cerimonial de abertura, sucedeu-se o lançamento do CD *Canto das Margaridas*, com 21 músicas compostas pelas próprias trabalhadoras do campo e da floresta. As compositoras e intérpretes (a mesma pessoa para quase todas as músicas) foram chamadas ao palco principal e animaram a plateia. Uma delas, Dinalmy do

²²³ Embora em um “cerimonial político” seja comum que a última fala seja concedida ao pronunciamento mais importante, encerrando o ato, contudo, Carmen foi a terceira a falar. Atribuo este fato à flexibilidade que esse tipo de cerimonial permite, buscando atender o momento e o interesse político do evento e de seus participantes. Uma mesa composta por 20 pessoas em um ato que previa outros tipos de intervenção como músicas e homenagem, e considerando o cansaço do público, devido as noites mal dormidas, corria-se o risco de esvaziamento ao final do ato. Sendo assim, pareceu-me estratégico que a sua fala ocorresse num momento em que a audiência máxima estivesse assegurada.

Tocantins, foi escolhida para cantar as músicas *Pra não sair do campo* e *Viver com dignidade*. Posteriormente, as Loucas de Pedra Lilás também subiram ao palco e se uniram às outras mulheres para juntas entoarem o *Canto das Margaridas*. Foi um momento de muito júbilo!

O lançamento, assim como o show que ocorreu à noite, estavam previstos na programação das atividades culturais, a maioria das quais realizadas entre oficinas, painéis e falas políticas. Havia de tudo um pouco: folclore gaúcho, carimbó, coco de roda, ciranda, rasqueado, tambor de crioula, violeiras e repentistas, em meio a caras pintadas e pernas de pau, procurando expressar a riqueza cultural das mulheres do campo e da floresta na Cidade das Margaridas²²⁴. Para as apresentações além do palco principal (Margarida Alves), havia dois palcos secundários, um no Espaço Ednalva Bezerra, próximo à Mostra (Palco Mostra) e outro no Espaço Simone de Beauvoir (palco 2), medindo 6 m x 3,5 m, com lotação máxima de 3 mil pessoas, e mais um tablado montado no refeitório, medindo 5 m x 6 m. As atividades culturais previam, ademais, a projeção de vídeos, e foi destinado o auditório Rosa de Luxemburgo para este fim, bem como a realização de oficinas as mais variadas e com as mais diversas finalidades. Outrossim, aconteceram oficinas de confecção de materiais para as alas da caminhada; de grafiteagem; de batuque (com as jovens feministas da MMM); confecção de bandeiras, além da pintura de rosto, prevista para acontecer nas primeiras horas da manhã do dia seguinte.

Para coordenar, acompanhar e dar o suporte necessário a cada um dos momentos previstos na Programação da Marcha, foram formadas equipes de trabalho envolvendo toda a diretoria e assessoria da Contag para coordenar cada um dos momentos, e a coordenação geral ficaria à cargo de toda a diretoria da Contag. As equipes foram assim constituídas: Finanças, Comunicação e divulgação, Acolhida das delegações, Saúde, Estande da Contag,

²²⁴ Na reunião da Cordenação Ampliada ocorrida um mês antes da Marcha, nos dias 11 e 14 de julho de 2011, cada região se comprometeria em definir qual expressão cultural iria representar a região e o tempo necessário para a apresentação, enviando a definição para a Secretaria de Mulheres por e-mail até o dia 22, e isso incluía as organizações parceiras.

Estandes institucionais, Mostra da produção das Margaridas, Pesquisa CONTAG/IPEA, Painéis, Lançamento da Campanha contra os agrotóxicos, Lançamento das publicações, Mobilização e pauta, Mística, Atividades culturais, Cerimonial de Abertura, ato no Congresso, Credenciamento, Pauta do judiciário, Carros de som, Organização das alas.

Os vários espaços e as atividades oferecidas que ocorriam quase que paralelamente ofereciam às habitantes da Cidade a possibilidade de muitas escolhas. Assim, encontravam-se mulheres por todos os lugares perambulando, ora no entorno do Pavilhão, na feira de ambulantes; ora apreciando as apresentações artísticas ou na área interna do Pavilhão, observando os estandes, na Mostra... Era uma profusão de gente, um ir e vir ininterrupto! Outras, porém, após terem enfrentado muitas horas de viagem, fizeram com que o descanso fosse priorizado, permanecendo sob as tendas, repousando nos colchões ou conversando entre si, também se resguardando para o dia seguinte, o dia da Marcha. Tudo isso deixava a impressão de algo como um grande Encontro, que se interpunha entre a viagem e a caminhada. A Cidade inteira era agitação e movimento!

Às atividades ditas “políticas”, mesclavam-se outras envolvendo elementos variados que remetia a um momento festivo, em que cantos, danças, sons, risos, pinturas traziam uma dimensão lúdica e de aprendizado ao fazer político, revelando uma linguagem capaz de expressar simultaneamente diferentes dimensões da confluência entre a dimensão simbólica e política. Tudo ali efervescia!²²⁵

O Show de Margareth Menezes, que apresentou um repertório inspirado nas mulheres e na vida rural, selou o fim de um dia de atividades que caracterizou este primeiro dia. Era hora de se recolher e se resguardar para a caminhada do dia seguinte.

²²⁵ Os elementos lúdicos e estéticos que Durkheim (1989, p. 452) atribui à vida religiosa estavam presentes ali, num encontro político. A superação das distâncias entre os indivíduos, a produção de estado de efervescência coletiva e a transgressão às normas, três características atribuídas por Durkheim (1989, p. 456) à ideia de festa, poderia de certa forma ser atribuída àquele grande Encontro.

Figura 30 – Marcha das Margaridas 2011. A viagem



Fonte: Aguiar, 2011.

Figura 31 – Marcha das Margaridas 2011. A viagem: organização das bagagens



Fonte: Aguiar, 2011.

Figura 32 – Marcha das Margaridas 2011. A viagem. Pausa para um decanço



Fonte: Aguiar, 2011.

Figura 33 – Marcha das Margaridas 2011. A viagem. Acomodação nos ônibus



Fonte: Aguiar, 2011.

Figura 34 – A chegada ao Parque da Cidade – Brasília. Desembarque



Fonte: Aguiar, 2011.

Figura 35 – A chegada à Cidade. Pose para a foto com os chapéus



Fonte: Contag, 2011. Foto de Cláudia Ferreira.

Figura 36 – A chegada ao Parque da Cidade. A caminho das acomodações



Fonte: Aguiar, 2011.

Figura 37 – Chegada à Cidade. A caminho das acomodações



Fonte: Contag, 2011. Foto de César Ramos.

Figura 38 – Chegada à Cidade das Margaridas



Fonte: Aguiar, 2011.

Figura 39 – Chegada à Cidade das Margaridas.



Fonte: Contag, 2011. Foto de Isabela Lyrio.

Figura 40 – Cidade das Margaridas. Esperando o credenciamento



Fonte: Contag, 2011. Foto de Isabela Lyrio.

Figura 41 – Credenciamento das participantes



Fonte: Contag, 2011. Foto de César Ramos.

Figura 42 – Acomodação das participantes nos alojamentos



Fonte: Aguiar, 2011.

Figura 43 – Nas tendas, nos alojamentos.



Fonte: Contag, 2011. Foto de Cláudia Ferreira.

Figura 44 – Bloco Mamãe Tanguá de Brasília anima a Cidade das Margaridas



Fonte: Contag, 2011. Foto de Isabela Lyrio

Figura 45 – Espaço de Mostra das Margaridas



Fonte: Contag, 2011. Foto de Isabela Lyrio.

Figura 46 – Oficina temática: Saúde pública e direitos reprodutivos



Fonte: Contag, 2011. Foto de César Ramos.

Figura 47 – Oficina temática: Autonomia econômica, trabalho, emprego e renda



Fonte: Contag, 2011. Foto de César Ramos.

Figura 48 – Interior do Pavilhão do Parque da Cidade



Fonte: Contag, 2011. Foto de César Ramos.

Figura 49 – Interior do Pavilhão. Loucas de Pedra Lilás



Fonte: Contag, 2011. Foto de César Ramos.

Figura 50– Intervenção artística da cultura popular. Carimbó



Fonte: Contag, 2011. Foto de Regina Santos.

Figura 51– Intervenção artística da cultura popular. Grupo Siriri e Rasqueado



Fonte: Contag, 2011. Foto de Regina Santos.

Figura 52– Grupo Ciranda de Coco de Roda Desencosta da Parede



Fonte: Contag, 2011. Foto de Regina Santos.

Figura 53 – Intervenção artística da cultura popular. Tambor de Crioula



Fonte: Contag, 2011. Foto de Isabela Lyrio.

Figura 54 – Ato de abertura da Marcha das Margaridas 2011. Composição da Mesa



Fonte: Contag, 2011. Foto de Cláudia Ferreira.

Figura 55 – Ato de abertura da Marcha das Margaridas 2011. Meninas de Sinhá cantam



Fonte: Contag, 2011. Foto de Cláudia Ferreira.

Figura 56 – Ato de abertura da Marcha das Margaridas 2011.



Fonte: Contag, 2011. Foto de Cláudia Ferreira.

Figura 57 – Ato de abertura da Marcha das Margaridas 2011.



Fonte: Contag, 2011. Foto de César Ramos.

Figura 58 – Ato de abertura. Elizabeth Teixeira fala às Margaridas



Fonte: Contag, 2011. Foto de Cláudia Ferreira

Figura 59 – Ato de abertura da Marcha das Margaridas 2011. Carmen Foro e Alberto Broch



Fonte: Contag, 2011. Foto de Cláudia Ferreira

Figura 60 – Ato de abertura da Marcha das Margaridas, 2011.



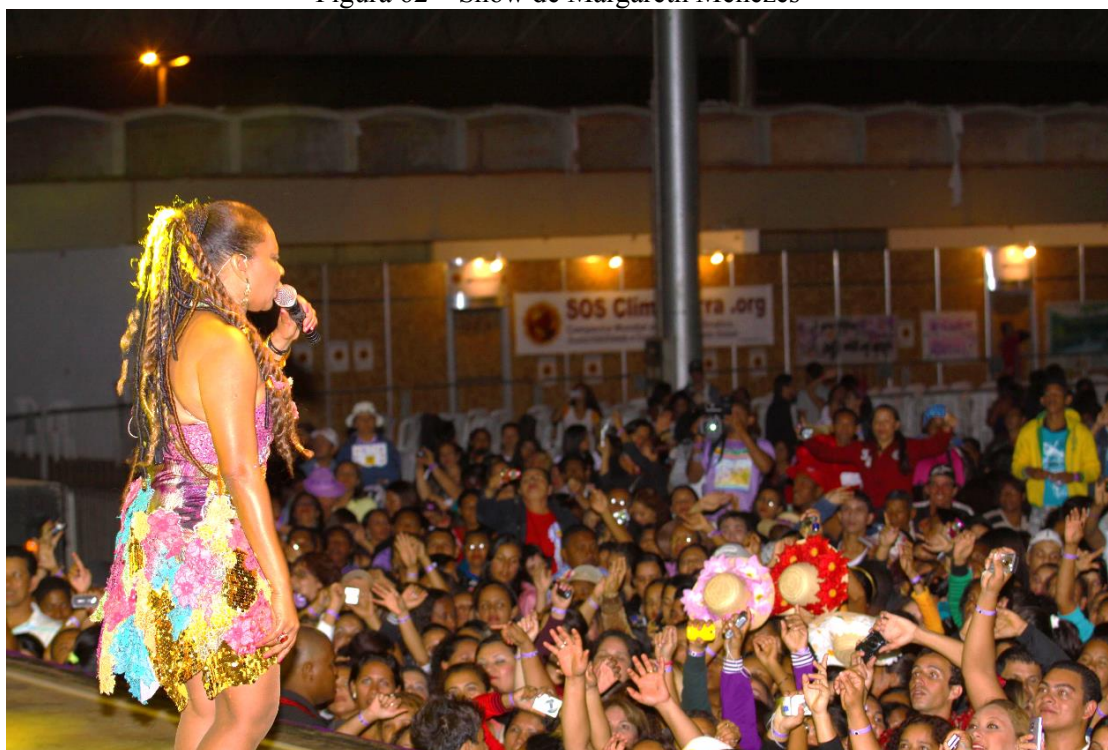
Fonte: Contag, 2011. Foto de Regina Santos.

Figura 61 – Lançamento do CD Canto das Margaridas



Fonte: Contag, 2011. Foto de César Ramos.

Figura 62 – Show de Margareth Menezes



Fonte: Contag, 2011. Foto de César Ramos.

Dezessete de agosto de 2011, três e meia, estou em uma das lonas montadas no Parque da Cidade, em Brasília, acordo, ainda sonolenta, com movimentos e vozes: “Vamos lá mulherada, está na hora!” “Mas já?” Alguém grita. Lentamente, e ainda com sono, abro meus olhos, sento e observo. Os colchões, dispostos lado a lado, ocupam o único lugar que lhes cabe em meio a tantas malas, sacolas e objetos. Algumas mulheres ainda dormem, outras ensaiam algum movimento. Aos poucos e em ritmo próprio, elas se preparam. Em pouco tempo, aquele espaço se tornou preñado de cochichos, vozes e conversas. Ducha fria numa madrugada fria de Brasília. Centenas de mulheres se revezavam para tomar banho. O chão todo molhado e, na maior parte da noite, sujo de barro, fazia com que elas se ajudassem, segurando toalhas e roupas. Ainda escuro, elas se vestem, colocam as camisetas, os seus chapéus, enrolam as faixas, as bandeiras. Observo! Não deixo de me sentir um pouco estranha àquele meio, contemplando o que me parece um momento de intimidade. Há ali cumplicidade, solidariedade, um compartilhar, uma mistura de orgulho, vontade, força e entusiasmo. Em pequenos grupos, elas se preparam, se organizam, delegam funções, arrumavam as fileiras dos colchonetes e dos cobertores nos quais dormiram, pedem ajuda, esperam... Já em pé, organizo as minhas coisas. Mochila nas costas, saio da tenda em companhia de Adriana. Lá fora, grande movimentação... Caminhamos em direção ao pavilhão... Muitas pessoas já circulam na Cidade das Margaridas. Me deparo com filas humanas extensas que, dispostas em três colunas, se entrelaçam, parecendo não haver começo nem fim! O café da manhã está sendo distribuído. Muitas mulheres, jovens, crianças (e homens também), chapéu na cabeça, bandeiras e faixas sobre os ombros. Muitas vozes, falas, gestos e expressões: um intenso burburinho! Amanhece em Brasília, dia claro, e ainda são seis e meia da manhã (Trecho do Diário de Campo, agosto de 2011).

7.1 A caminhada

Desde muito cedo as mulheres começaram a se concentrar na saída do pavilhão do Parque da Cidade. O percurso era o mesmo: saíam das tendas, enfrentavam a fila do café e se dirigiam à concentração. Os carros de som já aguardavam. As equipes de trabalho estavam a todo vapor, tentando fazer os últimos ajustes: verificar o som; definir os animadores que iriam em cada um deles animando a caminhada e a ordem em que sairiam; organizar as alas e, enfim, negociar o horário da saída com a polícia militar. Sim, porque havia sido acordado que a marcha sairia por volta das 6 horas da manhã, para não causar maiores transtornos ao trânsito de Brasília. Carmen realmente confirmava o acordo feito, contudo ela mesma me disse depois, sorrindo, que já sabia que isso não iria acontecer,

consentiu apenas para tentar chegar a um acordo, porque, segundo ela, as mulheres não obedeciam, faziam a marcha no tempo delas, não adiantava controlar, fazer tudo certinho, por que elas fazem como querem, era algo que fugia ao controle.

Do alto do carro, alguém falava ao microfone, tentando orientar a multidão que aos poucos ia se formando e se aglomerando próximo aos carros. As mulheres tentavam encontrar as suas alas. Os carros de som serviam como referência: *mulheres da CUT se dirijam para trás do carro 1; mulheres da região tal nossa ala fica atrás do carro 2* e assim as alas iam ganhando forma.

A previsão era de que as mulheres iniciassem a caminhada por volta das 6 horas da manhã, mas passava das sete quando finalmente foram dados os primeiros passos rumo ao Congresso Nacional. Acompanhei a primeira parte do trajeto em cima do carro de som para conseguir ver, do alto, a forma que as mulheres imprimiam à marcha que realizavam.

A marcha era estruturada por alas, que por sua vez eram divididas por lema e eixos temáticos da plataforma política da Marcha das Margaridas, resultando num conjunto de oito alas, e a primeira era aquela que abria a passagem, e trazia o lema “Desenvolvimento sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade” impresso numa grande faixa, carregada pelas coordenadoras estaduais de mulheres trabalhadoras rurais, no centro das quais, também segurando a faixa, se posicionou Carmen Foro, coordenadora de mulheres. Elas formavam a “linha de frente” da Marcha, introduzindo o seu enredo como numa escola de samba. Mais à frente, abria a ala o primeiro carro de som, na verdade um trio elétrico, trazia estampado na sua parte frontal a arte impressa nos cartazes da Marcha com o nome Marcha das Margaridas, onde predominava a cor lilás; nas suas laterais foram colocadas faixas num tom lilás mais escuro (quase roxo) também personalizadas, com imagens de marchas passadas.

Nessa ala, logo atrás, vinham algumas mulheres representando as entidades parceiras da Marcha, segurando horizontalmente uma imensa bandeira composta por bandeiras menores (1,20 m x 0,80 cm) das federações e das organizações e movimentos que

ajudaram a construir a Marcha. Na sequência, eram apresentadas as outras alas, organizadas por eixos temáticos e regiões geográficas, assim distribuídas²²⁶:

Região Norte: EIXO I (Biodiversidade e Democratização dos Recursos Naturais) e EIXO VI (Saúde e Direitos Reprodutivos);

Região Nordeste: EIXO II (Terra, Água e Agroecologia) e EIXO IV (Autonomia Econômica, Trabalho e Renda);

Região Sudeste: EIXO VII (Democracia, Poder e Participação Política);

Região Centro-oeste: EIXO III (Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional).

Região Sul: EIXO V (Educação Não Sexista, Sexualidade e Violência)

Eram quatro os carros de som (trios elétricos) que se arrastavam no meio daquela “ruma” de mulheres, anunciando o que elas vieram fazer ali. Em alguns momentos, dava a impressão de que eles tinham sido engolidos por elas, porque demorava muito até que se conseguisse avistar o outro. As animadoras²²⁷ comunicavam mais à sociedade do que propriamente às mulheres, no sentido de fomentar nelas a animação, até mesmo porque elas não pareciam carecer dela, tamanho era o entusiasmo, a vibração e a vivacidade que demonstravam na caminhada. Poucas vezes escutei alguma rima ou palavras de ordem convocadas a partir do carro de som e, quando isso acontecia, as ondas sonoras propagadas em meio àquela profusão de sons que vinham das outras alas apenas reverberavam ao redor, mas não conseguiam amplitude, nem alcance para expor a razão da Marcha de maneira uníssona.

²²⁶Essa forma de organizar as alas já havia sido acordada nas últimas reuniões da Coordenação Ampliada, de modo que as alegorias que apresentavam a ala ficaram sob a responsabilidade das mulheres, segundo as suas respectivas regiões de procedência. As mulheres mobilizadas pelas entidades parceiras se juntariam às mulheres das regiões segundo os eixos temáticos, assim, por exemplo, tanto a CUT como a MMM compuseram a ala da Região Nordeste, porque ela representava dois eixos que apresentavam afinidade com o trabalho que elas desenvolviam. Vale salientar que, embora tenha sido esse o acordado, as mulheres tinham autonomia para ficar em qualquer ala que desejasse, não havia um rigor.

²²⁷ Em cada carro de som havia um grupo de animadoras que se revezavam. Eram mulheres dirigentes sindicais e mulheres de outros movimentos/organizações parceiras da Marcha, como a AMB e a MMM.

Vi depois alguém comentar que a quantidade de carros não tinha sido suficiente para a grandeza do público, assim como ouvi uma outra dizer que havia sentido falta das palavras de ordem. É certo que é comum a utilização de palavras de ordem em manifestações públicas que condense uma referência de impacto simbólico. Pronunciadas a uma só voz, elas são capazes de expressar a força de todo um grupo, denunciando, questionando, demandando, sintetizando desejos e esperanças, tornando-se assim um elemento de sustentação de ação coletiva. Só que, durante a marcha, elas não eram pronunciadas de uma só vez, nem, na maioria das vezes, convocadas pelas animadoras, mas acontecia de forma quase espontânea por um grupo de mulheres em algumas das alas e eram pronunciadas pelas restantes, até o alcance da reverberação. Em uma ala, um grupo de feministas gritava: “Não sou modelo de passarela/ Minha vida não é tema de novela”; em outra, era insistentemente repetida: “Mulheres na rua, a luta continua”. Outra, ainda, bastante pronunciada, expressava a disposição e coragem para continuar lutando: “Margarida, Margarida, essa marcha tem teu nome, melhor morrer na luta do que morrer de fome”.

As animadoras do carro de som receberam um texto pontuando o conteúdo das suas falas durante o trajeto, como uma forma de garantir que fosse dito o que precisava ser dito e anunciado, de uma forma mais ou menos unificada. Eram falas padronizadas e estereotipadas, que iam sendo repetidas, recorrentemente, durante o percurso, em pequenas composições. Assim, elas, cada uma a sua maneira e a seu tempo, comunicavam: *a Marcha é..., a Marcha quer..., a Marcha defende..., A Marcha é coordenada por ... são parceiras da Marcha....* Em outro bloco anunciavam: *Estamos aqui... Na luta por terra e pela reforma agrária; na luta por água para todos; em defesa do meio ambiente; pela produção de alimentos saudáveis; pela produção agroecológica; pela soberania e segurança alimentar e nutricional; por trabalho, emprego e renda; por uma educação não sexista; pelo enfrentamento a todas as formas de violência; pela saúde e direitos reprodutivos; pela democracia; pela participação das mulheres na política e no poder; por uma Brasil sustentável com justiça, autonomia, liberdade e igualdade para todas as mulheres.*

As animadoras também convocavam as marchantes a cantarem refrões de músicas conhecidas da militância, ou breves rimas já conhecidas como: *Olê, mariê, Olê*

mariá/ Mulher sai dessa cozinha/ Vem ocupar teu lugar; ou Pisa ligeiro, Pisa ligeiro/ Quem não pode com Mulher, não assanha o formigueiro!; Nosso direito vem/ Nosso Direito vem/ Se não vem nosso direito/ O Brasil perde também. Entre um anúncio e outro, uma música e outra, uma rima e outra, elas incitavam as mulheres a gritarem respondendo suas interpelações: - *Viva as Mulheres do Campo e da Floresta! – Viva! Viva a Marcha das Margaridas 2011! – Viva!* Nesse momento, pediam para que as mulheres acenassem com os chapéus e agitassem as bandeiras, e aí rodava o Canto das Margaridas que, trazendo a animação do ritmo que embala as marchinhas de carnaval, anunciava a chegada das margaridas em Brasília e o seu querer.

E retomavam: *Marchamos para denunciar...*

O modelo de desenvolvimento dominante no Brasil que favorece as grandes propriedades e o latifúndio/ privatiza os recursos naturais/ e destrói o meio ambiente.

A destruição do nosso patrimônio genético / com a produção de sementes transgênicas.

O impacto dos grandes projetos/ que expulsam e marginalizam as populações rurais, ribeirinhas, extrativistas, quilombolas e indígenas

A situação em que vive a população do campo e da floresta (dados eram fornecidos).

Que o Brasil é o país com a maior concentração de terra no mundo e que a concentração fundiária/ e o modelo agroexportador/ produzem pobreza/ desigualdade/ e impedem que milhões de pessoas tenham vida digna no campo e na cidade.

Por isso reivindicamos...

E então apresentavam as principais reivindicações de cada eixo. A seguir vinham as músicas, os vivas, as rimas e também as orientações para que as mulheres não saíssem das faixas protegidas, que esperassem ou tivessem cuidado com os carros, com o trio, que

bebessem bastante água²²⁸. Era tudo intercalado, em breves espaços de tempo: falas, músicas, vivas, recomendações.

A fala das animadoras, de um modo geral, era endereçada ao público mais abrangente que constituía o conjunto da sociedade, a fim de comunicar verbalmente, e com gestos, o que o cortejo já comunicava utilizando outras linguagens e formas de expressão. Havia nitidamente uma intenção de que a marcha interagisse com o público e estabelecesse algum tipo de diálogo com a sociedade.

Todo o trajeto foi acompanhado de intenso policiamento. Em alguns trechos, havia cordões de policiais (eram mais de 200, todos desarmados, segundo informações) formando um corredor por onde as marchantes passavam, a fim de garantir a sua segurança. A polícia reservou as três pistas do lado esquerdo para dar-lhes passagem, elas que construíam a caminhada pela “contramão”, no sentido rodoviária/Esplanada dos Ministérios. Helicópteros sobrevoavam desde cedo, equipes de bombeiros e ambulâncias estavam dispostas em vários pontos dos canteiros. Banheiros químicos haviam sido providenciados ao longo do trajeto²²⁹. Todo esse suporte mostrava que, assim como desfiles militares, procissões, carnaval, a ocupação das áreas públicas pela Marcha teve uma previsibilidade, sem restar dúvida de que se tratava de uma *manifestação pacífica em sua expressão*.²³⁰

A estruturação da marcha em alas não implica em um determinado tipo de ordenação. Segue as determinações das próprias marchantes à medida que executam o cortejo. Nesse sentido, não se pode dizer que seja uma marcha disciplinada, pois não há uniformidade nos movimentos nem constância nos ritmos. O que se vê é uma diversidade de

²²⁸ Desde que chegaram à Cidade das Margaridas, as mulheres tiveram acesso gratuito a garrafas de água mineral na quantidade necessária. Durante a marcha, também foram distribuídas garrafas de água.

²²⁹ Ainda assim, os banheiros não foram suficientes para atender a demanda. Não era incomum ver grupos de mulheres que, posicionadas em círculo, seguravam bandeiras e faixas, improvisando banheiros sobre os gramados. Cena que não me parecia estranha, posto que já haviam sido relatada durante as entrevistas: “Na caminhada pra lá, a gente juntava uma turminha de mulher, fazia uma cerquinha e fazia xixi, para quem não aguenta chegar lá sem fazer xixi. E outra coisa: a gente, pra não desidratar, tomava água, e aí dava vontade de fazer xixi, caminhando, aí tinha que fazer...”

²³⁰ O que a diferencia, por exemplo, da Marcha Nacional dos Sem-Terra, como constatado por CHAVES (2000, p. 43), a qual não gozava da previsibilidade observada em outros desfiles.

movimentos e ritmos variados, executados pelas vozes que cantam, pelos gritos entoados, pela multiplicidade de instrumentos de percussão que acompanham as marchantes em diferentes pontos da caminhada, aspecto que potencializa a interação entre elas, ao mesmo tempo que valoriza a comunicação estabelecida com o público assistente, por meio dos risos, dos olhares, do movimento dos corpos, dos gestos, da sonoridade dos diversos tipos de tambores e outras percussões que marcam o ritmo da caminhada. Mais que palavras de ordem, eram os tambores, os cantos, e os diversos ritmos musicais que ocupavam as vias públicas. Em determinados pontos da caminhada, nem mesmo se ouvia o carro de som, ou ouvia-se o som ao longe.

A palavra falada, a palavra cantada, os sons, os ritmos, tudo se conjugava a um só tempo. Havia um clima festivo na caminhada. Cada ala se apresentava a sua maneira, dependendo dos grupos que a cumpunha, sendo possível indentificar a que movimento ou organização pertenciam as mulheres, a sua prática política, os vínculos ideológicos, se eram de grupos feministas ou não. Estava tudo ali, junto e misturado, mas que, no conjunto, compunha a estética da Marcha, que talvez seja a sua forma mais marcante de comunicação simbólica.

O número de mulheres presentes na caminhada, vivendo a “[...] experiência pulsante de unir proximidade física incomum” [...], cada uma delas constituindo uma multidão de tantas outras ganhava expressividade aos olhos de quem via. Elas se mostravam como uma coletividade cuja “[...] expressão definida de um conjunto de sentidos [...]”, eram “[...] repetidamente afirmados sob diferentes meios” (CHAVES, 2000, p. 118).

Não se sabia ao certo quantas mulheres acompanhavam o trajeto, quantas eram as marchantes. Não havia convergência entre as informações. Alguns noticiários televisivos anunciavam que a Polícia Militar teria registrado mais de 40 mil, outros falavam em um número próximo a 50 mil. Os dirigentes da Contag falavam em cerca de 70 mil. Carmen Foro reafirmava a presença de 100 mil mulheres e, quando dava entrevistas, fazia questão de frizar que o efeito do movimento ia além desse número, pois, segundo ela: “Milhões de outras mulheres que ficaram em seus municípios estão representadas e com o mesmo sentimento

daquelas que saíram das várias regiões do país e cruzaram as estradas e rios do Brasil, com objetivo de transformar a vida de milhões de mulheres”. Na reunião de avaliação da Marcha, após a sua realização, presenciei a Carmen dizer algo assim: “Nós trouxemos 100 mil mulheres à Brasília e vamos continuar afirmando isso, porque ninguém estava lá para contar quantas mulheres de fato havia.” O efeito performático da sua afirmação, no sentido aprofundado por Tambiah (1997), legitimava a aceitação pública da presença de 100 mil mulheres em Brasília.

O número de participantes em um evento, segundo Chaves (2000, p.43), é um elemento de linguagem significativo, porque comunica um coeficiente de adesão que serve de suporte ao apoio que se pretende conquistar, demonstra força e capacidade de mobilização da “organização”, no caso, da Marcha das Margaridas.

Dados capturados de arquivos da Contag revelam que o maior número de participantes na Marcha, mobilizado pelos sindicatos e federações, era proveniente da Região Nordeste (40,51%) que, junto com Região Norte (12,27%), totalizava mais da metade do total de participantes. A menor delegação, por sua vez, provinha da Região Sul (6,52%). 13,88% era da Região Sudeste e 26,82% da Centro-Oeste. De fato, as formas de expressão apresentadas durante a caminhada indicava o predomínio de mulheres do Norte e Nordeste do país.

Cada uma das alas era anunciada com uma grande faixa trazendo o nome de um eixo da Plataforma Política. Dentro da ala, várias outras faixas eram apresentadas com dizeres que expressavam desejos, reivindicações, denúncias, desde as que acusavam as consequências nefastas da exploração capitalista, do preconceito racial e do desrespeito à liberdade sexual: *Capitalismo, racismo e homofobia matam*, até aquelas que denunciavam a ausência de algum direito, como a terra e o território. Outras, simplesmente, eram carregadas para atestar a presença das manifestantes na Marcha (mulheres de determinado sindicato, estado ou município na Marcha das Margaridas por...).

Havia faixas de todas as cores e de todos os tipos: de plástico, lona, renda, retalhos de tecido, chitas, pintadas, bordadas, enfeitadas com fuxico e em renda filé. Assim também eram os estandartes e os painéis. Alguns deles traziam as imagens de mulheres lideranças camponesas como Maria da Penha²³¹, Elizabeth Teixeira e Margarida Alves, recriando, na medida em que as rerepresentavam, o tempo-espaço vivido, posto que por meio das imagens as lembranças são acessadas, trazendo a presença dessas mulheres e através delas *suas histórias de vida e experiências cotidianas*. A Marcha, assim, convertia-se em um lugar de memória (SOUZA & CICCARONE, 2014, p. 38), que era evocada e transmitida.

Os rostos dessas líderes, estampados em estandartes e também em enormes tecidos produziam efeitos simbólicos. Expostos entre sons, cantos e danças, estas imagens contribuíam na montagem expressiva de narrativas visuais sobre a vida dessas líderes ali engrandecidas e exaltadas. As imagens de Margarida Alves se faziam mais presentes. Uma, particularmente, chamava a atenção. Impressa num tecido enorme e levado por dezenas de mulheres, produzia a sensação pelo impacto visual de que ela estava presente entre as mulheres e acompanhava toda a caminhada. A forma como ocorreu a sua morte²³² transformou-a numa mártir da luta contra as injustiças sociais e, nesse sentido, é sempre apropriada pelas lideranças como um símbolo de coragem e força. Seu nome e sua imagem, sempre lembrada nos encontros e reuniões, estava ali, presente na caminhada e em todo ato público.

²³¹ Maria da Penha Nascimento Silva foi uma grande liderança. Presidenta do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, perdeu a vida em abril de 1991 em um acidente de carro na estrada entre João Pessoa e Campina Grande, na Paraíba. Junto com ela estava Elizabeth Souza-Lobo, professora da USP e da UNICAMP, que também faleceu no acidente. O nome de Penha figurava nas listas dos “marcados pra morrer” divulgadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

²³² Margarida Maria Alves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, foi assassinada em frente à sua casa, na presença do marido e do filho, no dia 12 de agosto de 1983, por um matador de aluguel que acertou em seu rosto um tiro de escopeta calibre 12. O principal acusado do assassinato foi Agnaldo Veloso Borges, então proprietário da usina de açúcar local, a Usina Tanques, e seu genro, José Buarque de Gusmão Neto, mais conhecido como Zito Buarque. Foram acusados pelo crime o soldado da PM Betâneo Carneiro dos Santos, os irmãos pistoleiros Amauri José do Rego e Amaro José do Rego e Biu Genésio, motorista do Opala, que mais tarde foi assassinado como “queima de arquivo”. A Marcha das Margaridas encampou uma campanha que findou por botar Zito Buarque no banco dos réus, apesar da sua absolvição (<http://www.fundacaomargaridaalves.org.br>)

De certa forma, a caminhada acaba sendo também uma narrativa ritual sobre Margarida Alves, um momento de lembrar o seu assassinato. A sua apropriação simbólica pode ser pensada como uma estratégia na construção de identificação do grupo (SOUZA & CICCARONE 2014). Não à toa, a Marcha sempre acontece em agosto, mês em que ocorreu a sua morte.

Ao trazer à tona a memória de Margarida, a Marcha acaba cumprindo um papel importante na fabricação social da sindicalista. Souza & Ciccarone (2014) descrevem e traduzem em seu artigo *Fabricação de mártires-encantados e suas apropriações por coletivos rurais e indígenas*, o movimento de trânsito (incorporação) das almas dos “mártires da terra”, termo por eles utilizado para se referir a líderes de movimentos sociais mortos em conflitos de terra aos quais é atribuída a caracterização sagrada de doação da vida por uma causa coletiva. Esse trânsito, segundo os autores, “[...] parece provocar uma trajetória do corpo individual ao coletivo, indicando uma possível fabricação da imagem do mártir, que (re)elabora a alma como agente mediador na luta (*ibidem*, p. 34).

Durante as entrevistas que realizei, ao interpelar as minha interlocutoras sobre o que as mobilizava ou sobre o que impulsionava as mulheres a participarem da Marcha, elas, recorrentemente, faziam referência a Margarida Alves, justificando, a sua permanência na “luta”. Não é incomum a evocação de Margarida.

A gente sofreu a perda da Margarida [Alves], lá no nosso cantinho, lá longe, lá naqueles ventos mesmos dos oceanos, porque a Margarida foi assassinada por conta do direito, da luta pela terra, a nossa luta, mas a gente tava ali, e no assassinato dela nós ficamos a noite toda na igreja de portas fechadas fazendo vigília, rezando [...] Então, a Margarida [Alves], pra mim, ela é tudo isso, ela é a renovação da trajetória, da luta, da afirmação do território, porque a gente sentiu o dia em que ela morreu, e as lágrimas, elas fizeram brotar essa força pras mulheres, pra dar continuidade à luta. Eu sou uma margarida, por que eu penso que os manguezais, eles também dão muitas margaridas, e não só os manguezais como os castanhais, os açazais, os babaçuais, os seringais e toda a diversidade que se tem na floresta. (Célia, extrativista, representante da CNS na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011).

O que nos mobiliza é a paixão e a revolta. Só em ver e conhecer a história da Margarida Alves, saber que não fazemos uma Marcha de graça, isso já é uma grande coisa (Maria de Nazaré da Silva Souza (Paula), tesoureira do STTR do município Tomé-Açu/Pará, 2011).

Margarida foi aquela mulher lutadora, batalhadora, que enfrentou as adversidades da sociedade, com o seu jeito de ser, na sua humildade, na sua simplicidade e isso é o que nos inspira, nos dá força para seguir na luta (Graça, coordenadora estadual da Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Fetaesc, 2011).

Muitas de nós somos margaridas sofridas, Margarida Alves que sofre até hoje. Muitas de nós ainda passamos o que a Margarida passou e, mesmo assim, estão ali na liderança de comunidade, nos seus sindicatos. Nossa força vem daí (Mercedes, Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Fetaep, 2011).

A Marcha dá mais coragem pra gente enfrentar e fazer, não o que a Margarida fez, mas pra gente sempre ser uma Margarida no caminho desse movimento, porque a o medo que a gente tinha acabou. A gente tem que enfrentar sem medo de ser feliz [...], porque a gente sabe que morreu uma margarida, mas que brotou tantas e tantas que a gente nem conta mais quantas margaridas brotou com a morte da nossa Margarida, que não morreu, ela tá brotando sementes cada dia mais [...]. E só em saber que a Margarida morreu por nós, quer dizer, por uma luta que é das trabalhadoras, isso motiva muito as mulheres: vamos participar! Vamos lutar pra que não aconteça mais como a Margarida e não aconteça mais com a gente, e que a gente deve mostrar que nós estamos fortes e firmes. Não é porque foi tirada a vida de Margarida que a gente vai deixar de lutar (Maria Jucá, integrante do MMTR-SC, 2011).

E a gente vem de uma Marcha já com vontade de ir pra outra, até porque, na construção do movimento sindical, muitos dirigentes sindicais perderam a sua vida, assim como Margarida [...] então, assim, a gente enfrenta essa dificuldade, mas quando vem o momento, de três em três anos, a gente tá preparada pra ir de novo (Tonilda, dirigente sindical, STTR de Massapê/CE, 2011).

A Marcha nasceu em cima dessa companheira que se foi, e essa companheira deixou essa semente pra nós hoje estar cultivando. Então, pra mim, a Marcha é isso: é uma luta que nós tem pela frente, e que vamos lutar pra nós alcançar esse objetivo. Porque a Margarida deixou essa semente, plantou. Então essa semente tem que germinar. Eu me considero, sim, uma Margarida, me considero Margarida, Penha, me considero todas aquelas mulheres que deram sua vida, pelo bem-estar de outras mulheres (dona Moça, quebradeira de coco babaçu, representante do MIQCB na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011).

Eu estava assistindo com as mulheres da comunidade o vídeo de chamada para Marcha e, quando elas viram no vídeo uma imagem da Margarida Alves viva, elas perguntaram: “Aquele lá que apareceu era a Margarida? Aquela que aparece falando?” Então, quando a gente fala da história e elas entendem: “Nossa, então a Marcha das Margaridas não é só porque as mulheres são umas flores não!” Essa descoberta é muito legal, e isso tem um sentido muito grande, porque elas começam a perceber então que as margaridas são todas as mulheres lutadoras, e aí elas conseguem se ver na Marcha, é isso que é o mais legal. Porque a Marcha tem um motivo, que é a articulação das mulheres, mas a imagem de Margarida na luta, de ter perdido a vida, isso tem motivado muito as mulheres, a Marcha é para todas as mulheres que lutam, que defendem a terra, que defendem a vida. Eu vejo muito isso, e as mulheres valorizam muito isso. Eu vou nas comunidades, eu vejo o cartaz da primeira Marcha, de 2000, e está lá na parede assim, como se fosse colocado numa moldura. É o estado de pertencimento da Marcha. “Eu fui pra Marcha, eu tenho uma foto que eu fui pra Marcha, ou eu tenho o material da Marcha”, tem umas coisas assim muito forte! (Euci Ana, coordenadora estadual da Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Fetagri-PA, 2011).

Nós somos mulheres lutadoras que, em nome da Margarida Maria Alves, que foi uma das mulheres sacrificadas pelo movimento, pela luta do movimento, permanecemos lutando. Somos parte daquelas inúmeras margaridas que estão aí na luta, e por isso marchamos (Bena, dirigente sindical, coordenadora da Regional Tocantina/PA, 2011).

Não foi fácil chegar aqui. Eu estou na marcha porque eu sou uma margarida também, pois sei que ela, a Margarida Alves, lutou muito por nós e eu quero continuar essa luta também (Maria do Nascimento, marchante, 58 anos, do Rio Grande do Norte, 2011).

Apresentei aqui alguns trechos das falas de mulheres de diferentes movimentos. Elas, de diferentes maneiras, fazem referência à Margarida Alves, ao falar do sofrimento, da luta por estarem envolvidas em projetos coletivos de vida, de modo que a luta por direitos acaba se traduzindo no direito à vida. É possível observar que essas narrativas sobre Margarida, morta em decorrência de conflitos com usineiros, envolvendo direitos trabalhistas, assumem “potencialidades agenciativas” no sentido empregado por Souza & Ciccarone (2014, p. 34), ao inscrever a sua presença nas práticas e estratégias no interior da organização de mulheres. Elas não apenas constroem novo sentido para a morte – ressignificada pela Marcha, ao demonstrar as conexões entre as lutas cotidianas por direitos e reconhecimento (SOUZA & CICCARONE, 2014), como também através delas, Margarida é ativada e se constitui como sujeito, como tendo agência (VIVEIROS DE CASTRO, 2002).

Nesse sentido, a imagem da líder assassinada não está ali apenas como ícone da luta, mas como agenciadora da própria marcha, tornando-se sinal de resistência e continuidade da luta. Para além de meras ilustrações, as imagens de Margarida carregam um força discursiva como “[...] narrativas capazes de (re)criar o mundo, na medida em que agenciam novos atores em suas ‘lutas’” (SOUZA & CICCARONE, 2014, p. 43). De modo que a morte não aparece como ponto final, mas é ressignificada, traduz-se na reinvenção da vida que brota em inúmeras margaridas, para dar continuidade à luta. Como *imagem-memória*, Margarida Alves transita pelos tempos e passa a atualizar continuamente os significados e sentidos para a luta das mulheres (SOUZA & CICCARONE, 2014). Do ponto de vista da sua eficácia, ao articular percepções e classificações, torna-se algo capaz de impelir e organizar a ação e a experiência humana (TURNER, 2005).

Além das imagens de líderes estampadas em tecidos, painéis, estandartes e das faixas já mencionadas, havia também outras que atestavam a presença de outras categorias de trabalhadoras como comerciárias, bancárias, educadoras, rodoviárias, trabalhadoras das indústrias químicas, funcionárias públicas entre outras. As faixas faziam referência não só à categoria, mas ao estado, município do sindicato ao qual eram filiadas. Normalmente, apresentavam alguma reivindicação própria da categoria. Por exemplo, uma faixa carregada por bancárias trazia impressa: *Pela igualdade de oportunidades. Exigimos a contratação de negros e negras nos bancos!*

As bandeiras tinham uma presença forte. Detentoras que são de um forte simbolismo nos movimentos sociais do campo, de um modo geral, ao serem carregadas pelas mulheres, não apenas dava visibilidade à presença das várias organizações e movimentos na Marcha, como também expressava a sua identificação e o seu vínculo com eles²³³. Assim como o número de participantes, a bandeira também é um componente de linguagem revelador, por comunicar um coeficiente de adesão a um ou outro movimento, a uma ou outra organização. Tal comunicação se realizava pelo efeito de impacto visual que elas provocavam através das suas cores, demarcando territórios. Assim, a cor vermelha indicava a presença da CUT; o branco, a presença da CTB; as cores verde e branca, a Contag; e a lilás (bordas) com branco (meio), a Marcha das Margaridas. Esta última, aliás, predominava em meio ao colorido da Marcha. Em menor número, viam-se as bandeiras rosa choque em tom claro, das mulheres do MMTR-NE, e as roxas, da MMM. Aqui e acolá avistavam-se umas e outras/os carregando a bandeira dos seus respectivos estados, destaque para a bandeira de Pernambuco, que, estampada num enorme tecido, era carregada na horizontal por dezenas de pernambucanas, ocupando um espaço imenso em meio às marchantes.

As cores das camisetas também era algo que identificava o vínculo de quem as estava vestindo com alguma organização ou movimento parceiro da Marcha, ou com ela

²³³O tamanho das bandeiras (em metros) foi um aspecto discutido durante as reuniões da Coordenação Ampliada, algo que já havia gerado um certo conflito em marchas anteriores. Existia a queixa de que bandeiras muito grandes tira a visibilidade das bandeiras menores, então se sentiu a necessidade de padronizar o seu tamanho.

própria²³⁴. Formando um colorido mosaico humano, ao longe, era possível identificar os espaços pintados de alaranjado pelas mulheres vinculadas à Marcha Mundial; de roxo (ou vermelho) pintados por aquelas ligadas à CUT; de rosa choque, pelas mulheres do MMTR-NE; de branco, pelas da CTB; e, misturando-se a todos eles, predominava a cor lilás²³⁵, pintada no corpo das mulheres que marchavam vestindo a camiseta da própria Marcha das Margaridas.

O uso do chapéu de palha, adotado na primeira Marcha como símbolo da luta das trabalhadoras rurais, tornou-se a marca das Marchas das Margaridas, ganhando, a cada realização, novas variações e novos adereços. Neles, a criatividade das mulheres transborda. Chapéus de palha, as mais variadas palhas; chapéus de fibra, de couro, de nylon, de tecido, de croché; chapéus pintados ou decorados com flores, fitas, rendas, fuxicos, chita; chapéus que combinam cores e formas variadas e adornam as cabeças das margaridas marchantes. No meio deles, deparamo-nos com bonés, bandanas, cocares, turbantes, perucas, boinas coloridas. O que a gente via era um conjugado de força, ternura, criatividade e graça.

Em cada ala, havia pelo menos um grupo de mulheres manipulando instrumentos musicais, e utilizando a voz e o corpo como formas de expressão e de criação. As jovens dos

²³⁴ Assim como o tamanho das bandeiras, lembro-me que as cores das camisetas também foram motivo de discussão em reunião da Coordenação Ampliada da Marcha. Camen Foro sugeriu que todas as mulheres, independente dos movimentos e organizações as quais estivessem vinculadas, adotassem a cor lilás, identificada com o feminismo, para significar a unidade das mulheres. Ilda Margarida, representante do MMTR-NE, logo se contrapôs dizendo que as mulheres do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste marchariam vestidas com as cores do Movimento, rosa choque. Ilda argumentou que a caminhada deveria expressar, através das cores, a diversidade existente entre as mulheres, algo considerado como uma marca da Marcha: acolher as diversidades. À fala da Ilda se seguiu a de Graça, coordenadora estadual das mulheres trabalhadoras rurais de Santa Catarina, que afirmou que no seu estado já havia sido decidido quanto a cor das camisetas, e que as mulheres caminhariam de verde (a cor da Contag) e de bone branco. A cor branca em detalhes lilás, de um modo geral, identificava o vínculo das mulheres ou das organizações que as representavam com a Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). À intervenção de Graça seguiram-se outras e ao final ficou definido que seria respeitada a diversidade de todos os movimentos, embora as cores prioritárias seriam o lilás e roxo.

²³⁵ Dando uma olhada nos registros fotográficos e imagens das Marchas anteriores, desde a de 2000, é possível perceber uma passagem progressiva do predomínio da cor verde, que simboliza o movimento sindical representado pela Contag e nesse sentido identificada com a categoria *Mulheres Trabalhadoras Rurais*, para a cor lilás, simbolizando o feminismo. Esta era uma forma de comunicar, por um lado, que *mulheres do campo e da floresta*, abarcava não apenas mulheres identificadas com àquela categoria, mas uma diversidade de tantas outras, sob a bandeira do feminismo; e por outro, procurava demonstrar uma certa autonomia da Marcha em relação à estrutura da sindical, como se ela extrapolasse os limites da estrutura.

Tambores de Safo se posicionaram em uma ala; as jovens da batucada feminista da MMM em outra; as mulheres do Maranhão com suas saias de carimbó ou do tambor de crioula dançavam ao som dos tambores do grupo que as acompanhava; um grupo de senhoras da Região Nordeste embalava as outras mulheres em ritmo de forró, com triângulos e maracás; outro grupo da Região Centro-Oeste embalava o ritmo das marchantes tirando som de materiais de sucata, metálicos como latas, ou não metálicos, como recipientes plásticos; as Loucas de Pedra Lilás mostravam toda a sua irreverência à frente da ala *Educação Não Sexista, Sexualidade e Violência*. Também havia alas mais, digamos assim, “sisudas”, nas quais as mulheres apenas caminhavam carregando suas faixas e bandeiras quase no ritmo de uma marcha propriamente dita.

Bonecas gigantes feitas em papel marchê e com vestidos de chita ganhavam vida, margaridas enormes feitas de papelão floresciam no meio de uma multidão em que até pernas de pau marchavam. Rostos pintados nas mais variadas cores, muito dos quais trazendo uma margarida grávida, misturavam-se a outros rostos de mulheres brancas, negras, pretas, quilombolas, indígenas, sertanejas, caiçaras, cujos traços (e expressões corporais) revelavam tratarem-se de sujeitos de distintas origens e que me fazem lembrar a proposição de Paul Little (2002), para quem grupos específicos portam “saberes ambientais, ideologias e identidades, coletivamente criados e historicamente situados” – que configuram a sua cosmografia²³⁶ e que inclui também seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e às formas de defesa dele” (LITTLE, 2002, p. 4). As Marchantes estavam ali a defender também um espaço próprio de vida.

²³⁶ Considerando que a territorialidade humana tem uma multiplicidade de expressões, produzindo um leque muito amplo de tipos de territórios que apresenta, cada um deles, particularidades socioculturais, Paul Little utiliza-se da abordagem etnográfica para efetuar uma análise antropológica a fim de entender as formas específicas dessa diversidade de territórios. Nessa perspectiva, ele emprega o conceito de cosmografia objetivando compreender a relação particular que um grupo social mantém com o seu respectivo território.

O enredo como elemento expressivo da Marcha é dado pelo seu lema, que sustenta e dá sentido aos eixos apresentados pelas alas que, por sua vez, no seu conjunto, conectam formas de expressões de situações vivenciadas no campo e na floresta como violência, conflitos por terra e territorios, os impactos da presença do agronegócio, a privatização de bens comuns como a água e os territorios extrativistas, as desigualdades de gênero no acesso às políticas públicas, entre outras. Nesse sentido, ela é elaboração social de uma narrativa e encena um drama social!

Tais formas de expressão utilizavam-se de uma linguagem plástica e visual das vestimentas, adereços e alegorias – aspectos bastante valorizados, imprimindo à marcha algo dinâmico, dado pela relação entre contraste e harmonia, e desvelando uma dimensão artística na sua construção que, no conjunto, revelava uma estética bastante interessante. O que se observava nas ruas de Brasília era um misto de manifestação pública, de desfile de bloco carnavalesco ou de um daqueles desfiles que anunciam a chegada de algum evento em cidade do interior; e de uma passeata. Era um pouco de tudo isso e, no seu conjunto, apresentava uma estética da vida. A caminhada estruturada em alas, comissão de frente, trios, marchinha, poderia parecer muito distante daquilo que comumente se espera de uma manifestação pública, de um ação política.

A sua maleabilidade e criatividade, expressando-se em conteúdos diversos, mostrava que ali operava um mecanismo de bricolagem, tal como sugere Peirano (2003) a partir da leitura de Lévi-Strauss (1989). Os elementos trazidos pelas mulheres “[...] faziam parte de um repertório usual [...]”, mas ali eram reinventados. Para Peirano (2003, p. 49), “[...] a ideia de bricolagem vincula o ritual à criatividade e à originalidade — ao contrário do que diz o senso comum, que vê os ritos como rígidos e imutáveis — e, portanto, é favorável a mudanças e transformações”. Na marcha, vários elementos se juntaram para formação de um conjunto que, mesmo sem ser preconcebido na sua expressão, criava uma identificação, uma linguagem (partilhada pelas marchantes) que provocava um estado de sensações, anseios e desejos – sentimentos, emoções compartilhadas, o que transbordava na alegria com que marchavam, mas com intencionalidade política.

E, quando tá naquele processo lá, que fica todo mundo... É uma delegação pra lá, é outra delegação pra cá, é uma emoção. No momento em que você faz aquela linha, que você se direciona para a caminhada, é uma emoção que você se arrepia. Você dá vontade de chorar, você não sabe descrever o sentimento que você tem, porque você vê tantas mulheres unidas ali num só propósito, que é reivindicar, que é dizer e que é fazer parte dessa história pra mudar ela pra melhor (Josivânia, dirigente sindical, STTR de Belmonte/PE, integrante do MMTR-SC, 2011).

A marcha, a caminhada mexe muito mesmo. O sentimento que a gente sente dá vontade da gente chorar. A gente fica triste, fica alegre, porque a gente sabe que tá lá em busca de um mundo melhor, a gente sente isso, e a gente imagina: eu hoje tô aqui fazendo parte da história, história que os meus filhos no futuro vão falar; quando??? vier o que nós tamo querendo, eles vão dizer: “Minha mãe também brigou por isso.” Assim, o sentimento dá muito isso na gente, a gente fica muito feliz (Maria Pereira, dirigente sindical, STTR de Mirandiba/PE, integrante do MMTR-SC, 2011).

Eu me arrepio, me emociona olhar as mulheres marchando juntas, ver tantas mulheres naquela luta e saber que a gente já conseguiu bastante coisa com esse movimento. Não conseguimos tudo o que a gente quer ainda, mas a gente já conseguiu bastante coisa (Elenira, dirigente sindical, coordenadora da regional de Sobral/CE, 2011).

A primeira Marcha foi um desafio, uma grande expectativa, foi a realização de um sonho, onde eu vi que não era só eu que tinha o mesmo problema, vi que tinha várias mulheres com os mesmo problemas, pensamentos, objetivos, sofrimentos, e com a mesma busca [...]. Quando a gente chegou lá, a gente viu, a gente começa a ver que há uma necessidade de lutar muito maior do que a gente pensa. Ali, começamos a ver que há uma grande necessidade de lutar (Maria de Nazaré da Silva Souza (Paula), tesoureira do STTR do município Tomé-Açu/Pará, 2011).

Pra mim, a Marcha significa crescimento, na Marcha, eu me sinto grande, eu me descubro, percebo a força das mulheres, e elas têm tanta força! A força da fala, a fala de uma mulher é uma coisa que cala e provoca outras coisas que é o poder, a descoberta do empoderamento, as mulheres se empoderam a partir da fala. A cada Marcha, a gente tem uma descoberta, é um negócio incrível que a gente não dá conta de descrever, é mais sentindo mesmo (Euci Ana, coordenadora estadual da Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Fetagri-PA, 2011).

Na Marcha, eu tive a certeza de que nós temos força, que a dor das mulheres... ela não é algo só minha. Quando eu vi tantas mulheres juntas, eu disse vou-me somar, porque esse é o único caminho que a gente tem. A Marcha tem essa coisa minha da força. Quando as mulheres botam o pé em Brasília, todas juntas comigo, é algo, assim, que a gente não dimensiona (Carmen Helena Foro, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, 2011).

É muito interessante a gente ver a multidão, isso que é bonito. Eu não consigo acompanhar nem uma procissão, mas a marcha eu acompanhei na boa. E isso me fez muito feliz, e mais me incentiva e vai-me incentivar pra vir a outras. O povo

gritando, dizendo palavras de ordem, isso mais me impactou: todas as mulheres juntas! É um sentimento de poder, de revolucionar, um sentimento de que a gente é capaz de fazer o que a gente quiser (Lúcia, MMTR-NE, 2011).

Quando eu vejo todas aquelas mulheres caminhando juntas, eu sonho, eu digo: Quiçá, sejam as mulheres que vão construir essa revolução! Elas vão-se dando as mãos, se dando as mãos... E elas, sem perder suas características, mas mostrando a unidade, vão construir um outro mundo, porque é possível a gente fazer no conjunto, no coletivo (Célia, representante do CNS na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011, 2011).

A marcha, a caminhada, a estética que ela apresentava era a forma de expressão que completava a experiência vivida durante todo o processo de construção da Marcha das Margaridas, uma performance no sentido semelhante ao que se refere Turner, que evocava “[...] com força as dimensões coletivas do vivido.” (DAWSEY, 2013, p. 383). Um momento liminar, capaz de “[...] suscitar experiências de *communitas* [...]” (DAWSEY, 2013, p. 380) e unificar vários grupos sociais ali representados, marcados por conflitos e tensões as mais diversas e das mais diversas origens (TURNER 2008; 1974, DAWSEY, 2013;)²³⁷ Ali, as diferenças mostravam-se *capazes de se misturar* (AUGÉ, 1997), dando sentido à afirmação: *somos todas margaridas*, e, por intermédio dos corpos e das vozes, desvelavam aquilo que era silenciado na vida cotidiana.

O maior efeito da Marcha é ela própria conseguir ser reconhecida como a Marcha das Mulheres do Campo e da Floresta, das quilombolas, das ciganas, as mulheres das comunidades de fundo de pasto, as caiçaras, enfim, são tantas mulheres com seus jeitos, aquelas companheiras que são das comunidades de terreiro com suas roupas lindas e maravilhosas, que coisa

²³⁷ No seu artigo *The anthropology of performance*, Victor Turner (1987) se declara adepto da tradição epistemológica que destaca o que Wilhelm Dilthey chama de “experiência vivida” (*Erlebnis*), a qual diz respeito ao indivíduo como ser social, participante de uma experiência coletiva (Dawsey, 2013). É por essa dimensão coletiva da experiência que Turner se interessa: *Para Dilthey experiência é um sistema multifacetado contido coerente, uma vez dependente da interação e interpenetração da cognição, do afeto e da vontade. Ela é composta não apenas das nossas observações e reações, mas também da sabedoria acumulada (e não do conhecimento, que é cognitivo em essência) da humanidade, expresso não apenas nos costumes e na tradição, mas também em grandes obras de arte. Existe um corpo vivo e crescente de experiência, uma tradição de communitas, por assim dizer, que corporifica a resposta de toda a nossa mente coletiva para toda a nossa experiência coletiva. Adquirimos essa sabedoria não pelo pensamento abstrato solitário, mas pela participação imediata ou indireta através dos gêneros performativos em dramas socioculturais* (Turner, 1987, p.84) [tradução minha]

bonita! Então isso causa impacto! (Célia, representante da CNS na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011, 2011).

A gente vê como nós não estamos mais paradas, nós mulheres não estamos paradas. É uma luta meio árdua, mas a gente tá vendo a organização que tá acontecendo no Brasil e em todo mundo, uma boa parte do povo se juntando pra estar lutando por um só objetivo, umas é por coco, outras é por terra. Umas são quilombolas, outras índias, outras são ribeirinhas. Todo mundo tem a mesma luta, que é a melhoria de vida de cada um. A gente não tá distinguindo ninguém, tá juntando todo mundo pra estar lutando pelo mesmo, pela mesma coisa, pelo mesmo objetivo. Eu fico muito feliz em ver que a gente tá-se juntando a outras pessoas, que estamos lutando pra ver as quebradeiras melhor, pra ver as trabalhadoras rurais melhor de vida, pra cobrar do governo nossos direitos que são esquecidos. Enfim, eu fico feliz e fiquei muito feliz em participar de tudo isso. A Marcha, pra mim, é um espaço de mulheres, de trabalhadoras, de luta. Margarida Alves deixou pra gente esse legado de luta, essa semente, plantou essa semente pra que hoje a gente esteja cultivando. E essa semente tem que germinar, e tem que germinar por nós, mulheres! E margaridas somos todas nós, mulheres que buscam fazer essa semente germinar (Dona Moça, quebradeira de coco babaçu, representante do MIQCB na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2007, 2011).

Viver coletivamente a experiência da caminhada resulta também, de acordo com as falas, num sentimento de força. Então, a Marcha, ao se constituir performaticamente numa ação política, é prática produtiva de poder, ao mesmo tempo em que o comunica simbolicamente, mediante a combinação de comportamentos verbais e não verbais (TAMBIAH, 1968). Um poder que se produz e se expressa a um só tempo pelo uso da fala, pela utilização de imagens visuais, de registros sonoros e do uso do corpo em toda a sua fisicalidade, mentalidade e espiritualidade, em um espaço relacional onde a dualidade corpo/mente desaparece (BRAH, 2011, p. 154).

A Marcha inteira comunicava. Essa expressão utilizada por Chaves (2000, p.71) para se referir à Marcha Nacional dos Sem-Terra pode perfeitamente ser reproduzida no caso da Marcha das Margaridas. Era impossível ser-lhe indiferente. Ao comunicar, ela propiciava o envolvimento e a interação com os *outros*, ela implicava *outros* (BAUMANN, 1992). Nas vias públicas de Brasília, ela dizia os seus motivos, os seus objetivos e propósitos, sob os olhares atentos de transeuntes, de motoristas impacientes, de observadores curiosos, enfim, do público, que, na maioria das vezes, aclamava a passagem com gestos, palavras, gritos e sorrisos, ou, ainda, movimentando o corpo para acompanhar o ritmo que embalava a caminhada. Penduradas nos viadutos,

faixas saudavam e davam as boas-vindas às Margaridas. Pode-se dizer, seguindo o rastro de Chaves (2000, p. 71), que, ao promover tamanha interação, a marcha se constituía em *um ato de fala coletivo*, um enunciado coletivo que, em um contexto de ampla interação comunicativa, dava a conhecer ao público espectador a sua enunciativa: eram todas *margaridas!*

Se a Marcha em si comunicava, ela própria era comunicada. Durante toda a caminhada e mesmo durante /todos os atos e ações nela implicados, era visível a presença de jornalistas, fotógrafos e operadores de câmera.

Como mencionei anteriormente, havia uma Equipe de Comunicação especificamente para tratar da Marcha das Margaridas, com a finalidade de lhe dar mais ressonância. Existia a preocupação em ampliar ao máximo a sua visibilidade. A equipe era composta por três dirigentes da Contag, incluíam-se Carmen Foro, seis assessores/as, três jornalistas e uma publicitária. De início, os dirigentes esboçam uma proposta, a partir da qual foi elaborado um Plano de Comunicação, que continha uma amostra do conjunto das ações concebidas para divulgar a Marcha tanto internamente ao movimento sindical²³⁸ quanto em âmbito externo, no sentido de tornar públicas as etapas do evento. O Plano reconhecia essa comunicação como um *instrumento estratégico e fundamental na luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais*, visando à *democratização da informação*. A seguir, com base no Plano e no relatório apresentado posteriormente, descrevo como se desenvolveram as referidas ações.

A proposta apresentada correspondeu ao período de julho a agosto de 2011; envolveu a cobertura de mídias externas e internas (Sistema Contag/Fetags de

²³⁸ Em relação à comunicação interna ao movimento sindical, as Fetags de todos os estados foram contatadas e receberam sistematicamente material informativo sobre a Marcha. Os seus sites veicularam as matérias do site da Contag e fizeram produções independentes. Para isso foi necessário construir um diálogo fluido entre a assessoria da Marcha e os assessores das Fetags, de modo que as demandas fossem atendidas. Além disso, os atos regionais tiveram cobertura da imprensa, fruto da parceria entre a Assessoria de Imprensa e as assessorias dos Estados. Toda clipagem era compartilhada com assessores e diretores da Contag.

Comunicação). Para isso, propunha-se à articulação e ao envio sistemático de pautas e *releases* às redações de mídias impressas e eletrônicas locais, estaduais e nacionais (priorizava colunistas dos principais veículos de comunicação). Atendiam-se as demandas dos vários jornalistas, além da publicação de matérias no *site* da Contag, potencializando a difusão de cada uma das etapas da Marcha. Fazia-se também o agendamento e o acompanhamento das entrevistas de Carmen Foro²³⁹ e de outros dirigentes da Contag.

Considerando também a possibilidade de uma reação negativa da população do centro de Brasília em virtude de transtornos como engarrafamento, barulho, lixo, havia a preocupação de que se produzissem *spots* para rádio, VT no DF TV, anúncios ou mesmo *outbus*, *taxidoor* a fim de que a população suportasse a presença de 100 mil mulheres em Brasília durante dois dias.

A equipe elaborou uma *pauta/releases* que continha, desde a entrega da pauta de proposições e reivindicações no Planalto, *cases* pautados nos sete eixos temáticos: preparação da Marcha nos Estados, factuais locais e nacionais; cobertura das negociações da pauta da Marcha com o Governo; atos políticos na saída e no trajeto das mulheres em direção a Brasília, até a chegada das delegações na Cidade das Margaridas; cobertura da Mostra Nacional da produção das Margaridas, dos painéis de debates sobre os eixos temáticos, do lançamento da Campanha Contra Agrotóxicos, do lançamento do PL de Iniciativa Popular para a Reforma Política, da sessão solene no Congresso Nacional e da exposição fotográfica no Hall da Taquigrafia, além do Congresso Nacional, da abertura da Marcha, do lançamento CD Canto das Margaridas e do show de Margareth Menezes, até a caminhada à Esplanada dos Ministérios, e, por fim, o pronunciamento da presidenta Dilma na Cidade das Margaridas.

Além dos jornais de Brasília (*Correio Braziliense* e *Jornal de Brasília*), jornais de repercussão nacional como o *Estado de São Paulo*, *Jornal do Brasil* e *Correio do Brasil*,

²³⁹ Carmen Foro era constantemente assediada para dar entrevistas, e ao concedê-las, ela sempre procurava expressar os propósitos políticos da Marcha, publicizando o seu caráter político para além do objetivo de marchar em Brasília.

mais 17 jornais impressos noticiaram a Marcha. Também as revistas *Carta Capital*, *Veja*, *Isto é Dinheiro*, *Exame*, *Caras*, e *Caros Amigos*. Podiam-se ler notícias da Marcha ainda nos *sites* do Governo Federal, principalmente nos *sites* dos Ministérios envolvidos, nos *sites* das entidades parceiras – nacionais e internacionais, de ONGs, da CUT, da CTB, bem como nos *sites* das federações de agricultores.

Também em outros *sites* e *blogs*: Clic RBS, Folha.com, Brasil Portais, Notibras, Pantanal News, Aqui Sudeste, Paraná on line, Portogente, Amazonas em Tempo, Calila Notícias, Plenário Notícias, Agora MS, Mundo Sindical, DCI, Rede Brasil Atual, 24 Horas News, Blog do Planalto, Destak, Jario Web, Alagoas 24 horas, EM.com (mg), Blog Amazonidas, Pernambuco.com, Coletivo.com, Pantanal News, Página Rural, Blog do Cobra, Click Paraíba, Linha Direta, Rondônia Dinâmica, Coletivo Mais Comunidade, Imirante.com, Blog do Edson, Rondonotícias, Infonet, Paraíba.com, Blog do Caramuru, Vila Mulher, Jornal Nova Fronteira, Blog Biritinga, Bom Dia Sorocaba, Conexão Tocantins, Mais Brasília.com, Notícias Já, o Barriga Verde, Coisas de Maceió, Acesse Piauí, Ykom.com, MSN, Estadão, Brasília em Dia, NE 10 (sistema jornal do comércio), Mídia Max, MS notícias, Top News, 24 Horas News, JP News, Click Sergipe, Piripipi 40 graus, Infonet, Painele Popular, Paraíba.com, Meio Rural, Destaque Rondônia, Tudo Global, Blog Mídia Crucis e outros. Havia uma preocupação de estabelecer diálogos com blogueiros, formadores de opinião comprometidos com o feminismo, questões sociais, direitos humanos e agroecologia.

A Marcha foi notícia também em algumas agências de notícias como Agência Brasil, Agência Estado, Agência Folha, Agência Câmara, Agência Senado, agências internacionais, UITA, Ibero América Brasil, Agência Jornal Floripa, Agência Notícias do Acre, e nos Portais: UOL, Terra, R7 (Record), GL, IG, G1, IG, Stylo, Globo Nordeste, Minas Livre, 180 Graus, O Dia e Sul 21. Na televisão, ela foi veiculada pela NBR, TV Brasil, SBT, Record, Globo Rural, Globo News, Mix TV, Jornal Nacional, TV Canção Nova, RBS / Programa Campo e Lavoura, Rede Amazônia / Programa Momento Amazônia (Globo Norte), um total de 44 matérias.

Nas rádios, a Marcha foi divulgada por rádios comunitárias / Rede Abraço, pela Rádio Nacional AM e FM (EBC), Jornal do Comércio, Jovem Pan, CBN, Band News, Rádios Dia-a-Dia, Rádio Fandango, Goiás Agora, Grande Rio FM, Aquiraz Rádio on line, Radioagência Nacional, Planeta 97 FM, um total de 36 matérias.

Por serem consideradas importantes ferramentas de comunicação *de todos pra todos*, as mídias sociais: *facebook* e *twitter* foram utilizadas, divulgaram-se conteúdos que foram *compartilhados ao infinito*. Uma profissional ficou responsável pela alimentação dessas redes.

Foi criada uma página no facebook²⁴⁰. Mensagens sobre a Marcha eram postadas diariamente, bem como notas informativas e álbuns de fotos. Os usuários da internet mantinham constante e positiva interação, enviando comentários e compartilhando informações. Com o investimento feito, através do facebook, em um mês, o número de membros saltou de 30 para 798. De 24 de julho a 24 de agosto de 2011, as publicações haviam sido visualizadas por 164.588 pessoas; 2.345 pessoas curtiram ou comentaram as postagens. Embora a maioria dos membros fosse do Brasil e da América Latina (Uruguai, Argentina, Equador, Chile, Bolívia, Costa Rica, México, Colômbia, Peru), pessoas de outros continentes também visitaram a página (Estados Unidos, França, Canadá, Portugal, Espanha, Suíça, Dinamarca, Noruega, Itália).

O *twitter* @MarchaMargarida, do período de 3 a 26 de agosto de 2011, passou de 0 para 537 seguidores. Nesse período, foram publicadas em média 18 mensagens por dia, possibilitava-se o *retuíte* das mensagens pelos seguidores, que, ao mencionarem o perfil, produziam um efeito multiplicador incrível. Os seus principais seguidores eram o Inkra, o Fórum Feminista (Barcelona), Militância do PT, PT na Câmara, Folha de São Paulo, Blogueiras Feminsitas, Marcha das Mulheres, Juventude CUT Brasil, Ciudad de Mujeres (Espanha), TV NBR, A Voz do Brasil e a Melania Foudation (Holanda).

²⁴⁰ www.facebook.com/Marchadasmargaridas

Elaborou-se uma documentação fotográfica e um documentário. A pauta de construção de ambas as produções seguiu basicamente aquela expressada nos *releases*, exposta acima. As fotos compuseram um banco de imagens e foram utilizadas para incrementar a divulgação. Além disso, a partir delas, foi produzido e publicado um livro, documentando em fotos a *Marcha das Margaridas 2011*²⁴¹.

Utilizando-se da ferramenta “Alertas do Google”, a equipe de comunicação da Marcha analisou a repercussão do evento nos meios de comunicação. Segundo a equipe, do ponto de vista da mídia comercial, a amostragem obtida revelou 205 inserções enfocando a proposta da Marcha, suas reivindicações, sua dimensão, e realizaram entrevistas. Dos aspectos negativos, aproximadamente, 10% da amostra mencionavam o trânsito lento de Brasília e o lixo deixado no Parque da Cidade. A mídia social, por sua vez, apresentou em torno de 166 inserções, com enfoque 100% positivo. Em relação à mídia governamental, foram observadas, mais ou menos, 38 inserções²⁴².

Além de tudo isso, foi elaborada uma carta assinada pela Contag e organizações parceiras da Marcha endereçada à sociedade e divulgada na imprensa (durante a Marcha, a carta foi distribuída às participantes e aos populares nas ruas). Abaixo, apresento o conteúdo dessa carta.

De fato, a caminhada e o ato de encerramento receberam intensa cobertura jornalística. Ao ser notícia divulgada por variados meios (multimídias), a Marcha ganha

²⁴¹ Para a equipe de fotografia, além do fotógrafo da Contag (César Ramos), foram contratados os serviços das fotógrafas Regina Santos, Cláudia Ferreira e Isabela Lyrio. Já a equipe de vídeo/documentário foi dirigido pelo cineasta Silvio Tandler. A ideia inicial era de que fosse produzido um documentário longa-metragem sobre a trajetória de lutas das mulheres trabalhadoras rurais. As filmagens iniciaram-se antes da realização da Marcha em Brasília e foram finalizadas, nos estados, posteriormente. Deste material, captado em vídeo digital, antes e durante a Marcha, seria editado um curta de 10 minutos. As filmagens chegaram a ser feitas, porém, o filme não foi finalizado.

²⁴² A Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) transmitiu cobertura intensa da Marcha pela TV NBR, Rádio Nacional e Agência Brasil.

expressiva notoriedade. No caso, o seu sujeito político também era comunicado, exposto e exibido como *mulheres do campo e da floresta*.

CARTA DA MARCHA DAS MARGARIDAS

Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Liberdade e Igualdade. Com este lema, Marcha das Margaridas está de volta a Brasília, neste mês de agosto, 16 e 17, realizando um conjunto de atividades – mostra da produção das margaridas, e atividades formativas como conferências, painéis, oficinas, debates e apresentações culturais e manifestações públicas.

Durante vários meses, mulheres de todo o país trabalharam na construção da Marcha das Margaridas debatendo sua plataforma política e pautas de reivindicações, mobilizando de diversas maneiras as condições financeiras para chegarem até Brasília.

A Marcha das Margaridas, assim denominada em homenagem à líder sindical Margarida Maria Alves, assassinada em agosto de 1983, representa a um só tempo, um legado e uma homenagem. Margarida vive nas mulheres trabalhadoras do campo e da floresta, que não só reproduzem seu compromisso e luta, como o ampliam e fortalecem com sua crescente capacidade política de proposição e negociação de políticas para um Brasil sem miséria, com justiça e igualdade.

Cerca de 100.000 mulheres de todas as regiões do país, de todas as raças, etnias e gerações, mobilizadas por mais de 4000 STTR's – Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura, centrais sindicais, movimentos feministas e de mulheres estão na Capital Federal. Trazem a expectativa de terem respostas positivas à sua pauta de reivindicações, entregue ao governo federal no mês de julho. Entre as ações e atividades previstas para esses dias, estão a participação em Sessão Solene e a realização de ato contra a violência no campo no Congresso Nacional. Dessa forma, as mulheres do campo e da floresta demonstram a dimensão da sua intervenção política para o enfrentamento dos grandes desafios da atualidade, para que se realize cidadania plena, com justiça e igualdade. Nessa perspectiva, pretendem também apresentar sua pauta ao Poder Judiciário.

A Marcha das Margaridas 2011 reafirma a necessária realização de uma Reforma Agrária ampla e massiva como condição primeira para vencer a miséria, transformar efetivamente a realidade econômica e social e construir um país justo, soberano, democrático e sustentável. Essa necessidade é imperiosa para as mulheres, que representam 47,9% da população do campo e da floresta, dentre as

quais predomina a pobreza e a permanência em acampamentos espalhados por todo o país. As mulheres do campo e da floresta compreendem que não há desenvolvimento sustentável, justiça, autonomia, igualdade e liberdade no país enquanto predominar o modelo de desenvolvimento dominante, excludente, concentrador da terra e da renda, representado pelo agronegócio. Esse modelo expande as monoculturas, destrói a biodiversidade e o meio ambiente, compromete a agricultura familiar, reproduz a violência, gera empobrecimento e miséria no país. A questão agrária no Brasil é fonte permanente de violência no campo e na floresta e exige um conjunto de medidas por parte do Estado para limitar o tamanho da propriedade da terra; atualizar os índices de produtividade da terra; punir o latifúndio e as áreas improdutivas que degradam o meio ambiente, não cumprem os direitos trabalhistas e praticam o trabalho escravo.

A Marcha das Margaridas defende as águas como bem essencial à vida e direito universal, disponível para o consumo humano e produção de alimentos em quantidade e qualidade necessárias. Essa perspectiva é incompatível com os grandes projetos que fortalecem o hidronegócio e a mercantilização da vida. São 2011 razões para marchar por Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Liberdade e Igualdade. Dentre essas razões, está a proteção à Biodiversidade e ao meio ambiente, à autonomia e ao direito dos povos de defenderem sua cultura alimentar e garantir políticas de desenvolvimento que estimulem e protejam a produção, distribuição e consumo de alimentos saudáveis, seriamente ameaçados pelas grandes corporações do sistema agroalimentar com as monoculturas e o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas.

A Marcha das Margaridas vem denunciar as condições de vulnerabilidade social das trabalhadoras do campo e da floresta que vivem em situação de violência, não tem autonomia econômica e sequer autonomia sobre o seu próprio corpo. Na perspectiva de superar essas condições, propõem políticas públicas que possam se efetivar para que tenham seus direitos respeitados e alcancem cidadania plena. A violência exige um amplo compromisso social para que seja combatida em todas as suas formas de manifestação. Não é possível silenciar diante do preconceito e da violência que atingem mulheres, jovens e meninas. A discriminação racial e a homofobia não podem ser toleradas em uma sociedade que se quer justa, que preconiza a liberdade e a democracia.

A MARCHA DAS MARGARIDAS acredita que outro país é possível, com justiça, autonomia, igualdade e liberdade, se as mulheres também estiverem fortalecidas em suas condições de participação política. É preciso integrar os espaços de poder e representação política, condição fundamental para fazer avançar a democracia e superar as desigualdades na sociedade brasileira.

7.2 Ato público

A caminhada foi coroada com um ato público na Esplanada dos Ministérios, em frente ao Congresso Nacional. O primeiro carro de som estacionou, as mulheres começaram a se aglomerar na Praça dos Três Poderes. Aos poucos, os outros carros de som se aproximavam, um a um, trazendo, com eles, cada vez mais mulheres. A passos lentos, já demonstrando cansaço pela longa caminhada, chegavam outras tantas acompanhando as últimas alas, que, como as anteriores, se desfaziam. As marchantes, protagonistas da caminhada, se transformavam agora em público do ato.

As mulheres espalharam-se pelas imediações, algumas disputando qualquer espaço onde porventura houvesse sombra. Algumas se cobriam com bandeiras e com os próprios chapéus, que as simboliza e as protegiam. Tendo o gramado por assento, muitas, em silêncio, procuravam refazer as forças, outras se agrupavam em torno dos tambores. A maioria permanecia em pé, concentrando-se, junto com seus pares, em frente ao carro de som, que doravante serviria de palanque para lideranças de movimentos sindicais, de organizações feministas e de parlamentares, pessoas que direta ou indiretamente se colocavam ao lado daquelas mulheres. Elas aguardavam o início do ato.

As animadoras, intercalando-se na animação, cumpriam a sua tarefa, encorajando com entusiasmo as marchantes, tentando concentrar a sua atenção. O Canto das Margaridas, intercalado com “vivas” e palavras de ordem, repercutia na multidão. Enquanto se aguardava a chegada das outras participantes, do alto do trio, palavras eram dirigidas à sociedade em geral, representada ali pelos olhares curiosos do público, que se aproximava para saber do que se tratava aquela aglomeração. Muitas pessoas vieram apenas participar do ato. De cá de baixo, elas ouviam as animadoras dizerem por que aquelas mulheres estavam ali, o que queriam, o que significava a Marcha, cujos temas eram sempre repetidos. Em outros momentos, os “ditos” eram direcionados ao Congresso Nacional, como se anunciando a chegada daquelas mulheres.

Lá no alto, o espaço que servia de palanque passava a ser cada vez mais disputado. Além dos diretores da Contag, havia alguns dos seus assessores, representantes de movimentos e organizações parceiras ou apoiadoras da Marcha que lá permaneciam. Aos poucos, iam chegando parlamentares, trazendo também a sua assessoria ou algum acompanhante. Com exceção destes, para subir no carro de som, era necessário apresentar o crachá de identificação, cujo portador poderia ser da equipe de organização ou da imprensa. Fotógrafos, jornalistas, repórteres, cinegrafistas, todos esses também disputavam espaço no palanque. Nas proximidades das escadas que davam acesso à plataforma superior, rapidamente se estabeleceu um tumulto. Muitas pessoas queriam subir e manifestavam o seu desejo utilizando variadas justificativas. Outras desciam para que outros subissem. Umas/uns empurravam a fim de subir, outras (os) se esforçavam para descer, de modo que, em muitos momentos, a passagem ficava completamente bloqueada. O pessoal da equipe de organização tentava desobstruir o trânsito impedindo a passagem ou liberando-a. Fundamentalmente, o palanque é o lugar da palavra (CHAVES, 2008), e, sendo assim, deveria ser garantida a passagem de quem estava legitimamente autorizada(o) a usá-la.

Passados alguns minutos, as marchantes já acomodadas e concentradas, inicia-se ao ato propriamente dito. Raimunda Mascena, coordenadora da primeira e da segunda Marcha das Margaridas, assumiu a coordenação do ato. Ela procurava mobilizar a atenção do público mantendo-o entusiasmado e também distribuía a concessão da palavra aos oradores.

Alberto Broch, presidente da Contag, procedeu à fala de abertura, na qual destacou as principais reivindicações das mulheres do campo, desde a democratização dos recursos naturais, em defesa do agroextrativismo, da terra, da água e da floresta viva, até a importância de ter essas mulheres ocupando espaços de poder. Destacou ainda o poder de mobilização, visto que não se tratava apenas de entregar uma pauta de reivindicações ao governo, mas também de reconhecer a importância do ser feminino para o desenvolvimento do país.

Fica uma lição de cidadania e a visibilidade às mulheres do campo, que têm dupla, tripla jornadas e produzem a cultura que esse país tem e queremos que preserve. Oxalá, essa luta chegue ao Congresso para que sejam aprovadas medidas importantes como a PEC do Trabalho Escravo e a reforma política para que mais mulheres possam ter espaço (Alberto Broch, presidente da Contag, 2011).

As representantes regionais da Comissão Nacional das Trabalhadoras Rurais (CNMTR), na Coordenação Ampliada da Marcha, também fizeram uso da palavra. Elas denunciaram a concentração de terra no país – “a maior do mundo, o modelo de produção vigente no Brasil, que favorece as grandes propriedades, o latifúndio e destrói o meio ambiente e envenena a terra, a água e os alimentos, com o uso intensivo de agrotóxico.” Denunciaram, ainda, os grandes projetos, que têm expulsado as populações rurais, quilombolas e indígenas de suas terras, provocando um aumento no índice de violência e de prostituição. E se posicionaram em defesa da democratização da terra como medida fundamental para garantir os direitos dos povos do campo e da floresta e um *desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade*.

Na sequência, foi a vez de Carmen falar. “Face pública” das mulheres do campo e da floresta, daquelas mulheres que ali estavam e de tantas outras que, mesmo anônimas, estavam ali representadas, e líder reconhecida por essas mulheres. Carmen se posicionou como porta-voz política e não como dirigente da Contag. Enfatizando o caráter da Marcha (de mobilização, organização, articulação, formação, denúncia, proposição e negociação), ela denunciou as condições de vida das mulheres do campo e da floresta. Em seguida, anunciou as suas principais proposições e reivindicações para a construção de ações e políticas públicas que possibilitem o alcance de um desenvolvimento sustentável para o País, com justiça, autonomia, igualdade e liberdade. Ressaltou a capacidade política e de mobilização de recursos financeiros que as mulheres demonstraram para chegarem a Brasília, e continuou...

Alguns perguntaram se eu achava que havia 100 mil mulheres em Brasília. Eu disse que não, que tínhamos milhões, porque essas que vieram trouxeram na alma o desejo de transformação de todas aquelas que não puderam vir. Todas que foram assassinadas ressurgiram hoje, portanto, Margarida Alves vive entre nós para dizermos que queremos um país com desenvolvimento, mas que esse desenvolvimento seja social, econômico e também ambientalmente responsável. (Carmen Helena Foro, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, 2011).

Em seguida, ela enfatizou os principais pontos contidos na Carta distribuída à sociedade. Do manuscrito que pauta essa sua fala, retiramos os seguintes trechos:

Estão presentes neste ato diversos sujeitos políticos, mulheres trabalhadoras do campo e da floresta, trabalhadoras da cidade, trabalhadoras domésticas, operárias, estudantes, professoras, militantes LGBT, como as companheiras dos movimentos de lésbicas, todas, unidas, na maior manifestação de mulheres da nossa história para, a um só tempo, denunciarmos todas as formas de discriminação e desigualdade, mas também, apresentar propostas aos dirigentes e políticos deste país, pois acreditamos que é possível transformar – fazer justiça, conquistar autonomia, igualdade e liberdade para as mulheres, do contrário não podemos efetivamente realizar as transformações necessárias. [...] Abraçamos, mais uma vez, o desafio de construir uma pauta de reivindicações nacional para o Governo Federal, o Congresso Nacional e o Poder Judiciário num amplo diálogo e respeito a toda diversidade cultural, racial, geracional e também econômica e política. Agricultoras familiares, assalariadas, assentadas, acampadas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhas, pescadoras, indígenas, mulheres guerreiras guardiãs da nossa biodiversidade, resistentes à força destruidora do latifúndio e do agronegócio [...]. Unidas, demos conteúdo político ao nosso lema – Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Liberdade e Igualdade. Temos orgulho de termos uma plataforma política detalhada com nossas posições, com toda a clareza política sobre o tipo de sociedade que queremos construir (Carmen Foro, ato em frente ao Congresso Nacional, 2011).

Representando a Coordenação Ampliada da Marcha, fizeram uso do microfone representantes das duas centrais sindicais que compõem a Coordenação Ampliada da Marcha: a CUT, através da secretária da Mulher Trabalhadora da CUT, Rosane Silva; e a CTB, que teve como interlocutor Adilson Araújo, presidente da Central, que enfatizou elementos da conjuntura, da crise internacional do capitalismo e, diante dela, os desafios que se colocavam para o “Governo Dilma”. Rosane, por sua vez, lembrou todo o processo de construção daquela Marcha e, nele, o envolvimento da CUT. Resgatou, ainda, algumas proposições contidas na pauta de reivindicações, consideradas, por ela, fundamentais para garantir a autonomia econômica das mulheres. Dentre essas proposições, estão a ampliação da oferta de creches no campo e na cidade, a necessidade de ampliação do crédito e da oferta de assistência técnica às trabalhadoras rurais. E encerrou sua fala com uma expressão utilizada pela presidenta Dilma no discurso de posse: *Nós, mulheres, podemos!* Que, de certa forma, indica uma busca de interlocução com a representante do próprio Estado.

Além das centrais, pronunciaram-se representantes da Marcha Mundial das Mulheres e Articulação das Mulheres Brasileiras, as duas últimas deram o tom em defesa das

bandeiras feministas. Mais incisiva, Nalu Faria pontuou temas como o impacto dos grandes projetos na vida das mulheres, a violência, a prostituição e a descriminalização do aborto. Finalizando: *A chama que nos move é a chama da revolução!* Menos enfático e mais emotivo, o texto lido por Nilde Souza, representante da AMB, versou sobre o tempo das mulheres:

É tempo das mulheres. É tempo das mulheres do Campo e da Floresta, das rurais, ribeirinhas, negras, quilombolas, quebradeiras, extrativistas, indígenas, sindicalistas, feministas. É tempo de criar um mundo novo, a partir de um novo modo de fazer movimentos, que ajude a cada uma de nós a nos recriarmos a cada dia, deixando de lado essa imposição de ser o que os outros querem qua a gente seja, sendo nós mesmas com todas as contradições e dúvidas que tenhamos que carregar, mas sem ninguém a decidir nosso caminho e o nosso destino. É tempo de fazer movimento e, ao mesmo tempo, fluir movimento, gostar de estar juntas, de denunciar o que sofremos, de expressar nossas ideias, de rir de nossos próprios erros, mas nunca parar de lutar. É tempo de continuar a luta por reforma agrária e por um modelo de desenvolvimento que garanta a igualdade e a justiça social. É tempo da parar com assassinatos de liderança rurais, campesinas, indígenas, extrativistas. É tempo de punir os mandantes e assassinos de nossas lideranças. É tempo de denunciar esse modelo desenvolvimentista baseado no crescimento que agrava as injustiças sociais e ambientais e a situação de exploração e opressão sobre nós, mulheres. É tempo de cuidar da mãe Terra. É tempo de parar com a mercantilização da natureza, dos nossos rios, das nossas águas, das nossas florestas, que são bens comuns, que não podem ser privatizados pelo capital. É tempo de parar Belo Monte. É tempo de parar com usinas hidroelétricas na Amazônia. [...] (Nilde Souza, AMB, 2011).

Então, foi a vez da atriz Leticia Sabatella se pronunciar. Ela estava ali representando o Movimento Humanos Direitos (MHuD)²⁴³. Foi uma fala emocionada e emocionante, vertida em

²⁴³ O MHuD estava participando da Marcha em decorrência do apoio que vinha sendo dado a Dona Maria Joel, cuja ameaças de morte tinham tomado proporções alarmantes. Ela procurou refúgio no Rio de Janeiro onde foi acolhida por um dos integrantes do Movimento. O MHuD tomou-lhe a defesa em nome dos direitos humanos, articulando junto com outras organizações (Justiça Global, Terra de Direitos, além da CONTAG), reuniões em Brasília com o Ministério da Justiça e a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, nas quais foi apresentada uma síntese da situação da violência envolvendo conflitos de terra no Pará, a omissão do governo e a preocupação com os(as) ameaçados(as) de morte. A história de Dona Maria Joel havia sido tema de matéria do fantástico em 31/07/2011. Ela é viúva de José Dutra da Costa, “Dezinho”, então presidente do Sindicato de Rondon do Pará, assassinado, em 2000, na frente da sua casa. Nos sete anos que esteve no comando do sindicato, Dezinho sofreu ameaças e emboscadas, e então veio a morte determinada por um consórcio de “grileiros”, madeireiros e latifundiários, e encomendada pelo fazendeiro José Décio Barroso Nunes, o Delsão. Dezinho ainda conseguiu reter o seu assassino, o pistoleiro Wellington de Jesus Silva, que foi preso e confessou haver recebido dois mil reais e um revólver para executar o crime. O mandante do delito responde ao processo em liberdade, enquanto Wellington, julgado e condenado a 29 anos de reclusão, obtendo, em 2007, permissão para passar o final de ano fora da prisão, nunca mais voltou, sendo declarado fugitivo. Depois de Dezinho, um outro diretor do mesmo sindicato, Ribamar Francisco dos Santos, também foi assassinado. Diante dos assassinatos cometidos, nenhum homem quis assumir cargo diretivo no sindicato, e hoje, toda a executiva, é composta por mulheres, dentre as quais Dona Maria Joel que assumiu a sua presidência. Ela que, à princípio, não queria que o marido se envolvesse “com essas

lágrimas, nas suas lágrimas e nas de quem a escutava. Com a voz suave e pausada, dirigiu-se às mulheres falando da alegria de estar ali e externalizando toda admiração e respeito a elas, pelos obstáculos que tiveram de enfrentar para estar ali, e da força que elas demonstravam; a mesma força que ela sentia de suas avós, com quem aprendeu a amar a terra e a natureza. Leticia, muito aplaudida pelas mulheres, que escutavam atentamente cada palavra sua, finalizou:

A todas as mulheres que já morreram, mas cuja luta permitiu que hoje estivéssemos aqui, após séculos de opressão, confinamento, exclusão, podendo protestar por um mundo mais justo e igualitário, por mais terra e água [...]. E, se hoje estamos aqui para defender direitos mais humanos, é porque nós somos hoje o sonho sonhado por tantas mulheres que tiveram seus gestos muitas vezes reprimidos, ceifados e assassinados, mas não tiveram seus sonhos cortados. Nós somos o sonho sonhado de muitas mulheres que vieram antes de nós (Leticia Sabatella, MHuD, 2011).

Os discursos, de um modo geral, eram pronunciados de tal maneira que as palavras exprimiam certezas. Neles, o patriarcado, o agronegócio, o latifúndio, os grandes projetos emergiam como “inimigos” e, como tal, eram reafirmados pelos aplausos, gritos, assobios, enfim, pelas mais variadas formas de manifestação da plateia.

Entre uma fala e outra, a animadora, em intervalos regulares, anunciava a Marcha e denunciava as condições a que estão submetidas as mulheres do campo e da floresta, puxava o Canto das Margaridas e gritava “vivas”. Estimuladas, as manifestantes respondiam com palmas, gritos, acenos, tremulando as bandeiras, agitando os chapéus e fazendo ressoar os

coisas do sindicato”, resolveu levar adiante o seu legado, e passou a denunciar o trabalho escravo nas fazendas do município, integrando, desde então, a lista dos “marcados para morrer”. Constantemente ameaçada, Dona Maria Joel, através do Programa de Defensores de Direitos Humanos, conseguiu que a sua segurança, dentro do município, fosse resguardada por dois agentes, que a acompanham durante as 24 horas do dia. Os constantes assassinatos e ameaças de morte sofridas por lideranças, especialmente, no norte do País, fez com que esta questão ganhasse relevância durante a Marcha das Margaridas 2011, tendo sido, inclusive, cogitado a possibilidade de ser entregue uma pauta ao judiciário, algo que não aconteceu. A situação de Dona Maria Joel não é única. Ela representa a vulnerabilidade a que estão submetidas tantas outras mulheres do campo e da floresta, que, como ela, vivem em situação de violência, das mais diversas ordens. O ato de inauguração da Exposição fotográfica no Hall de Taquigrafia do Congresso Nacional foi pautado pela denúncia a violência a que estão expostas as populações que habitam os espaços rurais. Na mística que abriu o ato, Dona Maria Joel segurava um cartaz que dizia: *A impunidade é cúmplice da violência no campo* (Cf. Conflitos no Campo Brasil 2013, relatório produzido pela CPT: <http://cptnacional.org.br>).

“vivas”. A mesma resposta era dada durante os pronunciamentos quando alguma frase de efeito era dita pelas/os oradoras/es. Tudo isso era parte da performance.

À medida que o ato transcorria, parlamentares, alternadamente, iam ocupando o carro de som, que servia como palanque. A presença deles era anunciada pela animadora e conferia reconhecimento ao ato. Tratava-se de políticos de perfis ideológicos distintos, mas não antagônicos, embora a grande maioria fosse do Partido dos Trabalhadores e, predominantemente, mulheres. Registrei a presença das deputadas federais Luíza Erundina (PSB-SP), Benedita da Silva (PT-RJ), Janete Pietá (PT-SP), Érika Kokay (PT-DF), Fátima Bezerra (PT-RN), Luci Choinacki (PT-SC), Ana Lúcia (PT-AC), Marina Santanna (PT-GO), Luciana Santos (PCdoB-PE), Jô Moraes (PCdoB-MG); dos deputados Pedro Eugênio (PT-PE), Assis Carvalho (PT-PI), Nazareno Fonteles (PT-PI), Padre João (PT-MG), Domingo Dutra (PT-MA), Geraldo Magela (PT-DF), Daniel Almeida (PCdoB-BA), Paulo Rubem (PDT-PE), Fernando Coelho (PSB-PE); e das senadoras Vanessa Grazziotin (PCdoB) e Ana Rita (PT-ES), além do senador Humberto Costa (PT-PE).

Nem todos/as fizeram uso da fala. Estavam ali para prestigiar o ato. Nem todos acompanharam todo o ato, alguns permaneceram ali apenas no momento da fala e no momento imediatamente precedente e posterior. Navegando no Portal da Câmara dos Deputados, percebi a ocorrência de vários pronunciamentos de parlamentares durante a sessão do Congresso do dia 17, à tarde, mesmo daqueles que não se fizeram presentes ao ato. Em pronunciamento postado no seu *site*, a deputada federal Éryka Kokay se refere assim à Marcha:

Eu me senti muito emocionada hoje, porque nós ajudamos a organizar a primeira Marcha das Margaridas. Eu era presidenta da Central Única dos Trabalhadores aqui do DF, e, junto com a CUT Nacional, nós ajudamos a realizar a primeira Marcha das Margaridas. Ela tem um caráter diferente. É uma marcha que lembra que a gente tem fome, que a gente tem fome de pão, que a gente tem fome de terra e que a gente tem fome de beleza também. [...] é uma Marcha que vem, com uma estética da vida, em defesa da vida. Mulheres! Mulheres de todos os lugares do Brasil, mulheres que saem de todos os cantos, mulheres que tecem esta Marcha, tecem a Marcha, é como se a marcha fosse construída, ela é construída em cada local, ela é construída no município, ela é construída nos estados. São mulheres que saem em busca de recursos, que batem a portas de governos, que batem a portas dos parlamentos, que batem à porta da vizinha e que vão construindo... Mulheres que representam outras

mulheres, porque são mulheres que estão aqui porque um grupo de mulheres foi solidário e conseguiu recursos para que essas mulheres que aqui estão pudessem representá-las, mas não só representam as mulheres que ficaram nos vários locais deste país, representam as mulheres que já foram, as mulheres que nunca conseguiram falar, que não conseguiram falar das marcas da violência, que nunca conseguiram falar, se colocar como sujeito do seu corpo, como sujeito da sua vida, como sujeito da história, são mulheres que se foram e mulheres que hoje são representadas por essas *margaridas*. Nós vemos, aqui em Brasília, 100 mil margaridas, 100 mil margaridas, margaridas que lembram a história de uma margarida, uma maragrida que enfrentou a brutalidade do latifúndio, que enfrentou aqueles que se sentem donos das pessoas, que se sentem donos da terra, aqueles que não admitem repartir a terra. Margarida Alves, que enfrentou aqueles que cercam o latifúndio. Há cercas que não ficam só no latifúndio, porque cercam sonhos, cercam vidas, cercam a lógica de uma sociedade onde todos e todas possam se sentir pertencentes a elas, por isso a Marcha das Margaridas, ela traz uma pauta, uma pauta em defesa da vida. São mulheres que têm a possibilidade de carregar a vida no ventre, mas que carregam a vida nos pés e deixam a marca dessa vida no Planalto Central, na capital da República. Brasília não vai amanhecer da mesma forma que amanheceu hoje, Brasília vai amanhecer diferente, reflexiva. Os nossos gabinetes, os nossos tapetes, eles vão estar cheirando vida. Trouxeram as Margaridas uma pauta que não é apenas delas, mas uma pauta de todos os trabalhadores do campo, das florestas, das águas, trabalhadores que vêm orgulhando e que são representados por mulheres no dia de hoje, nessa pauta. Por isso, eu digo que venham as *margaridas*, que tomem conta de cada um e de cada uma de nós, que invadam este Parlamento. Mostrem a necessidade de uma reforma política que contemple a participação expressiva de mulheres, que invadam todos os gabinetes, por que aí nós teremos as *margaridas* que foram plantadas no povo, mas fundamentalmente com luta e com esperança. Viva à Margarida Alves! (Éryka Kokay, 2011).

Do alto do carro de som, as/os parlamentares tinham a oportunidade de fazer uso da voz, e, ao fazê-lo, se dirigiam ora às mulheres do campo e da floresta, ora às margaridas. As falas pareciam seguir um roteiro único, um padrão semelhante. Iniciavam-se com uma saudação, depois, parabenizavam-se as mulheres pela sua organização, enaltecendo-as e expressando a sua admiração e reconhecimento pela luta que elas travavam cotidianamente, uma luta considerada legítima. Na sequência afirmavam o seu apoio e compromisso com as reivindicações das mulheres: *mulheres guerreiras* ou *mulheres corajosas*, que vão à luta ou que não se intimidam, eram expressões bastante utilizadas para adjetivar as “margaridas”.

A diferença das falas não era tanto de conteúdo, mas na forma como utilizavam seus recursos oratórios, empregando tons mais ou menos exaltados ou mais ou menos inflamados. Algumas, quase sempre proferidas por mulheres, pareciam apresentar uma poética, que buscava influir na emoção, como a de Éryka Kokay, transcrita acima, ou a de

Benedita da Silva, que acaba o seu pronunciamento citando um pedaço de umas das crônicas de Artur da Távola: [...] *ponha a saia mais leve, aquela de chita, e passeie de mãos dadas com o ar. Enfeite-se com margaridas e ternura e escove a alma com leves fricções de esperança. De alma escovada e coração estouvado, saia do quintal de si mesmo e descubra o próprio jardim.* Essas contrastavam com outras cuja estrutura se apresentava mais próxima daquilo que comumente se espera de um discurso político.

As falas eram curtas, permitindo, assim, que todas/os aquelas/es que quisessem fazer uso dela o fizessem, sem prejuízo ao tempo. Ainda assim, foi um ato longo. A grande multidão, que se concentrou, inicialmente, em frente ao carro de som, lentamente, ia-se dispersando e se posicionando mais distante do palanque, desviando a sua atenção do que lá transcorria. As rodas de conversa aumentavam, pessoas faziam comentários, riam, tiravam fotos. Outros apenas procuravam um lugar para se sentar fora daquela aglomeração. Sob o sol quente e o clima extremamente seco de Brasília, o cansaço era inevitável, o que fazia aumentar o assédio dos vendedores de água, cerveja, refrigerantes, salgadinhos... No meio do povo, vendedores ambulantes ofereciam pequenos objetos, como bijuterias.

Já próximo ao meio dia, a multidão parecia ainda mais dispersa, embora um número significativo de pessoas continuasse aglomerado à frente do carro de som. O clima do ato já havia passado quando a senadora Ana Rita, última parlamentar a se pronunciar, fez uso da palavra. O palanque, antes cheio, já se mostrava vazio, mas logo é ocupado pelas *Loucas de Pedra Lilás* e pelas componentes dos *Tambores de Safo*, que fizeram ressoar os seus instrumentos. As mulheres são convidadas a compor um grande círculo na Praça dos Três Poderes: *vamos fazer uma grande roda, todas, de mãos dadas para demonstrar a parceria nessa luta pela construção de um mundo com amor, solidariedade, igualdade e esperança no futuro.* Embaladas pelo Canto das Margaridas, no ritmo da ciranda, as mulheres deram-se as mãos formando uma imensa roda e deixando os corpos guiarem-se pelo som dos tambores. E assim se encerrou o ato.

7.3 O ato de encerramento

As marchantes se dirigiram aos ônibus que as esperavam para levá-las de volta ao Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade, onde horas depois a Presidenta Dilma Rousseff faria o seu pronunciamento.

Na Cidade das Margaridas, a movimentação era grande. As mulheres e os demais participantes iam chegando e ora se colocavam em filas (onde aguardavam a refeição que seria servida), ora corriam para as tendas, começavam a organizar as bagagens, enrolar os colchões, refazer as malas, os sacos, as bolsas de viagem. Afinal, haviam de estar preparadas(os), pois, logo após o pronunciamento de Dilma Rousseff, iniciariam o trajeto de retorno. Aliás, a informação da possível presença da representante máxima do país no ato de encerramento da Marcha, repercutia entre as participantes. Tratava-se de uma informação que já havia sido disseminada durante o processo de mobilização das mulheres nos estados. Saber que o Brasil tinha uma mulher como presidente da república e ter a possibilidade de vê-la – quem sabe estar com ela, tirar uma foto, ou fazer algum pedido, era algo que servia de motivação, em muitas localidades, no momento de mobilizar as mulheres para vir a Brasília, como me disseram algumas dirigentes.

Havia uma expectativa que me parecia estar relacionada mais aos significados atribuídos à presença da presidenta em si do que propriamente às respostas que ela daria em virtude das reivindicações apresentadas. Saber que a presidenta da república estaria ali para responder às demandas era um indicador de que elas conseguiram-se fazer visíveis. E mais que isso, elas obtiveram o reconhecimento delas próprias como mulheres do campo e da floresta, do esforço que empreenderam para estar naquele evento e da sua luta. Por ter a honra de receber a visita de alguém tão ilustre no seu próprio espaço, elas sentiam-se valorizadas, dignas e respeitadas.

O ato de encerramento havia sido programado para as 15h00, mas já havia sido comunicado que apenas começaria às 16h. Contudo, devido ao atraso da presidenta, ele se iniciou por volta das 17h. O pavilhão interno do Parque da Cidade estava lotado. O público presente se

mostrava ansioso e impaciente por conta do atraso. Para aplacar a impaciência e no esforço de entusiasmar o público, Alessandra Lunas, uma das diretoras da Contag, sobe ao palco e assume o papel de animadora, gritando palavras de ordem, dando vivas às margaridas e exaltando a força e a grandeza da Marcha. As mulheres eram exortadas a soltar a sua voz ao som do Canto das Margaridas. O grupo Meninas de Sinhá foi convidado a subir ao tablado para, com a sua música, tornar viva a presença das mulheres, que eram convidadas também a cantar. O tempo passava. Todos(as) os(as) diretores(as) da Contag também foram convidados a subir ao palco. Um a um, os seus nomes foram anunciados, e eles/elas sobem de mãos dadas. Diante do público, erguem as suas mãos entrelaçadas como sinal de “união, força, garra e vitória” e, ao descê-las, ainda entrelaçadas, reverenciam a plateia em sinal de agradecimento. O tempo passava, e, com ele, o esforço de aliviar a monotonia da espera. Enfim, é dado início ao cerimonial sinalizando a presença da Presidenta²⁴⁴.

As cerimonialistas, valorizando o ato, fazem menção à presença de autoridades, lideranças e personalidades (que prestigiam o ato ao estarem presentes) e expressam os seus agradecimentos em nome da Contag. Em seguida, com o Canto da Marcha das Margaridas, a presidenta Dilma Rousseff é anunciada. A mesa se põe de pé. As mulheres aplaudem, gritam, assoviam, acenam com as mãos, mandam beijos, a euforia toma conta daquele momento. A presidenta acena-lhes com as mãos, em seguida, dirige-se às cadeiras laterais e cumprimenta cada uma das secretárias/coordenadoras de mulheres, abraçando-as;

²⁴⁴No palco, as cadeiras laterais são ocupadas pelas secretárias/coordenadoras estaduais de mulheres trabalhadoras rurais das fétags e pela diretoria da Contag, além de dois ex-presidentes da Confederação: José Francisco da Silva e Francisco Urbano²⁴⁴. Na area vip, defronte ao tablado, várias autoridades se fazem presentes, além de representantes de várias entidades e organizações nacionais e internacionais de vários países da América latina. Alguns convidados são chamados pelas cerimonialistas a ocupar assento à mesa ao centro, que, além de Alberto Broch, presidente da Contag e de Carmen Foro, foi composta pelas seguintes personalidades: o governador do DF, Agnelo Queiroz e esposa; a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffman; a ministra da Cultura, Ana de Holanda; a secretária de Direitos Humanos da Presidência da República, ministra Maria do Rosário; o ministro da Saúde, Alexandre Padilha; a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira; o ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence; a ministra da Pesca e Aquicultura, Maria Aparecida Perez; o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República do Brasil, Gilberto Carvalho; e a secretária de Políticas para as Mulheres, ministra Iriny Lopes. Representando as organizações parceiras, estavam Marilene Betros, pela CTB; Nalu Faria, pela MMM; Nilde Souza, pela AMB; Elza campos, pela UBM, Célia Regina, pelo CNS; e Rosane Silva, pela CUT. Posteriormente, durante o discurso de Carmen Foro, Elizabeth Teixeira também foi convidada a integrar a mesa.

cumprimenta ainda a diretoria da Contag. Vai até às componentes do Grupo Meninas de Sinhá e lhes estende a mão, congratulando-as. Dirige-se à mesa e lá também distribui apertos de mão, abraços e beijos. Toma o seu lugar ao centro e de novo acena com as mãos ao público, que não para de gritar e retribuir o aceno. O Hino Nacional é conduzido pelo Meninas de Sinhá. Todas/os ficam em pé e cantam numa única voz. Inicia-se o ato de encerramento, que, na sua forma, foi igual ao ato de abertura, permanecendo inalterado nas suas etapas constitutivas.

O primeiro a falar foi Alberto Broch. Após cumprimentar e saudar aos integrantes da mesa, a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, a diretoria da Contag e das federações, as entidades parceiras e as autoridades presentes, Alberto agradece ao Governo do DF, *que ajudou a construção dessa grande Marcha*, e fala da alegria de receber a presidenta da república. Referindo-se a um processo que se iniciou em 2000, ele afirma que a Marcha *carrega consigo o símbolo de luta, igualdade e justiça, legado de nossa grande líder Margarida Maria Alves*, e então descreve as margaridas:

São milhares de mulheres que vieram de todos os cantos do Brasil. São negras, brancas, indígenas, caboclas, que vêm do pantanal, das florestas, dos pampas, do cerrado, da caatinga, do agreste e dos gerais. São mulheres simples, humildes e guerreiras, cheias de esperança por terem eleito a primeira mulher presidenta do Brasil [...]. São mulheres que trabalham na roça, no campo, nos rincões deste Brasil. São mulheres sofridas, mas que têm sonhos, cantos e encantos [...]. São mulheres que têm importância primordial na economia e estão aqui em defesa de um modelo de desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade. São mulheres que querem a preservação da biodiversidade e a democratização dos recursos naturais, da terra e da água... Querem a consolidação da política de soberania e segurança alimentar, o fortalecimento da economia, do trabalho e melhorias de renda. Querem o fim da violência contra as mulheres e o fim da violência no campo. Querem o fim da discriminação! Querem fortalecer a democracia e ampliar a participação em todos os espaços de poder (Alberto Broch, presidente da Contag, 2011).

A partir de então, Alberto Broch se dirige à presidenta enquanto porta-voz da Agricultura Familiar, defendendo-a juntamente com a Reforma Agrária, como base de um modelo de desenvolvimento sustentável capaz de romper as desigualdades e combater a pobreza. É como enunciador desse modelo que ele se posiciona também perante a plateia que o escuta. E finaliza: *as mulheres estão ansiosas também para ouvir anúncios, na 4ª Marcha*,

de políticas públicas para todo o campo brasileiro. Vamos fortalecer as mulheres do campo e da cidade para que o Brasil siga mudando. Viva a 4ª Marcha das Margaridas! O público responde com palmas.

Para obter credibilidade junto à assistência, Alberto Broch adotou uma atitude discursiva de distanciamento ao se referir ao “modelo”, aos “homens e mulheres do campo”, à “agricultura familiar”, e às próprias “mulheres” na terceira pessoa. Por outro lado, a sua construção discursiva sugeria uma troca comunicativa²⁴⁵, a partir não de uma oposição ao Governo (*estar contra*), mas de apoio (*estar com*). Em pelo menos dois momentos, isso foi relevante. Referindo-se às mulheres, ele se dirige à presidenta e diz: *elas não se furtarão de apoiar a presidenta, para que ela possa obter um grande sucesso no seu governo*. E, em outro, ele diz: *são mulheres [...] que tomam a liberdade de cobrar do vosso governo medidas necessárias para que esse país seja mais justo e fraterno*. Trata-se de um discurso que, no esforço de deixar claro o apoio da Contag ao Governo Dilma, pede licença (*toma a liberdade*) para fazer cobranças, de modo tal que essa não possa ser tomada como uma atitude opositora.

Alberto Broch falou mais de quinze minutos. A forma como seu discurso foi estruturado não parecia empolgar, talvez por que ele tivesse uma direção certa, buscava dialogar com a representante do Governo Federal. A única vez que ele foi aplaudido, durante a sua fala, foi quando fez referência à reforma agrária. As palmas eram uma maneira que as mulheres tinham de chamar a atenção para determinados temas que repercutiam no seu cotidiano. Pela atuação delas, o tema e a sua relevância era comunicado ao Governo.

Em seguida, foi a vez da ministra Iriny Lopes, representando a Secretaria de Políticas para as Mulheres, ser convidada a fazer o seu pronunciamento, em nome de todos os ministros e ministras que ali se encontravam. Ela se dirige às mulheres desenhando-lhes uma

²⁴⁵ Sobre atitude e troca discursiva Cf. Charaudeau, 2009.

boa tarde e parabenizando-as pela Marcha, *que não só colocou na pauta brasileira o tema das mulheres do campo e da floresta, mas toda a força das mulheres do nosso país.*

Iriny Lopes fala da importância e do significado de se ter uma mulher presidenta, *uma mulher que faz aquilo que muitas pessoas diziam que não era possível que uma mulher fizesse: tomasse decisões, falasse o que precisa ser feito, dissesse o que deveria ser feito, ouvir e dialogar com o povo de seu país.* O seu discurso tinha a conotação de um preâmbulo preparatório ao discurso que seria realizado pela presidenta como resposta às reivindicações apresentadas:

Essa Marcha tem um significado nesse momento tão preciso para nós, tão significativo! Há meses, a presidenta Dilma designou um grupo de trabalho composto por diversos ministros e ministras, coordenado pelo secretário geral, com a nossa ajuda, da SPM, para que fosse discutido ponto a ponto da pauta que vocês colocaram: as questões da agroecologia, as questões da reforma agrária, as questões da saúde, as questões do acesso à terra, as questões da capacitação, as questões relativas à autonomia econômica, financeira, política e individual, o uso do tempo das mulheres, a questão do enfrentamento à violência. Todos esses pontos de pauta, que pactuamos, serão respondidos ao longo de quatro anos, porque os movimentos sociais que aqui estão têm a maturidade de saber que esse projeto encabeçado pelo nosso governo e a nossa presidenta será construído, a muitas mãos, pelo governo no seu papel, mas pela sociedade organizada também no seu papel. E hoje aqui nós teremos o coroamento do esforço do debate que foi feito por milhões de brasileiras, cada uma no seu cantinho, cada uma no seu lugar, cada uma na sua entidade, cada uma na sua cidade, no seu estado, e aqui vocês não são setenta mil mulheres, aqui vocês são milhões de mulheres por que representam todas que participaram deste debate [neste momento a plateia respondeu com gritos e aplausos]. E é por isso que vocês significam tanto. A nossa presidenta, daqui a pouco, dará uma resposta de até onde nós conseguimos chegar. Nem sempre nós conseguimos chegar a todos os lugares ao mesmo tempo, a todos os resultados ao mesmo tempo em que gostaríamos, mas com certeza a presença da nossa presidenta aqui significa um compromisso reafirmado de que esta pauta prosseguirá em debate, até que a gente, por fim, possa comemorar a vitória de cada uma delas, porque a vitória das mulheres trabalhadoras rurais brasileiras é a vitória deste governo e é a vitória deste país. Parabéns para vocês, um beijo grande, um abraço fraterno, com certeza, de todos os ministros e ministras que aqui estão. Valeu pessoal, valeu a força! (Iriny Lopes, Ministra-Chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, 2011).

Representando o Governo do Distrito Federal, chegou a vez do governador Agnelo Queiroz se pronunciar. Cumprimenta os presentes e expressa, inicialmente, a alegria de receber as “margaridas”: *o povo de Brasília recebeu de braços abertos, com carinho, com*

solidaridade a todas as nossas companheiras nesta 4ª Marcha. Diz que fará um discurso breve para que se possa ouvir o mais rápido possível a presidenta – desejo que parecia expressar a vontade de todas, visto as palmas que se seguiram à sua afirmação.

Dirige-se à presidenta e refere-se a ela como um símbolo de luta das mulheres deste país. Direciona-se às mulheres dizendo que cada uma delas configura a presença de Margarida Maria Alves na capital federal. A ênfase do seu discurso recai sobre o significado da 4ª Marcha para fortalecimento das bandeiras de luta das mulheres.

A bandeira de cada proposta, do enfrentamento à violência, da saúde, pelo trabalho, pela igualdade, pela autonomia, pelo acesso à terra, pelo direito ao trabalho com igualdade, contra a discriminação de qualquer tipo. Hoje, essas bandeiras ficaram fortalecidas por esta Marcha que chamou a atenção do Brasil e do mundo. Uma Marcha que não se limitou às bandeiras exclusivas das mulheres, mas que fundamentou o princípio elementar de lutar por uma sociedade justa, uma sociedade igualitária, uma sociedade que dê oportunidade para todos e todas, com crescimento econômico, distribuição de renda, e melhoria das condições de vida, com oportunidade para milhões de brasileiros. Aqui as mulheres gritaram alto pelo desenvolvimento sustentável, gritaram alto por melhorias da sua qualidade de vida, gritaram alto para que o Brasil continue de forma firme e decidida construindo uma sociedade cada vez melhor.

E finaliza:

Esperamos, de forma muito modesta, ter contribuído para que as mulheres do Brasil inteiro pudessem aqui marcar a sua posição, o seu protesto e mostrar a sua garra na capital do Brasil. Tenho certeza de que não é uma luta em vão. Que essa luta de vocês e essa marcha contribuiu para melhorar a qualidade de vida do nosso povo. Nós estamos orgulhosos das nossas mulheres, das nossas margaridas! Viva às nossas margaridas! Viva à Margarida Maria Alves! Viva à quarta Marcha! (Agnelo Queiroz, Governador do Distrito Federal, 2011).

É a vez de Carmen Foro. Muito aplaudida e recepcionada com gritos e assovios, ela inicia a sua fala se dirigindo às mulheres, batendo no peito e dizendo: *Boa tarde, companheiras!* A rouquidão perceptível revelava a fadiga vocal provocada pelo uso (e abuso) da voz durante a caminhada pela manhã. Então, ela pede um pouco mais de paciência, porque ela precisa *fazer uma fala do coração, e a voz já não ajuda tanto*, pois, continua ela, *só com a soma do coração com a razão, a gente consegue fazer as coisas bem feitas.* Ela começa saudando a presidenta da República: *é com muita honra que nós encerramos este ato com a presença da nossa presidenta da República, Dilma Rousseff. Posso dizer que é um encerramento com chave de ouro.* À sua saudação seguiram várias palmas vindas da plateia.

Depois, com o corpo voltado às representantes das organizações parceiras que estavam compondo a mesa, ela diz: *Companheiras, para não citar uma a uma, eu quero saudá-las como irmãs de luta. Minhas irmãs de luta que aqui estão, minha central sindical, a CUT e as outras todas eu saúdo com muito carinho.* Após saudar os ministros e ministras presentes, ela se dirige a Agnelo Queiroz, primeiramente, e depois, a Alberto Broch:

Queria aqui abrir um parênteses para falar uma coisa aqui que foi combinada no cerimonial. Bom, desde ontem, que a gente quebra algumas regras, aliás, as regras foram feitas para serem quebradas, e hoje eu quero agradecer a gentileza do governador do DF, que, além de nos receber muito bem nessa capital que é nossa, ele cedeu a mim o privilégio de falar antes da nossa presidenta da República. E agradeço também, publicamente, ao Alberto. Sabe esse lugar que eu estou sentada, por enquanto? [ela estava sentada ao lado de Dilma] Ele é o lugar do homem, presidente da Contag, e gentilmente o Alberto me cedeu. Muito Obrigada, Alberto! (Carmen Foro, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, 2011).

Em seguida, ela se dirige ao público e exalta a coragem das mulheres; a coragem de Elizabeth Teixeira e de tantas outras que servem de inspiração. *Coragem que nos levou a fazer com que uma mulher que foi torturada pela ditadura militar esteja sentada conosco, hoje, como presidenta da República, a companheira Dilma.* O discurso de Carmen é estruturado a partir três níveis de abordagem. No primeiro, ela destaca o esforço empreendido pelas mulheres para estar ali, configurando-se, assim, como uma vitória.

Dito isso, eu queria já passar para falar de três coisas. A primeira coisa a dizer à presidenta da República é que nós estamos construindo esse Brasil palmo a palmo, todos os dias. Estas mulheres que estão aqui, para chegarem aqui, passaram muito sacrifício. A vida não é fácil para nós! [APLAUSOS] Nossa construção, não tô falando só falando da construção de políticas públicas, mas também do processo de mobilização, depois de todas as tempestades que nós enfrentamos, posso afirmar que estar aqui hoje já é um ato de vitória das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta [APLAUSOS] (*idem*, 2011).

No segundo momento da sua fala, Carmen fala do lema da Marcha como expressão de um desejo de sociedade.

Quero dizer que o tema que nós estamos trazendo, o lema da Marcha, que trata de desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade, é o que está no centro de uma proposta que nós queremos pro país. Nós acreditamos que não é possível ter desenvolvimento e ter um país democrático enquanto houver mulheres que vivem sob a chibata de muitos homens [...], violentadas todos os dias. Não é possível pensar em um país desenvolvido se nós continuarmos a

conviver com um Congresso Nacional com 92% de homens, e por isso é fundamental fazer a Reforma Política. (*idem*, 2011).

E finaliza apresentando pontos que considera fundamentais para se alcançar o desenvolvimento almejado, expressando a expectativa projetada na resposta que será dada pelo Governo Federal às proposições apresentadas.

Finalizo dizendo, companheiras, que nós, mulheres do campo e da floresta, estamos construindo um diálogo com o Governo Federal desde o ano 2000 quando foi realizada a 1ª Marcha das Margaridas. E a nossa expectativa, depois que elegemos a primeira mulher presidenta, aumentou. Não que eu não reconheça todos os caminhos que nós trilhamos, principalmente, no período do Presidente Lula, as conquistas que nós tivemos [APLAUSOS], mas nós vamos construindo esse país mobilizando dia a dia, aqui, nos nossos municípios e nos nossos Estados. Portanto, têm algumas questões que nós não abrimos mão para que a nossa proposta de desenvolvimento esteja totalmente articulada: a reforma agrária é fundamental [APLAUSOS], mais orçamento para o enfrentamento à violência contra as mulheres. Nós queremos que o Governo Federal seja avalista do crédito para as mulheres do campo e da floresta [APLAUSOS]. Nós queremos educação, saúde de qualidade, para que nós possamos não ter que ser expulsos do campo para morar nas periferias da cidade. Infelizmente, metade dos pobres do Brasil está entre 17% da população rural brasileira, e a outra metade está nas periferias das cidades, que são os que foram expulsos por conta da ausência do Estado no meio rural brasileiro. Portanto, presidenta Dilma, a nossa expectativa é muito alta em relação ao passo que nós vamos dar hoje, com o seu anúncio, depois de um processo de diálogo com vários ministérios. Nós esperamos que esse seja um passo fundamental para que a gente construa cidadania e vida digna, com autonomia, justiça, igualdade e liberdade para todas nós. Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres! (*idem*, 2011).

A fala de Carmen revela um “nós” enunciativo, um recurso indécimo que, na troca comunicativa, manifesta o compartilhamento de ideias, envolvendo um projeto comum, evocado pelo lema da Marcha e por meio dela revelado. De modo que, à medida que denunciava as desigualdades, a injustiça e a opressão sofrida pelas mulheres, propunha políticas de desenvolvimento promotoras da igualdade, da justiça, da autonomia e da liberdade. Aliás, isso era algo recorrentemente repetido nos seus discursos. Carmen apresenta uma atitude discursiva de engajamento que dá legitimidade à sua fala, legitimidade que é atestada pelas mulheres com os aplausos. Mediante a entonação da voz, as palavras, as gesticulações, o olhar, o movimento do corpo (que ora se volta à plateia, ora se volta à mesa), ela faz sentir o que é significado naquilo que ela enuncia, revelando a sua capacidade performática.

Muito aplaudida, Carmen retoma o seu lugar à mesa, já carregando consigo uma cesta com produtos de vários grupos produtivos de mulheres, expostos na Mostra das Margaridas, oferece-os à Presidenta como lembrança da Marcha das Margaridas, e dela recebe um abraço carinhoso. Enquanto isso, o público, a um só ritmo, acompanhando as batidas das mãos, entoava: *Olê, olê, olê, olá, Dilma, Dilma... / Olê, olê, olê, olá, Dilma, Dilma...*

Na sequência, antes de ser anunciada, Dilma Rousseff entrega a Carmen o caderno de respostas do Governo Federal, construído pelo conjunto dos seus/suas ministros(as), procurando, assim, formalizar o retorno aos 158 itens da pauta de reivindicações da Marcha das Margaridas 2011, entregue, no dia 13 de julho de 2011, a um grupo de ministros(as). A pauta, levada ao Governo, partia da constatação de que a pobreza, a desigualdade, a opressão e a violência predominavam entre as trabalhadoras do campo e da floresta. Distribuída nos sete eixos, ela abordava questões como democratização dos recursos naturais, atualização dos índices de produtividade, fim da violência no campo, maior participação política das mulheres e melhores condições de trabalho, com autonomia e igualdade.

Após a entrega do caderno, Dilma Rousseff se dirigiu à tribuna e, colocando um chapéu de palha enfeitado com fita lilás na cabeça, ela se voltou à plateia, que continuava gritando, aplaudindo e acenando com os chapéus. Ela se dirige às mulheres desejando-lhes uma boa tarde: *Boa tarde, minhas queridas Margaridas de todo o Brasil. Eu saúdo, aqui, cada uma de vocês. Um abraço muito carinhoso para todas!* Em seguida, cumprimenta Agnelo Queiroz e a sua esposa; depois se dirige à Carmen e, na sequência, ao Alberto:

Queria dirigir um cumprimento todo especial, do fundo do meu coração, para uma mulher de muita fibra, de muita fé, de muita capacidade de luta e de organização. Quero dirigir o meu grande cumprimento à Carmen Helena Foro, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag. Ao saudar Carmen, eu quero aqui registrar a importância da Carmen na realização desta 4ª Marcha das Margaridas, e também o fato de que logo que eu tomei posse e, pela primeira vez, eu encontrei a Carmen, depois de Presidenta, a Carmen me convidou para estar aqui hoje. E isso me encheu de orgulho, porque eu considero um dos momentos importantes para as mulheres do Brasil e para, também, os homens esta 4ª Marcha das Margaridas. Quero cumprimentar um companheiro, um companheiro como o presidente da

Contag, Alberto Broch, que teve esse gesto, que é um gesto político e um gesto de respeito às mulheres, que muitos homens não têm, mas o Alfredo [Alberto] teve: cedeu seu lugar à Carmen, reconhecendo que, hoje, a Presidente da Contag ou a Presidenta da Contag é uma mulher, porque a Marcha das Margaridas transforma a Carmen numa presidenta de fato. Parabéns, Alberto, parabéns pela sua solidariedade, pela sua consciência e pela sua liderança no movimento dos trabalhadores, dos agricultores, dos agricultores familiares, enfim, de todo o mundo rural. (Dilma Rousseff, 2011).

Dilma Rousseff segue com os cumprimentos: ministras, ministros, ex-presidentes da Contag, dirigentes e mulheres dirigentes da Contag e das entidades parceiras da Contag, coordenadoras estaduais de mulheres trabalhadoras rurais do movimento sindical, presidente da CUT, as Meninas de Sinhá, e, por fim, alude à Elizabeth Teixeira; ao cumprimentá-la, faz referência a ela como *uma mulher lutadora, uma mulher guerreira que vem do longo caminho que foi a história das lutas rurais no nosso país, que vem lá do Movimento das Ligas Camponesas*.

Voltando às *margaridas*, a Presidenta reinicia sua fala evidenciando duas intencionalidades: expressar o reconhecimento e reforçar o caráter de diálogo da Marcha das Margaridas:

Hoje eu estou aqui e queria dizer para vocês que a Marcha de vocês me toca e me emociona profundamente, não apenas como presidenta da República, mas como mulher e cidadã. [...] Estou aqui, no primeiro ano do meu governo, como a primeira mulher a presidir o Brasil, para conversar com vocês e responder à pauta de reivindicações das mulheres do campo [...] Eu encaminhei à Carmen um caderno com as respostas. São respostas das várias reuniões que foram feitas para tratar das demandas que vocês colocaram e para reconhecer que muitas das demandas foram acatadas, outras demandas nós vamos continuar a conversa, porque o principal resultado desta Marcha das Margaridas – eu quero destacar aqui – é a continuidade do diálogo, do respeito entre vocês e o governo federal, iniciado ainda pelo nosso presidente Lula. [...] Minhas queridas Margaridas, eu sei que para vocês a vida, de fato, não é fácil. Vocês são o Brasil que se levanta todos os dias com o sol, lutando para mudar nossa longa história de desigualdade e de injustiça no campo [...]. Vocês são um exemplo de garra, um exemplo de tenacidade e um exemplo de coragem. O Brasil, por isso, depende muito desse exemplo para alargar, para ampliar ainda mais os espaços de justiça social para nossos filhos e nossos netos [...] O Estado brasileiro tem obrigação de garantir direitos às mulheres, às famílias e às crianças. E não apenas, pura e simplesmente, porque é um direito, mas também porque o Brasil precisa e conta com vocês [...], para que nós todos juntos possamos avançar na construção de uma sociedade cada vez mais solidária, justa, onde a melhoria de vida atinja a todos.

Após esse preâmbulo, a presidenta Dilma Rousseff faz alguns anúncios como respostas à pauta de reivindicações apresentada ao Governo. E, ao fazê-lo, expressa o desejo

de intensificar o diálogo com as mulheres do campo e da floresta por intermédio dos movimentos que as representam.

Tenho certeza de que o debate com os movimentos sociais é fundamental. Tenho certeza de que as críticas e as sugestões são essenciais e, além disso, para nós, são bem-vindas, muito bem-vindas e necessárias, permitem que façamos cada vez melhor, permitem que possamos, juntas, construir o Brasil que queremos, um país sem miséria, um país rico, porque o seu povo é rico, e um país mais justo e menos desigual. Um país em que a autonomia das mulheres e a igualdade de gênero sejam traços essenciais do nosso desenvolvimento, tanto econômico quanto social e cultural. (Dilma Rousseff, 2011).

E por fim se despede dando um viva à quarta Marcha das Margaridas. Sob aplausos, Dilma Rousseff se retira da tribuna. Ainda no palco, ela é cumprimentada por todos e todas. Aliás, todas querem cumprimentá-la. Muitas se esforçam para ultrapassar os alambrados e subir no palco para chegar junto dela, abraçá-la, tirar fotos. A sua atenção é disputada, e ela não se furta em atendê-las, distribuindo sorrisos, abraços e pousando para as fotos.

As falas realizadas, tomadas em seu conjunto durante o Ato de Encerramento, assim como no Ato de Abertura da Marcha, ora reconheciam, ora afirmavam a luta, a coragem e a força das mulheres do campo e da floresta, sempre resgatando a imagem de Margarida Maria Alves. Nesse sentido, eram sempre utilizadas palavras que faziam parte do mesmo campo semântico, tanto no caso de representantes do governo, quanto daquelas (es) que falavam em nome das mulheres do campo e da floresta. Tratava-se de falas que não demarcavam oposição ao Governo, que, por sua vez, posicionava-se como aliado.

Com a saída da presidenta Dilma, aos poucos, o Pavilhão interno do Parque da Cidade vai-se esvaziando. Algumas mulheres se dirigiam às tendas para reunir os seus pertences, ou pegar as suas bagagens, outras caminhavam em direção aos ônibus que as esperavam. Algum tempo depois, as caravanas partiram, a Cidade silenciou, e as mulheres voltavam, segundo alguns, transformadas, afinal, como disse uma marchante: *nenhuma mulher é a mesma depois de participar da Marcha das Margaridas!*

7.4 A Marcha como experiência: significados e sentidos

De fato, a Marcha é potencialmente transformadora em duplo sentido. Como evento político, ela apresenta um projeto de desenvolvimento, que é antes um projeto de transformação social, cuja obtenção do reconhecimento público se dá com o ritual político que ela apresenta. Por outro lado, ao ser vivenciada como experiência coletiva, ela opera transformações em relação às percepções subjetivas.

Através de uma multiplicidade de recursos de fala, expressões artísticas, música, discursos, palavras de ordem, gritos, danças, a Marcha realizava uma espécie de *condensação de sentidos* (CHAVES, 2008, p. 117). Apresentando um aspecto comunicativo que lhe era peculiar, pode ser considerada um evento performático eficaz (TAMBIAH, 1985). A caminhada coroada com o ato público a traduzia como um vetor de contestação social. Abarcando variados e diferentes temas, ela denunciava as condições do campo, demandava políticas e questionava a seu modo, ainda que não adotasse uma postura de confronto, as políticas de desenvolvimento do governo, que, ao priorizar o agronegócio e os grandes projetos, provocava impactos negativos no cotidiano da vida das mulheres do campo e da floresta. Embora o combate à desigualdade de gênero e à injustiça social permaneça como um ideal a ser perseguido e motivo para se continuar marchando, a Marcha das Margaridas 2011 mostrou ter alcançado eficácia ao promover a visibilidade das mulheres do campo e da floresta no espaço público, conquistando assim legitimidade; ao consolidar o reconhecimento dessas mulheres como sujeito político e de direitos; e ao conquistar a ampliação de espaços junto ao poder público, por meio de uma maior abertura de canais de diálogo (palavra tão usada!) para a construção de políticas públicas voltadas a este público específico.

A Marcha, pra mim, é um grande momento de divulgação do trabalho das mulheres, da organização das mulheres e também de busca, de conquista de espaço na sociedade pra nós, mulheres. Antes não havia um espaço onde pudéssemos discutir, onde as mulheres tivessem o direito de dizer o que queriam, de buscar o ideal delas e conquistar espaço na sociedade. Isso é um desafio, e acho que já conseguimos avançar muito com as marchas [...] Nós, mulheres, hoje precisamos mostrar a nossa cara, o nosso trabalho, que a mulher existe. A mulher vivia muito na invisibilidade, então, chega uma hora que a gente quer mostrar a cara, mostrar que é capaz, mostra o que nós somos. É isso, é assim que eu sinto a Marcha! (Maria de Nazaré da Silva Souza (Paula), tesoureira do STTR do município Tomé-Açu, Pará, 2011).

Eu acho que, pras mulheres, a Marcha significa vitória, conquista e liberdade também, já que elas vêm pra exigir direitos. Acho que pra todas nós, o mais significativo é a liberdade, saber que podemos contar com outras pessoas, ir à luta e exigir os direitos da gente. Temos que lutar pra conquistar e não perder esses direitos que são garantidos pra gente (Lúcia, MMTR-NE, 2013).

A Marcha é um espaço de mobilização e de luta, e as margaridas são as mulheres lutadoras, que, em nome da Margarida Maria, estão aí na luta, são as agricultoras, as trabalhadoras rurais, pescadoras, extrativistas, ribeirinhas, que trabalham, que às vezes nem são muito visibilizadas, mas tão lá, trabalham, produzem, são donas da casa, chefãs de família, mães, mulheres. (Bena, dirigente sindical, coordenadora da Regional Tocantina-PA, 2011).

A Marcha é eficaz também, porque, no seu estado performático, ela é vivida como experiência e a performance é mais que uma expressão, uma vez que a própria expressão é resultado de um processo ou experiência (TURNER, 1987).

É um marco de vida mesmo das mulheres, a Marcha das Margaridas é isso! Eu penso que a Marcha, ela é tão trabalhada, tão organizada, tão participativa que o que tem que melhorar vai melhorando com a evolução, não adianta dizer tem que melhorar nisso, naquilo, porque não é assim, é o momento, é a construção dela. É como se, por exemplo, a gente tá construindo uma casa, a gente projeta aquela casa e vai construindo; então a Marcha, ela é assim, pra cada momento, você vai projetando e vai construindo [...]. Todo o conteúdo dela, essa pedagogia do movimento das mulheres, isso é fundamental. (Célia, representante da CNS na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011, 2011).

A Marcha aconteceu quando aglomerou aquele número de mulheres e disse: “nós vamos fazer uma caminhada, nós vamos gritar, nós vamos dizer o que nós queremos, e que nós somos mulheres, nós existimos, nós temos querer”, e se disponibilizaram a marchar: “Vamos sair, vamos caminhar, vamos gritar”, aí, aconteceu a Marcha. E ela não é só uma caminhada, é mobilização, é as mulheres saberem das políticas, é as próprias mulheres se conhecerem e conhecer umas as outras. Para mim, ela significa não só um ato de mobilização ali. Depois que eu conheci a Marcha, que eu entendi a Marcha, pra mim, ela significa hoje a criação das políticas públicas [...]. Então, a Marcha, pra mim, hoje é um momento de formação e de determinação, porque a gente determina “eu vou lutar por isso.” (Adriana, Secretária de Mulheres da Fetaema, 2011).

A Marcha é um espaço, é um ato que ele é construído com a ideia da base. As propostas que vão da base, elas são tiradas desses encontros, é a realidade das trabalhadoras rurais em si, é a realidade de cada região. Então, é um espaço em que tem lá toda a região do país, todas as trabalhadoras desse país (...). É um espaço político muito importante onde a gente vai lá mostrar pra todo o país que nós, trabalhadoras rurais, nós existimos, que nós conhecemos os nossos direitos, que nós sabemos propor o que nós queremos e que nós estamos lá mostrando a nossa cara e a nossa organização para toda a população, para todo o país (Josivânia, dirigente sindical, STTR de Belmonte-PE, integrante do MMTR-SC, 2011).

Muita gente acha que a Marcha é a ida a Brasília, mas, ao envolver as mulheres, já é marcha pra mim. Quando eu consigo conversar com a dona Maria lá da casa de farinha, raspando a mandioca, já é a minha marcha e a dela. É trazer... é a luz. É uma luz, entende. Tá dando luz pra pessoa que não sabe que é um cidadão. Eu acho que a Marcha, ela tem um significado muito grande pra mim. De mostrar a alguém que é possível, aquele mundo se transformar. Então isso... e não é só a ida, mas o estar lá em... na conversa de pé de forno, isso já é marcha. (Ângela, dirigente sindical, coordenadora Regional Bragantina/PA, 2011).

A experiência, associada à performance, lança luz à construção das falas que as próprias mulheres envolvidas fazem da maneira como vivenciaram o processo e os significados que lhes atribuem a partir do modo como vivem o seu cotidiano. Ou seja, é nesse processo que se pode encontrar aquilo que liga o sujeito à sua própria experiência, que, vivida coletivamente (TURNER, 2005), é sempre também experimentada subjetivamente.

O que vivemos na Marcha fica marcado pro resto da vida, ficará para as outras mulheres, como ficou pra mim. Passamos a saber que não estamos lutando sós, temos parceiras na sociedade. No início, achamos que estamos sozinhas, mas depois que vemos quantas pessoas empenhadas no mesmo pensamento, nos sentimos muito fortes. Buscamos fortaleza, a primeira vez é isso, um sonho, uma conquista, um passeio talvez, mas que terá muita realidade (Maria de Nazaré da Silva Souza (Paula), tesoureira do STTR do município Tomé-Açu/Pará, 2011).

A Marcha é essa força aí de você ver que nós mulheres, nós sempre nos sentimos uma o rosto da outra, uma na personalidade da outra assim, do sentimento, do sorriso, da esperança, até do sofrimento mesmo. Então, a Marcha, ela te dá oportunidade de tu te reconhecer como mulher como pessoa, como sujeito da tua própria história, como cidadã, de tu falar de ti, do teu sentimento, de tu externar o que te torna feliz tanto quanto o que te angustia e a gente sempre vê isso, quer dizer uma mulher sempre é parceira da outra nessas situações (...). As mulheres, elas têm essa coisa assim da solidariedade, do sentimento, e eu penso que a Marcha ela dá essa oportunidade, ela nos identifica pela nossa luta, pelo nosso direito do espaço, da garantia do território, da garantia da produção, da emancipação política econômica e da sociedade, social como um todo. Eu acho que isso é fundamental! (Célia, representante da CNS na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas, 2011).

Para abordar as rupturas e os conflitos presentes na vida social, Turner (1987) desenvolveu-se o conceito de *drama social*, privilegiando o conhecimento que se adquire nos momentos extraordinários da vida (antiestrutura), momentos nos quais é produzido um efeito de distanciamento reflexivo sobre a estrutura social²⁴⁶, para depois contribuir na sua própria

²⁴⁶ Sobre a noção de estrutura Victor Turner (1974) esclarece: “Quero significar por ‘estrutura’, tal como antes, a ‘estrutura social’, conforme tem sido usada pela maioria dos antropólogos sociais britânicos, isto é, como

revitalização. Os dramas sociais, assim, são entendidos como constitutivos do processo social e tornam evidente a relação entre ritual e conflito (TURNER, 1974).

A Marcha, assim entendida, promove o afastamento das mulheres da estrutura da vida ordinária, e é essa separação vivenciada por elas quando vêm a Brasília que faz com que consigam olhar para essa estrutura, dar-lhe sentido, admirar os seus próprios valores e, até mesmo, repensá-los. Como me disse Célia Regina, do CNS:

Eu penso que a Marcha, ela é um grande marco, ela causa esse impacto da surpresa, e depois, ela dá o retorno da reflexão e faz as mulheres ficarem mais interessadas em participar do movimento. Elas passam a ser mais senhoras das suas vidas. Elas com certeza absoluta vêm pra Marcha, e elas voltam mais assim acreditando que é possível um mundo melhor, e elas se empoderam mesmo, pra si, pra família e pra sociedade. É um marco de vida mesmo das mulheres, a Marcha das Margaridas é isso! (Célia, representante da CNS na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011, 2011).

A Marcha é uma maneira de essas mulheres experimentarem a fuga da estrutura da vida ordinária. Ali, elas vivem a suspensão do cotidiano e experimentam, até mesmo, uma inversão do comportamento costumeiro (põem batom, vestem-se segundo orientações próprias e não orientadas pelo ambiente social e permitem que os seus corpos assumam novos movimentos). Quando termina a Marcha, as mulheres retornam novamente à sua vida ordinária, à normalidade da ordem social constitutiva do seu cotidiano, mas não são mais as mesmas.

As mulheres, quando elas vão na Marcha e veem tantas mulheres de outros cantos, elas dialogam, trocam experiências, e só o fato de sair de casa, de sair do município, ir lá num espaço onde as mulheres são a porta voz de todas as outras mulheres que não puderam ir, elas voltam cheias de energia, “eu fiz parte, eu fui!”, e elas mudam, todas que já foram querem ir, porque gostaram, porque é uma experiência (...). Depois da Marcha, muitas mulheres viraram presidente de sindicato, estão dirigindo associações, ou outros espaços que sempre foram dirigidos pelos homens. Mesmo que elas não estejam, mas elas estão lá brigando pelo espaço de falar, de ter oportunidade, isso escuta muito, todas as mulheres que participam da Marcha,

uma disposição mais ou menos característica de instituições especializadas mutuamente dependentes e a organização institucional de posições e de atores que elas implicam. (TURNER, 1974, p. 201, 202)

até os poucos homens que vão, falam de como é bom participar. Ir pra Marcha faz parte de contar para as outras mulheres como que é lá, acho que isso é o que fica, e tem vários depoimentos, “ah eu acabei me soltando depois que eu fui pra Marcha, eu falo, eu canto, eu coordeno os grupos, hoje eu já sou coordenadora dos grupos e negócio lá em casa (Euci Ana, coordenadora estadual da Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Fetagri-PA, 2011).

A Marcha é um espaço onde as mulheres têm a liberdade de se expor com autonomia, empoderamento. A Marcha me dá essa possibilidade de, como mulher, me olhar de outra forma, de me ver de outra forma, a Marcha faz isso com a gente. Ela é um espaço político das mulheres, ela é um espaço de formação, de aprendizado, de conhecimento, e um espaço de empoderamento nosso, de mulheres. A Marcha, pra mim, ela significa muito! (Graça, coordenadora estadual da Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Fetaesc, 2011).

Eu acho assim, eu vejo e aí eu trago outra coisa, elas conseguem adquirir alguma autonomia quando chegam em casa, porque, assim, nós ainda temos no meio rural, apesar de todo o trabalho que a gente faz, mas a gente ainda tem muitas mulheres submissas, e aí é como se desse um estalo assim, e elas mesmas despertassem. É como se elas tivessem dormindo e despertassem. Eu não preciso brigar com ele, mas eu preciso negociar com ele minha vontade, é como se fosse assim. A gente costuma dizer que é o passaporte pra elas entenderem a relação de gênero (Josivânia, dirigente sindical, STTR de Belmonte-PE, integrante do MMTR-SC, 2011).

Elas voltam outras pessoas, transformadas, felizes, tomando atitudes diferentes frente a seus maridos, elas se interessam mais a participar das marchas, perguntam, falam pra outras mulheres que querem ir também. Elas ficam contentes e a gente também, em incentivar a organização delas. Às vezes, algumas aparecem no jornal e os vizinhos ficam entusiasmados. Elas ficam muito felizes, os grupos até se reúnem pra conversar e contar como foi, avaliar como foi²⁴⁷ (Lúcia, MMTR-NE, 2011).

A Marcha como experiência pela qual as mulheres se constituem como sujeito repercute sobre elas, enquanto pessoas moldadas no ambiente em que vivem. Elaborada subjetivamente, é dada à experiência coletiva vivida atribuição de sentidos, que provocam transformações no cotidiano dessas mulheres em diferentes graus.

A Marcha é uma descoberta, ela é uma intervenção na vida das mulheres, cria referência para as mulheres, cria respeito, elas passam a ser referência como mulheres. As mulheres dos sindicatos que se envolvem na Marcha não são mais as mesmas (...). A maioria das mulheres são da base, às vezes, mal vão na cidade, mas querem ir a Brasília, então elas têm que ter referência com alguém, aí automaticamente elas vão elegendo quem fala mais, quem vai caçar material, quem vai caçar informação (...). Nos sindicatos, sim, porque as mulheres participam por participar, mas não têm autonomia de falar, de dizer, e a Marcha faz uma intimação com relação a isso, e a Marcha também, ela provoca um debate que é de relação

²⁴⁷ É muito comum ao retornarem de Brasília, as mulheres se reunirem para contar para as outras o que viveram, desde a viagem até a caminhada, e realizarem uma espécie de avaliação. Nesses momentos, elas contam detalhadamente tudo o que viveram e presenciaram, bem como suas impressões.

entre as pessoas, entre os dirigentes, de que forma que essas coisas são tratadas, e as mulheres trazem pro centro do debate junto com elas. Em todas as plenárias, nós tivemos que parar pra acertar algumas coisas de relação do sindicato, das mulheres e da Marcha (...). Acho que mexe, a Marcha mexe as estruturas da Contag. Primeiro tem uma coisa que a gente acha que é muito simples, é o que é escrito, se você for ver a mudança dos anais, dos documentos, o que é escrito sobre cotas, o que é escrito em relação ao trabalho das mulheres, oportunidades, tudo isso tem uma alteração enorme a partir da Marcha. A Marcha dialoga com o poder público, e, na Contag, tem mudado muito a linguagem da escrita, a vivência. A Marcha é uma ação que mexe com a estrutura de pessoal, com a estrutura de conteúdo, com a estrutura de intervenção mesmo, pra poder dialogar lá, internamente, e a gente quer traduzir isso... Que a Marcha possa traduzir isso como instrumento de mudança interna (...). Para mim, a Marcha significa crescimento, porque a Marcha, ela abre uma porta do crescimento do diálogo com as mulheres, com o movimento internamente. Então, para mim, a Marcha é crescimento, é crescer. Quem passa pela Marcha, quem coordena a Marcha e não cresce tem alguma coisa de errado, eu me sinto muito grande, de crescer, de descoberta, coisa realmente que eu acho que, se a gente não estiver atento, não estiver nessa articulação, a gente não consegue descobrir, não consegue vivenciar (Euci Ana, coordenadora estadual da Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Fetagri-PA, 2011).

As mulheres amadurecem, e também se abre a visão delas do entendimento social, político... Eu mesma virei uma liderança através da Marcha. Eu fui construída a partir daí (...). Em mim, o que mudou foi a questão da coragem, questão de chegar, de falar, porque a fala para nós é muito importante, mas também é muito difícil para nós falar em público, dizer a nossa opinião, o que a gente pensa. A Marcha, o que transformou em mim foi o sujeito político (...). A pessoa que faz a Marcha, ela aumenta a credibilidade no movimento. (...) Ela fica mais integrada, aprende a valorizar o movimento sindical, fica mais integrada, já vem pro sindicato quem não é sócio, muitas delas se associam. Ficam mais próximas de nós da direção, do movimento sindical. Tem fala nesse mundo que transforma a vida da mulher na questão da autonomia. Uma mulher que vinha sendo explorada pelo marido e que ainda não tinha despertado, quando ela vai para Marcha, que volta, ela volta uma outra mulher (...). (Maria Pereira, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central, 2011).

Eu acho que, pra mim, eu cresço muito como mulher politicamente, pessoalmente, no meu trabalho no Estado. Cresce porque a gente vive a Marcha. Então, a Marcha, pra mim, ela é muito importante pelo crescimento que eu tenho na organização da marcha, você cresce como pessoa, como sindicalista, você cresce em tudo, então, politicamente, pessoalmente também. É muito bom! (Mercedes, Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Fetaep, 2011).

Pra mim, modifica muito, modificou, porque quando a gente vive um processo desse, é que a gente sabe as dificuldades que essas mulheres tiveram pra chegar até lá. Muitas mulheres, a partir da Marcha, é que começaram a se desenvolver na questão da fala, perderam o medo de falar, porque as mulheres, antigamente, nós fazíamos encontros aqui, poucas mulheres falavam e hoje quase todas falam, dão a sua opinião, mesmo que seja pouco, mas contribuem na discussão. Também estão buscando participar da diretoria dos sindicatos, e isso tudo foi em decorrência da Marcha (Elenira, dirigente sindical, coordenadora da Regional de Sobral/CE, 2011).

A Marcha muda as pessoas envolvidas: não é possível falar delas do mesmo modo antes e depois da Marcha. Todas, de uma forma ou de outra, sofreram algum tipo de transformação na temporalidade que vai do antes ao depois. Como assinala Peirano (2003), um evento traz como consequência o fato de que os participantes foram alterados por ele.

Mas as marchas também mudam. *Cada Marcha é uma Marcha*, dizia insistetemente Carmen Foro. Ela não é algo perene, engessada. Cada uma aconteceu num contexto sociocultural, político e situacional característico, além disso, tomando de empréstimo as palavras de Peirano (2001, p. 36), ela apresenta *elementos que a torna imprevisível, uma surpresa, uma diferença*; do contrário, seria tão somente a *ativação de uma potencialidade, da mera atualização de uma causa, da realização de uma estrutura*, não carregaria em si o potencial transformador que a faz se repetir no tempo rerepresentando, reinventando e recriando as mulheres do campo e da floresta como sujeito político.

Marcha das Margaridas 2011. Preparativos para a caminhada

Figura 63 – Marcha das Margaridas. Despertar na madrugada



Fonte: Aguiar, 2011.

Figura 64 – Marcha das Margaridas 2011. A fila do desjejum



Fonte: Aguiar, 2011.

Figura 65 – Marcha das Margaridas. Início da concentração



Fonte: Aguiar, 2011.

Figura 66 – Marcha das Margaridas 2011. Início da caminhada



Fonte: Aguiar, 2011.

Figura 67 – Marcha das Margaridas 2011. Vista aérea



Fonte: Contag, 2011. Foto de Regina Santos.

Figura 68 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada. Faixa com o lema da Marcha



Fonte: Contag, 2011. Foto de Cláudia Ferreira.

Figura 69 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada com a bandeira das entidades participantes



Fonte: Contag, 2011. Foto de César Ramos.

Figura 70 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada com a faixa das mulheres do campo e da floresta



Fonte: Contag, 2011. Foto de César Ramos.

Figura 71 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada. Cartazes exigem direitos



Fonte: Aguiar, 2011.

Figura 72 – Marcha das Margaridas 2011. Faixa “Autonomia econômica, trabalho, emprego e renda”



Fonte: Contag, 2011. Foto de César Ramos.

Figura 73 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada. Faixa do Sindicato dos Sapateiros do Ceará



Fonte: Contag, 2011. Foto de Cláudia Ferreira.

Figura 74 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada com uma margarida gigante



Fonte: Contag, 2011. Foto de Cláudia Ferreira.

Figura 75 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada alegre ao som de instrumentos musicais



Fonte: Contag, 2011. Foto de Cláudia Ferreira.

Figura 76 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada festiva ao som de instrumentos musicais



Fonte: foto de Cláudia Ferreira; Contag, 2011

Figura 77 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada com faixa das mulheres da Amazônia



Fonte: Contag, 2011. Foto de César Ramos.

Figura 78 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada com a faixa “Terra, água e agroecologia”



Fonte: Contag, 2011. Foto de César Ramos.

Figura 79 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada com a bandeira de Pernambuco



Fonte: Contag, 2011. Foto de César Ramos.

Figura 80 – Marcha das Margaridas 2011. Mulher da 3ª idade caminha com firmeza



Fonte: Contag, 2011. Foto de César Ramos.

Figura 81 – Marcha das Margaridas 2011. Mulheres exigem direitos sobre seus próprios corpos



Fonte: Contag, 2011. Foto de Cláudia Ferreira.

Figura 82 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada. Imagens de Maria da Penha e Margarida Alves



Fonte: Aguiar, 2011.

Figura 83 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada com foto de Elizabeth Teixeira



Fonte: Contag, 2011. Foto de César Ramos.

Figura 84 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada. Mulher negra concentrada na caminhada



Fonte: Contag, 2011. Foto de Cláudia Ferreira.

Figura 85 – Marcha das Margaridas 2011.



Fonte: Contag, 2011. Foto de Cláudia Ferreira.

Figura 86 – Marcha das Margaridas 2011



Fonte: Contag, 2011. Foto de Cláudia Ferreira.

Figura 87 – Marcha das Margaridas 2011. A beleza das bandeiras multicoloridas



Fonte: Contag, 2011. Foto de César Ramos.

Figura 88 – Marcha das Margaridas 2011



Fonte: Aguiar, 2011.

Figura 89 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada. Faixa da Marcha Mundial das Mulheres



Fonte: Aguiar, 2011.

Figura 90 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada. Mulheres transformando a economia



Fonte: Aguiar, 2011.

Figura 91 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada. “É o querer das margaridas”



Fonte: Contag, 2011. Foto de Regina Santos.

Figura 92 – Marcha das Margaridas 2011. Bonecas gigantes animam a caminhada



Fonte: Aguiar, 2011.

Figura 93 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada



Fonte: Contag, 2011. Foto de Regina Santos.

Figura 94 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada



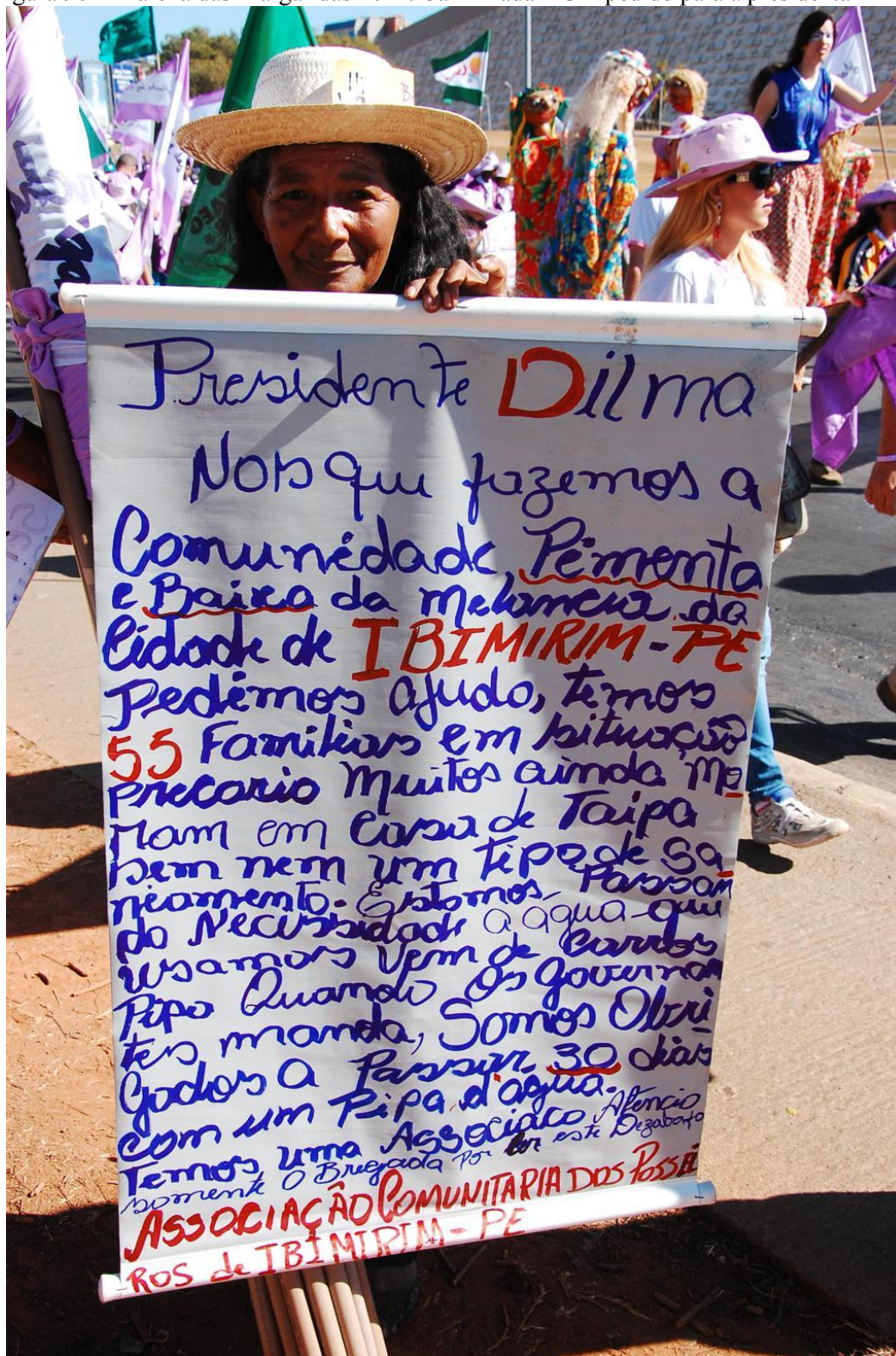
Fonte: Contag, 2011. Foto de César Ramos.

Figura 95 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada



Fonte: Contag, 2011. Foto de Cláudia Ferreira.

Figura 96 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada – Um pedido para a presidenta Dilma



Fonte: Contag, 2011. Foto de Cláudia Ferreira.

Figura 97 – Marcha das Margaridas 2011. Caminhada. Painel com foto de Margarida Alves



Fonte: Contag, 2011. Foto de César Ramos.

Figura 98 – Marcha das Margaridas 2011. Concentração na Praça dos Três Poderes



Fonte: Aguiar, 2011.

Figura 99 – Marcha das Margaridas 2011. Concentração na Praça dos Três Poderes



Fonte: Contag, 2011. Foto de Cláudia Ferreira.

Figura 100 – Marcha das Margaridas 2011. Concentração na Praça dos Três Poderes



Fonte:Contag, 2011. Foto de César Ramos..

Figura 101 – Marcha das Margaridas 2011. Concentração na Praça dos Três Poderes



Fonte: Aguiar, 2011.

Figura 102 – Marcha das Margaridas 2011. Concentração na Praça dos Três Poderes



Fonte: Contag, 2011. Foto de Isabela Lyrio.

Figura 103 – Marcha das Margaridas 2011. Ato público



Fonte: Aguiar, 2011.

Figura 104 – Marcha das Margaridas 2011. Ato público com Carmem Foro



Fonte: Contag, 2011. Foto de Isabela Lyrio.

Figura 105 – Marcha das Margaridas 2011. Ato público com Carmem Foro e Leticia Sabatella



Fonte: Contag, 2011. Foto de Cláudia Ferreira.

Figura 106 – Marcha das Margaridas 2011. Ato público com Elizabeth Teixeira



Fonte: Contag, 2011. Foto de Cláudia Ferreira.

Figura 107 – Marcha das Margaridas 2011. *Somos todas Margaridas*



Fonte: Contag, 2011. Foto de Cláudia Ferreira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciei esta tese me propondo a refletir sobre a constituição do sujeito político, não como uma categoria capaz de outorgar um significado homogêneo à ação, mas considerando a pluralidade e a diversidade que o envolve. Tal reflexão partiu, de um lado, de inquietações provocadas pelo contato com algumas das produções teóricas feministas. Alimentadas pelas teorias pós-estruturalistas, elas passam a questionar o sujeito político do feminismo identificado com a categoria “mulher”, um significante inquestionável que unifica as mulheres e cujo caráter unitário e homogêneo suprime as diferenças. É possível pensar na prática política sem que se conceba, de antemão, a existência de um sujeito unitário? Não considerar a existência desse sujeito político compromete a prática política? Quem são os sujeitos do feminismo? Que lugar hoje ocupam no movimento? Quais os modos de subjetivação e constituição de sujeitos que ele coloca. Essas são algumas das questões instigadas pelo debate.

Por outro lado, ao entrar em contato com o universo apresentado por intermédio da Marcha das Margaridas, tais reflexões ganharam força e fizeram sentido a uma discussão que, por vezes, pareceu esvaziar-se de materialidade ao enveredar pelo debate epistemológico da desconstrução do sujeito. Isso, embora inevitável e importante para fundamentar as reflexões, parecia carecer de concretude. Assim, para construir o projeto que deu origem e orientou a tese que ora apresento, coloquei-me as seguintes questões: de onde vem o poder articulatório da Marcha das Margaridas? Quem é o seu sujeito político? Como ele se constrói em meio a tantas diferenças e diversidade?

No processo de construção do objeto de estudo, essas questões foram lapidadas. A elas somaram-se outras postas no início desta tese, que orientaram o meu olhar para o campo empírico e para a literatura relativa às ciências sociais, mais especificamente, à antropologia política, embora sempre procurando estabelecer uma estreita interlocução com

os estudos de gênero. Desse modo, instaurei uma série de diálogos, alguns dos quais tentarei recuperar nos parágrafos a seguir.

O eixo analítico proposto implicava refletir sobre a constituição do sujeito político da Marcha das Margaridas, dado a conhecer mediante uma nomeação que categoriza um determinado público: as mulheres do campo e da floresta. Como tentei mostrar, trata-se de uma categoria histórica, heterogênea, que se constrói num amplo espectro de práticas e discursos que fundamentam a Marcha como movimento que busca articular essas mulheres politicamente, considerando suas temporalidades e densidades divergentes. Procurei mostrar, ainda, que se trata de um sujeito político definido a partir de diferentes posições, que se interseccionam produzindo um efeito articulatório num contexto histórico específico, assumindo uma identificação a partir da percepção: elas estarem submetidas à mesma condição de exploração, submissão e privação. Tal identificação promove certa forma de unidade discursiva, ainda que parcial e contingente, da qual empreendem uma ação comum.

Nesse sentido, a Marcha pôde ser compreendida pela articulação simultânea da heterogeneidade e da singularidade de diferentes mulheres vinculadas a diferentes grupos, organizações, movimentos, apresentando diferentes posicionamentos ideológicos e bandeiras de luta. Sob a nomeação *Mulheres do campo e da floresta*, essas mulheres são anunciadas como sujeito político, em nome do qual se fala, sendo, portanto, criação do próprio movimento engendrado pela Marcha.

Logo percebi que refletir sobre a constituição dos sujeitos políticos era refletir sobre a construção da Marcha em si. E esta tese foi concebida como parte dessa reflexão. Seu ponto de partida foi propor explorar a Marcha em seu fazer, e, ao fazê-lo, buscar os sujeitos nas experiências da dimensão vivida dos vários níveis de participação nela inscritas.

Também me pareceu fundamental, para entender a constituição desse sujeito político nomeado *mulheres do campo e da floresta*, resgatar o processo de organização política das mulheres trabalhadoras rurais, que se vinha desenvolvendo desde os anos 1980, a fim de apresentar a Marcha como um momento histórico desse processo, sem contudo

atribuí-la a um mero resultado causal dele decorrente, uma vez que, para mim, ela se configura pelos laços múltiplos e heterogêneos que as próprias pessoas entretecem.

Nesse sentido, para compreender este momento histórico, considerei a conjugação de condições sociais e o conjunto de relações, arranjos e teias de interdependência que se estabeleceram a partir dela procurando mostrar que a Marcha apresentava uma natureza relacional: uma trama de vínculos de interconhecimento que delineava uma figuração específica (ELIAS, 2005; 2001), favorecida por tais condições, que, por sua vez, foram propiciadas por uma conjuntura política marcada pela implementação de políticas econômicas neoliberais, pela inflexão dos sindicalistas (homens) no interior do movimento sindical, pela capacidade de articulação desenvolvida pelas mulheres e pelo acionamento de determinados recursos emocionais que impulsionou o engajamento das mulheres.

Procurei explicar não só o aparecimento da Marcha das Margaridas no ano 2000, mas o conjunto de fatos e eventos que fizeram com que milhares de mulheres atravessassem o território nacional, tomassem as ruas de Brasília e repetissem essa ação a cada quatro anos, demonstrando capacidade de se fazerem representar e de levar as suas demandas ao espaço público, de impor uma imagem de quem eram e de expressar por que se manifestavam.

O percurso que tracei, ao buscar compreender como a Marcha se tornou possível tomando-a a partir da figuração que ela delineava, permitiu-me considerar os sujeitos políticos, que, a princípio, nos remetem a uma ideia de coletivo, como pessoas que, ao estabelecerem vínculos políticos, protagonizam ações e as tornam possíveis e cuja atuação contribui na corporificação da imagem dos sujeitos que se quer revelar. As dimensões relacionais da vida dessas pessoas estão implicadas na figuração. Se afirmo que o sujeito político da Marcha é criação do próprio movimento por ela engendrado, essas dimensões relacionais da vida estão implicadas na constituição desse sujeito.

Busquei mostrar a Marcha das Margaridas 2011 “por dentro” descrevendo sua estrutura, sua organização, dinâmica interna e suas relações com outros movimentos e

organizações. Procurei efetuar uma análise dos processos complexos de construção do seu sujeito político.

Considerando que, para além do contexto, a existência da Marcha, as suas escolhas e as suas trajetórias são marcadas também pela relação que ela estabelece com diversos atores sociais e políticos, apresentei a Marcha das Margaridas 2011 como um espaço relacional delimitado pela relações dos sujeitos que o constitui. Vali-me, para tal, do conceito de *campo político* e *arena* (Swartz, 1994 [1966]), forjados na análise antropológica de processos políticos locais, para traduzir a Marcha em termos da diversidade e da mobilidade dos atores nele envolvidos, levando em conta a fluidez dos recursos materiais e simbólicos empregados pelos/as participantes e o alcance flexível de suas redes sociais e territoriais. Além disso, o conceito foi utilizado para mostrar como a Marcha engendra processos políticos, marcados por tensões, disputas e intencionalidades.

Do ponto de vista organizativo, ao descrever a Marcha 2011 a partir de dentro, dei a conhecer a sua constituição como um *campo* misto que, embora sugira uma forma organizacional objetivando reunir e orientar a atuação de todos os grupos que dela fazem parte, apresenta uma configuração polimorfa ao congregar, a partir da articulação de uma rede de relações, movimentos de mulheres, movimentos feministas, associações, centrais sindicais e entidades – as chamadas *parceiras*, que, por sua vez, apresentam e mantêm formatos organizacionais próprios e identidades institucionais variadas.

Ao considerar a dimensão histórica na caracterização do *campo*, busquei compreender a Marcha 2011 na perspectiva das que a antecederam, o que me levou a realizar uma incursão pelas Marchas das Margaridas anteriores. Mostrei, assim, que o *campo* se movimenta num “continuum espaço-temporal” (SWARTZ, 1994 [1966] p.105), passível de contração ou expansão conforme a entrada e saída de atores, ou as mudanças nas atividades de interação, de acordo com o interesse e o envolvimento dos/as participantes. Dessa forma, pude constatar que cada Marcha delimita um campo específico, nunca igual a outro, e apresenta alterações desde a sua forma organizativa até a sua composição, refletindo as relações de parcerias estabelecidas entre a Contag, as Ongs e movimentos, que, devido à

flexibilidade do campo, podem permanecer nele, sair, ou assumir novos papéis, ora como entidades promotoras, ora como participantes, ora ainda como apoiadores em determinadas situações, conforme o contexto ou a demanda, ou ainda, a conjuntura política, algo importante a possibilitar a compreensão da relação da Marcha das Margaridas com o Estado, também implicado pela rede de relações que ali se estabelece.

Ao descrever a dinâmica interna da Marcha, enfatizei o papel dos movimentos, organizações e instituições engendrados nessa dinâmica e que influenciam, mais ou menos, as decisões que orientam as ações no seu interior. Mostrei que, como promotoras e coordenadora da Marcha, a Secretaria de Mulheres e a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais conseguem acessar, de maneira eficaz, os recursos materiais, humanos e normativos disponíveis no interior do movimento, transformando-os em suportes para os fins políticos. Uma das estratégias para acessar os recursos políticos é o estabelecimento de “parcerias”. Apresentei, por meio das falas das representantes das “entidades parceiras”, a forma como essas relações foram estabelecidas, os interesses em jogo, os compromissos assumidos, as expectativas, os processos de aliança e as tensões existentes, bem como a diversidade no interior do campo. Mostrei, ainda, que as parcerias expressam laços políticos, construídos em momentos e de maneiras diferentes, que podem ser fortes ou fracos, eventuais, extensos, estratégicos, conjunturais, mais ou menos intensos.

Procurei mostrar, ainda, que a dinâmica interna também é influenciada pela participação dos apoiadores e patrocinadores. Nesse sentido, destaquei a importância da relação estabelecida com o Estado pela mediação das agências públicas governamentais, pela possibilidade de dar suporte em termos de infraestrutura, e, ainda, como fonte de recursos. Com isso, sugeri que atores ligados ao Estado (patrocinadores ou apoiadores), apesar de não serem percebidos como partes integrantes do movimento em si, estão envolvidos nos processos definidores.

Particularmente, na Marcha de 2011, a presença de instituições estatais no *campo* por ela configurado foi especialmente evidente, diante de uma conjuntura relacionada a um contexto político específico em que se tinha, à frente do governo, uma mulher eleita pelo PT,

cuja candidatura havia sido apoiada pela Contag. Procurei analisar esse fato em termos de *interpenetração* partido-movimento, que caracteriza a relação entre Estado e movimentos sociais, pela maior permeabilidade das instituições às demandas dos movimentos sociais e pelo trânsito institucional, mediado pelo pertencimento partidário, para então situar a permeabilidade de setores do governo às demandas da Marcha das Margaridas, colocando-se, inclusive, como apoiadores, algo que influenciou a dinâmica do *campo*. Aliás, a Marcha se mostrou um espaço fértil para a compreensão das relações que se estabelecem entre Estado e movimentos sociais, sem cair nas explicações simplistas que as adjetivam como relações de cooptação ou clientelismo.

Ao descrever a dinâmica interna da Marcha, procurei chamar a atenção para o papel exercido pela secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag. Percebi o quanto este lugar é fundamental. Coordenar a Marcha implica, como tentei mostrar, assumir o papel de porta-voz do movimento; isso envolve um processo de aprendizado e destreza na utilização de distintos recursos que dependem das características pessoais de quem assume a sua coordenação e que acaba deixando a sua marca a cada Marcha. Nesse sentido, a coordenadora da última Marcha soube desempenhar habilmente esse papel. A sua atuação foi importantíssima no processo de criação das mulheres do campo e da floresta como sujeitos políticos, pelas quais se colocava e era legitimada como porta-voz.

Embora o *campo* mantenha com a *arena* uma relação íntima, na acepção de Swartz (1966), logo percebi que, do ponto de vista da construção do sujeito político, é no *campo* que se estabelece a produção de categorias que o define, sem que, necessariamente, se considere o que ocorre na *arena*. Por exemplo, foi no *campo* que se definiu a nomeação do sujeito político da Marcha. Entretanto, a Marcha mostrou uma grande capacidade de mobilizar e envolver participantes da *arena* na ação política. Além de pessoas, ela também mobilizou recursos, valores, significados, também presentes na *arena* (mídia, opinião pública, poder público, por exemplo), provocando a expansão do seu raio de ação.

Entender a dinâmica interna da Marcha, que envolve a sua forma organizativa e os papéis desempenhados por cada ator envolvido foi fundamental para compreender a

caminhada e as ações que envolveram a realização da Marcha em Brasília, não só porque atesta a eficácia de todo o processo anterior, mas porque os sujeitos políticos que ela representa ganham existência na marcha realizada na capital federal.

Algo importante para compreender a dinâmica interna da Marcha das Margaridas é a sua articulação com outros movimentos de mulheres e movimentos feministas em rede de movimentos e organizações. Articulação que lhe empresta uma forma própria, rompe as fronteiras institucionais da Contag e oferece às mulheres um espaço próprio de organização, que é dinamizado mesmo no tempo entre marchas, alimentando um *ethos* movimentalista que, em nome da Marcha, mobiliza as mulheres a se engajarem em ações outras como mostras, feiras, jornadas, atos públicos.

Como tentei mostrar, esses vínculos estabelecidos entre movimentos e organizações implicam determinada forma de unidade e de ação comum, estabelecida a partir de formas precárias de identificação em torno da categoria “mulher do campo e da floresta”, resultante da criação de um discurso que é capaz de articular diversas demandas das diferentes organizações e movimentos que a compõem, constituindo o que Mouffe (1999) diria ser o ponto nodal que permite a construção de uma unificação simbólica, de um “nós” capaz de dar uma unidade ao movimento ainda que de forma parcial e contingente. Tal discurso não é uma mera soma de palavras, mas resultante de articulações concretas que unem palavras e ações e produzem sentidos. Nesta etnografia, me propus a identificar os pontos nodais que permitem a articulação de uma unidade discursiva em torno do sujeito da Marcha.

A plataforma política da Marcha é um dos elementos que compõe tal unidade construída a partir do lema *Por um desenvolvimento sustentável com justiça, igualdade, autonomia e liberdade* e composta de sete eixos temáticos que agregam, dão suporte e justificam politicamente as demandas das mulheres. Ela articula um discurso que anuncia um projeto alternativo *anticapitalista* e *antipatriarcal* que se opõe ao modelo de desenvolvimento hegemônico também articulado discursivamente em torno do agronegócio. A sua expressão mais concreta é a pauta de reivindicações apresentada ao Governo Federal,

de modo que, em torno dela, também se estabelece uma unidade discursiva, uma vez que ela contempla as agendas e demandas de outros movimentos reforçando-as. Por incorporar temas que não fazem parte da agenda sindical, a discussão da pauta internamente ao MSTTR não é algo desprovido de tensão, inclusive porque a ampliação da incorporação dessas demandas favoreceu a mudança na nomeação do sujeito político da Marcha, que, de *mulheres trabalhadoras rurais*, passou a ser designada *mulheres do campo e da floresta*, uma nomeação que, por meio da pauta e da plataforma política, cria uma identificação entre diferentes posições de sujeito.

O sujeito político, assim nomeado, é resultado, como procurei mostrar, de uma negociação selada, inclusive, numa reunião da Coordenação Ampliada, por representantes de outros movimentos que não se viam representadas na categoria “trabalhadora rural”. Embora algumas dirigentes sindicais tenham resistido à mudança de nome, foi necessário abrir mão desta categoria e nomear o sujeito de modo a acolher a diversidade de mulheres trabalhadoras rurais que vivem no campo, incluindo as que vivem na floresta, e, assim, garantir não apenas articulação entre movimentos, mas a força simbólica que a Marcha carrega consigo a partir desta articulação. Assim, é das “mulheres do campo e da floresta” das quais fala a Marcha quando se comunica no espaço público, seja por meio impresso, seja nos discursos pronunciados, seja na marcha propriamente dita. Trata-se, portanto, de uma nomeação discursivamente articulada e negociada.

Também identifiquei o feminismo como um dos elementos discursivamente articulados em torno do sujeito político da Marcha por meio da sua plataforma política, da sua pauta de reivindicações, dos discursos pronunciados e de toda uma simbologia que se expressa na caminhada caracterizada como *marcha*. O feminismo se revela mais pelo posicionamento crítico que a Marcha assume ao questionar as bases da subordinação patriarcal sofrida pelas mulheres, a divisão sexual do trabalho, o controle sobre o corpo e a sexualidade, e, enfim, as desigualdades de gênero, nas quais se orientam as ideias feministas que circulam no seu interior. A referência a essas desigualdades cria um ponto de ligação comum, uma identificação entre os gêneros que se veem como *mulheres do campo e da floresta*. Esse questionamento crítico ganha concretude ao se articular a aspectos importantes

da vida dessas mulheres, expressos nos temas que compõem a sua plataforma política, dando sentido à própria Marcha que, pelo caráter propositivo do qual se investe: denúncia, diálogo e negociação com o Estado brasileiro, afirma um feminismo próprio, uma determinada concepção de feminismo, que a coordenadora da Marcha chamou de “rural”, e que se distingue daquelas concepções que se abrigam no interior da própria Marcha, como o da MMM ou da AMB.

Ainda que a noção de sujeito político remeta a um ator coletivo e à ideia de uma identidade, o meu olhar não repousou sobre aquilo que identificava esse sujeito, mas sobre o que criava identificações entre eles. Percebi que tanto as similaridades quanto as diferenças são passíveis de produzir significados capazes de criar identificações em torno do sujeito político, estando, assim, implicadas na articulação que configura a Marcha das Margaridas e na constituição das “mulheres do campo e da floresta” como sujeito político. Ao longo desta tese, procurei apresentar, por intermédio das falas das minhas interlocutoras, como as diferenças se expressam. Sim, porque elas também criam identificações, e, para compreender como elas são articuladas, utilizei a diferença como categoria analítica (BRAH, 2011).

Percebi que os diversos sujeitos representados na Marcha das Margaridas queriam ser vistos nas suas especificidades e, mais que isso, queriam ver suas agendas próprias de lutas a ela incorporadas. A categoria “mulheres do campo e da floresta” não parecia estar sujeita a questionamentos, discussões ou segmentações. Contudo, os grupos específicos como extrativistas, quebradeiras de coco, ribeirinhas, trabalhadoras rurais, assalariadas, assentadas, quilombolas, agricultoras buscavam, em vários momentos, se afirmar e expressar a sua diversidade. Essa diversidade, incorporada ao discurso político, evidenciava uma diferença, afinal, trata-se de mulheres diferentes entre si e com especificidades dentro da Marcha.

Percebi, ainda, que *Mulheres do campo e da floresta* demarcavam “diferenças” que eram construídas de diversas maneiras dentro dos discursos, podendo ser usadas para se referir à trabalhadora rural, à agricultora, à extrativista, à quebradeira de coco, à assentada, à pescadora/marisqueira, à ribeirinha. Enfim, trata-se de uma categoria que mobiliza

diferentes conjuntos de identidades culturais ou políticas e, ao fazê-lo, estabelece limites à nomeação expressando uma unidade. Essas mulheres não existem apenas como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como “mulheres da classe trabalhadora”, “mulheres rurais”, “mulheres da floresta”, “mulheres do campo”, “mulheres indígenas”, “mulheres quilombolas”, “mulheres assentadas”, “mulheres ribeirinhas”, “mulheres quebradeiras de coco”. Nesse sentido, é uma expressão que se unifica, mas que acolhe distinções que se referem à diferença de condições sociais.

No contexto da Marcha 2011, o gênero, a classe e o pertencimento territorial se expressam na categoria que nomeia o seu sujeito político. O gênero nela referenciado se liga a desigualdades e a antagonismos articulados em torno de outros dois marcadores: *classe* (são mulheres da classe trabalhadora) e *território* (são mulheres rurais que vivem no campo ou na floresta). Contudo, a interconexão entre classe, gênero e território não negligencia outros marcadores de “diferença” como raça, geração e sexualidade. Ou seja, ainda que esses marcadores não se revelem diretamente na categoria “Mulheres do Campo e da Floresta”, eles são reconhecidos como marcadores de diferença social, como explicitado na plataforma política.

A diferença aí é significada como relação social, partindo da posição do sujeito nas relações socioeconômicas e culturais, e, enquanto tal, ela é mobilizada na Marcha por se referir a uma experiência coletiva construída historicamente, de modo que assinala as diferenciações de gênero, classe e território em termos de elementos estruturados e estruturantes do vivido social. A referência à situação de subordinação das mulheres dentro de estruturas socioeconômicas e políticas de poder evidencia todo um sistema de significação e representação que as constrói como classe. Assim, quando anuncia o seu sujeito como “mulheres trabalhadoras”, está se destacando o posicionamento desse grupo marcado, nessas estruturas, pelo gênero.

Mas a diferença é também uma produção subjetiva, e, por mais paradoxal que ela possa ser, as falas das minhas interlocutoras me revelaram que a Marcha, como experiência coletiva, com a qual se compartilha um lugar comum de ser “margarida”, era também um

espaço favorável à percepção subjetiva da diferença. Ao viver a Marcha como experiência coletiva e subjetiva a um só tempo, elas estavam provocando transformações, não apenas social ou política, mas também uma mudança pessoal. A Marcha é uma luta por significado, mas também sobre diferentes modos de ser, na qual se imbricam questões relacionadas à experiência, à subjetividade e às relações sociais.

No processo de mobilização política, apela-se à experiência coletiva tentando, nela, re-inscrever as subjetividades (BRAH, 2011). Nesse processo, é evocado aquilo que as “mulheres do campo e da floresta” têm em comum, mas, contraditoriamente, o que é comum apenas se torna significativo quando articulado a um discurso de diferença, que é construído a partir de alguma leitura da história coletiva, tomada como experiência de ser mulher rural, trabalhadora, destituída de direitos, com uma história particular de opressão, discriminação, exploração e submissão, estruturada em torno do gênero como expressão de inferioridade, produzida e reproduzida por meio de mecanismos específicos, dentre os quais, a utilização da violência e da violação dos seus corpos. Há, na Marcha, um apelo aos laços construídos do reconhecimento dessa experiência partilhada a fim de mobilizar as mulheres às quais se refere e, ao fazê-lo, afirmam uma diferença que pode ser lida como “essencialismo estratégico”, na acepção de Spivak (2010), experimentando, assim, a diferença como identidade.

A segunda parte desta tese tem uma característica mais descritiva a fim de apreender a dimensão vivida da Marcha das Margaridas em contextos microlocais e no contexto da marcha propriamente dita. Mediante um trabalho etnográfico centrado no fazer cotidiano e vivido da política, procurei apresentar as mulheres que assumem e se envolvem na sua mobilização a partir dos municípios e localidades onde habitam. Havia em mim o desejo de dar conta, desde um olhar propriamente etnográfico, da dimensão vivida da participação na construção da Marcha das Margaridas, e foi o que tentei fazer explorando ao limite a fala das mulheres envolvidas, chamando a atenção para o fato de que a Marcha está nas experiências delas e expressa diversas dimensões dessa experiência. Interessava-me perceber como elas viviam e significavam a Marcha, por

meio da qual faziam política e se faziam a si mesmas. As suas falas me revelaram que elas eram afetadas por esse fazer e tinham com ele uma relação afetiva.

A saída dos ônibus dos municípios em direção a Brasília deu início ao que denominei “momento ritual”. A viagem até a capital federal parecia resguardar um aspecto sacrificial (viajar era desafiar o cotidiano e experimentar as incertezas), o que me fez assemelhá-la a uma peregrinação, embora não se tratasse de uma caminhada. A viagem foi tomada como parte da experiência ritual que envolvia a marcha em Brasília. Experiência que, na fala das minhas interlocutoras, provocava uma profusão de sensações e sentimentos motivados pelo encontro inesperado com o desconhecido, pelo estranhamento ao que lhes era familiar, pela percepção da alteridade, pela emoção acionada por se verem em meio a tantas outras mulheres reunidas num único espaço. Tudo isso era vivenciado subjetivamente e expresso pelos dos corpos, que traziam impressos a marca da diferença que carregavam entre si.

A Marcha também não era indiferente à população de Brasília, pois alterava-lhe a vida e modificava a paisagem urbana. Tratava-se de um grande evento e, como mostrei nesta tese, o seu porte imprimia-lhe valor. Era uma forma de mostrar à sociedade e às próprias mulheres a sua grandeza e importância: dava *visibilidade*. E, nesse sentido, a Marcha se mostrou eficaz!

O número de mulheres presentes na caminhada, compondo uma multidão de tantas outras, ganhava expressividade aos olhos de quem via, constituindo-se num elemento de linguagem significativo ao comunicar um coeficiente de adesão importante para se obter o apoio necessário ao que se pretendia conquistar. Demonstrava força e capacidade de mobilização. Ao se apresentar como uma coletividade que expressava um conjunto de sentidos afirmados repetidamente por diferentes meios, as mulheres do campo e da floresta, ao mesmo tempo, também se afirmavam; e o efeito performático dessa afirmação legitimava a aceitação pública da sua presença em Brasília.

Como ato de protesto e de denúncia, a Marcha apresentou objetivos eminentemente políticos, sobretudo, ao chamar a atenção do poder público e da sociedade

em geral à situação de desigualdade vivenciada pelas mulheres de um modo geral, especificamente, pelas mulheres trabalhadoras rurais que habitam os campos e as florestas. Por outro lado, a caminhada, a performance, a estética que ela apresentava era a forma de expressão que completava a experiência vivida durante todo o seu processo de construção e evocava *com força as dimensões coletivas do vivido*, suscitava *experiências de communitas* (TURNER, 1974; DAWSEY, 2013) e unificava os vários grupos sociais ali representados, mostrando que as diferenças eram *capazes de se misturar* (AUGÉ, 1997).

Ao longo desta tese, intencionei mostrar que, vivida coletivamente, a Marcha é sempre também experimentada subjetivamente. A experiência da caminhada resultou, de acordo com as falas das minhas interlocutoras, num sentimento de força. Constituída performaticamente, a ação política empreendida por intermédio da marcha é uma prática produtiva de poder, que se expressa pelo uso da fala, pela utilização de imagens visuais, de registros sonoros e do uso do corpo em toda a sua integralidade. Um poder que é comunicado simbolicamente, como mostrei, pela combinação de comportamentos verbais e não verbais (TAMBIAH, 1968).

A Marcha, como uma ação coletiva expressiva, foi capaz de comunicar os fundamentos da sua plataforma política e os seus propósitos. Para isso, evocou referências simbólicas consagradas, ao mesmo tempo em que questionava as estruturas sociais e o lugar de subalternidade que as mulheres nela ocupam. A ação se apresentou como potencialmente transformadora em duplo sentido. Como evento político apresentou um projeto que se propõe como um projeto de transformação social. E a obtenção de reconhecimento público se dá com o ritual político: a Marcha, no sentido de que, ao ser vivida como experiência coletiva, ela opera transformações ao nível das percepções subjetivas. Esse potencial transformador é que a faz se repetir no tempo.

Enfim, a Marcha é realização do seu próprio sujeito político, as *mulheres do campo e da floresta*, que por meio dela ganham existência.

REFERÊNCIAS

1986-2006 – 20 anos de lutas e conquistas em defesa dos direitos dos territórios quilombolas no Maranhão”. *Revista do Centro de Cultura Negra do Maranhão/Projeto Vida de Negro*. São Luís: nov. 2007.

ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Rocicleide. As relações de gênero na Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (Contag). In: ROCHA, M. I. B (Org). *Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios*. 34. ed. São Paulo: ABEP, NEPO/Unicamp e Cedeplar/UFGM, 2000. p. 347-366.

ABU-LUGHOD, Lila. *Veiled sentiments: honor and poetry in a Bedouin society*. Berkeley/CA: University of California Press, 1986.

_____; LUTZ, Catherine (Orgs.). *Language and the politics of emotion*. Cambridge/UK: Cambridge University Press, 1990.

ADRIANCE, M. C. *Opting for the poor*. Kansas City/MO: Shed and Ward, 1986.

_____. *Promised land*. Albany/NY: Suny Press, 1995.

ADRIÃO, Karla Galvão. *Encontros do Feminismo: uma análise do campo feminista brasileiro a partir das esferas do movimento, do governo e da academia*. 301p. Tese de doutorado (Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas). Florianópolis, UFSC, 2008.

AGUIAR, Vilênia V. P. *Municípios visitados no trabalho de campo*. 1 gravura, color. Tam. 19,98 cm x 15,59 cm. Florianópolis: 2015.

_____. *Organograma Marcha das Margaridas 2011*. 1 gráfico, color. Tamanho: 12,55 cm x 15,85 cm. Florianópolis: 2015.

_____. *Marcha das Margaridas 2011*. A viagem. 1 fotografia, color. Tamanho: 10,09 cm x 13,46 cm. Brasília: 2011.

_____. *Marcha das Margaridas 2011*. A viagem: organização das bagagens. 1 fotografia, color. Tamanho: 9,1 cm x 12,7 cm. Brasília: 2011.

_____. *Marcha das Margaridas 2011*. A viagem. Pausa para um descanso. 1 fotografia, color. Tamanho: 10,84 cm x 14,45 cm. Brasília: 2011.

_____. *Marcha das Margaridas. A viagem. Acomodação nos ônibus.* 1 fotografia, color. Tamanho: 8,56 cm x 11,41 cm. Brasília: 2011.

_____. *A chegada ao Parque da Cidade – Brasília. Desembarque.* 1 fotografia, color. Tamanho: 10,98 cm x 14,64 cm. Brasília: 2011.

_____. *A chegada ao Parque da Cidade. A caminho das acomodações.* 1 fotografia, color. Tamanho: 10,03 cm x 14,64 cm. Brasília: 2011.

_____. *Chegada à Cidade das Margaridas.* 1 fotografia, color. Tamanho: 11,28 cm x 15,04 cm. Brasília: 2011.

_____. *Chegada à Cidade das Margaridas.* 1 fotografia, color. Tamanho: 11,51 cm x 15,35 cm. Brasília: 2011.

_____. *Acomodação das participantes nos alojamentos.* 1 fotografia, color. Tamanho: 9,58 cm x 13,3 cm. Brasília: 2011.

_____. *Marcha das Margaridas. Despertar na madrugada.* 1 fotografia, color. Tamanho: 12,49 cm x 10,08 cm. Brasília: 2011.

_____. *Marcha das Margaridas 2011. A fila do desjejum.* 1 fotografia, color. Tamanho: 11,1 cm x 14,8 cm. Brasília: 2011.

_____. *Marcha das Margaridas. Início da concentração.* 1 fotografia, color. Tamanho: 8,62 cm x 12,93 cm. Brasília: 2011.

_____. *Marcha das Margaridas 2011. Início da caminhada.* 1 fotografia, color. Tamanho: 19,69 cm x 16,98 cm. Brasília: 2011.

_____. *Marcha das Margaridas 2011. Caminhada. Cartazes exigem direitos.* 1 fotografia, color. Tamanho: 10,98 cm x 14,64 cm. Brasília: 2011.

_____. *Marcha das Margaridas 2011. Caminhada. Imagens de Maria da Penha e Margarida Alves.* 1 fotografia, color. Tamanho: 10,98 cm x 14,64 cm. Brasília: 2011.

_____. *Marcha das Margaridas 2011.* fotografia, color. Tamanho: 20,82 cm x 15,62 cm. Brasília: 2011.

_____. *Marcha das Margaridas 2011. Caminhada. Faixa da Marcha Mundial das Mulheres.* 1 fotografia, color. Tamanho: 11,23 cm x 14,97 cm. Brasília: 2011.

_____. *Marcha das Margaridas 2011. Caminhada. Mulheres transformando a economia.* 1 fotografia, color. Tamanho: 8,47 cm x 11,29 cm. Brasília: 2011.

_____. *Marcha das Margaridas 2011*. Bonecas gigantes animam a caminhada. 1 fotografia, color. Tamanho: 10,98 cm x 14,64 cm. Brasília: 2011.

_____. *Marcha das Margaridas 2011*. Concentração na Praça dos Três Poderes. 1 fotografia, color. Tamanho: 20,8 cm x 16,34 cm. Brasília: 2011.

_____. *Marcha das Margaridas 2011*. Concentração animada na Praça dos Três Poderes. 1 fotografia, color. Tamanho: 12,17 cm x 16,72 cm. Brasília: 2011.

_____. *Marcha das Margaridas 2011*. Ato público. 1 fotografia, color. Tamanho: 10,98 cm x 14,64 cm. Brasília: 2011.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Quebradeiras de coco babaçu: identidade e mobilização*. São Luís: MIQCB, 1995.

ALVAREZ, Sônia. Feminismos latino-americanos. *Revista de Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 265-284, 1998.

_____. Women's participation in the brazilian "peoples church": a critical appraisal. *Feminist Studies*, University of Maryland/US, n. 2, v. 16, p. 381-408, 1990.

_____; ESCOBAR, Arturo. Introdução – o cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: _____ (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: EUFMG, 2000. p. 15-60.

_____; DAGNINO, Evelina. *Para além da "democracia realmente existente": movimentos sociais, a nova cidadania e a configuração de espaços públicos alternativos*. Mimeo. In: Encontro Nacional da ANPOCS, 19., 1995, Caxambu/MG.

AUGÉ, Marc. Os dois ritos e seus mitos: a política como ritual. In: _____. *Por uma antropologia dos mundos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BAILEY, F. G. *The tactical uses of passions*. An essay on power, reason and reality. Ithaca/NY: Cornell University Press, 1983. 275 p.

BAKHTIN, M. (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12. ed. S. Paulo: Hucitec, 2006.

BARROS, Alice Monteiro de. *Curso de direito do trabalho*. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: LTr, 2009.

BARROS, Cláudio José; MAFRA, Waldir. Introdução: a mística da libertação. In: BROSE, Markus (Org.). *Lideranças para a democracia participativa: experiências a partir da Teologia da Libertação*. Goiânia: Editora da UCG, 2008. v. 1, p. 11-19.

BAUMANN, Gerd. Ritual implicates “others”: rereading Durkheim in a plural society. In: COPPET, Daniel de. *Understanding ritual*. London: Routledge, 1992, p. 97-116.

BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. 5. ed. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos).

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

BOLTANSKI, Luc. *El amor y la justicia como competencias: tres ensayos de sociología de la acción*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2000 [1990].

_____.; DARRÉ, Yann; SCHILTZ Marie-Ange. La dénonciation. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n. 51, p. 3-40, mars 1984.

BORDALO, C. A. *Os caminhos da política: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco*. 158 f. Dissertação de Mestrado (Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Rio de Janeiro, UFRJ, Rio, 2011.

_____. Sindicatos rurais e movimentos sociais: duas tradições na luta pela representação política das trabalhadoras rurais. In: Simpósio Estadual de Lutas Sociais na América Latina: “crise das democracias latino-americanas: dilemas e contradições”, 2., 2006, Londrina/PR. *Anais...* Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/carolinearaujobordalo.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2014.

_____. Pelo direito de ser e estar: engajamento, mobilização e socialização política nos movimentos de mulheres rurais em Pernambuco. *Fazendo Gênero*, n. 8 – Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST3/Caroline_Araujo_Bordalo_03.pdf>. Acesso em 22 fev. 2014.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas linguísticas. In: ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa/PT: Difel, 1989.

_____. La délégation et le fétichisme politique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 52/53, p. 49-55, 1984.

_____. *Le sens pratique*. Paris: Minuit, 1980.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas/SP, n. 26, p. 329-376, 2006.

_____. *Cartografias de la diáspora: identidades en cuestión*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2011 [1996].

BURDICK, John. Gossip and secrecy: women's articulation of domestic conflict in three religions of urban Brazil. *Sociological Analysis*, v. 50, n. 2, p.153-170, 1990.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. El marxismo y lo meramente cultural. *New Left Review*, n. 2, p. 109-121, maio/jun. 2000.

_____. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do "pós-modernismo". *Cadernos Pagu*, Campinas/SP, UNICAMP, n. 11, p. 11-42, 1998.

CALDART, Roseli. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CALDEIRA, Teresa. Women, TLdaily life and politics. In: JELIN, E (Org.). *Women and social change in Latin America*. London: Zed Books, 1990.

CAPPELLIN, Paola Giuliani. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009. P. 640-668.

_____. Trabalhadoras rurais e aspirações feministas: um diálogo em curso. In: SILVA, Eliane Moura et al. *Camuflagem e transparência: as mulheres no sindicalismo*. Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora. CUT. São Paulo: 1990. p. 17-20.

_____. Viver o sindicalismo no feminino. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro/CIEC/ECO/UFRJ, p. 273-290, 1994. (Número especial).

CAPRANZANO, Vicent. Diálogo. *Anuário Antropológico*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, v. 88, 1991. p. 59-80.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; ALMEIDA, MAURO W.B. Populações Tradicionais e conservação ambiental. In. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo, Cosac Naify, 2009 [1979]. p. 275-300

CARVALHO, Maria do Carmo A. A. *Participação social no Brasil hoje*. São Paulo: Polis, 1998.

_____. *Eppur si muove: os movimentos sociais e a construção da democracia no Brasil*. 177 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). IFCH-UNICAMP, Campinas, 1997.

CHARAUDEAU, Patrick. Identidade social e identidade discursiva: o fundamento da competência comunicacional. In : PIETROLUONGO, Márcia. (Org.) *O trabalho da tradução*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, p. 309-326.

CHARTIER, R. Prefácio. In: ELIAS, N. *Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CHAVES, Christine de Alencar. 2000. *A Marcha Nacional dos Sem-Terra: um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

CHOINASKI, Luci. Uma experiência prática de luta. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (Orgs.). *Mulher e Política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.

COELHO, Maria Claudia. Narrativas da violência: a dimensão micropolítica das emoções. *Mana – Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 265-285, 2010.

COMERFORD, John Cunha. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política/ NuAP, 1999. (Coleção Antropologia da Política, 5)

CONTAG. *Caderno de textos para estudo e debates – Marcha das Margaridas 2011*. Brasília: Contag/Fetags/STTRs/CUT - CUT/CTB/CNS/MMTRNE/MIQCB/MAMA/MARCHA MUNDIAL DAS MARGARIDAS 2011. Brasília, 2011.

_____. *Marcha das Margaridas. Jornal da CONTAG*. Edição Especial, Brasília, ano VII, n. 83, ago./set. 2011a.

_____. *Caderno de textos para estudo e debates – Marcha das Margaridas 2007*. Brasília: Contag/Fetags/STTRs/CUT – MMTE/NE, MIQCB, CNS, MAMA, REDELAC, MMM, 2007.

_____. *Logo Marcha das Margaridas 2000*. 1 gravura, color. Tam. 19,98 cm x 15,59 cm. Brasília, Contag, 2000.

_____. *Logo da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais*. 1 gravura, color. Formato: jpeg. Dimensão: 200 x 241 pixels. Tamanho: 36,11 kb. Disponível em: <http://www.portaictb.org.br/site/images/stories/di/di_marcha_das_margaridas_logo_fetag_ba.jpg. Acesso em: 20 set. 2104.

_____. *Símbolo da Marcha das Margaridas 2000*. 1 gravura, color. Tam. 6,5 cm x 6,17 cm. Brasília: Contag, 2000.

_____. *Cartaz da Marcha das Margaridas 2000*. 1 fotografia, color. Tam. 5,45 cm x 15,46 cm. Formato: jpeg. Brasília: Contag, 2000.

_____. *Marcha das Margaridas 2000*. 1 fotografia, p&b. Tam. 10,06 cm x 15,11 cm. Formato: jpeg. Foto de César Ramos. Brasília: Contag, 2000.

_____. *Cartaz da Marcha das Margaridas 2003*. 1 fotografia, color. Tam. 9,18 cm x 12,56 cm. Formato: jpeg. Brasília: Contag, 2003.

_____. *Marcha das Margaridas 2003: caminhada*. 1 fotografia, color. Tam. 8,4 cm x 14,48 cm. Formato: jpeg. Foto de Augusto. Brasília: Contag, 2003.

_____. *Marcha das Margaridas 2003: caminhada e o colorido das faixas e bandeiras*. 1 fotografia, color. Tam. 10,95 cm x 13,56 cm. Formato: jpeg. Foto de Augusto. Brasília: Contag, 2003.

_____. *Marchante usa chapéu idealizado para a Marcha das Margaridas*. 1 fotografia, color. Tam. 11,28 cm x 7,09 cm. Formato: jpeg. Foto de Augusto. Brasília: Contag, 2003.

_____. *Banner gigante e foto lembram os 20 anos da morte de Margarida Alves*. 1 fotografia, color. Tam. 7,62 cm x 13,01 cm. Formato: jpeg. Foto de Augusto. Brasília: Contag, 2003.

_____. *Bandeira da Marcha das Margaridas 2003*. 1 fotografia, color. Tam. 8,66 cm x 13,73 cm. Formato: jpeg. Foto de César Ramos. Brasília: Contag, 2003.

_____. *Marcha das Margaridas 2003. Concentração em frente ao Congresso Nacional*. 1 fotografia, color. Tam. 10,06 cm x 15,73 cm. Formato: jpeg. Foto de César Ramos. Brasília: Contag, 2003.

_____. *Cartaz da Marcha das Margaridas 2007*. 1 fotografia, color. Tam. 10,12 cm x 14,17 cm. Formato: jpeg. Brasília: Contag, 2007.

_____. *Marcha das Margaridas 2007: mulheres marcham contra a violência*. 1 fotografia, color. Tam. 8,35 cm x 11,75 cm. Formato: jpeg. Foto de Gustavo Stephan. Brasília: Contag, 2007.

_____. *Marcha das Margaridas 2007: caminhada pela paz e contra a violência*. 1 fotografia, color. Tam. 10 cm x 15 cm. Formato: jpeg. Foto de Gustavo Stephan. Brasília: Contag, 2007.

_____. *Marcha das Margaridas 2007. Bandeira*. 1 fotografia, color. Tam. 9,63 cm x 14,45 cm. Formato: jpeg. Foto de César Ramos. Brasília: Contag, 2007.

_____. *Marcha das Margaridas 2007: caminhada – faixas, bandeiras e boneca gigante*. 1 fotografia, color. Tam. 20,93 cm x 13,39 cm. Formato: jpeg. Foto de César Ramos. Brasília: Contag, 2007.

_____. *Marcha das Margaridas 2007. Concentração na Esplanada dos Ministérios*. 1 fotografia, color. Tam. 10 cm x 15 cm. Formato: jpeg. Foto de César Ramos. Brasília: Contag, 2007.

_____. *Cartaz da Marcha das Margaridas 2011*. 1 fotografia, color. Tam. 8,35 cm x 15,27 cm. Formato: jpeg. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Banner com os nomes dos patrocinadores da Marcha das Margaridas 2011*. 1 fotografia, color. Tam. 18,11 cm x 13,05 cm. Formato: jpeg. Foto de César Ramos. Brasília: Contag, 2011.

_____. *A chegada à Cidade*. Pose para a foto com os chapéus. 1 fotografia, color. Tamanho: 8,44 cm x 12,63 cm. Brasília: 2011.

_____. *Croqui da localização dos alojamentos por região e localização das oficinas (1 a 7 – dia 16, pela manhã)*. 1 gráfico, p&b. Tam. 7,68 cm x 13,66 cm. Formato: jpeg. Brasília: Contag, 2011.

_____. *A chegada ao Parque da Cidade – Brasília*. 1 fotografia, color. Tamanho: 9,1 cm x 13,64 cm. Foto de César Ramos. Brasília: Contag, 2011.

_____. *chegada à Cidade*. A caminho das acomodações. 1 fotografia, color. Tamanho: 9,1 x cm x 13,64 cm. Foto de César Ramos. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Chegada à Cidade das Margaridas*. 1 fotografia, color. Tamanho: 8,29 cm x 12,48 cm. Foto de Isabela Lyrio. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Cidade das Margaridas*. Esperando o credenciamento. 1 fotografia, color. Tamanho: 9,44 cm x 14,21 cm. Foto de Isabela Lyrio. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Credenciamento das participantes*. 1 fotografia, color. Tam. 9,77 cm x 14,64 cm. Formato: jpeg. Foto de César Ramos. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Nas tendas, nos alojamentos*. 1 fotografia, color. Tam. 9,58 cm x 13,3 cm. Formato: jpeg. Foto de Cláudia Ferreira. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Bloco Mamãe Tanguá de Brasília anima a Cidade das Margaridas*. 1 fotografia, color. Tam. 20,73 cm x 14,89 cm. Formato: jpeg. Foto de Isabela Lyrio. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Espaço de Mostra das Margaridas*. 1 fotografia, color. Tam. 10,09 cm x 15,2 cm. Formato: jpeg. Foto de Isabela Lyrio. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Oficina temática: Saúde pública e direitos reprodutivos*. 1 fotografia, color. Tam. 9,96 cm x 14,94 cm. Formato: jpeg. Foto de César Ramos. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Oficina temática: Autonomia econômica, trabalho, emprego e renda*. 1 fotografia, color. Tam. 9,76 cm x 14,64 cm. Formato: jpeg. Foto de César Ramos. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Interior do Pavilhão do Parque da Cidade*. 1 fotografia, color. Tam. 9,76 cm x 14,64 cm. Formato: jpeg. Foto de César Ramos. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Interior do Pavilhão*. Loucas de Pedra Lilás. 1 fotografia, color. Tam. 9,36 cm x 14,04 cm. Formato: jpeg. Foto de César Ramos. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Intervenção artística da cultura popular*. Carimbó. Pavilhão do Parque da Cidade. 1 fotografia, color. Tam. 10,12 cm x 15,22 cm. Formato: jpeg. Foto de Regina Santos. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Intervenção artística da cultura popular*. Grupo Siriri e Rasqueado. Pavilhão do Parque da Cidade. 1 fotografia, color. Tam. 10,31 cm x 15,51 cm. Formato: jpeg. Foto de Regina Santos. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Intervenção artística da cultura popular*. Grupo Ciranda de Coco de Roda Desencosta da Parede Pavilhão do Parque da Cidade. 1 fotografia, color. Tam. 8,97 cm x 13,5 cm. Formato: jpeg. Foto de Regina Santos. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Intervenção artística da cultura popular*. Tambor de Crioula. Pavilhão do Parque da Cidade. 1 fotografia, color. Tam. 10,32 cm x 15,55 cm. Formato: jpeg. Foto de Isabela Lyrio. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Ato de abertura da Marcha das Margaridas 2011*. Composição da Mesa. 1 fotografia, color. Tam. 8,77 cm x 14,67 cm. Formato: jpeg. Foto de Cláudia Ferreira. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Ato de abertura da Marcha das Margaridas 2011*. Meninas de Sinhá cantam. 1 fotografia, color. Tam. 10,24 cm x 15,36 cm. Formato: jpeg. Foto de Cláudia Ferreira. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Ato de abertura da Marcha das Margaridas 2011*. 1 fotografia, color. Tam. 9,37 cm x 14,06 cm. Formato: jpeg. Foto de Cláudia Ferreira. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Ato de abertura da Marcha das Margaridas 2011*. 1 fotografia, color. Tam. 9,77 cm x 14,64 cm. Formato: jpeg. Foto de César Ramos. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Ato de abertura*. Elizabeth Teixeira fala às Margaridas. 1 fotografia, color. Tam. 9,89 cm x 15,49 cm. Formato: jpeg. Foto de Cláudia Ferreira. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Ato de abertura da Marcha das Margaridas 2011*. Carmen Foro e Alberto Broch. 1 fotografia, color. Tam. 9,67 cm x 15,59 cm. Formato: jpeg. Foto de Cláudia Ferreira. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Ato de abertura Marcha das Margaridas 2011*. 1 fotografia, color. Tam. 9,59 cm x 14,43 cm. Formato: jpeg. Foto de Regina Santos. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Lançamento do CD Canto das Margaridas*. 1 fotografia, color. Tam. 9,79 cm x 14,69 cm. Formato: jpeg. Foto de César Ramos. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Show de Margareth Menezes*. 1 fotografia, color. Tam. 9,86 cm x 14,79 cm. Formato: jpeg. Foto de César Ramos. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Marcha das Margaridas 2011*. Vista aérea. 1 fotografia, color. Tam. 11,03 cm x 17,22 cm. Formato: jpeg. Foto de Regina Santos. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Marcha das Margaridas 2011*. Caminhada. Faixa com o lema da Marcha. 1 fotografia, color. Tam. 8,6 cm x 13,61 cm. Formato: jpeg. Foto de Cláudia Ferreira. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Marcha das Margaridas 2011*. Caminhada com a bandeira das entidades participantes. 1 fotografia, color. Tam. 10,45 cm x 15,66 cm. Formato: jpeg. Foto de César Ramos. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Marcha 2011*. Caminhada com a faixa das mulheres do campo e da floresta. 1 fotografia, color. Tam. 8,75 cm x 13,12 cm. Formato: jpeg. Foto de César Ramos. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Marcha 2011*. Faixa “Autonomia econômica, trabalho, emprego e renda”. 1 fotografia, color. Tam. 8,7 cm x 11,6 cm. Formato: jpeg. Foto de César Ramos. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Marcha das Margaridas 2011*. Caminhada. Faixa do Sindicato dos Sapateiros do Ceará. 1 fotografia, color. Tam. 8,73 cm x 14,64 cm. Formato: jpeg. Foto de Cláudia Ferreira. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Marcha das Margaridas 2011*. Caminhada com uma margarida gigante. 1 fotografia, color. Tam. 10,82 cm x 14,86 cm. Formato: jpeg. Foto de Cláudia Ferreira. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Marcha das Margaridas 2011*. Caminhada alegre ao som de instrumentos musicais. 1 fotografia, color. Tam. 9,78 cm x 14,64 cm. Formato: jpeg. Foto de Cláudia Ferreira. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Marcha das Margaridas 2011*. Caminhada festiva ao som de instrumentos musicais. 1 fotografia, color. Tam. 9,63 cm x 14,64 cm. Formato: jpeg. Foto de Cláudia Ferreira. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Marcha das Margaridas 2011*. Caminhada com faixa das mulheres da Amazônia. 1 fotografia, color. Tam. 10,14 cm x 15,2 cm. Formato: jpeg. Foto de César Ramos. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Marcha das Margaridas 2011*. Caminhada com a faixa “Terra, água e agroecologia”. 1 fotografia, color. Tam. 9,06 cm x 13,58 cm. Formato: jpeg. Foto de César Ramos. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Marcha das Margaridas 2011*. Caminhada com a bandeira de Pernambuco. 1 fotografia, color. Tam. 12,59 cm x 9,36 cm. Formato: jpeg. Foto de César Ramos. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Marcha das Margaridas 2011*. Mulher da 3ª idade caminha com firmeza. 1 fotografia, color. Tam. 7,06 cm x 10,27 cm. Formato: jpeg. Foto de César Ramos. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Marcha das Margaridas 2011*. Mulheres exigem direitos sobre seus próprios corpos. 1 fotografia, color. Tam. 19,2 cm x 13,77 cm. Formato: jpeg. Foto de Cláudia Ferreira. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Marcha das Margaridas 2011*. Caminhada com foto de Elizabeth Teixeira. 1 fotografia, color. Tam. 8,3 cm x 12,45 cm. Formato: jpeg. Foto de César Ramos. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Marcha das Margaridas 2011*. Caminhada. Mulher negra concentrada na caminhada. 1 fotografia, color. Tam. 20,3 cm x 16,34 cm. Formato: jpeg. Foto de Cláudia Ferreira. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Marcha das Margaridas 2011*. 1 fotografia, color. Tam. 9,86 cm x 14,29 cm. Formato: jpeg. Foto de Cláudia Ferreira. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Marcha das Margaridas 2011*. 1 fotografia, color. Tam. 9,72 cm x 14,79 cm. Formato: jpeg. Foto de Cláudia Ferreira. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Marcha das Margaridas 2011*. A beleza das bandeiras multicoloridas. 1 fotografia, color. Tam. 20,72 cm x 14,97 cm. Formato: jpeg. Foto de César Ramos. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Marcha 2011*. Caminhada. “É o querer das margaridas”. 1 fotografia, color. Tam. 11,03 cm x 15,8 cm. Formato: jpeg. Foto de Regina Santos. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Marcha das Margaridas 2011*. Caminhada. 1 fotografia, color. Tam. 7,81 cm x 11,74 cm. Formato: jpeg. Foto de Regina Santos. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Marcha das Margaridas 2011*. Caminhada. 1 fotografia, color. Tam. 9,77 cm x 14,64 cm. Formato: jpeg. Foto de César Ramos. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Marcha das Margaridas 2011*. Caminhada. 1 fotografia, color. Tam. 9,75 cm x 14,64 cm. Formato: jpeg. Foto de Cláudia Ferreira. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Marcha das Margaridas 2011*. Caminhada. Um pedido para a presidenta Dilma. 1 fotografia, color. Tam. 20,82 cm x 13,84 cm. Formato: jpeg. Foto de Cláudia Ferreira. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Concentração na Praça dos Três Poderes*. 1 fotografia, color. Tam. 9,76 cm x 14,64 cm. Formato: jpeg. Foto de Cláudia Ferreira. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Concentração na Praça dos Três Poderes*. 1 fotografia, color. Tam. 9,75 cm x 14,64 cm. Formato: jpeg. Foto de César Ramos. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Concentração na Praça dos Três Poderes*. Painel gigante das entidades participantes. 1 fotografia, color. Tam. 7,43 cm x 12,09 cm. Formato: jpeg. Foto de Isabela Lyrio. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Marcha das Margaridas 2011*. Ato público com Carmen Foro. 1 fotografia, color. Tam. 8,11 cm x 12,2 cm. Formato: jpeg. Foto de Isabela Lyrio. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Marcha das Margaridas 2011*. Ato público com Carmen Foro e Letícia Sabatella. 1 fotografia, color. Tam. 10,87 cm x 16,04 cm. Formato: jpeg. Foto de Cláudia Ferreira. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Marcha das Margaridas 2011*. Ato público com Elizabeth Teixeira. 1 fotografia, color. Tam. 8,68 cm x 12,7 cm. Formato: jpeg. Foto de Cláudia Ferreira. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Bandeiras, faixas e um painel gigante com a foto de Margarida Alves*. 1 fotografia, color. Tam. 20,31 cm x 14,67 cm. Formato: jpeg. Foto de César Ramos. Brasília: Contag, 2011.

_____. *Marcha das Margaridas 2011*. Somos todas Margaridas. 1 fotografia, color. Tam. 20,75 cm x 15,5 cm. Formato: jpeg. Foto de Cláudia Ferreira. Brasília: Contag, 2011.

COSTA, Cláudia Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. *Cadernos Pagu*, Campinas/SP, Unicamp n. 19, p. 59-90, 2002.

_____. O feminismo e o pós-modernismo/pós-estruturalismo: (in)determinações da identidade nas (entre)linhas do (con)texto. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (Orgs.). *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000. p. 57-90.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, vol. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DANIGNO, Evelina et al. *Os movimentos sociais e a construção democrática: sociedade civil, esfera pública e gestão participativa*. Campinas: IFICH/UNICAMP (Dossiê do Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática), 1999.

_____; TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e participação institucional: repertórios de ação coletiva e dinâmicas culturais na difícil construção da democracia brasileira. *Revue Internationale de Politique Comparée*, n. 17, v. 2. Número especial sobre Répertoires d'action collective en Amérique Latine, (s/d).

DAWSEY, John C. Victor Turner e a antropologia da experiência. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 13, p. 163-176, 2005.

_____. Tonantzin: Victor Turner, Walter Benjamin e a Antropologia da Experiência”. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, vol. 03.06, p. 379-410, nov. 2013.

DECLARAÇÃO DE PEQUIM. Adotada pela Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres: Ação para Igualdade, Desenvolvimento e Paz. 1995. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-/cdhm/comitebrasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/DecPequimquartconfmulh.html>. Acesso em: 25 mar. 2014.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, jan./abr. 2004.

DE LAURETIS, Tereza. *Alice doesn't: feminism, semiotics, cinema*. Indiana: University Press, 1984.

DELGADO, Maria Berenice Godinho. Mulheres na CUT: um novo olhar sobre o sindicalismo. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (Orgs.). *Mulher e Política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

DE PAULA, Luis Roberto. *A dinâmica faccional xerente: esfera local e processos sociopolíticos nacionais e internacionais*. 2000. 352 f. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social). Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2000.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

DOS ANJOS, Gabriele. Liderança de mulheres em pastorais e comunidades católicas e suas retribuições. *Cadernos Pagu*, Campinas/SP, n. 31, p. 509-534, jul./dez. 2008.

DROGUS, Carol Ann. No land of milk and honey: women CEB activists in post transition Brazil. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, Miami (US), v. 41, n. 4, winter, p. 35-51, 1999.

_____. *Woman, religion, and social change in Brazil's Popular Church*. Indianópolis/IN: University of Notre Dame Press, 1997.

_____. Popular movements and the limits of political mobilization at the grassroots in Brazil. In: CLEARY, E. L. & GAMBINO, H. Stewart. *Conflict and competition: the Latin American church in changing environment*. Boulder/CO: Lynne Rienner Publishers, 1992.

DURKHEIM, Emile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1989.

ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2005.

_____. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de Corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. v. 1.

_____. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994a.

_____. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. v. 2.

FACCHINI, Regina. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, n. 3, p. 54-81, 2009. Disponível em: <www.sexualidadsaludysociedad.org>_Acesso em: 15 ab. 2012.

_____. *Entre umas e outras: mulheres, (homo) sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo*. 323 f. Tese de doutorado. (Programa de Doutorado em Ciências Sociais). Campinas/SP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2008.

_____. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio: Garamond, 2005.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 62, p. 27-44, out./2006.

FERREIRA, Cláudia. Marcha das Margaridas 2000, caminhada em Brasília. Ala da frente. 1 foto, p&b. Tamanho: 9,45 cm x 14,11 cm. Formato: jpeg. In: _____ e BONAN, Cláudia. *Mulheres e Movimentos*. Rio: Aeroplano Editora, 2005. 208 p.

_____. Marcha das Margaridas 2000, caminhada em Brasília. Ala das painéis. 1 foto, p&b. Tamanho: 8,85 cm x 13,2 cm. Formato: jpeg. In: _____ e BONAN, Cláudia. *Mulheres e Movimentos*. Rio: Aeroplano Editora, 2005. 208 p.

_____. Marcha das Margaridas 2000, caminhada em Brasília. Ala das flores. 1 foto, p&b. Tamanho: 9,28 cm x 13,86 cm. Formato: jpeg. In: _____ e BONAN, Cláudia. *Mulheres e Movimentos*. Rio: Aeroplano Editora, 2005. 208 p.

_____. Marcha das Margaridas 2000, caminhada em Brasília. Ala das cruzes. 1 foto, p&b. Tamanho: 10,1 cm x 12,52 cm. Formato: jpeg. In: _____ e BONAN, Cláudia. *Mulheres e Movimentos*. Rio: Aeroplano Editora, 2005. 208 p.

_____. Marcha das Margaridas 2000. Concentração em frente ao Congresso Nacional. 1 foto, color. Tamanho: 9,89 cm x 14,76 cm. Formato: jpeg. In: _____ e BONAN, Cláudia. *Mulheres e Movimentos*. Rio: Aeroplano Editora, 2005. 208 p.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1999 [1979].

_____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul e DREYFUS, Richard. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

FRASER, Nancy. De la redistribution a la reconnaissance? Les dilemmes de la justice dans une ère ‘Postsocialiste’. In: COLLIN, Françoise; DEUTSCHER, Pénélope (Orgs.). *Repenser le politique: l’apport du féminisme*. Paris: Campagne Première, 2004.

_____. ¿De la redistribución al reconocimiento? Dilemas em torno a la justicia em una época “postsocialista”. In: _____. *Justicia interrumpida: Reflexiones críticas desde la posición “postsocialista”*. Santafé de Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad de los Andes, 1997. p. 17-54.

_____. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, Craig. *Habermas and the public sphere*. Online. Cambridge, MA: MIT Press, 1992. p. 109-142.

GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC-Livros Técnicos e Científicos Editora SA, 1989.

GENNEP, Arnold Van. *The rites of passage*. Trad. de Monika B. Vizedom e Gabrielle L. Caffee. London: Psychology Press, 1960.

GERARA, Ivone. Uma luta maior. In: OLIVEIRA, R. S. de & CANEIRO, F. (Org). *Corpo: meu bem, meu mal. Seminário de Teologia e Direitos Reprodutivos 3., Ética e Poder*. Rio de Janeiro: ISER, 1995.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1975.

GOHN, M. G. *Novas teorias dos movimentos sociais*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

_____. *Teorias dos movimentos sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1997. V. 1. 383 p.

GOLDMAN, Márcio. Políticas e Subjetividades nos “novos movimentos culturais”. *Revista Ilha*, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, v. 9, n. 1, 2 (2007).

GOULD, Deborah. Rock the boat, don't rock the boat, baby: ambivalence and the emergence of militant AIDS activism. In: GOODWIN, Jeff; JASPER, James M.; POLLETA, Francesca (Orgs.). *Passionate politics: emotional and social movements*. London: University of Chicago Press, Ltd., 2001.

GROSSI, Miriam Pilar. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, Joana Maria; Grossi, Miriam Pillar (Orgs.), *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis, Editora Mulheres, 2000, p. 293-313

_____. (Org.). *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000. p. 57-90.-

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomás Tadeu da (Org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 8. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HANNERZ, Ulf. Being there. . . and there. . . and there! Reflections on multi-site ethnography. *Ethnography*, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 201-216, 2003.

HEREDIA, B. M. A; PEZZA, R. Gênero a acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *Revista Nera*, ano 9, n. 8, jan./jun./2006.

IPEA. Relatório de Pesquisa. Perfil Socioeconômico e Condições de Vida das Mulheres Trabalhadoras do Campo e da Floresta, Brasília, 2012, 61 p.

KRISTEVA, J. Le sujet en procès. In: *Polylogue*, Paris, Seuil, 1977.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 2, v. 1, p. 41-47, out./1986.

_____. & MOUFFE, Chantal. Hegemonia y estratégia socialista. Hacia una radicalización de la democracia. Madrid: Siglo XXI, 1987.

LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2006. p 13 – 24.

LAVALLE, Adrián Gurza; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata Mirándola. Quando novos atores saem de cena. Continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 3, n. 5, 2004.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1989. *O Pensamento selvagem*, São Paulo, Papirus.

LITTLE, Paul. (2002), Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Brasília, DAN-UNB (série An- tropologia, n. 322).

LUTZ, Catherine e ABU-LUGHOD, Lila. Introduction: emotion, discourse and the politics of everyday life. In: _____ (Eds.). *Language and the Politics of Emotion*. Cambridge: Cambridge University Press, pp1-23, 1990.

MACEDO, Carmem C. Catolicismo e sexualidade. In: SANCHIS, Pierre. *Catolicismo: cotidiano e movimentos*. Rio de Janeiro: Loyola, 1992.

MACEDO, Marcelo Hernandez. Entre a “violência” e a “espontaneidade”: reflexões sobre os processos de mobilização para ocupações de terra no Rio de Janeiro. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 473-497, out. 2005.

MACHADO, F. V.; PRADO, M. A. M. Movimentos homossexuais: a constituição da identidade coletiva entre a economia e a cultura. O caso de dois grupos brasileiros. *Interações*, São Paulo, v. 160, n. 19, p. 35-62, jan./jun. 2005.

MACHADO, Maria das Dores C. e MARIZ, Cecília L. Mulheres e prática religiosa nas classes populares: uma comparação entre as igrejas pentecostais, as Comunidades Eclesiais de Base e os grupos carismáticos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 12, n. 34, p. 71-87, 1997.

MACHADO, José Pedro. Dicionário Onomástico e Etimológico da Língua Portuguesa- 3 Volumes. Livros Horizonte, 2003.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia*. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. Um diário no sentido estrito do termo. Rio de Janeiro: Record, 1997.

MAHEIRIE, K. Contribuições da psicologia social na análise dos movimentos sociais. In: CAMINO, L.; LHULLER, L.; SANDOVAL, S. (Ed.) *Estudos sobre comportamento político*. Teoria e pesquisa. Florianópolis, SC: Obra Jurídica, 1997. p. 161-173.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 1989.

MALUF, Sônia Weidner. A antropologia reversa e “nós”: alteridade e diferença. *Ilha Revista de Antropologia*, UFSC, v. 12, n. 1, 2, 2010.

MARCUS, George. Etnografia en/del Sistema Mundo. El surgimiento de la etnografia multilocal. *Alteridades*, Iztapalapa/México, v. 11, n. 22, p. 111-127, 2001.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. *Logo da Marcha Mundial das Mulheres*. 1 gravura, color. Arquivo: jpg. Tamanho: 11228 bytes. Dimensão: 200 x 242 pixels. 2012. Disponível em: <[https://marchamulheres.files.wordpress.com/2012/08/marcha mundial - das-mulheres.jpg?w= 692](https://marchamulheres.files.wordpress.com/2012/08/marcha_mundial_-_das_mulheres.jpg?w=692)>. Acesso em: 20 set. 2014.

MARIZ, Cecília L. *Coping with poverty*. Philadelphia: Temple University Press, 1994.

MARTINS, Sergio Pinto. *Direito do trabalho*. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MAUES, Raymundo Heraldo. Um aspecto da diversidade cultural do caboclo amazônico: a religião. *Estud. av.* [online]. 2005, vol. 19, n. 53, p. 259-274.

MAUSS, M. & HUBERT, H. *Sobre o sacrifício*. S. Paulo: Cosac Naify, 2005.

MENDES, Ana Catarina. Peregrinos a Santiago de Compostela: Uma Etnografia do Caminho Português. Instituto de Ciências Sociais Universidade de Lisboa. Mestrado em Antropologia Social e Cultural. 72 p.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Os movimentos sociais como campo de pesquisa nas ciências humanas. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis/SC, UFSC, v. 4, n. 7, p. 7-31, jan./jun. 2012.

_____. *A luta por terra no Brasil e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra*. Nota técnica CGEE. Disponível em: <http://geopr1.planalto.gov.br/saei/images/publicacoes/2009/nota_tecnica_a_luta_por_terra_no_brasil_e_o_movimento_dos.pdf>. março 2009. Acesso em: 20 jan. 2014.

_____. “Sem terra”, “assentada”, “agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACCA, Norma (Org.). *Uma nueva ruralidad em América Latina*. Buenos Aires: EUDELA/CLACSO, 2001.

MELO, Hildete Pereira de; SCHUMAHER, Schuma. Feminismo pós-75 – segunda onda feminista no Brasil. In: *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MELUCCI, A. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MICHEL, Franck. *Désirs d'ailleurs*. Essai d'anthropologie des voyages. Québec: Presses de L'Université Laval, 2004.

MIGNOLO, Walter D. *História locais/ Projetos globais*: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social*: teoria, método e criatividade. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINTZ, Sidney W. Encontrando Taso, me descobrindo. *Revista de Ciências Sociais*, vol. 27, n. 1, 1984, p. 45-58.

MOTA, M. D. B. Falas de mulheres: narrativas de trabalhadoras rurais em músicas e poesias. In: Congresso Português de Sociologia - Mundos Sociais: saberes e práticas, 4., 2008, *Anais...* Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, v. 1. p. 194-210, 2008.

MOUFFE, Chantal. *En torno a lo político*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

_____. Feminismo, cidadania e política democrática radical. *Debate Feminista*, São Paulo, Edição Especial (Cidadania e Feminismo), p. 29-47, 1999.

MÜLLER, A. L.; SILVA, M. K.; SCHNEIDER, S. A construção de políticas públicas para agricultura familiar no Brasil: o Programa de Aquisição de Alimentos. *Revista Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, UFRJ, v. 20, p. 139, 2012.

NAVARRO, Zander (Org). *Política, protesto e cidadania no campo*: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.

NICHOLSON, Linda. Interpretando gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-43, 2000.

NOVAES, Regina Reys. A divina Política: notas sobre as relações delicadas entre religião e política. *Revista da USP*, São Paulo, n. 49, p. 60-81, mar./maio/2001.

_____. Continuidades e rupturas no sindicalismo rural. In: BOITO, Armando (Org). *O sindicalismo brasileiro nos anos oitenta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. *Os escolhidos de Deus*. Trabalhadores, pentecostais e cidadania. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

OLIVEIRA, Gerson de lima. *Permeabilidade e trânsito institucional*: a relação entre sociedade civil e Estado a partir das trajetórias de militantes-gestores nas políticas de economia solidária no Rio Grande do Sul – os casos de Porto Alegre (1996-2004) e do Governo Estadual (1999-2002). 122 p. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Sociologia), UFRGS, Porto Alegre, 2011.

OLIVEIRA, Suzana Marques Dantas de. O Feminismo e suas diferenças: um estudo sobre o Fórum de Mulheres de Pernambuco. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002, 174p.

PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo: luta e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (Org). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.

_____. e HEREDIA, Beatriz M. A. Os comícios e a política de facções. In: *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, v. 94, p. 31-94, 1995.

PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: HELMANN, Michaela (Org). *Movimentos sociais e democracia no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1995.

PAULILO, Maria Ignez. Intelectuais & militantes e as possibilidades de diálogo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 3, set./dez./2010.

_____. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, 2004.

_____. A mulher e a terra no Brejo Paraibano. In: BRUSCHINE, Maria Cristina e ROSEMBERG, Fúlvia. *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 163-190.

PEIRANO, Mariza (Org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002. (Coleção Antropologia da Política, v. 12).

_____. *Rituais ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Eds., 2003. (Coleção Passo a Passo, v. 24).

PERALÍAS, Isabel Ortega. *Participação e autonomia das mulheres nas comunidades eclesiais de base (CEBs)*. 146 p. Dissertação de Mestrado. (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião). Goiania, Departamento de Filosofia e Teologia. Universidade Católica de Goiás, 2005.

PICOLOTTO, Everton L. A emergência dos "agricultores familiares" como sujeitos de direitos na trajetória do sindicalismo rural brasileiro. *Mundo agrário* [online]. vol. 9, n. 18, 2009. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84511816001>. Acesso em: 20 ab. 2014.

PIETRAFESA DE GODOI, Emília. *Territorialidade*. In: Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa. SANSONE, L. e ALVES, C. F. (Orgs.). Salvador: EDUFBA, 2014. p. 443-452.

PIMENTA, Sara Deolinda. Participação, poder e democracia: mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural. In: SILVA, Eduardo Moreira; SOARES, Leonardo Barros (Orgs.) et al. *Políticas públicas e formas societárias de participação*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2013. p. 155-184.

PIMENTA, Sara Deolinda. Participação, poder e democracia: mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. UFMG, 2012.

PINHEIRO, Marina Brito. As Comunidades Eclesiais de Base e a conscientização política de mulheres: notas iniciais de pesquisa. In: Seminário Nacional de Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 2., 2007, Florianópolis, *Anais...* Florianópolis, 2007.

PINTO, Celi R. J. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, A.. O. E BRUSCHINI, C. (Orgs.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992.

PINTO, Celi R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileira. *Sociedade e Cultura*. V. 11, nº2, jul/dez.2008.p.263 a 274.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; COSTA, Frederico Alves. Estratégia de articulação e estratégia de aliança: possibilidades para a luta política. *Revista Sociedade e Estado*, v. 26, n. 3, set./dez. 2011.

QUIRÓS, Julieta. *Por que vêm?* Figuração, pessoa e experiência na política da Grande Buenos Aires. 2010. 295 p. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social), Museu Nacional, 2010.

RABELO, Miriam C. M. Religião e a transformação da experiência: notas sobre o estudo das práticas terapêuticas nos espaços religiosos. *Ilha Revista de Antropologia*v. 12, n. 1, 2 (2010).

REDDY, William M. *The invisible code: honor and sentiment in postrevolutionary France, 1815-1848*. Berkeley, CA: University of California Press, 1997.

ROHDEN, F. Feminismo do sagrado: uma re-encenação romântica da diferença. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 4, n. 1, 1996, p. 96-123.

ROSA, Marcelo. *O engenho dos movimentos sociais: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

_____. A “forma movimento” como modelo contemporâneo de ação coletiva rural no Brasil. In FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. A diversidade das formas das lutas no campo*. São Paulo: Editora da UNESP, 2009. p. 95-112.

ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas. Autonomia das mulheres x controle da igreja: uma questão insolúvel?. In: Conferência da Conferência Internacional de Sociologia da Religião, 23., 1995, Québec/Canadá, *Anais...* Québec, 1995. p. 88.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. 2. ed. Rio: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Yumi Garcia dos. A implementação dos órgãos governamentais de gênero no Brasil e o papel do movimento feminista: o caso do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. *Cadernos Pagu*, Campinas/SP, n. 27, p.401-426, jul./dez. 2006.

SCHAAF, Alle Van Der. *Jeito de mulher rural*. A busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. Passo Fundo/RS: UPF, 2001.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*. Dossiê: movimentos sociais, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

_____. Associativismo civil e interculturalidade na sociedade global. *Revista de Educação Pública da UFMT*, Cuiabá/MT, v. 1, 1998. Disponível em: <http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev10/movimentos_sociais_e_a_dimens_.html>. Acesso em: 30 jan. 2014.

_____. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.

_____; KRISCHKE, Paulo (Orgs.) *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite da et al (orgs.). *Falas de Gênero*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 1999.

_____. Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. *Debate Feminista*, São Paulo, Cia. Melhoramentos, Edição Especial (Cidadania e feminismo), p. 203-222, 1999a.

_____. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*, São Paulo (16), 1998. p. 297-325. Disponível em: <revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/11183/8194>. Acesso em: 10 dez. 2014.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide e MENEZES, Marilda (Orgs.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Florianópolis: Mullheres, 2010.

SIGAUD, Lygia. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. *Novos Estudos – Cebrap*, São Paulo, n. 58, 2000.

SILVA, Berenice Gomes da. *A Marcha das Margaridas: resistências e permanências*. 172 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia), UNB, 2008.

SILVA, Jairo José Reis da. *A imagem de Maria na Cidade de Duque de Caxias: mulheres católicas na Teologia da Libertação*. 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1994.

SILVA, Marcelo Kunrath; OLIVEIRA, Gerson de Lima. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento – uma análise do movimento Economia Solidária no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 86-124, set./dez. 2011.

SIMÕES, Júlio A.; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do homossexual ao movimento LGBT*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SIMMEL, Georg. The secret and the secret society. In: WOLFF, Kurt H. (ed.). *The sociology of Georg Simmel*. New York: The Free Press, 1964, p. 307-376.

SIQUEIRA, Deis e BANDEIRA, Lourdes. *Mulheres e relações de gênero no sindicalismo rural brasileiro*. Brasília: Editora da UNB, 1998. (Série sociológica nº 153).

SISATER-MA. Rede na rede. 2011. Disponível em: <http://sisaterma.blogspot.com.br/2011/05/rede-na-rede.html>. Acesso em: 30 nov. 2014.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010

SOUZA, Edimilson Rodrigues de; CICCARONE, Celeste. A fabricação de mártires-encantados e suas apropriações por coletivos rurais e indígenas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online], v. 29, n. 85, p. 33-48, 2014.

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva. Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2006.

SUAUD, Charles. Le mythe de la base. *Actes de la recherche en sciences sociales*. Paris, v. 52-53, p. 56-79, jun. 1984.

SWARTZ, Marc. *Local-level politics: social and cultural perspectives*, Chicago: Aldine Pub. Co., 1968.

_____; TURNER, V. & TUDEN, A. (Edits.). *Introduction in political anthropology*. Chicago, Illinois: Aldine Publishing Company, 1966.

_____. Antropología política: una introducción. In: *Alteridades*, México, UAM, año 4, n. 8, p. 101-126, 1994[1966].

TAMBIAH, Stanley J. Conflito etnonacionalista e violência coletiva no sul da Ásia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n. 34, jun. 1997, p. 5-37.

TAMBIAH, Stanley Jeyara. *Culture, thought, and social action: an anthropological perspective*. Cambridge: Harvard University Press, 1985.

TAMBIAH, Stanley J. The magical power of words. *Man*, New Series, v. 3, n. 2, p. 175-208, Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, jun./1968.

TATAGIBA, L. Relação entre movimentos sociais e instituições políticas no cenário brasileiro recente. Reflexões em torno de uma agenda preliminar de pesquisa. In: ALVAREZ, Sonia E.; BAIOCCHI, Gianpaolo; LAÓ-MONTES, Agustín; RUBIN, Jeffrey W. and THAYER, Millie (Eds.). *Interrogating the civil society agenda: social movements, civil society and democratic innovation*. 2009 (no prelo).

_____. Movimentos sociais e sistema político: um diálogo preliminar com a literatura. In: ENCONTRO DA ABCP, 6., 2008, Campinas/SP, *Anais...* Campinas/SP, 2008.

TEIXEIRA, Faustino. *A gênese das CEBs*. São Paulo: Paulinas, 1988.

_____. *Comunidades Eclesiais de Base*. Bases teológicas. Petrópolis: Vozes, 1988.

THOMPSON, Edward. P. *A formação da classe operária inglesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Vol. 1.

THOMPSON, E. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TORNQUIST, Carmen Susana e FLEISCHER, Soraya Resende. Sobre a marcha mundial das mulheres: entrevista com Nalu Faria. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 291-312, 2012.

TURNER, Victor W. *Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana*. Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008 [1974].

_____. *Floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu*. Niterói: EdUFF, 2005.

_____. *The anthropology of performance*. Nova York: PAJ Publications, 1987

_____. Dewey, Dilthey and drama: an essay in the Anthropology of Experience. In: TURNER, Victor W. and BRUNER, Edward M. (Orgs.). *The Anthropology of Experience*. Urbana/IL and Chicago/IL: University of Illinois Press, 1986. 391 p.

_____. *From ritual to theater: the seriousness human play*. New York: Performing Arts Journal Publication, 1982.

TURNER, Víctor W. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Tradução de Nancy Campi de Castro. Petrópolis: Vozes, 1974.

VEIGA, Iran; PORRO, Noemi Miyasaka; MOTA, Dalva Maria da. Movimento social contemporâneo e processos de territorialização por comunidades tradicionais: a construção da identidade política do Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu. *Estudos de Sociologia*, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. V. 1, n. 17 (2011).

VERONESE, O. *Fetag-RS: 30 anos de luta 1963-1993*. Porto Alegre: Fetag-RS, 1993.

VIANNA, Adriana e FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, 37. Campinas: jul-dez 2011

VIVEIROS DE CASTRO, E. B. *A inconstância da alma selvagem – e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002. 551 p.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. *Democracia e Igreja Popular*. São Paulo: EDUC, 2007.

WEBER, Florence. Nouvelles lectures du monde ouvrier: de la classe aux personnes. *Genèses*, Paris, v. 6, n. 6, p. 179-189, dez. 1991.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.